



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS  
DIRETORIA DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E  
DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA

**BAIXO RIO NEGRO E RIO CAURÉS**

Povos Baré, Tukano, Baniwa, Arapaso, Piratapuia, Macuxi e Tikuna.

Barcelos, Amazonas

Portaria da FUNAI n.º 974, de 26 de abril de 2024

## SUMÁRIO

Lista de siglas-----	iv
Índice de ilustrações-----	vi
Índice de mapas-----	ix
Índice de anexos-----	ix
INTRODUÇÃO-----	1
A constituição do grupo técnico-----	1
Procedimentos metodológicos-----	5
Histórico de reivindicação territorial-----	12
• A Terra Indígena Jurubaxi-Teá-----	12
• Terra indígena Aracá-Padauri-----	15
Estrutura do relatório-----	18
I – PRIMEIRA PARTE-----	21
Dados Gerais-----	21
1.1 Terras tradicionalmente ocupadas no rio Negro: critérios de ocupação e dinâmicas de distribuição-----	21
1.1.1 A Família Linguística Arawak: o povo Baré e Baniwa-----	22
1.1.2 A Família Linguística Tukano Oriental: o povo Tukano, Arapaso e Piratapuaia-----	30
1.1.3. A Família Linguística Karibe: o povo Macuxi do Rio Branco ao Rio Negro-----	34
1.2. Processo de ocupação e colonização no rio Negro-----	44
1.3. Sobre o “sistema de aviamento”, imobilização da força de trabalho e servidão por dívida-----	49
1.4. Demografia em perspectiva diacrônica do município de Barcelos (AM)-----	54
II – SEGUNDA PARTE-----	57
Habitação permanente-----	57
2.1 Critérios de ocupação territorial-----	57
2.1.1 População atual e sua distribuição-----	65
2.2. Ocupação tradicional e distribuição dos indígenas do baixo rio Negro e rio Caurés --	68
2.2.1 Os Baré, Tukano, Baniwa, Arapaso e Piratapuaia de Cauburis-----	69
2.2.2 Os Baré, Macuxi e Baniwa de São Roque-----	79
2.2.3. Os Baré e Baniwa de Manacauaca-----	88
2.2.4. Os Baré e Baniwa de Lago Grande-----	94
2.2.5. Os Baré e Tikuna de D. Pedro II-----	100
III – TERCEIRA PARTE-----	107
Atividades produtivas-----	107
3.1. A economia extrativista no rio Negro lida nos relatos de viajantes naturalistas, expedições científicas, colonialistas/imperialistas e missionárias-----	108
3.2. Atividades produtivas tradicionais e sua relação com o território ocupado-----	112
3.2.1 Atividades produtivas tradicionais atualmente-----	113

3.2.2 A pesca-----	117
8.2.1 Tecnologias sociais (apetrechos) da pesca-----	124
3.2.2.1 Pesca de subsistência (artesanal) -----	133
3.2.2.2 Pesca comercial -----	136
3.2.2.3 Pesca ornamental-----	139
3.2.2.4 Pesca esportiva -----	142
3.2.3 A agricultura e o Sistema Agrícola no rio Negro (SAT) -----	149
3.2.4 Coleta e extrativismo vegetal-----	173
3.2.5 Caça -----	188
3.3. O contexto cosmológico das atividades produtivas-----	203
IV – QUARTA PARTE-----	207
Meio ambiente-----	207
4.2 Classificações etnoambientais e etnotemporais associados ao uso dos recursos naturais-----	215
4.3. Ordenamento territorial no Rio Negro-----	226
4.4. Áreas imprescindíveis aos Barés, Tukanos, Baniwas, Arapaso, Piratapuia, Macuxis e Tikunas do baixo Rio Negro e Rio Caurés. -----	236
4.5. Conflitos com não índios, impactos e ameaças ao território -----	250
V – QUINTA PARTE-----	269
Reprodução física e cultural -----	269
5.1. Reprodução física-----	269
5.1.1. Natalidade e mortalidade -----	278
5.2. Territorialidade e aspectos cosmológicos dos povos indígenas do baixo rio Negro e rio Caurés -----	283
5.2.1 Os sonhos ensinam e avisam -----	283
5.2.2 As práticas tradicionais de partejar -----	284
5.2.3 Trabalhar em reza -----	285
5.3 A dança do <i>mawaco</i> como resgate e resistência -----	287
5.4 Festejos religiosos e outras formas de sociabilidades -----	292
5.5 Comidas tradicionais-----	295
5.6 Os lugares sagrados e a comunicação da natureza-----	297
5.7 A cura pelas plantas e conhecimentos tradicionais -----	301
5.8. Aspectos arqueológicos do território-----	306
VI – SEXTA PARTE-----	309
Levantamento fundiário-----	309
6.1 Identificação e censo de eventuais ocupantes não indígenas-----	309
6.2 Metodologia -----	309
6.3 Breve histórico do processo de colonização na região do baixo rio Negro e rio Caurés-----	310
6.4 Levantamento fundiário nas bases de dados oficiais -----	311
6.4.1 Glebas Aliança, Santa Inez e Sucuruà-----	312
6.4.2 Cadastro Ambiental Rural - CAR-----	313
6.4.3 Sobreposição com Unidade de Conservação-----	316

6.5 Levantamento fundiário em campo -----	316
6.5.1 Breve descrição das ocupações identificadas em campo -----	317
6.6 Pesquisa Cartorial -----	322
6.7 Entes Federados-----	322
6.8 Notificação dos ocupantes não indígenas -----	322
6.9 Síntese dos estudos fundiários na área da TI -----	324
VII – SÉTIMA PARTE -----	329
Conclusão e delimitação -----	329
7.1 Conclusão-----	329
7.2 Delimitação-----	332
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	337
REFERÊNCIAS DE MECANISMOS JURÍDICO-FORMAIS -----	345
SITES CONSULTADOS -----	347
ANEXOS -----	348

## Lista de siglas

AAV	Agentes Ambientais Voluntários
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABNT	Associação Brasileira de Normas e Técnicas
ACIMRN	Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro
AIMA	Agentes Indígenas de Manejo Ambiental
AM	Amazonas
APA	Área de Proteção Ambiental
ARN	Alto Rio Negro
ASIBA	Associação indígena de Barcelos
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CGGeo	Coordenador-Geral De Geoprocessamento
CIMI	Conselho Missionário Indígena –
CTL	Coordenação Técnica Local
CTLs	Coordenações Técnicas Locais
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
FINATEC	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos
FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GCID	Coordenação Geral de Identificação e Delimitação
GPS	Global Positioning System
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice De Desenvolvimento Humano
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISA	Instituto Socioambiental
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
NBR	Norma Brasileira
PRA	Programa de Regularização Ambiental
PVC	Policloreto de Vinila
RCID	Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
SAT	Sistema Agrícola no rio Negro
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
TI	Terra Indígena
TRF	Tribunal Regional Federal
UC	Unidades de Conservação
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

## Índice de ilustrações

<i>Figura 01 – Família extensa Baniwa de Cauburis.....</i>	73
<i>Figura 02 – Família extensa Baré e Tukano de Cauburis .....</i>	74
<i>Figura 03 – Família extensa Baré/Macuxi de São Roque.....</i>	83
<i>Figura 04 – Família extensa de Manacauaca.....</i>	90
<i>Figura 05 – Família extensa Baré de Lago Grande .....</i>	96
<i>Figura 06 – Família extensa Baré de Lago Grande .....</i>	97
<i>Figura 07 – Família extensa Baré de D. Pedro II.....</i>	102
<i>Figura 08 – Família extensa Tikuna e Baré.....</i>	104
Figura 9 - Mapeamento da arqueologia rupestre no baixo rio Negro. Fonte: Andrello (2012). .....	308
Croqui 01 – Comunidade de Cauburis .....	75
Croqui 02 – Comunidade São Roque .....	84
Croqui 03 – Comunidade Manacauaca.....	91
Croqui 04 – Comunidade do Lago Grande.....	98
Croqui 05 – Comunidade D. Pedro II.....	105
Gráfico 1- Pirâmide etária do DSEI-ARN.....	277
Gráfico 2 – Quantidade de famílias na última década.....	278

<b>Tabela 1 – Densidade demográfica do município de Barcelos (AM)</b> .....	54
<b>Tabela 2 População Residente de Barcelos – AM</b> .....	55
<b>Tabela 3 - População do Baixo Rio Negro e Rio Caurés entre 2010 e 2013</b> .....	65
<b>Tabela 4 - População do baixo Rio Negro e Rio Caurés em 2022</b> .....	66
<b>Tabela 5 - Ictiofauna, mamíferos aquáticos e quelônios pescados nas diferentes estações nas cinco comunidades estudadas</b> .....	120
<b>Tabela 06 - Apetrechos de pesca utilizados no rio Negro</b> .....	124
<b>Tabela 07 - Ictiofauna, mamíferos aquáticos, quelônios e os apetrechos de captura</b> . 130	
<b>Tabela 08 – Remos</b> .....	132
<b>Tabela 09 - Diversidade de vegetais comestíveis cultivados nos roçados, quintais e capoeiras nas cinco comunidades estudadas</b> .....	161
<b>Tabela 10 - Produtos extrativistas das cinco comunidades</b> .....	175
<b>Tabela 11- Artesanatos encontrados nas comunidades</b> .....	187
<b>Tabela 12 – Diversidade de mamíferos e aves caçados em diferentes ambientes nas cinco comunidades estudadas</b> .....	194
<b>Tabela 13 – Calendário econômico-ecológico das atividades produtivas atualmente realizadas nas comunidades estudadas na região do rio Caurés e rio Negro</b> . .....	198
<b>Tabela 14 - Pulso de inundação (mensal)</b> .....	221
<b>Tabela 15 - Composição das áreas protegidas do Mosaico Rio Negro</b> . .....	228
<b>Tabela 16 - Principais toponímias e atividades socioeconômicas</b> .....	239
<b>Tabela 17 – Alguns sítios das famílias indígenas no território reivindicado</b> .....	248
<b>Tabela 18 - Registro de campo dos moradores da Comunidade Cauburis</b> .....	271
<b>Tabela 19 - Registro de campo dos moradores da Comunidade São Roque</b> .....	272
<b>Tabela 20 - Registro de campo dos moradores da Comunidade Manacauaca</b> .....	273
<b>Tabela 21 - Registro de campo dos moradores da Comunidade D. Pedro II</b> .....	274
<b>Tabela 22 - Registro de campo dos moradores da Comunidade Lago Grande</b> .....	276
<b>Tabela 23 - Taxa de natalidade</b> .....	279
<b>Tabela 24 - Taxa de mortalidade</b> .....	280
<b>Tabela 25 - Diversidade de vegetais utilizados como remédios em diferentes ambientes nas cinco comunidades estudadas</b> .....	303
<b>Tabela 26 - Categorias fundiárias incidentes sobre a proposta da TI Baixo Rio Negro e Rio Caurés</b> .....	311
<b>Tabela 27- Relação de imóveis rurais (CAR) sobrepostos à proposta de delimitação da TI em estudo Baixo Rio Negro e Rio Caurés</b> .....	313
<b>Tabela 28 – Tipo de imóveis e área total declarada no registro CAR</b> .....	315
<b>Tabela 29 – Informações de não indígenas levantadas em campo</b> .....	321
<b>Tabela 30 – Ocupantes não indígenas identificados em campo notificados</b> .....	324
<b>Tabela 31 - Quadro total de ocupantes não indígenas</b> .....	327

Foto 1 - Oficina para calendário de atividades produtivas com os homens. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	7
Foto 2 Oficina sobre roças e plantas medicinais com as mulheres. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	8
Foto 3 Discussão das áreas imprescindíveis com as lideranças das cinco comunidades indígenas. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	9
Foto 4 Casa de uma família Baniwa em Cauburis. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	64
Foto 5 Criança remando em São Roque. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	87
Foto 6 Ronald (Baré) pescando. Foto: Priscila Ambrório, 2022. ....	134
Foto 7 Caminho da roça. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	154
Foto 8 Casa de forno. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	154
Foto 9 Ralando maniwa no caititu (ralador mecânico). Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	155
Foto 10 Roça em Cauburis. Fonte: Priscila Moreira, 2022. ....	155
Foto 11 Aturá com maniwas. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	155
Foto 12 Casal descascando maniwa. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	155
Foto 13 Casal baré e baniwa colhendo mandioca na roça da família. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	156
Foto 14 Torrando farinha. ....	167
Foto 15 Criança no forno com a crueira. ....	167
Foto 16 Caieira em São Roque. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	181
Foto 17 Caieira em São Roque e as sacas de carvão que serão vendidas na cidade. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	181
Foto 18 Acesso aos castanhais pelo rio Negro. Fonte: Priscila Moreira, 2022. ....	183
Foto 19 no açazeiro em São Roque. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	184
Foto 20 Amostras de artesanatos feitos em Cauburis. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	188
Foto 21 Caça facheada (paca) em igarapé do Rio Caurés. Fonte: Juarez Medeiros de Souza, 2022. ....	190
Foto 22 Caçador esperando a caça. Fonte: Juarez Medeiros de Souza, 2022. ....	190
Foto 23 Anta caçada em igarapé do Rio Caurés. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	191
Foto 24 Pacas e jacaretinga caçados em São Roque. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	197
Foto 25 Limpeza da anta caçada. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	197
Foto 26 Sra. Virgília mostrando o mawaco de PVC. Foto: Priscila Moreira, 2022. ....	289
Foto 27 Dança do mawaco. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	291
Foto 28 Jovens de Cauburis encenando a narrativa mítica da formação da ilha Adana do alto rio Negro. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	291
Foto 29 Quinhapira. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	296
Foto 30 Plantas medicinais selecionadas pelas mulheres de Cauburis. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	301
Foto 31 Artefatos de cerâmicas em São Roque. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	307
Foto 32 Artefatos de cerâmicas em Cauburis. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	307
Foto 33 Garrafa de cerâmica encontrada no rio, de embarcações que naufragaram no passado. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022. ....	307

## Índice de mapas

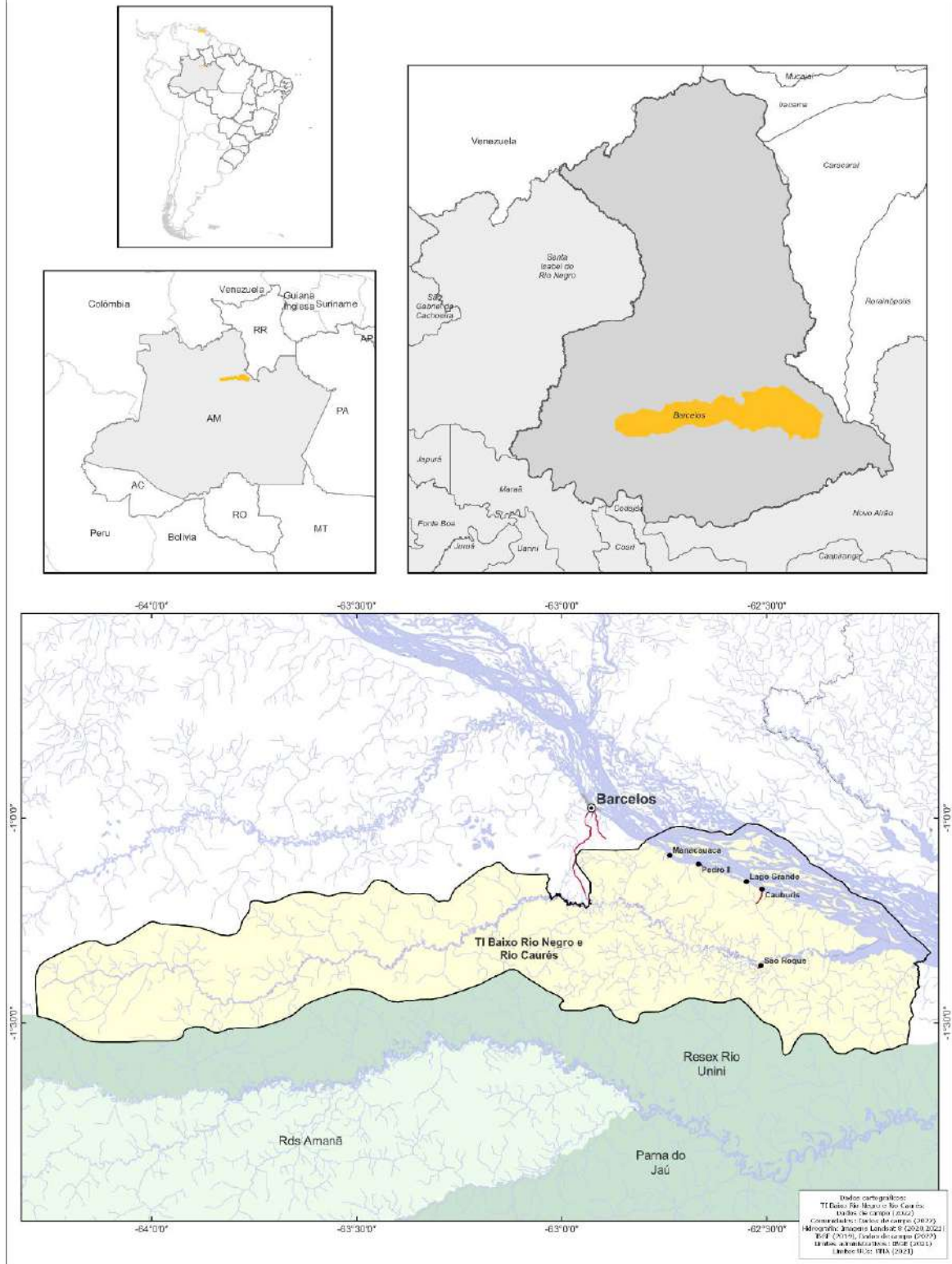
Mapa 1 Localização da Terra Indígena Baixo rio Negro e rio Caurés .....	xi
Mapa 2 – Unidades Domésticas comunidade Cauburis .....	77
Mapa 3 - Unidades domésticas da comunidade São Roque .....	85
Mapa 4 - Unidades domésticas da comunidade Manacauaca.....	92
Mapa 5 - Unidades domésticas na comunidade Lago Grande.....	99
Mapa 6 - Unidades domésticas da comunidade D. Pedro II.....	106
Mapa 7 - Área de pesca - Trecho 1 .....	147
Mapa 8 - - Área de pesca - Trecho 2 .....	148
Mapa 9 – Espaços agrícolas em Cauburis .....	168
Mapa 10 - Espaços agrícolas em São Roque.....	169
Mapa 11 - Espaços agrícolas em Lago Grande .....	170
Mapa 12 - Espaços agrícolas em D. Pedro II .....	171
Mapa 13 - Espaços agrícolas em Manacauaca .....	172
Mapa 14 - Áreas de coleta e extrativismo - trecho 1 .....	201
Mapa 15 - Áreas de coleta e extrativismo - trecho 2 .....	202
Mapa 16 - Vegetação .....	212
Mapa 17 - Geomorfologia .....	213
Mapa 18 - Altitude.....	214
Mapa 19 - Áreas protegidas na área de abrangência e entorno da T.I.....	233
Mapa 20 - Zoneamento econômico e ecológico (ZEE).....	234
Mapa 21 - Áreas prioritárias para conservação da biodiversidade.....	235
Mapa 22 - Pressões e ameaças.....	268
Mapa 23 - Sobreposição de Glebas Públicas Estaduais e a proposta de limite da Terra Indígena Baixo Rio Negro e Rio Caurés .....	312
Mapa 24 - Imóvel rural (CAR) incidente na proposta da TI Baixo Rio Negro e Rio Caures .....	315
Mapa 25 - – Mapa de ocupantes não indígenas identificados em campo .....	320
Mapa 26 - Panorama Fundiário.....	326
Mapa 27 - Delimitação .....	336

## Índice de anexos

Anexo 1 - Anuências das comunidades indígenas da Terra indígena reivindicada Baixo rio Negro e rio Caurés .....	348
---	-----

Anexo 2 – Tabela 28: Relação de documentos elaborados pelas comunidades indígenas do baixo rio Negro quanto às suas reivindicações pela demarcação da Terra indígena e outras violências.....	349
Anexo 3 – Mapa 19: Sinais de ocupação em 1986.....	354
Anexo 4 – “Mapeamento de cavernas, cachoeiras e sítios arqueológicos no rio Negro, Amazonas”. Fonte: Instituto Socioambiental.....	354
Anexo 5 – Mapeamento para o Sítio Ramsar Rio Negro em 2018.....	355
Anexo 6 - Tabela 29: Processos ativos de solicitação para mineração no município de Barcelos, AM.....	355
Anexo 7 - Portaria nº 12, de 12 de janeiro de 2007.....	356
Anexo 8 - Portaria nº 476, de 29 de maio de 2007.....	356
Anexo 9 - Portaria n 1.309, de 30 de outubro de 2009.....	356
Anexo 10 - Portaria 419 de 26 de março de 2010.....	356
Anexo 11 - Portaria nº 1.045, de 27 de julho de 2010.....	356
Anexo 12 – Portaria nº 530 de 2010.....	356
Anexo 13 – Portaria nº 1387 de 22 de janeiro de 2010.....	356
Anexo 14 – Portaria nº 14 de 08 de janeiro de 2013.....	356
Anexo 15 – Portaria nº 48 de 21 de janeiro de 2013.....	356
Anexo 16 – Portaria 142 de 17 de fevereiro de 2016.....	356
Anexo 17 – Portaria nº 30 de 18 de abril de 2016.....	356
Anexo 18 - Portaria nº 783, de 6 de setembro de 2017.....	356
Anexo 19 - Portaria nº 1.032, de 1º de agosto de 2019.....	356
Anexo 20 - Resumo da apelação cível (ac): 00026628120144013200.....	356
Anexo 21 - Decisão da apelação cível (ac): 00026628120144013200.....	356

Mapa 1 Localização da Terra Indígena Baixo rio Negro e rio Caurés



## INTRODUÇÃO

### **A constituição do grupo técnico**

A equipe responsável por esse estudo foi nomeada pela Portaria FUNAI N° 974, de 26 de abril 2024, tendo a seguinte composição: Elieyd Sousa de Menezes, antropóloga, com a função de antropóloga coordenadora, Priscila Ambrósio Moreira, bióloga, com a função de profissional da área ambiental e LÍlian Bulbarelli Parra, geógrafa, com a função de cartógrafa.

Os dados apresentados neste relatório começaram a ser levantados pelos mesmos profissionais designados na citada portaria em um projeto desenvolvido pela sociedade civil com o apoio da FINATEC (Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos) anteriormente à publicação da Portaria Funai n.º 974/2024. O uso desse material se justifica por se tratar de registros empíricos diretos e devidamente sistematizados, garantindo consistência e fundamento técnico ao conteúdo apresentado.

### **A área em estudo**

A área em estudo denomina-se Terra Indígena Baixo Rio Negro e Rio Caurés, com uma delimitação de 777.120,00 ha (Setecentos e setenta e sete mil, cento e vinte hectares aproximadamente). O município de Barcelos, no estado do Amazonas, está situado no rio Negro, na margem direita, a cerca de 405 km de Manaus. Seu acesso pode ser feito por avião ou por via fluvial, seja em lanchas rápidas, seja em barcos convencionais.

Este relatório objetiva o estudo das relações sociais, culturais, econômicas, históricas e territoriais dos povos indígenas no baixo rio Negro e rio Caurés, localizados no município de Barcelos, especificamente das comunidades indígenas do rio Negro: Cauburis, Lago Grande, Manacauaca e D. Pedro II e do rio Caurés: São Roque, referidos às etnias Baré, Tukano, Piratapuia, Macuxi, Baniwa, Arapaso e Tikuna, que totaliza 387 pessoas.

A diversidade cultural do rio Negro é expressa das mais variadas formas, seja a partir dos grupos étnicos que compõem essa região e seus conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade ou pelas suas mobilizações políticas e identitárias.

Na bacia desse rio são reconhecidos aproximadamente 43 povos indígenas, são eles: Arapaso, Baniwa, Bará (Waípinõmakã), Barasana, Baré, Desana, Dow, Hixkaryána, Ingarikó, Isolados do Téa, Kanamari, Kambeba, Karapanã, Katuena, Kotiria (Wanana ou Uanano), Kubeo, Kuripako, Hupda, Nadob, Lanawa, Maku, Makuna, Makuxi, Miritytapuya, Patamona, Piratapua, Pisa-mira, Piriutiti (isolados), Siriano, Taiwano, Tariana, Tatuyo, Taurepang, Tukano, Tuyuka, Waimiri Atroari, Waiwai, Wapixana, Warekena, Yanomami, Ye'kuana, Yuhupde, Yuriti. Sem mencionar grupos étnicos de outras localidades, como Kaxinauá, Tikuna, Palmari e Sateré-Mawé. (BARRA *et al.*, 2013).

No rio Negro são faladas línguas do tronco linguístico Tupi, como o nheengatu, assim como das famílias linguísticas Arawak, Karib, Makú, Tukano Oriental e Yanomami.

Correspondem às famílias linguísticas Arawak as etnias Apurinã, Ashaninka, Baniwa, Baré, Tariana, Terena, Wapichana, Warekena, Waurá, dentre outros. Correspondem, por sua vez, à família Karibe, as etnias Hixkaryana, Kalapalo, Macuxi, Matipú, Wai-wai, Atroari, Wainana, assim por diante. Da família linguística Makú estão as etnias makú, dow, hupda, nadab, yuhup, dentre outros. Por fim, entre as etnias referidas à família linguística Tukano Oriental estão os Arapaso, Bará, Tukano, Desana, Karapãna, Kubeo, Makuna, Piratapua, Siriano, Tuyuka, Wanano e outros.

Conhecido como uma das regiões mais preservadas da Amazônia, este rio possui uma história de ocupação de baixo impacto ambiental pelos povos e comunidades tradicionais (SOCIOAMBIENTAL, 2009). Entretanto, também é uma região que foi e continua sendo palco de conflitos sociais e ambientais, como veremos mais adiante.

A categoria “terras tradicionalmente ocupadas” instituída juridicamente pela Constituição Federal de 1988 se refere à variedade de formas de existências coletivas de diferentes povos e comunidades tradicionais e suas relações com os recursos naturais, sobretudo no que tange ao território em diferentes contextos históricos (ALMEIDA, 2008).

No âmbito do “processo de territorialização<sup>1</sup>” dos povos indígenas do médio rio Negro, é oportuna a reflexão de como os agentes sociais constroem suas relações sociais, criam laços de pertencimento em uma existência coletiva e ressignificam o espaço físico, que passa a ter um valor de identidade e de organização com o território.

Os povos indígenas do rio Negro vivem nessa região há aproximadamente 3 mil anos, conforme dados arqueológicos (GOUREVITCH, 2011; NEVES, 1999). Os autores ainda mencionam que vários elementos de organização social como trocas, guerras, casamentos, cosmologia e as relações entre os seres humanos e outros seres (da fauna, flora e das camadas sobrenaturais ou metafísicas), foram fatores importantes para a produção e manutenção da rica sociobiodiversidade.

As florestas amazônicas, incluindo a bacia do rio Negro, são construções antrópicas, ou seja, ao longo do tempo, a flora foi domesticada, isso significa que há registros arqueológicos e dados da própria ecologia que a vegetação foi manejada há séculos pelos povos indígenas (LEVIS *et al.*, 2017).

Dentre as espécies domesticadas apontadas por Levis *et al.* (2017) estão o cacau, castanha-do-Brasil, açaí, bacaba, patauí, mapati, seringueira, pupunha e muitas outras espécies que são fontes de alimentação, abrigo ou outros usos pelos povos indígenas até os dias atuais. Tais espécies são encontradas, inclusive, nas proximidades de sítios arqueológicos.

As comunidades indígenas ao longo do rio Negro e seus afluentes como o rio Caurés convivem cotidianamente com esses artefatos arqueológicos, seja através da terra preta, da incidência de castanhais, seringais, artefatos líticos e cerâmicas. Inclusive tais objetos de cultura material fazem parte das narrativas míticas de explicação de origem do mundo desses povos. Assim, passado, presente, mundo tangível e intangível são ressignificados e convivem sem separações explicadas pelos modelos ocidentais de pensamento. Era comum durante o trabalho de campo encontrar tais artefatos.

---

1 Cf. Pacheco de Oliveira (1999, p. 20) o processo de territorialização é definido como “um processo de reorganização social que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado”.

O processo histórico de ocupação e expansão europeia ao longo do rio Negro, com a instituição das missões religiosas e da administração colonial, foi violento, não só fisicamente, ao promover a escravidão e o etnocídio, mas também simbolicamente ao proibir que esses povos falassem suas línguas, cultuassem seus deuses, estimulando que apagassem suas pinturas corporais, dentre outras práticas culturais.

A violência sofrida por esses povos não acabou no período colonial, pelo contrário, ali apenas começou. A própria historiografia oficial registrou esse processo, e ao longo do tempo<sup>2</sup>, tem-se dados em narrativas de viajantes naturalistas (FERREIRA, 2007; SPIX & MARTIUS, 1981; WALLACE, 1953), religiosos (COSTA, 1909; BEKSTA, 1984), militares (GURJÃO, 1855) e etnógrafos (NIMUENDAJÚ, 2001; KOCH-GRÜMBERG, 2005) que percorreram o rio Negro e procederam às descrições sobre como os povos indígenas deste rio eram tratados.

A imobilização da força de trabalho, a instituição de uma dívida, a punição dos corpos, a expropriação dos territórios tradicionais até hoje são realidades cotidianas desses povos indígenas.

“Redistribuição” e “reconhecimento”, conforme aponta Nancy Fraser (2007), estão intrinsecamente relacionados, pois uma não é suficiente sem a outra. Neste caso, o reconhecimento de uma identidade coletiva específica, como povos indígenas das etnias Baré, Tukano, Piratapuaia, Macuxi, Baniwa, Arapaso e Tikuna supõe conhecimentos tradicionais, sentimentos de pertencimento ao grupo e relação com o território. Ao assegurar o reconhecimento de seus territórios, é possível reivindicar acessos às políticas que podem corresponder à “redistribuição” de renda e direitos na sociedade abrangente.

O “reconhecimento” deste território pode ser entendido não só como reparação histórica para esses povos, mas como perspectiva futura para as novas gerações, como disse o Sr. Clarindo Chagas Campos, da etnia Tariana, ex-presidente da Associação Indígena de Barcelos: *“Se não houver o reconhecimento e a demarcação de nossos territórios, nossa história vai ficar nos livros. Mas nossos filhos e netos não vão comer os peixes de desenhos e palavras”* (CAMPOS, 2009, p. 1).

---

<sup>2</sup> Os registros citados se referem, sobretudo, ao período dos séculos XVIII ao XX.

Por isso, é fundamental garantir o reconhecimento dos territórios indígenas, especificamente do baixo rio Negro e rio Caurés para que haja a distribuição dos direitos à vida plena como asseguram os dispositivos jurídico-formais referentes à manutenção das culturas materiais e imateriais dos povos aqui mencionados, seja a Constituição de 1988, a Convenção 169 da OIT ou até mesmo o Decreto nº 6.040 de 2007 sobre a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

### **Procedimentos metodológicos**

Os dados construídos neste relatório se deram em dois momentos: O primeiro tratou-se de um levantamento bibliográfico, documental e arquivístico em banco de dados de museus virtuais, como Armazém Memória, FUNAI, Biblioteca Curt Nimuendajú, Biblioteca Nacional, IBGE, além de relatos de viajantes naturalistas, missionários, militares, denúncias em jornais, entre outros repositórios virtuais. O segundo momento se referiu à realização do trabalho de campo na Terra Indígena objeto deste relatório, localizada no município de Barcelos.

No primeiro momento, isto é, durante o levantamento bibliográfico, as buscas foram realizadas a partir de palavras-chave como “Arawak”, “Tukano”, “Karib”, “Baré”, “Baniwa”, “Piratapuia”, “Arapaso”, “Arapaço”, “Tikuna”, “Macuxi”, “Caurés”, “rio Negro”, “Barcelos” e “Carvoeiro”. Posteriormente, ao constatar que o rio Caurés também era referido por outras denominações — como “Cauboris”, “Cheuie”, “Cauauri” e “Caubory” —, esses termos foram incluídos nas buscas com o objetivo de ampliar os resultados.

As descrições de Alexandre Rodrigues Ferreira, que percorreu o rio Negro no final do século XVIII e as cartas publicadas no livro “A cartografia da região amazônica, publicada em 1963” do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, que contém mapas dos séculos XVIII e até meados do XX, como o mapa do Estado e Capitanias do Grão-Pará e rio Negro de 1778, foram oportunas para a percepção de outras denominações deste rio.

Foi feita, portanto, uma comparação cartográfica, dos rios e comunidades, que se fazem presente no rio Negro há mais de um século, como Poiares, Moura e Carvoeiro, para

descobrir o nome com que antes eram conhecidos. O rio Caurés situa-se entre as localidades de Carvoeiro e Poiares, esta última não existe mais, somente nos registros históricos. Outro ponto de localização foi o rio Unini, escrito por Ferreira (2007) como “Anani”, estes rios são paralelos e isso ajudou na localização do, hoje, Caurés nos registros históricos.

Além do material bibliográfico, destaca-se a importância do levantamento em hemerotecas. Foram encontradas denúncias das décadas de 70 e 80 referentes à devastação e desmatamento no rio Caurés, assim como os conflitos ocasionados pela presença dos chamados *patrões*, ou comerciantes que se intitulam donos dos igarapés e lagos da região e mantinham uma relação vertical de poder com os povos indígenas.

No segundo momento foi realizado o trabalho de campo nas comunidades indígenas do rio Negro: Cauburis, Lago Grande, Manacauaca e D. Pedro II e São Roque, no rio Caurés. A equipe técnica foi acompanhada pela presidente da Associação indígena de Barcelos (ASIBA), Rosilene Menez da Silva, do piloto do barco, Juarez Medeiros de Souza, pelo guia e prático do barco, Carlos Mourão Batista e pelo cozinheiro, Ronald Tomás. Estes dois últimos são indígenas da etnia Baré de Cauburis.

A equipe procedeu a reuniões coletivas para a construção do calendário agroextrativista, de pesca, de roça, oficinas de mapas, entrevistas individuais e coletivas com os agentes sociais, assim também procedemos às visitas em lugares importantes para os indígenas, como castanhais, roças, cemitérios, áreas de pesca, limites de uso dos recursos naturais, lugares sagrados, acompanhamos organização social da chegada das caças, das pescarias e do roçado.

Em Cauburis foram realizadas observação direta, entrevistas semiestruturadas com a liderança política, no caso, a presidente da associação dessa comunidade, com a parteira e rezadora, com o agente de saúde indígena, com as famílias que estavam trabalhando na roça no momento da pesquisa, com jovens mulheres e mães que estavam produzindo farinha e com os moradores mais antigos.

Além disso, foram realizadas duas oficinas e uma reunião geral em Cauburis: a primeira oficina contou com os homens da comunidade, participaram desse momento 13 (treze) indígenas das etnias Baré, Tukano e Baniwa para conversarmos sobre as atividades

produtivas, como pesca, caça, roça e coleta/extrativismo vegetal. Nesse momento, foi construído um calendário agroextrativista, pesca e roça do inverno e verão.

*Foto 1 - Oficina para calendário de atividades produtivas com os homens. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022.*



Na segunda oficina, houve a mesma dinâmica, porém, majoritariamente, com as mulheres. Participaram 13 (treze) mulheres e 03 (três) homens, das etnias Baré, Baniwa, Arapaso, Tukano e Piratapuia. Foi discutido sobre as atividades produtivas da comunidade, como roça e plantas medicinais, os locais que são encontradas as plantas e árvores, como prepará-los e em qual situação devem ser ingeridas.



*Foto 2 Oficina sobre roças e plantas medicinais com as mulheres. Fonte: Elieny S. Menezes, 2022.*

Já a reunião geral foi realizada com todas as lideranças das comunidades que compõem a TI, ou seja, Cauburis, Lago Grande, Manacauaca, D. Pedro II e São Roque. Para tanto, foi necessária uma articulação anterior à viagem e contou como articuladora principal a Associação Indígena de Barcelos (ASIBA) tendo como sua representante, a presidente Rosilene Menez, que entrou em contato com todas as lideranças e organizou toda a logística necessária para que a reunião acontecesse.



*Foto 3 Discussão das áreas imprescindíveis com as lideranças das cinco comunidades indígenas.  
Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022.*

A reunião geral aconteceu entre os dias 29 e 31 de julho de 2022, participaram 28 (vinte e oito) lideranças indígenas<sup>3</sup>, 03 (três) membros da equipe técnica do projeto – antropóloga, ambientalista e cartógrafa - 04 (quatro) membros da ASIBA contando com a presidente, cozinheiro, piloto e o prático do barco, além das crianças que ajudaram nos desenhos dos croquis.

Na ocasião, após a apresentação de todos/as, foi conversado sobre a metodologia da pesquisa, e as lideranças escolheram trabalhar coletivamente em uma mesma base cartográfica. Essa atividade proporcionou uma dinâmica favorável à troca de experiências e à construção de um entendimento visual de que as cinco comunidades compartilham um

---

<sup>3</sup> Das etnias Baré, Baniwa, Tukano, Macuxi, Ticuna e Piratapuaia.

mesmo território, ainda que exista entre elas um conhecimento tácito acerca da territorialidade de cada uma.

Enquanto os homens mapeavam na base as áreas imprescindíveis de caça, pesca e uso do território, as mulheres e crianças desenhavam em papel 40 kg as unidades domésticas, depois todos observaram os desenhos e discutiam se acrescentavam algo ou não. Essa divisão de tarefas foi uma dinâmica em que eles próprios desenvolveram e está refletido nos papéis sociais em que estes atuam no cotidiano.

No primeiro dia, a sistematização das atividades agroextrativistas, realizadas em oficinas anteriores com os indígenas de Cauburis, foram expostas nas paredes da sede da associação, local onde a reunião foi realizada e todas as lideranças das demais comunidades puderam observar e sugerir outros elementos para acrescentar, o que enriqueceu a coleta de dados. Neste dia, ainda, as lideranças começaram a discutir e trabalhar nos seguintes mapas temáticos: 1) hidrografia para identificação dos igarapés, lagos e rios; 2) áreas de pesca; 3) área de caça e agricultura; 4) área de coleta e extrativismo; 5) conflitos e pressões ambientais e sociais; 6) limites do território indígena reivindicado; 7) distribuição das unidades domésticas, casas de forno, roças - em uma menor escala nas proximidades das unidades domésticas - e identificação das famílias. Posteriormente, ao longo do trabalho de campo, fomos até essas áreas mapeadas nos croquis, ou pelo menos até onde o tempo e os recursos nos permitiram, e registramos a localização por meio do GPS.

O último dia da reunião geral foi somente para discutir o mapa temático sobre o limite do território. Ao final, escreveram uma carta de próprio punho, leram em voz alta e votaram em sua concordância sobre a reivindicação do território mapeado na reunião (Ver anexo 01). Após a finalização dessa atividade, foi organizado coletivamente um calendário em que a equipe técnica passaria por todas as comunidades para continuar o trabalho de campo.

Em São Roque, ocorreu uma dinâmica semelhante à reunião geral e às oficinas realizadas em Cauburis. Foram realizadas reuniões e oficinas gerais com os demais indígenas, momento em que as lideranças que participaram da reunião em Cauburis apresentaram o resultado da discussão com as demais lideranças e informaram aos seus parentes como tinham sido as atividades. Foi levado o material das oficinas do calendário

agroextrativista, de pesca e roça, da cheia e seca do rio, nas toponímias e demais lugares sagrados para complementação.

A reunião em São Roque contou com 17 (dezesete) indígenas das etnias Baré, Macuxi e Baniwa. Lá, eles puderam ver o que foi mapeado na reunião com as lideranças e complementaram com mais detalhes no que tange ao território da comunidade. Assim também, ocorreu com os calendários agroextrativistas, de pesca, caça e coleta.

Além das lideranças, as famílias mais antigas da comunidade, os idosos, os que trabalham na roça, na caça, na pesca e nas *rezas* foram entrevistados. A equipe técnica observou a preparação de um dia da caça, da saída dos grupos de caçadores e a chegada destes com suas caças, limpeza e distribuição das carnes aos parentes. A equipe técnica também foi ao encontro de um dos moradores mais antigos de São Roque, que hoje mora na cidade de Barcelos, para compreendermos sobre a fundação de São Roque.

Em Manacauaca, foi realizada uma reunião geral que contou com 9 (nove) indígenas das etnias Baré e Baniwa. Entrevistamos as lideranças, a professora e demais agente sociais, como pescadores e agricultores indígenas. Na ocasião, eles observaram os mapas (croquis) que foram produzidos na reunião com as lideranças, assim como os calendários, e acrescentaram informações mais detalhadas, conforme suas realidades.

Em D. Pedro II, participaram da reunião 13 (treze) indígenas das etnias Baré e Tikuna. Estes também procederam à observação dos mapas construídos na reunião geral com as lideranças, acrescentaram mais detalhes, assim como nos calendários, refizeram o seu mapa (croqui) das unidades domésticas e apresentaram na reunião. A equipe entrevistou os moradores mais antigos, as lideranças atuais, assim como os indígenas que estavam realizando alguma atividade produtiva, como pesca e caça.

Já em Lago Grande, participaram da reunião 13 (treze) indígenas das etnias Baré, Baniwa e não indígenas, parentes por afinidade (casamento). As lideranças apresentaram um resumo da reunião de Cauburis e o croqui das unidades domésticas. Na ocasião, foram entrevistados os moradores mais antigos.

Em todas as comunidades indígenas, a equipe registrou pontos com o GPS de todas as unidades domésticas, igrejas, centro social, quintais, roças e demais localidades consideradas importante para o grupo.

Nas entrevistas realizadas nas cinco comunidades, os temas privilegiados foram: as histórias de vida, a história da comunidade, a descrição do processo social de coleta de produtos vegetais, os demais processos produtivos, a natalidade e a mortalidade, as relações de parentesco, a cosmologia, os sistemas simbólicos, a ocupação por não indígenas, os conflitos socioambientais e as áreas imprescindíveis para a sua reprodução física e social.

Este relatório está baseado nas instruções metodológicas do artigo 231 da Constituição Federal de 1988 sobre “terras tradicionalmente ocupadas”, no Decreto 1.775, de 08 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das Terras Indígenas e na Portaria 14 do Ministério da Justiça, de 09 de janeiro de 1996, que dispõe sobre as normas de elaboração do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação.

### **Histórico de reivindicação territorial**

Com a criação da Associação Indígena de Barcelos - ASIBA no início da década de 1990, a demarcação da terra indígena é discutida e colocada como pauta de reivindicação. Os povos indígenas, que compõem essa unidade associativa, querem assegurar suas práticas tradicionais e modos culturalmente distintos em seus territórios que, até então, estavam sendo ameaçados pelos domínios dos patrões.

O rio Caurés está entre os rios reivindicados pelos povos indígenas em Barcelos, os quais apontam como área pretendida para demarcação, os rios: Caurés, Quiuini, Aracá, Demeni, Preto e Padauri, nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro/AM.

Ao longo da reivindicação territorial dos povos indígenas de Barcelos, duas Terras Indígenas foram indicadas: a Terra Indígena Jutubaxi-Teá e a Terra Indígena Aracá Padauri. As duas tem as portarias de composição de grupos técnicos para a realização dos estudos em 2007, todavia tiveram diferentes desdobramentos que elencarei a seguir.

- **A Terra Indígena Jurubaxi-Teá**

Em maio de 2007 a FUNAI instituiu a Portaria FUNAI nº 476, de 29/05/2007 criando um grupo técnico para realizar os estudos de natureza etnohistórica, antropológica e ambiental necessários à identificação e delimitação das áreas denominadas Rio Jurubaxi, Tapurugara, rio Preto, foz do rio Uneuixi, que abrange o município de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, estado do Amazonas.

Este grupo técnico foi composto pelo antropólogo José Maria Trajano Vieira, pela ambientalista Alexandra Coraça de Freitas, pelo engenheiro agrimensor Sebastião Carlos Baptista, pelo diretor da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN Abrahão de Oliveira França e o diretor da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro – ACIMRN, José Augusto Fonseca.

A Terra Indígena Jurubaxi- Teá corresponde às etnias Arapaso, Baniwa, Baré, Desana, Nadöb, Kuripaco, Piratapuaia, Tariana, Tikuna e Tukano e possui uma superfície aproximada de 1.208.155 ha (um milhão duzentos e oito mil e cento e cinquenta e cinco hectares) e perímetro também aproximado de 701 km (setecentos e um quilômetros).

Com os relatórios finalizados, o processo não avançou porque a Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (GCID) da FUNAI considerou os dados insuficientes. Desse modo, o Movimento Indígena do Rio Negro continuou a reivindicação territorial (PERES, 2010).

Em abril de 2010, a FUNAI publicou a Portaria nº 530 que constituía outro grupo técnico com o objetivo de realizar novos estudos nas margens dos rios Negro, Jurubaxi, Uneuixi e Téa, no município de Santa Isabel do Rio Negro/AM. A equipe foi composta por: Lúcia Hussak Van Velthen - antropóloga-coordenadora; Laure Emperaire - botânica-colaboradora; Carlos Alberto Teixeira Nery - representação indígena, Presidente ACIMIRN; Sandra Gomes Castro - representação indígena, Vice-Presidente ACIMIRN; Joaquim Rodrigues Costa - representação indígena, Segundo Secretário ACIMIRN e Renê Coimbra - técnico agrícola da FUNAI/São Gabriel da Cachoeira.

Em setembro de 2010, a FUNAI prorrogou o prazo para a entrega do relatório preliminar através da Portaria nº 1.387 de 22 de setembro de 2010. O novo prazo se estendeu até novembro daquele ano.

Quase três anos depois, a FUNAI publicou a Portaria nº 14 de 08 de janeiro de 2013, que resolvia constituir um grupo técnico com o objetivo de realizar estudos complementares necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena Jurubaxí, Uneiuixi-Téa. A Portaria manteve a coordenação anterior, a antropóloga Lúcia Hussak Van Velthem, seguido da botânica Laure Emperaire, do Presidente da ACIMIRN, Carlos Alberto Teixeira Nery e do engenheiro agrimensor Emerson Rodrigues da CGGeo/FUNAI/Brasília.

A equipe realizou outro trabalho de campo para estudos complementares tendo 23 dias para as atividades. A FUNAI justificou que tal incumbência era de impossível interrupção, pois sua suspensão seria danosa ao cumprimento da missão institucional da Fundação.

Naquele mês foi incluído na equipe o chefe da Coordenação Técnica Local (CTL – FUNAI) Massarabi<sup>4</sup>, Guilherme Costa Veloso, na qualidade de acompanhante, através da Portaria nº 48 de 21 de janeiro de 2013.

Em 2016, ou seja, três anos após o último trabalho de campo e entrega do relatório técnico, a FUNAI autorizou um grupo técnico para realizar os estudos de natureza fundiária e cartorial necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena Jurubaxi-Téa. Essa autorização se deu através da Portaria nº 142 de fevereiro de 2016.

Essa equipe foi composta por Josemar Araújo Andrade, técnico em agricultura e pecuária, lotado na Coordenação Regional de Manaus e coordenador do GT; Túlio Caio Binotti, Indigenista Especializado, lotado na Coordenação Regional do Rio Negro e Estefânia Souza da Silva, Geógrafa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA-Manaus. A equipe teve quinze dias para trabalho de campo e quinze dias para entrega do relatório.

Em abril de 2016, a FUNAI publicou a Portaria nº 30 de 18 de abril que aprovou as considerações do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação elaborado pela antropóloga Lúcia Hussak Van Velthem.

---

4 As Coordenações Técnicas Locais (CTLs) da FUNAI eram responsáveis pela fiscalização e monitoramento das Terras Indígenas, além de levar as demandas locais às Coordenações Regionais. Em 2017 o Governo Federal extinguiu 51 CTLs no Brasil, das quais 40 se encontravam na Amazônia em áreas que sofrem pressões de garimpos, grileiros, madeireiros, fazendeiros e narcotraficantes. A CTL Massarabi em Barcelos foi remanejada para Santa Isabel do Rio Negro em condições precárias.

Contudo, somente em setembro de 2017, com a Portaria nº 783, que a Terra Indígena Jurubaxi-Teá foi declarada como posse permanente dos povos indígenas Arapaso, Baniwa, Baré, Desana, Nadöb, Kuripaco, Piratapuia, Tariana, Tikuna e Tukano com o perímetro aproximado de 701 km (setecentos e um quilômetros). Desde então, encontra-se com o status de “declarada” e aguarda os novos passos para a homologação.

- **Terra indígena Aracá-Padauri**

Em 2007, a FUNAI publicou a Portaria FUNAI nº 12 de 12 de janeiro de 2007 referente à constituição de um grupo técnico para realizar os estudos de identificação e delimitação das áreas indígenas denominadas Baixo Rio Negro, Rio Aracá e Rio Padauri, localizadas nos municípios de Manaus, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e Novo Airão, no estado do Amazonas. Este grupo técnico foi composto por um antropólogo, Edward Mantonelli Luz, uma ambientalista, Andréa Leme da Silva e um técnico em agrimensura, Zenildo de Souza Castro.

Peres (2010, p. 229) apontou que o relatório técnico do grupo foi considerado insuficiente pela Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (GCID) da FUNAI e a Terra Indígena Aracá - Padauri não foi declarada como tal.

Em 2009, outro grupo técnico foi constituído através da Portaria FUNAI/DAF nº 1.309. Esse grupo teve a finalidade de realizar os estudos antropológicos necessários à identificação e delimitação de áreas de ocupação tradicional indígena, na margem direita do rio Negro e nas regiões de abrangência dos rios Caurés, Quiuini, Aracá, Demeni, Preto e Padauri, nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro/AM. Este grupo técnico foi composto por quatro antropólogos: Sidnei Clemente Peres (coordenador), Luciene Pohl, Luiz Augusto Nascimento e Elói dos Santos Magalhães.

Devido à abrangência da Terra Indígena reivindicada, a Portaria nº 1.309 foi alterada através da Portaria nº 419 de 26 de março de 2010, prorrogando o prazo de entrega do relatório antropológico. Nessa nova Portaria, a equipe foi composta por Sidnei Clemente Peres, antropólogo-coordenador, Luiz Augusto Souza do Nascimento, antropólogo - colaborador, Mariana Porto Motta, antropóloga, Thais Danton Coelho, antropóloga, Carlos Durigan, geógrafo, Sarita de Moura, geógrafa e Marcelino S. Santos Dantas, biólogo.

Se dois anos antes o processo referente à Portaria da Terra Indígena Aracá – Padauri (Portaria FUNAI nº 12 de 12 de janeiro de 2007) tratava somente destes dois rios, agora com as Portarias nº 1.309 e 419, os estudos compreendem também o rio Caurés, Quiuini, Demeni e Preto, devido à demanda dos povos indígenas da região.

Para continuar os trabalhos de identificação da TI Aracá Padauri, em julho de 2010 foi publicada a Portaria FUNAI/DAF nº 1.045 que constituiu o grupo técnico com o objetivo de realizar mais uma etapa dos estudos complementares de natureza etno-histórica, antropológica e ambiental necessários à identificação e delimitação de áreas de ocupação tradicional indígena, na margem direita do rio Negro e nas regiões de abrangência dos rios Caurés, Quiuini, Aracá, Demeni, Preto e Padauri, nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro/AM.

A equipe foi composta pelo antropólogo Sidnei Clemente Peres (coordenador), o antropólogo Augusto Souza do Nascimento, a bióloga Priscila Ambrósio Moreira, o biólogo André Braga Junqueira, o membro do Conselho Fiscal da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN, Marivelton Rodrigues Barroso, a Presidente da Associação Indígena de Barcelos – ASIBA, Maria Aparecida Duque Dias, e o Secretário Executivo da Associação Indígena de Barcelos – ASIBA, Antônio de Jesus Dias Campos. Além do Servidor João Gonçalves Bonfim, Técnico Agrícola cedido do INCRA.

Peres (2020, p. 09) afirma que “por razões administrativas e logísticas do órgão indigenista a área de atuação do GT foi reduzida a margem esquerda do rio Negro, às Bacias dos rios Aracá-Demeni e Padauri-Preto”, ou seja, a margem direita, incluindo a região do rio Caurés foi suprimida dos estudos do GT pela escassez dos recursos financeiros, apesar da equipe ter realizado anteriormente alguns trabalhos de campo na região.

Recentemente, em 2025, a Terra Indígena Aracá-Padauri foi delimitada por meio do Despacho Decisório nº 157/2025/Pres-FUNAI, de 18/11/2025, que aprovou as conclusões do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação, de autoria do antropólogo Sidnei Clemente Peres.

Os estudos concluídos e aprovados, entretanto, não contemplou a margem direita do rio Negro.

Em 2013, uma equipe do Ministério Público Federal (MPF)<sup>5</sup> realizou uma visita técnica em Barcelos e constatou que a não demarcação dessas terras estavam acirrando conflitos nessa região, e trazendo prejuízo aos povos indígenas por não conseguirem a efetivação de seus direitos, no atendimento à saúde, educação, à manutenção de seus territórios e na garantia de seus lugares sagrados.

Em março de 2014, a Justiça Federal do Amazonas concedeu uma liminar a pedido do MPF para obrigar o governo federal a dar prosseguimento à identificação e conclusão do processo de demarcação das “terras tradicionalmente ocupadas” no médio rio Negro, incluindo seu afluente, o rio Caurés, em um prazo de 45 dias. O pedido da liminar iniciou a partir das reivindicações dos povos indígenas da região do médio rio Negro, sobretudo, aqueles organizados pela Associação Indígena de Barcelos.

Como defesa, a FUNAI alegou que o prazo estabelecido na decisão liminar era muito curto e as dificuldades para prosseguir com os trabalhos permeavam a falta de corpo técnico suficiente e demais fatores na atuação do órgão, como alterações nos cronogramas devido à Copa do Mundo e às eleições.

A referida liminar culminou na Ação Civil Pública nº 0002662-81.2014.4.01.3200, localizado no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, autuado em 24 de fevereiro de 2014 e julgado em 27 de março de 2019.

O relator do recurso, desembargador federal Souza Prudente, observou em sua decisão que o procedimento de demarcação da Terra Indígena Aracá – Padauri, em Barcelos, se arrastava desde 2007. E concluiu que a apelação de defesa da União e da FUNAI são desprovidas de fundamentação, que a morosidade para as conclusões dos estudos e, por conseguinte, à demarcação das Terras Indígenas no médio rio Negro consiste na violação dos dispositivos legais e constitucionais aos princípios da moralidade, da eficiência e da razoável duração do processo.

Nesse sentido, o relator negou o recurso de defesa da FUNAI. Com base na Constituição Federal de 1988, no artigo nº 67 do ADCT e o Estatuto do Índio, foi

---

5 Essa visita técnica se deu no âmbito da 5ª edição do projeto “MPF na comunidade” regulado pela Portaria PR/AM nº 49, de 07 de maio de 2013 que visa o deslocamento de procuradores e equipe técnica para a realização de debates, reuniões, diligências, atendimento ao cidadão e capacitações nos Municípios em que não há sede do MPF.

estipulado o prazo de cinco anos para que se conclua a demarcação no médio e baixo rio Negro. Conforme a decisão, caso a Terra Indígena não seja demarcada no prazo estabelecido, fica evidente a violação do artigo nº 231 da Constituição Federal de 1988 sobre o direito dos povos indígenas ao seu território, organização social, língua, costumes, crenças e tradições. Apesar do julgamento ter sido em março de 2019, a publicação do julgamento se deu em maio do mesmo ano.

É oportuno observar que no dia 01 de agosto de 2019, ou seja, cerca de dois meses após a decisão judicial favorável aos indígenas, a FUNAI publicou a portaria nº 1.302 com a finalidade de constituir um Grupo Técnico (GT) para realizar estudos de natureza fundiária e cartorial da Terra Indígena Aracá-Padauri (baixo rio Negro), na qual está incluso o seu afluente, o rio Caurés.

A equipe composta pela Portaria nº 1.032 foi formada por: Dalva Furtado Saunders, coordenadora do GT, técnica em agricultura e pecuária; Raimundo Catarino Campos Serejo, economista; Josemar Araújo Andrade, técnico em agricultura e pecuária; Cleidinaldo dos Santos Soares, colaborador indígena, presidente da Associação Indígena de Barcelos (ASIBA); e Moisés da Gama Pessoa, assessor na Secretaria de Política Fundiária e representante do Governo do Estado do Amazonas.

Os estudos de natureza fundiária, nesse caso, também contemplaram tão somente a TI Aracá-Padauri. Deste modo, a citada decisão judicial foi parcialmente cumprida pelo órgão indigenista somente em 2025, restando ainda a conclusão dos estudos apresentados no presente Relatório Circunstanciado.

Além do processo que transita no âmbito do executivo e judiciário, os povos indígenas do baixo rio Negro têm protocolado diversas documentações em diferentes instituições e órgãos governamentais ao longo de duas décadas reivindicando seus direitos constitucionais, como pode ser visto no anexo 02.

### **Estrutura do relatório**

Este relatório segue as diretrizes NBR 6023 e NBR 10520 da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) e está dividido em 07 partes. São elas:

Parte 01 – Dados gerais: Informações gerais sobre os grupos indígenas envolvidos, tais como filiação cultural e linguística, migrações, censo demográfico, distribuição espacial da população e identificação dos critérios determinantes desta distribuição; histórico de ocupação da terra indígena de acordo com a memória do grupo étnico envolvido; Identificação das práticas de secessão eventualmente praticadas pelo grupo e dos respectivos critérios causais, temporais e espaciais.

Parte 02 – Habitação permanente: Descrição da distribuição das comunidades, com respectiva população e localização; explicitação dos critérios do grupo para localização, construção e permanência na área por elas ocupadas e o tempo em que se encontram nas atuais localizações.

Parte 03 – Atividades produtivas: descrição das atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo com a identificação, localização e dimensão das áreas utilizadas para esse fim; descrição das características da economia desenvolvida pelos grupos étnicos; descrição das relações socioeconômico-culturais com outros grupos indígenas e com a sociedade envolvente. O contexto cosmológico das atividades produtivas.

Parte 04 – Meio ambiente: identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem-estar econômico e cultural do grupo indígena; explicitação das razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias.

Parte 05 – Reprodução física e cultural: dados sobre as taxas de natalidade e mortalidade do grupo nos últimos anos, com identificação das principais morbidades; descrição dos aspectos cosmológicos do grupo, das áreas de usos rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos explicitando a relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação; identificação e descrição das áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo indígena com as razões pelas quais são elas necessárias ao referido fim.

Parte 06 – Levantamento fundiário: identificação e censo de eventuais ocupantes não índios; descrição das áreas por eles ocupada, com a respectiva extensão, as datas dessas ocupações e a descrição das benfeitorias realizadas; informações em alguns casos de ocupantes disporem de documento oriundo de órgão público.

Parte 07 – Conclusão e delimitação: Principais pontos elencados no relatório e proposta de limites da área demarcada.

É oportuno observar que há uma vasta produção intelectual, documental e arquivística sobre o rio Negro, todavia, especificamente de seu afluente, o rio Caurés, pouco se tem produzido.

Para a compreensão mais acurada deste texto, alguns termos estarão na formatação *itálico* para indicar que se trata de categorias ou termos locais (português, nheengatu, tupi, tukano), assim também as designações científicas de flora e fauna (latim). Essa distinção é necessária para a não naturalização de termos cujo significado possa ser confundido com outros em contextos diferentes.

## **I – PRIMEIRA PARTE**

### **Dados Gerais**

- a) Informações gerais sobre o(s) grupo(s) indígenas envolvidos, tais como filiação cultural e linguística, eventuais migrações, censo demográfico, distribuição espacial da população e identificação dos critérios determinantes desta distribuição;**
- b) Pesquisa sobre o histórico de ocupação da terra indígena de acordo com a memória do grupo étnico envolvido;**
- c) Identificação das práticas de secessão eventualmente praticadas pelo grupo e dos respectivos critérios causais, temporais e espaciais.**

### **1.1 Terras tradicionalmente ocupadas no rio Negro: critérios de ocupação e dinâmicas de distribuição**

A categoria “território” dentro do Estado nacional enquanto elemento identitário e étnico-cultural é recente, anteriormente sua leitura perpassava apenas uma significação do espaço físico. (DUPRAT, 2012).

A Constituição Federal de 1988 não utiliza a categoria “território”, e sim a de “terras tradicionalmente ocupadas” para se referir aos territórios de ocupação tradicional de grupos sociais que possuem uma cultura distinta da sociedade nacional, tais como os povos indígenas.

Conforme o §1º, do Art. 231 da Constituição Federal:

“São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” (BRASIL, 1988).

Deste modo, “terras tradicionalmente ocupadas” é uma categoria que abrange não somente o espaço físico, mas também o simbólico. Trata-se de um espaço construído nas relações sociais, que relaciona conhecimentos tradicionais, identidades étnicas, preservação ambiental, cosmologias e atividades produtivas.

A categoria “terras tradicionalmente ocupadas” tornou-se norma jurídica para a defesa das “territorialidades específicas” construídas conforme preceitos étnicos, como aponta Almeida (2012). Por “territorialidades específicas”, Almeida as pontuou como “terras

de pertencimento coletivo, cujo uso é disciplinado por costumes e percepções culturais que convergem para um território” é também um conceito acionado para “nomear as delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõe os meandros de territórios etnicamente configurados (...) são consideradas como resultados de diferentes processos sociais de territorialização”. (ALMEIDA, 2008, p. 25).

As “terras tradicionalmente ocupadas” concernentes ao rio Caurés e baixo rio Negro compreendem uma pluriétnica, ou seja, uma diversidade étnica que abrangem os povos Baré, Piratapuaia, Macuxi, Baniwa, Tukano, Arapaso e Tikuna.

Em termos quantitativos, na Terra Indígena Baixo Rio Negro e Rio Caurés, o povo Baré se apresenta como majoritário com 314 pessoas, seguido do povo Macuxi com 29 pessoas, depois Baniwa com 15 pessoas, Tukano com 10 pessoas, Tikuna com 3 pessoas, além de 1 pessoa da etnia Arapaso e 1 da etnia Piratapuaia. Além de 14 não indígenas em Lago grande que são considerados como parentes afins. As famílias Arapaso e Pira-tapuaia trata-se de casamentos interétnicos entre mulheres desses grupos étnicos e homens Tukanos e/ou Barés. Por se tratar de grupos patrilineares, os descendentes são registrados nos cartórios com a etnia do pai e assim se consideram. Apesar disso, recentemente alguns indígenas têm reivindicado a identidade étnica da mãe, devido à vivência e aproximação com a linhagem materna. Devido à dinamicidade da cultura, algumas famílias acionam a patrilinearidade ou a matrilinearidade, dependendo da relação que estes constituem no âmbito das famílias.

Esses grupos étnicos possuem uma relação com o território para além da reprodução física e econômica, mantém uma série de elementos cosmológicos, culturais e identitário que ultrapassa a materialidade privilegiada na sociedade nacional.

### **1.1.1 A Família Linguística Arawak: o povo Baré e Baniwa**

A territorialidade do povo Baré e Baniwa, da família linguística Arawak, compreende no Brasil, a região do rio Negro, que é habitada pelos povos indígenas há pelo menos 3.000 anos. (NEVES, 1999; GOUREVITCH, 2011).

Vidal & Zuchi (1999) examinaram as transformações que ocorreram nas formações societárias dos Arawak e seus aliados no Noroeste Amazônico entre os anos 1798 a 1830, tais como, as consequências dos avanços das frentes de colonização, dos processos de

independência e instauração das repúblicas da Venezuela, Brasil e Colômbia, e compreenderam, a partir de estudos arqueológicos e históricos, que até o início da colonização europeia, os Arawak faziam parte de uma rede extensa de comércio com diversos grupos étnicos da região Orinoco-Amazonas e Japurá-Solimões. Tal rede se configurava do que Vidal e Zuchi (1999) denominaram de “macrossistemas políticos aborígenes”.

Apesar da heterogeneidade linguística, os “macrossistemas” compartilhavam as seguintes características: multietnicidade, hierarquias (tanto interétnicas, quanto entre aldeias), territórios claramente definidos com zonas de amortecimento e povos fronteiriços fortificados com guerreiros para a vigilância e defesa, líderes supremos com autoridade e poder sobre os demais, especialização econômica e produção de excedentes para a troca intra e inter-macrossistemas, interdependência socioeconômica e etnicidade que transcendia as fronteiras econômicas, políticas e linguísticas. (VIDAL e ZUCHI, 1999, p. 116).

Os Arawak e os Tukano fizeram parte de três destes “macrossistemas” localizados entre os rios Amazonas, Negro e Japurá, são eles: macrossistema dos Conori, macrossistema Oniguayal (ou Omagua) e o macrossistema de Manoa.

No século XVII, a inserção dos indígenas no sistema colonial modificou as relações políticas e econômicas internas dos “macrossistemas”, que começaram a se desestruturar. Tal fato, ocasionou no surgimento de outras formações políticas e sociais.

Essas novas formações foram denominadas de “confederações multiétnicas” (VIDAL e ZUCHI, 1999, p. 117) que se organizavam a partir de um chefe, cuja autoridade política estava baseada na habilidade de atrair aliados, construir redes de comércio através de rotas antigas e ter o conhecimento xamânico.

No século XVIII, havia inúmeras “confederações multiétnicas”, mas dependiam do controle político e econômico das autoridades coloniais, perdendo, portanto, sua autonomia. É no final deste século que se tem registros de um sistema legalizado de endividamento dos povos indígenas, tal como conhecemos hoje: o sistema de aviamento. Tem-se, nesse sentido, o declínio das chamadas “confederações”.

Ao longo do rio Negro, com as políticas de “descimento e tropas de resgate”<sup>6</sup> muitos povos foram deslocados compulsoriamente de seus territórios, o que gerou novas configurações sociais, culturais e linguísticas.

Ao analisar a organização cultural e social dos povos de família Arawak na América do Sul<sup>7</sup>, Santos-Granero (2002) argumenta que há uma conexão entre a língua e a cultura, ou seja, os povos pertencentes à mesma família linguística compartilham uma mesma matriz cultural e um certo “*ethos*”.

A noção de “*ethos*” mencionada pelo autor se aproxima do conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu (1993). Por “*habitus*”, Bourdieu considera um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Essa noção em Bourdieu, como aponta Santos-Granero (2002), dispensa as perspectivas dualistas de características culturais, integrando o emocional e o cognitivo, o normativo e o metafísico, se constituindo como um produto de um conjunto de condições objetivas de existência como a linguagem e a economia.

Para Santos-Granero (2002), o “*ethos*” de um povo expressa, não somente uma faceta particular da cultura, mas o conjunto de percepções, valores e práticas que são inconscientes, como também informam os aspectos consistentes de uma cultura. Nesse sentido, o “*ethos*” de um povo não se trata de regras, estratégias e construções ideológicas, mas sim de disposições inconscientes, inclinações e práticas que moldam as regras, estratégias e ideologias.

No caso do “*ethos*” Arawak em particular, Santos-Granero (2002) aponta que não há um único tipo de organização social e cultural, pelo contrário, há variação e diferenças na forma e na estrutura social. Este “*ethos*” se configura enquanto um produto histórico, que

---

5 As tropas de resgate eram patrocinadas por colonos, ou pelo Estado, ou pela Igreja, consistiam em expedições que adentravam a floresta e se dirigiam às aldeias indígenas para negociar prisioneiros com os chefes. Era comum não haver negociações e os soldados portugueses atacar as aldeias de surpresa, onde ateavam fogo, atiravam, matavam homens guerreiros e raptavam as mulheres e crianças. Os prisioneiros eram considerados escravos. Já os “descimentos” eram as práticas destinadas a ampliar os núcleos coloniais através do deslocamento dos índios de suas aldeias, realizada com base em acordos com as lideranças indígenas, que eram persuadidos pelos missionários e acompanhados pelos militares para trabalharem.

7 Especificamente de três regiões: do leste do Peru, noroeste Amazônico e Nordeste da América do Sul.

não é fechado, integrado, coerente e fixado como um todo e sim se apresenta como uma vasta rede de práticas socioculturais de membros de uma família linguística.

Por se tratar de um produto histórico de um determinado conjunto de condições objetivas, persistem no “*ethos*” os princípios organizadores, em vez das práticas organizadas. Isso porque as condições objetivas dos vários povos de língua Arawak ao longo do tempo sofreram mudanças com movimentos diaspóricos, ocupação de diferentes ecossistemas e interação com outros povos.

Os princípios organizadores de um “*ethos*” Arawak apontados por Santos-Granero (2002 p. 44) são: a) repúdio às guerras internas, ou seja, guerras contra povos que são mesma família linguística; b) inclinação às alianças sociopolíticas entre povos linguisticamente relacionados; c) ênfase na descendência, consanguinidade e comensalidade como a base da vida social ideal; d) predileção por ancestralidade, genealogia e posição herdada como base para a liderança política; e) tendência de atribuir à religião um lugar central na vida pessoal, social e política.

Apesar de atualmente os Baré não falarem sua língua materna de família Arawak, é possível observar, com uma ou outra variação, a presença desse “*ethos*” Arawak, sobretudo, no que tange às alianças sociopolíticas, repúdio às guerras internas, na descendência e na religião (a partir das narrativas míticas) como argumento explicativo do mundo social.

Os Baré e os Baniwa vivem ao longo do rio Negro, em sítios, comunidades e nas cidades, como São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos, Novo Airão e Manaus. Sua história perpassa situações sociais de imobilização da força de trabalho e migração compulsória a partir do contato no âmbito do processo de colonização.

La Condamine (1992, p. 62), em 1735, já descrevia os Baré e os Baniwa entre os povos habitantes do rio Negro, ao afirmar que “tem índios de diversas nações, entre os povos que povoam, são Manaos, Baré, Juruna, Japiuás, Baniuas”.

Historicamente, os Baré englobariam vários grupos étnicos como os Mandahuaca, Manaca, Baria, Cunipusana e Pasimonare (BUCHILLET, 2018; MEIRA 2006). Sua língua de tronco Arawak foi substituída pela língua geral, que fora ressignificada.

A designação baré era empregada no rio Negro desde o século XVIII, e indicava as diferentes posições ocupadas por determinados povos indígenas, da qual a referência era a relação com a chamada “civilização”, ou seja, baré seriam os povos com maior contato com

os colonizadores e *gentios*, os povos mais distantes deste contato (ANDRELLO, 2006). Meira (2006) aponta que, inicialmente, foi uma designação externa ao grupo, embora Perez (1988) pondere que tal designação vem da família linguística Arawak, para indicar *homem branco* em oposição ao *homem negro*.

Era comum durante o trabalho de campo entre 2007 e 2017 em Barcelos, ouvir de não indígenas que os Baré seriam menos indígenas devido ao contato. Entretanto, esses estigmas ainda são sobrevivências de um passado colonial, de um pensamento evolucionista, de considerar os povos indígenas como cristalizados, além do que, como veremos adiante, o contato com o Estado se deu de maneira violenta, submetendo esses povos a um regime de trabalho escravo, de proibição de sua língua, de suas práticas rituais e religiosas, dentre outros.

O depoimento de França (1999), da etnia Baré, sobre a origem de seu povo ou *Baré-Mira Iupirungá* nos dá uma dimensão da abrangência dos Baré até o contato com os não indígenas através da colonização. Segundo o autor, no início do mundo, *Mira-Boia* (Gente-Cobra) não conseguiu viajar no grande navio que entrou no rio Negro por não ter acompanhante, por isso ele decidiu navegar pelo lado de fora. Isso possibilitou ver as margens dos rios mais de perto, não resistindo, pulou em direção às margens e assim foi capturado por um grupo de mulheres guerreiras.

Essas mulheres capturavam homens para as fecundarem e logo após, os matavam. Após alguns eventos, como festas rituais, *Mira-Boia* foi morar com *Tipa* (Rouxinol) uma jovem mulher. O casal se apaixonou e fugiram em um momento em que as demais mulheres do grupo estavam caçando e coletando mel e frutas para o ritual de execução de *Mira-Bóia*.

Após formarem e ampliarem a família, *Tipa* e *Mira-Bóia* receberam a visita de *Purnaminari*, o mensageiro de *Tupana*, para aprenderem a trabalhar e garantir assim sua comida. Assim, eles foram ensinados a fazer canoas, remos, roças e até guerrearem.

Como missão do final da aprendizagem foi designado que eles tomassem o poder das mulheres guerreiras e se casassem com elas para serem respeitados e conhecidos como *Baré-Mirá* ou povo Baré. Assim foi feito.

O grupo cresceu e dominou a região do baixo e médio rio Negro. Ao chegarem na cachoeira de *Tawa*, no alto rio Negro, houve uma briga interna e as regras de *Purnaminari* foram quebradas, que ordenou que eles não podiam mais se misturar com outros grupos,

porém, isso não foi atendido e os *Baré-Mirá* continuaram a tomar mulheres de outros grupos para procriação. Isso durou até a chegada dos *brancos*.

É oportuno verificar que a narrativa mítica sobre a origem do povo Baré coaduna com a historiografia no que tange à ocupação territorial, quando menciona o domínio desses povos do baixo ao alto rio Negro e seus afluentes, coaduna também com a aglutinação e incorporação de vários povos aos Baré através dos casamentos interétnicos e as guerras interétnicas, assim como menciona um conjunto de conhecimentos tradicionais, como a construção de canoas, remos, roças, entre outros.

Atualmente, os Baré vivem em Barcelos, falam o nheengatu ou língua geral, além do português. O nheengatu é assim conhecido por ser uma forma simplificada do Tupi, falado em grande parte do Brasil nos primeiros séculos da colonização portuguesa (POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, 2018).

Tem-se registro dessa língua desde o século XVIII. Com o Diretório Pombalino, em 1758, foi proibido o uso das línguas indígenas, inclusive a língua geral, que inicialmente fora introduzida pelos gramáticos do clero (ALMEIDA, 2007), especificamente, os carmelitas e difundida pelos jesuítas.

O Diretório pressupunha que nos reinos e colônias a única língua que poderia ser falada era a *língua do príncipe*, ou seja, a língua portuguesa. A língua geral foi proibida porque competia com a “*língua do príncipe*, além do que, tanto os indígenas quanto os escravizados trazidos da África estavam se comunicando pela língua geral. Em 1759 o governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado enviou uma carta à corte relatando tal fato.

Hoje, o Nheengatu foi ressignificado como língua indígena, pauta reivindicatória dos próprios movimentos indígenas no rio Negro. No alto rio Negro, inclusive, essa língua já foi oficializada junto com a língua Tukano e Baniwa<sup>8</sup>.

Durante os trabalhos de campo em Barcelos, era comum ouvir diálogos multilíngues de nheengatu, Tukano, Baniwa e português. Tais diálogos expressam os conhecimentos tradicionais e a resistência desses povos.

---

8 Conforme a Lei Municipal nº 145/2002, de cooficialização das línguas indígenas Tukano, Nheengatu e Baniwa, e da Lei Municipal nº 210/2006, de 31 de outubro de 2006, que dispõe sobre a regulamentação da cooficialização das línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa no município de São Gabriel da Cacheira-AM.

O povo Baniwa refere-se a grupos que habitavam a bacia fluvial do rio Içana, afluente do rio Negro. Compreende-se que o nome baniwa se trata de um termo genérico do período colonial para designar os povos falantes de uma mesma língua Arawak no rio Guainía, na Venezuela, e que em um passado, habitava o rio Içana (WRIGHT, 1987; OURNET, 1988).

No Brasil, esses grupos são designados como Baniwa, na Venezuela como Wakenai e na Colômbia de Curripaco. Não há uma distinção clara entre Baniwa, Curripaco ou Wakenai, pois são falantes de uma língua muito próxima e compartilham de elementos culturais em comum, inclusive parentesco (KNOBLOCH, 1974; WRIGHT, 1987; OURNET, 1988). Ramirez (2001) aponta que a língua falada entre os Baniwa e os Koripako são somente variações dialetais.

Knobloch (1974) identificou no rio Içana que o termo “baniwa” era assim conhecido para designar três grupos de dialetos, cada um subdividido em diferentes clãs. São eles: (a) Karu ou Karom: Yauareté, Yurupari, Marakaya, Inambú, Dyiboia, Urubú. (b) Un-Hun: Siusi, Sukuriyú, Acuti, Tapiira. Tatú, Cáua, Kadapuritana, Hohódene. (c) Kuripaka: Ipeka, Pakú, Koati, Ira, Iebarú, Wirari e Pirapukú (Rio Guainia, na Colômbia).

Hill (1983) menciona que a autodesignação dos “Curripaco” ou “Baniwa” é *Wakuenai*, que significa *povos da nossa língua* (wako= nossa língua, nai= povos). Cardoso (2018) acrescenta que a autodenominação dos Baniwa, além de *Wakoenai*, é *Medzeniako*, que significa *nasce falando a língua* (medzeni= nascer, ako= língua).

Já Wright (1987) afirma que os Baniwa usavam mais os nomes das suas fratrias (como Hohodene, Oalipere-dákenai, Dzauinai) do rio Içana e seus afluentes.

Cardoso (2018, p. 233) assinala que o povo Baniwa se divide em quatorze clãs falantes da língua Baniwa: *Adzaneeni*, *Awadzoro*, *Dzawinai*, *Dzoleemeni*, *Hohoodene*, *Kadaopoliro*, *Kaňhetalieni*, *Koitsinai*, *Kotteeroeni*, *Maolieni*, *Moliweni*, *Paraattana*, *Tomieni* e *Walipere Dakeenai*. Além dos clãs falantes da língua koripako, que vivem no alto rio Içana: *Kapittininanai*, *Komadeeni*, *Komadaminanai* e *Padzowalieni*.

Para os povos Arawak, a humanidade surgiu a partir de transformações cósmicas complexas, a partir do avô do mundo (Ēmëkho Ñihkë), um espírito invisível e imortal, o *Deus Sol* e a *mãe do mundo* (Yepá) a *Deusa Terra*. Os Arawak são grupos *Gente Pedra* (Ēhtã Mahsã), filhos do Sol e da Terra (GENTIL, 2007).

Para os Baniwa, no âmbito da cosmologia Arawak, a constituição do universo se dá após o encontro do *Deus Sol* e da *Deusa Terra*, que culminou no aparecimento de objetos em escalas astronômicas, consideradas como *seres astros* ou *gente universo* (Cardoso, 2018; Gentil, 2007).

Esses *seres astros* ou *gente universo* constituem os avós dos clãs, dos instrumentos e dos animais, dentre eles estão os Hekoapinai, que nas narrativas míticas Baniwa, são assim conhecidos os irmãos Ñapirikoli, Dzooli e Eeri, sua tia Amaro e seu filho com Ñapirikoli, Kowai, estes constituem uma nova etapa de transformação do universo (CARDOSO, 2018; GARNELO, 2007).

Os Hekoapinai são seres cosmológicos que preparam o mundo para os atuais humanos *Walimanai* ou *Nova Geração*, nesse caso, os Baniwa de hoje. A relação entre esses seres é complexa já que Ñapirikoli, Dzooli e Eeri são irmãos com diferentes habilidades, eles estão alinhados sob a chefia de Ñapirikoli, mas a relação deste com Amaro (sua tia paterna) é controversa e com Kowai (seu filho) é de hostilidade. Kowai nasce como uma pessoa não indígena e Ñapirikoli não o aceita (VIANNA; FONTES; CARDOSO, 2022).

Os irmãos Ñapirikoli, Dzooli e Eeri também mantinham uma série de relações hostis contra animais espirituais predadores como o macaco-trovão (*Eenonai*) e o gigante serpente (*Omawali*), cujo controle do universo impedia a prosperidade da humanidade. Em tempos pretéritos, os irmãos Hekoapinai travavam guerras e procuravam esposas entre os rivais. Tal relação de ambivalência é uma característica do modo de vida Baniwa, que busca e descobre nos limites externos de sua sociedade o meio fundamental de produzir e transformar sua própria existência. (GARNELO, 2007).

Os conhecimentos tradicionais, dentre eles as visões de mundo, são pensados não só como expressão cultural, mas também como uma categoria de direito e instrumento político incorporado às práticas dos movimentos sociais (ALMEIDA, 2010, p. 15).

O conhecimento a que me refiro não é somente no campo das técnicas tradicionais de agricultura, caça, pesca ou de criação de animais já domesticados, mas também no campo do conhecimento da região. Esses povos conhecem a região para além dos seus aspectos físicos, como igarapés, poços, furos, lagos e ilhas, eles conhecem os significados, lugares sagrados, lugares onde aconteceram eventos importantes para o grupo social a partir da memória coletiva. Tais conhecimentos são expressos nas suas narrativas míticas.

### 1.1.2 A Família Linguística Tukano Oriental: o povo Tukano, Arapaso e Piratapua

Falantes da família linguística Tukano Oriental, o povo da etnia Tukano, Arapaso e Piratapua habitam toda a bacia do rio Negro. Diz-se Tukano Oriental para marcar distinção entre os povos falantes do Tukano Ocidental, grupos étnicos que habitam a região do rio Napo, na Colômbia. (HUGH-JONES e CABALZAR, 2002).

Esse é o povo mais numeroso da família linguística Tukano Oriental, sendo possível a existência de mais de trinta subdivisões entre os Tukano ao longo do rio Negro, isso dependerá das famílias e das relações que estas constroem. (HUGH-JONES e CABALZAR, 2002). Essas relações se dão, sobretudo, na participação em uma ampla rede de trocas, que incluem casamentos, rituais, comércio e a existência de um ancestral mítico comum.

A organização social dos Tukano Oriental se caracteriza pela exogamia, patrilinearidade e patrilocalidade, ou seja, realizam casamentos fora de seu grupo de parentesco, os descendentes seguem a linhagem do pai, e as esposas vão morar junto ao clã do marido. Hugh-Jones e Cabalzar (2018) afirmam que a posição do clã dos Tukano está associada a uma hierarquia, relacionada às narrativas míticas de origem do mundo, como veremos adiante.

Hugh-Jones (1993) também aponta que as noções de descendência entre os Tukano, no noroeste amazônico, são amplamente relevantes em contextos rituais e mitológicos e não devem ser confundidas com um “*ethos*” de consanguinidade que é mais pertinente à vida cotidiana.

Gentil (2007) observou que na região do alto rio Negro, há um sistema multilíngue complexo. Isso porque, ao preferirem casamentos exogâmicos de residência patrilocal, da qual a esposa fala uma língua diferente do marido, seus descendentes tendem a falar mais de uma língua, sendo políglotas ou no mínimo bilíngues.

A linguagem atua como um símbolo de identidade e mantém relação com as regras do casamento: uma pessoa normalmente deve se casar com alguém que fale diferente de si. Por exemplo, os filhos falam a língua do pai, mas também conhecem e compreendem a da mãe, construindo, portanto, a base de um sistema de multilinguismo generalizado. (HUGH-JONES, 1993, p. 96).

Os Tukano se autodenominam *Yepá-mahsã* (gente da terra). *Yeapá* é o criador do mundo terrestre e dos povos do Alto rio Negro, já *Mahsã*, é o ser humano. A designação “Tukano” foi atribuída pelos Dessana, outro grupo étnico do rio Negro da família linguística Tukano Oriental, das quais os Tukano mantêm relações sociais de afinidade e casamento.

Em tempos passados, os Tukano, viviam em casas comunais multifamiliares, conhecidas como *malocas* extensas (*Bahsakawi* em tukano). O núcleo residencial dessas *malocas* era formado por um grupo de irmãos com suas esposas. Atualmente, a maioria vive em aldeias nucleadas, inspiradas nas missões. (GENTIL, 2007).

Hoje as *malocas* (*Bahsakawi*) não atuam mais como uma grande casa de habitação de famílias nucleares e sim como espaço coletivo, de compartilhamento entre os membros dos clãs, que inspira, produz e reproduz musicalidade e conhecimentos. (BARRETO, 2013).

Hugh-Jones (1993) afirma que a própria *maloca* replica e modela a estrutura do cosmos: seu chão é a terra e seus postes são as montanhas que sustentam o telhado ou o céu. No centro da *maloca*, corre um rio invisível, em cujas margens e afluentes vive o povo. Durante os rituais, o tempo humano se funde com o mito atemporal e a *maloca* e seus conteúdos assumem proporções e significados cósmicos.

Os rituais intercomunitários, expressos em festas cerimoniais, acontecem nas *malocas*. Durante essas festas os casamentos entre grupos relacionados por afinidades podem ser articulados, além das combinações para a troca de alimentos e bens. Isso porque nem todos têm igual acesso aos mesmos recursos, já que cada grupo habita em territórios com variações ecológicas ao longo do rio Negro e seus afluentes. Essas trocas, materiais e matrimoniais, integram os diferentes grupos Tukano em um sistema regional aberto.

Apesar de cada clã ou grupo ter suas próprias histórias, eles compartilham uma narrativa mítica comum sobre a origem do mundo, cuja noção de tempo, espaço, gente e animal são distintas das noções ocidentais.

No pensamento Tukano, segundo Gentil (2007) e Sarmiento (2019), os grupos étnicos do alto rio Negro, formaram-se a partir das ações do Avô do Mundo (*Umukoho Ñekku*), da Avó do Mundo (*Umukoho Ñehko*) e dos deuses do princípio (*õ'amarã*, *Ye'pa Õ'akue*), que criaram a primeira humanidade (*Pa'muri Mahsã*). Foi num lugar encantado conhecido por Lago de Leite (*Õhpeko Dihtara*) que estes iniciaram uma viagem de transformação da humanidade e percorreram o rio Negro primordial, o rio de Leite (*Õhpeko Diá*), por meio da

Canoa de Transformação (*Pa'muri Pirõ-Yuhkusu*) ou “cobra-canoa”, uma grande canoa com formato de cobra.

Essa cobra tinha em seu interior os ancestrais da humanidade. Esses ancestrais-espíritos não tinham a forma humana ainda, e sim formatos de ornamentos de penas que foram transformados em humanos ao longo da viagem. No decorrer da viagem, foram parando em diversos lugares, chamados Casas de Transformação (*Pa'muri Wi'i*) e, nessas Casas, essa gente ia fazendo cerimônias e festas, adquirindo conhecimentos e elementos culturais. (SARMENTO, 2019).

Ao chegarem no centro do universo, que seria na cachoeira de Ipanoré<sup>9</sup>, os ancestrais dos humanos emergiram de um orifício das rochas e se deslocaram para os seus territórios, por via fluvial. (GENTIL, 2007; HUGH-JONES e CABALZAR, 2018).

Da família linguística Tukano Oriental, os Arapaso são assim conhecidos pela narrativa mítica de que quando a cobra-canoa chegou nas cachoeiras de Ipanoré, deparou-se com uma parede de pedra que a impedia de emergir, então, o antepassado dos Arapaso, armado com uma lança, furou a pedra e assim a canoa pode passar, recebendo o apelido de *arapaçu* que na língua geral corresponde ao pássaro pica-pau, na língua Tukano, o mesmo pássaro se chama *Ko'réa*, mas a sua autodesignação é *Dya Mahsa* (dya = rio e mahsa = gente) (PEDERNEIRAS, 2020).

Já os Waíkhana, conhecidos como a etnia Piratapuaia (em Nheengatu seria peixe=pyra, e gente=tapuaia) a partir do contato com os brancos, têm essa designação em referência às narrativas míticas da qual os Waíkhana (Piratapuya – gente-peixe) surgiram do mundo das águas no âmbito da viagem da *cobra-canoa* (PEREIRA, 2013; CHAGAS, 2001, SILVA, 2012).

Ao saírem da *cobra-canoa* cada grupo recebeu uma língua e um conjunto de bens como mitos, músicas, nomes e rezas xamânicas (LASMAR, 2005).

Os rituais da família linguística Tukano Oriental no rio Negro estão centrados em objetos, tais como, plumas, flautas e substâncias sagradas em suas cosmologias, como pinturas, cera de abelha, breu, tabaco e ayahuasca, além dos cantos, encantações e

---

<sup>9</sup> Localizada no rio Uaupés, a cachoeira de Ipanoré é um lugar sagrado para os Tukano. Lá é possível ver petróglifos e marcações nas rochas das quais os indígenas atribuem à cobra-canoa.

cerimônias. Esses objetos estão relacionados aos poderes espirituais. Tais capacidades rituais prestam-se a fortalecer sua posição política, da qual a classificação do clã está imersa.

A classificação do clã também tem relação com as narrativas míticas de origem desses povos. Hugh-Jones (1993) pondera que cada grupo, descendente de um ancestral que veio da *cobra-canoa*, é dividido em vários clãs, de acordo com a ordem de nascimento, chamados de filhos da sucuri.

Como pontuaram Hugh-Jones e Cabalzar (2018) os clãs de posição mais alta, vieram da *cabeça da cobra-canoa* e são considerados *chefes*, estes patrocinam os principais rituais e controlam os ornamentos de dança do grupo e os Yurupari. Por outro lado, os clãs de posição mediana são especialistas de danças e cânticos. Abaixo deles estão os xamãs e por fim, o grau mais baixo é ocupado pelos clãs considerados servos, cujos ancestrais vieram da *cauda da cobra-canoa*.

Sobre as relações religiosas entre os Tukano Orientais, não dá para desassociar a floresta e a fauna. Há o mundo objetivo, no qual se encontram as atividades cotidianas e materiais dos grupos, vistas a olhos humanos. Por outro lado, tem-se o mundo espiritual, que é invisível ao mundo objetivo, mas está sempre presente nele, sua visibilidade só é possível através da visão espiritual por meio dos rituais de Ayahuasca.

Desse modo, a espiritualidade Tukano faz parte de uma dimensão de conhecimento, experiência e prática, cujos domínios técnicos e metafísicos não possuem fronteiras. Esse conhecimento espiritual está relacionado às relações de parentesco e hierarquia. Desse modo, nem todos do grupo têm acesso aos mesmos afazeres rituais.

Barreto (2013) descreve os papéis sociais dos especialistas do conhecimento Tukano (Yepamahsã) que detém o domínio dos *benzimentos* (*bahesse*) e das narrativas míticas (*kihti*), são eles: *yai*, *kumu* e *baya*.

Atuando em complementação, os *yai*, *kumu* e *baya* fazem a comunicação entre o mundo objetivo e o mundo espiritual, cujas ações objetivam a cura, tanto de doenças físicas, quanto de espirituais, de acordo com seu modo de ver o mundo.

Barreto (2013) diferencia esses três especialistas da seguinte maneira: o *yai* podem diagnosticar doenças, pelo olhar, pela aspersão de água ou pelas folhas imersas sobre o paciente. Com o paciente já diagnosticado pelo *yai*, o *kumu* procede aos cuidados, através

dos benzimentos (*bahsesse*) e do conhecimento das plantas medicinais. Já o *baya*, também procede aos benzimentos, mas a partir de cerimônias rituais.

Os *yai*, os *kumu* e os *baya* são reconhecidos dentro do grupo como grandes sábios e possuem autoridade por isso. Para ser um especialista do conhecimento Tukano é preciso muitos anos de dedicação e treinamento, é um papel masculino e, por isso, geralmente são os homens mais velhos do grupo, da qual algum ascendente paterno (pai, avô, tio) tinha o mesmo status.

Segundo Hugh-Jones (1993), representam a identidade e poderes ancestrais de cada grupo tukano, o seguinte: 1) adornos de penas para a cabeça e bens cerimoniais mantidos dentro da caixa de penas; 2) um conjunto de instrumentos musicais sagrados; 3) direitos de fazer um determinado item da cultura material secular e direitos de fazer e usar certos itens de propriedade ritual (máscaras, instrumentos musicais.); 4) um complexo de propriedades imateriais, linguísticas e musicais compreendendo nomes pessoais, nomes de objetos rituais, uma linguagem, vários cantos, feitiços, canções, melodias instrumentais, estilos musicais e um corpo de mito. Os mitos servem para identificar e legitimar os poderes ancestrais do grupo, que podem ser ativados no ambiente ritual apropriado.

Hoje, assim como o povo Baré, os Baniwa, os Tukano, Arapaso e Piratapuaia estão espalhados por todo o rio Negro. Há uma circulação de pessoas tanto pelas redes de parentesco e afinidade, quanto pelas trocas materiais e rituais. Essa circulação começa com o período colonial, no qual os povos de família Arawak, os de família Tukano Oriental e os de família Karibe foram obrigados a mudar de território, seja pela guerra, pela situação colonial, que culminou em etnocídio, seja pela escravidão, como veremos a seguir.

### **1.1.3. A Família Linguística Karibe: o povo Macuxi do Rio Branco ao Rio Negro**

O povo Macuxi, de filiação linguística Karibe, compartilha o território entre Brasil e Guiana, entre as cabeceiras do rio Branco e rio Rupununi. Na porção nordeste de Roraima, os Macuxis são vizinhos dos Ingarikó e dos Taurepáng, de língua Karibe e com os Wapixana, de língua Arawak. Santilli (1989) aponta que esses três povos são remanescentes de uma diversidade étnica mais ampla registrada no período colonial desde o século XVIII na bacia do rio Branco.

O rio Branco tem como principais afluentes os rios Catrimani, Uraricoera, Surumu-Contigo, Tacutu e Maú, o rio Negro banha o território em sua parte sul, ou seja, para chegar em outras localidades do território brasileiro, é preciso passar pelo rio Negro.

Farage (1986) faz um levantamento sobre as representações da origem dos povos Karibe e encontra três versões de uma mesma narrativa. A primeira foi lida nas crônicas do jesuíta Joseph Gumilla de 1791, em tal crônica os vizinhos dos Karibe, os Achagua e os Saliva representam os Karibe como os *filhos de tigres com lanças* (Farage, 1986, p. 190).

Na crônica do jesuíta, os Saliva afirmavam que Puru enviou seu filho do céu para matar uma serpente que devorava as gentes do rio Orinoco. O filho de Puru venceu e matou a serpente, entretanto, assim que o corpo apodreceu, formaram-se em suas entranhas grandes vermes e de cada verme saiu um índio Karibe e sua mulher. Assim como a cobra, os Karibe eram bravos e cruéis no imaginário de seus vizinhos Saliva e Achagua.

A segunda narrativa encontrada por Farage (1986) é lida nos relatos de Roth (1915) que fora coletada entre os Warao, vizinhos dos Karibe pelo Orinoco. Nessa versão, uma mulher humana tem uma relação amorosa com uma serpente aquática, seus irmãos matam a serpente e a esquartejam. A mulher desolada pega o corpo despedaçado da serpente e enterra com folha e terra, dali surgem os Karibe.

Drummond (1981) coleta junto aos povos Arawak da região, a mesma versão sobre a origem dos Karibe que os Warao contaram a Roth (1915).

A terceira versão foi contada a Roth (1915) pelos próprios Karibe, aqui a mulher tem uma relação com a serpente e engravida, seus irmãos matam tanto a serpente quanto seu sobrinho, o bebê serpente. Dos corpos despedaçados surgem esse grupo étnico.

As três narrativas, contadas por diferentes grupos, marcam as fronteiras entre o nós e os outros. E em todas, os Karibe nascem dos pedaços apodrecidos da serpente, seus vizinhos, ou seja, os outros, demarcam por isso as características de agressividade que teriam os Karibe.

Ao descrever as moradas Macuxis, Diniz (1972) mencionava o formato retangular das casas com cobertura de folhas de buritizeiro desde o século XIX. O interior da casa era um amplo salão sem divisões e uma ou duas janelas.

Cada família Macuxi constituía uma unidade social e econômica independente, formada a partir de duas a três gerações. O princípio da uxorilocalidade temporária era bem

forte, ou seja, ao contrair matrimônio, o genro vai morar na casa do sogro e prestar-lhes serviços, como na roça, caça e pesca (DINIZ, 1972).

A uxori-localidade<sup>10</sup> é revelada em narrativas míticas dos Macuxi e assim são reinventadas e reproduzidas na prática social. Diniz (1972) reuniu uma série de narrativas Macuxis que enunciam e explicam vários elementos da organização social desse povo.

Uma dessas narrativas é a da Sapa (feminino de sapo): Uma vespa chamada *Kamaiuíá* era casado com uma das filhas da cobra grande, ao ver que seu genro era muito trabalhador e responsável, pois trazia muita caça para a casa do sogro, ofereceu à vespa a sua filha mais nova em casamento. Duas onças, uma vermelha e outra pintada, ficaram com inveja de *Kamaiuíá* e fizeram uma emboscada para lhe matar.

Alguns dias depois do assassinato da vespa, as onças foram até a casa da cobra grande para pedir suas filhas viúvas em casamento, mas ali todos sabiam que *Kamaiuíá* tinha sido vítima das duas onças. Apesar da negativa das filhas, a cobra grande aceitou o pedido, porém as onças deveriam ser boas caçadoras, como era *Kamaiuíá*.

As onças eram filhos da Sapa, que contaram à mãe da desconfiança da cobra grande sobre não serem bons caçadores. A sapa fez um acordo com os seus filhos, ela lhes dava a *puçanga*, um instrumento de caçar, e eles lhes dava a caça em troca. O acordo, todavia, não foi cumprido, as onças não deram toda a caça à sua mãe, apenas a rabada e as canelas. A sapa, engoliu de volta a *puçanga*. Seus filhos pediram para uma cobra preta apertar a sapa para que ela vomitasse a *puçanga*. Feito isso, as onças voltaram a ser boas caçadoras, mas isso despertou a inveja de *piá*, gente antiga, e assim foram assassinados, tendo o mesmo destino de *Kamaiuíá*.

A narrativa acima elenca o princípio da uxori-localidade, da qual o genro *Kamaiuíá* residia e trabalhava para o sogro, e este era um critério para a aceitação ou não do casamento. Elenca também a possibilidade da poligamia, pois a vespa teria se casado com as duas irmãs concomitantemente se não fosse assassinado. As onças almejavam o casamento com as filhas da cobra grande, mas para isso eles precisavam ser bons caçadores para trabalhar para o sogro, uma virtude inegociável. A mãe das onças, a sapa, ficou em segundo plano, em

---

10 A uxori-localidade é um termo empregado para designar que o homem, após o casamento, vai morar na casa do sogro e prestar-lhes serviços referentes às práticas produtivas.

primeiro vinha o sogro, pois as melhores partes da caça foram entregue ao sogro e as piores à mãe sapa.

Outra narrativa mítica Macuxi que evidencia o princípio da uxorilocalidade é a da filha do rouxinol: O rouxinol tinha uma filha que era muito desejada por vários pretendentes a casamento. Um dia ela aceitou a se casar com a mucura, porém ela não averiguou se seu noivo era trabalhador, o sogro convidou a mucura para uma caçada, eles foram para um igarapé pescar, mas o genro errou as duas flechadas e ainda foi engolido por um peixe.

O rouxinol convidou a ariranha para vingar a mucura, matando o peixe que engoliu seu genro. Com o êxito da vingança, a ariranha se casou com a filha do rouxinol. Entretanto, a ariranha só sabia pescar, não sabia plantar, nem caçar outros alimentos, pois ele só comia peixe. A filha do rouxinol conheceu o pato, que era um excelente agricultor, ela sempre ia na roça do pato. No final, ela abandonou a ariranha para se casar com o pato, pois este fez uma grande roça e plantou todas as variedades de frutas e legumes. Os sogros se transformaram em jurutis (pássaro) e se perderam na mata onde a roça do pato fora aberta.

Na narrativa acima, o principal critério de casamento era estabelecido se o genro fosse bom trabalhador. A esposa escolheu três pretendentes por vez, a mucura, a ariranha e o pato. No final ela ficou com quem lhe proporcionava uma maior variedade de alimentos através do trabalho. O pai da esposa avaliava o genro conforme seu êxito na caça, que servia não só à esposa, mas a toda sua família, sobretudo, pai e mãe.

Apesar da uxorilocalidade estar presente nas narrativas míticas e serem reproduzidas no cotidiano, esta não é uma norma fixa, pois não é uma regra de residência específica, é possível encontrar grupos que se organizam pelo princípio da uxorilocalidade, matrilocidade<sup>11</sup> e patrilocidade<sup>12</sup>.

A monogamia é uma forma usual de matrimônio hoje, porém há registros de poligamia de chefes em registros e narrativas dos macuxis (DINIZ, 1972; KOCH-GRUNBERG, 2006).

Os Macuxi são grupos que praticam a exogamia, ou seja, não se casam entre si, procuram esposas/maridos fora do grupo de linhagem, tal ocorrência é encontrada entre os

---

11 Após o casamento, o marido vai morar na aldeia/localidade da família da esposa, não necessariamente na casa dos sogros como na uxorilocalidade.

12 Após o casamento, a esposa vai morar na aldeia/localidade da família do esposo.

povos Karibe, como os Barama Karibe da Guiana e os Bakairi (FARABEE, 1924; DINIZ, 1972).

Há uma preferência entre casamentos entre primos cruzados bilaterais – pelo lado da mãe e do pai – estes não são considerados parentes, por não pertencerem à mesma linhagem, por isso, seria uma prática exogâmica, portanto, prescrita entre o grupo.

Diniz (1972) menciona que casamento entre grupos não prescritos são motivos de zombaria entre o grupo. O autor narra uma situação da qual um homem Macuxi se casou com a filha da irmã de sua mãe<sup>13</sup>, na classificação do grupo, a esposa seria sua irmã classificatória (prima paralela), ou seja, parente direta, e, portanto, incesto.

Quanto à filiação, os Macuxi podem ser designados como patrilineares e matrilineares, isso vai depender das subdivisões do grupo. Diniz (1972) aponta que a filiação patrilinear se institucionalizou entre os Macuxi pela influência da sociedade nacional, com a colonização, militarismo e missões religiosas.

Farabee (1924) mencionava a matrilinearidade dos Macuxi, já Martius (1904) apontava que a matrilinearidade era enfatizada em casos de casamentos interétnicos, pois sendo um grupo uxorilocal ou matrilocal os filhos desse casamento se reconheceriam com a identidade da mãe, pois cresceriam na aldeia materna e aprenderiam sua língua, seus costumes, seus modos de ver o mundo.

Desde modo, Diniz (1972, p. 90) assevera que a língua pode ser considerada um “mecanismo de identificação tribal”. O autor estabelece alguns critérios para a compreensão quanto à filiação Macuxi. Identificam-se Macuxis os indivíduos que: a) quando os pais eram da mesma subdivisão ou clã Macuxi, b) quando se tratava de clãs ou subdivisões diferentes, a filiação era dada pelo pai, c) quando o casamento era intertribal, a filiação era dada pela mãe.

O chefe Macuxi não atua sozinho, ele também pode ser assessorado por um líder espiritual, como um *pajé* (DINIZ, 1972). No século XVIII há registros da administração colonial de cinco chefes Macuxis em uma aldeia (D’ALMADA, 1861). É considerado o chefe, ou *iêbru* na língua macuxi, aquele que fixava os dias das danças, recolhia os alimentos do grupo, não agia de modo ditatorial e na guerra se distinguia dos demais pelos ornamentos corporais, como pintura e penas (DINIZ, 1972).

---

13 Na classificação ocidental de parentesco, a esposa seria uma prima do marido.

A influência interna dos chefes Macuxis dependiam da personalidade forte e número de parentes, quanto mais parentes consanguíneos e afins, maior a influência no grupo.

A transmissão da chefia é esperada pela linha sucessória na genealogia, sendo acionado o critério da maior idade como prioridade de ascensão ao cargo de chefe. Por também serem grupos uxori-locais, os genros também são chefes em potenciais. Isso ainda ocorre no rio Negro, em São Roque no rio Caurés, o atual presidente é genro da antiga liderança.

A figura do xamã ou *piaçã* entre os macuxis se faz presente em vários relatos (DINIZ, 1972; SCHOMBURGK, 1922; FARABEE, 1924; KOCK-GRUNGERG, 2006). Ele é a figura que participa das atividades sobrenaturais e naturais, atua na mediação dos dois mundos: físico e metafísico. É o guardião dos conhecimentos mágico-religiosos, curador de feitiços, além de médico do grupo.

Diniz (1972) afirma que um bom xamã (*piaçã*) tem um grande conhecimento das plantas medicinais, mas a maior eficiência deste é na *reza* que executa.

Durante o ápice da pandemia do Covid-19 no Brasil, os povos indígenas da região do rio Negro se trataram a partir destes conhecimentos tradicionais. Os macuxi que habitam o rio Caurés, por exemplo, se curaram com chás de ervas medicinais e *rezas* do *rezador* da comunidade.

Nas narrativas míticas dos Macuxis, o *piaçã* enxerga as catástrofes antes de todos, porém, ao avisar o grupo, ninguém acredita e, por isso, todos sofrem o efeito da catástrofe, menos o *piaçã*. A narrativa do tucunaré, registrada por Diniz (1972) aponta para essa situação.

Um dia todos os moradores da região das serras foram pescar e levaram timbó, uma planta utilizada para atordoar os peixes e auxiliar na pesca. Ao encontrarem um poço, resolveram colocar o timbó macerado lá, com isso os peixes começaram a boiar, os homens a flechá-los e as mulheres a recolhê-los. Todos os peixes pequenos foram pescados, porém um grande tucunaré surgiu e os homens o mataram, arrastaram para a terra, cortavam, dividiram, moquearam e comeram.

O pajé (*piaçã*) vendo que uma catástrofe se aproximava, convidou a todos para dormirem em cima da serra, mas ninguém lhe ouviu, então ele foi com sua família para o

alto da serra. Uma grande ventania arrastou todos para o poço quando estes estavam dormindo e o *piaçã* viu tudo de cima da serra.

No dia seguinte, ao amanhecer, o *piaçã* encontrou um velho chefe dos bichos que disse que todos tinham sido mortos porque mataram o chefe dos peixes, o tucunaré.

Na narrativa acima é possível observar dois elementos presentes entre os Macuxi: a figura do pajé como alguém que deve ser respeitado por dialogar entre o mundo tangível e intangível, que prevê as catástrofes e que deve ser ouvido pelo grupo e a ideia de conservação do meio ambiente e dos seres que ali habitam, ou seja, não pode caçar por ganância, é preciso respeitar os limites estabelecidos com a natureza, o tucunaré foi morto por ganância, pois os peixes menores já seriam suficientes para alimentar os caçadores. Tais ideias orientam a própria organização social do grupo.

Os relatos de Schomburgk (1922) que visitou a região em meados do século XIX, entre os anos de 1840 e 1844, apontavam que as aldeias Macuxis eram constituídas por uma grande casa comunal ou por quatro a seis pequenas casas agrupadas constituídas, que totalizaria entre trinta e sessenta pessoas.

Santilli (1989) coloca que os Macuxi das Guianas se organizavam conforme a variação ecológica, os que moravam na floresta e os que habitavam as savanas. Ambos se agrupavam em grupos domésticos formados por famílias extensas, ligados pelo parentesco consanguíneo, a diferença é que as famílias extensas dos que habitavam a floresta era mais densa populacionalmente do que os que habitavam as savanas.

Farabee (1924) faz referência às aldeias Macuxis constituídas por uma grande casa comunal e vários grupos domésticos. Santilli (1989) menciona que no final do século XX as aldeias Macuxis eram formadas por diversas casas menores, da qual habitavam as famílias nucleares, tal como hoje, observado em São Roque, rio Caurés, da qual uma família extensa é composta por Macuxi do rio Branco.

Santilli (1989, p. 96) aponta que a organização social Macuxi pode ser percebida por designações específicas de sua língua: o *yewik* ou *waipa* são assim denominadas as grandes casas coletivas de base circular, os *tapei* são abrigos provisórios com cobertura de palhas utilizados em situações de caça e festas, e os *aure* ou *ute* casas menores utilizadas por uma família nuclear de formato retangular. A aldeia ou o território na língua Macuxi é referida ao termo *pata*, que abrange todas essas unidades sociais elencadas acima.

A *pata* ou aldeia é interpretada por Rivière (1984) como uma unidade política da qual a figura do chefe é representada pelo sogro, evidenciando o caráter da uxorilocalidade. Em São Roque, no rio Caurés, é possível perceber este princípio, pois para falar sobre a comunidade, o sogro da atual liderança é acionado para contar sobre sua memória da organização social do grupo. Rivière (1984) argumenta que a habilidade política do chefe é importante para o status do grupo, quanto maior o grupo, mais rico é, ou seja, quanto maior a capacidade de aglutinar genros e netos homens, maior prestígio esse líder possuía frente aos demais grupos.

Desde o período colonial, as lideranças Macuxis têm sido assediadas por administradores coloniais, imperiais, militares e religiosos para atuarem em seu grupo a favor de tais instituições.

Com um caráter estratégico-militar, a colonização portuguesa adentrou a bacia do rio Branco, território Macuxi, desde o século XVIII, com o discurso da garantia das fronteiras, já que essa era uma região limite entre as colônias espanholas e holandesas nas Guianas. Em 1775, foi construído o Forte São Joaquim, uma estratégia para garantir a posse da região do rio Branco com o aldeamento dos povos indígenas, dentre eles, os Macuxi.

Em 1790, houve uma revolta generalizada entre os indígenas aldeados no rio Branco e a maior parte desses indígenas se espalharam por outros aldeamentos portugueses no rio Negro. (NABUCO, 1941; FARAGE, 1986, SANTILLI, 1989).

Após esse episódio, não houve, no rio Branco, outras tentativas de colonização naquele século, mas havia interesse por parte do Estado de continuar o estabelecimento de aldeamentos indígenas e colônias militares, visto se tratar de uma região de fronteiras.

No final do século XVIII, o Governo da Capitania de São José do Rio Negro planejava dar início à pecuária na região do rio Branco, como uma tentativa de integrar a região ao mercado colonial, com o fornecimento de carnes e couros (SAMPAIO, 1777). Em 1787, sob a administração de Manuel Lobo D'Almada, as primeiras cabeças de gado na região do rio Branco foram implementadas nas fazendas nacionais, propriedade do Estado, e havia três fazendas no final naquele século: São Bento, São José e São Marcos.

Diniz (1972) aponta que somente o gado introduzido no final do século XVIII na região do rio Branco constituiu o elo de fixação luso-brasileira. Lobo D'Almada, seguindo orientações de Pereira Caldas em 1786, ordenou a compra de gado para Moura e Carvoeiro,

povoações do rio Negro, mas que serviu de influência para a criação de bovinos na região do rio Branco, pela proximidade da região.

O rebanho das fazendas nacionais, assim como as terras de campo, era administrado pelo Forte São Joaquim, subordinado ao Governo da Capitania de São José do Rio Negro e à Tesouraria da Fazenda (SANTILLI, 1989; FARAGE, 1986).

Já a partir das primeiras décadas do século XX, no período republicano, as fazendas nacionais ficaram sob administração do Ministério da Guerra e do Ministério da Agricultura, que designou a Superintendência da Defesa da Borracha e, a partir de 1915, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) para administração (SANTILLI, 1989). Nesse período, a área das fazendas nacionais foi diminuindo pela ocupação de fazendeiros particulares, com isso tanto o Estado, quanto os povos indígenas tiveram sua área invadida com o aval do Governo estadual, contrariando a esfera federal, através de arrendamentos a terceiros, que, posteriormente, receberiam o título definitivo.

Parte da fazenda Nacional São Marcos, único trecho que não foi furtado pelos fazendeiros, foi reconhecida como Terra Indígena pelo SPI. Mesmo assim, a inspetoria regional do Serviço de Proteção aos Índios informava a invasão das terras dos povos indígenas pela firma J. G. Araújo, uma empresa que dominava o comércio no rio Negro no século XIX e XX (SPI, 1925).

Em 1842, a disputa pela fronteira entre Brasil e Inglaterra estava sendo discutida por via diplomática e, com isso, o rio Branco deixou de ser uma conquista militar. A partir do século XIX, o Estado não mais investiria na ocupação militar na região do rio Branco e sim na ocupação civil.

A pecuária foi um fator do povoamento que o Estado acionou para a região do rio Branco, mas, inicialmente, não foi empreendida por colonos e sim pelo próprio Estado desde o final do século XVIII. Com a Lei de Terras de 1850, no período imperial, as terras devolutas situadas em limites com países estrangeiros - como é o caso do território Macuxi na bacia do rio Branco - podiam ser concedidas gratuitamente a quem requeresse. Foram seis pedidos de reconhecimento de domínio particular na região a partir dessa Lei até 1856 (SANTILLI, 1989).

Os interesses econômicos de quem requereu as terras na bacia do rio Branco, no século XIX, estava voltado para as atividades extrativistas, como a balata e o caucho. Com

o declínio das atividades extrativistas da borracha, os interesses econômicos se voltaram para a pecuária, que até aquele momento era considerada uma atividade complementar ao extrativismo.

Santilli (1989) aponta que eram grandes os atrativos para o estabelecimento de fazendas particulares de gado, já que os gados eram criados soltos, portanto, fáceis de serem capturados e criados em qualquer terra que podia se estabelecer o pasto.

Com as fazendas particulares crescendo, as fazendas nacionais estavam diminuindo. Se em meados do século XIX havia três fazendas nacionais, no século XX só havia parte de uma, ou seja, o próprio Estado teve as terras de suas fazendas e parte de seu rebanho tomado por fazendeiros particulares na região. Tais fazendeiros se apropriaram inclusive dos territórios Macuxis. Santilli aponta que “o gado marcado e ao alcance do vaqueiro era a única medida de ocupação das terras, o título real de posse” (Santilli, 1989, p. 23).

O avanço da ocupação pecuarista sobre as terras tradicionais dos povos indígenas na bacia do rio Branco, especificamente do povo Macuxi, se deu ao longo da segunda metade do século XIX e até hoje eles sofrem com essa intrusão. Apesar de parte das terras indígenas no rio Branco terem sido demarcadas, como por exemplo, a Raposa Serra do Sol, os latifundiários reivindicam a posse e a expulsão dos indígenas de seus territórios, acionando a violência para isso.

Com o surgimento do garimpo no início do século XX na região do rio Branco, um grande contingente de imigrantes começou a chegar. Se antes os indígenas da região lutavam contra os fazendeiros, agora lutam também contra os garimpeiros que vinham de vários lugares do Brasil e até de outros países. Desse modo, os campos estavam sendo ocupados, com o aval do Estado, pelos fazendeiros e as regiões montanhosas, pelos garimpeiros.

Com o desmatamento promovido pela pecuária e a devastação promovida pelo garimpo ilegal, as vidas dos povos indígenas na bacia do rio Branco ficam insustentáveis.

Essa relação interétnica entre indígenas, fazendeiros e garimpeiros se deu a partir da intimidação pela violência, expulsão dos indígenas de seus territórios para ampliação dos pastos, genocídio e pela incorporação da força de trabalho dos indígenas, caracterizada como trabalho escravo.

Diniz (1972) assinala que a pecuária envolveu direta e indiretamente os Macuxi através de tarefas subsidiárias. Santilli (1989) aponta que “os fazendeiros preferiram investir

no clientelismo, estabelecendo com os índios relações de compadrio e de aliança, através dos casamentos com índias e levando crianças indígenas para serem criadas nas fazendas” (Santilli, 1989, p. 42) do que utilizar somente a violência física para com esses povos. Essas práticas também são vistas entre os indígenas no rio Negro até hoje e tem se revelado um instrumento de dominação eficaz, ademais, a intermediação dos *tuxauas*, lideranças políticas desses povos, também foi outro instrumento de poder e dominação exercido pelos fazendeiros e garimpeiros, como aponta o autor.

A utilização da força de trabalho dos povos indígenas, dentre eles, os Macuxi, pelos fazendeiros, foi um tema debatido no âmbito do processo diplomático entre Brasil e Inglaterra (Guianas) ainda em meados do século XIX e início do XX. A Inglaterra utilizou o discurso que o Brasil era conivente com o trabalho escravo dos povos indígenas na região do rio Branco e isso não foi bem visto pela comunidade internacional na época.

Após a definição das fronteiras, em 1904, entre Brasil e Inglaterra, muitos indígenas migraram para a Guiana Inglesa devido à violência dos fazendeiros, isso se tornou uma preocupação militar, pois poderia haver uma consequência política para o Brasil devido aos maus tratos para com os indígenas.

Rondon (1927) apontava que havia uma diferença grande entre o tratamento dos povos indígenas entre o lado inglês e o lado brasileiro. O primeiro chamava os povos indígenas da região para ocupar “seu território”, formando o que Santilli (1989, p. 46) chamou de “fronteira viva”. O segundo, ao contrário, escorraçava os indígenas e com isso, “os obrigava a expatriarem” (Rondon, 1927, p. 70) indo para o lado inglês.

Contudo, esse movimento migratório, não só para as Guianas, mas também para o rio Negro em áreas de acesso remoto, pode ser interpretado como deslocamento compulsório dos povos indígenas, que tem ocorrido desde o século XVIII provocado pelos aldeamentos militares, pelo processo de colonização com a força de trabalho desses povos para o extrativismo vegetal, e, posteriormente, para a pecuária e para o garimpo, tanto pelo uso da força física, quanto pelo clientelismo.

## **1.2. Processo de ocupação e colonização no rio Negro**

O rio Negro aparece na história da Amazônia como o território onde se desenrolaram momentos decisivos de seu processo de ocupação, como a instalação das duas capitais do que hoje corresponde ao estado do Amazonas: Barcelos e Manaus.

Barcelos, de acordo com os *extractos* dos relatórios da presidência da província Grão-Pará de 1849 a 1852 (CUNHA, 1906), antiga aldeia de Mariuá<sup>14</sup>, foi fundada a partir da Carta Régia de 03 de março de 1755 encaminhada para o então governador e capitão geral do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, estabelecendo assim, o governo da Capitania de São José do Rio Negro (atualmente o Estado do Amazonas).

A posse desta nova Capitania, entretanto, se efetivou três anos após a referida carta régia, em 1758, sendo o primeiro governador a coronel Joaquim de Mello Póvoas, passando então a aldeia de Mariuá à vila de Barcelos. Em 1791, a capital da província de São José do Rio Negro fora transferida para a Barra do Rio Negro (atualmente Manaus), porém, em 1798, voltou a se estabelecer em Barcelos. Em 1804, entretanto, fora novamente para a Barra do Rio Negro onde permaneceu.

A mudança de capital não se deu somente para atender à administração colonial da Capitania do Maranhão e Pará, como afirma Monteiro (2002), mas também a localização desta nova Capitania se configurava em um ponto estratégico em relação aos avanços ingleses, espanhóis e holandeses e assegurava o domínio luso, tanto em relação à “terra” quanto aos indígenas que ali habitavam, que eram vistos somente como força de trabalho.

Durante o período colonial, a economia foi marcada por políticas de exploração dos recursos naturais e da força de trabalho compulsório de povos indígenas. Até meados do século XVIII, a extração e coleta das *drogas do sertão*<sup>15</sup> foram coordenadas pelas missões religiosas, tais como, jesuítas e carmelitas.

Com o Diretório Pombalino, as missões jesuítas foram retiradas, passando à administração colonial o monopólio da atividade extrativista das *drogas do sertão*. Nesse ano, também é criada a Companhia de Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão, que visava o incentivo da agricultura em larga escala de algodão, cacau e cana, por exemplo. A extração das *drogas do sertão* ficou num plano secundário nas políticas de intervenção

---

14 Mariuá é o nome do arquipélago que fica em frente ao município de Barcelos. É considerado o maior arquipélago do Brasil, com mais de 140 quilômetros de extensão, 20 quilômetros de largura e cerca de 1200 ilhas.

15 CF. Meira (1993) No período colonial as “drogas do sertão” eram os produtos extraídos da fauna e flora amazônicas para fins múltiplos e que tinham mercado tanto na própria colônia, quanto nos países europeus. No período colonial, destacavam-se como “drogas do sertão”: óleos vegetais, plantas aromáticas, fibras, gomas elásticas em geral, canela, guaraná, gengibre, tabaco, breu, pimentas, dentre outros.

econômica em relação à agricultura em larga escala. E as duas explorações continuaram sendo através da força de trabalho compulsória.

Ao estudar o “Amazonas na época Imperial”, Loureiro (2007) aponta o extrativismo como uma atividade importante, ainda assim, só consta nos registros contábeis da época, como significativa, a partir da produção da borracha. Segundo este autor, o extrativismo era a principal ocupação dos povos indígenas que ocupavam o Amazonas durante a época imperial, tanto o de origem vegetal, quanto animal. Isso até a borracha predominar nas exportações.

Segundo Loureiro, “todos os anos, na vazante, a população ia para as praias e florestas, abandonando as demais ocupações para dedicar-se ao extrativismo (LOUREIRO, 2007, p. 230). Deste modo, essas atividades extrativistas compreendiam as pescarias e a salga do pirarucu, o fabrico da manteiga de tartaruga, da gordura de peixe-boi e das mixiras, a extração do óleo de copaíba, a colheita do breu, do cacau, da castanha, da piassava (piaçaba), do cravo, da estopa, da salsaparrilha, do cumaru e do puxuri, o preparo do couro de animais silvestres e o beneficiamento da madeira, além da produção de goma elástica.

Oliveira (1979) aponta que no século XX os povos indígenas do rio Negro deparavam-se com dois tipos de frentes de expansão: a econômica, com o extrativismo e a ideológica, com as missões religiosas. Tais frentes, trouxeram impactos irreversíveis aos indígenas, como a perda da autonomia, algo que hoje é pauta na luta desses povos, com a reivindicação de suas “terras tradicionalmente ocupadas”.

Com o advento da Revolução industrial na Europa, a demanda pela borracha começou a se tornar algo expressivo. Procurado e valorizado, este produto extrativista entrou num cenário internacional, alterando as receitas do Estado. Apesar da dinâmica proporcionada por aquele momento, tais como, projetos de estradas, “modernização” de capitais, e a visibilidade internacional, essa economia neste rio continuou sendo baseada na imobilização da força de trabalho, na violência e na dívida.

As instituições bancárias estatais, como o Banco do Brasil, inclusive, só vêm para a Amazônia no período de grande exportação gomífera, tal como aponta Reis (1958). Antes disso, o autor menciona que, com a ausência do banco formal a economia se desenvolvera sob a égide do sistema do aviamento.

Para este autor, na Amazônia, as relações de troca foram processadas na base de um aparelhamento que foi constituído pela rede de *casas aviadoras* que exerceram por muito tempo o papel que devia caber às organizações bancárias. As *casas aviadoras* se constituíam enquanto empresas que enviavam mercadorias às unidades de produção, por exemplo um seringal, em troca do pagamento em produtos extrativistas.

Alexandre Rodrigues Ferreira percorreu o rio Negro entre 1783 e 1792 e descreveu os seguintes povos indígenas: “Manaus, Barés, Carajais, Japiúas, Baniuas, Jaruna” (FERREIRA, 2007 p. 36), “Uajuanás, Guirinas, Passés” (FERREIRA, 2007 p. 50), “Carajaí, Uarinas” (FERREIRA, 2007 p. 43), “Uaupés, Juris, Uerequenas, Baniuas, Maquiritare e Macu” (FERREIRA, 2007 p. 70).

Ferreira (2007) narra que quando chegou na boca do *Cauauri/Cauburis* (situado entre Poiares e Carvoeiro, portanto, atual Caurés) encontrou os *gentios* “Cauauricena”, “Carajari”, “Aranacuacenas”, “Caraias”, “Mura” e outros índios fugidos.

Alexandre Rodrigues Ferreira ainda narra que o Ouvidor Ribeiro de Sampaio descreveu que o primeiro *branco* a adentrar o rio Cauauri até sua foz foi o Sargento Guilherme Valente antes de 1754. Este sargento fez amizades primeiro com os Cauauricena, depois com os Carajás, e depois com os Manáo. Foi uma relação baseada no que Ferreira (2007, p. 320) narrou como “barbaria do monopólio das almas (...) com os abusos das tropas de resgate” (...) “os quais acabaram de ser reduzidos e domesticados pelos religiosos carmelitas” (FERREIRA, 2007, p. 336).

Já Spix e Martius (1981) que também percorreram o rio Negro, mas entre os anos de 1817 e 1821, afirmaram que antes da década de 1820, contavam-se mais de cinquenta etnias diferentes, dentre eles: Manao, Aroaqui, Baré, Baniwa, Passé, Juri, Coretu, Macuná, Iupua, Coeruna, Uainumá, Cauari, marauá, Jumana, Catauixi, Amamati, Miranha, Tarumã, Uaranacoacena, Carais, Coeruna, Juma, Júri, Parauana e Maranacuacena, Baianai, Uariquena.

O etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg em 1903 ao subir o rio Negro cita os povos que ele ia conhecendo, como: Tariano, Uanána, Korekaru, Baré, Uarekena, Arapaso, Siusí, Tukano, Dessano, Maku, Baniwa, Karutana, Piratapuyo, Bará e Kobéua (Koch-Grünberg, 2005). As atividades econômicas desses povos são descritas com certas variações,

a partir da caça, pesca e extrativismo. Sobre este último, exercido através do uso compulsório da força de trabalho nos seringais por comerciantes.

Koch-Grünberg estava no rio Negro no momento de alta da indústria gomífera. O autor destaca que a relação destes agentes com os povos indígenas é marcada por violência através da repressão da força de trabalho, sobretudo, nos seringais, piaçabais e em alguns povoados cujos comerciantes residem.

Relatos como esses são vistos também nas descrições de Frederico Costa em 1909, ou seja, quatro anos após a estadia de Koch-Grünberg no rio Negro. Costa (1909), bispo do Amazonas, realizou uma viagem pastoral e publicou uma carta no mesmo ano. Nessa viagem ele conheceu alguns povoados ao longo do rio e igrejas, realizou missas, batizados, e observou a situação dos povos que ali habitavam.

Alguns povoados ao longo do rio, referidos aos indígenas Baré e Hupda, as atividades de pesca, agricultura e extrativismo para subsistência são evidenciados como atividades econômicas desses povos. Ato de tecer (redes e cordas), extrair piaçabas, puxuri, salsa, breu e óleos são realizados e elencados como elementos econômicos também.

As relações comerciais extrativistas, principalmente da borracha, também são narradas através de elementos como repressão da força de trabalho e violências físicas. Dentre os relatos de viajantes levantados, a dívida vai aparecer no relato deste bispo como algo que imobiliza os indígenas.

Oliveira (1979) apresenta sete depoimentos dos Baniwa contando sobre a situação de contato entre “índios” e “civilizados” no rio Negro. Em todos os depoimentos são apontadas mortes dos indígenas por conflito direto ou por doenças, assim como a imobilização da força de trabalho, tanto pelo Estado, pelas missões religiosas, quanto por comerciantes locais, na abertura de roças para nordestinos, em barcos de regatões, em missões religiosas ou internatos salesianos.

Eduardo Galvão, em seu diário de campo de 1954, transcrito por Oliveira (1979) mencionava a influência das missões religiosas no rio Negro, tanto católica, quanto protestante em plena competição. Ambas se utilizavam da força de trabalho dos povos indígenas e monopolizavam o comércio na região. Os indígenas preferiam trocar com as missões porque o preço das mercadorias era menos injusto, comparado aos comerciantes (regatões) brasileiros, colombianos e venezuelanos.

Em uma das narrativas coletadas por Oliveira (1979), um homem de 68 anos, do clã tatu dos Baniwa, nascido na Colômbia, recordava quando aos quinze anos veio ao Brasil para procurar a sua mãe, que tinha se casado e pela lógica da patrilocalidade do grupo, ela foi morar na aldeia do marido. Nessa idade ele aceitou trabalhar para um patrão em uma roça e em pescaria, no final do trabalho, após meses, o comerciante lhe pagou com um litro de querosene e uma barra de sabão.

Em outra narrativa, outro homem do mesmo clã recordava que desde os quinze anos trabalhava para o patrão e que aos dezoito trabalhou para uma viúva que lhe pagava em roupas, sal, terçado e o que mais precisasse de mercadorias.

Já outro indígena do clã Siuci, dos Baniwa, lembrou que desde a adolescência trabalhava na extração da piaçaba, juntamente com sua família, para um comerciante que pagava em roupas e mercadorias para uso doméstico. Outro patrão o convidou para extrair piaçaba na Colômbia e ele foi juntamente com outros rapazes. Lá, ele passou fome, pois o patrão não levava nenhuma mercadoria. Além disso, eles não tinham como voltar, pois a canoa tinha sido recolhida pelo patrão.

Ademais, o patrão lhes atribuiu uma dívida enorme, da qual os trabalhadores não teriam como pagar, sabendo que essa dívida não existia e que era uma relação injusta, os rapazes indígenas roubaram uma canoa e fugiram.

Em todas as narrativas coletadas por Oliveira (1979) são elencados o trabalho escravo, a dívida e o desejo de trabalhar por conta própria, sem um patrão para mandar.

### **1.3. Sobre o “sistema de aviamento”, imobilização da força de trabalho e servidão por dívida**

Compreender sobre o “sistema de aviamento” e a imobilização da força de trabalho pela dívida no rio Negro é oportuno para o entendimento das relações sociais nas comunidades indígenas objetivadas neste relatório (Cauburis, Lago Grande, Manacauaca, D. Pedro II e São Roque). Isso porque durante o trabalho de campo foi possível registrar, a partir da memória oral desses povos, que o surgimento de suas comunidades se deu a partir do afastamento da imobilização pela dívida numa relação com o patrão a partir do século XX<sup>16</sup>.

---

16 Ver Parte II – Habitação permanente.

O extrativismo de subsistência é tratado nas políticas do Estado, sobretudo até o século XX, como uma economia inferior em relação à agricultura. A utilização da imobilização da força de trabalho dos povos indígenas da região é vista nos discursos, sobretudo, de Ferreira (2007), Spix e Martius (1981), Costa (1909) e Santa-Anna Nery (1979 [1884-85]), como algo que deveria ser empregada não só no extrativismo, mas também na agricultura e no que mais fosse necessário para elevar as riquezas da região.

O bispo Frederico Costa (1909, p. 103) observou que muitos trabalhadores extrativistas, indígenas, sobretudo, são usados em relações comerciais de forma compulsória, com sua força de trabalho. O discurso é que o trabalho os tornaria mais “civilizados”.

Essa relação remonta desde o período colonial quando os povos indígenas foram escravizados através de políticas como as tropas de resgates<sup>17</sup> ou os descimentos. Ou seja, podiam ser usados como força de trabalho escrava os indígenas que praticavam antropofagia, não fossem cristãos, fossem aliados dos inimigos de Portugal, e até resistentes à catequização. Vale ressaltar que as missões religiosas, antes de Pombal, eram responsáveis por “administrar” os indígenas.

Chambouleyron e Bombardi (2011) afirmam que não somente o Estado Colonial e as missões religiosas faziam uso da força de trabalho compulsória dos indígenas. Havia também alvarás de descimentos a particulares, ou seja, licenças que pessoas solicitavam ao Estado para utilizar os indígenas em suas roças, comércio, e onde mais necessitasse de força de trabalho.

Nimuendajú entre 1929-1932 também já tinha observado que os indígenas eram depreciados seja através da catequização cristã ou do trabalho compulsório pelos seringalistas, justificativas de um projeto de colonização violento.

A imobilização da força de trabalho dos povos indígenas, dentre outros fatores, encontrou força em sua reprodução através da servidão pela dívida, que foi sendo construída por um sistema conhecido como *aviamento*.

Teixeira (2009) observa que o processo comercial do *aviamento* possui dois momentos distintos: O primeiro diz respeito ao *aviamento* como uma organização comercial

---

<sup>17</sup> Ver rodapé 2.

destinada à exploração dos recursos naturais, assumindo um caráter mercantil. Já o segundo, se reveste da forma do *barracão*<sup>18</sup> e as relações sociais ganham um novo conteúdo, diferente do caráter mercantil, onde as relações sociais são marcadas pela coerção e não pelo mercado.

Euclides da Cunha (2003) abordou os mecanismos de endividamento nessa relação *patrão* (comerciante) e *freguês* (trabalhador extrativista). O autor narra que o *freguês* trabalha para “escravizar-se”, já que as dívidas que prendem o trabalhador ao *patrão* dificilmente são pagas. Este sistema econômico é narrado por Euclides da Cunha como um sistema escravo que funciona através do endividamento.

Nesse caso, o trabalhador extrativista fica dependente do comerciante no que se refere ao transporte, já que as distâncias percorridas entre os locais de potenciais extrativistas e os povoados ou cidade são grandes, e somente os comerciantes detém barcos e combustível para a realização dessas viagens. É imposto a esse trabalhador uma série de dívidas referentes não só ao transporte, mas também aos meios de produção e alimentação a preços mais altos que no mercado. Assim, ele fica numa dívida que dificilmente será paga, pois o objetivo do comerciante é manter essa força de trabalho sempre devendo para que este fique imobilizado e não consiga transitar entre outras relações comerciais.

O relato de Costa (1909, p. 58) evidenciou como se dava essa relação no início do século XX no rio Negro. Ele afirmou que alguns comerciantes chegavam nas aldeias armados com rifles, ameaçavam e exigiam o que queriam, obrigando os homens a trabalharem para eles, estuprando as mulheres, embriagando os idosos e espancando quem resistia.

Koch-Grünberg também comenta a situação de imobilização da força de trabalho, e violências que os povos indígenas sofreram, afirmando que “o sopro pestilento de uma pseudo-civilização anda por sobre os povos morenos, que não possuem direitos (...). Atos de violência bruta estão na ordem do dia” (Koch-Grünberg, 2005, p. 624).

Este etnólogo cita situações que observou entre 1903 e 1905 da qual a violência não era somente o único meio de conseguir a força de trabalho dos indígenas na região. Era possível também manter relações ditas amigáveis, o que me lembrou que muitos

---

18 O barracão assume diferentes significados dependendo da unidade de produção. No seringal, se referia ao local de comercialização e pesagem dos produtos extrativistas, no piaçabal, ao local de moradia dos trabalhadores enquanto estão na floresta exercendo suas atividades de trabalho.

comerciantes de produtos extrativistas, atualmente, são *padrinhos* de filhos de trabalhadores extrativistas. Atraindo, portanto, essa força de trabalho.

Nessas relações comerciais há situações registradas em que o trabalhador extrativista, por estar imobilizado pela dívida, cumpre com exclusividade atividades para o *patrão* e somente este poderia liberá-lo para outra atividade.

As cadeias comerciais extrativistas nos rios amazônicos, que tinham como principal força de trabalho os povos indígenas, estavam apoiadas nesse “sistema de aviamento”. Interpreto que a lógica do discurso seria a seguinte: se o trabalho, mesmo que compulsório, é capaz de “civilizar”, então que se utilize tal força, pois faria com que esse projeto de “civilização” caminhasse.

Tem-se de um lado, um comerciante que possui os meios de produção e os demais recursos necessários para se obter um produto extrativista como castanha, seringa, piaçaba e madeira. Por outro lado, há um trabalhador extrativista que tem os conhecimentos e práticas necessárias para ir à floresta e extrair os recursos naturais, mas não tem os meios de produção, somente sua força de trabalho.

O comerciante, então, tendo interesse em algum produto extrativista, troca mercadorias industrializadas e dinheiro pela força de trabalho dos trabalhadores extrativistas indígenas e não indígenas. Acontece que quem impõe os preços dos produtos trocados é o comerciante, evidenciando um aspecto de dominação em uma relação comercial e sua unilateralidade.

A palavra *aviamento* vem do verbo aviar, que dentre outros sinônimos está “adiantar”. Nesse caso, adiantar o dinheiro ou a mercadoria antes do recurso natural ser extraído e beneficiado. O que traz um complexo de relações que envolvem poder, compromisso, honra e dominação. É isso que mantém esse sistema.

Esse processo é o que Esterici (1996) denomina de “peonagem da dívida”, que é uma forma de dominação do *patrão* para com o *freguês*. A dívida é um elemento da imobilização da força de trabalho. Conforme aponta a autora, “os elementos mais importantes que compõem a peonagem na Amazônia são: a instituição da dívida, naturalmente, a remuneração por produção, a presença dos intermediários e o uso frequente da violência” (ESTERCI, 1996, p. 130).

Então, a dívida é um instrumento de dominação de um grupo sobre outro, e mantê-la, é fundamental para que o sistema de aviamento continue funcionando.

Costa (1909, p. 59) apontou que os comerciantes na sua época conseguiam estabelecer a dívida dando mercadorias e iludindo com boa fé os indígenas que ficavam presos numa relação comercial imposta. Ao deixar suas terras para trabalhar para os patrões, esses trabalhadores indígenas recebiam apenas uma calça como pagamento.

Koch-Grünberg (2005, p. 56-57) descreveu o que ele denominou por “escravo por endividamento”, percebido ao longo do rio Negro. O comerciante fornecia mercadorias fiado e o indígena deveria saldar com os produtos extraídos na natureza. A dívida nunca seria paga, já que o comerciante sempre “dá um jeito” (*sic*) para que o trabalhador extrativista não consiga quitar. E mesmo que consiga, sempre vai precisar pegar mercadorias fiado novamente. A relação de dependência se estabelece desse modo.

Atualmente, nesse sistema, um trabalhador pode ficar endividado com dois ou mais comerciantes. Existe outra situação que observei tanto no trabalho de campo, quanto na leitura de viajantes, que é a troca da dívida entre os patrões. Por exemplo, um *freguês* deve ao *patrão* A e solicita ao *patrão* B que quite a sua dívida com o *patrão* A. Desse modo, a dívida é quitada entre os *patrões*. E agora o *freguês* deve somente ao *patrão* B, tanto o valor da dívida com o antigo *patrão* A quanto as novas aquisições feitas com o *patrão* B. Ou seja, a dívida só aumenta.

Koch-Grünberg (2005) narra uma situação no início do século XX com indígenas que extraíam caucho no rio Negro, referido à troca de dívidas entre *patrões*. O *patrão* que quite a dívida aparenta um tom de heroísmo em comparação aos coletores de caucho, o ato de quitar é descrito como uma espécie de *resgate*.

Costa (1909) aponta que um indígena fugiu porque era maltratado e foi à procura de outro *patrão*. Este novo *patrão* lhe recebeu, o aceitou e se comprometeu a quitar sua dívida, mesmo este indígena negando que a tivesse, de qualquer modo, os *patrões* se acertaram.

## 1.4. Demografia em perspectiva diacrônica do município de Barcelos (AM)

No último censo demográfico do IBGE em 2010<sup>19</sup>, o município de Barcelos (AM) teve uma população contabilizada em 23.161 pessoas, dentre as quais 12.349 se declararam pardas, 7.730 indígenas, 2.251 brancas, 953 pretas e 178 amarelas. Do percentual total, 10.053 moram no perímetro urbano e 13.108 na zona rural, ou seja, nas comunidades e sítio ao longo dos rios. Como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 1 – Densidade demográfica do município de Barcelos (AM)							
Município - Barcelos (AM)							
Ano – 2010 / Tabela 1379 SIDRA-IBGE							
Situação do domicílio	Cor ou raça						
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Índigena	Sem declaração
<b>Total</b>	23161	2251	953	178	12349	7430	
<b>Urbano</b>	10053	1691	590	60	6461	1251	
<b>Rural</b>	13108	560	363	118	5888	6179	

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Para Anderson (2008) o censo, o mapa e o museu juntos moldaram o modo que o Estado colonial percebia o seu domínio, homogeneizando categorias por idade, sexo, cor de pele. Assim os recenseamentos a partir de 1870 consistiam nas classificações genéricas de identidades nacionais e não em construções etno-raciais.

Em 2010 o censo do IBGE passou por mudanças, ao incluir na categoria genérica indígena, as suas especificidades, como as etnias. A respeito disso, Barra *et al.* (2013) apontam que nos levantamentos preparatórios para este censo, acontecia de entrevistados se declararem “pardos”, porém, se perguntados sobre serem indígenas, também respondiam positivamente. Isso acontecia nas terras indígenas. Fora desses perímetros, onde também há a presença de grupos étnicos, estas perguntas não eram feitas, aumentando, portanto, o número de “pardos”.

No mapa intitulado “Mobilizações étnicas e transformações sociais no rio Negro<sup>20</sup>” publicado em 2012 pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, constam no rio

19 Em 2010 o censo apontou para 25.718 habitantes, entretanto esses dados foram atualizados em 01/02/2019 pelo próprio IBGE que apontou para 23.161.

20 Cf. <http://novacartografiasocial.com.br/download/mobilizacoes-etnicas-e-transformacoes-sociais-no-rio-negro/>

Caurés 31 localidades, também conhecidos como *sítios*. Este material foi baseado em levantamentos de bases cartográficas do IBGE 2007, FUNAI, IBAMA, SIPAM e dados de pesquisa da própria equipe.

No Levantamento Participativo Socioambiental de Barcelos feito pelo Instituto Socioambiental e pela Associação indígena de Barcelos em 2013, foram entrevistadas no rio Caurés, cinco famílias indígenas na então comunidade Nossa Senhora Auxiliadora de Apuluaca, num total de 26 pessoas; treze famílias indígenas em São Roque, totalizando 57 pessoas; três famílias indígenas na então comunidade de Tapera do Caurés, somando 4 pessoas. Desta amostragem, 80,46% se autodefinem da etnia Baré, 11,49% Macuxi e 5,75% Tukano.

Já o Censo do Dsei-ARN 2010 aponta que no Pólo Base de Cauburis, referente ao rio Caurés, foram atendidas: São Roque com 15 famílias, totalizando 66 pessoas; Manacauaca com 08 famílias, sendo 31 pessoas; Cauburis com 46 pessoas, sendo 10 famílias; e Tapera do Caurés com 28 pessoas, sendo 06 famílias.

Entre as décadas de 1970 e 1990, a população urbana cresceu em contraposição à diminuição da população rural. Esse fenômeno também é perceptível no último censo de 2010. Se levarmos em consideração os censos anteriores, temos o seguinte:

<b>Tabela 2 População Residente de Barcelos – AM</b>						
<b>Variável - População residente (Pessoas) - Tabela 202 SIDRA-IBGE</b>						
<b>Município</b>	Situação do domicílio	<b>Ano</b>				
		<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Barcelos (AM)</b>	Total	9628	9088	11035	24197	23161
	Urbana	1152	2012	4018	7954	10053
	Rural	8476	7076	7017	16243	13108
Fonte: IBGE - Censo Demográfico						

Oliveira (1979) elenca cinco principais regras de mobilidade espacial ao longo do rio Negro, a partir de influências exógamias e endógamias. O primeiro se refere à regra de residência patrilocal, da qual as mulheres saem de suas aldeias/comunidades e vão residir na localidade do marido. O segundo se refere à busca de trabalho em outros locais, seja pela procura de emprego ou vontade de conhecer o mundo. O terceiro é a ida para a escola, historicamente essa prática se deu de forma compulsória, com os *descimentos* e missões

religiosas, especificamente com os salesianos. O quarto se dá pela divergência tribal que levaria à formação de novos grupos e por último, o aumento demográfico de uma aldeia levando à sua cisão.

O fenômeno da migração dos povoados para a cidade de Barcelos se deu a partir de um processo que se inicia com a falência das firmas comerciais em meados da década de 1960-70, com a decadência do ciclo econômico da borracha em décadas anteriores. Essas firmas garantiam a comercialização de mercadorias nos povoados, o que com sua falência essas relações eram minimizadas.

Os novos sujeitos que emergem substituindo os papéis sociais das firmas, os *patrões*<sup>21</sup> que antes eram os *regatões*<sup>22</sup>, não têm capital financeiro suficiente que garanta a manutenção do sistema comercial tal como antes.

Quando os *patrões* não levavam mercadorias industrializadas para trocar por produtos produzidos nos povoados, os moradores iam à cidade realizar essas transações comerciais e, assim, foram se estabelecendo, mas sempre mantendo vínculos com os sítios, ou povoados, onde são cultivadas as roças.

Concomitante a este processo das relações comerciais, os internatos salesianos em Barcelos têm importância nesse fenômeno de migração para a cidade. Peres (2003) atenta que a migração de famílias indígenas das comunidades e *sítios* para a cidade ocorreu também por causa do fechamento dos internatos a partir do final dos anos 70.

Para viabilizar os estudos dos filhos, era necessário estabelecer moradia na cidade. Segundo Peres (2003), o atrativo das demandas urbanas como hospitais e escolas gera um aparente esvaziamento nas comunidades e *sítios*, aumentando o adensamento humano na sede municipal.

Outras atividades sazonais como a pesca, o extrativismo de piaçaba e castanha também são fatores que contribuem para essa dinâmica. Isso porque nos meses de extração desses recursos naturais é comum famílias inteiras se mudarem para as unidades de produção localizadas nas florestas do médio rio Negro, e voltarem no final da safra para suas comunidades.

---

21 Comerciantes locais não indígenas.

22 Comerciantes ambulantes que percorrem os rios trocando ou vendendo produtos industrializados. As transações comerciais com esses agentes se davam de modo instantâneo, sem a instituição da dívida, como os patrões.

## **II – SEGUNDA PARTE**

### **Habitação permanente**

- a) Descrição da distribuição das comunidades indígenas, com respectiva população e localização;**
- b) Explicitação dos critérios do grupo para localização, construção e permanência das comunidades, a área por elas ocupadas e o tempo em que se encontram nas atuais localizações.**

Os dados históricos apresentados na primeira parte deste relatório, deixam claro que se trata de uma ocupação indígena tradicional e permanente na região em estudo, apesar das situações de conflitos, deslocamentos compulsórios e etnocídios promovidos desde o período colonial. Neste relatório, apresento dados desde o século XVIII, com os registros históricos das descrições dos viajantes naturalistas.

Apresento que na literatura levantada até aqui que os Baré, Tukano, Baniwa, Arapaso e Piratapua já habitavam o rio Negro e nele foram capturados e utilizados como força de trabalho escravo. O impacto violento da colonização é visto até hoje, quando estes grupos étnicos ainda estão submetidos a um sistema de imobilização da força de trabalho, como o “sistema de aviamento”. É visto também como precisaram ressignificar sua língua (no caso dos Baré) e o quanto lutam para garantir uma vida digna em seus territórios tradicionais. A seguir, vejamos como se configura a territorialidade dos povos indígenas do baixo rio Negro e Caurés.

### **2.1 Critérios de ocupação territorial**

Para a compreensão sobre a população atual e distribuição espacial das comunidades envolvidas, procedi a levantamentos bibliográficos e documentais sobre a região do baixo rio Negro e rio Caurés e encontrei alguns dados que comprovam a ocupação tradicional e contínua desses povos, inclusive antes da Constituição Federal de 1988, como é possível ver no mapa 19 no anexo 03.

A imagem de satélite (anexo 03) intitulada “Sinais de ocupação” com dados de 1986, elaborada pelo cartógrafo desta equipe, Danton Valle, aponta a ocupação do território a partir

de áreas abertas (solo exposto) envoltas pela vegetação e na beira do rio. Esses locais coincidem com a localização atual dos *sítios* Tapera do Caurés e Nossa Senhora de Apuluaca. Tal informação coaduna com as narrativas de moradores da região entrevistados por Barra *et al.* (2013), como a Dona Flora, na qual aponta, a partir de suas memórias entre os anos 1956 e 1968, que a então comunidade Tapera do Caurés era habitada por famílias Baré, Baniwa e Tukano:

Entre 1956 e 1968, foi uma época em que havia poucas famílias morando no local, estavam dispersas nas proximidades, principalmente Tapera do Caurés que era uma das comunidades mais próximas da Ilha de Carvoeiro, na época bastante habitada. As famílias que moravam nessa região, segundo Dona Flora, se identificavam como indígenas das etnias Baré, Baniwa e Tukano. (Barra, C. et al., 2013, p. 40)

Os relatos das famílias entrevistadas durante o trabalho de campo em 2022 também afirmam a construção de uma “territorialidade específica”<sup>23</sup>, resultado de diferentes processos de territorialização ao longo dos séculos desde o período de colonização na Amazônia.

Considerando as relações de parentesco e afinidade entre os povos das comunidades do baixo rio Negro e rio Caurés e dos demais povos de outros rios da calha do rio Negro, é possível afirmar que há uma dinâmica na ocupação do território, que pode ser percebida a partir do que Peres (2015) denominou de “multilocalidade” no médio Rio Negro.

O Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de Terra Indígena - Aracá/Padauri Médio Rio Negro – Barcelos/Santa Isabel – AM, de autoria do antropólogo Sidney Peres, apresentado em 2015 pelo GT constituído pela Portaria nº 1.309 FUNAI, considera a “multilocalidade” no médio rio Negro como uma categoria que ajuda a entender o fenômeno da circulação das famílias no território. Para o autor, a “multilocalidade”

remete às estratégias de reprodução social dos grupos domésticos indígenas em contexto de ampla dispersão geográfica e multiplicidade dos recursos naturais e das oportunidades de geração de renda; ocasionando intenso fluxo e mobilidade populacional por diversos cenários socioespaciais designados como “colocações”, “sítios”, “comunidades” e “cidades” (PERES, 2015, p. 63).

De acordo com o autor, a “multilocalidade” não se reduz a sua dimensão ecológica, regimes hídricos e atividades econômicas, mas remete às trajetórias familiares e processos

---

23 Cf. Almeida (2008).

de produção social das comunidades, nos quais se destaca a agência dos sujeitos”. (PERES, 2015, p. 63).

A dinâmica que resulta da “multilocalidade” produz o que Peres (2015) denominou de “população flutuante nas comunidades”, ou seja, há uma circulação constante de pessoas na região do baixo rio Negro e rio Caurés e seus parentes consanguíneos e afins que moram em outras localidades no mesmo rio ou na mesma calha do rio principal.

As relações de casamento interétnico são um dos fatores por meio dos quais os grupos de parentes possuem certa mobilidade ao longo do rio Negro e Caurés. Como dito anteriormente na Parte 01 deste relatório, tanto os Baré, quanto os Tukano, são povos patrilineares e em grande parte, patrilocais, o que pressupõe que os filhos seguem a linhagem do pai e a mulher vai morar no território de seu marido.

Lévi-Strauss (2012) aponta que os casamentos são formas concretas de construção de alianças políticas entre grupos, por isso há a regra da exogamia. Essa regra, baseada na troca, elenca as noções de “dar” e “receber” uma irmã ou filha, por uma esposa ou nora, por exemplo. Sendo a troca assimétrica, não há regra para quem o grupo pode, ou não, “trocar esposas”. Essa relação a partir do casamento não envolve somente o matrimônio entre duas pessoas, e sim uma relação entre diferentes grupos que elenca coesão, articulação e solidariedade. Agora estes se tornam “parentes afins”.

Essa relação explica uma das dinâmicas de ocupação do território atualmente. Santos-Granero (2002) afirma que entre os povos Arawak o ideal de consanguinidade era reforçado por regras de residência pós-marital concomitantes: virilocalidade (ou patrilocalidade) no noroeste amazônico e uxorilocalidade no nordeste da América do Sul.

Os povos da família Arawak têm sua ancestralidade reforçada periodicamente por meio de narrativas míticas, recitais genealógicos e performances rituais. Desse modo, a tendência de atribuir à religião um lugar central na vida pessoal, social e à vida política se manifesta de várias formas. Por isso, esses povos impregnam seu ambiente com significado religioso, escrevem história na paisagem por meio de mitos de origem, as sagas de deuses criadores, as viagens dos ancestrais, petróglifos, cânticos, dentre outros. (Santos-Granero, 2002).

Entre os povos da família Tukano Oriental, a organização social também perpassa pela exogamia e patrilocalidade. Hugh-Jones (1993) afirma que a vida Tukano é orientada

para o rio, e a classificação de irmãos se reflete na organização espacial. Os irmãos mais velhos vivem rio abaixo em relação aos irmãos mais novos que vivem perto das cabeceiras.

Para os Tukano, a comunidade ou *pessoas da mesma casa* (*koho wiiãda*) é composta por um grupo de irmãos, suas esposas, filhos e suas irmãs solteiras. Seus pais, se ainda vivos, atuam como um importante foco unificador. As *malocas* raramente continham mais de trinta indivíduos e grupos residenciais com metade desse número são mais comuns. (Hugh-Jones, 1993).

A comunidade, nesse sentido, é um compromisso entre grupos de localidade e descendência. Os homens pertencem ao mesmo grupo de descendência, mas as regras de exogamia e virilocalidade significam que eles estão divididos por laços com esposas pertencentes a outros grupos. Os homens são divididos por diferenças de idade que se refletem no comportamento e na organização espacial. O chefe e dono da casa normalmente é o irmão mais velho. Ele é tratado com respeito e tem seu lugar no lado direito da *maloca* (*Bahsakawi*). Cada família representa um agregado familiar potencial e, no final, as tensões entre eles (normalmente sobre comida, sexo e autoridade) conduzem à separação do grupo. E, a partir daí, novos *sítios* e comunidades podem ser formados em localidades diferentes ao longo da calha do rio Negro (Hugh-Jones, 1993).

Os povos da família Tukano Oriental se organizam a partir de sua visão de mundo, sobretudo aquela relacionada à sua criação. Por isso, ao estabelecer uma comunidade, as narrativas míticas de criação do mundo são levadas em consideração. Neste sentido, cada grupo, descendente de um ancestral saído da *cobra-canoa*, possui um território centrado em um rio ou parte de um rio particular, sendo a territorialidade uma questão de ocupação ancestral, administração e responsabilidade ritual, ao invés de direitos exclusivos.

Isso corresponde a deslocamentos da vida real à medida em que as gerações seguintes se mudam para locais diferentes ao longo dos rios, deixando para trás seus mortos, enterrados em casas abandonadas. (HUGH-JONES, 1993).

Hugh-Jones (1993) pontua que a série “família <grupo territorial <humanidade” entre esses povos é a reduplicação de uma estrutura básica que consiste em um pai (*cobra-canoa* ou *sucuri ancestral*) e seus filhos (grupos étnicos da família Tukano Oriental cujos ancestrais saíram da *cobra-canoa*). A genealogia é apenas uma das várias "linhas" que servem como vínculos umbilicais entre o presente e o passado ancestral.

A *cobra-canoa* ou *sucuri-ancestral* é o rio transformado, as corredeiras que dividem o rio são pontos de sua parada ao longo da viagem. A ordem de nascimento do ancestral determinava tanto a posição dos irmãos (grupos étnicos da família) quanto sua colocação ao longo do rio, o irmão ou cabeça de primeiro escalão vivendo na foz e o rabo vivendo nas cabeceiras. (HUGH-JONES, 1993).

A distribuição espacial das comunidades<sup>24</sup> envolvidas perpassa as noções de casamentos interétnicos e a patrilocalidade. Entretanto, nos últimos anos novos arranjos foram se configurando, conforme aponta Peres (2015), as alianças matrimoniais interétnicas foram ampliadas com membros não indígenas da sociedade brasileira, o que alterou alguns princípios de organização social, como a patrilinearidade e patrilocalidade para a bilocalidade e cognação bilateral, ou seja, os descendentes podem reivindicar a sua identidade étnica pela via do pai ou da mãe e o estabelecimento de moradia pode se dar tanto no território do pai, quanto da mãe. Isso foi o que aconteceu com a família da etnia macuxi que reside em São Roque, rio Caurés, em que o marido foi morar na comunidade da esposa.

O conceito de comunidade não é estático, isso porque as realidades empiricamente observáveis são dinâmicas. Segundo Gusfield (1975), há dois usos para o conceito de comunidade: O primeiro é territorial, que alude ao lugar em um sentido geográfico; o segundo se refere às relações sociais que são orientadas pelos vínculos. Estes podem ser similares ou distintos, o que pode unir ou diferenciar os grupos sociais. As relações de comunidade são derivadas dos sentimentos construídos, por exemplo, como relações familiares, de compadrio, territorial, étnico ou religioso.

Peres (2015) enxerga a comunidade como uma construção social, no sentido processual e coletivo de escolhas econômicas, matrimoniais e morais aparentemente banais e irrelevantes. Da mesma maneira, o autor considera o rio, a cidade, a floresta, as roças, os *sítios* como categorias construídas socialmente e plena de historicidade, memórias e identidades.

As unidades de moradia no rio Negro e seus afluentes, como o Caurés, são denominadas de *comunidade* e *sítios*. São localidades construídas por relações de parentesco,

---

24 Os povos indígenas em Barcelos utilizam a categoria “comunidade” para se referir às unidades sociais das quais os grupos domésticos estão organizados e não a categoria “aldeia”, conhecida por outros povos para indicar a mesma unidade. Tal fato, tem influência das missões religiosas no rio Negro, sobretudo com a formação de comunidades eclesiais de base meados do século XX.

afinidade, vizinhança e compadrio. Geralmente, as *comunidades* são compostas por famílias extensas, em comparação aos *sítios* que são formados a partir de famílias nucleares, como pai, mãe e filhos. Cada família extensa é composta por grupos domésticos ou famílias nucleares com diferentes configurações: um pai, uma mãe e seus filhos, um casal, uma avó ou avô e seus netos, uma mãe e seus filhos, um pai e seus filhos, dentre outros.

Para Peres,

as comunidades são configurações sociais caracterizadas por vínculos pessoais de parentesco, afinidade e vizinhança nos quais se estabelece um universo moral que define as normas coletivas de acesso aos recursos naturais e os limites flexíveis dos direitos territoriais frente a outras comunidades e grupos sociais (PERES, 2015, p. 70).

É na comunidade que acontecem os festejos e rituais. Quando há um matrimônio é nessa unidade social que é construída a casa da nova família, além das escolas, dos postos de saúde, da igreja, do porto de chegada e saída, dentre outros, necessários à manutenção e ao fomento da coesão social do grupo. É nessa localidade que as famílias criam pequenos animais, como cachorros que auxiliam na caça, galinhas e patos para consumo próprio, as roças também são construídas nessa unidade, além das plantações de frutíferas e hortaliças. Quando necessitam de algum serviço que não é oferecido ali seus moradores precisam viajar até a cidade.

Os *sítios* possuem uma estrutura menor que as comunidades, visto que são ocupadas por famílias nucleares com diferentes arranjos. São considerados como pertencentes às comunidades, não pela localização geográfica, mas pelas relações entre as famílias.

Quando acontecem os festejos, rituais e reuniões, os moradores dos *sítios* se deslocam até à comunidade para participarem, quando necessitam de algum serviço como na área da saúde, educação, dentre outros, que não é oferecido na comunidade, estes também se deslocam até à cidade.

Essas famílias trabalham em unidades de produção, denominados de *piaçabal* - na extração de piaçaba, *castanhal* - na coleta de castanha, ou no próprio rio - com a pesca. Unidade de produção e unidade de moradia são lugares distintos e muitas vezes distantes geograficamente, mas que fazem parte do universo dessas famílias e, portanto, do território.

Nas unidades de produção é comum encontrar os lugares de moradia provisório, ou seja, abrigos para os indivíduos ou famílias enquanto trabalham. Têm-se, assim, as *paragens*, as *colocações* e o *barracão*.

A *paragem* é um lugar de encontro e de passagem. Caracteriza-se por ser um lugar de fácil acesso, na beira do rio principal, onde há um campo limpo, para atracar os barcos e fixar estadia.

A *colocação* é, assim, denominada uma unidade de produção no *piaçabal*<sup>25</sup> que coaduna as relações individuais e coletivas entre os trabalhadores extrativistas da piaçaba. Ela é o espaço de moradia provisória na floresta. É nela onde as estruturas de madeira e palha, que servem como abrigo durante a temporada de extração da piaçaba, conhecido como *barracão*, são construídas.

O que quero demonstrar é que o território dessas famílias não se trata somente do lugar de moradia, mas também do lugar de produção. Nesses dois espaços é que as relações materiais, culturais se manifestam na vida prática desses povos. E nesses espaços ocorrem a circulação de pessoas, famílias, trajetórias, bens materiais e imateriais.

As comunidades estão localizadas em áreas de terra firme, nas margens do rio Negro (Cauburis, Lago Grande, Manacauaca e D. Pedro II) e nas margens do rio Caurés (São Roque) em transição com as florestas de igapó na beira de igarapés e paranãs.

O terreno disponível em frente às casas à beira do rio Negro tem cedido com o tempo, devido a erosão. A expressão *o barranco está caindo ou caiu* é uma realidade nessas comunidades, que já perderam as sepulturas antigas de familiares por esse motivo.

---

25 Lugar na floresta de incidência das palmeiras de piaçaba e de relações sociais de produção.



Foto 4 Casa de uma família Baniwa em Cauburis. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022.

As roças estão situadas atrás das casas, numa faixa de aproximadamente um a dois quilômetros, distância compatível com o carregamento dos *paneiros* de mandioca. No entanto, o padrão de dispersão das roças é variável, pois depende sobretudo da disponibilidade em terras não inundáveis com *capoeiras maduras*.

O caminho das roças é familiar, podendo ser compartilhado com membros da família extensa, como nora ou genros. Para chegar nessa unidade de produção, as famílias percorrem o caminho a pé ou de canoa. Cada unidade doméstica tem seu conjunto de roças em vários estágios de desenvolvimento conformando, em uma escala ampla, um mosaico de roças novas, roças velhas, *capoeiras* e de florestas em vários estágios de regeneração.

Em seu relatório ambiental, Moreira (2023) observou que a ocupação de roças novas tem como preferência os *sítios* antigos nas chamadas de "pontas de terra", que já foram áreas utilizadas pelos próprios moradores quando eram mais jovens, e até os anos 90 foram locais de intenso extrativismo de castanha.

As "pontas de terra" são áreas altas que formam enseadas próximas aos igarapés e lagos sendo propícias para alimentação e reprodução dos peixes. São considerados locais de fartura, com *capoeiras* de *sítios* antigos para futuras áreas de agricultura. Apresentam abundância de frutíferas que são indicadoras de ocupação da família ou das gerações

anteriores. Tal fato revela a dinâmica de ocupação dessas famílias que conhecem o território e mantém a memória social do grupo, evidenciando novamente a multilocalidade.

### 2.1.1 População atual e sua distribuição

No levantamento bibliográfico realizado com dados de 2010 a 2013, foram identificadas as seguintes comunidades localizadas no rio Negro – nas proximidades da foz do rio Caurés – e no próprio Caurés: Tapera do Caurés, Nossa Senhora Auxiliadora da Apuluaca, São Roque, Cauburis e Manauaca. Como visto no tópico anterior, os membros das comunidades e seus parentes consanguíneos e afins podem circular entre o território e, por isso, a tabela abaixo é de dados situacionais.

<b>Tabela 3 - População do Baixo Rio Negro e Rio Caurés entre 2010 e 2013</b>			
<b>Comunidade ou sítio</b>	<b>Etnia</b>	<b>Famílias</b>	<b>Fonte</b>
Tapera do Caurés	Baré, Baniwa e Tukano.	3 a 5	(Barra <i>et al.</i> 2013) / (Censo do Dsei-ARN 2010) / (Dantom, 2011)
Nossa Senhora Auxiliadora da Apuluaca	Baré e Tukano	3 a 5	(Barra <i>et al.</i> 2013) / (Dantom, 2011)
São Roque	Baré, Macuxi e Baniwa	13	(Barra <i>et al.</i> 2013) / (Censo do Dsei-ARN 2010) / (Dantom, 2011)
Cauburis (rio Negro, próximo à foz do rio Caurés)	Baré, Baniwa, Tukano, Palmari e Piratapuia	14 a 17	(Barra <i>et al.</i> 2013) / (Censo do Dsei-ARN 2010) / (Dantom, 2011)
Manacauaca (rio Negro, próximo à foz do rio Caurés)	Baré	8	(Censo do Dsei-ARN 2010) / (Dantom, 2011)
Sistematização: Elieyd S. Menezes			

Sem mencionar os *sítios*, a tabela acima apresenta cinco comunidades localizadas nos levantamentos bibliográficos, totalizando cerca de 41 a 48 famílias, cujas identidades étnicas se referem aos Baré, Tukano, Baniwa, Macuxi, Paumari e Piratapuia. Sendo grupos patrilineares, os Baré e Tukano predominam na sucessão das linhagens, os demais estão situados em casamentos interétnicos.

Outra configuração foi registrada durante o trabalho de campo nessas localidades em 2022. A dinâmica espacial é perceptível na medida em que o que antes era comunidade, agora é *sítio*. O que antes era *sítio* abandonado, agora é comunidade.

A tabela 04 abaixo, demonstra essa dinâmica. Se em 2013 Tapera do Caurés era uma comunidade com até cinco famílias, hoje é *sítio* com apenas uma. As famílias se mudaram para outras localidades, como a sede municipal de Barcelos (AM), em virtudes de suas próprias dinâmicas.

<b>Tabela 4 - População do baixo Rio Negro e Rio Caurés em 2022</b>				
<b>Comunidade e sítios</b>	<b>Etnias</b>	<b>Famílias</b>	<b>Indivíduos</b>	<b>Nº de casas habitadas</b>
Tapera do Caurés (Sítio)	Baré	1	2	1
Nossa Senhora Auxiliadora da Apuluaca (Sítio)	Baré	1	1	1
São Roque	Baré, Macuxi e Baniwa	22	75	19
Cauburis	Baré, Baniwa, Tukano, Arapaso e Pira-tapuia	26	71	22
Manacauaca	Baré e Baniwa	29	71	28
Lago Grande (incluindo os sítios Boa Sorte e Atibaia)	Baré e Baniwa	14	34	9
D. Pedro II (incluindo os sítios Bom Sucesso, Monte Sinai e Monte Simão)	Baré, Baniwa e Tikuna	36	133	36
<b>TOTAL</b>	<b>6 grupos étnicos</b>	<b>129</b>	<b>387</b>	<b>116</b>
Fonte: Trabalho de campo. Sistematização: Elieyd S. Menezes. Agosto, 2022.				

Diferentemente desta situação, está a comunidade Lago Grande, que nos levantamentos bibliográficos realizados antes do trabalho de campo, não apareceu, e hoje é uma comunidade com 14 famílias, tendo inclusive escola para as crianças com a chancela da secretaria municipal de educação.

É oportuno ressaltar que os dados abaixo são situacionais, devido à “multilocalidade”, há uma dinâmica do uso do território no baixo e médio rio Negro e rio Caurés.

Os dados organizados na tabela 04 foram coletados durante trabalho de campo entre julho e agosto de 2022, conferidos com as lideranças e/ou com os agentes de saúde das comunidades. É possível observar também que se trata de comunidades indígenas pluriétnicas, ou seja, em uma mesma comunidade existem dois ou mais grupos étnicos.

Em algumas situações um jovem casal com ou sem filhos vai morar na casa dos sogros na comunidade até conseguirem construir a sua casa, por isso o número de famílias é superior ao número de casas habitadas, ou seja, em uma mesma pode haver mais de uma família nuclear. Por família nuclear entende-se aqui um núcleo principal de relação de parentesco a partir de casamento e filiação.

Ao analisar a tabela 03 e a tabela 04 acima, nota-se o que Oliveira e Peres já observaram sobre as comunidades e *sítios* indígenas em Barcelos. Os autores mencionam que essas unidades sociais neste município “caracterizam-se pela baixa densidade e pela dispersão demográficas, além das distâncias que, na maior parte da região, separam as comunidades entre si” (OLIVEIRA e PERES, 2000, p. 18). Isso porque há uma continuidade na dinâmica migratória que organiza as relações humanas e ocupação do território.

Nesse sentido, segundo Oliveira e Peres (2000), há dois movimentos que ordenam os assentamentos humanos na região, permeados por essa dinâmica migratória: a) a demanda por saúde e educação cria um aparente vazio nos territórios das comunidades e *sítios* que adensam o perímetro urbano; b) as relações sociais nas comunidades e *sítios* criam núcleos humanos ao longo dos rios, mantendo a circulação de pessoas. Dentre os motivos dessa circulação estão os casamentos interétnicos, escassez de terra firme, atividades sazonais do extrativismo, como piaçaba, castanha, seringa e pesca. É oportuno destacar que esse esvaziamento é aparente, já que essas comunidades estão se movimentando em seus territórios. Como pode ser visto no trecho abaixo:

Se por um lado, o agenciamento produzido pelas demandas urbanas (saúde e educação formal) cria o “esvaziamento” aparente de comunidades e *sítios*, aumentando o adensamento urbano; por outro lado, as relações ordenadoras da vida nas comunidades e o uso econômico do território, agenciam o movimento de expansão e de dispersão da população ribeirinha e indígena criando novos núcleos humanos ao longo do Rio Negro e afluentes. De outra forma, essa dinâmica mantém uma circulação de indivíduos pela região, produzindo uma população flutuante nas comunidades. Outros fatores contribuem para isso: a escassez de áreas de terra firme (bolas de terra) adequadas à ocupação e ao uso, além das atividades sazonais de coleta e de extrativismo. (...). Não obstante isso, há um substrato cultural comum pelo qual todos partilham de um território, de mitos, de ritos e de artefatos associados às atividades econômicas de exploração dos diversos nichos ecológicos, etc. (OLIVEIRA e PERES, 2000, p. 18).

Jackson (1983) já tinha observado, em seu trabalho de campo no Noroeste Amazônico, as características dessa região: multilinguismo, dispersão de grupos, exogamia

linguística, residência patrilocal levando à exogamia residencial. Esses três fatores explicam o caráter composto das comunidades no rio Negro, da qual cada comunidade é o microcosmo de um sistema social mais amplo.

Desde o período colonial, vários grupos étnicos no rio Negro adotaram a mobilidade territorial para garantir a sua sobrevivência (PERES, 2009). Assim, percorrem o rio estabelecendo redes de parentesco e compadrio, com suas perspectivas culturais e relações com os rios e a floresta.

Parentesco, espaço e tempo são dimensões apontadas por Peres (2009) como fundamentais para a reprodução física e social desses povos. Parentesco, tanto por consanguinidade, quanto por afinidade são fundamentais nas trajetórias das famílias, que, ao se agruparem em um determinado território, podem constituir as *comunidades* ou os *sítios*.

Nessa rede de parentesco ocorrem alianças matrimoniais, políticas e rituais. Ao longo dos anos as comunidades organizaram festejos religiosos e demais outros eventos que culminam em situações de socialização para além do grupo de parentesco.

Há várias dinâmicas na mobilidade espacial dos povos indígenas no rio Negro e Caurés. É comum um indivíduo nascer em uma comunidade, morar em outra e constituir família em outra localidade. Os motivos estão ligados às relações sociais construídas, como casamentos, a busca por um local para plantar e constituir uma *roça*, extrair recursos naturais, escolaridade, morte na família, brigas, busca por direitos como aposentadoria e sistema de saúde. Entretanto, os locais que acontecem tais mudanças são áreas conhecidas, inclusive a partir das narrativas míticas de criação desses povos. Com isso, essas pessoas vão formando novas redes de parentesco, culminando na dinâmica da “multilocalidade”.

## **2.2. Ocupação tradicional e distribuição dos indígenas do baixo rio Negro e rio Caurés**

As comunidades indígenas do baixo rio Negro e Caurés, São Roque, Cauburis, Manacauaca, Lago Grande e D. Pedro II, referentes às etnias Baré, Tukano, Piratapuaia, Macuxi, Baniwa, Arapaso e Tikuna, estão localizadas na margem direita do rio Negro (ver mapa 01) e estão inseridas em uma rede de parentesco por consanguinidade e afinidade.

Veremos a seguir que o processo de ocupação dos seus territórios perpassa a procura de uma vida digna para produção e reprodução de suas práticas tradicionais, assim como o deslocamento de uma relação de imobilização da força de trabalho para uma produção livre de dívidas e uso autônomo dos recursos naturais.

### **2.2.1 Os Baré, Tukano, Baniwa, Arapaso e Piratapuia de Cauburis**

Cauburis está localizada na margem direita do baixo rio Negro, município de Barcelos (AM) e atualmente possui 26 (vinte e seis) famílias que engloba 71 (setenta e uma) pessoas, dentre as quais: 45 (quarenta e cinco) da etnia baré, 14 (quatorze) da etnia Baniwa, 10 (dez) da etnia Tukano, 01 (um) da etnia Arapaso e 01 (um) da etnia Piratapuia.

O nome Cauburis é referência ao igarapé Cauburis Grande que banhava a localidade de mesma denominação, conhecida hoje por Cauburis Velho. O primeiro nome da atual comunidade Cauburis foi Vila Aparecida, que, ao crescer, foi se tornando ponto de referência por quem passava no rio Negro e assim foi sendo chamada de Cauburis, pelos moradores e transeuntes do rio Negro e a então Cauburis foi renomeada de Cauburis Velho.

Cauburis começou como um *sítio*, em 1985, e depois se transformou em comunidade, com a chegada dos parentes dos fundadores da mesma: a Sra. Virgília Peres (69 anos), da etnia Baré, atual presidente da Associação da Comunidade Indígena de Cauburis e o Sr. Marcelino Batista (72 anos), da etnia Tukano. As famílias de ambos são oriundas do rio Negro, especificamente, do município de Santa Isabel do Rio Negro.

O casal veio trabalhar nos castanhais e roças em Barcelos trazidos pelo *patrão*, o Sr. João Damasceno, que possuía um *sítio* em Cauburis Velho. O casal requereu uma terra do *patrão* onde pudessem estabelecer moradia e trabalhar em roça. O *patrão* os levou até o lugar de Vila Aparecida, que era habitado por uma família, a do Sr. Zé Araújo. O casal combinou com o Sr. Zé Araújo que estes iriam construir suas moradias e roçados e, assim, permanecem até hoje.

O *patrão* João Damasceno e o Sr. Zé Araújo já faleceram<sup>26</sup> e a família do casal Baré e Tukano, aumentou. O Sr. Marcelino afirmou que onde eles estabeleceram o *sítio* era um

---

26 Contudo, os herdeiros do Sr. João e do Sr. Zé, ao saberem da demarcação da Terra Indígena do baixo rio Negro, foram à região do Cauburis, construíram casas, estabeleceram placas, para assegurar um domínio e estão cercando as

lugar de passagem, as pessoas não fixavam moradia permanente. Com eles, entretanto, isso foi diferente.

Após a limpeza do *sítio* para o estabelecimento de sua moradia e roçado, o Sr. Marcelino viu sua vida prosperar, produzia farinha, banana, abacaxi, coletava patauá, produzia seu vinho e vendia na cidade de Barcelos. Isso sem o domínio do *patrão*.

Assim, seus parentes começaram a chegar e estabelecer moradia e roçado também. Primeiro chegou seu irmão, o Sr. Benedito (Tukano) e sua cunhada, Doralice (Piratapuia), ao mesmo tempo chegou a irmã da Sr. Virgília, a Sra. Dilsa (Baré) e seu marido, o Sr. Dadá (Baré), assim como pai e mãe das irmãs, o Sr. Virgulino Tomas (Baré) e a Sra. Maria Celia Peres (Baré). Os filhos começaram a crescer e casar, seus cônjuges vieram de outras localidades do rio Negro e assim a comunidade foi crescendo.

A irmã da Sr. Virgília, a Sra. Dilsa, começou como professora na escola de Cauburis e depois foi uma das fundadoras da Associação Indígena de Barcelos, na década de 90. Ela escolheu permanecer em Cauburis pela relação de parentesco, que foi reafirmado em sonho com a mãe já falecida, que pedia para não se afastar da irmã.

Entre 1985 e 1991, algumas famílias que estabeleceram moradia em Cauburis, migraram para a cidade de Barcelos e para a comunidade de Carvoeiro (baixo rio Negro), mas deixaram suas casas e capoeiras. Ficou novamente o casal formado pela Sra. Virgília e Sr. Marcelino na comunidade. Em 1994 esse casal foi morar na cidade de Barcelos, mas retornou em 2004, sua casa e capoeira, entretanto, permaneceram. Nesse período, a comunidade ficou sendo habitada e cuidada pelo seu irmão, o Sr. Benedito, a Sra. Doralice, filhos e demais parentes.

Em 2004, ao não se adaptarem na cidade, o casal Marcelino e Virgília voltaram a morar em Cauburis e estão até hoje. O Sr. Benedito faleceu em 2010, vítima de um acidente vascular cerebral (AVC), foi o único adulto da comunidade que faleceu até hoje.

A imobilização da força de trabalho pela dívida está presente desde a infância desses povos, já que os homens da comunidade desde cedo começaram a trabalhar para algum *patrão*. O Sr. Marcelino, por exemplo, começou a trabalhar aos 14 anos no extrativismo da piaçaba, nos contou que trabalhava somente para saldar a dívida.

---

comunidades e proibindo-as de realizar suas práticas tradicionais de subsistência, alegando serem os donos das terras. Veremos esse assunto com mais detalhe na parte VI deste relatório.

Em alguns casos, ao constituir família, um filho trabalha para o mesmo *patrão* que o pai, como foi o caso da Sra. Virgília. Seu pai trabalhava para o *patrão* João Damasceno tirando cipó pelo rio Negro e quando ela se casou com o Sr. Marcelino, continuaram trabalhando para o mesmo *patrão*, mas em roça produzindo farinha. Essa relação com este comerciante se dava a partir das trocas dos produtos produzidos pelas famílias, como farinha, beiju, goma de tapioca, por produtos industrializados, como combustível para lamparina, sabão, café, açúcar, sal, dentre outros. Até a chegada em Cauburis, a família da Sra. Virgília nunca tinha recebido dinheiro, pois a moeda era a farinha, que era trocada pelos produtos do *patrão*, como explicado na parte 01 deste relatório sobre o “sistema de aviamento”.

Se a família Baré e Tukano chegou em Cauburis por meio do casal Sr. Marcelino e Virgília, as famílias Baniwa, como a do Sr. Cleuton, chegaram via atividades produtivas na roça, inicialmente na localidade de Tapera do Caurés e, posteriormente, foram migrando até Cauburis, nessa dinâmica da “multilocalidade”.

O Sr. Cleuton Aguiar, da etnia Baniwa, é agente de saúde de Cauburis e lá chegou na década de 90. Participa da organização da comunidade, na coordenação das atividades coletivas, como os jogos de futebol, construção de poços, estrutura para a luz e toda a logística necessária.

O Programa Luz para Todos do Governo Federal chegou em 2020, mas todo o arranjo para a instalação da estrutura foi feito pela comunidade, como abertura de picada na mata para os postes que demandou o trabalho dos homens jovens e auxílio braçal na instalação do mesmo.

O pai do Sr. Cleuton foi assassinado no piaçabal e a sua mãe, a Dona Merian que, atualmente, está com 90 anos e nasceu no rio Preto, em Santa Isabel, veio com os 08 filhos para Barcelos, após anos vivendo no piaçabal, até chegar em Cauburis.

Cauburis é formada por duas famílias extensas: a família Baré/Tukano e a família Baniwa. A família Baré/Tukano também é composta a partir de casamentos com outros grupos étnicos, como Baniwa e Piratapuia. A família Baniwa é formada a partir de casamentos com Tukano e Baré. Além dessas duas famílias há indígenas que moram sozinhos e que não entraram nas genealogias elencadas na próxima página.

As duas famílias extensas têm em comum a chegada em Cauburis numa perspectiva de uma vida livre do domínio do *patrão*, uso dos recursos naturais e realização de suas

práticas tradicionais de subsistência. Dessas duas é que ramificam para as vinte e sete famílias nucleares.

Nas genealogias a seguir é possível observar algumas relações de parentesco entre os indígenas de Cauburis, sobretudo das duas famílias extensas Baré/Tukano e Baniwa. Há outras pequenas famílias nucleares que estão vinculadas por afinidade, mas não estão apresentadas nas genealogias.

Figura 01 – Família extensa Baniwa de Cauburis

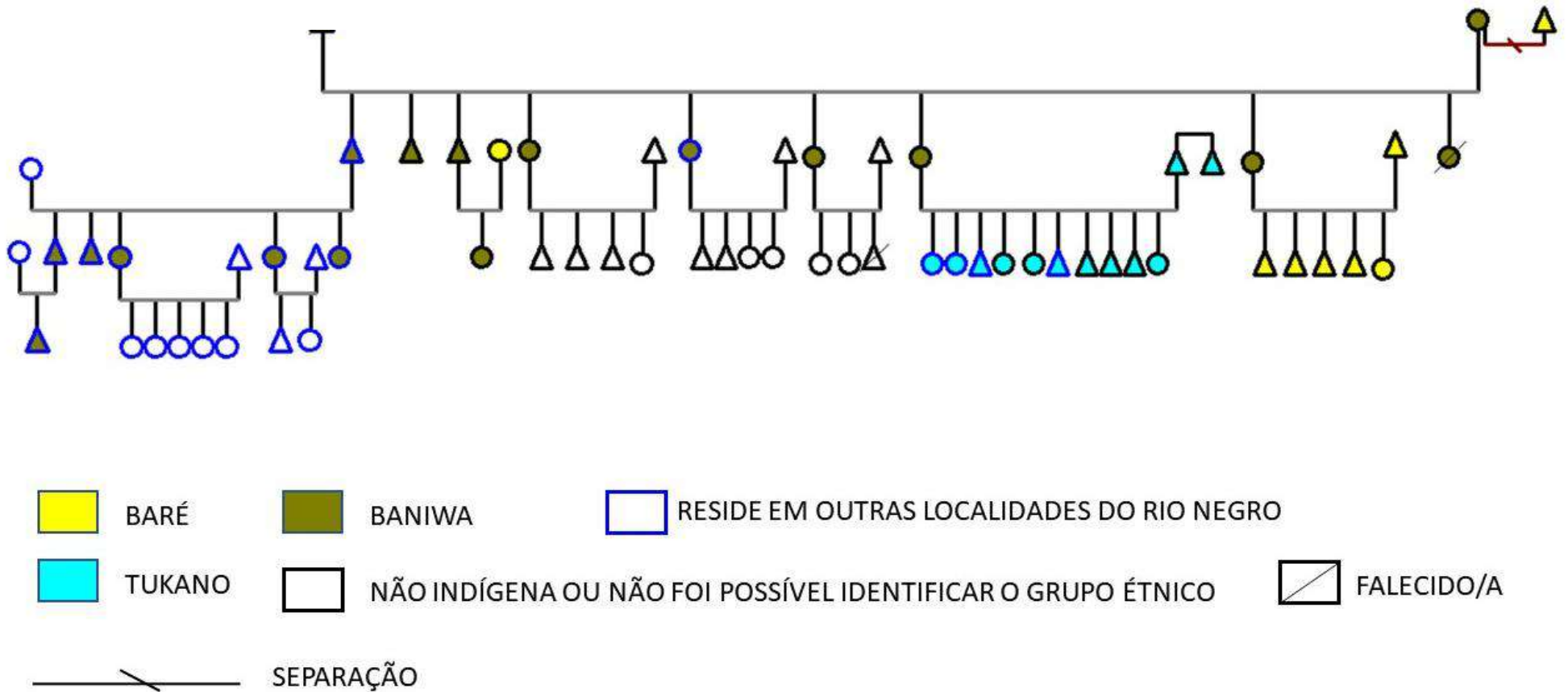
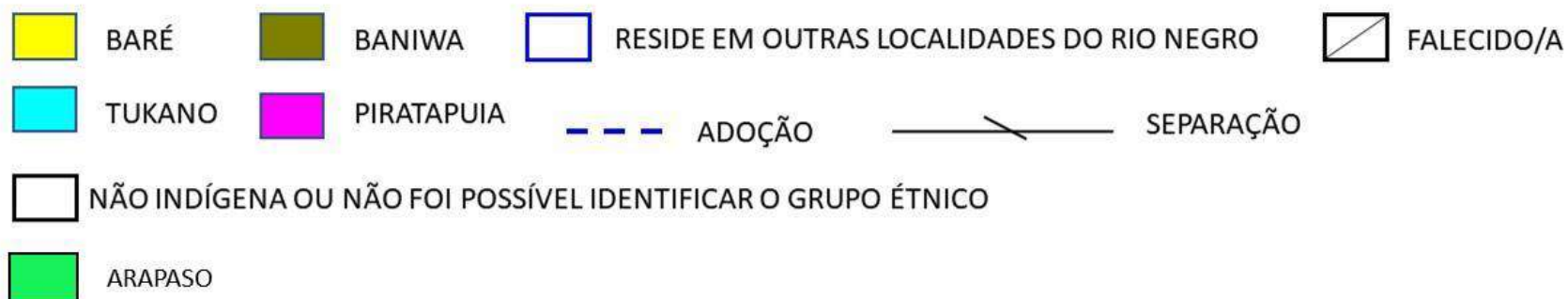
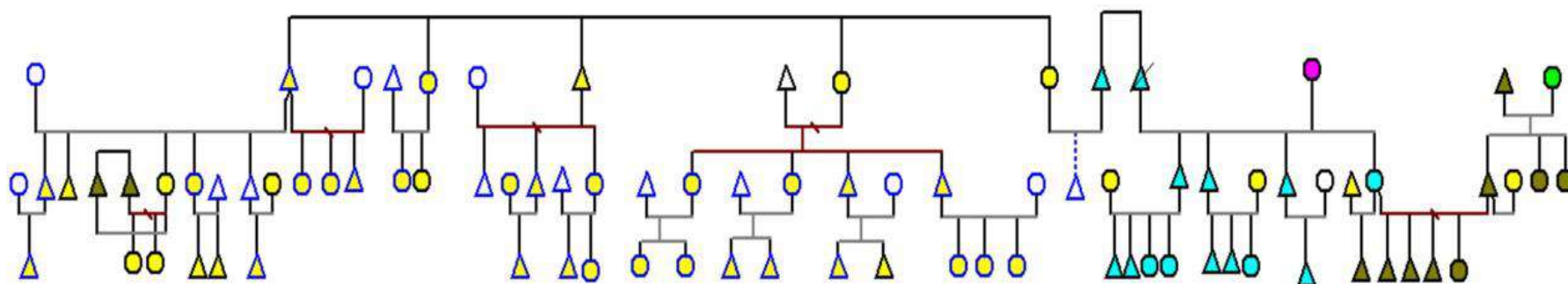


Figura 02 – Família extensa Baré e Tukano de Cauburis



Da esquerda para a direita, estão dispostos por ordem de nascimento, do mais velho para o mais novo. O círculo representa o gênero feminino e o triângulo, o masculino. Não identifiquei durante o trabalho de campo outra identidade de gênero.

Atualmente, convivem três gerações: pai/mãe, filhos e netos. Os pais foram os que se estabeleceram em Cauburis com os filhos ainda pequenos ou que nasceram na comunidade, os netos já nasceram ali.

Os casamentos em Cauburis, em sua maioria, são interétnicos, o jovem casal estabelece residência na casa dos pais e depois constroem as suas casas. Os homens têm a obrigação de construir a casa, seja em um terreno da comunidade cedido pela família ou pela associação comunitária.

Após o casamento, o casal pode estabelecer moradia junto à família da esposa (matrilocalidade), junto à família do esposo (patrilocalidade) ou em uma nova localidade no rio Negro (neolocalidade).

Nem sempre prevalece o critério da patrilinearidade, há situações em que os filhos se identificam com a etnia da mãe. A rede de parentesco se estende para além da comunidade de Cauburis, justificado pela matrilocalidade, patrilocalidade ou neolocalidade. Há parentes a partir da via do casamento e filiação em Lago Grande, São Roque, Manacauaca e D. Pedro II, assim como na cidade de Barcelos e outros locais, como médio e alto rio Negro.

É oportuno observar que os vetores com a borda azul na genealogia indicam famílias que atualmente moram em outras localidades do rio Negro, seja em outros rios afluentes, em outras comunidades, *sítios* e até na cidade de Barcelos, mas, eventualmente, podem visitar seus parentes e até mesmo estabelecer moradia temporária ou fixa. Esse também é um exemplo da “multilocalidade” e da dinâmica do uso do território desses grupos.

Em ocasião de uma ida à cidade, para consultas médicas, recebimentos de auxílios ou compra de mercadorias, aqueles que tem parentes nas cidades acionam essa rede para organização e logística, como hospedagem e alimentação. Da mesma forma, é comum os parentes da cidade estabelecerem moradia ou passar temporadas na comunidade.

*Croqui 01 – Comunidade de Cauburis*

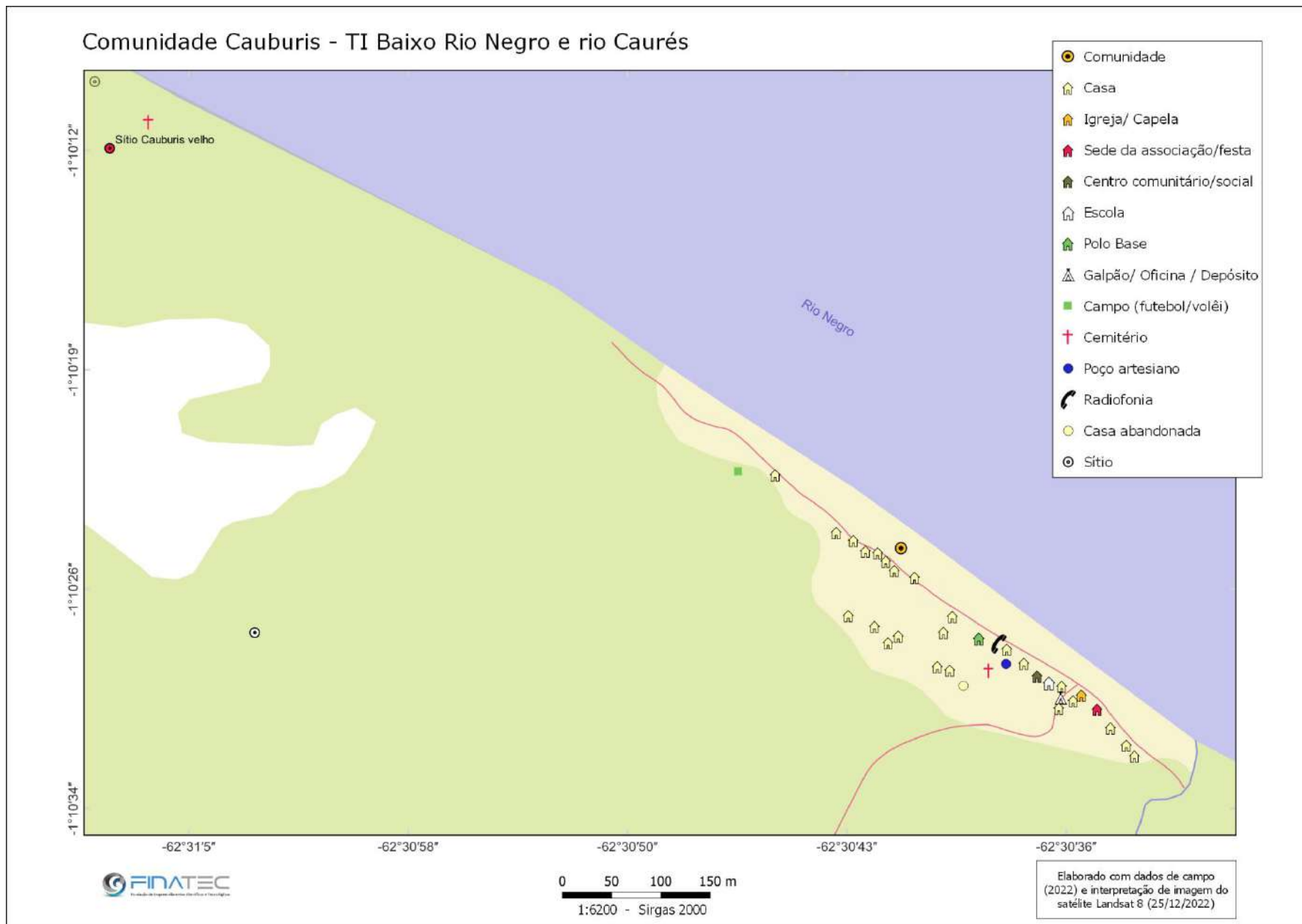
Em Cauburis é falado nheengatu, Tukano e português. As mulheres mais velhas falam entre si em língua geral (nheengatu) e tentam ensinar as crianças em casa. A escola não ensina a língua geral. A ASIBA está articulando junto à Secretaria Municipal de Educação a vinda de professores bilíngues para ensinar o nheengatu às crianças.

Como pode ser visto no croqui acima e no mapa 11a, a comunidade possui, além das 22 residências habitadas, a casa da radiofonia (principal meio de comunicação com a cidade



de Barcelos), escola que funciona até o ensino fundamental, campo de futebol dos homens, campo de futebol das mulheres e crianças, polo base da saúde indígena, casa dos professores (destinados aos professores da escola que vêm de outras localidades), poço artesiano, capela (católica), centro comunitário, centro social das festas e cozinha do centro social.

Mapa 2 – Unidades Domésticas comunidade Cauburis



As casas estão espacializadas em duas ruas paralelas que beiram o rio Negro: a rua dos Barés e a rua dos Tukanos. A rua dos Barés pode ser considerada a rua principal da comunidade. A rua dos Barés está na beira do rio Negro, começa no barranco, que vem cedendo com o tempo, e termina na porta das unidades domésticas. É nesta rua que está situada a casa da presidente da associação, a Sra. Virgília, do agente de saúde, o Sr. Cleuton, a escola, a capela, o centro social comunitário, o centro social para festas, a cozinha do centro social, a escadaria central, dentre outras casas. Além disso, nessa rua estão situados os *portos*. Por *porto*, entende-se a escada construída por cada família que dá acesso ao rio Negro e onde guardam suas canoas e embarcações, principais meios de transporte. São onze *portos* construídos por eles e há mais de um núcleo familiar que os utilizam.

Atrás da rua dos Barés, está a rua dos tukanos, que começa com os dois campos de futebol, muito utilizado nos finais da tarde pelas famílias indígenas como uma das formas de sociabilidade. Nesse momento é possível ver os homens mais jovens jogando, homens mais velhos assistindo, mulheres e crianças jogando também.

A criação da rua dos Tukanos se deu porque a comunidade foi crescendo e por estar situada entre dois igarapés (sem nomes), não havia possibilidade de expandir para o lado, apenas para os fundos. Além disso, após esses igarapés, tanto o que está localizado antes da comunidade e o que está localizado depois, há conflitos com outras famílias que se intitulam donos<sup>27</sup>.

Devido a essas pressões, os indígenas de Cauburis tiveram que construir as demais casas atrás da rua principal. Entre essas duas ruas estão os quintais, onde são plantados ervas medicinais, temperos e algumas frutíferas, as casas de forno, onde a farinha é produzida<sup>28</sup>, e os galinheiros.

Há seis casas de forno em Cauburis, usadas por mais de uma família. Quando um jovem casal ainda não tem sua casa de forno, eles usam a dos sogros.

As roças estão localizadas atrás da rua dos tukanos. O acesso a elas é por pequenos ramais, da qual pode-se ver capoeiras antigas e castanheiras.

---

27 Veremos com mais detalhes na parte IV.

28 O processo de produção da farinha será descrito na parte III.

A comunidade não possui um cemitério oficial, o único adulto a falecer foi o Sr. Benedito, que foi enterrado na cidade, por necessitar da certidão de óbito para os trâmites burocráticos, o corpo passou por esse traslado e não voltou para as cerimônias.

As crianças, por outro lado, são enterradas atrás das casas das suas famílias. Em Cauburis, há duas sepulturas de crianças, ambos bebês, um de uma família Tukano e outra de uma família Macuxi vindo de São Roque, que passou uma temporada em Cauburis. Explicam os indígenas de Cauburis que a causa das mortes dos bebês foi o *ramudiá* (doença de criança ou *taina macissa*, em nheengatu).

O *ramudiá* é uma espécie de feitiço que alguém coloca na criança por inveja desta ou dos pais. O *ramudiá* pode vir pelo vento e acometer a criança quando ela está fraca. É necessário benzer a criança contra o feitiço, caso contrário, ela pode vir a óbito.

Diferente de Cauburis, que não possui um cemitério oficial, encontramos o cemitério de Cauburis Velho, lá vimos quatro sepulturas: três sem identificação e uma da Sra. Domingas Rodrigues falecida em 1945. Entrevistamos o Sr. Jânio que é neto da Sra. Domingas, ele reivindica a identidade étnica Baré, mora em *sítio* ao lado de Cauburis e contou que sua avó se tornou uma grande comerciante do rio Negro, intermediando relações com a firma J. G. Araújo, no século XX.

Sobre suas sociabilidades, são realizados festejos religiosos, festas juninas, jogos de futebol, bingos da qual os prêmios são os produtos dos roçados e a dança do *mawaco*<sup>29</sup>. Este último é um instrumento de sopro, que está sendo resgatado pelas famílias em Cauburis.

### **2.2.2 Os Baré, Macuxi e Baniwa de São Roque**

São Roque, localizada no rio Caurés, afluente da margem direita do rio Negro, possui atualmente 22 (vinte e duas) famílias que engloba 75 (setenta e cinco) pessoas, dentre as quais: 53 (cinquenta e três) da etnia Baré, 20 (vinte) da etnia Macuxi e 02 (duas) da etnia Baniwa.

---

<sup>29</sup> Ver descrição da dança do *mawaco* na parte V deste relatório.

Sr. Manoel (77 anos), etnia Baré, é um dos moradores mais antigos da comunidade. Ele nasceu em 1944 e foi criado no rio Caurés no *sítio* chamado *Barriga*<sup>30</sup>, localizada nas margens do rio Caurés, onde hoje está situada São Roque.

Ele morou em Carvoeiro, uma comunidade situada na margem direita do rio Negro, abaixo da boca do rio Caurés e voltou para o *sítio Barriga*, nessa dinâmica da “multilocalidade”. Desde 2019, mora na cidade de Barcelos em busca de tratamento de saúde para sua esposa que sofreu um acidente vascular cerebral (AVC) e está sem condições de se locomover.

Quando o Sr. Manoel era jovem, sua mãe quis se mudar do *sítio Barriga* para o Lago do Roque, situado no rio Caurés, e lá construíram outro *sítio* nomeado de *Sítio do Roque*, localizado na beira do Lago de mesmo nome. Lá já morava o seu avô paterno.

Por se tratar de um lago, na seca a água ficava parada, dificultando o acesso (entrada e saída) e acumulava muitos insetos causando doenças, como malária. A família do Sr. Manoel foi crescendo e em 1981, retornaram ao *sítio Barriga*, em virtude de melhores condições para a saúde e educação. Com isso, o *sítio Barriga* foi renomeado de comunidade São Roque, em referência às famílias que moravam no Lago.

A escola foi, portanto, construída no antigo *sítio Barriga* (hoje São Roque) para facilitar o acesso dos professores e agentes de saúde, assim também para viabilizar o ir e vir dessas famílias nos períodos de seca e cheia.

Os pais do Sr. Manoel vieram do alto rio Negro. Em 1935, seu pai (com a família – pai, mãe e irmãos) veio do alto rio Negro para o rio Caurés na localidade do *sítio Barriga* para trabalhar na castanha (começo do inverno) e seringa (no verão).

Os castanhais eram limpos por essa família que eram aviados da empresa Igson (de Manaus), uma *casa aviadora* que comercializava para a firma J.G. Araújo. Essa relação comercial estava situada no âmbito do “sistema de aviamento”.

Nessa época, não tinha comunidades no rio Caurés, apenas os *sítios* das famílias indígenas que trabalhavam no extrativismo vegetal para as empresas aviadoras. Inclusive o Sr. Manoel tinha parentes no que um dia foi a comunidade Tapera do Caurés (na entrada do rio Caurés) e Maroa (no rio Negro, nas proximidades de D. Pedro II) onde, no presente, são apenas *sítios*.

---

30 Seu pai que nomeou o lugar em referência à palmeira paxiúba barriguda.

Atualmente, o antigo *sítio* do Lago do Roque é um castanhal limpo pelos membros da comunidade. Foi possível observar que ainda possui as estruturas das antigas casas, inclusive com telhados.

Quando as firmas comerciais faliram, no final do século XX<sup>31</sup>, as famílias que estabeleceram *sítios* no rio Caurés continuaram ali, pois já tinham um sentimento de pertencimento ao território.

Trabalhavam na extração de sorva e na produção de farinha, consumiam, trocavam com outros *sítios* e vendiam na cidade de Barcelos.

O Sr. Manoel se casou com a Sra. Raimunda, da etnia Baré, nascida no rio Negro que já tinha cinco filhos do seu primeiro casamento. Do seu segundo casamento, nasceram quatro filhos, que lhes deram netos, que estão espalhados, a partir de casamento, em D. Pedro II, Manacauaca e Cauburis.

Uma das filhas do Sr. Manoel é a D. Tereza, que se casou com o Sr. Santana e agora são o casal mais antigo de São Roque, e constituem uma das principais linhagens da comunidade, os macuxis.

O Sr. Santana (57 anos) da etnia Macuxi, nasceu no Rio Branco em Roraima. Veio para o rio Caurés com 14 anos, em 1979, para trabalhar no extrativismo da sorva (inverno e verão na catanga) e seringa (verão) nas margens dos igarapés, com o *patrão*, nas cabeceiras do rio Caurés.

A relação com o *patrão* é essa da exploração da força de trabalho, os indígenas tiravam pouco saldo e permaneciam sempre com dívidas. Com o declínio dos *patrões* e firmas comerciais, a extração de sorva e seringa acabou, nos moldes do “sistema de aviamento”. Com isso, os *patrões* não vieram mais para o rio Caurés comercializar os produtos e as famílias começaram a produzir livremente neste território. Isso aconteceu quando o Sr. Santana tinha vinte anos, como trabalhava nas cabeceiras do rio Caurés, e devido à falência da firma, o Sr. Santana veio descendo o rio até chegar no Lago do Roque, próximo à baía do Caurés, onde conheceu a Sra. Tereza, constituiu família e reside até hoje.

Lá, começou a trabalhar em roça, extração de cipó para artesanatos, vendia farinha e cipó na cidade de Barcelos. Sua família foi crescendo e necessitando de mais serviços como educação para seus filhos.

---

31 Cf. Parte 1 deste relatório.

Em 2000, a escola não estava funcionando e com isso o Sr. Santana, seus filhos e esposa foram morar no rio Branco, próximo aos seus parentes da etnia Macuxi, para que seus filhos pudessem estudar, mas após quatro anos retornaram. Àquela altura, a escola em São Roque já havia sido reativada.

Seus filhos, da etnia Macuxi, pela lógica da patrilinearidade acionada pelo grupo, foram casando-se com indígenas Baré e Baniwa e constituindo suas famílias. Desse modo, a comunidade de São Roque é formada por uma família extensa da etnia Baré e suas ramificações são constituídas por casamentos interétnicos com indígenas das etnias Macuxi e Baniwa.

A genealogia acima, se refere à família extensa Baré/Macuxi, composta, sobretudo, pelos filhos de dois casamentos da Sra. Raimunda. Os filhos do primeiro casamento constituíram família com outros indígenas Baré da região do rio Negro e os filhos do segundo casamento, constituíram família com Baré e com Macuxi, os netos dela se casaram com Baré e Baniwa. Todos os casamentos são exogâmicos.

Há outras famílias nucleares menores, parentes por afinidade, como compadrio, mas não estão na genealogia. São famílias Baré cujos ascendentes moravam na localidade Barriga, onde hoje está São Roque e já se relacionavam com a família extensa da genealogia.

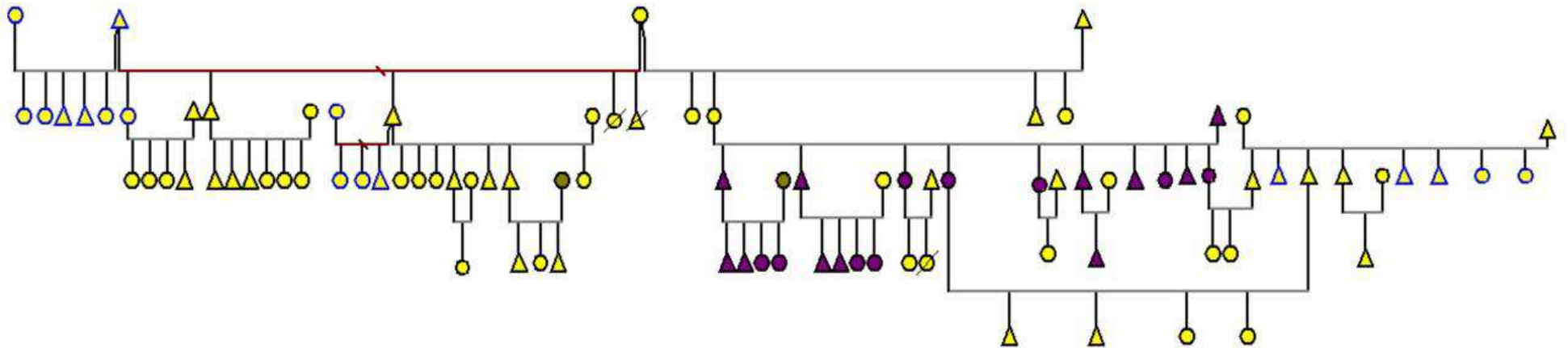
É possível notar que em São Roque, atualmente, vivem cinco gerações: pai/mãe, filhos, netos, bisnetos e trinets. Como em outras localidades do rio Negro, após o casamento, o casal pode se estabelecer na comunidade ou fora dela, porém sempre voltando para visitar seus parentes ou passar temporadas.

A comunidade é atendida pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) acionada em casos mais graves. Além disso, São Roque possui dois *rezadores*, chamados em casos mais leves ou de cunho espiritual<sup>32</sup>.

---

32 Cf. parte V do relatório sobre a reprodução física e cultural.

Figura 03 – Família extensa Baré/Macuxi de São Roque



Durante a pandemia do Covid-19, quase todos da comunidade foram contaminados, mas se trataram com a ajuda dos *rezadores* e conhecimentos tradicionais, como com chás de ervas e *rezas*<sup>33</sup>. Atualmente, todos estão vacinados com 03 ou 04 doses. São Roque possui dezenove casas, dois campos de futebol, um estaleiro, uma casa de farinha coletiva, radiofonia, capela, escola, cozinha da escola, centro social da comunidade, diferente de Cauburis, não há o que eles denominam de rua.

As casas estão dispostas para a frente do rio Caurés, um dos campos de futebol, que fica na frente das casas, é inundado na época da cheia do rio. Atrás das casas estão os quintais, plantados ervas medicinais e temperos.

*Croqui 02 – Comunidade São Roque*

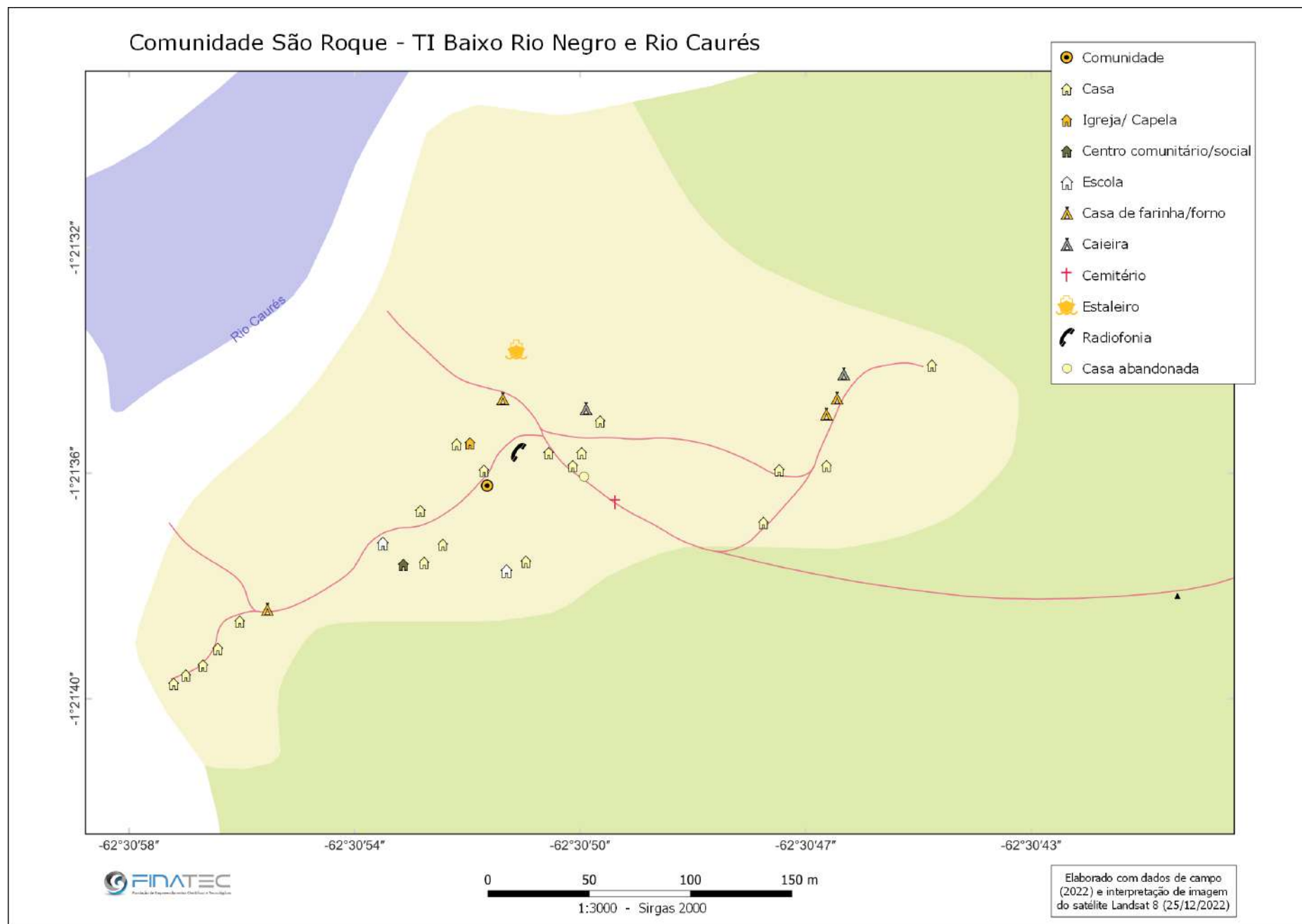


À beira do rio Caurés, as famílias montam as suas *caieiras*. Local de produção de carvão a partir do conhecimento tradicional, são aproveitadas madeiras velhas de árvores mortas para a produção<sup>34</sup>.

33 Será tratado com mais detalhes na parte V.

34 Ver mais sobre essa prática produtiva na parte III.

Mapa 3 - Unidades domésticas da comunidade São Roque



Por se tratar de uma localização de difícil acesso, não entram, com frequência, comerciantes no rio Caurés, quando um indígena vai à cidade, os outros encomendam mercadorias e este traz. Para se chegar em São Roque, é preciso conhecer muito bem a região, é comum barcos tentarem entrar no rio Caurés e se perderem na baía deste rio.

A comunidade criou a associação comunitária, cujo atual presidente é o Sr. Santana. Pela ausência do Estado, no que tange aos serviços básicos de infraestrutura (água encanada e luz), a associação precisou trabalhar junto a uma empresa de turismo de pesca esportiva, que paga uma taxa semanal na época da seca, período este de pesca esportiva na região.

Esse acordo se dá da seguinte maneira: A empresa pode pescar na área da comunidade no rio Caurés, desde que seja fiscalizada pelos próprios indígenas para não agredirem o território e não matarem os peixes, somente os que forem comer. Além disso, a empresa instalou um poço, sistema de encanamento de água para as casas e fornecimento de internet algumas horas por dia. Com o recurso que recebem das semanas do acordo, a associação de São Roque providenciou motor de luz e, assim, as casas possuem luz elétrica, para a iluminação noturna e armazenamento de comida.

Um dos genros do Sr. Santana veio do piaçabal do rio Padauri, do igarapé do Tabaco, com seus pais já idosos. Trata-se do Sr. Rufino, da etnia Baré (36 anos). Ele trabalhou no extrativismo da piaçaba dos 04 aos 25 anos com sua família e nesse período viviam endividados com o *patrão*. Até hoje seus irmãos trabalham da piaçaba no rio Ereré, afluente do rio Negro na margem esquerda.

Ao lembrar as memórias do piaçabal, o Sr. Rufino conta que sua família demorava para saldar a dívida. Vendia o quilo da piaçaba por R\$ 0,40 a 0,50 centavos. Em virtude do agravamento dos problemas de saúde de seu pai, o Sr. Rufino e seus pais saíram do piaçabal em 2002, mesmo com dívidas com o *patrão*<sup>35</sup>.

De lá, foram em busca de um lugar para trabalhar em roça e pesca e assim chegaram no rio Caurés. Eles foram realizar essas atividades produtivas no rio Caurés e se identificaram com o lugar, conheceram os moradores de São Roque e a partir das relações de afinidades estabelecidas reconstruíram sua vida neste território. O Sr. Rufino se casou

---

35 Sair da relação com o patrão, mesmo com dívidas, é conhecido como “calote da dívida” (Menezes, 2019). Constitui-se como uma forma de resistência dos trabalhadores extrativistas e indígenas da relação de imobilização da força de trabalho.

com a filha do Sr. Santana e estabeleceu moradia. Ele também aprimorou o ofício da carpintaria com seus cunhados e começou a trabalhar nesse ramo, da qual está até hoje.

Sobre a família da etnia Baniwa, trata-se de duas irmãs, Marilene e Rosilene Ugarte. Chegaram em São Roque por meio do casamento interétnico. Uma se casou com um homem da etnia Baré e a outra com um homem da etnia Macuxi. Seus filhos são considerados pelo grupo como pertencentes à etnia do pai, pela lógica da patrilinearidade embora essa não seja, hoje, uma regra rígida.

A família do Sr. Rufino, Sr. Santana, dentre outras, não são as únicas que saíram da relação de dívida com o *patrão* para uma vida autônoma e uso dos recursos naturais nas localidades que se estabeleceram, sobretudo pela identificação com o território. Ao analisar as trajetórias das famílias do território indígena baixo rio Negro e rio Caurés é possível perceber similaridades entre elas neste ponto.

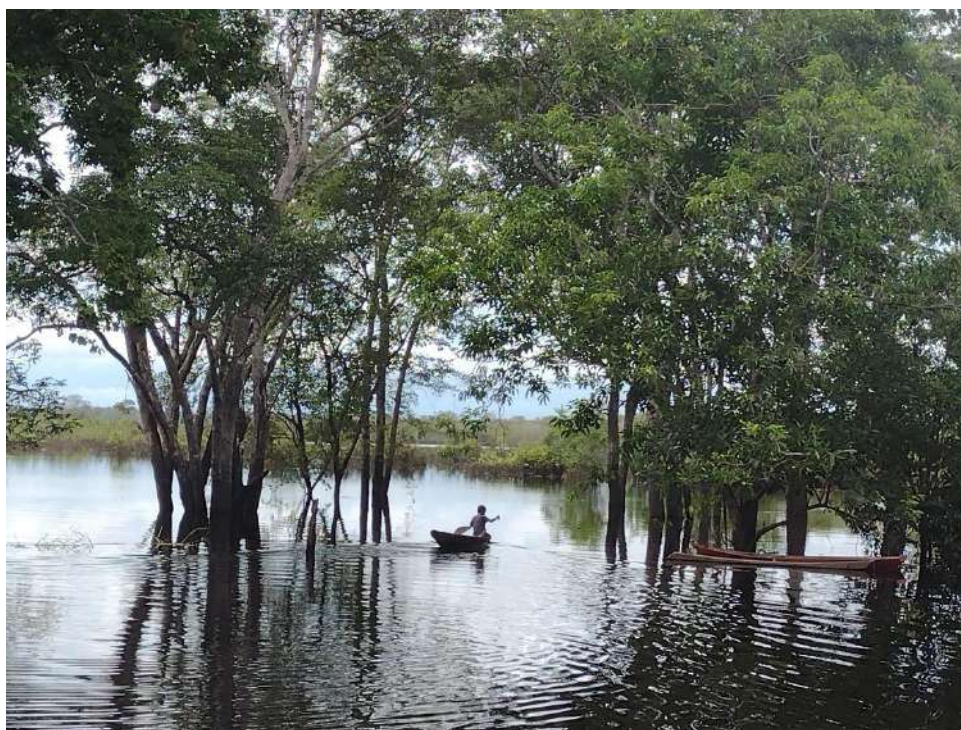


Foto 5 Criança remando em São Roque. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022.

### 2.2.3. Os Baré e Baniwa de Manacauaca

Manacauaca está localizada na margem direita do rio Negro, possui atualmente 29 (vinte e nove) famílias que abrange 71 (setenta e uma) pessoas, dentre as quais: 70 (setenta) da etnia Baré e 01 (uma) da etnia Baniwa.

A Sra. Maria Alberta do Nascimento, Baré (58 anos) e o Sr. Valdir Pereira (72) é o casal mais antigo de Manacauaca. A mãe da Sra. Maria Alberta, por nome Idalina, nasceu no rio Aracá, onde hoje é a comunidade indígena do Romão, uma terra tradicionalmente ocupada que também é reivindicada como Terra Indígena e ainda não foi demarcada. O rio Aracá é afluente da margem esquerda do rio Negro e a família da Sra. Idalina migrou de lá até o antigo *sítio Maroa*, localizado no baixo rio Negro, pela margem direita, entre Manacauaca e D. Pedro II, em meados do século XX.

A Sra. Idalina se casou com o Sr. Solidário que nasceu e morreu onde, hoje, está situada Manacauaca, seus pais e avô paterno também nasceram e morreram nessa localidade, ou seja, há pelos menos sete gerações da mesma família da etnia Baré morando nesse território.

A família da Sra. Idalina trabalhava em roça, seringa e castanha. Estes dois últimos, através do “sistema de aviamento”, com um *patrão*, o Sr. João Damasceno, o mesmo que levou o casal de Cauburis, a Sra. Virgília e Sr. Marcelino até aquela localidade que os mesmos vivem até hoje. A Sra. Idalina e o Sr. Solidário tiveram dez filhos e pelo menos trinta e dois netos, sem contar os bisnetos.

Os filhos da Sra. Idalina e do Sr. Solidário nasceram no *sítio Maroa*, que em meados do século XX era bem populoso devido ao extrativismo vegetal, como seringa e castanha na região, viabilizados pelo “sistema de aviamento”. A Sra. Maria Alberta, migrou do *sítio Maroa* à Manacauaca, aos dois anos, com a mãe, pai e irmãos, que ajudavam nas atividades produtivas da família, carregando a produção de castanha.

A Sra. Maria Alberta se casou com o Sr. Valdir e tiveram 14 filhos, a maioria mora em Manacauaca. Além dos filhos, o casal possui 27 netos e 07 bisnetos e um trineto. Seus filhos se autodefinem Baré, assim como a sua mãe. Nesse caso prevaleceu o critério de matrilinearidade, pois os filhos vivem a cultura e os modos de vida da família materna.

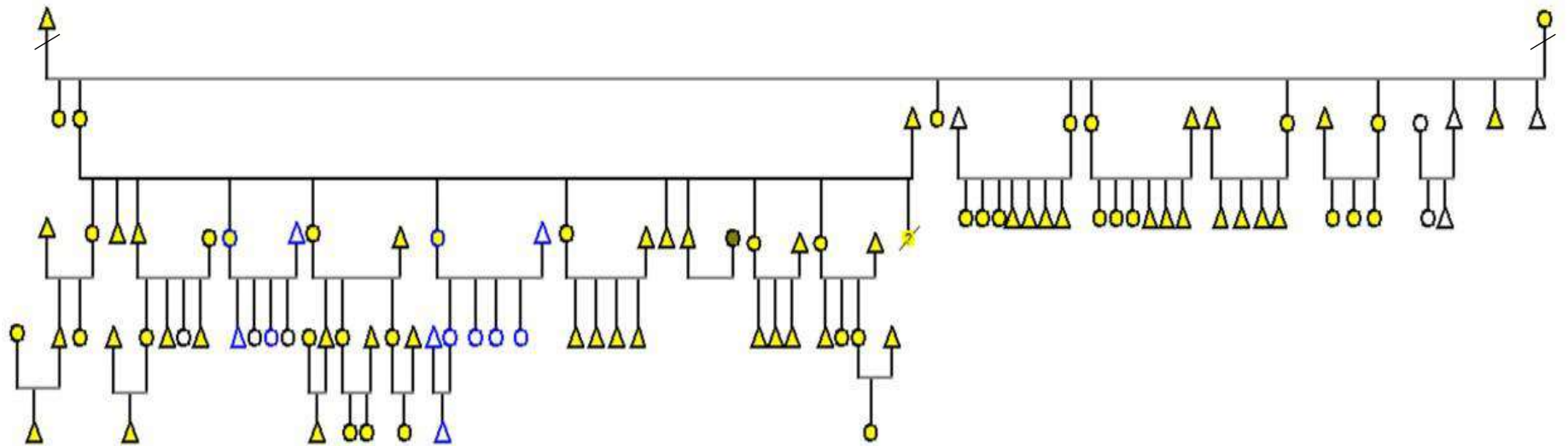
O Sr. Valdir veio de Codajás e se casou com a Sra. Maria Alberta do Nascimento há pelo menos quarenta anos, é esse o tempo que mora no rio Negro. Ele se autodefine Baré e, assim, é reconhecido pelo grupo. Ele chegou no rio Negro ainda jovem para trabalhar como *aviado* de uma serraria de Manaus, ou seja, o *patrão* levava os trabalhadores para a extração de madeira e a lógica era a mesma do “sistema de aviamento”: o *patrão* adiantava as mercadorias, o trabalhador ficava endividado e ia trabalhar para saldar essa dívida. No ano de 1971 essa atividade foi proibida no rio, ele conheceu a Sra. Maria Alberta, se casou e estabeleceu moradia em Manacauaca.







Além da família extensa acima, há outras famílias nucleares menores, compostas por casal e filhos ou casal e netos que não possuem parentesco consanguíneos com os elencados acima.

A comunidade é constituída por uma família extensa originada do casal Idalina e Solidário, pais da Sra. Alberta. São seus filhos, netos, bisnetos, trinetos, primos, sobrinhos, cunhados, genros, dentre outros, que a partir delas originaram as 29 famílias nucleares e totalizam cinco gerações, embora os ascendentes da primeira geração já tivessem se estabelecido neste território há muito tempo.

Os casamentos são exogâmicos, mas, em sua maioria dentro da própria etnia. Foi identificado apenas um casamento interétnico. Os casais que vão se formando vão construindo suas casas nas proximidades das casas dos sogros.

Figura 04 – Família extensa de Manacauaca



- |   |        |   |  |   |            |   |                   |
|---|--------|---|--|---|------------|---|-------------------|
|  | BARÉ   |  | RESIDE EM OUTRAS LOCALIDADES DO RIO NEGRO  |  | FALECIDO/A |  | SEXO DESCONHECIDO |
|  | BANIWA |  | NÃO SE IDENTIFICA ENQUANTO INDÍGENA OU NÃO FOI POSSÍVEL IDENTIFICAR O GRUPO ÉTNICO |   |            |   |                   |

A família da Sra. Maria Alberta e Sr. Valdir tem parentes em D. Pedro II, eles também criam a neta, que é filha do seu filho e de uma mulher da etnia Baré nascida em São Roque no rio Caurés, evidenciando essa rede de parentesco entre as comunidades analisadas neste relatório.

Outra liderança de Manacauaca é o Sr. José Teófilo (Baré, de 47 anos). Nasceu no rio Aracá, em um *sítio* onde, hoje, é a comunidade indígena de Bacabal, área que também é reivindicada como Terra Indígena pela margem esquerda do rio Negro.

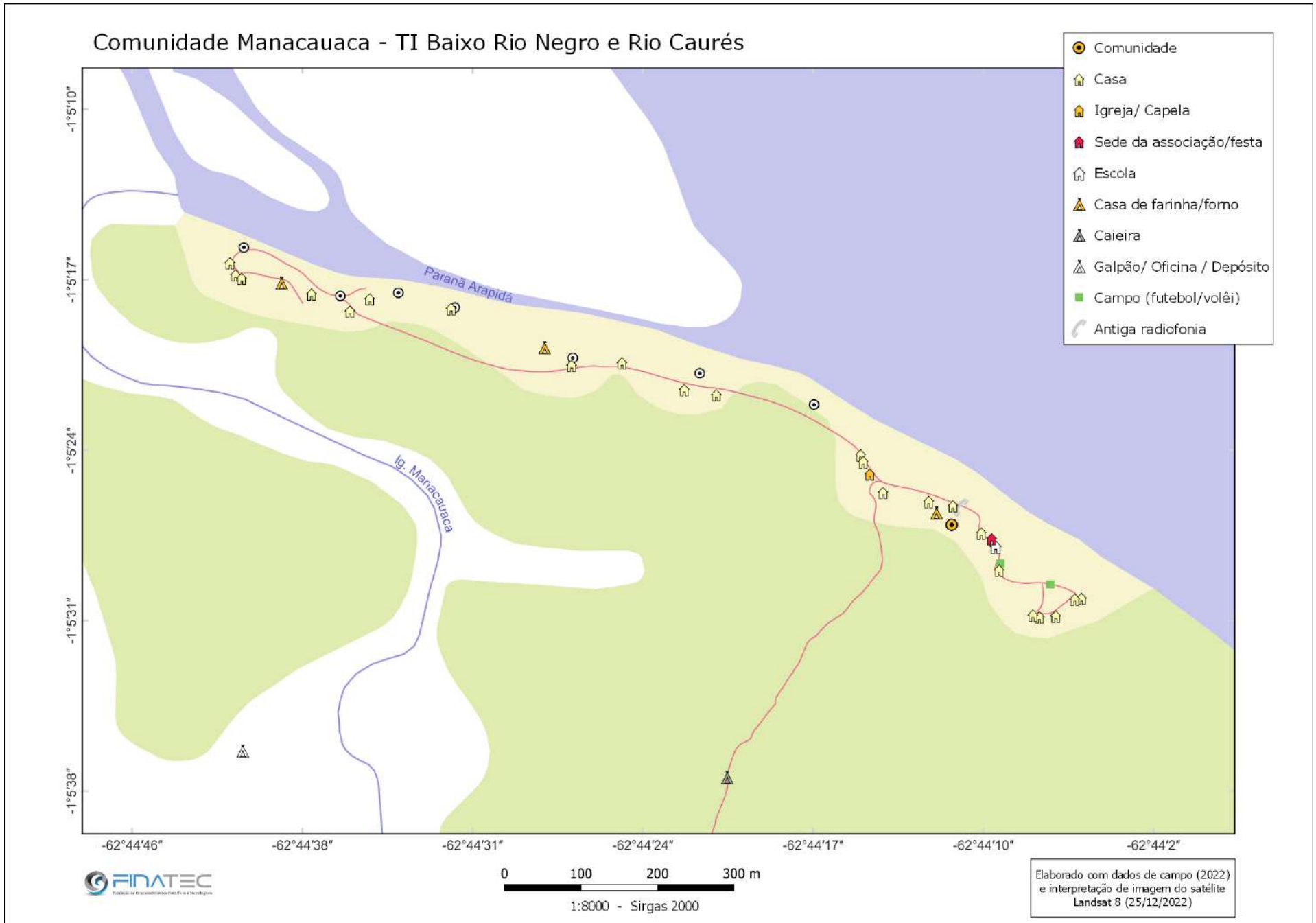
Seu pai, o Sr. Teófilo Pantoja (nascido no Pará) trabalhou na empresa extrativista da seringa, sorva, castanha nas ilhas do rio Negro, *aviado* pelo *patrão*. Sua mãe, a Sra. Etelvina Oliveira, da etnia Baré, casou-se com o Sr. Teófilo e juntos foram trabalhar para o *patrão*, no âmbito do “sistema de aviamento”. No inverno, iam para o rio Aracá trabalhar na extração de sorva e castanha e no verão iam para as ilhas do rio Negro, especificamente as do arquipélago de Mariuá pela margem esquerda do rio, extrair seringa.

O Sr. José se casou com a filha caçula da Sra. Maria Alberta e Sr. Valdir em Manacauaca. Casaram-se, construíram sua casa e constituíram família. Hoje ele é uma liderança de Manacauaca, organiza as atividades coletiva, participa das reuniões junto à Associação Indígena de Barcelos e tudo que interessar à comunidade.

### *Croqui 03 – Comunidade Manacauaca*



Mapa 4 - Unidades domésticas da comunidade Manacauaca



O programa “Luz para Todos” foi implementado na comunidade em 2020, antes disso a energia elétrica chegava somente pelo motor de luz, que é oneroso e nem todos podem arcar. O croqui 03 e o mapa 4 abaixo apontam para 22 construções, porém ao todo são 28 casas. A comunidade possui campo de futebol, campo de vôlei, igreja evangélica, escola, sede da associação comunitária, casas de forno e portos.

As casas estão dispostas para a frente do rio Negro em uma única paralela. Dois igarapés cortam a comunidade, por isso para se deslocarem até a família de algum parente que mora do outro lado do igarapé, eles utilizam suas canoas. Há nove *portos* em Manacauaca, utilizados por mais de uma família. O uso se dá pela proximidade de suas casas com a escada que dá acesso ao rio.

Atrás do campo de futebol, há uma castanheira centenária, que está representada no croqui acima pelo lado esquerdo como a maior árvore pintada de verde escuro, e é utilizada como ponto de referência entre os indígenas.

A escola está em construção, enquanto as obras não são finalizadas, as crianças estudam na sede do centro social da comunidade. As séries oferecidas vão do 1ª ao 9º ano do ensino fundamental. Após isso, aqueles que querem continuar os estudos, precisam ir à cidade.

Em Manacauaca, não há poço artesiano para as famílias, há um que está em construção para a escola. Os indígenas bebem água da chuva e utilizam a água do rio para as atividades domésticas.

As ilhas são muito utilizadas pelos indígenas de Manacauaca, especialmente as do arquipélago do Mariuá. Lá eles plantam suas roças e pescam. Acima de Manacauaca começa o *canal de verão*<sup>36</sup>, com a seca do rio há pouca navegabilidade e os indígenas denominaram esse caminho de *canal de verão* por ser utilizado nessa época do ano como uma rota que evita as embarcações de encalharem no rio.

Manacauaca está organizada politicamente em torno de uma associação comunitária cuja presidente atual é a Sra. Marinete dos Santos, da etnia Baniwa que chegou à Manacauaca como professora da escola e se casou com um dos filhos da Sra. Maria Alberta e do Sr. Valdir.

---

36 Localizado entre o paranã do Surubim até a ilha do Japó.

Outros indígenas da etnia Baré, parentes por consanguinidade ou afinidade, chegaram na comunidade e estabeleceram residência e roça com o intuito de sair da imobilização da força de trabalho dos patrões e viver suas práticas tradicionais de subsistência plenamente. Como é o caso da família do Sr. Sullivan da etnia Baré e da família da Sr. Maria Alberta Pantoja e do Sr. Valter, que trabalharam décadas para *patrões* de piaçaba e pesca ornamental.

#### **2.2.4. Os Baré e Baniwa de Lago Grande**

*Aqui nós estamos libertos*, disse o morador mais antigo do Lago Grande, o Sr. Francisco Pereira, de 66 anos, da etnia Baré, sobre o “sentimento de pertencimento” à sua comunidade, terra tradicionalmente ocupada por sua família que ali sempre viveu. Essa fala se torna oportuna para compreendermos a configuração do processo de territorialização dos povos indígenas do rio Negro que historicamente foram imobilizados pela dívida no “sistema de aviamento”.

A comunidade Lago Grande está localizada na margem direita do rio Negro, no Lago de mesmo nome, acima de Cauburis. Ela é formada por dois grupos: os herdeiros dos *patrões* que exploravam os castanhais e seringais da região no século XX e os herdeiros dos *fregueses* e afins, neste caso, os trabalhadores extrativistas de castanha e seringa que eram explorados.

Os herdeiros dos *patrões* são os descendentes da família da Sra. Domingas Rodrigues, que está enterrada desde 1945 no cemitério de Cauburis Velho. Trata-se de uma família formada por seis pessoas e acionam a identidade étnica Baré. O mais antigo é o Sr. Altenor que nasceu em Cauburis Velho e mora no Lago Grande há 22 (vinte e dois anos), sua família mora em *sítios* mais afastados da comunidade. Os herdeiros dos *fregueses* ajudaram os herdeiros dos *patrões* a limpar o terreno para a construção do *sítio* em Lago Grande.

Os herdeiros dos *fregueses* são 07 (sete) famílias que englobam 19 (dezenove) pessoas, dentre as quais: 16 (dezesesseis) da etnia Baré, 01 (uma) da etnia Baniwa e duas não indígenas (casamento interétnico entre Baré e não indígenas). Os filhos destes são considerados pelo grupo como Baré, pois prevalece o critério da patrilinearidade. As suas seis casas próximas, além da escola, formam o núcleo da comunidade Lago Grande.

Os dois grupos somam 09 (nove) casas, 14 (quatorze famílias) e 34 (trinta e quatro) pessoas, entre Baré, Baniwa e não indígenas. Elencarei abaixo a genealogia dos herdeiros dos *fregueses* que, atualmente, moram na comunidade. Além deles, há outras famílias nucleares menores que possuem relação de afinidade e de trabalho na comunidade que não são indígenas, como a professora da escola e sua auxiliar.

O Sr. Francisco Pereira, da etnia Baré, 66 anos, nasceu no rio Negro em uma localidade de nome Mauaú, baixo rio Negro. Ele compõe esse grupo dos herdeiros dos *fregueses* e trabalhou na cabeceira do Lago Grande extraindo sorva e madeira, na mesma lógica do “sistema de aviamento” para o comerciante João Damasceno, mesmo *patrão* de outros indígenas da região, já mencionados neste relatório.

Seu pai, o Sr. Brasilino, da etnia Baré, nasceu na região no baixo rio Negro nas proximidades do Lago Grande. A sua mãe, a Sra. Maria Luiza, era de São Gabriel da Cachoeira.

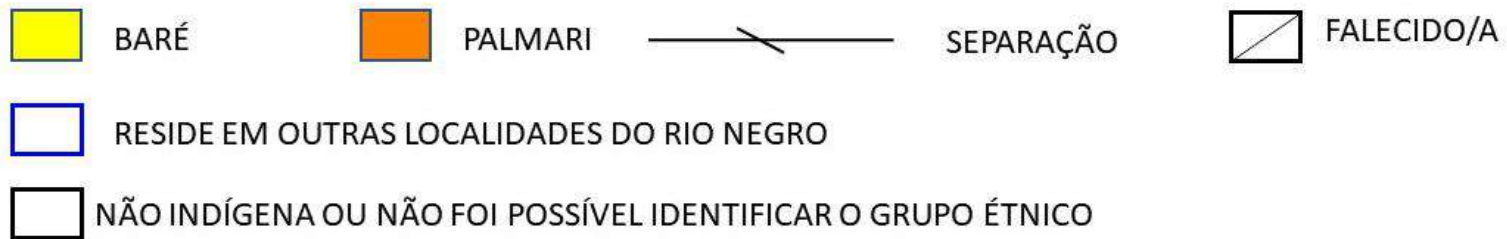
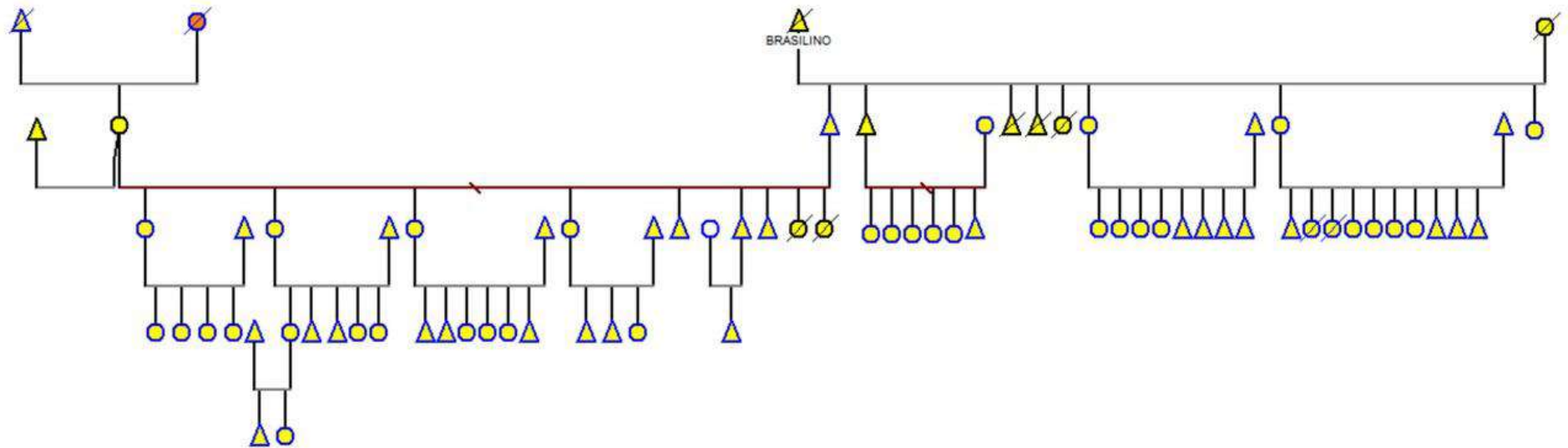
A *comunidade* Lago Grande foi fundada pelo Sr. Brasilino e Sra. Maria Luiza, na década de 1960 como um *sítio*. Seus oito filhos cresceram e constituíram família e o *sítio* se tornou uma comunidade.

O referido casal chegou no *sítio Boa Sorte*, no Lago Grande, em meados do século XX, com os seus filhos crianças, para trabalhar no extrativismo da borracha e da castanha no âmbito do “sistema de aviamento” com um *patrão*. Do *sítio Boa Sorte*, se mudou para o *sítio Nova Vida*, na entrada deste mesmo lago. Em 1982, a família se mudou para o *sítio Lago Grande*, também na entrada deste lago e onde hoje é a comunidade. Nessa época, habitava o lago apenas essa família. Todos os *sítios* mencionados (Boa Sorte, Nova Vida e Lago Grande) foram abertos e nomeados pelo Sr. Brasilino e até hoje são assim conhecidos pelos indígenas da região, inclusive das outras comunidades.

Além do extrativismo vegetal, o Sr. Brasilino trabalhava em roça e pesca. Foi artesão de tecer *abanos*, *paneiros* e *tupé*. Sua esposa também tecia *tupé*, com *arumã* e *cipó* da região.

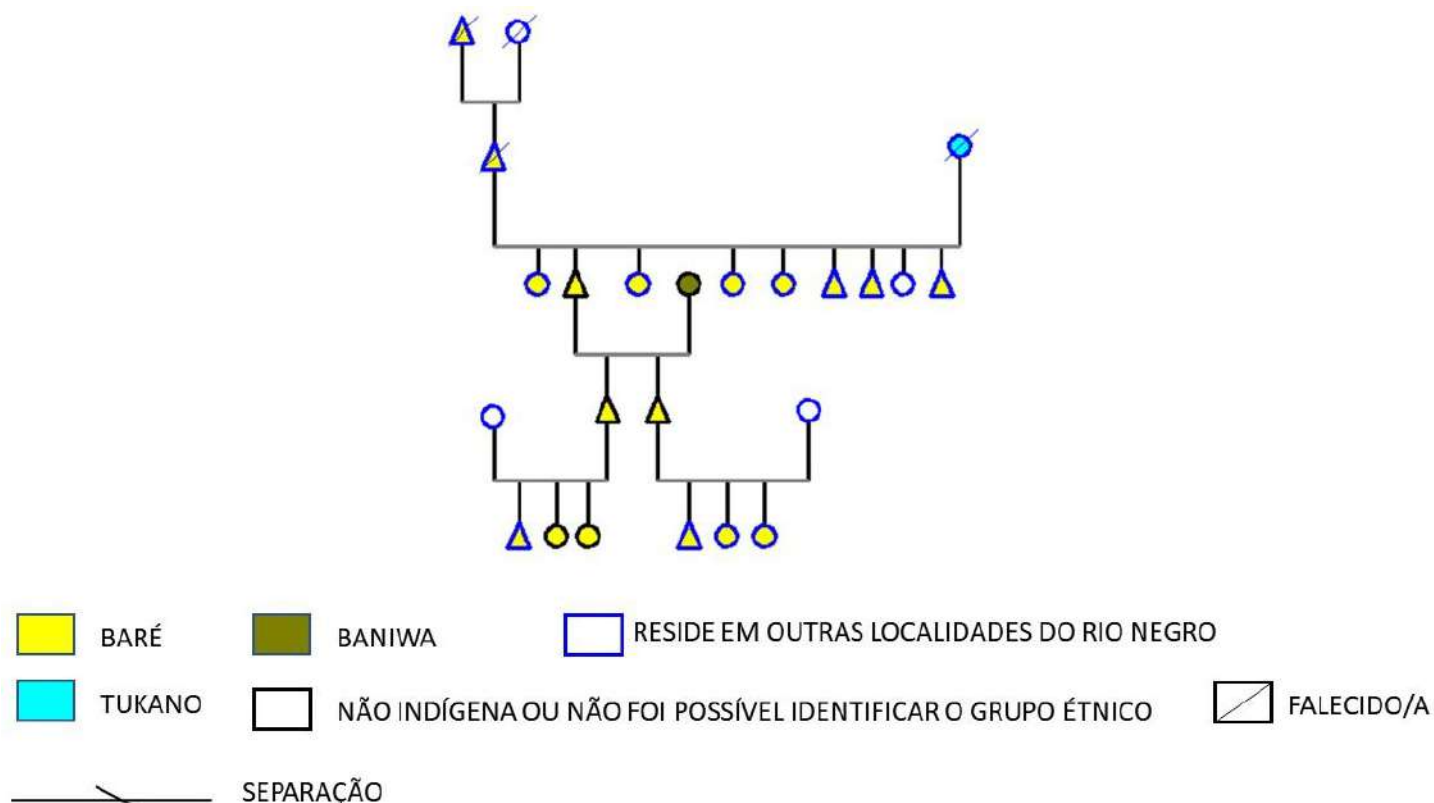
Em 1989, ele solicitou à prefeitura que implementasse uma escola na comunidade. Devido à demanda, sua solicitação foi atendida e isso atraiu professores e agentes de saúde para a região.

Figura 05 – Família extensa Baré de Lago Grande



Nesse movimento de chegada de novos profissionais da saúde e educação, chegou o Sr. Dilson Monteiro (Baré) em 1994. Ele, que hoje é o presidente da associação da comunidade de Lago Grande, conheceu a família do Sr. Brasilino e estabeleceu uma rede de afinidade.

Figura 06 – Família extensa Baré de Lago Grande



A figura 06 representa a genealogia da família do Sr. Dilson que trabalhou como professor rural até 1996 e de 1997 até 2006 como agente comunitário de saúde. Assim, veio a esposa, a Sra. Maria Baniwa e os filhos do Sr. Dilson para Lago Grande. O Sr. Brasilino convidou o Sr. Dilson e família para morarem permanentemente na comunidade e, assim, construíram sua casa e abriram sua roça. Hoje, essa família é constituída por três gerações: pai/mãe, filhos e netas.

Em 2006, o Sr. Dilson foi morar na cidade de Barcelos com a sua família para que seus filhos pudessem estudar, pois a escola da comunidade ia até a 5ª série do ensino fundamental. Os filhos do Sr. Brasilino e Sra. Maria Luiza também foram procurar outras localidades para morarem nessa lógica da “multilocalidade” (PERES, 2015) e, assim, ficou

somente o casal de idosos fundadores da comunidade, com idade aproximada de oitenta anos (figura 05).

O Sr. Brasilino faleceu em 2008 e sua esposa foi morar com uma de suas filhas em Novo Airão, município à jusante de Barcelos. Nesse mesmo ano, o Sr. Dilson e sua família voltaram a morar em Lago Grande e no ano seguinte os filhos e noras do Sr. Brasilino também voltaram para morar novamente e, assim, a comunidade foi se reconstruindo.

#### *Croqui 04 – Comunidade do Lago Grande.*

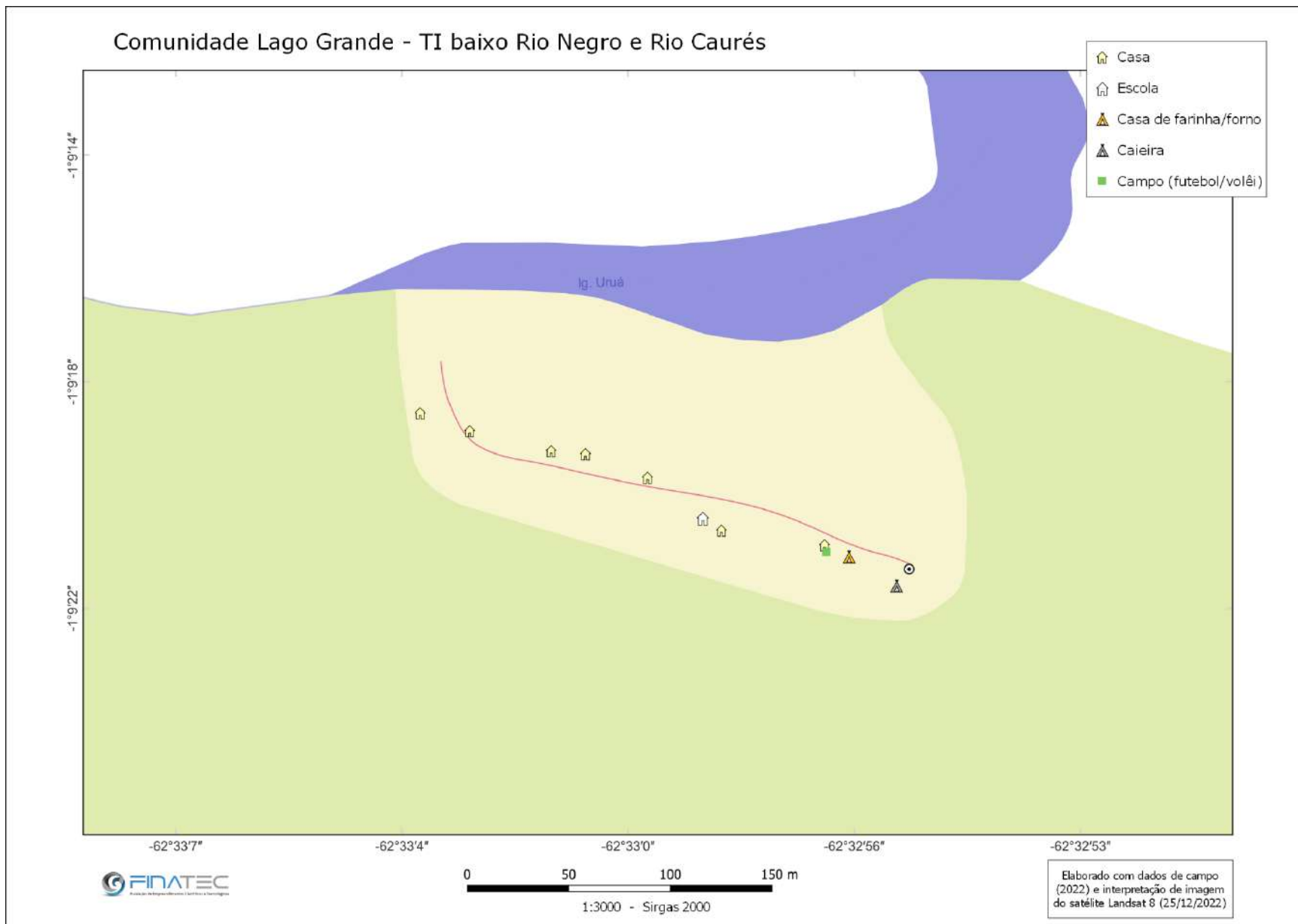


Conforme pode ser visto no croqui 04, atualmente, a comunidade possui, além das casas, uma escola e uma casa de farinha que estão dispostas à beira do lago. O acesso a esse núcleo se dá pela subida de um barranco, sem escadaria como nas demais comunidades. Apesar disso, há cinco *portos*.

Atrás das casas há os quintais, onde são plantados as ervas medicinais e temperos. Atrás dos quintais, estão capoeiras antigas e as roças atuais. Nas ilhas situadas na frente do lago estão capinando para futuras roças.

Próximo às roças, algumas famílias fazem a *caieira*, aproveitamento de madeira de árvores mortas ou queimadas durante a seca para a produção de carvão, a partir de conhecimento tradicional.

Mapa 5 - Unidades domésticas na comunidade Lago Grande



A comunidade é evangélica e o Sr. Dilson atua como pastor, na infância estudou no internato dos padres salesianos, onde aprendeu a ler e a escrever. Os cultos são realizados na casa de farinha.

Em Lago Grande há um cemitério antigo das crianças. Lá, está enterrado uma criança Baré, sobrinha do Sr. Francisco e filha da Sra. Eudilália (figura 05). No sítio Boa Sorte está enterrado o irmão do Sr. Francisco, falecido ainda criança. Os cemitérios antigos dos adultos caíram com o barranco ao longo do tempo.

### **2.2.5. Os Baré e Tikuna de D. Pedro II**

A comunidade D. Pedro II, localizada na margem direita do rio Negro, possui atualmente 36 (trinta e seis) famílias que englobam 133 (cento e trinta e três) pessoas, dentre as quais: 110 (cento e seis) da etnia Baré e 08 (oito) da etnia Tikuna, 01 (um) da etnia Marubo e 14 (onze) não sabem sua etnia, mas vieram do rio Negro nessa rede de parentesco.

A família do Sr. Manoel dos Santos (65 anos, da etnia Baré) fundou o *sítio* onde hoje é D. Pedro II em 1965. Seu pai, o Sr. Raimundo Santos, foi soldado da borracha, veio do Ceará e morreu em D. Pedro II aos 98 (noventa e oito) anos em 2016. É o único adulto enterrado na comunidade, antes de falecer este foi o seu único pedido. A mãe, a Sra. Carmosina Araújo, da etnia Baré, nasceu no rio Negro e morava em um igarapé chamado Irauaú, um castanhal próximo à D. Pedro II.

O Sr. Raimundo veio trabalhar na extração de seringa por volta de 1936, aos dezoito anos, no seringal do Cabeçudo, na boca do igarapé do Zamula, afluente do rio Aracá, margem esquerda do rio Negro, de domínio do pai da Sra. Carmosina, que comercializava os produtos extraídos de seus *avidos* com a firma J.G. Araújo.

Então, a filha do seringalista se casou com o seringueiro, tiveram oito filhos, criados no *sítio Anati*, onde hoje é a comunidade de D. Pedro II. Tal unidade social foi fundada pela família da Sra. Carmosina, então constituída pelo pai, mãe (da etnia Baré), irmãs, irmãos e pelo seu esposo o Sr. Raimundo, ao estabelecer ali um *sítio* de uso sazonal, em decorrência das safras da seringa e da castanha. Cada núcleo familiar construiu a sua própria casa. A Sra. Carmosina, Sr. Raimundo e filhos se estabeleceram próximo do igarapé D. Pedro II e seu pai, mãe e irmãos, próximo do igarapé Anati.

Na safra da seringa, eles se deslocavam ao igarapé do Cabeçudo e na época da castanha, nos castanhais do igarapé do Irauaú. O Sr. Raimundo continuou trabalhando nos seringais e castanhais da região para o seu sogro e, assim, todos os seus filhos aprenderam o mesmo trabalho, sob essa lógica do *aviamento* na condição de *aviado*, ou seja, de *freguês*, trabalhador extrativista que possuía uma dívida com o *patrão*.

O Sr. Manoel nasceu e cresceu em D. Pedro II, estudou na escola da comunidade, assim como seus irmãos. Já as suas irmãs foram estudar na cidade de Barcelos. Ele se casou com a Sra. Lucilene, etnia Baré, hoje com 65 anos.

A família da Sra. Lucilene trabalhava em um castanhal, de sua posse. Ela foi criada no *sítio Quarú*, nas ilhas do arquipélago Mariuá, pela margem esquerda do rio Negro. Nesse *sítio*, as famílias fazem roça até hoje e está localizado atrás da boca do rio Demeni, de água branca. Ainda hoje eles frequentam esse *sítio* no verão, onde trabalham em roça e coletam fibras de arumã para artesanatos.

A Sra. Lucilene estudou quase três anos no internato dos Salesianos em Barcelos. As famílias pagavam dois alqueires de farinha por semestre aos padres para que ela pudesse estudar, mas em decorrência do falecimento de seu pai, teve que interromper os estudos para ajudar sua mãe.

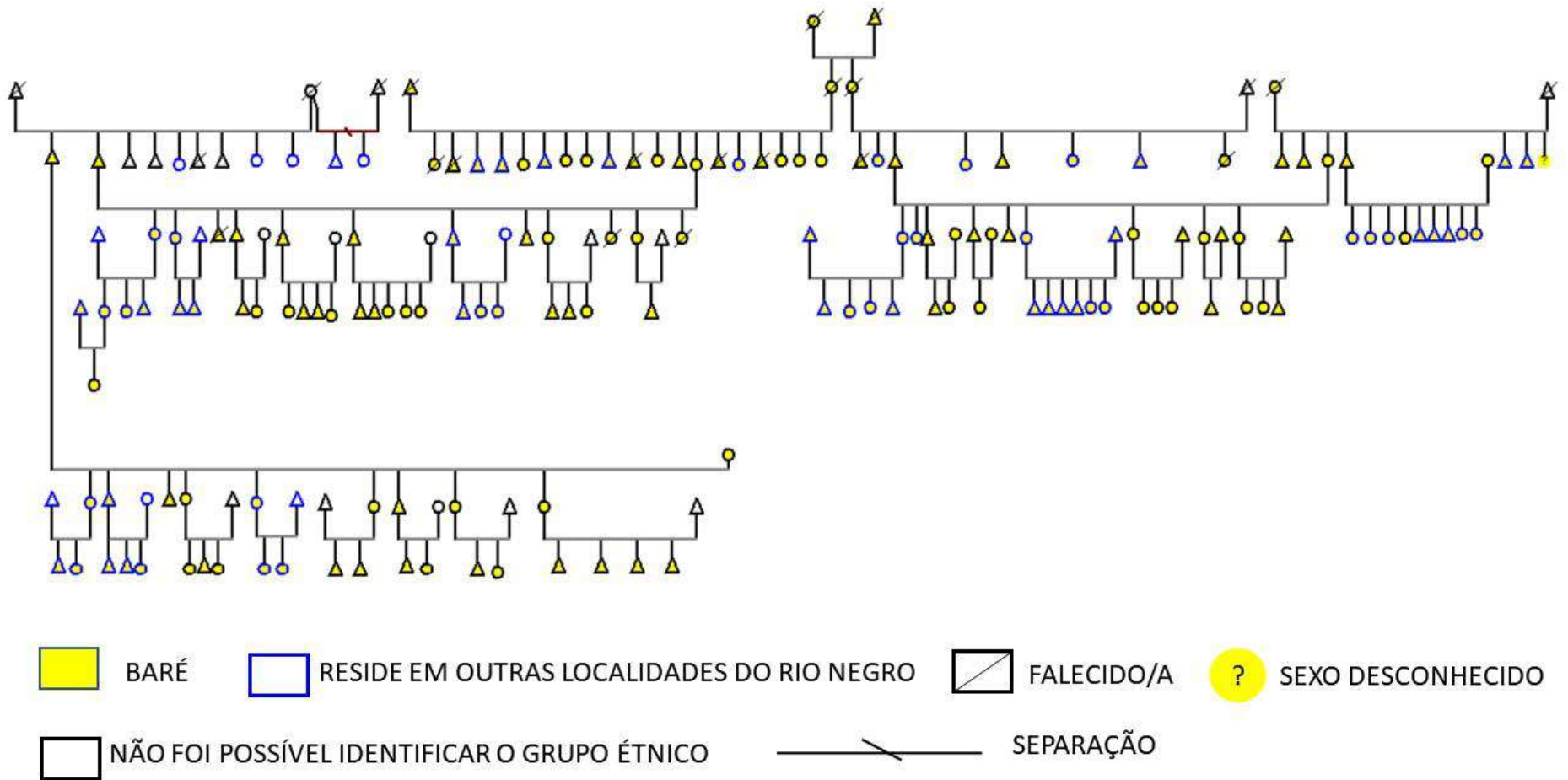
O Sr. Manoel se casou com a Sra. Lucilene e tiveram nove filhos. O casal continuou morando em D. Pedro II. Atualmente, seus filhos constituíram família e dos nove, seis moram nessa comunidade, os demais passam temporadas e circulam novamente, o vínculo com o território permanece apesar dessa circulação, que faz parte do “*ethos*” desse povo.

Por dez anos, o Sr. Manoel e a Sra. Lucilene trabalharam para um *patrão* de peixes ornamentais chamado Raimundo Ribeiro, sob a ótica do “sistema de *aviamento*”. Assim, criaram seus filhos com roça e venda de peixes ornamentais, como acará-disco e cardinal, conhecidos como endêmicos da região<sup>37</sup>.

---

37 Barcelos promove anualmente a festa do peixe ornamental, que é caracterizada pela apresentação de dois grupos folclóricos: um que representa o peixe ornamental acará-disco e o outro, o cardinal. Há torcidas organizadas de pessoas de toda a calha do rio Negro.

Figura 07 – Família extensa Baré de D. Pedro II



A Sra. Lucilene tem parentesco consanguíneo com as famílias indígenas de Lago Grande. Um dos genros da Sr. Lucilene e Sr. Manoel, o Sr. Devaldo, da etnia Baré, veio da comunidade de Piloto, acima da cidade de Barcelos. Há também outros moradores que vieram de outras localidades do rio Negro, como Carvoeiro, e se estabeleceram em D. Pedro II pelo casamento, evidenciando um caráter exogâmico. A comunidade de D. Pedro II é formada por duas famílias extensas que culminou em 34 famílias nucleares.

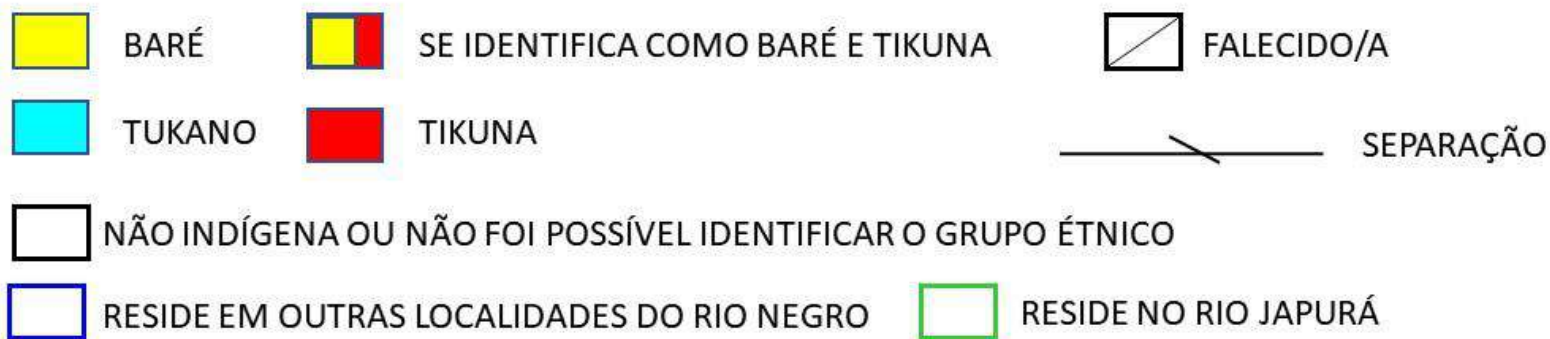
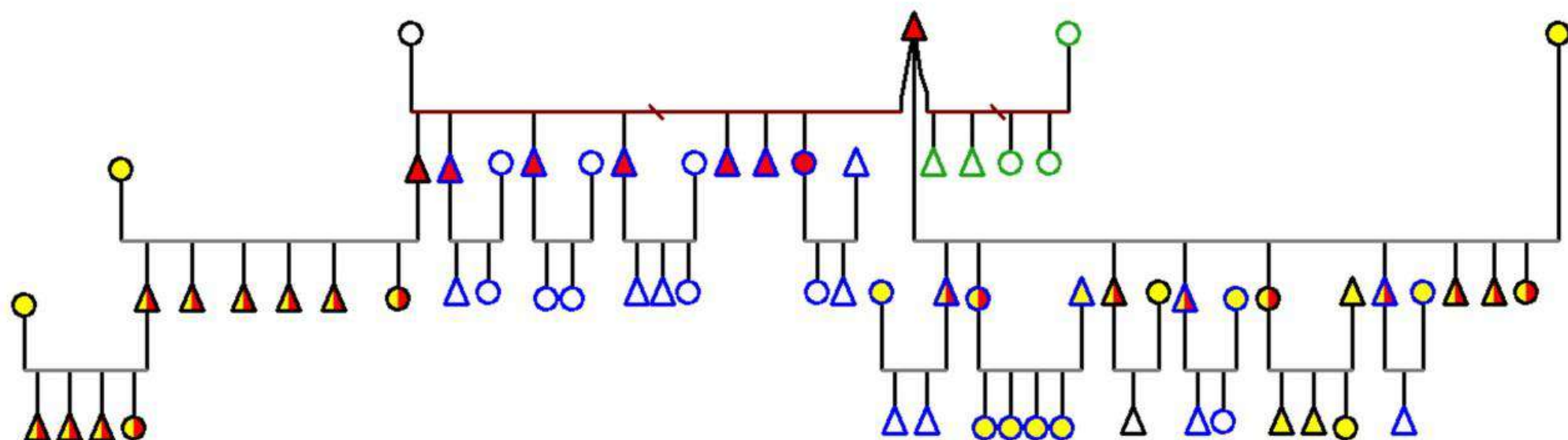
Há também uma família extensa da etnia Tikuna vinda de São Paulo de Olivença no alto rio Solimões. O patriarca da família é o Sr. Roberto Rodrigues, 86 anos, que aos quatorze já trabalhava na extração de madeira no alto Solimões no âmbito do “sistema de aviamento”. Desceu o rio Solimões com seu pai e irmãos à trabalho para Manaus. Em Manaus, continuou trabalhando como *freguês* e assim chegou em Barcelos, trabalhando no transporte de jangadas no trecho Barcelos – Manaus.

Em Barcelos, o Sr. Roberto conheceu a Sra. Alaíde, da etnia Baré, nascida em Manacauaca, ao lado de D. Pedro II. Eles tiveram 09 (nove) filhos, ao todo o Sr. Roberto tem 20 (vinte) filhos e 29 (vinte e nove) netos frutos de casamentos anteriores, cujos filhos e ex-cônjuges moram em outras localidades do rio Negro e rio Japurá.

É oportuno observar na figura 08 que todos os casamentos do Sr. Roberto foram interétnicos, porém os filhos nascidos do seu terceiro casamento, com a Sra. Alaíde, da etnia Baré, se reconhecem como Baré e Tikuna. Tikuna pela imposição de uma regra de patrilinearidade do grupo, Baré por se identificarem com o grupo étnico da mãe.

Com o passar do tempo, outras famílias foram chegando e constituindo *sítios* nas proximidades do igarapé Anati e D. Pedro II e, assim, sendo incorporados à comunidade, sobretudo por laços de afinidade. Por exemplo, em 1973 chegou o Sr. Isvaneci Rocha do Lago Manaquiri do rio Solimões, nas proximidades de Manaus, que se autodefine Baré e, assim, é reconhecido pelo grupo. Este se casou com a Sra. Maria Bento, da etnia Baré, nascida em D. Pedro II e tiveram doze filhos, que nasceram e foram criados na comunidade, e hoje constituíram suas famílias.

Figura 08 – Família extensa Tikuna e Baré



A comunidade está organizada espacialmente a partir dos igarapés D. Pedro II e Anati, referências de localização das unidades domésticas. No mapa 6, é possível verificar as casas à direita do igarapé Anati são conhecidas entre os indígenas como “casa do lado de Anati” e as casas à direita do igarapé D. Pedro II são referidas “casas do lado do D. Pedro II”, porém ambos compõem a comunidade D. Pedro II.

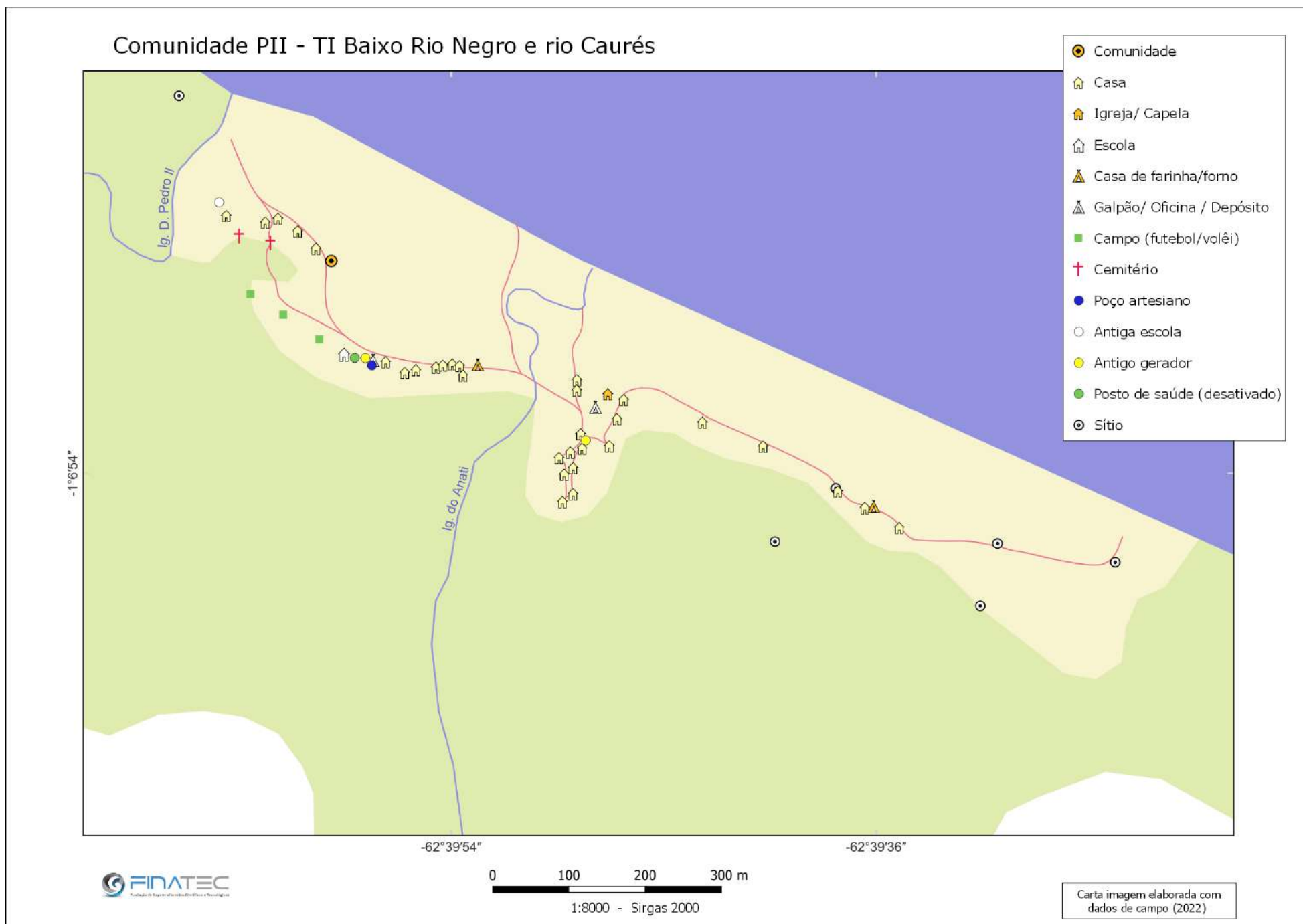
*Croqui 05 – Comunidade D. Pedro II*



Na área de Anati, vivem os indígenas evangélicos, inclusive há uma igreja da designação Assembleia de Deus e a casa pastoral para receber os membros religiosos quando necessário, isso ocorre no caso de um parente que não mora na comunidade. As casas mais antigas estão à beira do rio Negro, no entorno dos igarapés Anati e D. Pedro II. Nas proximidades do igarapé de D. Pedro II estão os campos de futebol e as casas dispostas no entorno do igarapé, mais próximo da água. Já as casas de Anati, tem-se uma rua e as casas estão dispostas nos dois lados dessa rua, aos fundos das primeiras casas. Atrás das casas estão os quintais e atrás dos quintais, as roças.

Apesar de D. Pedro II estar mais próximo da sede municipal de Barcelos, a 35 km aproximadamente, o programa do Governo Federal “Luz para Todos” chegou somente em 2020. O nome da comunidade se dá em referência ao igarapé D. Pedro II, que por sua vez, é assim conhecido por uma narrativa local da qual um navio por nome *D. Pedro II*, teria naufragado nesse ponto e seus restos permanecem até hoje na localidade. Os indígenas mais antigos da região afirmaram que em época de seca drástica do rio, é possível ver o casco do navio.

Mapa 6 - Unidades domésticas da comunidade D. Pedro II



### III – TERCEIRA PARTE

#### Atividades produtivas

- a) **Descrição das atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo com a identificação, localização e dimensão das áreas utilizadas para esse fim;**
- b) **Descrição das características da economia desenvolvida pelo(s) grupo(s), das alterações eventualmente ocorridas na economia tradicional a partir do contato com a sociedade envolvente e do modo como se processam tais alterações;**
- c) **Descrição das relações sócio-econômico-culturais com outros grupos indígenas e com a sociedade envolvente.**

Como pode ser visto na primeira e na segunda parte deste relatório, desde tempos pretéritos os povos indígenas do rio Negro realizam um movimento migratório, do alto ao baixo curso. Oliveira e Peres (2000), em seu relatório sobre a identificação da população indígena e ribeirinha do baixo rio negro, especificamente sobre o município de Barcelos/AM, afirmam que tal movimento está relacionado a vários momentos e contextos políticos: seja pela dinâmica cultural e cosmológica desses povos num primeiro momento, seja por uma outra dinâmica imposta, de caráter colonizador, e posteriormente, nos séculos XIX e XX, pelo projeto geopolítico de ocupação territorial, através de demandas econômicas, como a exploração da borracha.

Vimos que as famílias de Cauburis, São Roque, Lago Grande, D. Pedro II e Manacauaca chegaram nessas localidades nessa dinâmica do extrativismo vegetal no século XX, mobilizados por um *patrão* ou firma comercial que os imobilizava pela dívida.

O estabelecimento dessas famílias nesse território se configura enquanto a procura de uma vida digna, sem dívidas e com liberdade para produzirem materialmente e imaterialmente, o que garante sua reprodução física e cultural.

Nesta terceira parte, verificarei como os povos que habitam o rio Negro, e especificamente o baixo rio Negro pela sua margem direita e o rio Caurés no município de Barcelos – AM, constroem suas atividades produtivas tradicionais, mantêm essa relação com o território, além de perceber como se configuraram historicamente essas relações produtivas no âmbito da situação colonial até os dias de hoje.

### **3.1. A economia extrativista no rio Negro lida nos relatos de viajantes naturalistas, expedições científicas, colonialistas/imperialistas e missionárias**

Quando o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, nascido na Bahia, percorre o rio Negro, entre 1783 e 1792, é com o objetivo de corresponder a uma determinação da rainha D. Maria I, que ordenou uma viagem exploratória ao Centro-Norte da colônia com objetivos de visualizar novos potenciais econômicos. Sua viagem exploratória se insere num contexto em que as rendas coloniais do Brasil estavam decaindo, pois, as jazidas de ouro, sobretudo no Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, se encontravam esgotadas.

Desse modo, Alexandre Rodrigues foi encarregado de realizar uma viagem às Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá visando dinamizar a exploração econômica. Dentre suas atividades, estavam descrever, recolher e enviar para o Real Museu de Lisboa amostras de utensílios empregados pelos povos locais, assim como amostras de minerais, plantas e animais. Ficou também designado de fazer comentários filosóficos e políticos sobre os lugares que passasse. O “olhar” deste viajante naturalista fora treinado sob a ótica da História Natural, que, aliás, foram normatizados em consonância com as classificações de Lineu<sup>38</sup>.

Jobim (1965) revelou que, ao ler Alexandre Rodrigues Ferreira na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) de 1885, ficou admirado com o esforço do governo português de atribuir ao rio Negro uma ideia de eficiência na agricultura, indústria e comércio.

Ferreira (2007) descreveu as culturas de mandioca, (e seus produtos derivados, como beiju, tucupi, farinha, polvilho, tapioca) café, arroz, cacau, algodão, cana-de-açúcar, tabaco, feijão, anil, piaçaba, borracha, sorva, cipós, além dos legumes, ervas, plantas aromáticas e medicinais, frutas e outros produtos como artesanatos, cerâmicas e aqueles de origem animal, como manteiga de tartaruga, azeite de peixe-boi e pirarucu seco, em algumas localidades deste rio, como: Barcelos, Moreira, Moura, Thomar, Lamalonga, Uaupés, São Gabriel da Cachoeira, dentre outros.

---

38 A taxonomia de Lineu dispõe as coisas vivas em uma hierarquia, começando com os Reinos, que são divididos em três: mineral, animal e vegetal. E dentro de cada reino, há subdivisões.

Os produtos do rio Negro citados para exportação pelo viajante naturalista são: breu, salsa, cacau, puxiri, puxuri-mirim (ou fruto da árvore da casca preciosa), bálsamo de umiri, piaçaba, muirapiranga e pau-roxo e pau-amarelo.

Vale ressaltar que Ferreira (2007) descreve em seu diário que naquele ano de 1786 não havia gente para mandar para a coleta das *drogas do sertão*, mesmo se houvesse, seria mais lucrativo empregá-los na agricultura.

Sendo assim, os povos indígenas na Amazônia, para Alexandre Rodrigues, eram associados ao grupo dos mamíferos da taxionomia de Lineu, enquadrando-os em um grau menor de humanidade, atrelado aos parâmetros das Ciências Naturais, muito fortes na época. Eram sujeitos, sobretudo, biológicos, ligados ao reino da natureza. Dentre as etnias citadas, estão: “Manaus, Barés, Carajais, Japiúas, Baniuas, Jaruna” (FERREIRA, 2007, p. 36), “Uajuanás, Guirinas, Passés” (Ferreira, 2007, p. 50), “Carajaí, Uarinas” (FERREIRA, 2007, p. 43), “Uaupés, Juris, Uerequenas, Baniuas, Maquiritare e Macu” (FERREIRA, 2007, p. 70).

No século XIX, especificamente dos anos de 1817 a 1821, ou seja, quase três décadas depois da viagem de Alexandre Rodrigues, uma missão austro-alemã é destacada ao Brasil, e nela vêm Johaan Baptist Ritter Von Spix e Carl Friedrich Philipp Von Martius, dois naturalistas da Baviera.

A expedição científica de Spix e Martius inseriu-se num contexto político específico: o casamento da Arquiduquesa D. Leopoldina D'Áustria com o Príncipe do Brasil, Dom Pedro I. Foi nessa circunstância que os governos da Áustria e da Baviera enviaram uma comitiva científica que além de acompanhar a arquiduquesa, os naturalistas foram enviados à Amazônia brasileira para formarem coleções botânicas, zoológicas e mineralógicas. Orientaram a organização do material coletado nas viagens, os sistemas classificatórios de Lineu.

No percurso do rio Negro, segundo Spix, antes da década de 1820, contavam-se mais de cinquenta etnias diferentes, dentre eles: Manao, Aroaqui, Baré, Baniwa, Passé, Juri, Coretu, Macuná, Iupuá, Coeruna, Uainumá, Cauari, Marauá, Jumana, Catauixi, Amamati, Miranha, Tarumã, Uaranacoacena, Carais, Coeruna, Juma, Júri, Parauana e Maranacuacena, Baianai, Uariquena.

Spix descreveu que no rio Negro as olarias e salas de fiação eram mantidas a partir do emprego do trabalho de indígenas e eles eram pagos com valores ínfimos, incertos e precários. Porém, é em notas de rodapé, que Spix debruça sobre a ideia da “perfectibilidade”<sup>39</sup> como respaldo da utilização da mão-de-obra escrava indígena.

Quando Spix percorreu o rio Negro, observou que os únicos produtos que vingam na agricultura eram a mandioca, o café e o anil. As descrições de Spix sobre a economia do rio Negro é mais voltada para a agricultura familiar dos povos indígenas, daquilo que é plantado e como é feito.

Avé-Lallemant, médico e explorador, veio ao Brasil em 1859, a convite de Alexander Von Humboldt, como membro da expedição austríaca Novara, que foi organizada pela Academia Imperial de Ciências, em Viena, e objetivava recolher artefatos botânicos, zoológicos e etnográficos aos museus austríacos, assim como novas descobertas científicas. Ele resolve ficar no Brasil mais tempo que a expedição percorre o norte e nordeste brasileiro sozinho, apoiado por D. Pedro II<sup>40</sup>.

Das atividades econômicas, Avé-Lallemant descreve sobre a pesca e agricultura familiar dos Baré, “aeroquenas” e “banibas”. As mulheres teciam redes de tucum e caroa para vender aos ambulantes, segundo o autor, “por uma ninharia” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 116).

Desse modo, além da agricultura e extrativismo, é possível ler no relato de Avé-Lallemant um comércio com os chamados *regatões*, comerciantes que percorrem os rios trocando mercadorias.

Avé-Lallemant conseguiu levantar com o então gerente da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, seu também anfitrião, o Sr. João José de Freitas Guimarães, dados relativos aos produtos transportados em 1858, como seringa, cacau, piaçaba, tabaco, guaraná, castanhas, salsaparrilha, café e madeiras.

---

40 O ideal da perfectibilidade resultava no que Martius chamava de “racismo da ilustração”, ou seja, o homem europeu estava mais próximo deste ideal, designado por ele como uma relação entre beleza física e o caráter moral. Sobre esse assunto Martius (1904) pensa que, quando falta a perfeição física para o europeu, ele compensa com a existência do caráter moral. Enquanto isso, o mais próximo que os povos indígenas chegavam do ideal de perfectibilidade era na categoria de “semi-civilizados”, e os que permanecessem “sem deus, sem rei e sem lei” desapareceriam. A ideia da perfectibilidade respaldava a utilização da mão de obra escrava de indígenas e negros na Amazônia.

40 Dados biográficos de Robert Avé-Lallemant foram levantados no acervo digital da Deutsche Nationalbibliothek (DNB) [Biblioteca Nacional da Alemanha].

Pude encontrar dados semelhantes no acervo da firma comercial J.G. Araújo, localizado no Museu Amazônico (UFAM) em Manaus. A lista acima não especifica quais rios provêm tais produtos, entretanto, é oportuno ressaltar que o cacau, a piaçaba, a castanha, pururi, tucum e salsaparrilha são encontrados e extraídos também no rio Negro.

Dois anos após a viagem de Avé-Lallemant, ou seja, em 1861, Antônio Gonçalves Dias, poeta brasileiro, percorre o rio Negro e Solimões a convite do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Em 1859, Gonçalves Dias embarcou como chefe da sessão etnográfica e foi o responsável pelas narrativas da viagem na expedição da Comissão Científica de Exploração.

As narrativas de Dias apontavam que no rio Negro a economia era baseada no extrativismo de subsistência dos povos indígenas, seja vegetal ou animal. E que o tempo empregado no extrativismo diminuía as possibilidades de prosperidade através da agricultura.

No rio Uaupés, no ano de 1903, chega o etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg. Ele foi encarregado pela direção do Real Museu da Etnologia, em Berlim, para realizar uma viagem na região do rio Amazonas para montar uma coleção de objetos etnográficos. Seus relatos sobre a economia extrativista no rio Negro, por conta do contexto em que vive, perpassa sobretudo questões relativas à borracha de caucho.

Koch-Grünberg viaja pelo rio Negro, em 1903, no auge da extração gomífera na região de Manaus. Ele viaja até o rio Uaupés, em São Gabriel da Cachoeira, e ao longo do rio, vai encontrando os seguintes povos indígenas: Tariano, Uanána, Korekaru, Baré, Uarekena, Arapaso, Siusí, Tukano, Dessano, Maku, Baniwa, Karutana, Piratapuyo, Bará e Kobéua (KOCH-GRÜNBERG, 2005). As atividades econômicas desses povos são descritas, com certas variações, a partir da caça, pesca e extrativismo. Sobre este último, exercido através do uso compulsório da força de trabalho nos seringais por comerciantes.

O autor destaca que a relação dos comerciantes com os povos indígenas é marcada por violência através da repressão da força de trabalho, sobretudo, nos seringais, piaçabais e em alguns povoados cujos comerciantes residem.

O bispo chegou à mesma casa da qual Koch-Grünberg ficou hospedado, inclusive conversou com as mesmas pessoas na localidade denominada São Filipe. Em alguns

povoados, Costa não encontrou ninguém, pois todos estavam ou nas roças ou nos trabalhos extrativistas na floresta.

Alguns povoados ao longo do rio, referidos aos indígenas Baré e Hupda as atividades de pesca, agricultura e extrativismo para subsistência são evidenciados como atividades econômicas desses povos. Atos de tecer (redes e cordas), extrair piaçabas, puxuri, salsa, breu e óleos são realizados e elencados como elementos econômicos também.

Costa termina sua carta, dentre outros argumentos, afirmando que “achamos, pois, que chegou o momento de protestar contra o abandono em que se acha o rio Negro, sob pretexto de que suas terras nada produzem. É falso”. (COSTA, 1909, p. 107).

O bispo descreve que “o nosso índio é trabalhador e, sobretudo a índia, raríssimas vezes vimos as mulheres paradas, sem fazer alguma coisa (...). Plantam mandioca, cana, annaná, banana, a pupunheira, bacaba e toda a sorte de fruteiras” (COSTA, 1909, p. 58).

As relações comerciais extrativistas, principalmente da borracha, também são narradas através de elementos como repressão da força de trabalho e violências físicas. Dentre os relatos de viajantes levantados, a dívida vai aparecer no relato deste bispo como algo que imobiliza os indígenas.

### **3.2. Atividades produtivas tradicionais e sua relação com o território ocupado**

Como vimos anteriormente, os dados sobre as atividades produtivas tradicionais dos povos indígenas do rio Negro são mencionados no século XVIII e XIX a partir de uso dos recursos naturais, como a coleta, a caça, a agricultura, o extrativismo vegetal e a pesca (FERREIRA, 2007; SPIX & MARTIUS, 1981; WALLACE, 1953).

Apesar da relação de poder e dominação às quais esses povos foram submetidos durante colonização nos séculos XVI a XVIII e com a indústria gomífera na região no século XIX e XX, suas atividades produtivas ainda remetem a diversas *práxis*, como pesca, caça, o preparo do solo, o plantio das roças, as colheitas e o extrativismo, bem com uma variedade de outras atividades (rituais, cosmologia, sacralização de lugar, habitação dos encantados etc.) que ligam diretamente os homens à floresta, aos rios e aos igarapés. (PERES, 2015).

Essas atividades produtivas são realizadas em conformidade com o período de seca (verão) e cheia (inverno) do rio, época de sol e chuva, respectivamente. A denominada

sazonalidade produtiva é outro motivo da mobilidade espacial desses povos e são essenciais para entender sua dinâmica produtiva e territorial hoje (PERES, 2015).

Na vida cotidiana, há uma ênfase expressa nas noções de família, parentesco e nutrição. A produção de alimentos é organizada pela família e as esposas cozinham carnes e peixes trazidos pelos maridos. Embora os alimentos sejam produzidos por homens e mulheres individualmente, muitos deles são consumidos comunitariamente pela família. A partilha de alimentos é crucial para a manutenção da coesão do grupo. (HUGH-JONES, 1993).

Dentre a dinâmica social dos povos indígenas do rio Negro, estão as formas de trocas sociais, comerciais ou ritualizadas. Como os casamentos, como a festa do *dabucuri* (festa de oferecimento e recebimento de dádivas entre clãs e afins) que se constitui enquanto um importante ritual que reafirma as posições étnicas e de grupos familiares. (BARRA e DIAS, 2012).

Entre os Tukano, durante as cerimônias e festa realizadas, é costume dos homens de uma *maloca* visitante levarem a seus anfitriões carne defumada ou peixe, além da dança. Em troca, a comunidade anfitriã fornece grandes quantidades de cerveja de mandioca que o hóspede deve consumir antes de sair, os anfitriões também dançam e retribuem os presentes: peixe por carne, um produto localizado por outro. (HUGH-JONES, 1993).

No âmbito das relações extrativistas animais e vegetais, tem-se que esses povos estão submetidos ao “sistema de aviamento”, mencionado anteriormente, ou seja, estão imobilizados pela dívida instituída por um *patrão*. Com isso, não é possível haver uma autonomia plena.

Todavia, nos últimos anos, como observaram Peres (2010) e Menezes (2020), há um esforço mobilizador dos povos indígenas de Barcelos em se organizarem politicamente em associações comunitárias e étnicas para reivindicarem seus direitos, como a demarcação de suas terras tradicionalmente ocupadas. Isso fica claro quando em todas as comunidades observadas neste relatório possuem uma unidade mobilizadora a partir das associações comunitárias.

### **3.2.1 Atividades produtivas tradicionais atualmente**

Do baixo ao alto rio Negro, a pluriatividade é uma das características das comunidades indígenas para sua sobrevivência. Agricultura, extrativismo, pesca, artesanato e caça são realizados concomitantemente, a depender do calendário sazonal.

A pluriatividade pode ser interpretada como um instrumento de resistência das famílias indígenas para lidar com as flutuações ambientais e econômicas que, historicamente, ocorreram na Amazônia, permitindo minimizar os riscos, sobrevivência em um período crítico em curto prazo e minimizando a alta dependência de um único produto em longo prazo, demonstrando as diferentes formas de múltiplos usos dos recursos e pluriatividade de geração de renda (MOREIRA, 2022), em suas “terras tradicionalmente ocupadas”.

Além das atividades citadas acima, há a venda da força de trabalho para o Estado, como nos casos dos agentes de saúde e professores, há também as contratações temporárias na pesca esportiva como guias dos turistas, além dos programas de transferências de renda e aposentadorias.

Em Cauburis, os indígenas trabalham nas roças, no extrativismo vegetal, na pesca, na caça, além de trocarem entre si os produtos que produzem como pão, vinho de patauí e polpa de açaí. Criam galinhas e uma família cria porco. Os Baré, Baniwa e Tukano de Cauburis produzem carvão, farinha, goma de tapioca, tucupi e beiju. No final do mês, os aposentados e mães que recebem algum benefício de programas de transferência de renda vão à cidade receber e voltam com produtos industrializados, como café, açúcar, arroz, leite, dentre outros. Tais produtos são consumidos e trocados na comunidade.

Em São Roque, as famílias trabalham em roça e produzem farinha, que é vendida na cidade de Barcelos, todavia, há famílias que trabalham na extração de piaçaba, seringa, cipó, madeira ou castanha e/ou na pesca. Além da caça de anta, paca, jacaré, macaco. Há também um estaleiro na comunidade, da qual parte dos homens da família Macuxi e seus cunhados Baré são os responsáveis. Eles desenham, confeccionam, consertam e restauram barcos, canoas e remos. A extração de madeira é para os reparos das casas e canoas.

Em Manacauaca, as famílias trabalham com pesca comercial, guia de pesca esportiva, confecção de artesanatos, criação de patos e galinhas, atividades em roça e venda de farinha. Quando os homens vão caçar, as mulheres vão pescar nos igarapés. A extração de madeira, como das demais comunidades, é realizada para a construção ou reformas de casas e canoas.

Em Lago Grande, as famílias trabalham em roças, extrativismo, pesca e caça. Produzem farinha, carvão e artesanatos (cestos e paneiros) para consumo local. No passado, extraíam seringa, piaçaba, castanha e sorva. O Sr. Francisco, a pessoa mais idosa da comunidade, atravessa sozinho parte do rio Negro até chegar nas ilhas, à remo, para pescar. Ele vai de madrugada para voltar no início da manhã.

Já em D. Pedro II, as famílias trabalham em roça, pesca, caça, extrativismo, pesca esportiva e artesanatos. Produzem farinha, carvão, criam galinhas e beneficiam frutas em vinhos. No passado, trabalharam na extração de seringa, castanha, sorva, peixes ornamentais e caça de jacaré, da qual vendiam a carne e o couro. Por se tratar de uma comunidade densa populacionalmente, há pequenos comércios na frente das casas de alguns moradores, onde é possível encontrar produtos industrializados, como café, açúcar, leite, arroz.

Um membro da família Tikuna de D. Pedro II transformou a antiga área de roça do pai em uma fazenda de gado. Hoje, ele possui 15 cabeças de gado da raça nelore. Ele adquiriu essas cabeças com o pagamento recebido como guia na pesca esportiva, da qual trabalha por temporada, na época da seca dos rios.

Quando Nossa Senhora Auxiliadora da Apuluaca era comunidade, as famílias produziam farinha, inclusive algumas reuniões eram realizadas na *casa de farinha*. Trabalhavam na pesca comercial, além das roças. Da mesma forma, em Tapera do Caurés, as famílias trabalhavam em roças, venda de farinha, extrativismo animal e vegetal, e produziam remédios tradicionais. Tais remédios eram feitos a partir de plantas medicinais, óleos e sementes sempre elencadas com *benzimentos e rezas*.

No Levantamento Participativo Socioambiental de Barcelos feito pelo Instituto Socioambiental e pela Associação Indígena de Barcelos em 2013, foram entrevistadas no rio Caurés famílias indígenas de Nossa Senhora Auxiliadora da Apuluaca, Tapera do Caurés e São Roque. No universo desta amostragem, 10,34% não possuíam registro de nascimento e 25,93% nunca estudaram, seja por falta de escola na comunidade, seja porque precisavam trabalhar.

As comunidades indígenas que participaram desse levantamento vivem da pesca, da agricultura, da produção de artesanatos, como paneiros, vassouras de cipó e da extração de castanha e cipó (BARRA *et al.*, 2013).

Leme (2007) mencionou que em São Roque e Tapera do Caurés, as atividades econômicas da pesca, caça e coleta da castanha são práticas relevantes para a economia apontadas pelos agentes sociais. Inclusive, ao longo da margem deste rio, os castanhais se destacam.

As atividades produtivas realizadas nessas comunidades estão dispostas conforme o sistema de classificação desses povos. O conhecimento tradicional pressupõe uma classificação própria que está ligada à forma culturalmente distinta de ver o mundo desses povos, tais como práticas e saberes construídos nas relações sociais, narrativas míticas e entendimento da natureza.

As técnicas tradicionais do extrativismo, tanto vegetal, quanto pesqueiro implicam uma consciência ambiental, econômica e política acentuada, na medida em que estas permitem não só a reprodução física dos recursos naturais após a extração, mas também a reprodução social do processo, como veremos a seguir.

A realização dessas atividades está relacionada ao tempo ecológico na Amazônia, tem-se inverno (cheia) e verão (seca). O inverno, ou época da cheia, se refere a uma estação onde os níveis pluviais são altos, há chuvas regulares que aumentam o volume de água dos rios. Esse período tem duração de aproximadamente cinco meses que corresponde aos meses de abril até setembro.

Já o verão, ou época da seca, é um período do ano em que os níveis pluviais são menores, assim como os níveis fluviais. Isso porque, com a pouca ocorrência de chuvas, o rio tem seu volume de água diminuído o que ocasiona as praias, o aumento das atividades pesqueiras e a impossibilidade de navegar em igarapés, sob o risco de as embarcações encalharem. Os meses de verão no médio rio Negro são de outubro a março.

Existe também o período de transição entre uma estação e outra, já que as mudanças não são abruptas, por exemplo, entre setembro e outubro acontece a transição da cheia para a seca e entre março e abril da seca para a cheia.

As famílias das comunidades elencadas acima, trabalham em agricultura, pesca, coleta/extrativismo e caça. Todos os produtos advindos dessas atividades estão imersos em uma rede de reciprocidade, seja por distribuição ou pela troca, em alguns casos monetário. Os produtos de caça e pesca são distribuídos, trocados ou vendidos a preços simbólicos, isso porque a percepção dos agentes é que o caçador/pescador não criou a caça, peixes, castanha,

cipó, quelônios, por exemplo, e sim achou na natureza, diferentemente dos produtos advindos de agricultura ou beneficiados após a coleta/extração, como mandioca, farinha, açaí, patauí, banana, cana, dentre outros que requereu tempo e dedicação para que o produto fosse consumido. Segundo um dos agentes sociais entrevistados: “a pessoa dá o valor porque cuidou”.

### 3.2.2 A pesca

A pesca no rio Negro e rio Caurés é desenvolvida a partir de quatro modalidades: a pesca de subsistência, pesca de peixes ornamentais, a pesca comercial e a pesca esportiva. (Ver mapas 07 e 08). As duas primeiras são realizadas pelos povos que habitam este rio a partir de uma série de conhecimentos tradicionais, a terceira é realizada tanto por algumas famílias indígenas no âmbito do sistema de aviamento, quanto por não indígenas e a última é desenvolvida por terceiros, agentes externos das comunidades e até do município, ocasionando uma série de conflitos socioambientais, que será visto na parte IV.

A pesca de subsistência, comercial e ornamental são consideradas pesca artesanal e a pesca esportiva não artesanal. A pesca artesanal é assim caracterizada por acionar uma série de conhecimentos tradicionais em sua execução. O pescador lê a natureza, como o céu, o rio, os peixes e o tempo. Barra *et al.* (2010) asseveram que quando a pesca é feita de forma artesanal envolve uma riqueza de conhecimentos não só sobre a pesca, mas também da região e da história do grupo, já que tais conhecimentos são passados de geração a geração.

Nas comunidades indígenas em que o estudo foi realizado, a pesca acontece o ano inteiro, ou seja, na seca e na cheia. O peixe é a principal fonte de proteína, que a consomem cozido, frito, assado e moqueado, no almoço e no jantar.

Dentre os peixes mais pescados e consumidos no médio rio Negro pelos povos indígenas da região, conforme Barra e Dias (2012), estão os peixes de escama e os peixes lisos. Os peixes de escama são diferenciados em duas categorias: os peixes brancos, como a pescada (*Plagioscion squamosissimus*), aracu (*Família Anostomidae*), pacu (*Família Characidae*), matrinhã (*Brycon sp*), jaraqui (*Semaprochilodus sp*); e os peixes pretos, como a traíra (*Hoplias sp*), acará ou cará (*Família Cichlidae*), tucunaré (*Cichla sp*), jacundá (*Crenicichla sp*) e piranha (*Família Characidae*).

Dentre os peixes lisos, estão o seguinte: piraíba (*Brachyplatystoma filamentosum*), pirarara (*Phractocephalus hemioliopus*), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), jandiá (Família *Heptapteridae*), mandi (Família *Pimelodidae*), mandubé (Família *Auchenipteridae*), anujá (*Trachycorystes galeatus*), carauataí (*Auchenipterichthys longimanus*). (BARRA E DIAS, 2012). Além dos peixes lisos identificados acima, registramos o sarapó, filhote, barba chata, jaú e buçu.

No período conhecido como “seca”, caracterizada pelo baixo volume hídrico dos rios, há a concentração da ictiofauna em locais específicos, como lagos, ressacas, remansos, canal do rio e praias. Leme da Silva (2020) observou que os peixes mais capturados neste período são os tucunarés (*Cichla* spp.), carás (Cichlidae), aracus (*Leporinus* spp.), piranhas (*Serrasalmus* spp.) e peixes lisos (Pimelodidae), espécies sedentárias ou espécies migratórias de curta distância que se concentram em lagos e no igapó. De igual modo, nas cinco comunidades, identificamos que os peixes mais capturados neste período, são os tucunarés (*Cichla* spp.), carás (Cichlidae), aracus (*Leporinus* spp.), piranhas (*Serrasalmus* spp.) e peixes lisos (Pimelodidae) como filhote, pirarara, surubim.

No auge da seca, entre os meses de novembro e janeiro, os lagos no interior das ilhas, os igarapés nos meandros do rio Negro e poços na calha do rio Caurés, são ambientes fundamentais para subsistência. Certos lagos são locais considerados especialmente fartos, principalmente se há poços profundos em seu interior, onde as águas se acumulam no verão. Geralmente, coincidem com um entorno coberto de capoeiras maduras de *sítios* antigos (ver parte IV). Em um deles, foi relatada pesca de 06 indivíduos de peixes-boi com *arpão*. A carne do peixe-boi foi preparada como mixira, um tipo de conserva da carne na banha do próprio animal (ver relatório ambiental de Moreira, 2022).

Apesar do período da seca ser farto, é também quando os peixes estão mais magros por encontrarem uma menor oferta de alimentos. Nessas condições uma família consome em média 03 quilos de peixe por dia. (BARRA e DIAS, 2012).

É no verão também que acontecem a pesca dos bichos de casco (quelônios aquáticos) e a coleta de seus ovos, esse é o período em que os animais se deslocam para desovar nas praias. Identificamos nove espécies de quelônios consumidos pelos indígenas (ver tabela 05). A pesca do tracajá (*P. expansa*), irapuca (*P. erythrocephala*) e tartaruga (*P. unifilis*) ocorre nos lagos e no canal do rio no auge da seca. Leme da Silva (2020) aponta que os ovos

de cabeçudo (*Peltocephalus dumerilianus*) são mais difíceis de serem localizados porque sua desova ocorre entre troncos e galhos do igapó na época da vazante, motivo pelo qual essa espécie é mais abundante em relação às demais.

Além das praias, os quelônios colocam seus ovos nos chamados *torrões*, as árvores mortas ao tombarem com a seca, expõe suas raízes, levantando *torrões* de terra. Afirmam os indígenas que os quelônios gostam dos *torrões*, pois é um local para banhos de sol e colocarem os ovos.

Como complemento dos peixes, está o consumo de carne de quelônios, conhecidos na região como *bichos de casco*. Das espécies consumidas, identificamos o *cabeçudo* (*Peltocephalus dumerilianus*), a *irapuca* (*Podocnemis erythrocephala*), o *tracajá* (*Podocnemis unifilis*). Os ovos de *tracajá* e *irapuca* são itens muito apreciados na alimentação das famílias entrevistadas.

A captura de quelônios é feita no período da seca nos locais de desova ou onde há alimento e calor para os animais. O período da enchente facilita a captura do cabeçudo (*Peltocephalus dumerilianus*). Na área do arquipélago de Mariuá, os locais de coleta dos ovos incluem as partes altas das ilhas que emergem no final da enchente, as praias e as campinas (MOREIRA, 2022).

No interior da baía do Caurés, o encontro de igarapés com o rio também são locais de desova de *tracajá* e *perema*, pois formam *damiçás* e *praias mofadas*<sup>41</sup>. O interior dos lagos também é procurado na seca, pois as raízes de árvores caídas durante a enchente levantam *torrões* de terra e a captura de quelônios é facilitada nestes microambientes. Os moradores afirmam que nas árvores de *arapari*, nas florestas de igapó são referências importantes para a captura do cabeçudo, pois seus frutos são fontes de alimentos para esses animais.

Durante o trabalho, registramos quinze espécies de peixes, dentre peixes lisos e de escamas, sem mencionar suas variedades (ver tabela 05), que são pescados nos rios, lagos, poços, remansos de praia, pedral e buracos em lagos.

No período conhecido como “inverno” ou “cheia”, com o aumento das chuvas, grandes porções de floresta são inundadas, dispersando as espécies aquáticas e dificultando sua captura. Nas comunidades na margem direita do rio Negro a pesca nesse período

---

41 Essas categorias serão discutidas na parte IV.

acontece nos rios e nos igapós das ilhas. Registramos quarenta espécies de peixes, dentre lisos e com escama, sem mencionar as suas variedades (ver tabela 05).

Identificamos pelo menos 17 tipos de iscas utilizadas pelos indígenas na pesca, que incluem frutos de árvores das florestas de igapó: como *careca*, *seringa*, *jenipapo*, *taquari*, *arabique*, *timborana*, *pombinho*; além de diversos insetos como *aranha*, *gafanhoto*, *ovo de caba*, *maniuara*, *saúva*, *barata*, *borboleta*, *minhoca* (branca e aracubi), *muxiua* ou minhoca *muuxi* (larva dentro do coco de injá). Para a pesca de quelônios, foram citadas 04 tecnologias: *jaticá*, *camurim*, *malhadeira* e a técnica corporal do *mergulho*, modo de captura direta da qual o pescador mergulha na água e pega o quelônio com as mãos.

As iscas também variam sazonalmente de acordo com a dieta dos peixes. Os pacus e aracus, por exemplo, são iscados com frutos no período da enchente, mas tornam-se mais exigentes durante a cheia, sendo atraídos por minhoca ou carne de peixe. O período da enchente também facilita a captura de algumas espécies, como o cabeçudo (*Peltocephalus dumerilianus*) (LEME DA SILVA, 2020).

<b>Tabela 5 - Ictiofauna, mamíferos aquáticos e quelônios pescados nas diferentes estações nas cinco comunidades estudadas</b>			
Legenda: *(peixe liso), M (mamífero), Q (quelônios)			
<b>NOME</b>	<b>VARIEDADES</b>	<b>SAZONALIDADE</b>	<b>AMBIENTE</b>
Aracu	canati, dumé, branco, camunário, cacete, pinima, pitú	cheia	igapós nas ilhas
Arari		cheia	igapós nas ilhas
Aruanã		cheia	igapós nas ilhas
Bagres		cheia	igapós nas ilhas
Barba chata*		cheia	igapós nas ilhas
Filhote*		cheia	rio
Mandim*		cheia	igapós nas ilhas e rio
Mandubé*		cheia	igapós nas ilhas
Pacu		cheia	igapós nas ilhas

<b>Tabela 5 - Ictiofauna, mamíferos aquáticos e quelônios pescados nas diferentes estações nas cinco comunidades estudadas</b>			
Peixe-boi <sup>M</sup>		cheia	lagos
Pirandira		cheia	igapós nas ilhas
Piranha		cheia	igapós nas ilhas
Pirarara*		cheia	igapós nas ilhas
Sarapó*		cheia	igapós nas ilhas
Surubim*		cheia	igapós nas ilhas
Tucunaré		cheia	igapós nas ilhas
<hr/>			
Apapá		seca	lagos e rio
Aracu	cubi, pinima	seca	lagos e rio
Arari		seca	lagos e rio
Aruanã	branco, preto	seca	lagos e rio
Bagre	anujá, tamoatá, jandiá, jandiá açu, caratauí, bodó-pedra, bodó-onça, bodó-seda, acari, pau de carga, cotia, zebra, dominó, espinho, cachimbo, leiteira, cabeça de ferro	seca	lagos e rio
Barba chata*		seca	lagos, rio e poços
Barba de pena		seca	lagos e rio
Branquinha		seca	lagos e rio
Buçú*		seca	lagos e rio
Cabeçudo <sup>Q</sup>	macho: capitari e fêmea: cuiamboca. dois tipos: raspado e cabeça branca.	seca	buracos em lagos e remansos da praia
caparari		seca	lagos e rio
Cará	azulão, baru, carauaçú, peneira, preto, bonito, banda de remo, bauari, bicudo, cará pote, brilhoso, papa terra, copo, buceta, buzina, prata.	seca	lagos e rio
Cara de gato		seca	lagos e rio

<b>Tabela 5 - Ictiofauna, mamíferos aquáticos e quelônios pescados nas diferentes estações nas cinco comunidades estudadas</b>			
Cuiu		seca	lagos e rio
Curimatã		seca	lagos e rio
Filhote*		seca	rio
Iaçá <sup>Q</sup>		seca	lagos
Irapuca <sup>Q</sup>	macho: zé prego, ou quiri	seca	lagos e remansos da praia
Ituim		seca	lagos e rio
Jabutí <sup>Q</sup>	normal e jabutiaçu	seca	buracos em lagos
Jacundá		seca	lagos e rio
Jaraqui		seca	lagos e rio
Jaú*		seca	pedral e poços
Jeju		seca	lagos e rio
Lalá <sup>Q</sup>		seca	buracos em lagos
Mandim*	piroca e manteiga	seca	lagos, rio, poços
Mandubé*		seca	lagos e rio
Mapará		seca	lagos e rio
Matá-matá <sup>Q</sup>		seca	buracos em lagos
Matrinxã	jatuarana	seca	lagos e rio
Pacamum		seca	lagos e rio
Pacu	tchuí, pacuí ou arudá, galo, riscado, vermelho.	seca	lagos e rio
Patoá caroço		seca	lagos e rio
Peixe agulha		seca	lagos e rio
Peixe cachorro		seca	lagos e rio
Perema <sup>Q</sup>		seca	buracos em lagos
Pescada		seca	lagos e rio
Pirandira		seca	lagos e rio
Piranha	preta, piranha pacu, chidaua, branca, fula, caju, mucura.	seca	lagos e rio

<b>Tabela 5 - Ictiofauna, mamíferos aquáticos e quelônios pescados nas diferentes estações nas cinco comunidades estudadas</b>			
Pirapucu		seca	lagos e rio
Pirarara*		seca	lagos, rio, poços
Pirarucu		seca	lagos e rio
Reco-reco		seca	lagos e rio
Sarapó*		seca	lagos e rio
Surubim*	Caparari, clarinete (pequeno e pintadinho) e o pintado.	seca	lagos, rio e poços
Tartaruga <sup>Q</sup>	macho:capitari fêmea:tartaruga	seca	lagos e remansos da praia
Tracajá <sup>Q</sup>	macho: zé prego fêmea: tracaju	seca	lagos e remansos da praia
Traíra	pongó, prevora, pau de nego	seca	lagos e rio
Tucunaré		seca	lagos e rio
FONTE: Trabalho de campo. Sistematização: Priscila A. Moreira. Adaptação: Elieyd S. Menezes.			

É possível observar na tabela acima que há uma rica variedade de peixes consumidos pelos indígenas das comunidades ao longo do ano, aproximadamente 130 (cento e trinta) tipos de pescados, dentre peixes e quelônios, aqui incluo a variedade das espécies.

A atividade da pesca só é possível a partir dos conhecimentos tradicionais sobre o território que permite o entendimento das classificações dos lugares e dos pertencimentos das vidas nestes locais, ou seja, eles conhecem para onde os peixes vão e por onde passam em determinadas épocas do ano. São, assim, conhecidos pelos indígenas os diversos ambientes, como rio, lagos, igapós de ilhas, poços, buracos em lagos e remansos de praias.

Cada peixe demanda um tipo de tecnologia de pesca, doravante apetrechos, que são utilizados conforme a sazonalidade, interesse na quantidade do pescado e usos que se pretende fazer com o resultado da pescaria, como consumo da unidade familiar, troca, comercialização. Tais apetrechos, auxiliam os indígenas, juntamente com suas técnicas corporais, a terem êxito nas pescarias.

### 8.2.1 Tecnologias sociais (apetrechos) da pesca

As tecnologias sociais referentes aos artefatos utilizados na pesca dos peixes, acima mencionados, remetem aos processos históricos e de ocupação da região. Tem-se como principais tecnologias sociais da pesca artesanal: anzóis (*caniço, linha de mão, espinhel, espinhelinho, anzol de espera, camurim, pinauaca*); armadilhas (*cacuri* [fixa], *cacuri de peixe ornamental* [móvel], *matapi* [móvel]); instrumentos de arremesso (*zagaia, arpão, jaticá, arco e flecha*) e redes (*malhadeira, rapiché, puçá*) (BARRA E DIAS, 2012; LEME, 2020; SOBREIRO, 2007).

Identificamos seis tipos de tecnologias sociais, doravante apetrechos, de pesca nas comunidades: *malhadeira, caniço, linha comprida, espinhel, linha de espera e arpão*. A partir de observação direta, identificamos o *cacuri*, guardado na casa de uma das famílias. Em narrativas sobre os apetrechos, o *matapi* e a viração dos quelônios foram mencionados, totalizando nove apetrechos.

Os apetrechos são confeccionados pelos próprios indígenas, eles coletam os materiais na mata, compram na cidade ou trocam com algum comerciante que esteja de passagem, no caso de instrumentos em que não é possível confeccionar na comunidade, como a linha de pesca, feita de nylon, ou os anzóis, feitos de alumínio.

<b>APETRECHO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<i>Arpão</i>	Ponta metálica bidentada fixa numa haste de madeira, semelhante à <i>zagaia</i> , utilizado para capturar animais grandes.
<i>Cacuri</i>	Armadilha fixa confeccionada com fibras naturais de palmeiras e cipós.
<i>Canhão</i>	Linha e anzol, com chumbo (poita) ou não, presos numa haste de madeira flexível.
<i>Espera</i>	Linhas individuais com anzóis penduradas em árvores na beira do rio ou no igapó para captura de peixes lisos e quelônios.
<i>Espinhel</i>	Conjunto de 25 a 100 anzóis ligados por uma linha de nylon, separados 20cm, suspensos na vegetação do igapó. O <i>espinhelão</i> (anzol no 02) é utilizado para captura de peixes lisos e o <i>espinhelinho</i> (anzol no 12 e 14) é utilizado para captura de quelônios.
<i>Foguetinho</i>	Haste com linha e anzol fixa no solo, captura animais que se alimentam no litoral do rio à noite, usado na captura de peixes lisos.

<i>Jaticá</i>	Instrumento pontiagudo de metal preso a uma haste de madeira; usado para capturar animais atraídos por anzóis iscados e presos num isopor ( <i>camorim</i> ) ou fixados a uma haste de madeira ( <i>baliza</i> ).
<i>Linha comprida</i>	Linha de nylon com anzol.
<i>Malhadeira</i>	Malha de 45 a 80mm para captura de peixes médios, e 80 a 300mm para peixes grandes e quelônios; colocadas em lagos, rios ou <i>ressacas</i> .
<i>Matapi</i>	Armadilha fixa consistindo num tubo longo com um funil interno, com uma ou duas entradas ou <i>bocas</i> , construída com fibras naturais.
<i>Mergulho</i>	Captura direta de quelônios no igapó, lagos ou tabuleiros.
<i>Pinauaca</i>	Pano vermelho usado como isca, preso à linha e anzol.
<i>Viração</i>	Captura de quelônios nos sítios de nidificação (tabuleiros).
<i>Zagaia</i>	Tridente de metal preso a uma haste de madeira (2,5 m), usado com holofote nas pescarias noturnas para captura de peixes que descansam perto da superfície entre troncos e galhos submersos no igapó. A <i>zagaia</i> é preferida pela maior facilidade de visualização do pescado no igapó, e maior seletividade de espécies comerciais (“peixes escolhidos”) incluindo tucunarés, carás e outros.
FONTE: Leme da Silva (2020)	

O uso do *arpão* é semelhante à *zagaia*, mas seu formato é diferente. O *arpão* possui em uma extremidade uma ponta encaixada com dois dentes. Na outra extremidade, na haste, é amarrada uma corda (*arpoeira*) de aproximadamente 35 metros, com uma boia ao final. Esse instrumento é mais utilizado na pesca de peixes lisos.

O *cacuri* é uma armadilha cilíndrica “com abertura lateral afunilada que permite apenas a entrada de peixes, mas não permite sua saída” (SOBREIRO, 2007, p. 48). Barra e Dias (2012) descrevem o *cacuri* como uma armadilha feita com talas de *paxiúba* (uma palmeira) que são usadas para criar duas paredes em formato “V”, a favor da correnteza, para segurar o peixe ou bicho de casco que sobe o rio, o forçando a entrar na armadilha e aprisionando-o.

Há *cacuris* de até 4 metros de altura ou profundidade. Caso o objetivo seja capturar bichos de casco, o *cacuri* é preparado na época da cheia do rio, em igapós próximos de *restinga* (áreas rasas). Caso o objetivo seja capturar peixes, essa armadilha é construída no início da cheia, em entrada de igarapés, próximo a barrancos e entre pedras, pois são os lugares de passagem dos peixes onde a força da água não vai deslocar a armadilha. Os peixes mais pescados são: mandi, aracu, surubim, mandubé e outros. Nessa armadilha, o pescador pode usar a *zagaia* ou entrar na armadilha para selecionar os peixes que irá consumir (BARRA E DIAS, 2012).

O *caniço* é uma “linha com anzol e chumbo presa numa haste” (SOBREIRO, 2007, p. 48), ou seja, trata-se de uma vara de pescar, na qual é amarrada em uma das pontas uma linha com o anzol e isca. Para o anzol afundar é usado um chumbo ou outro objeto que faça peso suficiente. A haste do *caniço* geralmente é feita de madeiras flexíveis e resistentes.

A *linha de mão* é uma linha de pesca, de nylon, em cuja ponta estão o anzol e a isca, que são arremessados na água. O pescador tem o conhecimento tradicional da região necessário para saber em que lugar arremessar. Durante o trabalho de campo em Barcelos, era comum ver os indígenas nos *portos* de suas *comunidades* ou em suas canoas pescando com *caniço* ou *linha de mão*.

O *espinhel* ou *espinhelão* é uma “grande linha de náilon na qual se prendem a intervalos regulares linhas armadas de anzóis de tamanho variado, dependendo da espécie que se deseja capturar” (SOBREIRO, 2007, p. 48). Esse instrumento é usado para pescar peixes e quelônios (bichos de casco como tartarugas, cágados e jabutis).

É comumente utilizado na pesca de peixes lisos nos igapós e nos rios, em locais mais fundos e onde há correnteza, com objetivo de pegar os peixes maiores. Ele é preparado pelo pescador em duas etapas: a sustentação principal é uma corda, chamada de *estiradeira*, com pesos hoje feitos de concreto e pedaços de ferro, amarrados nas duas pontas, conhecidos como *poitas*, para manter a *estiradeira* submersa no fundo do rio. (BARRA E DIAS, 2012).

A partir das *poitas*, sobem duas linhas com boias grandes, geralmente feitas de madeira leve chamada *molongó*, garrafa pet ou isopor e amarradas no final, para que o local do espinhel seja identificado na superfície da água. Na *estiradeira*, são amarradas outras cordas mais finas, que variam de 40cm a 1 metro, chamadas de *estrovo*, onde estão amarrados os anzóis. (BARRA E DIAS, 2012).

O pescador prepara o *espinhel* antes de armá-lo no rio, colocando uma isca em cada anzol. Ele primeiro joga uma *poita*, levando uma das pontas da *estiradeira* ao fundo do rio, e, rapidamente, vai atirando os *estrovos* garantindo que a *estiradeira* fique esticada. Então, lança a segunda *poita*, terminando o processo. Em geral, o *espinhel* é colocado pela manhã e verificado na hora do almoço. Primeiramente, uma *poita* é puxada e, em seguida, a *estiradeira* é esticada aos poucos para verificação de cada *estrovo*. Após a retirada do peixe fígado, é colocada nova isca e os *estrovos* vão sendo devolvidos ao fundo do rio para uma

nova pescaria. O pescador pode repetir o processo para que haja iscas também durante a noite. (BARRA E DIAS, 2012).

O *espinhel* é usado no meio dos lagos e no remanso de praias, quando o objetivo é pescar bichos de casco. As iscas para bichos de casco são, em geral, frutos, como palmito, ingá, banana e outros, às vezes também se usa pedaços de peixe. As *boias* são menores para não chamar a atenção de jacarés e o *espinhel* é atirado de forma que não fique esticado, com as *poitas* mais próximas, para permitir que o bicho de casco fígado suba à superfície para respirar. Nesta pescaria, – de quelônios – o *espinhel* precisa ser verificado com maior frequência, pois ao fígado 02 bichos de casco, eles deslocam o *espinhel* para próximo da superfície ao boiar, impedindo que outros encontrem as iscas restantes. (BARRA E DIAS, 2012).

Outro instrumento de pesca utilizado nas pescarias no médio rio Negro é o *espinhelinho*, uma variação do *espinhel*, usado para a pesca de peixes de escama. Barra e Dias (2012) descrevem que os anzóis do *espinhelinho* são pequenos, pois os peixes, ao serem capturados, são menores e, por isso, têm menos força. As iscas mais utilizadas para pescar os peixes pequenos, como aracu, pacu e piranhas são minhocas, aranhas e um pequeno fruto conhecido na região como careca. Esse instrumento é amarrado diretamente em árvores finas e flexíveis que se movimentam quando o peixe é fígado, e é usado na época do inverno em igapós.

O *camurim* é uma boia, feita de madeira leve, geralmente a *molongó*, na qual está presa uma corda de aproximadamente 3m com um anzol na ponta. Este instrumento é usado em lagos para pesca de bichos de casco e no leito do rio para peixe liso. É mais utilizado solto no lago, mas pode também ser usado em rios e, nestes casos, a corda é mais comprida e com uma *poita* de chumbo para segurar o anzol no fundo do rio. (BARRA E DIAS, 2012).

A *espera* ou anzol de *espera* é semelhante ao *estrovo* (linha fina que se prende ao anzol) usado no *espinhel*, sendo mais comprido e com uma corda mais grossa (de 2 a 3 mm), ele é amarrado sozinho em um galho flexível na beirada do rio. Não possui *poita* ou *boia*. É usado à noite para fígado peixes lisos: pirarara, piraíba e surubim. As iscas comumente utilizadas são pedaços de peixes: mandim, aracu e outros. O nome é dado devido à espera do pescador, que deverá ter paciência e aguardar a linha ser puxada pelo peixe ou quelônio.

A *pinauaca* é um instrumento de pesca reforçado que se constitui por vara e linha. A linha precisa ser forte e nela são amarrados dois anzóis. Acima do anzol é amarrada um enfeite que ganha movimento em contato com a água, que serve para chamar a atenção dos peixes. Antigamente eram usadas penas de arara. Hoje, os poucos pescadores que ainda conhecem essa técnica, usam tecidos coloridos. (BARRA E DIAS, 2012).

O *matapi* é uma armadilha que se caracteriza como um “cilindro afunilado de boca expandida, sem isca. O peixe entra durante sua saída na vazante, do igarapé ou tributário para o rio principal e não consegue mais sair” (SOBREIRO, 2007, p. 48).

A pesca realizada com o *matapi* é feita quando o rio está começando a secar, época em que aparecem pequenos pedaços de terra que formam passagens de água apenas nos paranãs, lagos e igarapés.

O *matapi* é colocado na boca dessas passagens, contra a correnteza, para que o peixe entre e não consiga sair. Ele é confeccionado com talas de *paxiúba* de aproximadamente 1,5m de comprimento e com o *cipó ambé*, fibra usada para tecer uma corda que entrelaça as talas com uma distância média de 4cm, dando o formato de um cone. Poucos sabem fazê-lo, é mais utilizado no alto rio Negro, uma vez que seu uso também é favorecido pelas pedras e cachoeiras. (BARRA E DIAS, 2012).

Apesar disso, essa armadilha também é realizada no médio rio Negro, visto que, como já demonstrado, há uma rede de parentesco e afinidade entre os povos deste rio do baixo ao alto curso, cujas práticas tradicionais e percepção do mundo são compartilhadas.

Agora, dentre os instrumentos de arremesso está a *zagaia* que é uma “haste fixada a um tridente de metal, cada um com dentes laterais para segurar a presa” (SOBREIRO, 2007, p. 48).

A *zagaia* se assemelha a um tridente, tem aproximadamente 2 metros de comprimento, cuja suas três pontas são pequenos ganchos para prender o peixe. “É usada para pesca de *arremesso* e para *faxear*, pesca conhecida também como “focagem”, feita hoje com auxílio de uma lanterna ou holofote conectado em uma bateria, a fim de encontrar o peixe à noite e arpoá-lo”. (BARRA E DIAS, 2012, p. 2).

Há também o *jaticá*, outro instrumento de arremesso nas práticas de pesca no médio rio Negro, que é parecido com uma lança. É feito com uma vara de madeira longa e uma ponta de aço, sem ganchos, para poder fixar no casco de quelônios. Uma vez arpoado o bicho

de casco, a ponta fica presa nele, e a corda que prende a ponta à haste de madeira se solta permitindo que ele seja puxado (BARRA E DIAS, 2012).

O *arco* e *flecha* são dois instrumentos usados juntos que são pouco utilizados atualmente. Confeccionado a partir de uma haste de madeira flexível, o *arco* precisa estar curvado com as suas extremidades amarradas por uma corda, feita de algodão ou fibra de tucum. A *flecha* é feita a partir de caule e galhos finos e sua ponta é afiada, preparada para encaixar uma lâmina semelhante ao de um *arpão*, que é amarrado e finalizado com breu ou cera de abelha.

A rede de *malhadeira* possui diferentes tamanhos, feito de um material sintético conhecido por nylon, possui uma malha (trançado de fios de nylon) adequada ao tipo e tamanho de peixe que se pretende pescar: peixes pequenos, malha menor, peixes grandes, malha maior.

A tabela abaixo mostra os tipos de peixes, a sazonalidade, os ambientes e os apetrechos utilizados em cada situação da pesca. É oportuno notar que cada peixe demanda diferentes apetrechos e técnicas. Por exemplo, os peixes lisos, em sua maioria, são pescados com espinhel e espera na época da cheia em igapós das ilhas. Os peixes com escama, por outro lado, são pescados, em sua maioria, de malhadeira nas duas épocas do ano nos rios e lagos da região. Já os quelônios são pescados com *malhadeira*, *jaticá* e *mergulho*, embora tenha ouvido também sobre o uso de *arpão* para essa captura, que se dá na seca em lagos e remansos de praias.

Em todas as comunidades, a *malhadeira* é um apetrecho utilizado com maior frequência o ano todo. Nos lagos e poços, também se utiliza linha comprida para diversos tipos de peixes, incluindo aracus, pacus e tucunarés, além de *espinhel* para os peixes lisos e *arpão* na captura do pirarucu.






<b>Tabela 07 - Ictiofauna, mamíferos aquáticos, quelônios e os apetrechos de captura</b>			
Legenda: * (peixe liso); ** (quelônios)			
<b>NOME</b>	<b>SAZONALIDADE</b>	<b>AMBIENTE</b>	<b>APETRECHO</b>
Aracu	cheia	igapós nas ilhas	malhadeira, caniço e espinhel
Arari	cheia	igapós nas ilhas	malhadeira, caniço e espinhel
Pacu	cheia	igapós nas ilhas	malhadeira, caniço e espinhel
Piranha	cheia	igapós nas ilhas	malhadeira, caniço e espinhel
Aruanã	cheia	igapós nas ilhas	malhadeira, caniço e zagaia
Bagres	cheia	igapós nas ilhas	malhadeira e espinhel
Pirarara*	cheia	igapós nas ilhas	espinhel e espera
Sarapó*	cheia	igapós nas ilhas	eespinhel
Filhote*	cheia	rio	espinhel, linha e espera
Mandubé*	cheia	igapós nas ilhas	mmalhadeira
Pirandira	cheia	igapós nas ilhas	mmalhadeira
Tucunaré	cheia	igapós nas ilhas	malhadeira e linha
Barba chata*	cheia	igapós nas ilhas	llinha
Mandim*	cheia	igapós nas ilhas e rio	llinha
Peixe-boi	cheia	Lagos	aarpão
Surubim*	cheia	igapós nas ilhas	linha e espera
Jaú*	seca	pedral, poços	?
Mapará	seca	lagos e rio	?
Filhote*	seca	rio	espinhel e linha
Matrinxã	seca	lagos e rio	espinhel e linha
Pirarara*	seca	lagos, rio, poços	espinhel e espera
Pacu	seca	lagos e rio	malhadeira, caniço e linha
Aracu	seca	lagos e rio	caniço e linha
Arari	seca	lagos e rio	caniço e linha
Cará	seca	lagos e rio	caniço e linha
Piranha	seca	lagos e rio	caniço e linha
Traíra	seca	lagos e rio	caniço e linha
Tucunaré	seca	lagos e rio	caniço e linha
Aruanã	seca	lagos e rio	mmalhadeira
Bagre	seca	lagos e rio	malhadeira e linha de mão
Branquinha	seca	lagos e rio	mmalhadeira
Cabeçudo**	seca	buracos em lagos, remansos da praia	malhadeira, jaticá e mergulho
Curimatã	seca	lagos e rio	mmalhadeira
Irapuca**	seca	lagos e remansos da praia	malhadeira, jaticá e mergulho


Jaraqui	seca	lagos e rio	malhadeira e zagaia
Patoá caroço	seca	lagos e rio	malhadeira e linha
Pirandira	seca	lagos e rio	malhadeira
Pirarucu	seca	lagos e rio	malhadeira e arpão
Tartaruga**	seca	lagos e remansos da praia	malhadeira, jaticá e mergulho
Tracajá**	seca	lagos e remansos da praia	malhadeira, jaticá e mergulho
Apapá	seca	lagos e rio	linha
Barba chata*	seca	lagos, rio, poços	linha
Barba de pena	seca	lagos e rio	linha
Buçú*	seca	lagos e rio	linha
Caparari	seca	lagos e rio	linha
Cara de gato	seca	lagos e rio	linha
Cuiu	seca	lagos e rio	linha
Iaçá**	seca	lagos	jaticá
Ituim	seca	lagos e rio	linha
Jabuti**	seca	buracos em lagos	jaticá
Jacundá	seca	lagos e rio	linha
Jeju	seca	lagos e rio	linha
Lalá**	seca	buracos em lagos	jaticá
Mandim*	seca	lagos, rio, poços	linha
Mandubé*	seca	lagos e rio	linha
Matá-matá	seca	buracos em lagos	jaticá
Pacamum	seca	lagos e rio	linha
Peixe- agulha	seca	lagos e rio	linha
Peixe-cachorro	seca	lagos e rio	linha
Perema**	seca	buracos em lagos	jaticá
Pescada	seca	lagos e rio	linha de mão
Pirapucu	seca	lagos e rio	linha
Reco-reco	seca	lagos e rio	linha
Sarapó*	seca	lagos e rio	linha
Surubim*	seca	lagos, rio, poços	linha
FONTE: Trabalho de campo. Sistematização: Priscila Moreira. Adaptação: Elieyd Menezes.			

Além dos apetrechos de pesca, vale ressaltar a importância dos remos na região. Os remos são confeccionados pelos indígenas das cinco comunidades em diferentes tamanhos e formatos. Cada formato recebe um nome da qual a sua aparência remete, por exemplo: remo *rabo de peixe-boi* devido à semelhança entre o artefato e o rabo deste mamífero aquático, remo *cabeça de surubim* devido à semelhança deste artefato com a cabeça do peixe.

Além de ser um importante instrumento de auxílio da canoa, os remos pressupõem segurança, caso o motor de uma canoa venha falhar, os indígenas poderão se deslocar nas águas com o auxílio do remo.

Além disso, um remo quando quebra não é jogado fora, e sim, vira um *tarubá* ou seja, um instrumento que auxilia na torra da farinha sendo utilizado como uma grande espátula na casa de forno. Com exceção do *tarubá*, os remos exercem a mesma função, que é no auxílio do transporte. Os remos também são confeccionados em diferentes tamanhos, inclusive em miniatura que ornamentam paredes e são vendidos como artesanatos.

Tabela 08 – Remos				
REMO	FUNÇÃO	DESCRIÇÃO	REPRESENTAÇÃO	MADEIRA
Rabo de peixe-boi	Transporte/canoa	Bordas arredondadas, semelhante à cauda de um peixe-boi.		Carapanaúba, louro preto, louro namuim, roxinho, itaúba e arabá.
Folha de cuia	Transporte/canoa	Bordas da lateral arredondadas com o centro pontiagudo.		
Tarubá	Torra de farinha	Qualquer remo partido.		
Cabeça de surubim	Transporte/canoa	Remo alongado com bordas arredondadas.		
Bacuí	Transporte/canoa	Borda triangular.		

Faia de rabo de peixe-boi ou “faia”	Transporte/canoa pequena	Duas pontas de remo, boa para canoa pequena. É preciso segurar o remo ao meio.		
FONTE: Trabalho de campo. Sistematização e desenho: Elieyd S. Menezes.				

### 3.2.2.1 Pesca de subsistência (artesanal)

A pesca artesanal de subsistência é uma atividade essencial para todas as cinco comunidades analisadas neste relatório. Independente de sazonalidade, essa atividade ocorre durante todo o ano: na seca pesca-se ao longo dos rios e lagos e na cheia, nos igapós das ilhas. Todavia, a pesca não se trata só de peixes, mas também na captura de quelônios e mamíferos aquáticos, como o peixe-boi, quando há a oportunidade.

A pesca é um elemento na organização social dos grupos, nos períodos de vazante e no verão, as famílias pescadoras podem permanecer afastadas de casa por vários dias pescando nas ilhas ou os homens vão pescar em lugares mais distantes e as mulheres nos igarapés mais próximos das comunidades.

A pesca é uma atividade que não só sustenta materialmente as famílias, mas também são consideradas estratégicas, já que estas têm a possibilidade de produzir seu alimento com autonomia, sem a necessidade de um *patrão* no âmbito do “sistema de aviamento”.

De modo artesanal, a pesca de subsistência é realizada em sua maioria por moradores das comunidades indígenas e ribeirinhas de Barcelos. Apesar de ser uma prática de subsistência, não se trata somente de pescar para comer ou sobreviver, mas também para trocar com parentes, afins e conhecidos por outros objetos ou recursos necessários, tendo uma importância na vida social e cultural desses povos.



Foto 6 Ronald (Baré) pescando. Foto: Priscila Ambrório, 2022.

Essa modalidade de pesca é realizada com o auxílio de instrumentos que levam em consideração as espécies pescadas e a profundidade da água. No âmbito das técnicas de pesca, é asseverada a relação dos humanos com os peixes (BARRA e DIAS, 2012). A relação com o ambiente e as práticas referidas a elas não estão somente no plano da economia, ou do concreto, mas também no plano do intangível.

Nesse sentido, o ato de pescar pressupõe um conhecimento de respeito e cuidado com o ambiente e os seres que ali habitam (sejam mágicos, míticos ou não). É possível verificar práticas de *benzimentos* que antecedem a pescaria para que os peixes não mudem de trajetória e ela seja bem-sucedida.

As próprias narrativas míticas desses povos, sobretudo os Tukano, coadunam com a ideia da existência dos *wai-mahsã* (humanos invisíveis) e os e *wai* (peixe) como seres importantes no processo de existência e conhecimento do mundo. Para Barreto (2013) não se deve confundir essas duas categorias, que foram generalizadas e estendidas num senso comum erudito entre os estudiosos do rio Negro como se a categoria de *wai* (peixe) tivesse atributos antropocêntricos. Para o autor, a categoria *wai-mahsã* não corresponde à tradução “peixe-gente” como difundido.

A questão colocada por Barreto é que para os Tukano, “os peixes nunca tiveram, nem mesmo em sua origem mítica, condição humana” (BARRETO, 2013, p. 8), o que é preciso atentar é que “na cosmologia Tukano, peixe não é gente. Ele é uma categoria que se presta como veículo especial de comunicação entre humanos e *wai-mahsã* residentes e donos das habitações aquáticas (*bahsakawi*)” (BARRETO, 2013, p. 16). Assim, os peixes são animais que povoam e circulam nos ambientes e gozam da proteção e cuidados dos *wai-mahsã* (humanos invisíveis).

No âmbito das narrativas míticas dos povos do rio Negro, antes da criação do mundo como nós o entendemos, todos os povos eram *wai-mahsã*, até que, ao chegar em *Iauaretê*, no alto rio Negro, os povos que hoje habitam esse rio, desceram da *Cobra-Canoa* e foram para a superfície da terra. Surgiram de um buraco na pedra e transformaram-se em humanos completos, como já mencionado na parte 01 deste relatório.

Quando o buraco fechou, alguns *wai-mahsã* ficaram, sem conseguir sair transformarem-se na forma humana, isso os deixou com sentimento de ira, permanecendo no mundo subterrâneo e aquático. Este mundo é povoado por diversos seres (tangíveis e intangíveis) e é por esse motivo que uma série de atos de respeito devem ser demonstrados ao pescar.

Nesse sentido, uma série de regras de condutas (BARRA e DIAS, 2012) são acionadas nas pescarias neste rio, como a escolha do lugar propício, *benzimentos* de proteção e não ter ganância ao extrair esses peixes da natureza, ou seja, pescar só o necessário. Regra essa fundamental para a manutenção dos recursos naturais.

Caso essas regras sejam transgredidas, doenças e maus presságios podem assolar o pescador. É possível ver tais transgressões com a chegada dos não indígenas, especificamente, dos não indígenas com uso de malhadeiras arrastando o maior número de pescado possível ou acionando bombas nos rios trazendo a morte de boa parte da ictiofauna.

Em D. Pedro II, as famílias indígenas pescam as diversas variedades do aracu no inverno na *força da lua*, isso porque eles conhecem o trajeto dos cardumes a depender da posição da lua. Na lua nova e noite quente, os aracus estão subindo o rio, no quarto minguante não há cardumes de aracu transitando e, portanto, não há a expectativa de pescar essa espécie. O trajeto dos aracus, segundo os indígenas, é subindo do rio Branco ao Pedral (alto rio Negro) para desovarem. Esses cardumes costumam parar de ilhas em ilhas e os

indígenas conhecem as paragens desses peixes, tendo sucesso na pescaria. Por isso, os aracus são *peixes arribadores*, peixes viajantes.

Na pesca artesanal para subsistência, predominam o *espinhel*, *caniço* e a *linha*, e são mais utilizados por povos e comunidades tradicionais no médio Rio Negro, como os indígenas barés e tukanos. Nas cinco comunidades visitadas vimos a *malhadeira*, *caniço*, *linha comprida*, *espinhel*, *linha de espera*, *arpão* e *jaticá* para os quelônios.

As crianças vão se familiarizando com os apetrechos de pesca desde cedo, sobretudo os meninos. É comum ver crianças com apetrechos pequenos, feitos para o seu tamanho, brincando no rio de *arpar* com *jaticá*, de jogar a *linha de espera* ou remar as canoas em pontos considerados seguros na comunidade, como os *portos*.

### **3.2.2.2 Pesca comercial**

A pesca comercial na margem direita do rio Negro é realizada em sua maioria por pescadores comerciais, que moram nas cidades de Barcelos, organizados na Colônia de Pescadores Z-33, pescadores de outros municípios e indígenas de D. Pedro II, Manacauaca, Lago Grande e São Roque.

Há pescadores comerciais que realizam viagens semanais nos rios da região para a prática da pesca que estão atrelados ao comerciante dono dos meios de produção (como o barco), o chamado *patrão* (que pode ou não ser pescador). Os *patrões* assumem as despesas da viagem e adiantam o pagamento em forma de rancho (conjunto de alimentos industrializados), apetrechos para pesca, gelo, caixa de isopor, combustível, chumbo, boia ou dinheiro. Ao final de cada viagem, estas despesas são descontadas da produção de cada pescador caracterizando uma relação de *aviamento* baseado na dívida. (SOBREIRO, 2007).

No caso das comunidades visitadas, os indígenas que trabalham na pesca comercial estão subordinados a um *patrão* para adiantar os meios de produção, como apetrechos, gelo, caixas de isopor e combustível. Segundo eles, para a realização dessa atividade é preciso ter recursos financeiros, por isso eles procuram algum *patrão* para comprar os itens necessários para a pesca, ao final da pescaria são descontados os valores adiantados e, assim, a dívida é quitada, entretanto, isso se torna um ciclo.

Os peixes menores, sobretudo pacus e aracus, são vendidos pelos pescadores diretamente no comércio em Barcelos. As inovações tecnológicas nos métodos de captura (malhadeira), transporte (barco motorizado) e conservação do pescado (gelo) têm acompanhado a intensificação da pesca comercial no rio Negro. Leme da Silva (2020) apontou que as espécies mais impactadas pela pesca comercial são os *peixes moradores* e os *peixes de arribação*. Os *peixes moradores* correspondem aos tucunarés, carás (Cichlidae) e pacus (Characidae), os quais se deslocam pouco e habitam regiões específicas, concentrados em lagos no verão e espalhados pelo igapó no inverno. Os peixes que realizam migrações sazonais (*peixes de arribação*) incluem os grandes bagres (Pimelodidae) e os cardumes de aracus (*Leporinus* spp.).

Nessa modalidade de pesca, os instrumentos nas categorias *redes* são os mais utilizados, como a *malhadeira*. Além dela, destacam-se o *espinhel* e a *zagaia*.

A *malhadeira* tem menor seletividade dos peixes e é mais utilizada na pesca comercial. Barra e Dias (2012) apontam que não há regras tradicionais para o uso da *malhadeira*, sendo muitas vezes utilizada para fechar a boca de lagos e rios a fim de pegar uma grande quantidade de peixe em pouco tempo.

Por sua menor seletividade, a *malhadeira* “é considerada um apetrecho de pesca predatório por gerar desperdício, especialmente quando as malhadeiras têm malhas pequenas, como 20 e 25mm, e quando são usadas sobretudo para fins comerciais, em lagos secos e em remansos onde os peixes costumam se reproduzir” (BARRA e DIAS, 2012, p.3).

O uso constante de *malhadeira* traz a percepção de escassez do pescado, seja pela prática de *batição* da qual os pescadores cercam os peixes no lago com malhadeira e batem com um pau n’água para empurrá-los para rede, ou pela prática do *arrastão* (redes de arrasto) da qual os pescadores armam a *malhadeira* submersa no rio e vão arrastando todo e qualquer tipo de peixe, isso acontece, principalmente durante o verão, por geladores provenientes de Manaus, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro.

A pesca comercial de peixes nas comunidades visitadas visa sobretudo o filhote, um tipo de bagre (*Brachyplatystoma filamentosum*) que pode chegar a 1.6m e 50kg como mencionado no relatório ambiental de Moreira (2023). Para pescar o peixe filhote, a malha é *miúda* tendo 80 e 90 mm, para pescar pirarucu a malha é *gráuda* com 120mm. A pesca é

feita com o uso da *descaideira*, um tipo específico de *malhadeira* mais longa, usada na época da cheia, de preferência em áreas mais largas do rio Negro.

Os próprios indígenas customizam suas redes de pesca (*malhadeira* ou *descaideira*). Eles pedem de atravessadores que comprem em Manaus a rede inteira cujo tamanho padrão é 100m de comprimento e cortam ou emendam segundo os objetivos da pesca. No caso da *descaideira* eles chegam a emendar duas a seis redes, totalizando um apetrecho de 200m a 600m de comprimento, podendo durar até cinco anos. A média das *descaideiras* utilizadas por pescadores da comunidade D. Pedro II é de 400m de comprimento, pois segundo eles a malha encolhe.

Para a pesca com *descaideira*, é necessário trabalhar no mínimo em dupla de pescadores, um dirige a rabeta e outro que joga a rede. A *descaideira* é jogada na água pela manhã quando os peixes saem das beiras das florestas de igapó (*pauzadas*). Esta espera do horário oportuno é muito importante para que a rede não engate nos galhos da vegetação, o que pode levar, segundo um relato, a lesões no pescador que tenta retirá-la.

Há dois motivos para a perda da *malhadeira*: os madeireiros que cortam as árvores e deixam os tocos, e a vegetação, sobretudo na beira de igapós. Nas duas situações fica inviável instalar a *malhadeira*, pois estas podem engatar nos tocos e galhos e rasgar, trazendo prejuízo ao pescador.

A cada quinze dias os pescadores comerciais capturam entre 400 e 500kg de filhote. Os peixes são acondicionados em uma a duas caixas com gelo, que são guardadas nos portos dos *sítios* e canoas de pescadores nas comunidades. As caixas utilizadas são carcaças de geladeiras velhas de cerca de 250 litros, com capacidade de armazenamento de aproximadamente 200 kg de pescado, como pode ser lido no relatório ambiental de Moreira (2023).

As caixas cheias de peixes são vendidas aos barcos geleiros, os quais chegam a levar do entorno das comunidades cerca de 12 toneladas de peixes em uma temporada, conforme indicações dos moradores. Segundo Sobreiro (2007) um barco geleiro em Barcelos pode comportar até 08 toneladas de peixe e gelo. Para os peixes menores, os pescadores utilizam *malhadeiras* com aberturas menores, que pescam peixes migratórios, como aracu nas ilhas em noite de lua nova ou cheia durante a enchente, quando os peixes sobem o rio, nas chamadas, "noite de arribação" MOREIRA (2023).

### 3.2.2.3 Pesca ornamental

A pesca de peixes ornamentais no rio Negro começa nos anos 1950 com a descoberta do cardinal em Barcelos. Leme da Silva (2020) aponta que a exportação comercial do cardinal teve início nos anos 1960 e em 1964 já existiam seis firmas exportando essa espécie, e a exploração alcançou municípios vizinhos. Com a instalação de uma cadeia de extração, outras espécies dessa região passaram a ser exportadas com o cardinal. As famílias das comunidades indígenas visitadas que trabalharam na pesca ornamental relembram dados que remontam o final da década de 1960 sobre essa atividade, que incluíam as crianças nas pescarias com instrumentos feitos para o seu tamanho, ou seja, pequenos.

Essa modalidade de pesca, possui uma estrutura comercial semelhante às dos *piaçabais*, ou seja, o “sistema de aviamento”. Os peixes ornamentais não são comestíveis, apenas para fins de ornamentação (vivos) e são exportados para países da Europa, Estados Unidos e Japão.

No âmbito do regime do “sistema de aviamento” da pesca ornamental tem-se o pescador de peixe ornamental conhecido na região como *piabeiro* ou *freguês* e os donos dos meios de produção, conhecidos como *patrão*. Este último avia mercadorias (produtos industrializados como alimentos, instrumentos de trabalho, roupas, dentre outros) para o primeiro a preços acima dos valores de mercados. Assim como nos *piaçabais*, atualmente, e nos seringais no século XIX e XX, os *fregueses* possuem uma dívida com os *patrões* e esta deve ser paga com produtos extrativistas, nesse caso, com peixes ornamentais. Os peixes são transportados nas *caçapas*, recipientes plásticos de forma retangular e possuem identificação do pescador. Os milheiros de peixes são acondicionados em sacos plásticos dentro de paneiros baixos e largos (30x20cm), tecidos com *arumã* colhido na terra firme.

Leme da Silva (2020) analisa em uma reportagem da Folha de São Paulo veiculada em 17 de fevereiro de 2019, que os intermediários dos exportadores manauaras em Barcelos compram o milheiro de cardinais a R\$ 12,00, o que rende ao *piabeiro* menos de meio centavo de dólar por peixe. Numa boa semana, o *piabeiro* chega a capturar 50 milheiros, o equivalente a R\$ 600,00. Em Manaus, as empresas conseguem exportar cada unidade por até R\$ 0,50. No exterior, o cardinal custa por volta de US\$ 5 a 6 a unidade, enquanto um acará-disco pode alcançar US\$ 50, dependendo da cor e do padrão de listras. Os principais

mercados de destino dos peixes ornamentais são a comunidade europeia (principalmente Alemanha), seguida da China.

Em 2010, pude entrevistar e acompanhar os *piabeiros* em Barcelos, eles apontaram que os peixes mais comercializados são: cardinal, acará-disco, lápis, borboleta, pistograma, pedra-ouro, piaba, rosa-céu ou pingo de sangue, charuto, marginato, bodó seda, bodó espinho e xadrez. Destes peixes, o cardinal (*Paracheirodon axelrodi*) é a principal espécie explorada em Barcelos, seguido do acará-disco (espécies do gênero *Symphysodon*).

Peres (2003) descreve as disparidades dos preços pagos entre o pescador de peixes ornamentais, designados de *piabeiros* e os comerciantes destes peixes a qual os primeiros são subordinados, também conhecidos na região como *patrões*.

A diferença do preço pago pelo peixe ornamental ao revendedor varejista (US\$ 2.000,00/milheiro ou US\$ 2,00/peixe) nos Estados Unidos e ao *piabeiro* (US\$ 5,00/milheiro ou US\$ 0,005/peixe) no rio Negro/Amazonas é de 40.000%. Entre as duas pontas da cadeia econômica de valorização capitalista do peixe ornamental. Existem mais quatro categorias de intermediação: o *comprador* (*patrão*/representante), *exportador* (estabelecimento comercial localizado em Manaus), *importador* (estabelecimento comercial localizado nos países importadores) e o *atacadista* (estabelecimento comercial que compra grandes quantidades de peixes e vendem para outros estabelecimentos comerciais que revendem a varejo) (PÉRES, 2003, p. 276)

Nesse caso, os peixes ornamentais vivos são vendidos ao *patrão* que por sua vez remete ao exportador, ou seja, os comerciantes com maior capital financeiro que exportam aos estabelecimentos comerciais em outros países. Estes por sua vez, revendem aos atacadistas que procedem às vendas no mercado.

Em uma tentativa de sair da dependência do *atravessador*, os pescadores de peixe ornamental, com o apoio do SEBRAE, fundaram a Cooperativa dos Pescadores Ornamentais – ORNAPESCA em 2008. Em 2010, essa cooperativa contava com 34 *piabeiros* que objetivavam romper com as relações comerciais com o *atravessador*. Assim, a própria ORNAPESCA venderia os peixes de todos os pescadores ornamentais.

Entretanto, com as dificuldades de estrutura física e logística como a falta de uma sede, flutuantes, vasilhas de armazenamento (caçapas) dos peixes, a cooperativa não tem

autonomia e funciona no âmbito da COLPESCA Z-33. Desde 2017 não obtive notícias dessa associação e é provável que ela tenha sido desativada.

Sobreiro (2007) afirma que o patrão encomenda as quantidades das espécies que deseja comprar de acordo com as demandas do mercado externo e que em 2007 já apresentava poucas demandas, tendo como consequência o declínio desta atividade.

Em junho de 2011, foi preso o pesquisador Ning Labbish Chao, coordenador do Projeto PIABA<sup>42</sup>, sob a alegação de biopirataria de peixes ornamentais. Na ocasião do meu trabalho de campo, em Barcelos em julho de 2011, ou seja, um mês após esta prisão, vários agentes sociais, sejam pescadores de diferentes modalidades a *patrões* em Barcelos comentavam este acontecimento.

A explicação dos pescadores ornamentais para o declínio dessa atividade era de que a demanda do mercado externo de peixes ornamentais estava diminuindo devido à biopirataria, pois em laboratórios estrangeiros estes peixes haviam sido reproduzidos em cativeiro, não tendo a necessidade de importá-los, apenas “fabricá-lo”.

Apesar de ser uma atividade que poucas famílias atuam, a pesca de peixes ornamentais no médio rio Negro ocorre entre agosto e abril nos igarapés e em demais lugares com água parada, como os lagos centrais e lagos de boca franca, no inverno estes peixes são encontrados nas beiras de terra firme, nos igapós e nos *chavascas*.

Os apetrechos mais utilizados na pesca ornamental são o *rapiché*, o *cacuri* (descrito no subtópico anterior) e o *puçá* (SOBREIRO, 2007; LEME DA SILVA, 2020), sendo confeccionados e apropriados por pescadores de peixe ornamental indígenas e não indígenas do município.

Além dos apetrechos citados acima, há também o uso de lanterna para focar a noite e encontrar os peixes, sobretudo os da espécie disco (ou acará-disco) cuja pesca é somente noturna.

O *rapiché* se assemelha a uma cesta grande com dimensão variada. Seu uso se dá em lugares rasos, como beiras de igarapés. É a partir de uma vara flexível, chamada de *ripeira*,

---

43 PIABA é um projeto científico interdisciplinar, criado em 1989 para compreender a pesca dos peixes ornamentais associado ao sistema ecológico e sociocultural da bacia do médio rio Negro, no Amazonas, procurando meios de preservar os peixes e, ao mesmo tempo, manter a pescaria de peixes ornamentais e outros recursos renováveis em níveis comerciais e ecologicamente sustentáveis. Fonte: <http://acritica.uol.com.br/manaus/Aposentado-Ufam-presobiopirataria>

onde são amarradas duas varetas. Nessa estrutura, é costurada uma rede ou tela de nylon, muito usado para pescar cardinal, rosa-céu (*Hyphessobrycon spp*), bodó e outros.

Já o *puçá* é um instrumento de pesca que se assemelha a um coador, feito da mesma tela que o *rapiché*. Menor, ele tem a função de contar os peixes ornamentais ou pegá-los em menores quantidades. (BARRA e DIAS, 2012).

As famílias pescavam os peixes ornamentais nos lagos, rios e igarapés e os transportavam em tanques-redes construídos por eles com redes de pesca e madeira dentro do rio ou igarapé mais próximo das suas casas, para que os peixes fossem alimentados para engordarem até serem contados e entregues ao *patrão*, essa etapa era importante, pois, caso o peixe estivesse feio e magro, o *patrão* em Barcelos não aceitava.

A pesca ornamental foi mencionada nos igarapés Buiacu e Preto, ambos no alto rio Caurés, os quais já foram muito procurados pela presença de cardinal. Foi nas comunidades de D. Pedro II, Manacauaca e São Roque que encontramos famílias que já trabalharam por décadas na pesca ornamental ou trabalham nos dias atuais. A contagem dos peixes ornamentais se dá por milheiros, ou seja, a cada mil peixes tem um valor a depender do tamanho. Por exemplo, há alguns anos, a cada mil peixes médios o pescador recebia R\$12,00 (doze reais) do peixe médio e R\$13,00 (treze reais) do peixe grande. Nos dias atuais, o pescador recebe R\$30,00 (trinta reais) do milheiro de peixe médio.

Nessa modalidade de pesca, os indígenas entrevistados apontam que o pescador é o que mais trabalha e menos ganha. Com a decadência desta atividade pelos motivos já expostos anteriormente e pelas dificuldades causadas por preços baixos pagos, muitos pescadores foram atuar como guias na pesca esportiva.

#### **3.2.2.4 Pesca esportiva**

A pesca esportiva se configura como um fator importante na expansão do turismo na região. O município de Barcelos se destaca nessa atividade contando com várias empresas do ramo que oferecem serviços de alta qualidade para pescadores, a maioria praticante de “pesque-e-solte”, provenientes principalmente dos Estados Unidos, eventualmente Japão, países vizinhos e outros estados do Brasil. (SOBREIRO, 2007).

Na atividade da pesca esportiva, existe a possibilidade concreta de geração de empregos diretos e indiretos e a criação de mercado para produtos agrícolas, extrativos e artesanato. Os moradores do município questionam os benefícios econômicos destes empreendimentos para a população local, pois os produtos consumidos pelos turistas são oriundos de Manaus e o número de empregos gerados é limitado, além de relatarem a existência de conflitos entre ribeirinhos, pescadores comerciais e empresários de pesca. (SOBREIRO, 2007, p. 09)

Os indígenas trabalham na pesca esportiva como guias e pilotos das embarcações, ou seja, acompanham os turistas, aqueles que praticam a pesca esportiva do “pesque-e-solte” e que vêm de outras regiões do Brasil e de outros países para esta atividade considerada de “lazer”.

A função do guia é de levar os turistas até as áreas de pesca e orientá-los quando estes não estão familiarizados com a pescaria. Em muitas situações, eles atuam como professores de pesca. Para as atividades de guia, os pescadores utilizam um conjunto de conhecimentos tradicionais para conduzir o turista às áreas mais propícias à pesca.

A configuração das relações de uma empresa de turismo se dá da seguinte maneira: Há o barco hotel, um grande barco ou lancha, que funciona como um hotel, lá dentro há restaurante, bar e suítes da qual os turistas fecham o pacote conforme as diárias. Cada barco hotel possui barcos menores, conhecidas como voadeiras, nele vão o piloto da voadeira e dois turistas, denominado por eles como “clientes”. O piloto também atua como guia e professor.

Nessa dinâmica, há os “torneios”, ou seja, o “cliente” que pegar o maior peixe ganha a disputa e o guia recebe um prêmio em dinheiro.

O rio Negro é um dos destinos preferidos para a pesca esportiva na Amazônia. Segundo a empresa estadual de turismo Amazonastur, na temporada de 2018/2019 mais de 8 mil turistas foram atraídos para Barcelos (80% brasileiros e 20% estrangeiros), faturando aproximadamente 67,2 milhões de reais (EM TEMPO, 2020). O arquipélago de Mariuá, junto com os tributários de rio Negro, consistem nas rotas principais de pescadores amadores em Barcelos, como pode ser lido no relatório ambiental de Moreira (2023).

A atividade de guia no turismo de pesca esportiva é significativa nas comunidades São Roque, Manacauaca e Pedro II, onde seguem a regra do “pesque-e-solte” dos tucunarés (*Cichla* spp) ou promovem a pesca amadora, na qual se consome o pescado no local.

Essa atividade se intensificou na região há 15 anos, sobretudo com o declínio da pesca de peixes ornamentais, e a iniciativa dos pequenos patrões de alugarem seus barcos para outros tipos de pesca, como a pesca esportiva e pesca comercial (SOBREIRO, 2016).

O rio Caurés é conhecido nesse circuito da pesca esportiva como um rio propício, exótico e farto, como analisado em fóruns online de pescadores esportivos do Brasil. Furtado (2020) menciona que, atualmente, a baía do rio Caurés recebe em torno de 300 a 600 visitas por mês durante a temporada de pesca entre setembro e outubro, auge do verão. Há pelo menos duas empresas que operam em barcos-hotéis e contratam os moradores na região: uma que acessa por avião os poços e lagos do rio Caurés e outra que utiliza apenas a baía do Caurés e ilhas do rio Negro (MOREIRA, 2022).

Em São Roque, os indígenas fizeram um acordo com essas duas empresas que pagam uma taxa à associação comunitária o valor de R\$1.500,00 por semana na época do turismo para adentrarem o rio. Os guias são da própria comunidade que melhor conhecem sua extensão, eles atuam como fiscais dos turistas, para que não abusem dos recursos naturais. Com o valor recebido, a liderança promove algumas melhorias de infraestrutura, como motor de luz, encanamento, e itens necessários à escola, caso haja necessidade. As empresas instalaram internet na comunidade e colaboraram na instalação da rede de encanamento das casas para que estas pudessem utilizar caixas d'água. Em uma das casas foi instalada energia solar.

É oportuno ressaltar que a pesca esportiva movimenta milhões em Barcelos, os turistas pagam uma taxa à prefeitura, mas os indígenas ressaltam que estes valores não chegam às suas comunidades através de melhorias e serviços. A única localidade que vimos se beneficiar com as taxas foi São Roque por estabelecerem um acordo prévio sobre as atividades em seus territórios e receberem diretamente.

No restante do ano (maio a outubro), vários indígenas que trabalham como guias são realocados para o turismo no Pantanal mato-grossense. Encontramos famílias em Manacauaca e D. Pedro II que tinham membros trabalhando como guia no pantanal. Como eles foram considerados bons funcionários, a empresa de turismo os levou a trabalharem em outro bioma, lá eles tiveram que aprender sobre a região, sobre os peixes, os lugares propícios, dentre outros conhecimentos para a realização desta atividade.

A vaga como guia é considerada uma ótima renda particular. O guia recebe de R\$800 a R\$1.000/semana, além das gorjetas (de R\$400) e premiação caso pesque um tucunaré grande e pesado. A pesca de um tucunaré de 12kg pode render até R\$1.000 de prêmio para uma pessoa. Além disso, os turistas pagam o rancho e outros utensílios para o guia. Na comunidade Pedro II, as altas gorjetas na pesca esportiva propiciou a compra de quinze bois nelores, segundo relato de um guia de pesca entrevistado. Cada boi foi comprado por R\$7.000 e a criação, em sua fase inicial, está sendo feita em um *sítio* da região (MOREIRA, 2022).

Os turistas são levados aos "lagos de cano", lagos que apresentam partes mais estreitas, onde os tucunarés se escondem. Ao longo do rio Caurés, são procuradas as áreas com poços. Este tipo de pesca envolve diferentes tipos de tucunarés, que são reconhecidos por tamanhos e comportamentos distintos. Ao serem capturados, o tamanho e o peso do animal são registrados junto a uma fotografia do pescador premiado, e em seguida, os tucunarés são devolvidos na água (MOREIRA, 2022).

Segundo um guia entrevistado em D. Pedro II, o recorde do verão de 2021 foi a pesca de um tucunaré de 92 cm, chamado de tucunaré-açu ou tucunaré paca-açu (*Cichla temensis*). Para alimentação no barco, eles consomem os tucunarés pequenos (tucunaré borboleta, tauá, paca e sarabiam), que conforme relata, são tipos de tucunarés que mesmo adultos não chegam a 40cm, e que correspondem às outras quatro espécies do gênero *Cichla* na região.

Os tucunarés são atraídos com iscas de plástico coloridas (*curricos*), que funcionam como um estímulo visual. No entanto, os guias relatam que os tucunarés-açu já reconhecem a isca e se recusam a aceitá-la, afirmando que *tucunaré fica manhoso*. A insistência dos pescadores irrita o animal, que se debate e muitas vezes prende a isca nas guelras. É justamente esta força do tucunaré-açu que é valorizada pelos turistas, pois proporciona maior *tempo de briga*. Como consequência, são nestas situações que os animais machucam as guelras e são encontrados doentes, conforme observações dos moradores da região, isso se deve ao fato do animal não conseguir se alimentar e assim vai morrendo por inanição ou por infecção da ferida.

Por esse motivo, os animais machucados não são devolvidos à água, são capturados para consumo no barco. Estudos populacionais recentes da ecologia dos tucunarés na região de Barcelos indicaram que a alta intensidade de pesca esportiva tem afetado o comprimento médio da espécie preferida no turismo, com tendência de redução de 17 cm (FURTADO,

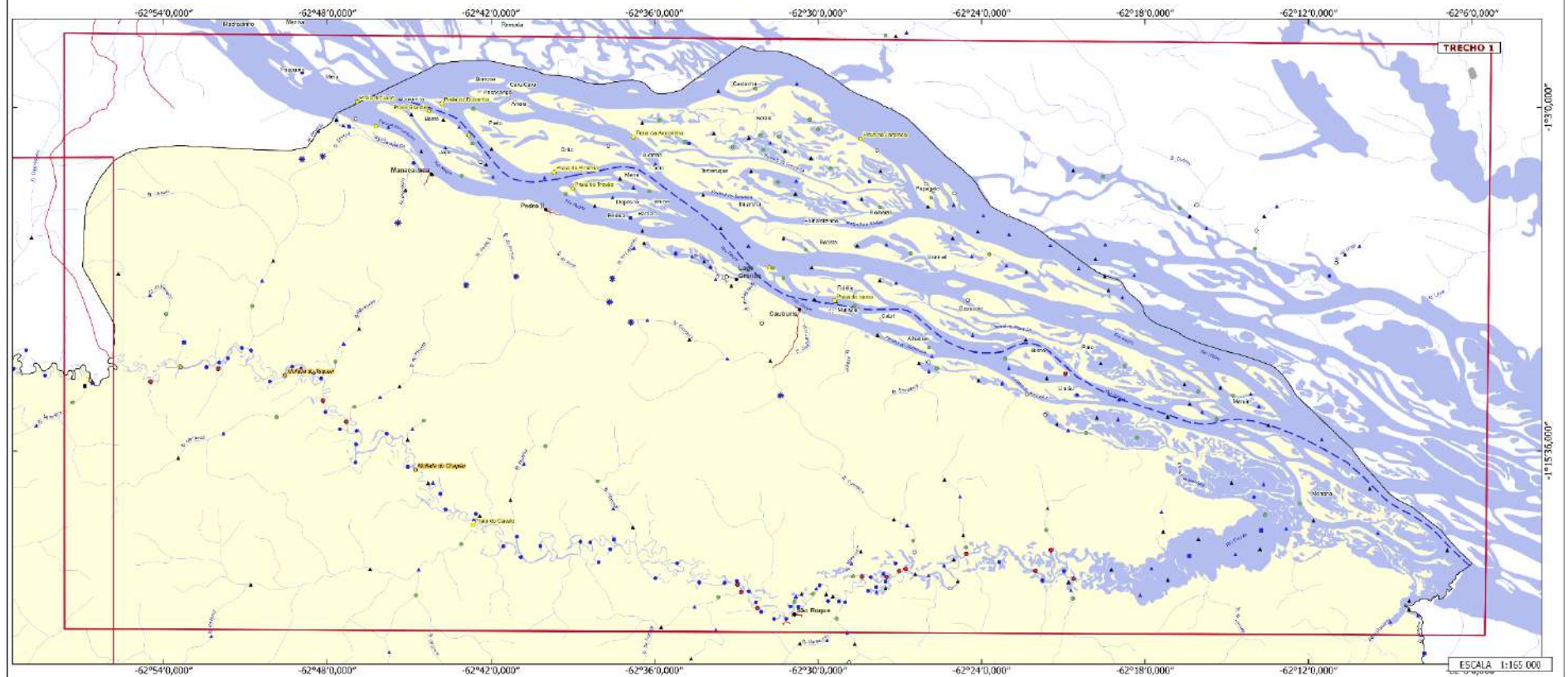
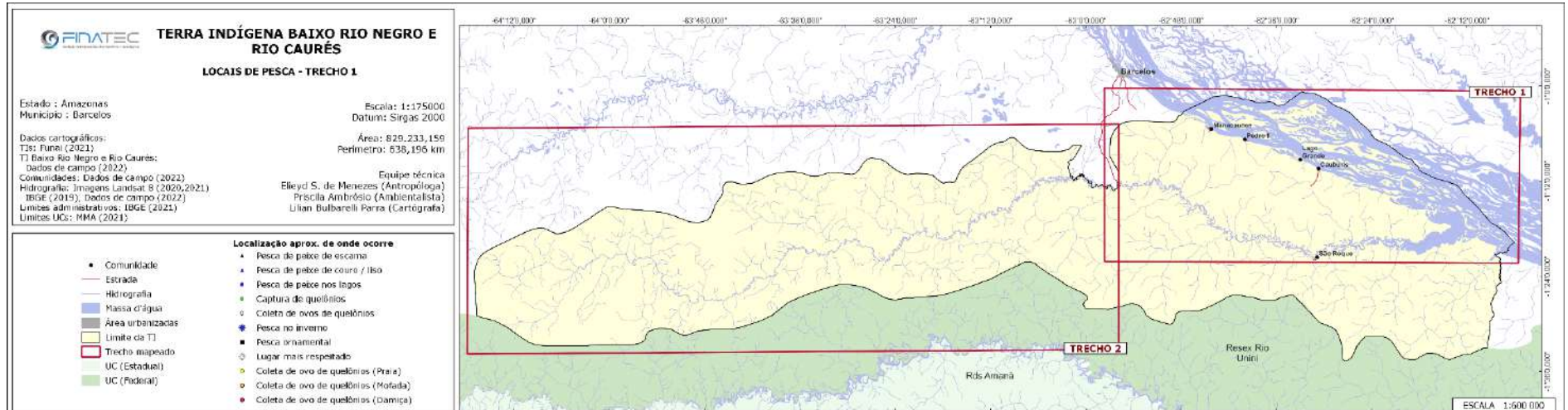
2020), efeito também registrado em tucunarés em rios da Venezuela sob influência de intensa pesca comercial (JEPSEN *et al.*, 1999), como pode ser visto no relatório ambiental de Moreira (2023).

Essa modalidade de pesca contribuiu no crescimento do turismo e no aumento do tráfego fluvial na região, que agravou os conflitos de pesca, pois as empresas de turismo são favorecidas por incentivos públicos e normativas estaduais e federais que buscam reduzir a pesca comercial na bacia.

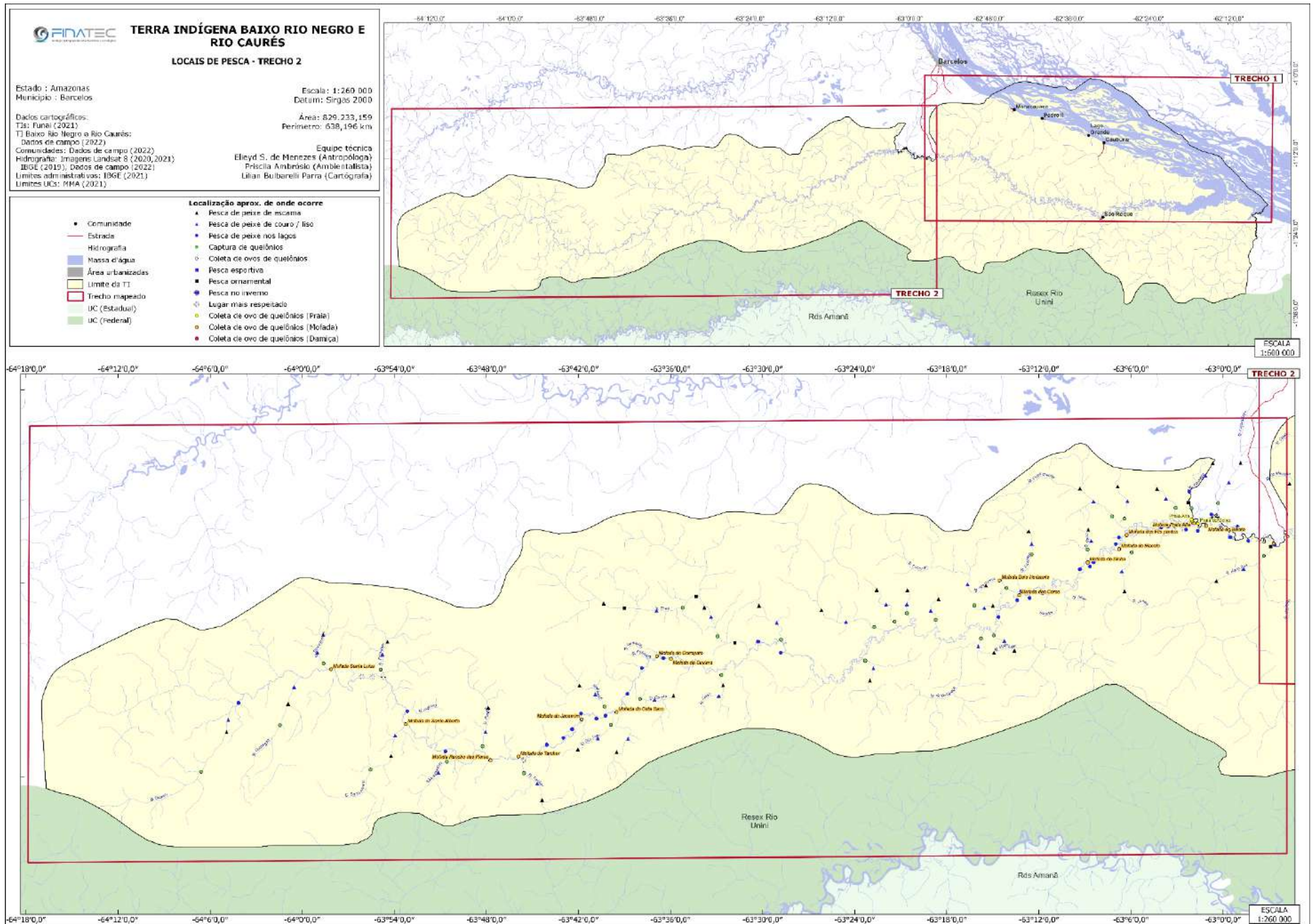
A pesca esportiva mobilizou uma rede política e econômica no estado do Amazonas. Isso porque ela foi regulamentada pelo Decreto Estadual 31.151/2011, que proíbe a comercialização ilegal do tucunaré fora da calha do rio Negro. Na esfera municipal, a Lei nº 557/17 de Barcelos disciplina a utilização dos recursos aquáticos na APA Mariuá (Barcelos), permitindo, apenas a modalidade “pesque-e-solte” para espécie *Cichla temensis*.

É importante ressaltar que essas diferentes modalidades de pesca no município de Barcelos coexistem tanto no espaço, quanto no tempo e os pescadores podem estar inseridos num contexto de uso múltiplo de recursos, atuando em mais de uma modalidade de pesca, por exemplo, um pescador de peixes ornamentais também podem atuar como “guia” na pesca esportiva, ou um pescador comercial também atua na pesca de subsistência.

Mapa 7 - Área de pesca - Trecho 1



Mapa 8 -- Área de pesca - Trecho 2



### 3.2.3 A agricultura e o Sistema Agrícola no rio Negro (SAT)

A agricultura é outra atividade importante na vida desses povos. O sistema Agrícola no rio Negro (SAT) foi patrimonializado em 2010 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, esta prática elenca conhecimentos tradicionais (saberes e técnicas), cultura material (artesanatos e demais instrumentos de trabalho), cultura imaterial (narrativas míticas) e redes sociais.

Conforme o Parecer nº 026 /CRIDPI/Iphan,

“entende-se por sistema agrícola, o conjunto de saberes, mitos e relatos, práticas, produtos, técnicas, artefatos e outras manifestações associadas que envolvem os espaços manejados e as plantas cultivadas, as formas de transformação dos produtos agrícolas e os sistemas alimentares locais. (IPHAN, 2010, p. 8).

O SAT tem como base a mandioca, que é cultivada através das chamadas roças. Para Almeida (2006), as roças são unidades de referências que sedimentam as relações intrafamiliares e extrafamiliares e asseguram também autonomia.

A diversidade de produção nas roças remete não só as práticas de subsistência e trocas, mas também o da conservação da biodiversidade. Isso porque a biodiversidade construída por grupos humanos, através dos processos de domesticação e de seleção, é também pensada em termos de reservatório genético frente às mudanças climáticas (IPHAN, 2010).

Nesse sentido, a diversidade das formas de produção vai além do campo das técnicas, incumbe vários registros da vida social e cultural desses povos. “Produzir vegetais, animais ou micro-organismos, é não somente mobilizar saberes, conceitos, ferramentas e relações sociais de caráter particular, mas é também expressa numa certa concepção do mundo e da sociedade” (IPHAN, 2010, p. 18).

Ao longo do rio Negro, de acordo com o Dossiê de registro do SAT publicado pelo IPHAN (2010) até hoje, foram levantadas em torno de 300 espécies cultivadas com uma centena de variedades<sup>43</sup> de mandioca. Dois anos antes, Emperaire e Eloy (2008) levantaram

---

43 Por variedade, IPHAN (2010, p. 73) entende “a unidade mínima de percepção e de manejo da diversidade de plantas cultivadas, o que corresponde em língua vernacular a qualidade ou tipo. Uma variedade é representada por um conjunto de plantas consideradas como suficientemente homogêneo e suficientemente diferente de outros grupos de indivíduos para receber um nome particular e ser objeto de práticas e

243 espécies cultivadas e 73 variedades de mandioca no rio Negro, da qual cada família cultiva entre 17 e 97 espécies diferentes e de 06 a 20 variedades de mandioca. Na maior parte dos casos, como aponta Emperaire e Eloy (2008, p. 204): “uma alta diversidade resulta de uma antiga presença no lugar”.

A prática agrícola do rio Negro é de *corte e queima*, chamada ainda de *queima e pousio* ou agricultura itinerante (EMPERAIRE *et al.*, 2010). Voltada principalmente para o consumo doméstico, sobretudo da farinha de mandioca, este tipo de agricultura têm um papel central na economia e segurança alimentar destas populações.

No calendário agrícola em Barcelos, as áreas destinadas ao plantio são derrubadas no fim da estação chuvosa (agosto a outubro), queimadas na estação seca (setembro a dezembro) e plantadas depois da queimada, preferencialmente após a chuva. No mês de dezembro (seca), ocorre um período de rápida enchente, chamada de *buiuaçú*, favorável ao plantio. Em abril ocorre um período de estiagem, o *verão do mari* (*Poraqueiba guianensis*), favorável às queimadas. Os meses de maio e junho correspondem ao *inverno fechado*, sendo o período que mais chove e enche o rio, e corresponde à época de colheita da mandioca.

O processo de construção de um sistema agrícola remete a uma prática complexa que envolve três etapas: a transferência dos nutrientes estocados na biomassa para o solo com a derrubada e a queima das árvores, o aproveitamento destes nutrientes pelas plantas cultivadas e, por fim, a recolonização dos espaços abertos pela floresta, que permitirá um novo ciclo de cultivo sem esgotamento da fertilidade do solo e da capacidade de regeneração da floresta (IPHAN, 2010).

Emperaire e Eloy (2008) destacam que “após a queima, a roça será plantada seguindo um esquema teórico concêntrico, em geral com as variedades de mandioca mais tardias no centro e as mais precoces na periferia” (EMPERAIRE e ELOY, 2008, p. 201). Além da mandioca, também são plantadas variedades de cana, banana e inhame em lugares mais férteis, já os abacaxis (do qual é produzido uma garapa como fonte de açúcar) são plantados em fileiras e as fruteiras, como cajueiros, ingazeiros, cucuras, umarizeiros, pupunheiras, dentre outros, completam a diversidade de plantas cultivadas na roça. Esses produtos são destinados ao consumo familiar ou à venda/troca em pequena escala.

---

conhecimentos específicos ao longo de seu ciclo. Essa definição enfatiza a dimensão cultural da percepção da diversidade biológica”.

A roça tem fundamental importâncias nas vidas desses povos. Em anos trabalhando com grupos em situação de trabalho escravo no rio Negro, vi que estes só conseguiam sair da imobilização com a constituição de roças, pois elas garantem uma autonomia, por isso, o papel da roça não se limita a fornecer alimentos, dela se tira lenha para o forno ou a cozinha, se faz carvão a ser vendido ou para o consumo de casa, a partir dos troncos derrubados, principalmente de cumati. É também um ponto de espera para a caça, pois veados são atraídos pela tenra folhagem das manivas, paca ou cutia que comem as raízes (IPHAN, 2010; MOREIRA, 2022) e está circunscrita num sistema de trocas e reciprocidades.

Na parte II deste relatório, foi mencionado um exemplo disso, as famílias que chegaram nos locais onde hoje são as comunidades, chegaram com um patrão, mas ao irem constituindo suas roças, foram ganhando autonomia, pois faziam farinha, vendiam em outros circuitos além do patrão e, assim, iam saindo da imobilização.

Moreira (2023) observou que a agricultura itinerante é uma prática complexa que, do ponto de vista ecológico, envolve três etapas principais: a transferência dos nutrientes estocados na biomassa para o solo com a derrubada e a queima das árvores, o aproveitamento destes nutrientes pelas plantas cultivadas e, por fim, a recolonização dos espaços abertos pela floresta.

A etapa chave de sustentabilidade da prática reside no tempo de pousio, suficiente ou não para a reconstituição de uma biomassa que permitirá um novo ciclo de cultivo sem esgotamento da fertilidade do solo e da capacidade de regeneração da floresta. Como não usam nenhum tipo de adubo industrial, o pousio é um momento essencial do sistema agrícola tradicional e principal maneira de viabilizar um crescimento sadio das plantas na região. Com a terra *cansada*, algumas plantas (mandioca, cará, abacaxi, cana) não se desenvolvem ou, como relatam, ficam mais suscetíveis ao consumo das folhas por animais herbívoros. A abertura de uma roça na mata carrega, portanto, vários significados: disponibilidade e acesso a este tipo de floresta, disponibilidade em força de trabalho, autonomia alimentar suficiente para esperar o tempo da secagem da vegetação antes da queima (MOREIRA, 2022).

O tamanho das roças na região do médio rio Negro varia em geral de 0.1 a 0.5ha, raramente mais de 1ha (EMPERAIRE *et al.*, 2010). Nas comunidades visitadas, a área agrícola varia em função de condicionantes ambientais (solo e acesso às capoeiras maduras), sendo menores nas comunidades às margens do rio Negro e maiores no rio Caurés. No

primeiro caso, os plantios ocupam manchas pequenas na terra firme, cerca de 2.500m<sup>2</sup> (0.25ha).

Considerando os cultivos e os espaços em *pousio* com capoeiras em diferentes estágios de regeneração, Moreira (2023) estima em seu relatório ambiental que a área agrícola total utilizada por cada família na região é em torno de 1.5 ha. Como consequência desta condicionante ambiental, é comum a compra de farinha no comércio em Barcelos para complementar o consumo doméstico, bem como relatos de perda das plantas cultivadas apodrecidas devido aos alagamentos nos roçados.

Em áreas com melhor drenagem, o plantio pode chegar a 0.5ha, o que gera excedente para comercialização, como em Pedro II ou ainda maiores (cerca de 1ha) quando a comunidade é pequena e há mais disponibilidade de espaço entre as famílias, como no caso de Lago Grande. Em algumas destas comunidades às margens do rio Negro (exceto Pedro II), as disputas internas de uso da terra firme estão dificultando a ampliação e rotatividade da área cultivada (ver parte IV), com a adoção de períodos de *pousio* mais curtos, que provocam redução da fertilidade e perda dos cultivares mais exigentes ou de ciclo mais longo.

Se nos primeiros anos de ocupação das comunidades, as áreas de roças próximas às casas eram maiores e estabelecidas em terras *descansadas* e que ficavam entre 04 e 10 anos em regeneração; atualmente estas poucas áreas adequadas para plantios têm sido reutilizadas seguidamente muitas vezes (de 05 a 06 vezes). Este uso até o esgotamento não é considerado correto pelos moradores. Como consequência, avaliam que os tubérculos crescem pouco, sobretudo ao comparar com roças abertas em áreas *descansadas*. Deste modo, os moradores afirmam que é preciso ampliar a área para agricultura, de modo que o solo destas capoeiras *descanse*, pois, a *terra fica fraca*.

A ampliação agrícola visa tanto as matas quanto capoeiras (EMPERAIRE *et al.*, 2010; MOREIRA, 2022), a expressão *mata* designa o último termo da série temporal associada à agricultura: há as roças, as capoeiras, os sítios dos antigos e a mata.

As roças são espaços sociais de produção da qual as famílias cultivam uma série de variedades de maniva ou macaxeira. Há todo um conjunto de conhecimentos tradicionais na abertura de uma roça, seja conhecimentos da região, do tempo e dos céus.

As capoeiras são as roças antigas da qual a terra está descansando para produção futura, estas formam o conjunto em geral utilizado pela geração presente e indica ocupação

pretérita no local. É possível encontrar facilmente frutíferas que já foram plantadas e ainda estão dando frutos. A capoeira mais antiga que visitamos durante o trabalho de campo foi em Lago grande, aberta pelo Sr. Brasilino há quarenta anos. Os *sítios* dos antigos moradores, também conhecidas como capoeiras dos antigos, são as inscritas na memória associada a um lugar.

A *mata* ou *mata virgem* é assim conhecida por ser uma área na floresta que supostamente, nunca teria sido desmatada, o espaço a partir do qual tudo pode ser recomeçado. As capoeiras maduras em *sítios antigos* estão localizadas nas chamadas *pontas de terra*, as quais estão sendo impedidas de acessar (ver parte IV).

No caso de São Roque, na baía do Caurés, há uma ampla dispersão de áreas agricultáveis ao longo do rio. As áreas das roças são maiores do que nas comunidades no rio Negro e uma família pode manejar uma área cultivada de 1.5 ha, a qual gera excedentes de frutas e farinha de mandioca que são comercializados na cidade. O bananal, quando plantado para comercializar, cresce em área separada dos roçados com mandioca. As áreas são reutilizadas em até 03 ciclos de roçados, e são deixadas em regeneração por 07-09 anos.

Moreira (2023) observou que embora o tamanho das roças possa diferir entre as comunidades da margem direita do rio Negro e do rio Caurés, em geral são cultivados entre um e seis tipos de mandioca e quatro variedades de banana em um mesmo roçado. Quando a roça é grande, as variedades de mandioca anuais são plantadas no interior das roças e as variedades de ciclo curto nas bordas. Em roças menores e dadas as condicionantes do solo da região, há uma tendência de seleção de uma ou duas variedades de mandioca.

As roças são feitas em áreas próximas das comunidades ao longo do rio da qual é possível caminhar alguns minutos ou horas para chegar, assim como ir de canoa. Com exceção de São Roque, as ilhas do arquipélago de Mariuá foram mencionadas por todas as comunidades como locais em que os indígenas fazem roça. As ilhas deste arquipélago são favorecidas pelo aporte de nutrientes dos rios de água branca (Demeni acima e Branco abaixo ambos na margem esquerda) na época das cheias.

O plantio nas ilhas é feito quando as primeiras terras começam a emergir, aproveitando as vazantes em certas várzeas, as quais são facilmente acessadas pelas comunidades às margens do rio Negro. O ritmo do ciclo produtivo nas ilhas difere do ciclo anual em terra firme, pois exige que as fases de plantio e de colheita sejam aceleradas, feitos

somente durante a estação da seca. Por isso, os indígenas usam as variedades de mandioca de ciclo curto (04 tipos), as quais podem ser colhidas em até 4-5 meses.



*Foto 7 Caminho da roça. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022.*



*Foto 8 Casa de forno. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022.*

Foto 10 Roça em Cauburis. Fonte: Priscila Moreira, 2022.



Foto 9 Ralando maniwa no caititu (ralador mecânico).  
Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022.



Foto 12 Casal descascando maniwa. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022.



Foto 11 Aturá com maniwas. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022.

A rapidez dos cultivos nas várzeas das ilhas dispensa a capina das roças, que é uma etapa muito trabalhosa em terra firme. Como a área enche, dizem que é *a água que faz a capina* e por isso, os moradores na beira do rio Negro consideram que fazer roça nas ilhas é mais fácil que em terra firme. Em uma colheita nas ilhas (cerca de 0.5 ha) feita neste ano por uma família, foram produzidas 08 latas de farinha (1 lata=20 litros), sendo que duas foram consumidas pela família e 06 foram vendidas (02 na própria comunidade e 04 na cidade de Barcelos) (MOREIRA, 2022).

Este território é caracterizado por uma ampla diversidade biológica e cultural em continuidade com os ciclos de regeneração da floresta, e com as noções de autonomia alimentar. As formas de praticar a agricultura, de cuidar das plantas cultivadas, de transformar os produtos da roça e de produzir seus alimentos constituem um referencial cultural compartilhado entre os povos do médio e alto rio Negro, principalmente entre os povos de troncos linguísticos Tukano Oriental, Arawak e Karibe.

Moreira (2023) destaca que a transmissão intergeracional de variedades de manivas (mudas de mandioca), a partir de sistemas de troca instituído entre mulheres, constitui o pivô do sistema agrícola do rio Negro. Cunha *et al.* (2017) observam que as manivas do rio Negro fazem parte dos registros do *kuore* (*o que temos desde o início*) ou do *yãdé yara*, (*o que é nosso*), duas expressões enunciadas em Tukano por Higino Tenório da etnia Tuyuka e em nheengatú por Dilsa Tomás de Melo da etnia Baré, esta última moradora de Cauburis.

A atividade agrícola no rio Negro se inscreve em narrativas míticas, que fornecem um referencial de práticas, de normas e de direitos sobre o manejo do espaço e das plantas. A existência das plantas hoje cultivadas segue uma cronologia: há um grupo de plantas que existiram desde os tempos primordiais, os de antes da agricultura, como a cuia, mandioca, o carajuru, o caapi, o tabaco, o ipadu, o milho, que são mencionados em narrativas míticas Tukano e Baré como plantas dos antepassados e são, na maioria, hoje de uso ritual. (IPHAN, 2010).

*Foto 13 Casal baré e baniwa colhendo mandioca na roça da família. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022.*



Além das roças, há os chamados *quintais*, conhecidos na região também por terreiros, esses têm um papel essencial na alimentação da família e na delimitação do espaço próprio de cada casa. Trata-se de plantações pluriestratificadas, compostas de fruteiras e plantas medicinais (EMPERAIRE, VELTHEM e OLIVEIRA, 2008).

As roças situam-se nas comunidades ou *sítios* das famílias e podem ou não estar distantes das casas (unidade de moradia) alguns quilômetros, isso vai depender da configuração de cada localidade, diferentemente dos *quintais*, que são localizados no entorno das casas.

Desse modo, a organização espacial das comunidades é constante. As casas, enquanto unidades de moradia, são ligadas ao rio pelo *porto* da comunidade, atrás das casas, existem os caminhos/trilhas que levam aos *quintais* e posteriormente, às roças. Assim, “nas comunidades, onde o espaço disponível para abertura de novas roças não constitui um fator limitante, a disposição espacial das roças, como a das casas, reflete as afinidades entre famílias”. (EMPERAIRE, VELTHEM e OLIVEIRA, 2008, p. 201).

As mandiocas são identificadas pelos povos indígenas que as manejam a partir de critérios descritivos ou de origem, como: mandioca amarelinha, paca, gigante, açai, açazinho, seis meses, varejão, surubim, caroço, trovão, baixotinha, comandante, tartaruginha, taipara, iamarubé, tatu, amora, arauari, cesárea, narazinha, paquinha, maria velha, antinha, piranha, sucuriçu, espelho, assacu, pretona, orelha de burro, capiranga, arapari, moura, curimê, fuca, arauari.

Cada família que trabalha em agricultura, tem entre uma e três roças: uma nova, uma madura e uma antiga (capoeiras enriquecidas com fruteiras) o que garante segurança e soberania alimentar às famílias, já que das roças são produzidos a base da alimentação das comunidades indígenas da região: farinha de mandioca, goma de tapioca, farinha de tapioca, beijú e tucupi.

Essa configuração de roças novas, roças velhas, capoeiras e de florestas em vários estágios de regeneração, dá uma profundidade temporal à paisagem cotidiana. Capoeiras velhas ou árvores frutíferas como castanheiras ou umaris são marcadores da ocupação da família ou das gerações anteriores. (IPHAN, 2010)

“As atividades agrícolas respondem a uma complementaridade marcada entre os trabalhos e saberes masculinos e femininos, mobilizados em fases diferentes” (IPHAN,

2010, p. 53). Para a constituição de uma roça, após a escolha do local propício, é realizada a derrubada e a queima que são atividades masculinas e levam algumas semanas. A escolha do local recai sobre fatores ecológicos (disponibilidade em terras não inundáveis, e não esgotadas) e sociais (afinidades e alianças entre os moradores). Depois, é realizado o manejo em si, ou seja, a escolha das plantas e o ato de plantar, sendo esta última considerada uma atividade feminina, que se estende ao longo do ano.

Nas comunidades que reivindicam a Terra Indígena do Baixo Rio Negro e Rio Caurés a roça com maniva de terra firme que leva um ano para amadurecer se dá da seguinte maneira:

- A) No final do inverno, meados de julho, as famílias vão abrir o roçado, que significa escolher o local propício para a roça e tirar os *matos miúdos*. Em agosto, eles derrubam com machado ou motosserra<sup>44</sup> as árvores grandes e essa madeira pode ser empregada em outras atividades, como carvão e utensílios domésticos.
- B) Entre setembro e outubro, ocorre a *seca do terreno* que consiste em uma queima para deixar o terreno seco para o plantio ou menos encharcado, já a pouco tempo estava no período do inverno. Após isso é feito a *coivara*: a parte dos galhos e tocos que o fogo não queimou são amontoados e queimados, formando uma fogueira. Esse processo desembaraça o terreno e aduba-o com as cinzas, facilitando o plantio.
- C) Neste mesmo período o plantio é realizado.
- D) Um ano depois a família volta para a colheita.

A agricultura é considerada a atividade produtiva trabalhosa e que custa força física, ajudas mútuas de muitas pessoas, sobretudo a capina manual, sem nenhum tipo herbicida industrial.

A organização da força de trabalho para tarefas como a derrubada ou o plantio pode ser vista a partir do *ajuri* que reúne várias famílias (parentes, afins ou vizinhos) para maximizar o tempo e minimizar o esforço físico empreendido nessa atividade. Além do *ajuri*, identificamos a roça de meia, a farinha de meia, o mutirão e as trocas (monetárias ou não). Desse modo, as forças de trabalho necessárias em uma roça podem acontecer por meio de:

- i. *Ajuri*: Conhecido por ser um sistema de ajuda mútua, o *ajuri* é uma forma de trabalho coletivo onde motivações de amizade, parentesco e compadrio, se revestem de

---

<sup>44</sup> Este serviço pode ser negociado entre os moradores com algum vizinho que possua este instrumento.

caráter pessoal e se traduzem na relação recíproca de toda a sorte de serviços envolvendo a maioria dos elementos que formam a vizinhança. (CALDEIRA, 1956).

A solicitação é o modo mais frequente de manifestação para a participação de pessoas no *ajuri*, ou seja, aquele que precisa de força de trabalho em sua roça, propõe este sistema de ajuda mútua e, em troca, ele deve se comprometer a trabalhar na roça dos seus vizinhos ou parentes. A participação das mulheres no *ajuri* se refere ao preparo da alimentação, capina e plantio. Quem oferta os alimentos é aquele que demanda o *ajuri*.

O *ajuri* é uma prática que combina aspectos sociais e produtivos, como a derrubada das árvores, para os homens, e plantar e capinar ou capinar, para as mulheres. Foi relatado de que *ajuris* eram frequentes no passado quando se abriam roças grandes. Atualmente, identificamos a prática do *ajuri* na comunidade Lago Grande, quando esta foi retomada e em D. Pedro II, da qual uma família estava se preparando/planejando para chamar os parentes e vizinhos para esta atividade.

ii) *Roças de meia*: Duas ou mais famílias se juntam para limpar a área onde serão plantadas a roça. O processo consiste desde a escolha do local propício, capinar, derrubar e queimar as árvores ou tocos que dificultariam o roçado, porém sem prejuízos ao território. Quando o local está no ponto para plantar, as famílias dividem este espaço e delimitam suas áreas, cada família planta o que quiser em seu espaço delimitado.

iii) *Farinha de meia*: uma espécie de rodízio, em que o trabalho das diferentes etapas (abertura, plantio, colheita e produção de farinha) do ciclo produtivo de uma mesma roça é feito por diferentes famílias que, ao final, dividem a produção de farinha. Este tipo foi praticado por famílias recentemente chegadas em Manacauaca e em D. Pedro II.

iv) *Mutirão*: Em prol de um objetivo em comum, o *mutirão* é assim caracterizado quando várias famílias se reúnem e trabalham juntos para que todos possam ganhar. Essa modalidade de ajuda mútua é percebida em situações que objetivam a melhoria da comunidade, por exemplo, a instalação do piso do centro social ou da escola, a construção de valas para conter queimadas, como relatado em Cauburis e D. Pedro II. A diferença entre o *ajuri* e o *mutirão* é que o *ajuri* o dono da roça proporciona alimentação aos parentes e vizinhos que estão trabalhando, já no *mutirão* cada família vai se alimentar em sua casa.

v) *Mediante trocas monetárias*: São realizados pagamentos em dinheiro (ou farinha) por serviços específicos, como serrar madeira para a abertura da capoeira e fazer a capina da roça, como relatado em São Roque e Pedro II.

O incentivo para a reprodução das práticas agrícolas é uma demanda feita pelas pessoas mais velhas, experientes na prática agrícola, mas que atualmente dependem dos plantios e preparos da farinha de mandioca feitos pelos jovens. Os mais velhos relatam a falta de interesse dos mais jovens no aprendizado artesanal necessários para a concretização de artefatos e no processamento da mandioca como um todo, como também alertado nas notas finais do dossiê de registro do sistema agrícola no rio Negro (EMPERAIRE *et al.*, 2010). Assim, embora a agricultura seja considerada pelos jovens entrevistados uma estratégia de obter autonomia financeira e liberdade nas relações de trabalho, relatam que a ida para as escolas na cidade tem provocado cisões entre estudar ou trabalhar na comunidade (MOREIRA, 2022).

É possível notar na tabela 09 mais de 40 (quarenta) espécies de plantas cultivadas em roças e quintais, sem mencionar as suas variedades. As pimentas, são colocadas nos tocos das árvores ou no chão, adubadas com cinzas, ou cultivadas perto das casas, o espaço da roça vai sendo completado com carás, batatas doces, ariã e outras plantas alimentares de tubérculos, dando a impressão de um emaranhado de plantas e galhos queimados, mas que responde a um ordenamento ecológico. Maxixe, melancias, jerimuns e maracujás se espalham também entre os troncos, algumas recebem cuidados especiais. O resultado é uma matriz constituída por uma dezena ou mais de variedades de mandioca, brancas e amarelas, no meio do qual outras plantas, pimentas, cubios são imersas. O centro da roça permanece, ponto nevrálgico onde são colocados os *remédios da roça*, plantas destinadas a dar força, vitalidade e produção às manivas. (IPHAN, 2010).

<b>Tabela 09 - Diversidade de vegetais comestíveis cultivados nos roçados, quintais e capoeiras nas cinco comunidades estudadas</b>		
NOME	VARIETADES	AMBIENTE
Mandioca	amarelinha, paca, gigante, açáí, açazinho, seis meses, varejão, surubim, caroço, trovão, baixotinha, comandante, tartaruginha, taipara, iamarubé, tatu, amora, arauari, cesárea, narazinha, paquinha, maria velha, antinha, piranha, sucuriçu, espelho, assacu, pretona, orelha de burro, capiranga, arapari, moura, curimê, fuca, .	Roça
Macaxeira	branca, manteiga, amarela, peruana, jacaré	roça, quintal
Abacaxi	cabeça de anta, ananá, jacundá, carananã, coroa	roça, capoeira jovem
Ingá	ingá peua, peluda, ingá comprido	roça, quintal, capoeira
Pimenta	murupi, malagueta, cheirosa, urubutim ou bico de urubu, olho de peixe, roxa, ova de aruanã, esporão de galo	quintal, caieira, roça
Banana	pacovã, inajá, costela de vaca, sapo, prata e pratão, guariba, governo, maçã, nanica, engana ladrão, comprida, baié, bauxima, miranha, são tomé, najá	roça, quintal
Cana	rajada, roxa, branca, taboca, flecha	roça, quintal
Cuia	redonda, cuiupi	quintal
Cará	roxo, branco, pé de anta, jucuruaru, cobra	roça
Laranja		quintal
Limão		quintal
Manga		quintal
Araticum		quintal
Biribá		quintal
Abiu		quintal
Mamão		quintal
Goiaba		quintal
Graviola		quintal
Cacau		quintal

<b>Tabela 09 - Diversidade de vegetais comestíveis cultivados nos roçados, quintais e capoeiras nas cinco comunidades estudadas</b>		
<b>NOME</b>	<b>VARIEDADES</b>	<b>AMBIENTE</b>
Coqueiro		quintal
Bacaba		quintal
Taperebá		quintal
Maxixe		quintal, capoeira
Cupuaçu		quintal, roça, capoeira
Pupunha		quintal, roça, capoeira
Caju		quintal, roça, capoeira
Açaí		quintal, roça, capoeira, floresta virgem
Umari		quintal, roça, capoeira, floresta virgem
Tucumã		quintal, roça, capoeira, floresta virgem
Milho (raro)		roça
Batata-doce		roça
Cucura (raro)		roça
Cará do ar		roça
Taioba		roça
Melancia		roça (só nas ilhas)
Ariã		roça, capoeira
Castanha		roça, capoeira, floresta virgem
Inajá (palha-branca)		roça, capoeira, floresta virgem
Cubiu		roça, quintal
Jerimum		roça, quintal
FONTE: trabalho de campo. Sistematização: Priscila A. Moreira.		

As roças pressupõem, portanto, segurança e soberania alimentar, restauração da fertilidade do solo e conservação de sementes, além da reprodução de um conjunto de conhecimentos tradicionais.

Uma roça pode trazer prestígio para a agricultora quando sua plantação é considerada “diversificada por múltiplas ‘qualidades de maniva’” (EMPERAIRE e ELOY, 2008, p. 206), bonita e com um tamanho razoável.

Para manter uma diversidade, as plantas, mudas e sementes, circulam intensamente entre as agricultoras<sup>45</sup>. Em qualquer ocasião de socialização, como festas, viagens, visitas podem acontecer trocas de plantas, mudas, sementes entre vizinhos e parentes de várias partes do rio Negro, assegurando um fluxo contínuo regional de plantas. Algumas plantas são trazidas pelos próprios agricultores da *mata* ou de uma visita a uma *roça dos antigos* (IPHAN, 2010; EMPERAIRE e ELOY, 2008).

Observamos isso nas cinco comunidades, na ocasião de uma visita a algum parente ou festejo em outras localidades, os indígenas trazem variedades de mandiocas, bananas, pimentas, dentre outros que são plantadas nas roças e quintais, evidenciando um sistema de trocas e circulação de sementes e mudas no território.

É oportuno mencionar o conjunto de artefatos ou artesanatos, interpretados aqui como cultura material, que estão presentes na relação de transformação da planta ao alimento, como as cestarias e instrumentos de beneficiamento da mandioca. É através desses artefatos que ocorre a transformação de um tubérculo venenoso em um alimento comestível, ressaltando uma questão de especialização tecnológica. Tem-se, nesse sentido, o *aturá*, tipiti, forno de barro, paneiros, peneiras, abanos, prensa de madeira, vassoura para limpeza do forno, tarubás e bancos.

A casa de forno é uma unidade presente em todas as comunidades, tem esse nome porque o *morador* principal da casa é o forno. Construído atrás das unidades domésticas ou *sítios*, a casa de forno é de uso de uma família, podendo ser dividido com membros da família extensa, como noras, genros e netos. É na casa de forno que as mandiocas são transformadas em farinha, em beiju, em tucupi, em goma ou fécula, em tapioca, dentre outros produtos alimentícios derivados.

---

45 Me refiro às “agricultoras” no feminino porque a etapa da plantação e cuidado com a roça recai sobre as mulheres.

Nas comunidades visitadas, as casas de forno foram construídas com ripas de *paxiubão*, esteio de *acariquara* e o telhado de palhas de *ubim* e *inajá*, que são trocados a cada um ano. O forno da casa de farinha é feito com barro do local e estruturado com cipós, que dão o suporte ao prato de ferro em formato redondo de aproximadamente 2m de diâmetro.

Na casa de forno, encontram-se os artefatos para o processo de produção da farinha, que podem ser artesanais ou industrializados. Os artesanais elenquei acima e os industrializados são a chapa metálica do forno que se assemelha a um grande prato de ferro onde a farinha é torrada e em algumas casas, o ralador motorizado.

Ao sair de suas casas, os indígenas levam o *aturá* uma espécie de cesto cargueiro feito com palhas e talos de arumãs ou cipó *ambé* trançados, tem formato cilíndrico e possuem alças que dão suporte ao carregador, pois o peso é apoiado nas costas e as alças envolvem a testa, dando equilíbrio. O *aturá* é um objeto importante nas roças e é ligado ao papel feminino. É com ele que as mulheres carregam a sua produção das roças até as casas de fornos.

No roçado, ao arrancarem a mandioca do chão com as mãos, o tubérculo é separado de seu talo com o auxílio de um terçado, esses talos são enterrados imediatamente para que não morram e assim possam ser utilizados nas próximas roças que serão plantadas. As mandiocas são amontoadas e depois organizados no *aturá* para serem transportadas.

Ao chegar na casa de forno com a produção de mandioca, começa o beneficiamento deste tubérculo. Primeiro ocorre a limpeza da raiz para a retirada do excesso de terra, esse processo pode ser feito com as mãos ou com um pouco de água. Agora a mandioca está pronta para a raspagem.

Sentados em um pequeno banco de madeira de aproximadamente 10cm de altura, as famílias começam a raspar/descascar a mandioca. Essa etapa se dá com o auxílio de uma faca movimentando os punhos de dentro para fora, para evitar acidentes e para dar mais apoio às mãos. As cascas e a base da mandioca são jogados fora, pois dizem que é tão dura a ponto de quebrar os dentes. Com o final desta etapa, as mandiocas estarão limpas e descascadas e permanecerão de molho descansando por três dias para que fiquem *moles*.

Após três dias, as famílias repetem esse processo e vão à roça novamente proceder às etapas da colheita, limpeza e raspagem. Com o tubérculo limpo e raspado dessa segunda

colheita, ele não ficará de molho e será chamado como mandioca *dura*. Este será misturado à mandioca que ficou descansando por três dias, formando o que eles denominam de *mistura*, ou seja, misturar a mandioca *mole* com a *dura* para que a farinha e o beiju fiquem bonitos e gostosos, com um sabor levemente azedo e sem caroços duros, que eles chamam de *crueira*.

As duas mandiocas agora após raspadas podem ser raladas. Os tubérculos são ralados em um ralador de madeira confeccionado manualmente ou em um ralador motorizado, denominado por eles de *catitutu*, que demanda menos tempo e força física. As duas massas raladas e misturadas é o que compõe a *mistura*.

A *mistura* é espremida em uma prensa de madeira ou no *tipiti* ou em um pano. Em Cauburis, uma jovem mãe baré espreme a *mistura* em uma rede pequena armada na casa de forno. Em São Roque a casa de forno foi para o fundo com a enchente e a prensa de madeira foi junto. Nesse caso eles estavam utilizando o *tipiti*.

O *tipiti* é uma espécie de prensa ou espremedor em formato cilíndrico comprido de aproximadamente um metro e meio, trançado com talas de *arumã* ou *jacitara* com abertura na parte superior e duas alças, uma para prender em um ponto fixo que dará suporte ao utensílio e a outra para introduzir uma haste de madeira, que funciona como uma alavanca, para torcer e pressionar o *tipiti*, com esse movimento as tramas do *arumã* ou *jacitara* ficam mais próximas e dali saem apenas o líquido da *mistura*, conhecido como *tucupi*.

O *tucupi* é considerado básico na alimentação desses povos, ele precisa ser fervido por alguns dias para ser consumido, pois do jeito que sai da prensa é venenoso, devido à alta incidência de ácido cianídrico, portanto, interdito para alimentação.

O *tucupi* é utilizado para cozinhar peixes com pimenta, prato conhecido entre os Arawak e Tukano oriental como *quinhãpira* (em *nheengatu* significa peixe com pimenta) e entre os Karibe como *damurida*. Além de peixes, as carnes de caça também podem ser cozidas com *tucupi*, assim como são feitos molhos de pimentas.

Após drenada a *mistura*, ou seja, separado o líquido (*tucupi*) da massa da mandioca, começa o processo de esfarelar e peneirar, pois a massa seca sai da prensa homogênea. Com as mãos e uma peneira, a massa é esfarelada, separada. Essa peneira é feita de *arumã* trançado com as malhas abertas.

O *tucupi* é deixado descansando no sol em um recipiente e os resíduos da massa que sobram nele fica decantando. Ao assentar no fundo do recipiente esses resíduos são retirados

e peneirados em peneiras de arumã com malhas mais finas, após esse processo tem-se a goma de tapioca.

A massa esfarelada é *escaldada*, ou seja, com o fogo do forno aceso, a massa é esquentada até perder sua coloração branca e começar a ganhar tons amarelados, mas ainda não tão amarelo quanto a farinha.

Após *escaldada* a massa passa novamente pela peneira, agora com malhas mais finas, nesse momento são retiradas as *crueiras*, os fragmentos grandes da massa. As *crueiras* que são dadas às galinhas como alimento, as crianças também apreciam as *crueiras* torradas, que são crocantes.

A *torra da massa* de mandioca é feita no forno com o auxílio de um *tarubá*, um remo partido ao meio, ou um remo pequeno feito para a casa de forno. Os indígenas mexem a massa até adquirir uma cor amarelada. Além da farinha, da goma de tapioca e tucupi, tem-se também o *beiju*, muito consumido com café ou caldo de peixe.

O *beiju* é o resultado da mistura da farinha torrada com a goma da tapioca decantada do *tucupi* e é manuseado com auxílio de abanos, que são confeccionados pelos próprios indígenas a partir de palhas de palmeiras, como *tucumã*. Em geral, o preparo da farinha de mandioca é feito de uma a duas vezes por mês ao longo do inverno.

Nas cinco comunidades visitadas a produção de mandioca e seus derivados, frutas, verduras, legumes e temperos são cultivadas tanto para alimentação, quanto para venda, quando produzido em maior quantidade. Para tanto, é necessária uma organização social das famílias com seus parentes e afins, como vimos nos tópicos anteriores sobre os *ajuris*, *mutirão* e *roça* e *farinha de meia*. Além da agricultura, a prática da coleta/extrativismo é forte na economia das famílias indígenas, como veremos a seguir.

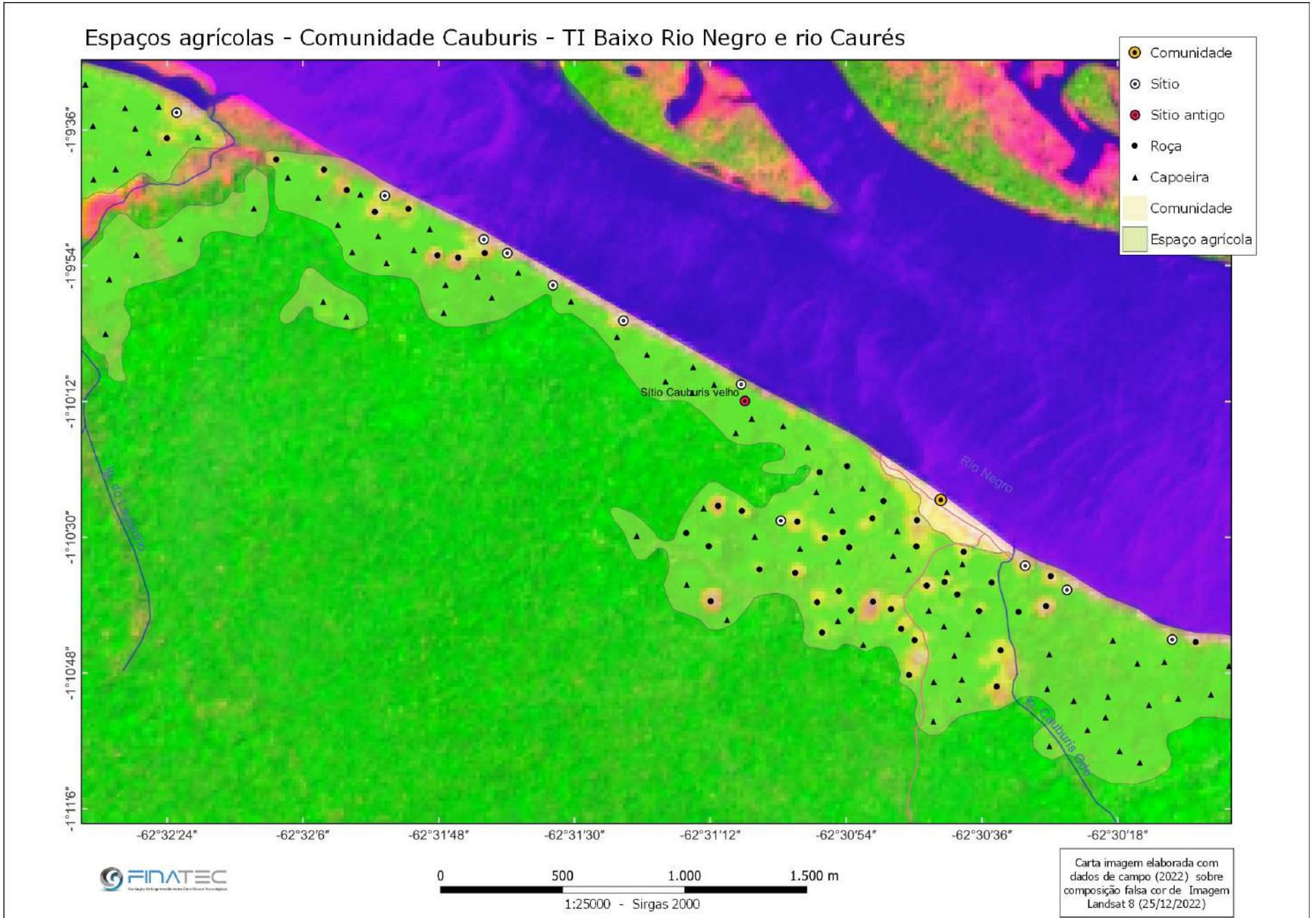


*Foto 14 Torrando farinha.*



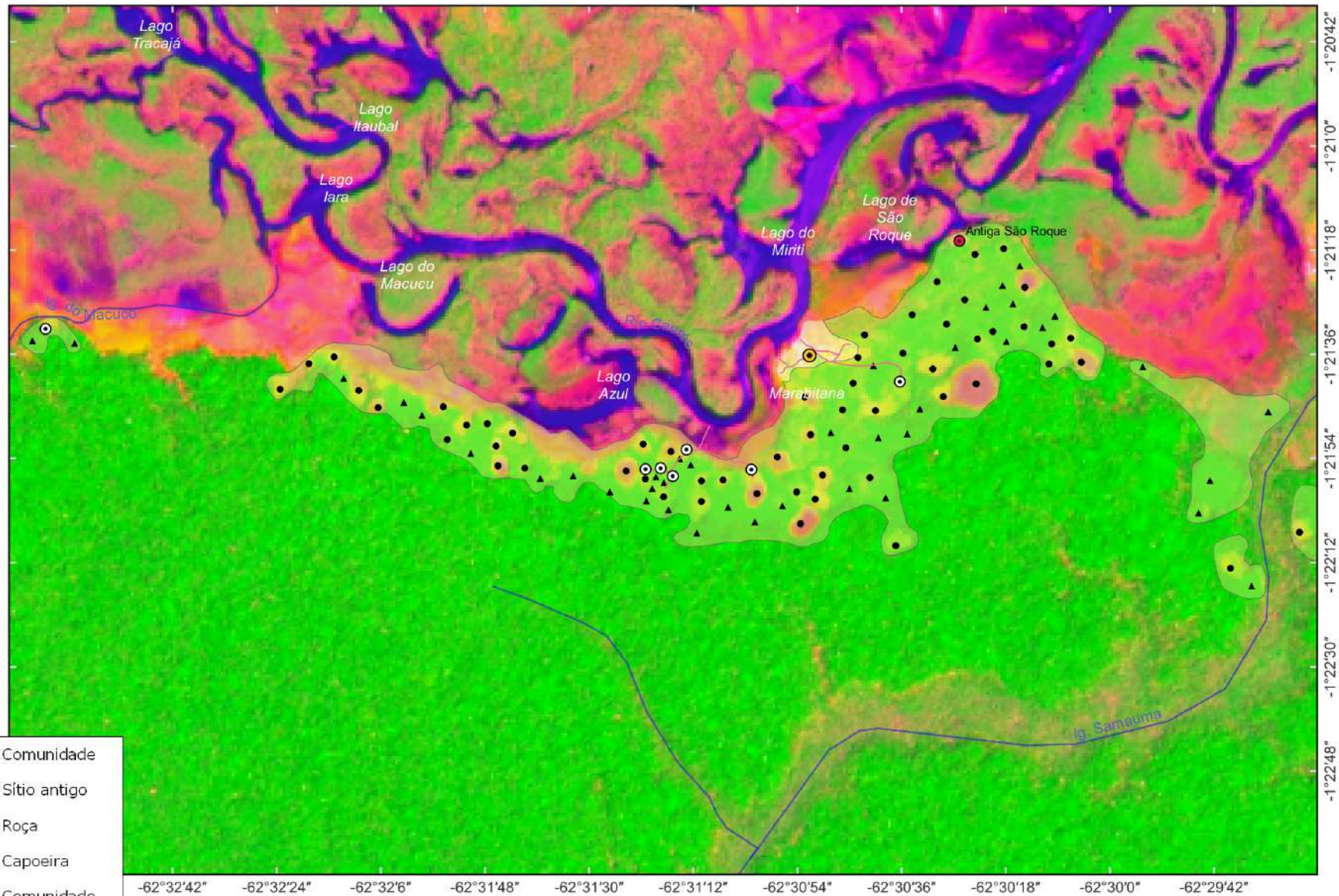
*Foto 15 Criança no forno com a crueira*

Mapa 9 – Espaços agrícolas em Cauburis

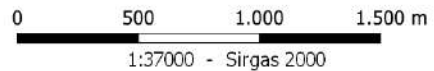


Mapa 10 - Espaços agrícolas em São Roque

Espaços agrícolas - Comunidade São Roque - TI Baixo Rio Negro e rio Caurés

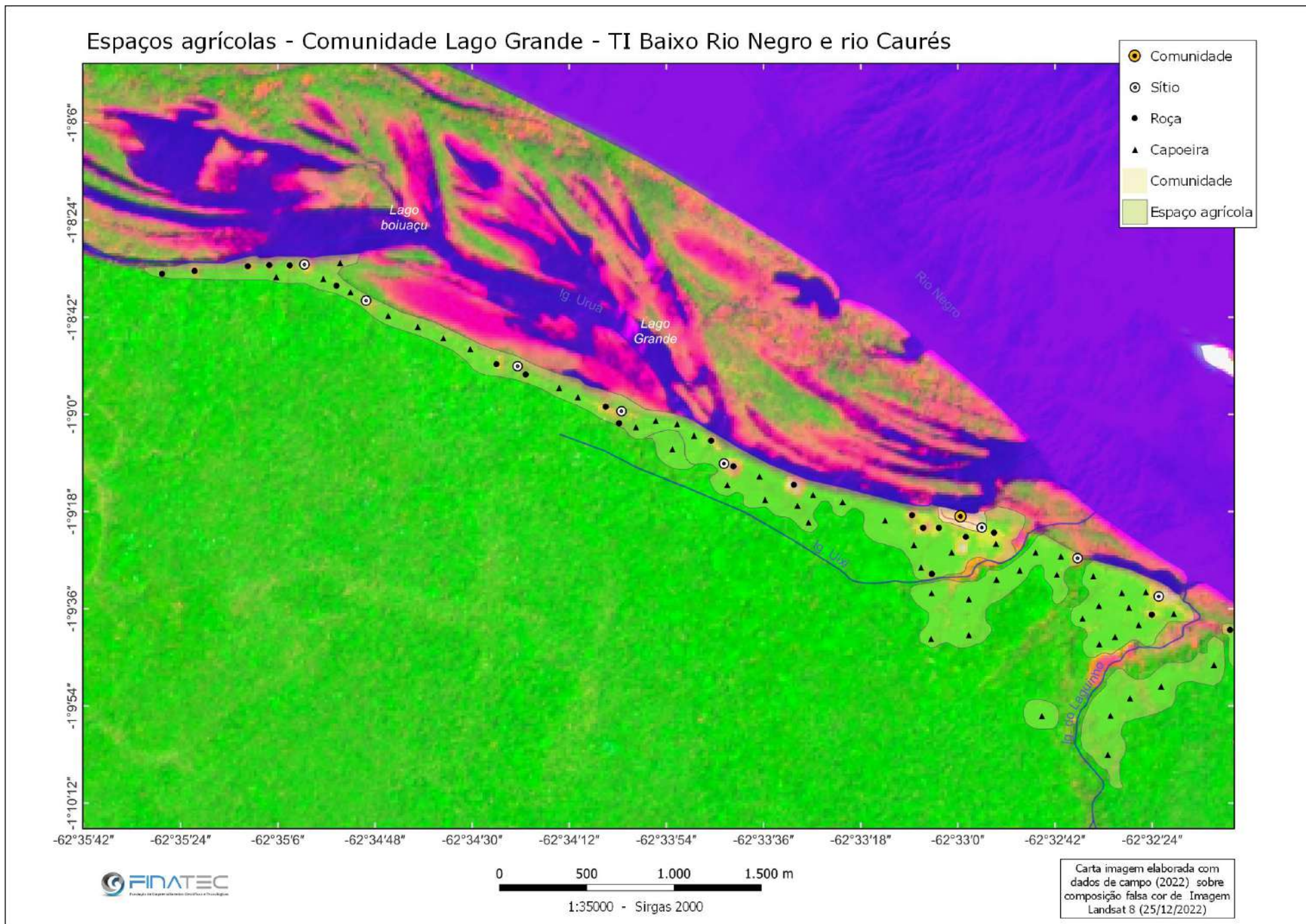


- Comunidade
- Sítio antigo
- Roça
- ▲ Capoeira
- Comunidade
- Espaço agrícola

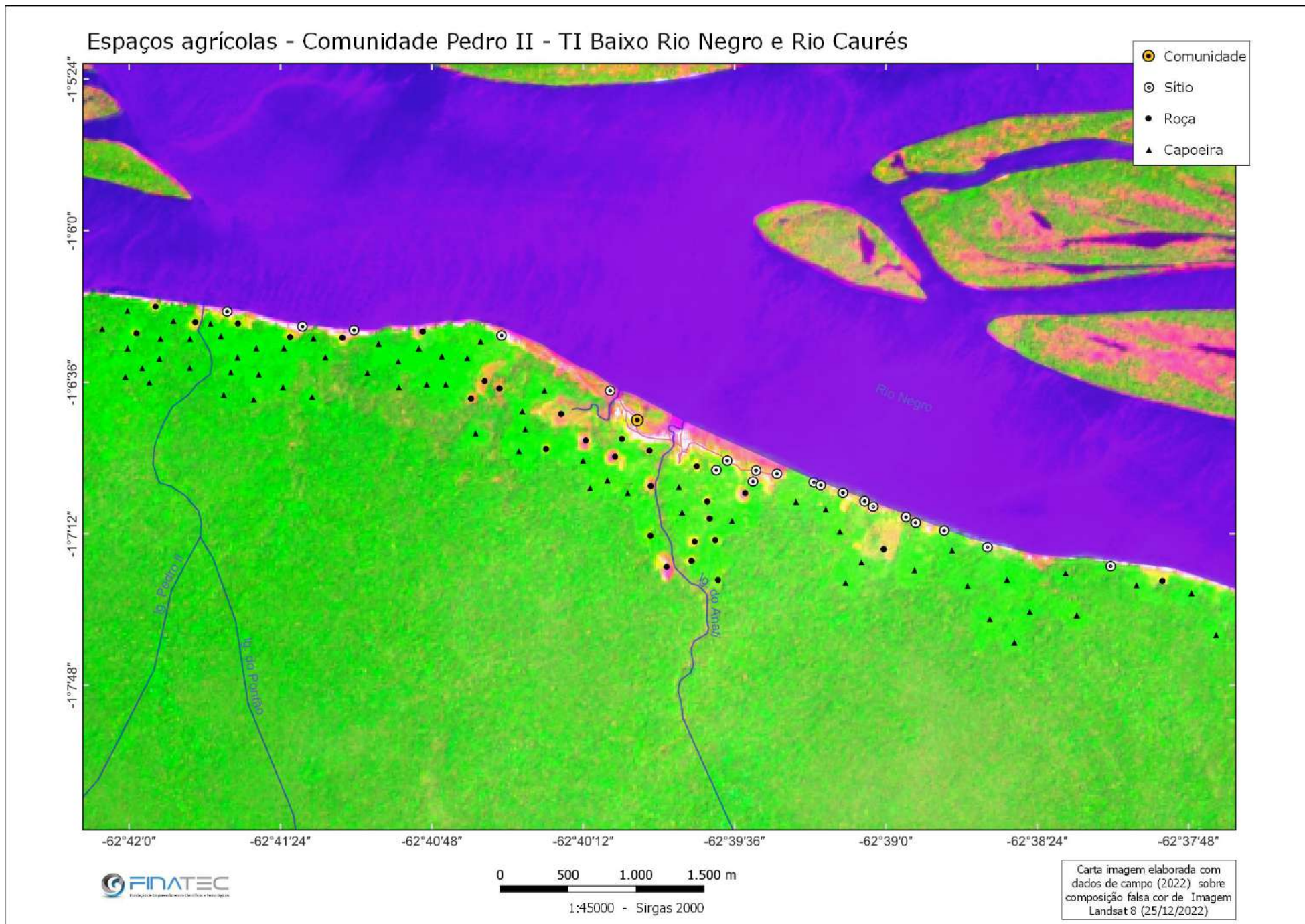


Carta imagem elaborada com dados de campo (2022) sobre composição falsa cor de Imagem Landsat 8 (25/12/2022)

Mapa 11 - Espaços agrícolas em Lago Grande

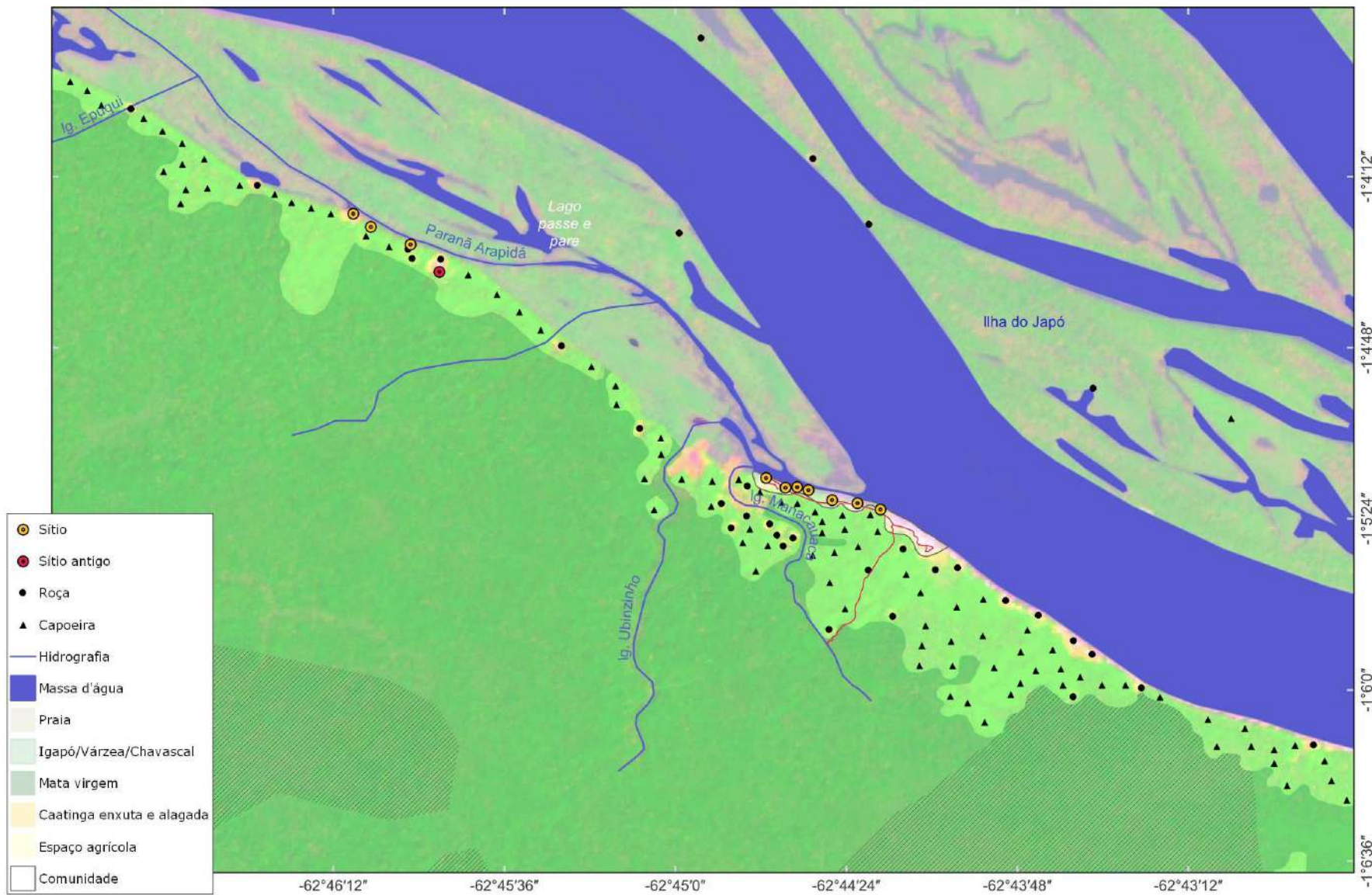


Mapa 12 - Espaços agrícolas em D. Pedro II



Mapa 13 - Espaços agrícolas em Manacauaca

Espaço agrícola - Comunidade Manacauaca - TI Baixo Rio Negro e Rio Caurés



### 3.2.4 Coleta e extrativismo vegetal

A atividade do extrativismo vegetal é baseada na coleta e extração de recursos naturais encontrados na natureza. Na Amazônia brasileira, tem se desenvolvido, historicamente, sob o viés da patronagem, como visto na parte 01 deste relatório.

Dentre os vários processos relacionados a essa prática, e em especial os que perpassam o rio Negro, cito a procura das chamadas *drogas do sertão*, o extrativismo da borracha em larga escala no século XIX e meados do XX e, após sua decadência, a construção de Planos de desenvolvimento para a Amazônia, sobretudo na segunda metade do século XX, que visavam a substituição do extrativismo pela agricultura em larga escala, como asseverado nas diretrizes da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA, 1954).

O extrativismo foi explicado, tanto pelos chamados intérpretes da Amazônia (BENCHIMOL, 1958; REIS, 1944) quanto por atos de Estado (SPVEA, 1954), como: a) complementar em relação à agricultura em larga escala, b) destrutivo aos recursos naturais, c) responsável por isolar famílias e d) uma atividade que pressupõe o nomadismo. Uma exceção é a seringa, que após a sua decadência econômica em meados do século XX, voltou a estar no plano periférico atribuído ao extrativismo vegetal como um todo.

Tal fato acabou colaborando para o fortalecimento da patronagem na região, reproduzindo, assim, a imobilização da força de trabalho de povos indígenas, tal como no período colonial.

Historicamente, as unidades de produção no rio Negro, tais como, castanhais, piaçabais, seringais, dentre outros, foram considerados propriedades de *patrões* no âmbito das relações sociais locais. Assim, um trabalhador extrativista só poderia adentrar essas unidades de produção com a autorização do autointitulado *dono*, devendo inclusive pagar uma espécie de arrendamento. Em alguns igarapés ainda é possível observar essa prática (ver parte IV).

O extrativismo faz parte da economia desses povos, o resultado desse processo produtivo é visto na alimentação, com os frutos, na cultura material, com fibras e palhas, no transporte com as madeiras e nas casas com madeiras e palhas. Na década de 1950, o Estado brasileiro considerava o extrativismo como uma atividade que pressupunha o nomadismo porque essa é uma tarefa itinerante, já que as famílias se deslocam para lugares próximos ou

distantes de suas casas, nas florestas de terra firme e as áreas inundáveis do baixo rio Negro e afluentes, como ilhas, chavascals e igapós, florestas para procurarem os recursos naturais necessários à vida material e imaterial. Essas localidades consistem em *sítios* importantes para a coleta de frutos, fibras e madeiras para diversos fins (construção, combustível, artesanato, medicina).

Na região de Barcelos, foram registradas mais de 270 espécies utilizadas pelos povos e comunidades tradicionais do rio Negro, dentre as quais, pelo menos 70 espécies do igapó são utilizadas para construção de casas e canoas, alimento, medicina, combustível, artesanato, artefatos de pesca, dentre outros. Nesses exemplos, incluem o louro (gêneros *Ocotea*, *Aniba*, *Licaria*, *Virola*), seringa (*Hevea brasiliensis*), *carapanaúba* (*Aspidosperma*), *caçari* (*Myrciaria dubia*) e *cumati* (*Eugenia* spp.) (LEME DA SILVA, 2020).

Dentre os produtos florestais não madeireiros (PFNM) no médio rio Negro, especificamente em Barcelos tem-se a produção de castanha, borracha, fibras e açaí. No rio Caurés há a incidência de castanhais (SOCIOAMBIENTAL, 2013; LEME, 2007), balata e sorva (JOBIM, 1965). Neste rio, tem-se também a extração de cipós, como o *titica*, *ambé* ou *paxiúba*, que são utilizados na confecção de artesanatos, como cestarias e vassouras e, nas armadilhas de pesca, descritos no tópico anterior deste relatório.

O ato de extrair produtos da natureza, também conhecido como práticas extrativistas, pressupõe conhecimentos como noções espaciais e temporais da região, técnicas corporais e de utilização de tecnologias e/ou instrumentos. Desse modo, as práticas extrativistas de PFNM são caracterizadas por critérios de competência e saber.

Os utensílios confeccionados são utilizados no cotidiano, mas também são vendidos como artesanatos para turismo ou no comércio local em Barcelos. Os principais produtos comerciais do extrativismo no rio Negro incluem carvão vegetal, castanha, lenha, madeira serrada e artesanato feito com fibras vegetais, como mencionado no relatório ambiental de Moreira (2023).

O extrativismo ocorre o ano inteiro, apesar de depender da disponibilidade sazonal de cada recurso. Essa atividade acontece concomitante às caçadas, pescarias ou em deslocamento para essa finalidade. No caso de recursos disponíveis nas capoeiras, como as castanhas, a coleta tem ocorrido de forma esporádica e oportunística.

<b>Tabela 10 - Produtos extrativistas das cinco comunidades</b>		
<b>NOME DOS PRODUTOS EXTRATIVISTAS</b>	<b>AMBIENTE</b>	<b>USO</b>
Açaí chumbinho	caatinga	alimento
Açaí do mato	terra firme	alimento
Açaí do Pará	terra firme e várzea	alimento
Acariquara	terra firme e várzea nas ilhas	madeira
Angelim	terra firme	madeira
Arumã jacamim canela	terra firme	fibra para confecção de utensílios
Arumã Membeca	várzea nas ilhas	fibra para confecção de utensílios
Bacaba	terra firme	alimento
Bacabinha	terra firme	alimento
Barba de judas	terra firme	alimento
Barba de surubim	várzea nas ilhas	alimento
Breeiro	terra firme	madeira
Buriti	várzea	alimento
Caferana	terra firme e várzea	madeira
Caraipé	terra firme	madeira
Castanha	terra firme	alimento e madeira
Cipó ambé-cima	várzea nas ilhas	fibra para confecção de utensílios
Cipó ambé-coroa	terra firme e várzea	fibra para confecção de utensílios
Cipó escada de jabuti	terra firme	remédio
Cipó timbó	terra firme	veneno (não usam)
Cipó titica	terra firme	fibra para confecção de utensílios
Cipó titicão	terra firme	fibra para confecção de utensílios
Cipó traíra	terra firme	remédio
Coroá	terra firme	palha construção de abrigos temporários e casas
Cumati	terra firme	carvão
Cupiúba	terra firme	madeira
Cupuí do mato	terra firme	alimento

Dimã	terra firme	madeira e carvão
Envira vermelha	terra firme	fibra para confecção de utensílios
Fel de aracu	várzea nas ilhas	tala para confecção de caniço
Goela de mutum	várzea nas ilhas	alimento
Gogó de guariba	várzea nas ilhas	alimento
Inajá	terra firme	alimento
Ingá xixica	terra firme	carvão
Itaúba (amarela/preta/surubim/bafina/vermelha)	terra firme	madeira
Jacareúba	várzea nas ilhas	madeira
Jacitara	terra firme e várzea nas ilhas	fibra para confecção de utensílios
Jatobá	terra firme	alimento
Jupati	terra firme	talas na construção de casas
Lacre	terra firme	madeira
Louro abacatirana	terra firme e várzea	madeira
Louro alitu	terra firme	madeira
Louro bosta	terra firme	madeira
Louro chumbo	terra firme	madeira
Louro ferro	terra firme	madeira
Louro namuim	várzea nas ilhas	madeira
Louro pimenta	terra firme	madeira
Louro preto	várzea nas ilhas	madeira
Louro rosa	terra firme	madeira
Macacaúba	terra firme e várzea	madeira
Mão de jabuti	terra firme	alimento
Marupá	terra firme	madeira
Massaranduba	terra firme e várzea	madeira
Matá-matá	várzea nas ilhas	fibra para confecção de utensílios
Mirapiranga	várzea nas ilhas	madeira
Molongó preto	várzea	madeira
Olho de peixe	várzea nas ilhas	alimento
Olho de veado	várzea nas ilhas	alimento

Palha-branca ou inajá	terra firme	palha na construção de abrigos temporários e casas
Patauí	terra firme	alimento
Paxiúba	terra firme	talas na construção de casas
Pequiá	terra firme	alimento
Pequiarana	terra firme	alimento
Poleiro de pato	várzea	madeira
Rabo de tatu	terra firme	madeira
Roxinho	terra firme	madeira
Saboarana	várzea	madeira
Sanafra	terra firme	madeira
Seringa barriguda	terra firme	resina
Seringa verdadeira	terra firme e várzea nas ilhas	resina
Sororoca	terra firme	palha construção de abrigos temporários e casas
Sorva	terra firme	madeira
Sorvinha	várzea	resina para calafetar a canoa
Sucupira	várzea	madeira
Surucucu	terra firme	fibra para confecção de utensílios e carvão
Tachi	terra firme	madeira
Tanimbuca	terra firme e várzea nas ilhas	madeira
Tipu	terra firme	alimento
Tucumã	terra firme	alimento
Tulia	várzea	alimento
Ubim juruti	terra firme	palha na construção de abrigos temporários e casas
Ubim-açu	terra firme	palha construção de abrigos temporários e casas
Ucuqui	terra firme	alimento
Uixi (liso/coroa)	terra firme	alimento
Umiri	terra firme	madeira
FONTE: trabalho de campo. Sistematização: Priscila A. Moreira.		

Como pode ser visto na tabela, foram identificadas 85 (oitenta e cinco) tipos de produtos vegetais extrativistas que crescem espontaneamente na área das comunidades e são

utilizados em diversas maneiras, de artesanatos à remédios, todos a partir de um manejo orientado pelos conhecimentos tradicionais. Especificamente são: 25 alimentos, 10 fibra para confecção de utensílios, como artesanatos diversos, 03 talas, 03 palhas para construção de abrigos temporários e casas, 35 tipos de madeira, 03 resinas e 03 plantas não cultivadas utilizadas como remédios e venenos.

Os produtos da tabela 10 podem ter usos diversos, por exemplo, uma madeira como o *dimã* pode ser usada tanto para carvão, como para utensílios domésticos. Uma mesma palha, cipó ou fibra pode ser usada para a confecção de cestos, abanos, artigos decorativos e rituais, demonstrando a versatilidade do uso dos recursos naturais.

A extração madeireira é feita no período da cheia, devido à facilidade de acesso e transporte das madeiras. A extração pode ser manual, quando as árvores são cortadas no machado e serrote, mas também com uso de motosserras, o único incremento tecnológico utilizado. O processo é considerado penoso, arriscado e lento pois as madeiras serradas são deslocadas pela *mata* do seu local de extração até as margens dos rios e igarapés por meio de canoas. O trajeto para chegar ao local pode levar em torno de 1h e meia de canoa (MOREIRA, 2023).

É oportuno diferenciar as atividades extrativistas dos indígenas que extraem madeiras para consumo próprio em suas casas, escolas, centro social, barcos e canoas, ou venda em pequenas quantidades, dos madeireiros que adentram as matas e extraem grandes quantidades para comercialização. Estes moram nas cidades de Barcelos ou municípios próprios (ver parte IV).

Os indígenas que serram madeira não consideram a venda desse produto como uma atividade agressiva ao ambiente onde vivem, e justificam pelo fato de que é feito em pequena escala, pois não conseguem carregar em grandes quantidades, o que pode permitir a regeneração na área aberta. Além disso, é uma atividade que demanda um arrendamento, com pagamento de cerca de R\$ 200,00 a R\$ 250,00 por cada árvore abatida ao *dono* da área, que veremos na parte IV.

As canoas são feitas de madeiras encontradas nas ilhas como louro - namuim e na terra firme, a castanheira. Os remos foram feitos com madeira de carapanaúba, louro preto, louro namuim, roxinho, itaúba e arabá, todos encontrados em terra firme. Há cerca de 40 anos, a itaúba era muito usada para fabricar canoas. Foram citados 05 tipos de itaúba:

amarela, preta, surubim, bafina e vermelha, sendo que o tipo bafina é considerada uma madeira mais fraca e mole.

Moreira (2023), em seu relatório ambiental, observou que a extração madeireira com fins comerciais visa, sobretudo, a itaúba, que parece ser o recurso madeireiro mais valioso da região. Atualmente, a madeira de itaúba é essencialmente voltada para a construção naval feita pelos moradores de São Roque, onde há um estaleiro.

Os barcos, canoas, batelões, lanchas e remos confeccionados no estaleiro de São Roque são vendidos na região sob encomenda, homens de duas famílias baré e macuxi que possuem parentesco por afinidade (cunhados) são os carpinteiros. Eles também desenham o projeto desses meios de transporte e além de construir, também restauram.

Segundo os indígenas de São Roque, as itaúbas são cortadas para a atividade de carpintaria quando atingem 40 cm de largura, período em que são chamadas de maduras. Para venda de tábuas serradas, também são extraídas louro-preto, acariquara, rabo-de-tatu, que ocorrem na terra firme.

Para calafetar os barcos, ou seja, vedar as frestas entre as madeiras, são usadas resinas: breu da casca de cumati (*Myrcia atramentifera*) e sorvinha (*Couma utilis*). O cumati é extraído na terra firme e a sorvinha nos charcos, várzeas e caatingas alagadiças na cabeceira do rio Caurés e na terra firme no Rio Negro.

A sorvinha ou sorva produz um látex utilizado para a fabricação de goma de mascar, mas entre os povos do rio Negro também é utilizada para calafetar embarcações. Sua madeira é utilizada em marcenaria. Os Tukano, por exemplo, produzem pequenos bancos (*utañimi*) da madeira de sorva. Seu fruto também é comestível, para apanhá-lo, é necessário subir na árvore com o auxílio de uma peconha, semelhante à usada na coleta de açai.

É também utilizada a resina da seringa (*Hevea brasiliensis*) para confeccionar o elástico do estilingue, conhecidos como *baladeiras* e bolsinhas utilizadas na caça. A extração das resinas é uma atividade sazonal que se concentra no verão, pois afirmam que quando as árvores estão em flor e fruto (no inverno), produz pouco leite. Na extração, utiliza-se a *rasqueta*, instrumento para raspar semelhante a uma pequena faca, da qual são feitas incisões diagonais na árvore, direcionando leite a escorrer até um recipiente, após isso o leite é armazenado em garrafas pet.

A coleta da resina pode durar até um mês, pois segue o ritmo variável da planta. No caso das seringueiras, como só produziam *na frescura da noite*, era preciso encontrar 700 árvores na beira dos igarapés em terra firme para extrair 02 a 03 galões do leite de seringa, relembra um indígena entrevistado que atuou na extração da seringa, como pode ser visto no relatório ambiental de Moreira (2023).

As madeiras cortadas nas capoeiras também servem como lenha na produção de carvão nas *caieiras*, que são buracos de aproximadamente 1m a 2m de comprimento, feitos na terra – da qual eles chamam de *caixa* - forrados com folhas de sororoca, preenchidos com lenhas e cobertas com terra.

Nas *caixas*, os indígenas fazem pequenos furos com galhos, funcionam como *suspiros* deixados para que a madeira queime devagar. Dependendo da madeira, leva-se uma semana para produzir carvão, o que demanda vigilância constante para uma boa queima. Famílias inteiras vigiam a queima em revezamento.

Essa é uma atividade feita no ano todo, porém no inverno há mais facilidades devido ao transporte, sobretudo em São Roque, que no verão o acesso é mais restrito devido à seca do rio.

As *caieiras* são feitas em todas as comunidades visitadas. No inverno, as famílias indígenas do rio Negro montam as *caieiras* nos entornos das capoeiras e no verão, nas ilhas. Já as famílias do rio Caurés, as *caieiras* são montadas nas praias durante o verão e nas margens do rio, mas não tão na beira, durante o inverno. Estas não podem ser montadas próximo aos quintais, pois se acontecer algum infortúnio, as plantas frutíferas e tempero estão distantes do fogo.



*Foto 16 Caieira em São Roque. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022.*



*Foto 17 Caieira em São Roque e as sacas de carvão que serão vendidas na cidade.  
Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022*



O carvão produzido nas comunidades é utilizado pelos próprios indígenas nos fornos, vendidos sob encomendas e vendidos nos comércios da cidade de Barcelos.

No inverno, os indígenas usam as madeiras obtidas nas capoeiras em terra firme, como lacre e ingá-xixica, mas para venda são considerados ruins porque produzem muita cinza. A madeira mais apreciada para carvão é o cumati, que leva as vezes até três dias para ser cortada, os indígenas consideram o fogo do carvão de cumati mais forte, além de produzir menos cinzas. No verão, usam darura, carapanaúba, tanimbuca, que são madeiras encontradas nas ilhas.

A extração de madeira complementa a renda no inverno de algumas famílias e é feita pelos homens, estes afirmam que é uma alternativa para quem não trabalha com a pesca comercial nesta época, muito ocupada por barcos geleiros. Assim, de modo geral, a extração madeireira na região pode ser considerada uma atividade que segue uma lógica da produção familiar e de pequena escala.

Dada a ilegalidade da atividade, uma vez que não seguem os padrões de manejo florestal determinado pelo Código Florestal brasileiro, os quais foram concebidos para empresas florestais (WALDHOFF & VIDAL, 2019), sem atentar para as dinâmicas

econômicas e socioculturais regionais, estas famílias são colocadas em uma situação de clandestinidade (MOREIRA, 2023). A criminalização de povos e comunidades tradicionais é um instrumento de dominação utilizada pelo Estado e elites desde o período colonial.

No âmbito da alimentação, registra-se a coleta de frutos de patauá, castanha-do-Brasil, açai, bacaba e tucumã como os mais procurados. Os patauás são muito abundantes na região e se distribuem em manchas extensas (mais de 4km) em várias idades nas florestas de terra firme.

Nas florestas de terra firme, os castanhais estão distribuídos por todo rio Negro (localizados próximos às margens dos cursos d'água), até o rio Curicuriari, abaixo de São Gabriel da Cachoeira, sendo mais abundantes nos afluentes da margem direita do rio Negro (LEME DA SILVA, 2020).

A coleta do ouriço da castanha (*Beetholletia excelsa*) é realizada no chão sazonalmente no rio Negro no período da cheia. Plantado em terra firme, o castanhal pressupõe uma territorialidade específica, que exhibe uma diversidade de *marcas do tempo* ou de *marcas de ocupação* e assevera o conhecimento tradicional do território, das trilhas, caminhos e manejo que permite a sua reprodução futura.

Atualmente, essa coleta, embora abundantes, é esporádica e oportunística, pois os castanhais estão concentrados em áreas de *sítios* de acesso restrito cujo “donos” proíbem o acesso (ver parte IV). O que nos remete à formação dessas comunidades, cujas famílias se assentaram nestes locais próximos aos castanhais e seringais para extração, subordinado a um *patrão*.



*Foto 18 Acesso aos castanhais pelo rio Negro. Fonte: Priscila Moreira, 2022.*

Nos castanhais de D. Pedro II, onde não há impedimentos de acesso, são feitos bombons, pé de moleque e beiju de castanhas, vendidos na própria comunidade e em Barcelos. Inclusive, nessa comunidade, uma casa ia mudar de lugar devido aos ouriços de castanha que estavam caindo muito próximo, podendo atingir um membro da família. A queda do ouriço da castanha em cima de alguém, sobretudo na cabeça, pode ser fatal.

A produção para a comercialização da castanha não é tão expressiva economicamente quanto em outros rios da região amazônica, todavia, sua inserção local expressa importância histórica e cultural.

A palmeira de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) é encontrada ou plantada em áreas alagadas. A sua amêndoa (caroço) após a decomposição é empregada como adubo orgânico. O seu tronco seco é utilizado como lenha e para construções. Suas folhas são aproveitadas em coberturas de casas e abrigos. A base da copa fornece o palmito. Do seu fruto são feitos sucos e vinhos.

A coleta do açaí é realizada com o auxílio de uma peconha, um laço de corda ou fibra vegetal. Escala-se a palmeira abraçando-a com os braços e os pés, onde a peconha fica engatada, dando suporte ao movimento de subida e descida. As crianças são ensinadas desde cedo a subirem na peconha. Para elas, é considerado uma brincadeira, cujo objetivo é alcançar os frutos. Em São Roque observamos uma menina de dez anos escalando uma palmeira de açaí de aproximadamente seis metros com uma peconha, os pais ficaram embaixo auxiliando e orientando a atividade.



*Foto 19 no açaizeiro em São Roque. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022.*

Após a coleta, o açaí é debulhado, deixado de molho em água quente para amolecer por alguns minutos, depois lavado com água fria e macerado com o auxílio de uma máquina ou com as mãos. As comunidades receberam da FOIRN máquinas despulpadoras, que separam as sementes das polpas dos frutos, facilitando a fabricação de vinhos (bebidas não alcoólicas), como açaí, bacaba, patauá e buriti, cujo processo de fabricação é semelhante. Essas máquinas funcionam com motor elétrico, da qual o uso é compartilhado entre as famílias.

No relatório ambiental de Moreira (2023), é possível notar que as fibras vegetais são encontradas somente nas florestas de terra firme: *arumã*, *jacamim-canela*, uma fibra mais dura para trançar as peneiras; *cipó-titica* usado nos paneiros; e as folhas jovens (*olho*) do *tucumã* nos abanos. De ocorrência apenas nas florestas de igapó, tem-se o *arumã-membeca*, colhido nas ilhas no verão. Segundo as artesãs entrevistadas, a folha deste tipo de *arumã* é mais larga do que o de terra firme e o caule é mais mole para destalar e confeccionar as esteiras (*tupés*) e abanos.

Em Cauburis, um indígena Baré trabalha na extração de piaçaba na margem esquerda do rio Negro, na lógica do *sistema de aviamento*, os demais que já trabalharam nessa atividade, saíram dessa imobilização.

As entrecascas, conhecidas como *envira*, são partes das cascas das árvores tiradas com uma faca, assemelham-se a fibras resistentes e são utilizadas em amarrações como se fossem cordas. Podem ser encontradas em terra firme e nas ilhas e incluem diversas árvores como *surucucu*, *envira vermelha*, *matá-matá*, *castanheira*.

As amarrações são importantes para tecer bolsas com fundo de folhas de *sororoca*, com diferentes formatos ou agrupar feixes de outros produtos extrativistas como piaçaba. As bolsas do tipo *panacu* são confeccionadas para carregar animais caçados; e o tipo *pêra* é usado para trazer açaí da floresta. As *enviras* também são usadas para cobrir o *cabo da zagaia*, um apetrecho de pesca descrito em subtópicos anteriores.

Para a construção das casas, são utilizadas madeiras de várias qualidades, tanto da terra firme, quanto das ilhas, bem como talas e palhas para cobertura. A retirada de madeiras nas ilhas é feita preferencialmente no verão, quando o acesso às árvores é mais fácil do que na enchente. Para o esteio da casa, tem-se utilizado preferencialmente *acariquara*, com boa durabilidade (entre 40 e 50 anos), podendo abrigar uma geração da família, segundo os próprios construtores. Os assoalhos e paredes podem ser renovados, caso necessário, com madeiras mais frágeis (*marupá*, *louro preto*, *louro namuí*, *breeiro*, *dimã*, *mirapiranga*, *cupiúba*, *tanimbuca*) e com talas de caules de palmeiras como *paxiubão*, *açaí* e *jupati*.

A maioria das casas das cinco comunidades são cobertas com telhado de zinco, devido ao Programa Águas para Todos do Governo Federal. Esse Programa foi instituído pelo Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011 e manteve-se em consonância com o Plano Brasil sem Miséria (BSM). Seu plano plurianual entre os anos de 2012 e 2015 estava associado ao

Programa 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional que tinha como meta “contribuir para ampliar o acesso à água para consumo humano para a população pobre no meio rural”<sup>46</sup>.

Para atender o objetivo do Programa Água para Todos, que foi de promover a universalização do acesso à água em territórios rurais, tanto para consumo humano quanto para a produção agrícola e alimentar, seria necessário a instalação de cisternas de água, assim conhecidas como *caixas d'água*. Todavia, com os telhados de palha, característicos das casas dos indígenas na região do rio Negro, seria impossível a acomodação dessas caixas no telhado.

Em virtude disso, o Programa substituiu as telhas de palhas pelas de zinco, instalou as *caixas d'água*, calhas e telhado, em contrapartida, os moradores deveriam providenciar o encanamento para que funcionasse o sistema de água encanada. Em Cauburis, uma das comunidades mais populosas, das 28 casas, apenas 05 apresentavam coberturas de palha. Os indígenas mencionavam o calor que faz a telha de zinco, pois já estavam acostumados com o telhado de palha.

As coberturas de palha são utilizadas nas casas de farinha, mas são trocadas anualmente quando *começam a gotejar*. O uso das palhas também é importante, sobretudo, durante as caçadas, para a construção de abrigos temporários, denominado pelos indígenas como *rabo de jacu*.

As fibras utilizadas na confecção de artesanatos, como *arumã*, *piaçaba*, *cipó-ambé*, *cipó-titica*, *tucum*, *tucumã*, dentre outros, após extraídos, passam por um processo de beneficiamento para serem posteriormente tecidos. No caso do *arumã*, é comum ocorrer a limpeza para retirada do *cauixi* (espículas de sílica do resíduo de invertebrados do grupo Porífera). As fibras são limpas, secas ao sol, raspadas, tingidas e secas novamente para estarem prontas para a tecelagem.

É no processo de tecelagem que as fibras são trançadas e transformadas em cestos, abanos, instrumentos de produção, utensílios domésticos, adornos pessoais e rituais. Como pode ser visto abaixo:

---

46 Cf. Programa 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional — Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional ([www.gov.br](http://www.gov.br))

<b>Tabela 11- Artesanatos encontrados nas comunidades</b>		
<b>Artesanato</b>	<b>material</b>	<b>Uso</b>
Abano	Palhas (especialmente “olho” de tucumã), cipós e piaçaba.	Doméstico (virar beiju e abanar fogo)
Anel	Inajá, tucumã e tucumáí	Ritual e ornamentação
Balaios	Arumã	Doméstico
Bancos	Madeira	Doméstico
Bolsas	Seringa, palha	Doméstico
Brincos	Pena de arara vermelha, arara amarela, semente de açaí	Ritual e ornamentação
Brinquedos (formatos de animais)	Cerâmica (barro e cinza de caraipé misturado) e madeira	Doméstico
Cestarias diversas	Arumã, palhas e talos	Doméstico
Cesto aturá	Arumã	Doméstico e roça
Chapéu	Palhas, arumã e piaçaba	Doméstico
Cocar	Pena de arara vermelha, arara amarela, talo de inajá, linha de tucum	Ritual
Colar	Pena de arara vermelha, arara amarela, semente de açaí, linha de tucum, piaçaba	Ritual e ornamentação
Fornos de vários tamanhos	Cerâmica (barro e cinza de caraipé misturado)	Doméstico
Fruteiras	Palhas, cipós e piaçaba	Doméstico
Mawaco	Madeira ou PVC	Ritual
Panelas	Cerâmica (barro e cinza de caraipé misturado)	Doméstico
Peneiras	Arumã	Doméstico
Porta jóias	Arumã, piaçaba e cerâmica	Doméstico
Suporte para pratos	Piaçaba e cipós	Doméstico
Tupé (Tapete)	Arumã	Doméstico
Vasos e potes	Cerâmica	Doméstico
Vassoura	Cipó títica e piaçaba	Doméstico
FONTE: Trabalho de campo. Sistematização: Elieyd S. Menezes		



*Foto 20 Amostras de artesanatos feitos em Cauburis. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022.*

Há uma maior variedade de artesanatos utilizados e confeccionados nas comunidades, os elencados acima foram os mais notados pelos seus usos, por isso a maioria se refere ao uso doméstico. Os materiais listados são encontrados em matas de terra firme e igapós das ilhas, como pode ser visto nos mapas 09a e 09b. A piaçaba é a única que vem especificamente da margem esquerda do rio Negro.

O extrativismo vegetal nas comunidades estudadas é uma atividade artesanal que segue a lógica da produção familiar, cujos conhecimentos tradicionais direcionam as práticas. Essa atividade produtiva abarca um conjunto rico de saberes que refletem na sua cultura material e imaterial, que estão presentes, inclusive, nas suas narrativas míticas, como veremos no último subtópico desta parte.

### **3.2.5 Caça**

A caça é uma atividade que mobiliza os maiores deslocamentos na região do baixo rio Negro e rio Caurés. Ela consiste numa atividade sazonal que ocorre principalmente no inverno, sendo relevante para as populações humanas do rio Negro em complementação à pesca. Os paranás, igarapés, ilhas, chavascais, igapós, florestas de terra firme, capoeiras,

estradas e roçados constituem importantes locais de caça. A estrada do Caurés, além de importante local de roça das famílias que vivem em Barcelos, consiste em um relevante espaço para a realização das caçadas de inverno (LEME DA SILVA, 2020).

As atividades de caça podem ser intencionais ou oportunísticas. As caças intencionais são aquelas em que os indígenas se organizam para essa atividade, planejam quais instrumentos levar, em quais lugares vão caçar, com quem vão e se preparam para ficar alguns dias fora de casa. Já as caçadas oportunísticas não foram planejadas e aconteceram na ocasião em que estavam pescando, limpando a capoeira, roçando, extraindo algum fruto, dentre outras atividades. Geralmente ocorrem no inverno.

A caça oportunística pode acontecer nas ilhas, durante a pescaria ou na terra firme durante a limpeza de uma capoeira, dos quintais, dos roçados, na beira de igarapés, rios e lagos na ocasião de extração de madeira. São capturados de modo oportunístico macacos, porcos e aves, no período do inverno ou verão.

A caça intencional nas cinco comunidades é realizada em terra firme, seja nas *matas* ou nas beiras dos rios e igarapés. A extensão do rio Caurés é utilizado para essa finalidade, inclusive nas cabeceiras que demanda dias para chegar. Nesta modalidade de caça, os indígenas estudam a área: localizam pegadas e demais vestígios, imitam a voz da presa e esperam pacientemente em possíveis locais que estas podem estar, como árvores com frutos. Essa prática é conhecida como caça de espera.

A caça de espera pode ser realizada tanto de dia, quanto de noite. De noite ocorre a prática de *fachear* (ver foto 21), ou seja, focar com uma lanterna o local à procura dos animais. É possível *fachear* nas canoas à remos e na *mata*. Quando o *facheio* se dá na *mata*, eles se abrigam em pequenas cabanas construídas por eles com as folhas de *sororoca* ou *patauá* chamadas *rabo de jacu*, pois o formato dessa cabana se assemelha ao rabo deste pássaro.

O local da instalação do *rabo de jacu* é na beira de igarapés onde as caças vêm beber água ou próximo às árvores, cujos frutos a caça se alimenta. Se a caçada for para pegar paca, eles ficam próximos da árvore de *macucu*, se for para pegar macaco-prego e porco, eles vão para as proximidades da *sorva*, e, assim, conhecendo a alimentação da caça, eles vão as rastreando.



Foto 21 Caça facheada (paca) em igarapé do Rio Caurés. Fonte: Juarez Medeiros de Souza, 2022.

Há que os constroem o sim armam árvore em que caça vem



situações em caçadores não rabo de jacu, e suas redes na dá o fruto que a comer e ficam

ali, do alto, esperando a hora da alimentação para atirar.



Foto 22 Caçador esperando a caça. Fonte: Juarez Medeiros de Souza, 2022.



*Foto 23 Anta caçada  
em igarapé do Rio  
Caurés. Fonte: Elieyd  
S. Menezes, 2022.*

Os instrumentos levados na caça intencional são: lanterna, rede, farinha, alimentação, faca, linha, *caniço* e espingarda. O uso de espingarda para captura das presas é predominante. Em Manacauaca, uma família estava plantando mudas de *macucu* nas capoeiras e quintais, para atrair pacas e cotias, constituindo assim uma armadilha de caça.

A caça é realizada em duplas, de forma individual e raramente trio, às vezes eles levam seus cachorros, que ajudam a perseguir e encontrar a caça, latindo quando farejam algo terrestre. A caça em dupla é a mais realizada, um dos critérios da escolha da dupla é o de afinidade, mas apontam que não gostam dos parceiros que roncam, pois ao descansarem, o ronco pode atrair onças e constituir uma ameaça aos caçadores.

Ter um parceiro de caça é oportuno, traz companhia e é mais seguro, pois caso aconteça algum acidente, tem alguém para te socorrer e levar a um lugar para receber ajuda, como em casos de picada de cobra ou outro animal peçonhento. Do mesmo modo, caso a caça abatida seja grande, como uma anta, é mais difícil arrastá-la até a canoa sozinho, por isso a canoa tem que ir vazia, já que é preciso ter espaço para trazer a caça abatida. Além do mais, eles vão nas menores canoas, pois essas são melhores para adentrarem locais rasos.

A comunicação durante a caçada se dá entre: a) os caçadores entre si, b) caças e os caçadores. Entre os caçadores entre si, estão a comunicação de tiro de espingarda, a batida na *sapopema*, os assobios e o sistema de setas.

Entre o caçador e a caça está o ato de *remendar*, ou seja, imitar os sons dos animais, como assobio de pássaros, esturro de onça e jacaré, assobio da anta e roncões ou gritos de macacos. Isso ocorre para se certificar se tem ou não esses animais na área, pois ao *remendarem* o som do animal, este responde de volta. A depender da resposta dos animais, os caçadores permanecem ou não ali, no caso de onças, que não são caçadas<sup>47</sup>, eles procuram outro local, no caso de macaco, aves, paca, veado, dentre outros eles permanecem.

---

47 Ver sobre a interdição de caça de alguns animais no tópico seguinte.

O *assobio* é denominado por eles também como *apito*. Há situações em que os caçadores *apitam* e os animais não respondem, pois já são “letradas” na caça, ou seja, já reconhecem que não é um potencial parceiro. Com isso, o *apito* do caçador falhou.

Nas matas, é comum outros animais utilizarem essa estratégia. As cobras *apitam* para uma paca ou uma cotia, ou seja, imitam o som para dar o bote, especialmente a sucuriju. O gato maracajá *apita* igual um *inhambu* (ave). Por isso, o caçador também tem que prestar atenção se o *apito* respondido ou escutado corresponde ao animal que se quer caçar, pois pode ser um impostor que também está caçando. Cada caçador *apita* melhor um animal do que outro, assim tem caçador que *apita* bem uma anta, outros *remendam* melhor uma paca, tendo maior êxito na atração de suas caças.

Outra forma de saber se há animais na mata para serem caçados é colocar uma armadilha com os frutos que fazem parte da alimentação desses bichos, usados como isca em um local escolhido. Eles vão colocando essas iscas em um caminho e esperam. Caso a fruta esteja mordida, ao avaliarem as iscas após algumas horas, há caças na região e eles podem se estabelecer ali, montando o *rabo de jacu* ou armando a rede para a espera.

Há situações em que os caçadores saem em grupos de duas a três canoas das unidades domésticas de São Roque, cada canoa leva somente uma dupla. Quando eles chegam na área de incidência das caças, as canoas se separam. Na ocorrência de algum acidente, a comunicação se dá pelo barulho no âmbito do “sistema de tiro”: disparam três a quatro tiros de espingarda seguidos e ligam o motor da canoa, para comunicar às demais duplas que algo aconteceu. Quando o motor é desligado, as duplas que ouviram o chamado disparam dois tiros para comunicar que receberam a mensagem. Com isso os caçadores que receberam a mensagem vão ao encontro daquele que a enviou. Quanto mais tiros seguidos, mais grave é a situação que demanda ajuda.

Quando a munição está escassa para proferirem tiros de comunicação, eles utilizam o “sistema da *sapopema*”. A *sapopema* consiste em raízes tabulares que se desenvolvem como largas escoras ao redor da base do tronco de algumas árvores, como a *Samaúma*, ajudando a sustentá-la. Eles batem com um terçado ou um pedaço de madeira na *sapopema* e ela emite um estrondo. Esse estrondo comunica os demais que algo aconteceu.

Durante a caçada não se pode atirar de brincadeira, nem bater em *sapopemas* ou gritar aleatoriamente, caso um caçador aja dessa maneira, os parceiros não saberão se é brincadeira

ou fato, e podem não ir socorrê-lo se algo acontecer. É por esse motivo que eles não levam a caçada na brincadeira, essa é uma atividade considerada como perigosa.

Antes dos caçadores se separarem em diferentes igarapés, eles combinam um local em comum que será o ponto de encontro de todos ao final da caçada para voltarem juntos à comunidade. Ao adentrarem os igarapés, a dupla marca com um pedaço de madeira (galho ou parte de uma árvore) a direção que seguiram, como se fosse uma seta, que identifiquei neste texto como “sistema de seta”. Caso termine a caçada e o grupo sentir falta de alguma dupla, eles vão na entrada do igarapé que a dupla entrou e verificam a direção do rumo que tomaram pela seta. Caso a seta esteja indicando o interior do igarapé, a dupla ainda não voltou, mas caso a seta esteja indicando o rio, a dupla já foi embora, provavelmente porque ali não estava propício para esta atividade.

O sistema de comunicação com os tiros também é acionado caso o caçador abata uma caça grande e a dupla não consiga carregá-la sozinha. Eles, então, disparam de três a quatro tiros seguidos para que os demais recebam a mensagem e vão ao seu encontro para ajudá-los. As duplas de caçadores são encontradas pelo sistema de comunicação das setas.

Durante a caçada, os sentidos são aguçados, olhar e ouvir são fundamentais para o êxito dessa atividade. Com atenção ao som produzido, que pode advir do movimento dos animais, nas beiras dos igarapés rios ou *matas*, o caçador enxerga os olhos da caça, que brilham no escuro ao focar com a lanterna e da própria canoa atira com sua espingarda. Após isso, os caçadores vão verificar se o local da caça abatida é seguro, analisam se há cobras ou algum inseto que tenha ferrão e os espantam, o que permite recolher a caça. Em algumas situações, as pacas estão na beira dos igarapés para fugirem das onças e lá são abatidas por um caçador, ou seja, ela ficou encurralada. Se o caçador notar que há onças pelo sentido do ouvir e ver, ele não pega a caça abatida, que será alimento para a onça.

Não se pode gritar ou falar alto durante a caçada, aqui o silêncio e a atenção são asseverados. Caso alguém grite fora dos *remendos*, é possível que seja de dor, em uma situação de acidente, mas aí eles já estarão avisados pelo “sistema de tiros” ou “sapopema”.

Outra forma de comunicação nas caçadas é o *assobio*, eles *assobiam* para indicar os locais específicos em que estão, a dupla que está indo ao seu encontro segue o som do *assobio*.

Os indígenas que caçam no território reivindicado, conhecem bem o comportamento dos animais, eles sabem a rotina – horário de acordar, dormir e comer – sabem os gostos – que tipos de frutos gostam de se alimentar e onde estão esses frutos – e sabem também dos locais mais propícios para morada desses animais.

A anta e a paca, por exemplo, ficam ariscas quando estão no período conhecido por eles como *vadiagem*, ou seja, na época da reprodução. Há situações em que esses animais são domesticados, geralmente ocorre quando eles caçam a mãe e encontram um filhote. Este filhote é criado pela família que transita dentro das casas e dos quintais, porém esse filhote, ao crescer, não será abatido, pois criaram um vínculo. O que pode acontecer é esse animal ser roubado por algum transeunte do rio ou ser vendido para outra família, que sem o vínculo afetivo, poderá matar e comer.

Conforme veremos na tabela 12, nas comunidades visitadas foram registradas 18 espécies de animais terrestres caçados para consumo doméstico (09 aves e 09 mamíferos), sendo que a maioria possui de duas a quinze variedades, se contarmos a totalidade sem a variedades teríamos 66 tipos de animais. Esta diversidade é compatível com as observações de Leme da Silva (2003) na região de Barcelos, que a partir de um inventário detalhado (119 registros de animais caçados em 75 entrevistas e 97 dias de observação), registrou 28 espécies de animais terrestres caçados pelos ribeirinhos (03 espécies de répteis, 07 de aves e 14 de mamíferos).

<b>Tabela 12 – Diversidade de mamíferos e aves caçados em diferentes ambientes nas cinco comunidades estudadas.</b>		
<b>NOME</b>	<b>VARIEDADES</b>	<b>AMBIENTE</b>
Anta		terra firme
Arara	vermelha, amarela, azul, ararinha, marianita, maracanã	terra firme e ilhas
Capivara		terra firme e ilhas
Cutia	preta, cutiaia	terra firme
Inambu	galinha (maior), relógio, sururina	terra firme
jacamim		terra firme
Jacu	jacupeua (pequeno)	terra firme

Tabela 12 – Diversidade de mamíferos e aves caçados em diferentes ambientes nas cinco comunidades estudadas.		
NOME	VARIEDADES	AMBIENTE
Macaco	prego, guariba, bicó, cairara, zog-zog, macaco de cheiro, parauacu, cuatá, quati, macaco da noite, jupará, gogó de sola, barrigudo, aranha	terra firme e ilhas
Mutum	fundo branco, iana, castanheiro, urumutum (noturno)	terra firme e ilhas
Paca		terra firme
Papagaio	curica, véu, maracanã	terra firme e ilhas
Pato-do-mato		beira de lagos
Porco pequeno	caititu, mirim, mudé (só vive em casal)	terra firme
Porco queixada		terra firme e ilhas
Socó	boi, onça, socolí, azul, preto	beira dos lagos
Tatu	bola, 15kg, canastra	terra firme
Tucano	araçari (pequeno), tucano grande	terra firme e ilhas
Veado	roxo (pequeno), capoeira (grande, come maniva)	terra firme
FONTE: Trabalho de campo. Sistematização: Priscila A. Moreira.		

As espécies capturadas com maior frequência foram as aves como mutum (*Crax spp.*), pato-do-mato (*Chairina moschata*) e papagaio (*Amazona spp.*), além dos mamíferos terrestres, incluindo a paca (*Agouti paca*), anta (*Tapirus terrestris*), queixada (*Tayassu pecari*), porco caititu (*Tayassu tajacu*) e veado (*Mazama spp.*) como pode ser visto no relatório ambiental de Moreira (2023).

A caça intencional da anta, animal de grande porte, ocorre ao longo do rio Caurés. Assim, a caça de anta mobiliza os maiores deslocamentos que alcançam até a cabeceira do rio Caurés. Nessa ocasião, vão em grupos maiores que, ao chegar para caçar, se dividem em duplas, como descrito anteriormente.

Quando os moradores visitam as cabeceiras, também extraem madeira para uso doméstico, que são serradas no local e transportadas nas canoas. A carne é trazida já salgada, pois pela distância poderia chegar, em suas casas, estragada. Nas comunidades às margens

do rio Negro, a caça de animais de grande porte não é comum, diferentemente dos animais de pequeno porte como paca e cotia.

Apesar de ser uma atividade predominantemente masculina, em Cauburis conhecemos uma mulher jovem, da etnia Baré, que caça com os seus irmãos, realizando as mesmas atividades de *fachear* e atirar. Em Cauburis e em São Roque não há interdição quanto às mulheres caçarem, elas podem realizar essa atividade desde que saibam atirar e tenham força para remar e adentrar a madrugada na mata, cortando galhos que possam dificultar a passagem. Geralmente, as mulheres ficam cuidando dos filhos, pois a caçada demanda tempo.

A caça é incentivada desde criança e os mais jovens consideram a ocasião uma forma de socialização com o grupo e com a natureza. A chegada da caça na comunidade é um momento de socialização entre as famílias dos caçadores, estas vão para a beira do rio para tentar adivinhar qual foi a caça abatida.

Em São Roque, presenciamos um momento de planejamento, ida e chegada dos caçadores na comunidade. Foram 03 duplas, todos homens jovens. Essa quantidade se deu em virtude do número de espingardas e tamanho das canoas disponíveis. Eles foram caçar nos igarapés adentrando o rio Caurés, duas duplas foram juntas para um mesmo igarapé, em localidades diferentes, outra dupla foi para outro igarapé mais distante.

Eles foram de motor rabeta até a entrada do igarapé, depois continuaram a remo, para não fazer barulho e afugentarem as caças em potencial. O grupo saiu da comunidade de São Roque às 10h e abateram sua primeira caça de noite, por volta de 22h. Devido ao horário e por segurança, eles decidiram dormir na mata para retornarem de manhã cedo.

As duas duplas que foram caçar próximo à comunidade abateram uma anta (ver foto 22) e a dupla que foi caçar mais distante, no igarapé do Caetano, abateram 03 pacas e 01 jacaretinga (uma espécie de jacaré pequeno), (ver fotos 25) embora tenham *topado* com sete, ou seja, encontraram sete pacas no caminho, mas só abateram três, pois a finalidade era somente alimentação da família. O que evidencia o controle e respeito sobre o uso dos recursos naturais. Neste sentido, não se pode ter ganância, caso contrário os efeitos serão desastrosos.

É possível que não haja êxito na caça, quando isso acontece, os caçadores vão pescar com linha e *caniço* para chegar na comunidade com alguma alimentação para a família.

Quando os caçadores chegam nas unidades domésticas com a caça, ela passa pelo seguinte processo de limpeza (no caso de paca, anta e cotia):

- Escaldar: joga-se uma água quente para amolecer o pelo.
- Pelar: Tira o pelo raspando-o enquanto ainda está quente.
- Cortar: faz uma incisão na barriga para a retirada das vísceras e posteriormente, esquarteja a caça para distribuição e consumo.

Esse processo é realizado pelos próprios caçadores, que podem contar com a ajuda dos vizinhos ou esposas. Desse modo, a atividade de caçar e limpar a caça é majoritariamente masculina e esporadicamente feminina. Caso a caça seja assada, os homens preparam o fogo com o cravão que eles próprios fazem na comunidade e assam, caso seja cozida, guisada, moqueada ou frita, o preparo fica por conta das mulheres.

*Foto 24 Pacas e jacaretinga caçados em São Roque.  
Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022.*

Quando a caça é grande, como uma anta ou acima de oito pacas, suas carnes são distribuídas entre os membros das famílias extensas. Em São Roque, a dupla que caçou a anta, limpou-a na beira do rio e depois em um jirau (ver foto 24) e após o processo descrito acima, levou as carnes e distribuiu entre seus parentes (18 famílias), passaram a manhã



fazendo essa distribuição e depois foram descansar, já que passaram a noite vigiando a



*Foto 25 Limpeza da anta caçada. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022.*

caça para seguir com ela inteira quando amanhecesse. Esse ato garantiu a alimentação de alguns dias para essas famílias.

Há situações em que os caçadores vendem parte da caça, que se dá por encomenda. Quando os indígenas vão caçar, algum vizinho que não tem condições de ir, seja pela idade ou por outros compromissos, encomendam a caça destes. Isso foi visto em Cauburis que com o crescimento da comunidade e aumento de pessoas assalariadas ou aposentadas, passou-se a comprar a carne de caça de um vizinho caçador.

Registramos que quando há o comércio das carnes entre as comunidades, os preços variam: os macacos guariba jovens (com muita carne), quando capturados nas cheias nas áreas dos igapós nas ilhas, são vendidos por R\$30,00, a anta é vendida por R\$20,00 o quilo, a paca é vendida até por R\$100,00 inteira.

É oportuno ressaltar que não se pode confundir os indígenas que caçam para consumo (de sua própria família e para encomendas ao vizinho) e os caçadores comerciais que não moram nessas comunidades e caçam em excesso, trazendo prejuízos e conflitos (ver parte IV).

As práticas produtivas dessas comunidades, como pode ser visto anteriormente e sistematizadas na tabela 13, se dá o ano inteiro, tanto no verão, quanto no inverno e são realizadas sazonalmente. O verão é considerado um período mais farto que no inverno, pois a pesca – principal atividade econômica – é mais abundante quando o rio está com os índices fluviais baixos, do mesmo modo as roças – outra atividade econômica importante – plantadas no verão. Nessa época, é também realizada a extração de palhas para reformarem as casas de forno, retiradas de madeiras nas ilhas para reforma de casas, barcos e canoas.

<b>Tabela 13 – Calendário econômico-ecológico das atividades produtivas atualmente realizadas nas comunidades estudadas na região do rio Caurés e rio Negro.</b>					
<b>Uso</b>	<b>atividade</b>	<b>verão</b>	<b>inverno</b>	<b>Ambiente</b>	<b>Tipo</b>
extrativismo vegetal	extração de castanha		X (março-junho)	terra firme	comercial e subsistência
	coleta de patauá, açai		X	terra firme	subsistência e comercial

**Tabela 13 – Calendário econômico-ecológico das atividades produtivas atualmente realizadas nas comunidades estudadas na região do rio Caurés e rio Negro.**

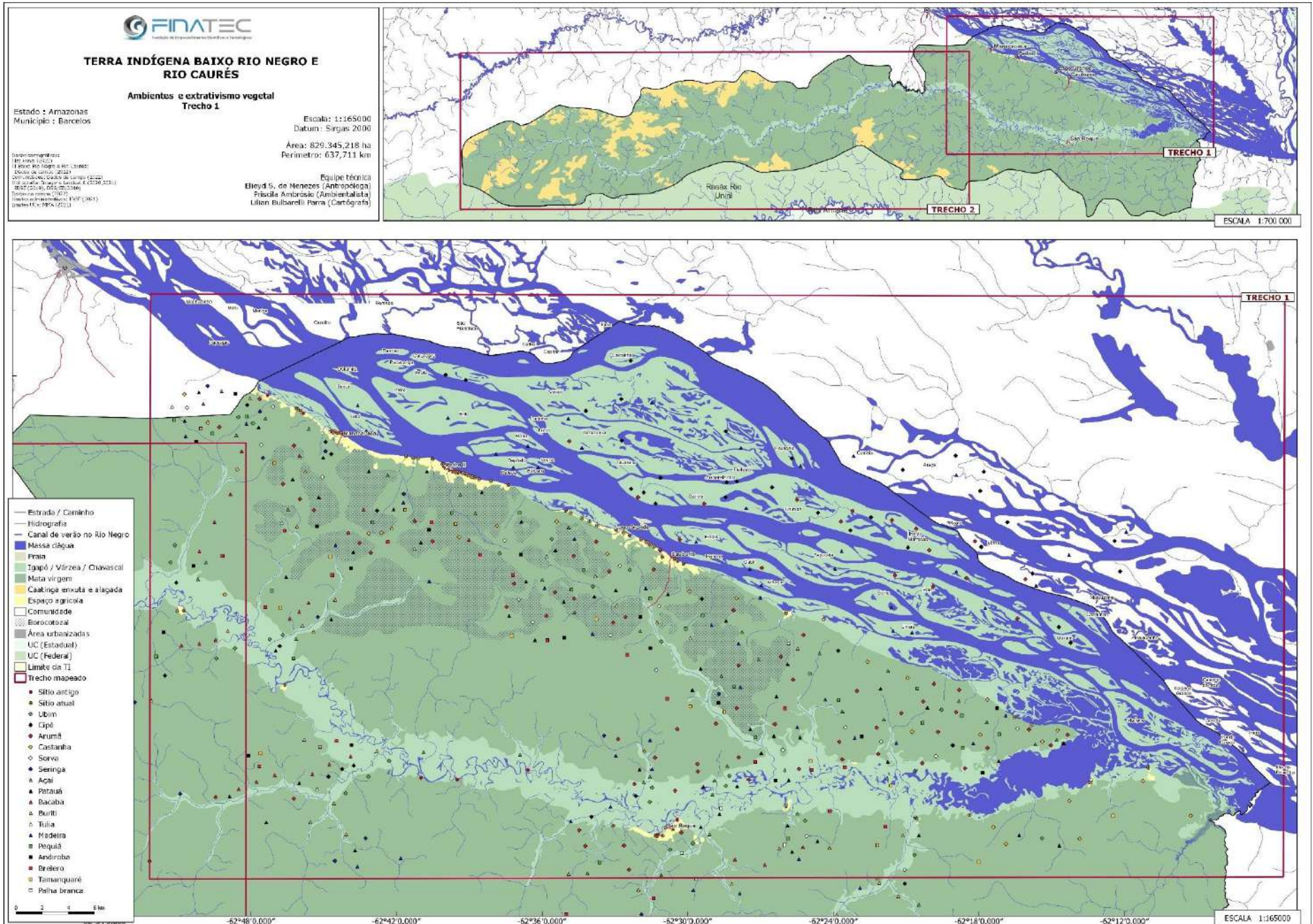
Uso	atividade	verão	inverno	Ambiente	Tipo
	extração de palha	X		terra firme	Subsistência
	extração de madeira	X		Ilhas	Subsistência
	extração de madeira		X	terra firme	Comercial
	construção naval		X	terra firme	comercial
	produção de carvão	X	X	terra firme e ilhas	subsistência e comercial
	extração fibras para utensílios	X		ilhas e terra firme	subsistência e comercial
agricultura com maniva de 1 ano	abrir roçado		X (julho)	terra firme	comercial e subsistência
	Queima	X (setembro)			
	Plantio	X			
	colheita na roça		X		
agricultura com manivas de 4-6 meses	abrir roçado	X (setembro)		ilhas	comercial e subsistência
	Queima	X (setembro)			
	plantio	X (setembro)			
	colheita	X (março)			
caça	caça em geral	X	X	terra firme	subsistência
	caça de porcos	X		ilhas	subsistência
pesca	guia na pesca esportiva	X		ilhas, rio Caurés	comercial
	pesca comestível	X	X	lagos nas ilhas, rio	subsistência

**Tabela 13 – Calendário econômico-ecológico das atividades produtivas atualmente realizadas nas comunidades estudadas na região do rio Caurés e rio Negro.**

Uso	atividade	verão	inverno	Ambiente	Tipo
				principal, poços, igapó	
	pesca comercial		X (dezembro a maio)	lagos nas ilhas, rio principal, poços, igapó	comercial
	captura de quelônios	X (agosto a setembro)		ilhas	subsistência

Fonte: Relatório ambiental de Priscila A. Moreira

Mapa 14 - Áreas de coleta e extrativismo - trecho 1





### 3.3. O contexto cosmológico das atividades produtivas

Todas as atividades produtivas elencadas no tópico anterior são realizadas não só com as técnicas corporais, noções espaciais, classificações ambientais próprias, construções de tecnologias sociais como os artesanatos, mas também com o consentimento dos rios e florestas. É necessário conversar com os encantados para que a atividade seja exitosa, do mesmo modo, é preciso respeitar os limites. Nesse sentido, a cosmologia dos Arawak, Tukano Oriental e Karibe é muito rica.

Algumas localidades são reconhecidas pela memória social do grupo a partir de eventos que aconteceram em tempos pretéritos. Em certas pontas de terra, aconteceram naufrágios, eventos esses que deram nome àquela localização, como é o caso do igarapé de D. Pedro II. Em outros casos, os *pajés* e *rezadeiras* sonham e recebem mensagens de encantados, indicando locais em que estes não podem visitar, como é o caso de certas ilhas, moradas dos encantados<sup>48</sup>. Há também as narrativas míticas de origem desses povos (indicados na parte 01) que são considerados eventos reais em um passado distante. Nesses casos, onde aconteceram eventos marcantes, os indígenas não podem extrapolar no uso dos recursos naturais, como caça, pesca e extrativismo, pois ali é considerado um lugar sagrado.

Em Cauburis, há a figura do *pajé*, da *parteira* e do *rezador*, os dois primeiros conversam diretamente com os encantados em momentos de transe ou em sonhos. Nas demais comunidades encontramos somente a figura do *rezador*, que é alguém que reza em diversas situações das quais é acionado<sup>49</sup>. Para esses povos, há o mundo tangível e o mundo intangível, ambos são reais e compõe a visão de mundo dessas famílias. Os sonhos, por exemplo, são circunstâncias em que os agentes sociais podem viajar, aprender e explorar o mundo, inclusive para encontrar lugares propícios para atividades produtivas.

Os rios e florestas se tornam um espaço de convívio entre humanos e não humanos (plantas, animais, minerais e espíritos encantados – todos possuem vida). E esse convívio é regulado por normas passíveis de punição, caso elas não sejam cumpridas. Nesse caso, as realidades míticas orientam o manejo dos recursos naturais.

---

48 Como veremos na parte IV.

49 Como veremos na parte V.

Para os Tukano Oriental, que associam à origem da humanidade à trajetória ancestral da *Cobra-Canoa da Transformação* (visto na parte 01), a cobra grande (sucuri) é um ser que protege os peixes no rio Negro. Do mesmo modo, os Baré têm esse entendimento que tanto a sucuri quanto a jiboia são cobras grandes encantadas. Na ocasião de um dos trabalhos de campo, um indígena Baré contou que foi expulso de um lago pela cobra grande, era de noite e a cobra fez ondas altas, de aproximadamente 3m de altura. Ele entendeu que não podia pescar ali e foi embora, caso insistisse haveria uma punição mais severa.

Reichel-Dolmatoff (1971) afirma que as cobras aquáticas ocupam uma posição especial em relação aos peixes, sendo considerada sua progenitora. Elas aparecem no começo da estação chuvosa, quando os peixes sobem para desovar nas cabeceiras, e protegem a desova dos mesmos. É a cobra que traz a piracema. A cobra grande indica o período de desova de muitos peixes (piracema) e é conhecido como *buiuaçu* (enchente da *cobra grande* em língua geral), como mencionado no relatório ambiental de Moreira (2023).

O fundo do rio e lagos são considerados a morada da cobra grande e, por isso, são locais encantados. O fundo do rio aparece em outras narrativas míticas dos povos indígenas da Amazônia, como a da sereia Yara que encanta os homens e os leva ao fundo do rio. Lá também é a morada do boto-cor-de-rosa e vários outros encantados.

A *parteira* de Cauburis conhece a cidade encantada localizada no fundo do rio Negro, abaixo da ilha da Mariana (ver parte V) em frente à sua comunidade e diz que lá é muito populoso.

Há a interdição da captura das *mães das caças*. Estas são, assim, consideradas os animais gigantes, que na natureza do mundo tangível, não existiriam. Elas são responsáveis pela proteção de seus filhos e pune o caçador, caso ele transgrida alguma regra de convívio, como caçar ou pescar por ganância. Se o caçador avistar duas caças, uma muito grande e outra no tamanho habitual, certamente ele deverá escolher a de tamanho habitual, pois a maior pode ser a *mãe* (encantada) dessa caça.

As *mães de peixe* remetem à narrativa mítica da criação da espécie humana entre os povos das águas pretas (RIBEIRO, 1995) e à categoria dos *waimahsã*, humanos que podem assumir a aparência de peixes, tradução que ficou conhecida por *peixe-gente* (CABALZAR, 2005; BARRETO, 2018).

Galvão (1955) afirma que cada espécie de animal tem uma *mãe*. Em Barcelos, é comum ouvir sobre a *mãe da mata*, um ser que protege a floresta e pune aqueles que maltratam e abusam da *mata*, como desmatar sem necessidade, matar muitos animais ou ofender a floresta de outras formas. A punição para quem transgride essas regras podem se dar em doenças espirituais ou azar nas próximas caçadas ou pescarias (*panema*).

Desse modo, o uso dos recursos naturais e a ocupação do território estão fundados nesta cosmopolítica. Para as atividades produtivas no extrativismo, os indígenas costumam proferir *rezas* que afugentam os animais (cobras, onças, porco do mato, e demais bichos peçonhentos e venenosos), isso traz segurança e proteção para a realização das atividades. Por outro lado, a mesma *reza* não pode ser proferida quando estes vão caçar ou pescar, pois assim eles não teriam sucesso, já que os animais manteriam distância.

Alguns lugares são considerados encantados, no Caurés, por exemplo, o igarapé do Urupianú é temido pela presença do *curupira*, um *bicho visagento* (ver parte V) que protege a mata dos transgressores. Os *curupiras* são encantados que demandam medo, insegurança e ao mesmo tempo respeito das pessoas.

Alguns lagos centrais no rio Caurés são evitados pelos pescadores, especialmente à noite, por serem considerados assombrados ou habitados por seres encantados. Assim como os poços, no fundo do rio e lagos, conhecidos como *morada das cobras grandes*, todas as atividades nesses espaços precisam de cuidado e respeito com os recursos naturais para não ofenderem os moradores do mundo cósmico.

No rio Negro, as praias das barcas e ilha da Mariana são evitadas para atividades produtivas. Lá, é a morada de Mariana, uma mulher encantada, muito respeitada entre os moradores. A *parteira* da etnia piratapuaia de Cauburis conheceu Mariana em sonhos e a descreveu como uma mulher obesa. Outros moradores se referem à Mariana como uma cobra grande, que pode se transformar em uma mulher. Nessas duas praias há ocorrência de naufrágios antigos, da qual até hoje são encontrados artefatos (ver foto 33 na parte V) como garrafas de cerâmica branca e garrafas de cerâmicas (com inscrição “Amsterdã”) que ainda funcionam para manter a água resfriada e são usadas na roça.

No entardecer e à noite, não é adequado visitar estas ilhas, sendo preciso desviar a rota, que apesar da abundância de recursos naturais, não se pode cometer exageros. Um homem da etnia baré de Cauburis, foi tentar extrair madeira da ilha da Mariana e foi expulso

por um enxame de abelhas italianas. Ele entendeu que Mariana não queria que ali fossem extraídas madeiras e foi embora.

Há interdições de animais para a caça, como peixes membeca, arraia, poraquê, candiru e os mamíferos aquáticos boto (tucuxi, vermelho), ariranha, lontra (madaqui), além de onça, cobras e sapos. Esses animais possuem papéis centrais em narrativas míticas, seja das que originaram os humanos e suas subdivisões em clãs, ou mesmo em considerá-los como potenciais encantados. Tais regras culturais, são temporárias ou permanentes e podem contribuir para a conservação de estoques da flora e fauna, por reduzir a pressão de uso e criar espaços que funcionam como refúgio espaço-temporal para o crescimento dos juvenis.

## IV – QUARTA PARTE

### Meio ambiente

- a) **Identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem-estar econômico e cultural do grupo indígena;**
- b) **Explicitação das razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias.**

Como vimos na parte III, as atividades produtivas dos povos Baré, Tukano, Baniwa, Arapaso, Piratapuia, Macuxi e Tikuna da margem direita do baixo rio Negro e rio Caurés perpassam ambientes atravessados por sentidos socioculturais e econômicos que culminam em uma “territorialidade específica”. A pesca, a agricultura, a caça e coleta/extrativismo são atividades que não só alimentam o corpo, mas também a alma desses grupos. Isso porque, para além do ambiente físico, há um universo cósmico que orienta a conduta e percepção desses agentes sociais.

Para os povos Arawak e Tukano Oriental do rio Negro, os ciclos de mudança do tempo frio/inverno/cheia e quente/verão/seca já existiam desde o começo do mundo, quando a humanidade se transformou ainda na *Canoa da Transformação* (conforme mencionado na parte I). Nessa viagem da *Canoa da Transformação*, os ancestrais da humanidade conheciam lugares sagrados, como a *Casa Fria de Transformação*, local onde estavam guardados os elementos necessários para o manejo do clima nesse mundo (TENÓRIO; SCOLFARO, 2017).

A *Casa Fria da Transformação* é um lugar de clima ameno onde os ancestrais da humanidade se sentiram confortáveis, ao passar na ocasião da viagem pelo rio Negro dentro da *Cobra Canoa da Transformação*, depois souberam que ali era a *Casa de W̃r̃r̃ Oãk̃r̃*, o *Deus Preguiça*, *Avô do Frio*, responsável pelo equilíbrio climático e resfriamento da *Terra* desde o começo do mundo. O *Avô do Frio* envia *Aru*<sup>50</sup> até hoje pela calha do rio Negro, ele sai de sua casa, localizada no baixo rio Negro, e viaja até o alto rio Negro levando o frio e as chuvas todos os anos, anunciando assim o início do período da cheia do rio.

---

<sup>50</sup> *Aru* é assim conhecido entre os povos indígenas do rio Negro como uma frente fria que começa no inverno. Há variações das narrativas sobre *Aru*, mas não são divergentes. Ele é um ser mítico que, ao navegar, traz a friagem por onde passa, pulveriza a floresta, deixa remos nas beiras de rios e lagos e assim controla o tempo e vai anunciando a mudança dos ciclos das águas.

Tenório e Scolfaro (2017) contam que o *Avô do Frio* vai remando em sua canoa carregando suas esteiras de *pari*, *peneiras*, *cuias* e *puçá*, da qual passam gotas de chuvas finas pulverizando a terra, que ameniza o calor, purifica o ar abafado da floresta e vai curando com sua água-remédio os locais da qual passa.

A *Casa Fria da Transformação*, morada de Wꞑꞑꞑ Oãkꞑ, *Avô do Frio*, é um local de saber, do qual os ancestrais da humanidade aprenderam os conhecimentos para manejar o clima e resfriar o calor, através de benzimentos. Situado no baixo rio Negro<sup>51</sup>, a casa do *Avô do Frio* é um lugar importante ao longo da rota ancestral, citada nas narrativas míticas desses povos, nos procedimentos de cura e proteção das pessoas e nos rituais relacionados aos ciclos ecológicos. (TENÓRIO; SCOLFARO 2017).

Do baixo ao alto rio Negro há locais sagrados desses povos que remetem à época de seus ancestrais que vieram na *Cobra Canoa da Transformação*. Essa memória social implica em uma ampla classificação da diversidade biológica e geográfica por esses agentes sociais.

#### 4.1 Caracterização ambiental da Bacia do rio Negro

A região trabalhada é descrita nos relatórios ambientais e cartográficos desta equipe (LEME DA SILVA, 2020; VALLE, 2020; MOREIRA, 2023) como uma região de heterogeneidade paisagística (ver mapa 16), composta por 14 classes de vegetação, que podem ser divididas em três grandes grupos: a) Floresta ombrófila densa e aberta (*florestas de terra firme*); b) Floresta ombrófila densa aluvial e de terras baixas (*florestas de igapó*); e c) Campinarana encontradas em quatro fitofisionomias principais: campinarana florestada, arborizada, arbustiva e a gramíneo-lenhosa, que se diferenciam pelo porte da vegetação, grau de encharcamento do solo, presença ou não de palmeiras (MOREIRA, 2023).

O rio Negro é um dos principais afluentes da bacia amazônica, com área de drenagem de cerca de 696.808 km<sup>2</sup> que está em sua maioria (80%) contida em território brasileiro. Sua extensão desde as cabeceiras localizadas na Colômbia e Venezuela e sua foz no rio Amazonas / Solimões é de aproximadamente 2.250 km. O rio Negro tem vazão média de 28.000 m<sup>3</sup>/s,

---

<sup>51</sup> Tenório e Scolfaro (2017) narram que a *Casa do Avô do Frio* está localizada no município de Novo Airão, no sítio arqueológico Ponta São João, uma área de petróglifos da qual muitas figuras estão gravadas nas pedras, dentre eles: remos, canoa e o próprio Wꞑꞑꞑ Oãkꞑ.

correspondendo a 15% da descarga do rio Amazonas em sua foz, sendo o quinto maior rio em volume de água do mundo (LATRUBESSE & STEVAUX, 2015 *apud* MOREIRA, 2023).

Esse rio apresenta composição físico-química singular dentro do sistema amazônico, sendo caracterizado predominantemente por águas pretas, ricas em matéria orgânica dissolvida e extremamente pobres em nutrientes minerais. A coloração escura, que tende ao preto em águas profundas, decorre da alta concentração de ácidos húmicos e fúlvicos provenientes da decomposição lenta de material vegetal sobre solos arenosos, altamente lixiviados e com baixa retenção de nutrientes. O pH geralmente inferior a 5,0 evidencia um ambiente altamente ácido, associado a níveis muito baixos de condutividade elétrica e reduzida presença de sedimentos em suspensão

O clima do rio Negro é classificado como tropical úmido. Na região de Barcelos os meses chuvosos (inverno) ocorrem entre março e julho e os meses mais secos entre agosto e fevereiro (verão). Nos meses secos os *kumua* (especialistas da cura) fazem benzimentos para amenizar o calor e no início do inverno *Aru* sobe o rio em sua canoa com remos e paneiros pulverizando a floresta e trazendo a friagem. Do mesmo modo, os indígenas da comunidade de D. Pedro II apontaram para a existência do *verão do Umari*, que se trata de um fenômeno caracterizado por uma semana de verão/seca no período da cheia.

É oportuno mencionar que as comunidades indígenas de Cauburis, Lago Grande, Manacauaca e D. Pedro II situam-se na frente do arquipélago de Mariuá, na margem direita do baixo rio Negro. Esse é um dos maiores arquipélagos fluviais do mundo, trata-se de um complexo de canais onde o fluxo da água é separado por mais de 1.600 ilhas, ao longo de 140 km de extensão e 20 km de largura. (LATRUBESSE & STEVAUX, 2015 *apud* MOREIRA, 2023). Para um maior aprofundamento ver relatório ambiental de Moreira (2023).

A geomorfologia é caracterizada por vastas planícies inundáveis, canais entrelaçados e grandes arquipélagos fluviais, como Mariuá, resultantes de processos sedimentares quaternários que moldaram corredores aquáticos e ilhas ao longo de milhares de anos. Os solos predominantes, derivados de formações geológicas antigas e profundamente lixiviados, tendem a ser arenosos, ácidos e pobres em nutrientes, influenciando diretamente a composição da vegetação e a produtividade ecológica do sistema.

Como citado anteriormente, os ambientes identificados na área de estudo, conforme Moreira (2023), apresentam elevada diversidade socioambiental, resultante da variação de regimes hídricos, tipos de solo e padrões de vegetação. Trata-se de um território ambientalmente complexo, no qual o funcionamento ecológico depende do equilíbrio entre águas escuras, solos de baixa fertilidade, ciclos hidrológicos bem definidos e alta diversidade biológica. Nesse contexto, destacam-se três grandes formações vegetais: (a) Floresta Ombrófila Densa e Aberta de Terra Firme, (b) Floresta Ombrófila Densa Aluvial e de Terras Baixas, correspondente aos igapós, e (c) Campinarana, ambiente sobre solos arenosos e altamente lixiviados.

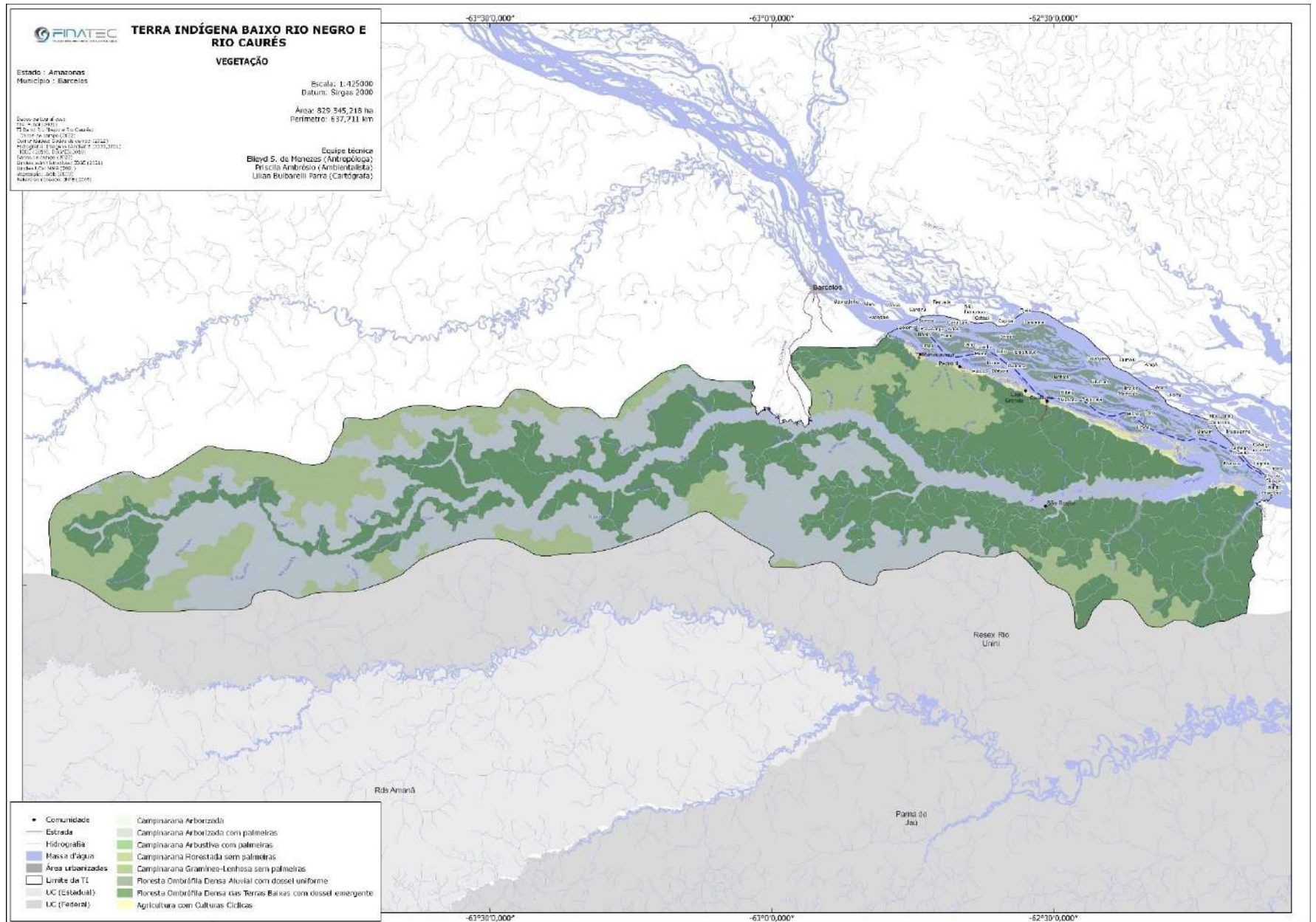
A **Floresta Ombrófila Densa Aluvial**, correspondente aos igapós, constitui ambiente sujeito a inundações sazonais, com solos arenosos e baixo teor nutricional, o que determina uma flora adaptada à submersão prolongada e, embora menos diversa, com significativo endemismo. Essa formação vegetal desempenha papel ecológico central para a manutenção dos sistemas aquáticos, funcionando como área de alimentação, reprodução e abrigo para peixes, quelônios e mamíferos aquáticos. Entre as espécies mais representativas destacam-se palmeiras como jauari e jará, além de arbóreas como macacarecuia, matá-matá e jacareúba. (MOREIRA, 2023).

Em áreas não inundáveis ocorre a **Floresta Ombrófila Densa de Terra Firme**, predominante na região amazônica e caracterizada por árvores de grande porte, dossel contínuo e alta biomassa vegetal. Os solos são mais argilosos e bem drenados quando comparados aos ambientes aluviais, sustentando maior diversidade florística e uma estrutura vertical marcada pela presença de lianas, epífitas e palmeiras. Espécies como carapanaúba, pequiá, itaúba, tachi, sorva, castanheira, patauí e paxiubão constituem elementos recorrentes dessa formação, que se destaca por sua relevância ecológica para grupos faunísticos exclusivamente terrestres. (MOREIRA, 2023).

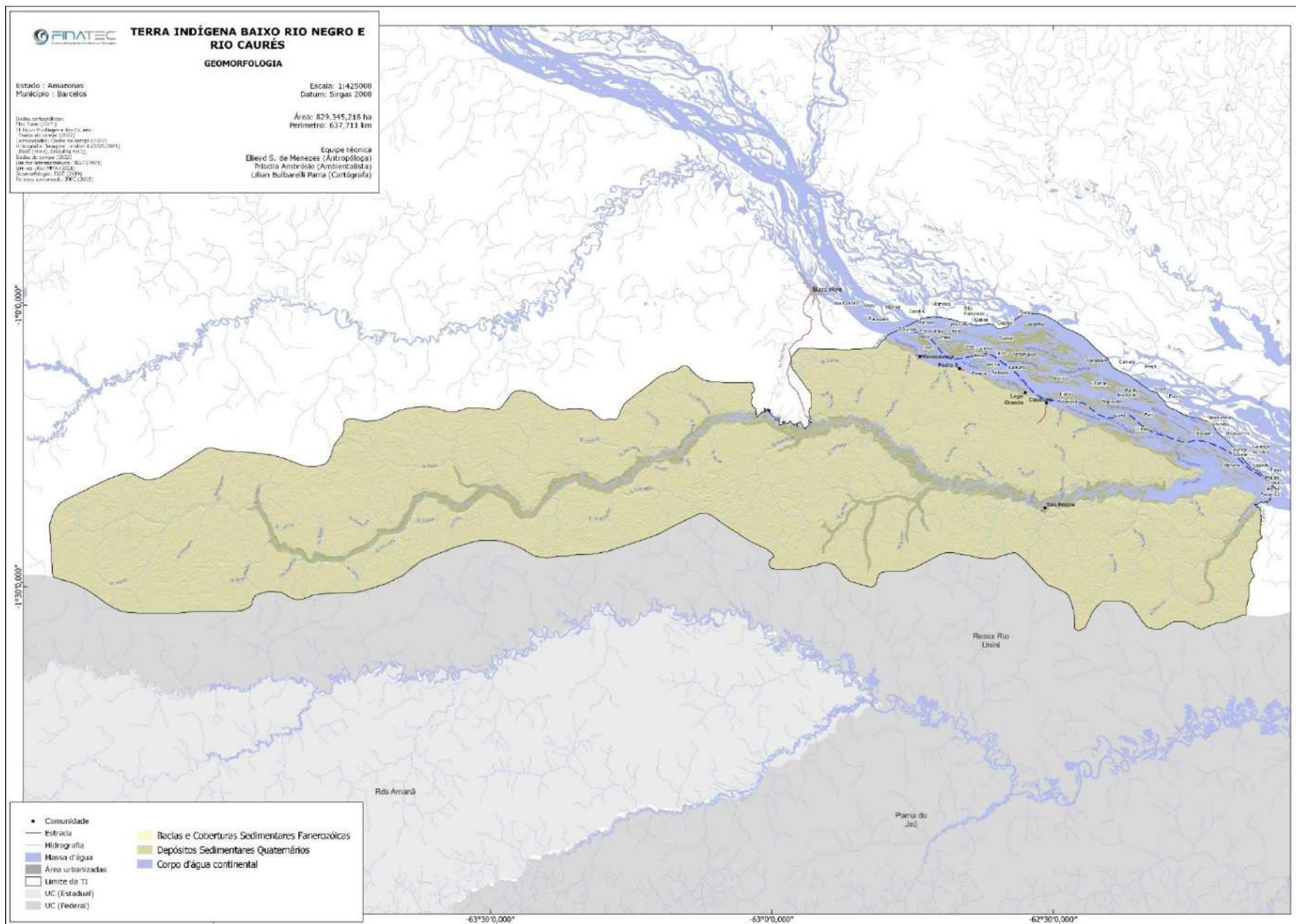
As **campinaranas** – popularmente conhecidas como campinas de areia branca – compõem o terceiro conjunto ambiental relevante no território. São formações sobre solos arenosos extremos, altamente lixiviados e pobres em nutrientes, com variação estrutural segundo o grau de umidade ao longo do ano. A vegetação apresenta dossel reduzido, grande presença de herbáceas e arbustos adaptados ao estresse hídrico, além de alta incidência de espécies endêmicas. Observam-se diferentes fisionomias internas, como campinarana

florestada, arborizada, arbustiva e gramíneo-lenhosa, todas relacionadas a condições particulares de solo e drenagem. Trata-se de um ambiente naturalmente vulnerável ao fogo, desempenhando papel estratégico para aves, anfíbios, pequenos mamíferos e espécies raras ou especializadas (MOREIRA, 2023).

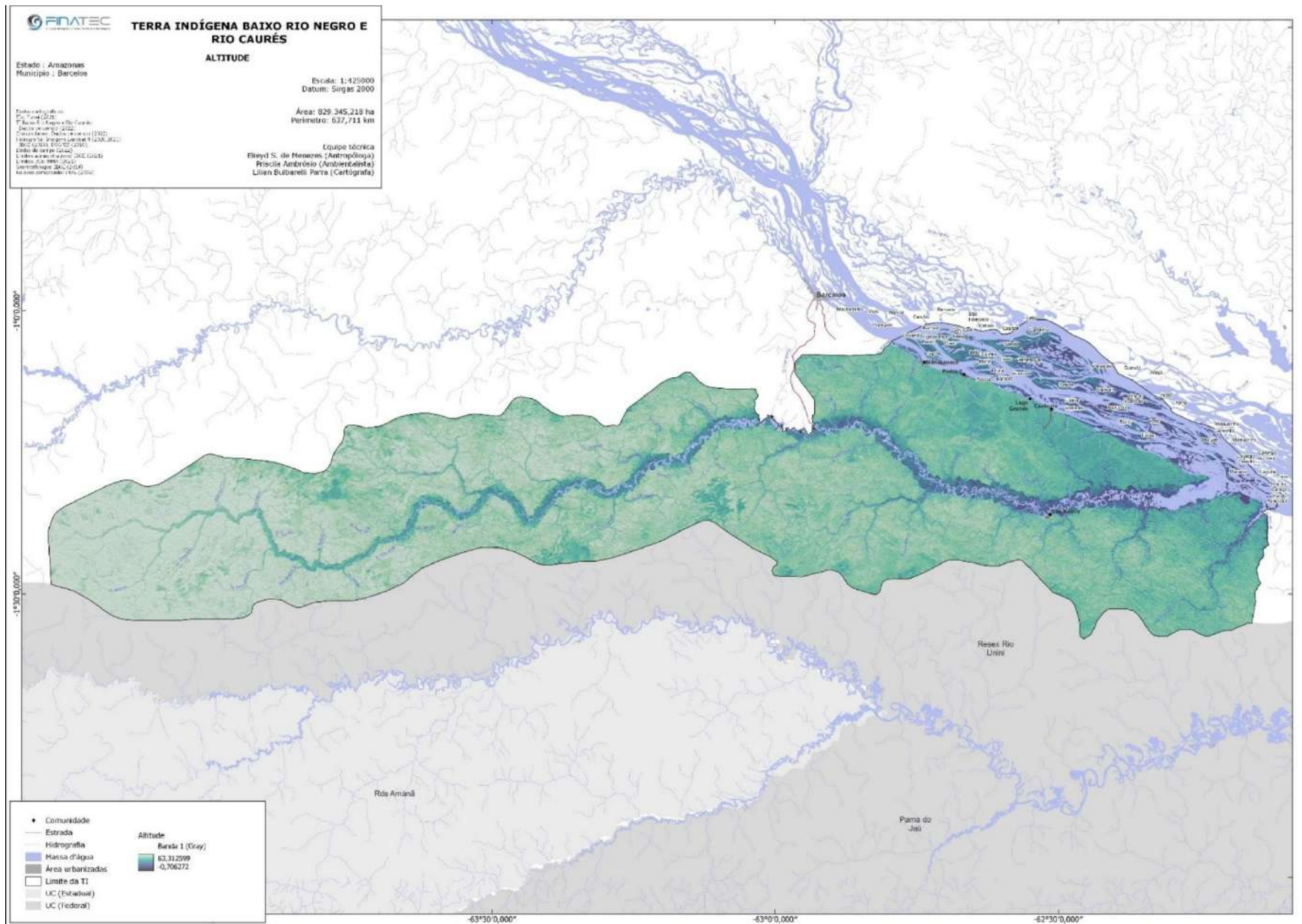
Mapa 16 - Vegetação



Mapa 17 - Geomorfologia



Mapa 18 - Altitude



## 4.2 Classificações etnoambientais e etnotemporais associados ao uso dos recursos naturais

A territorialidade dos Baré, Tukano, Arapaso, Piratapuia, Baniwa, Tikuna e Macuxi das comunidades visitadas se refere ao rio Caurés, parte do baixo rio Negro e parte das ilhas do Arquipélago de Mariuá que corresponde à área reivindicada como Terra Indígena (ver mapa 27). O sistema desse território é de uso comum das comunidades, embora cada família produza em uma localidade específica nos *sítios*, nas ilhas e demais ambientes assim classificados por eles.

Nesses ambientes há forte influência das variações cíclicas no nível da água: a cheia e seca do rio, além do período de transição, que interferem nas flutuações espaço-temporais dos recursos naturais. Desse modo, há ambientes na seca que apresentam uma maior variedade de caça e pesca que desaparecem na cheia. Entender essas classificações etnoambientais se faz necessário para compreender a escolha das áreas para cada atividade produtiva das comunidades e conseqüentemente compreender seu processo de territorialização.

Dessa forma, as cinco comunidades visitadas distinguem três regiões ambientais: a) Terra firme do Rio Negro, b) Ilhas do Rio Negro e c) Calha do Rio Caurés. A Terra firme é uma área caracterizada por estar a maior parte do tempo seco, ou seja, há uma quantidade mínima ou nula de receber água do rio Negro conforme apontado por Moreira (2023), por isso, é na terra firme que as unidades domésticas das comunidades são construídas. Ela é classificada pelos indígenas da região em cinco ambientes:

a.1) *Charco*: áreas de várzea que alagam sazonalmente, localizam-se às margens do rio ou igarapés e deságuam no rio principal. Os *charcos* são localidades propícias para o extrativismo vegetal, pois há uma incidência de palmeiras nessas áreas da qual os indígenas extraem fibras, palhas, madeiras e frutos, como açaí, patauá, dentre outros. É também uma área favorável para caça. O *charco* começa a alagar nos meses de abril, enquanto maio e junho são os meses de cheia neste ambiente, em julho e agosto começa a secar.

a.2) *Ponta de terra*: são formações geográficas altas que se projetam em corpos d'água, como o rio Negro ou lagos, são estreitos e longos podendo ser formadas por processos naturais, como erosão, deposição de sedimentos ou movimentos tectônicos. As *pontas de*

*terras* são consideradas locais de fartura, por isso são áreas disputadas. Nelas, há capoeiras de *sítios* antigos para futuras áreas de agricultura e com reentrâncias geográficas que servem de refúgios dos peixes. Nas *pontas de terra* também há as ressacas, locais onde a movimentação de água é mais intensa, formando *banzeiros*, devido à passagem de barcos maiores no rio principal, como observou Moreira (2023). Por ser um ambiente alto, durante todo o ano não alaga, sendo propício para a agricultura, pesca e caça.

a.3) *Barranco*: Trata-se de uma encosta íngreme onde estão localizadas as unidades domésticas das comunidades Cauburis, Lago Grande, Manacauaca e D. Pedro II às margens do rio Negro. Os *barrancos* são formados por vários processos naturais, como erosão causada por água corrente, vento e chuva. Por ser uma localidade alta, não alaga em nenhuma época do ano, porém, à medida que o *barranco* cai, os indígenas vão realocando suas casas e reorganizando o espaço. Os antigos cemitérios das comunidades mencionadas acima, por exemplo, não existem mais devido à queda do *barranco*, que levou não somente os sedimentos, mas também os parentes que ali foram enterrados. O *barranco* é um local propício para moradia e extrativismo vegetal, além de plantas domesticadas.

a.4) *Borocotozal*: São áreas mais baixas e úmidas em todo o interflúvio entre o rio Negro e o rio Caurés, caracterizadas como buracos (panelões) que ficam cheios de água estagnada, assim descritos por Moreira (2023). Os indígenas consideram o *borocotozal* uma área imprópria para a agricultura, pois entre os meses de abril a agosto os buracos cheios de água se estendem ao longo da mata. É possível encontrar o *borocotozal* há poucos quilômetros ao fundo das unidades domésticas das comunidades do rio Negro, onde há buracos de 10cm a 1m de altura enxarcados de água. Apesar de não ser uma área produtiva para a agricultura, no *borocotozal* são realizadas as atividades produtivas de caça e extrativismo vegetal.

a.5) *Mata virgem*: Trata-se de um local na floresta pouco explorado, cercado por densa vegetação cujo ambiente é tanto de terra firme – essas são consideradas áreas em potencial para futuras atividades agrícolas – quanto alagadiça– essas não são propícias para a agricultura, mas são locais em potencial para extração de madeira como itaúba. As caças e o extrativismo vegetal também são realizados neste ambiente.

As ilhas do rio Negro que compõem o arquipélago do Mariuá são ambientes utilizados pelos indígenas como áreas de agricultura, pesca e coleta de ovos de quelônios. Há ilhas

sagradas que são moradia de encantados, nestas há restrições quanto ao uso dos recursos naturais, há ilhas que foram nomeadas pelos acontecimentos do passado ou por incidência de algum animal ou fruto, há ilhas que são consideradas locais propícios para atividades produtivas. Os indígenas das comunidades visitadas classificaram sete ambientes dessas ilhas, são eles:

b.1) *Restinga* ou "*cabeça da ilha*": é a parte mais alta da ilha, constitui-se da primeira terra que aparece quando começa a secar os níveis da água. É um local propício para pesca, pois os peixes acompanham as águas na vazante e os indígenas conhecem não só o regime das águas, mas também da rotina anual dos peixes.

b.2) *Damiçá* ou "*ponta da ilha*": É parte da ponta da ilha constituída de terra firme caracterizada com elevada altitude que alaga somente nas maiores cheias e por isso é uma área de desova de quelônios, como apontado no relatório ambiental de Moreira (2023). Além disso, Leme da Silva (2020) pondera que o *damiçá* é uma área de terra firme que na época da inundação transforma-se temporariamente em ilha. Nos meses de abril o *damiçá* que está aparente começa a encher, podendo ficar alagadiço nos meses de maio a agosto se a cheia for alta, nos meses de setembro costuma secar.

b.3) *Várzea* ou "*beirada da ilha*": são áreas planas e alagáveis que ficam próximas a rios e lagos. Essas áreas costumam ser cobertas por vegetação rasteira e sujeitas a inundações periódicas, o que faz com que sejam importantes para a manutenção da biodiversidade e para a regulação dos ciclos hidrológicos. Moreira (2023) descreveu a várzea das ilhas como "uma terra intermediária na ilha, suscetível às enchentes, mas sem alagar tanto. Fica "atrás" das praias". Os indígenas das comunidades visitadas apontam que a várzea é o local onde "a água abaixa e a terra brota" ou "aonde a água vai e vem". Nos meses de abril a junho as várzeas das ilhas costumam ficar alagadiças e no mês de agosto começa a secar. São nessas várzeas que os indígenas constituem as suas roças de seis meses e plantam algumas frutas, como melancia.

b.4) *Praia*: Trata-se de extensões de areia que se encontram em contato com o rio, formando uma faixa de transição entre o meio terrestre e o aquático, sendo a parte mais baixa das ilhas e sem nenhuma vegetação. As *praias* são ambientes dinâmicos, sujeitos a mudanças constantes causadas pela ação do vento, da água e dos seres vivos que habitam esses ambientes. Durante o período de seca, entre os meses de setembro e março as *praias* estão

formadas e são nelas que os quelônios vêm desovar. Por isso, nesse período ocorre a coleta de ovos de quelônios e captura deles para alimentação.

b.5) *Campinas*: São áreas abertas e descampadas com vegetação herbácea, constituem as extensões das praias na margem esquerda do rio Negro. Nos meses de março a agosto as campinas estão alagadas e nos meses de setembro a fevereiro estão secas, é nesse período que ocorre a captura de quelônios para alimentação.

b.6) *Igapó*: Trata-se de uma floresta inundável durante a estação das chuvas. O *igapó* é composto por árvores de pequeno e médio porte, que apresentam adaptações para sobreviver às inundações periódicas, como raízes respiratórias que permitem a absorção de oxigênio da atmosfera quando as raízes subterrâneas estão submersas em água. A vegetação é densa e heterogênea, por isso é um ambiente importante para a biodiversidade da região, pois abriga uma grande variedade de espécies animais, como peixes, aves, mamíferos e répteis, que dependem do ambiente alagado para sobreviver. Moreira (2023) pondera que *igapó* é um termo usado para qualquer ambiente que está no período de enchente, por isso o *damiçá* ou a *várzea*, quando submersos, também são chamados de *igapó*. Os *igapós* ocorrem nas margens dos *paranãs* (canais entre os lagos e o rio principal) e nos *furos* (acessos estreitos que interligam os canais). O *igapó* está inundado no período da cheia, ou seja, entre os meses de abril a setembro e as comunidades indígenas costumam pescar nesses ambientes.

b.7) *Chavascal*: é um ambiente úmido e pantanoso com altos níveis de precipitação, onde a água não pode escoar facilmente e está localizado nas áreas baixas no interior das ilhas. Moreira (2023) descreveu o *chavascal* como uma espécie de “brejo” com vegetação emaranhada e difícil de atravessar, pois as espécies arbustivas crescem delgadas e muito juntas. Os indígenas das comunidades visitadas contam que esse ambiente no verão é uma paisagem com lama, paus secos (*cacaias*) e mato cerrado com tiririca, molongó branco, arumã, jacareúba, macacarecuia e plantas com espinhos. É no *chavascal* que os “*torrões*” são formados, também conhecidos na região como “*tronqueiras*”, ou seja, as árvores que tombaram na seca, tiveram suas raízes levantadas e com elas, torrões de terra, das quais os quelônios procuram para desovar quando não há praia e para banhos de sol. Nos *chavascals* há uma rica biodiversidade e o difícil acesso tornam esse ambiente propício como berçário, sítio reprodutivo, fonte de alimento e abrigo para várias espécies de animais, sobretudo

peixes. Durante o ano todo o *chavascal* está alagadiço, tendo os meses de maio e junho o pico da cheia. Nesse ambiente os indígenas costumam pescar e coletar quelônios e seus ovos.

Já a calha do rio Caurés é classificada em onze ambientes:

c.1) *Chavascal*: Ver subtópico b.7. No *chavascal* do rio Caurés há também a predominância de *Mauritia flexuosa* (buritizais) nas margens de lagos conforme apontado no relatório ambiental de Moreira (2023). Do buriti, os indígenas consomem seu fruto, beneficiado como o açaí, além das palhas para a confecção de artesanatos. No *chavascal* do rio Caurés os indígenas costumam pescar.

c.2) *Várzea*: Ver subtópico b.3. Nas *várzeas* do rio Caurés são encontradas capoeiras maduras e sítios antigos. São áreas em que os indígenas procedem à agricultura e extrativismo vegetal. Esse ambiente está mais alagadiço no período da cheia, que corresponde aos meses de abril a agosto.

c.3) *Damiçá*: Ver subtópico b.2. Por ser um ambiente rico em biodiversidade, os animais o frequentam para alimentação, por isso os *damiçás* do rio Caurés são locais propícios para caça de animais de grande porte, como a anta. É comum também avistar onças, mas essas não são caçadas, como visto na parte III.

c.4) *Lagos Centrais*: São lagos que desembocam em *paranãs* ou na terra. As partes mais estreitas dos lagos centrais são chamadas de *lagos de canos* ou somente *cano* e são propícios para encontrar tucunarés. Por isso, os lagos centrais são ambientes propícios para a pesca, tanto de subsistência quanto esportiva. Os moradores também notam as reconfigurações dos lagos, chamadas de *volta velhas*, que indicam desvios do rio ao longo dos últimos 50 anos (MOREIRA, 2023). Entre os meses de abril e julho, os lagos centrais estão cheios, nas cabeceiras dos lagos centrais os peixes-boi costumam aparecer com maior frequência, embora não seja um animal pescado por interdições culturais, como visto na parte III.

c.5) *Lagos de Boca Franca*: São lagos que desembocam no rio principal. Durante todo o ano os *lagos de boca franca* estão cheios e nele não há uso dos recursos naturais específicos, usados como estradas de navegação.

c.6) *Poços*: É uma depressão ou cavidade natural que se forma no leito do rio e no interior dos lagos, geralmente em um trecho onde a água tem uma velocidade mais baixa e onde há uma maior profundidade. O *poço* é formado pela ação contínua da água sobre os

sedimentos do leito do rio, que é erodido por essa ação. A água nesses locais tende a ser mais fria, mais clara e mais calma do que em outras partes do rio, tornando-se um habitat adequado para peixes e outros animais aquáticos. O tamanho e a profundidade do *poço* variam dependendo das características do leito do rio e das condições hidrológicas, como o fluxo e a quantidade de sedimentos. Os poços são importantes ecossistemas fluviais, pois fornecem habitat para a fauna e a flora que dependem dos rios e suas águas. No verão, com a seca do rio, os *poços* constituem um refúgio para os peixes e por isso a pesca nesses ambientes nessa época do ano é realizada, porém, com cuidado, já que os indígenas da região acreditam que os *poços* são moradias de encantados, como a *cobra-grande*.

c.7) *Igapó*: Ver subtópico b.6. Os *igapós* do rio Caurés estão alagados entre os meses de abril a agosto e lá são realizadas as práticas de caça e pesca.

c.8) *Praia*: Ver subtópico b.4. Assim como as *praias* das ilhas, as *praias* do rio Caurés são ambientes de desova de quelônios, que constituem parte da alimentação dos indígenas da região. Nos meses de março e abril, as *praias* estão desaparecendo com a cheia do rio que alcança nos meses de maio a julho, já em agosto os níveis de água começam a baixar, e assim as *praias* começam a surgir novamente.

c.9) *Praia mofada*: São áreas de terra firme que alcançam o rio, formando uma ponta de praia com um aspecto característico de uma areia escura, como mencionado no relatório ambiental de Moreira (2023). As *praias mofadas* ocorrem nos trechos acima da Estrada do Caurés, do médio para alto rio Caurés. São nas *praias mofadas* que as *paragens* geralmente são construídas, estas constituem áreas abertas nesses ambientes caracterizadas como um lugar de encontro e passagem, por ser de fácil acesso, à beira do rio, onde é possível atracar os barcos e fixar estadia para descanso durante a viagem, é possível até atar redes em pequenas árvores. Há *paragens* com barracas de palha construídas. São utilizadas pelos indígenas nas ocasiões de pesca, caça, extração de recursos naturais e até comerciantes da região, visto que essas atividades demandam dias de viagens pelo território e um local para descansar, considerado seguro é sempre procurado e conhecido pelos indígenas da região.

c.10) *Caatinga alagadiça*: Nos relatórios ambientais, a *caatinga alagadiça* é descrita por Moreira (2023) como uma formação composta por indivíduos arbóreos finos, culminando em uma massa vegetal compacta, com predominância de formações arbustivas. Leme da Silva (2020) caracterizou esse ambiente como um solo “argiloso-limoso”, da qual o solo é

composto de argila e limo, o que confere uma característica de maior capacidade de retenção de água e de nutrientes. Moreira (2023) apontou que as *caatingas alagadiças* são ambientes encontrados apenas no alto rio Caurés, que alagam muito, sobretudo entre os meses de abril e agosto. Esse ambiente é propício para caça e extrativismo vegetal, como a sorva, da qual seus frutos são consumidos como alimento e a seiva como massa para calafetar barcos.

c.11) *Caatinga seca*: Assim como a *caatinga alagadiça*, são ambientes encontrados no alto rio Caurés. Moreira (2023) apontou que essa característica “enxuta” se deve ao fato de ser um ambiente que alaga pouco ou não alaga. Leme da Silva (2020) descreveu a “caatinga alta” no médio rio Negro como um ambiente de um solo “arenoso-limoso”, pois sua composição é uma mistura de areia e limo, o que lhe confere boa permeabilidade ao ar e à água. Porém, há uma baixa retenção de água, o que aproxima das características de *caatinga seca* mencionada pelos indígenas do médio rio Negro da margem direita do rio Negro e rio Caurés e por Moreira (2023). Esse ambiente é frequentado pelos indígenas para a coleta/extrativismo vegetal como o açaí chumbinho, abundante nesta região.

Ao todo, identificamos 18 (dezoito) ambientes em três diferentes regiões que correspondem às terras tradicionalmente ocupadas das cinco comunidades referidas a este relatório. Nesses ambientes são realizadas atividades tradicionais de agricultura, caça, pesca, coleta/extrativismo, além das constituições das unidades domésticas e uma série de redes de parentesco e de interpretação do mundo baseada em um modo de vida distinto.

Moreira (2023) em seu relatório ambiental, sistematizou as informações na tabela 14 abaixo sobre os ambientes, destacando a região e o pulso de inundação mensal que corresponde ao movimento das águas, que caracterizam a cheia e seca do rio, além da identificação dos usos dos recursos naturais nesses ambientes.

Tabela 14 - Pulso de inundação (mensal)														
REGIÃO	AMBIENTES	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	USO
ILHAS DO RIO NEGRO	Restinga ("cabeça da ilha")													pesca, agricultura
	Damiçá ("ponta de ilha")													desova de quelônios
	Várzea ("beirada da ilha")													pesca e agricultura



Para além dos ambientes descritos acima, que foram indicados pelos indígenas das comunidades na ocasião das oficinas de mapas e oficinas para a construção do calendário de produção agroextrativista e das águas, identificamos também: os *igarapés*, *paranãs* e *enseadas*.

*Igarapé*: Trata-se de um pequeno curso de água que corre em um vale estreito ou em um canal natural, são caracterizados por terem uma correnteza mais rápida, águas cristalinas e sombreadas por vegetação densa. Os *igarapés* são importantes ecossistemas, pois são habitats para uma grande variedade de espécies de peixes, anfíbios e aves, e são fontes de água para os indígenas beberem na ocasião de caça, coleta/extrativismo e nas próprias comunidades quando situadas perto das unidades domésticas. Identificamos vários *igarapés* na calha do Caurés e no rio Negro.

*Paraná*: São *braços de rio* ou *canais* que se ramificam a partir de rios principais em áreas de planície inundável, formando ilhas fluviais. Esses *canais* são geralmente largos e extensos e podem se estender por quilômetros, conectando-se novamente com o rio principal mais adiante. São ecossistemas únicos e importantes habitats para diversas espécies de plantas e animais aquáticos, por isso fornecem recursos naturais importantes para as comunidades indígenas visitadas, como a pesca. Os *paranãs* também são utilizados como estradas de navegação. Identificamos os *paranãs* sobretudo no arquipélago Mariuá.

*Enseada*: Trata-se de uma formação geográfica na terra firme, caracterizada por uma pequena baía ou entrada de água cercada por barranco. É na *enseada* que entram os *banzeiros*, entretanto a água não corre, bate no barranco e volta, causando um movimento brusco. Identificamos *enseada* nas comunidades indígenas do rio Negro, sobretudo na comunidade D. Pedro II.

Além dessas variações topográficas do relevo e do regime hídrico, foram identificados diferentes marcadores temporais na paisagem, como detalhado no relatório ambiental de Moreira (2023). São eles:

*Buiuçu* ou *Buya Wasu*: São as chamadas *repiquetes* caracterizadas como enchentes rápidas ocasionadas por chuvas fortes em um período de verão. Acontece uma em outubro, o chamado *repiquete de pescada* (em nheengatu *Uatukupa Yukise* = água de pescada) e outra maior em dezembro e após estes dois *repiquetes*, o rio seca de vez até a próxima estação de chuvas ou período do inverno. Os indígenas da região afirmam que o *buiuçu* é o movimento

da *cobra grande* que se remexe no fundo do rio e causa esse fenômeno de movimentar as águas.

Moreira (2023) observou que o *buiuaçu* é um período muito importante, pois indica uma data exata na qual os peixes fazem a primeira piracema, que significa a desova nas cabeceiras dos rios, nas áreas de *chavascal*. A piracema é o tempo de festejo dos peixes e é acompanhada da descida (ou sumiço no horizonte) de certas estrelas, como a estrela cobra grande.

No inverno há a estrela da saúva que indica chuva, quando a estrela some no horizonte é indicativo que é tempo de coletar as saúvas que voam. Da mesma forma, nessa época do ano, a rã *Juí* costuma cantar e anunciar as chuvas de madrugada.

Na época da seca do rio, ocorre o período de mortandade dos peixes, devido à pouca água empoçada com oxigênio limitado. Apesar de nessa época do ano a pesca ser mais abundante, os indígenas mencionam a importância do *repiquete* para a manutenção da vida dos peixes. Isso porque na seca formam-se as chamadas *quebras d'água* que é quando o rio seca e a água fica escassa ou *quebrada*, o repiquete eleva o nível da água temporariamente e diminui a sua temperatura, aliviando o calor, trazendo mais oxigênio e desatolando os peixes que ficaram presos em algum ambiente.

Quando os peixes ficam nessa situação, afirmam os indígenas que ele está *uaiú*, ou seja, está morrendo procurando oxigênio com a boca para fora da água, por isso o repiquete ou *buiuaçu* é bem-vindo para salvar os peixes da situação de *uaiú*.

O *repiquete* é considerado ruim para o turismo da pesca esportiva, pois dispersa os peixes que ficam presos em águas rasas, demandando mais tempo para essa atividade.

Sobre os movimentos das águas, tem-se o *banzeiro*, que é uma agitação de água que ocorre no rio, causada pelo movimento da correnteza ou dos movimentos de embarcações que transitam. O *banzeiro* é recorrente o ano todo em algumas situações destroem pequenas roças nas ilhas e desorganizam os portos das comunidades, fazendo com que as canoas se batam, inundando jiraus e afundando objetos que estejam nesse lugar, como louças.

Moreira (2023) observou que a desova dos quelônios possui uma sequência temporal específica. No início do verão (setembro) nas praias primeiro acontece a desova da *irapuca*, depois do *tracajá* e por último a *tartaruga*. A atenção é dada sobretudo nas primeiras emergências das praias, pois quando a praia está larga (em dezembro), a desova dos quelônios

já terminou. Com o *cabeçudo* é diferente, pois é capturado no inverno, sobretudo junto aos frutos de araparis e caranãs no *igapó*.

Quanto aos frutos, é oportuno mencionar que estes são indicadores do movimento da caça. Quando começa a secar, os frutos de macucu amadurecem e atraem paca para beira dos *igarapés*, ali os indígenas já sabem que nessa época do ano podem ir caçar.

O céu é um importante mapa de indicadores ecológicos e temporais da região para os indígenas. As estrelas e constelações indicam quando vai começar o verão, o inverno, o tempo de piracema dos peixes, o amadurecimento das frutas e com isso, é possível se planejar para as atividades produtivas. No início do inverno, por exemplo, quando os primeiros trovões estrondam é presságio que os peixes aracus estão chegando e vão fazer piracema, eles chegam quando a *força da lua* indicar, ou seja, quando é tempo da lua nova, sobretudo em noites quentes.

Apesar do conhecimento sobre os indicadores temporais e ecológicos, as comunidades indígenas do rio Negro e rio Caurés estão sendo afetadas pelas mudanças climáticas, mesmo que em seu território esteja em um considerável estado de conservação. Isso porque os meses de duração e ocorrência da cheia, seca, *repiquetes*, piracemas, dentre outros, ocorrem de modo diferente a cada ano que passa.

Há queimadas ocasionadas pela ação do homem, mas também há queimadas em decorrência de condições naturais em secas extremas. Coletamos relatos das duas situações e nelas o termo *pau bufuro* foi narrado como um elemento que contribui para o alastramento do fogo. Uma indígena Baniwa da comunidade de Manacauaca nos descreveu o *pau bufuro* como um "pau seco sem miolo que cai, queima e o fogo vara em brasa por debaixo da terra". Moreira (2023) aponta que o *pau bufuro* é descrito nas ciências ambientais como turfeiras, um tipo de solo com camadas de até dois metros de profundidade composta por malha de galhos e folhas em decomposição, sendo a estrutura da floresta mais baixa e aberta, permite que o vento remova a umidade do solo, tornando o ambiente extremamente inflamável.

Em 2015, por exemplo, houve uma grande queimada em Barcelos, da qual muitos indígenas perderam suas roças, parte dos ambientes do rio Negro, Caurés e ilhas foram afetados e isso culminou em um desastre a todo um sistema ecológico na região, como animais terrestres e aquáticos mortos e perda da produção agrícola, ambientes que antes eram

alagadiços ficaram secos e ilhas queimadas. Naquele ano e no ano seguinte, as chuvas foram escassas dificultando ainda mais a recuperação da área naquele momento.

### **4.3. Ordenamento territorial no Rio Negro**

Nas últimas três décadas diversas iniciativas foram realizadas para o ordenamento territorial da bacia do rio Negro. Por se tratar de uma região de alta prioridade para a conservação ambiental, haja vista a grande diversidade biológica e cultural, a bacia do rio Negro é palco de muitas discussões.

Uma dessas discussões se deu entre 1997 e 2000 com o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA) consolidado com um Seminário realizado em setembro de 1999 na cidade de Macapá-AP, que ficou conhecido como *Seminário Consulta Macapá*. Neste Seminário foi realizada uma ampla consulta envolvendo especialistas, gestores e organizações não-governamentais para discussão e elaboração prévia de documentos para indicação de áreas e de ações prioritárias para todo o País.

Como resultado desse *Seminário* houve a publicação da Portaria MMA Nº 126, de 27 de maio de 2004 que estabeleceu classes das áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira. Foram consideradas assim as classes de priorização: I - extremamente alta; II - muito alta; e III - alta. Uma das áreas indicadas como “alta prioridade” de conservação socioambiental foi a região do médio rio Negro, lócus deste relatório, ou seja, a classe mais urgente para a conservação da sociobiodiversidade (ver mapa 21).

No final do *Seminário Consulta Macapá* foi incentivado estudos ambientais, projetos de fiscalização, elaboração de planos de uso sustentável e serviços ambientais dos ecossistemas, bem como a criação de áreas protegidas, seja UCs ou TIs. A Portaria MMA Nº 126, contudo, foi revogada em janeiro de 2007.

Nos últimos anos, as discussões sobre o tema no rio Negro enfocaram uma perspectiva de “ordenamento territorial participativo”. Essa categoria se refere a “um processo no qual a sociedade discute como organizar o uso das riquezas locais, os chamados ‘recursos naturais’: água, peixes, fibras, frutas, caças e outros, considerando a forma de

ocupação local e levando em conta as demandas sociais por regularização fundiária” (SOCIOAMBIENTAL, 2010).

A *Rede Rio Negro*<sup>52</sup>, iniciativa de diversos representantes da sociedade civil, organizou dois seminários entre 2008 e 2009, com objetivo de promover um amplo debate sobre o ordenamento territorial do rio Negro.

O *I Seminário sobre Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro* foi realizado entre 17 e 18 de novembro de 2008 em Barcelos, organizado pelo Instituto Socioambiental e organizações indígenas parceiras (ASIBA, ACIMIRN e Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro-FOIRN). Cerca de 70 pessoas participaram do evento, incluindo representantes governamentais, universidades, terceiro setor e lideranças comunitárias (incluindo representantes do rio Caurés). O seminário fez um exercício cartográfico preliminar de mapear as áreas de uso das comunidades, sistematizou os conflitos referentes ao acesso e uso dos recursos naturais, e indicou a possibilidade de realizar acordos de uso como medida provisória da garantia da proteção aos recursos naturais e ao modo de vida dos moradores das comunidades. Também ficaram claras inconsistências na interlocução com os agentes sociais, como a demanda de criação de uma RDS no rio Caurés pelo governo estadual, região em processo de identificação para demarcação de TI (SOCIOAMBIENTAL, 2009).

O *II Seminário sobre Ordenamento Territorial do Médio Rio Negro* foi realizado em Barcelos entre 30/09 e 3/10 de 2009. Participaram mais de 150 pessoas, entre lideranças indígenas, organizações não governamentais e representantes do poder público (FUNAI, MMA, INCRA, SDS/AM, entre outros). Por ocasião deste seminário, foi mobilizada uma passeata pela Cooperativa dos Piaçabeiros do Médio e Alto Rio Negro (Copiaçamarn) e a Colônia de Pescadores Z-33, com o apoio de vereadores da Câmara Municipal de Barcelos, na tentativa de inviabilizar o encontro por serem contrários à demarcação de TIs e UCs.

No referido seminário, algumas áreas foram indicadas como de altíssima importância para a reprodução de espécies fundamentais na dieta alimentar e na economia local. Estas áreas foram indicadas para criação de reservas de proteção e fiscalização mais rigorosas, garantindo a reprodução dos peixes e quelônios (*bichos de casco*) para repovoamento dos

---

<sup>52</sup> Disponível em: <http://rederionegro.socioambiental.org>

rios Caurés, Demeni, Quiuini e Negro. Em particular, a sub-bacia do rio Caurés é rica em *chavascals*, sendo de especial importância para a reprodução de peixes e quelônios.

As condições de isolamento geográfico tornam a região especialmente rica em biodiversidade e endemismo. Em função destas características, as cabeceiras do rio Caurés foram consideradas áreas muito importantes para a reprodução de tartarugas e peixes nas recomendações e propostas de ordenamento territorial do seminário (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2010).

Em 2011, foi criado o Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo rio Negro, composto por 10 Unidades de Conservação (UCs) que totalizam mais de 7 milhões de hectares (Tabela 15), tal criação se dá como desdobramento de discussões sobre as áreas prioritárias à conservação na região do rio Negro (ver mapa 21).

A efetivação da terra indígena Baixo rio Negro e rio Caurés, por ser fronteira com a Resex do Unini ao sul, poderia compor o mosaico. Moreira (2023) menciona que este mosaico faz parte da Reserva da Biosfera da Amazônia Central, criada em 2001 e localizada na área do Projeto Corredor Ecológico da Amazônia Central, no Estado do Amazonas, com área de 208.600 km<sup>2</sup>.

**Tabela 15 - Composição das áreas protegidas do Mosaico Rio Negro.**

Tabela 15 - Composição das áreas protegidas do Mosaico Rio Negro.				
Legenda: UCs de Proteção integral: PARNA=Parque Nacional; PES=Parque Estadual. Áreas protegidas de uso sustentável: RESEX=Reserva Extrativista; RDS=Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Área de proteção ambiental=APA. Esferas de gestão: SEMMA= Secretaria Municipal de Meio Ambiente.				
NNº	Áreas Protegidas	Esfera de gestão	Normativa	Área (ha)
11	APA Mariuá	SEMMA - Barcelos	Decreto municipal Nº 23- 20/03/1996	545.395
12	APA da Margem Direita do Rio Negro setor Puduari-Solimões	SEMA-AM	Lei - 3355 - 26/12/2008	461.741
E3	APA da Margem Esquerda do Rio	SEMA-AM	Lei - 4015 - 24/03/2014	611.008

	Negro			
34	PES do Rio Negro - Setor Sul	SEMA-AM	Decreto Estadual Nº 16.497/1995	86.601
45	PES Rio Negro - Setor Norte	SEMA-AM	Lei - 2646 - 22/05/2001	146.028
66	PARNA Anavilhanas	ICMBio	Decreto - 86.061 - 1981	350.018
77	PARNA do Jaú	ICMBio	Decreto - 85.200 - 1980	2.272.000
88	RDS do Amanã	ICMBio	Decreto - 19.021 - 04/08/1998	2.350.000
99	RDS do Rio Negro	SEMA-AM	Lei - 3355 - 26/12/2008	103.086
110	RESEX Rio Unini	ICMBio	Decreto - s/n - 21/06/2006	833.352
TTTotal				7.759.229
FONTE: Relatório Ambiental. Moreira (2023).				

Em 2018 foi lançado o Sítio Ramsar<sup>53</sup> Regional do Rio Negro no “Fórum Mundial da Água”, totalizando 12 milhões de hectares em 17 unidades de conservação, federais, estaduais e municipais, e oito terras indígenas. Além disso, mais de 50 cavernas, 350 cachoeiras e 454 sítios arqueológicos foram mapeadas no rio Negro. Essa compilação foi uma iniciativa de cooperação binacional (Brasil-Colômbia)<sup>54</sup> iniciada em 2009, denominada de “Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial do Noroeste Amazônico: Cartografia dos Sítios Sagrados” (SCOLFARO *et al.*, 2013 *Apud* LEME DA SILVA, 2020).

Parte da Terra Indígena reivindicada é abrangida pelo Sítio Ramsar, como o arquipélago de Mariuá. Embora a bacia do rio Caurés abrigue uma área úmida de extrema importância ecológica na região, esta não foi incluída no sítio Ramsar (ver anexo 6).

<sup>53</sup> A Convenção sobre as Zonas Úmidas de Importância Internacional, conhecida como Convenção de Ramsar, é um tratado ambiental intergovernamental promovido pela UNESCO. Portanto os sítios Ramsar são consideradas zonas úmidas de importância internacional.

<sup>54</sup> Cf. Leme da Silva (2020) Do lado do Brasil, os parceiros incluem o governo federal, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (governo federal), com a FOIRN e o ISA. Do lado da Colômbia, o processo vem sendo liderado pelo Ministério da Cultura da Colômbia, com participação de várias AATIs (Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas), ONGs (como Fundacion Gaia e Etnollano) e outros órgãos do governo, como Parques Nacionales Naturales, ligado ao Ministério de Meio Ambiente.

As áreas de Sítio Ramsar apontadas na compilação Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial do Noroeste Amazônico: Cartografia dos Sítios Sagrados foram consideradas como “prioridade extremamente alta”, da qual é sugerida o “Reconhecimento de TI”; Reconhecimento de áreas conservadas por comunidades tradicionais; Gestão integrada e participativa de áreas protegidas, corredores ecológicos e territórios de povos e comunidades tradicionais, dentre outras ações.

Como apontaram Leme da Silva (2020) e Moreira (2023), o arquipélago de Mariuá, área importante para as comunidades indígenas da margem direita do baixo e médio rio Negro, foi recomendada a “Regularização de atividade degradante”, tais como a extração de recursos minerais e florestais, desmatamento, queimadas, caça e pesca e a regularização ambiental (CAR e PRA).

Outra iniciativa relacionada ao ordenamento territorial no rio Negro é o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), conduzido pelo governo do estado, com objetivo de definir áreas de preservação e áreas potenciais para desenvolvimento econômico por meio de atividades extrativistas, agrícolas e comerciais. Em 2004, a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS), conduziu a oficina “Estratégias para a Conservação da Biodiversidade”<sup>55</sup>. Em 2005 a SDS promoveu um segundo seminário em Barcelos para discutir com organizações da sociedade civil local e órgãos públicos para discutir o ZEE do município (ver mapa 20).

Em 2021, o governo do estado do Amazonas publicou o Projeto “Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Amazonas-ZEE-AM” para os anos de 2022 a 2024, onde lista nove sub-regiões, dentre elas, o rio Negro. Esse projeto conta com um orçamento global de 34.600.000,00 (trinta e quatro milhões e seiscentos mil reais), das quais 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil) será destinado ao rio Negro, tendo como objetivo o Diagnóstico do Eixo dos Recursos Naturais do estado do Amazonas; Diagnóstico do Eixo Socioeconômico; Diagnóstico do Eixo Cultural Político; Diagnóstico da Base fundiária; Banco de dados geográficos (metadados); Prognóstico Ecológico Econômico do Estado do Amazonas elaborado, além dos mapas.

---

<sup>55</sup> As recomendações desta oficina incluíam: 1) realização de estudos técnicos e participativos na região dos rios Padauri e Preto; 2) criação de UC em área a ser definida dentro de um perímetro na margem direita do rio Negro, entre os limites da fronteira da TI Rio Téa e sede municipal de Barcelos e 3) redefinição dos limites do Parque Estadual (PES) da Serra do Aracá.

Ainda em 2021, o governo do Amazonas, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) e da Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR), aprovou as regras de seis acordos de pesca no rio Negro e em cinco de seus afluentes: os rios Quiuni, Aracá, Demeni, Padauri e Caurés. As comunidades indígenas São Roque, no rio Caurés e Cauburis, no rio Negro, participaram das reuniões que debateram os acordos de pesca para a região, da qual foram definidas as diretrizes para os ambientes aquáticos e categorizadas as áreas de pesca comercial, esportiva, manejo, preservação e subsistência. Apesar disso, não foi possível encontrar no Diário Oficial do Amazonas as Portarias que instituem os Acordos a partir de 2021, conforme as discussões publicadas nos veículos de comunicação local.

Os mecanismos jurídico-formais relacionados ao manejo dos recursos pesqueiros no médio rio Negro começaram a serem implementados no início dos anos 2000. Em 20 de novembro de 2001, o governo do Amazonas publicou o Decreto 22.304 que proibia a pesca comercial na bacia do rio Negro entre os trechos da divisa com a Colômbia até a foz do rio Branco.

Esse Decreto teve validade por cinco anos e após expirar em 2006, foi revisado como Decreto 27.012 de 28 de setembro de 2007, da qual sofreu algumas modificações, tais como a inclusão da proteção dos peixes tucunaré e aruanã, que teve vigência por três anos, expirando em 2010.

Em 2011, foi publicado o Decreto nº 31.151 de 06/04/2011 que disciplina a pesca em área da Bacia do rio Negro, compreendendo o trecho situado entre a divisa do estado do Amazonas com a Colômbia, até a foz do rio Branco. Este Decreto não menciona vigência, portanto, é válido até hoje.

Antes disso, no ano de 2002, foi publicado o Decreto nº 22.747, de 26 de junho, que regulamentava a pesca esportiva, recreativa e de subsistência em todo o Estado do Amazonas, ou seja, não comercial. Neste mecanismo é asseverado a exploração racional e uso sustentável dos recursos pesqueiros, preservação e conservação da biodiversidade e o cumprimento da função social e econômica da pesca. A ideia é que se fortalecesse um Acordo de Pesca, do qual é comum estimular a gestão participativa, o manejo sustentável e a disciplinarização das atividades pesqueiras, tanto por pessoas físicas, quanto jurídicas.

Esses mecanismos, além de disciplinar o uso dos recursos aquáticos, pressupunha a participação das comunidades tradicionais que vivem nesses territórios. para exemplificar,

em 2021, com a retomada das discussões sobre o Acordo de Pesca, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) promoveu uma discussão para a capacitação de 56 Agentes Ambientais Voluntários (AAV), que são indígenas das comunidades locais para realizarem ações de proteção e monitoramento dos ambientes aquáticos contemplados nos Acordos.

É oportuno ressaltar, que essa já é uma prática das comunidades indígenas da região, de proteger seus territórios e monitorar as mudanças que vêm ocorrendo, independente de iniciativas do Estado. O Instituto Socioambiental, em parceria com os indígenas das comunidades do alto ao baixo rio Negro, vem trabalhando há alguns anos com uma rede indígena de manejo ambiental, da qual são acionados os Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (AIMA). Estes agentes descrevem em diários as mudanças climáticas tendo como referência as estrelas, constelações e demais conhecimentos tradicionais. Assim, diariamente, as anotações vão fazendo parte de um registro minucioso sobre o território e as mudanças que este vem sofrendo, como as enchentes e queimadas na região.

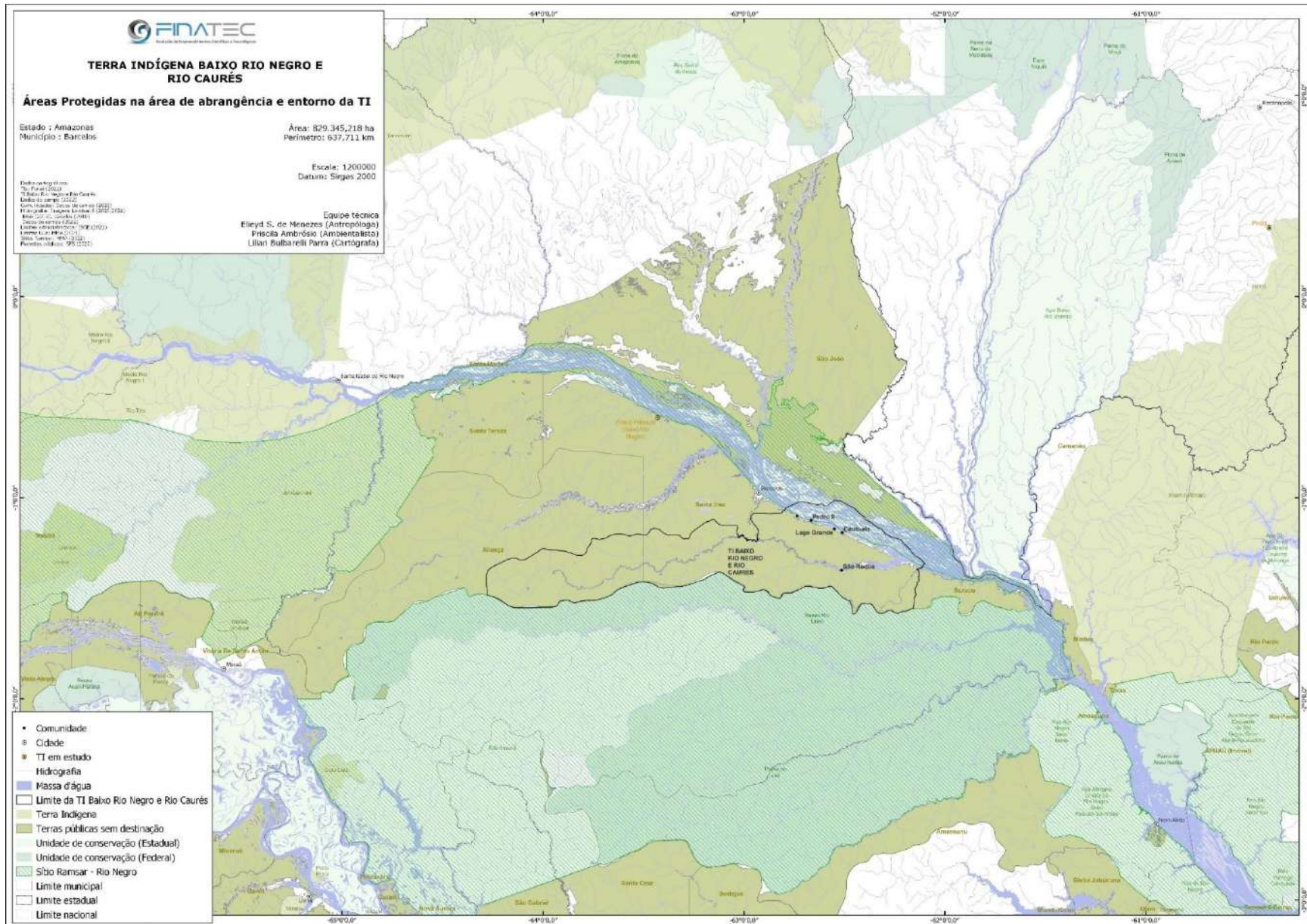
As atividades de ordenamento pesqueiro do rio Negro, elencando as atividades recentes de 2021, têm recebido apoio financeiro do Projeto Paisagem Sustentáveis da Amazônia, financiado pela Global Environment Facility (GEF), tendo o Banco Mundial como agência implementadora. No Brasil, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Secretaria de Biodiversidade (SBIO), é a instituição coordenadora do projeto, responsável pela supervisão, articulação institucional e monitoramento da implementação<sup>56</sup>.

Por se tratar de uma área rica em biodiversidade, o território das comunidades indígenas dos povos Baré, Tukano, Baniwa, Arapaso, Piratapua, Macuxi e Tikuna do baixo rio Negro e rio Caurés (AM) vem sendo discutido há décadas no que tange ao ordenamento territorial, mas é importante ressaltar que o estado de conservação deste território se deve aos povos indígenas que ali habitam.

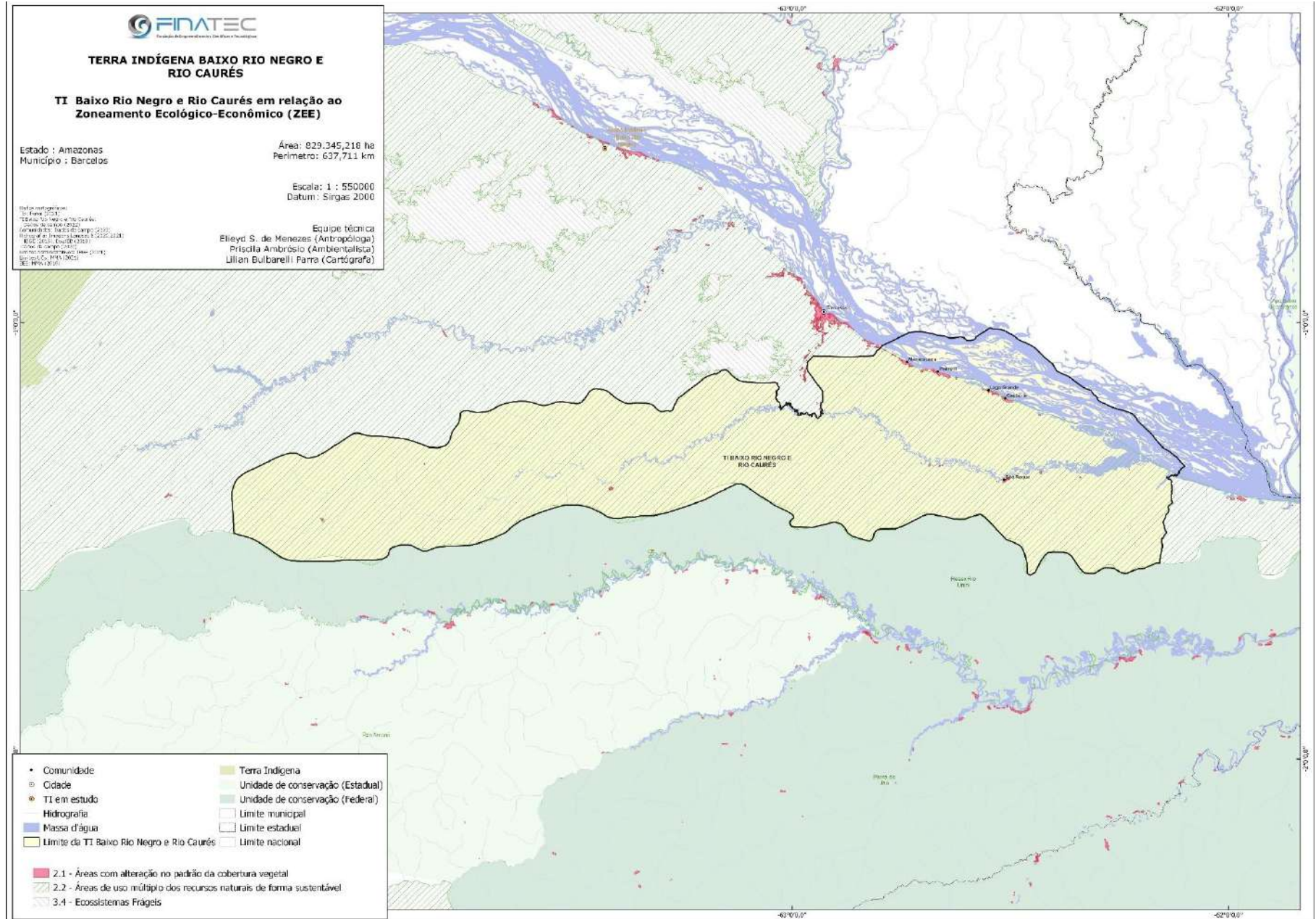
---

<sup>56</sup> Ver <https://portalamazonia.com/estados/amazonas/sema-elabora-acordo-de-pesca-para-municipios-de-barcelos-e-santa-isabel-do-rio-negro>.

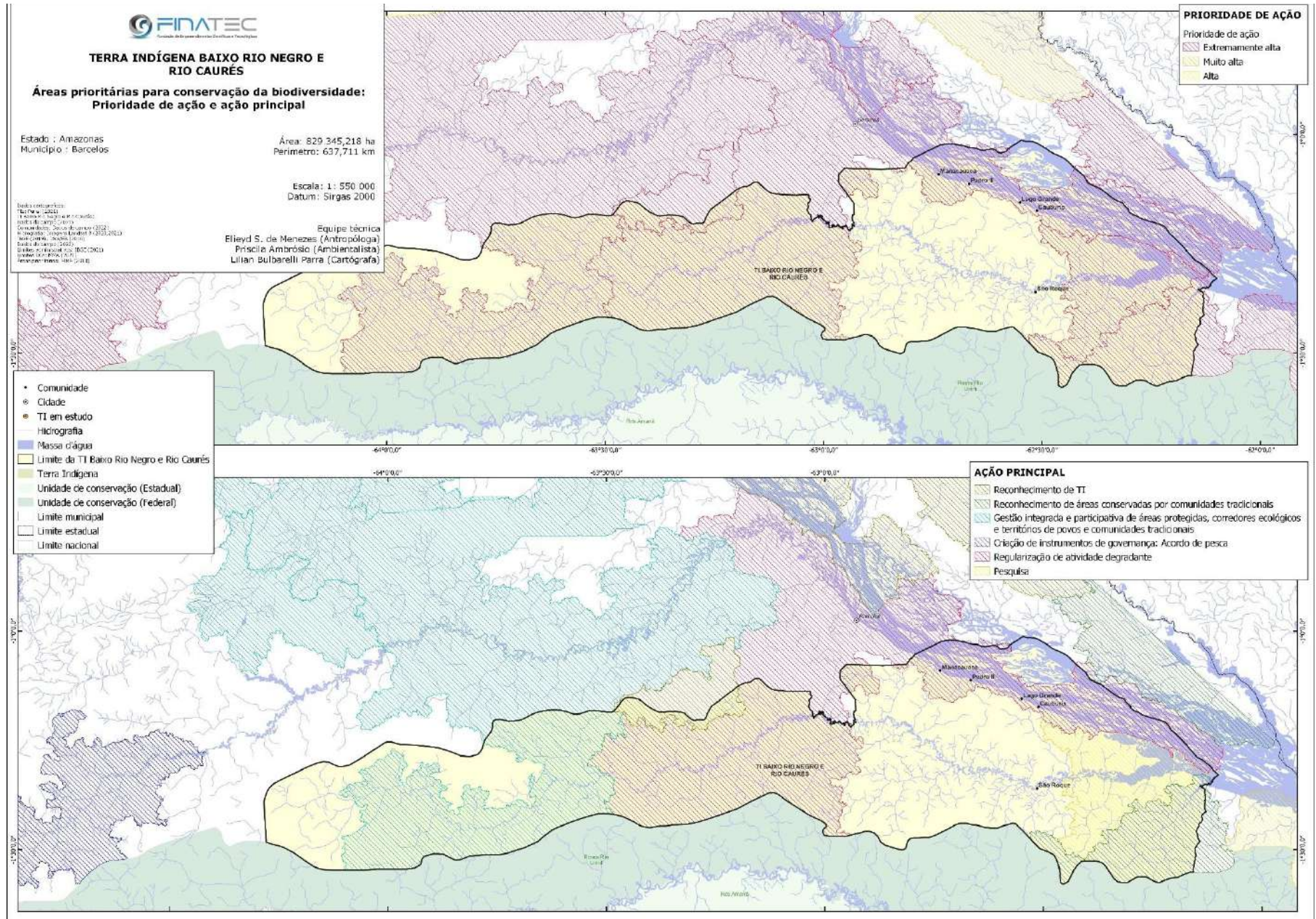
Mapa 19 - Áreas protegidas na área de abrangência e entorno da T.I.



Mapa 20 - Zoneamento econômico e ecológico (ZEE)



Mapa 21 - Áreas prioritárias para conservação da biodiversidade



#### **4.4. Áreas imprescindíveis aos Barés, Tukanos, Baniwas, Arapaso, Piratapuia, Macuxis e Tikunas do baixo Rio Negro e Rio Caurés.**

As áreas imprescindíveis à reprodução física e cultural dos povos indígenas das cinco comunidades elencadas aqui perpassam as áreas de *terra firme*, *várzea* e *igapó* do rio Negro em sua margem direita, o rio Caurés em sua extensão até as cabeceiras e parte das ilhas do arquipélago Mariuá. O limite do território apontados por eles corresponde a uma área de 777.120,00 ha (Setecentos e setenta e sete mil, cento e vinte hectares aproximadamente) que tem como referência, ao norte, o lago do Arapidá e Paranã do Manacauaca, ambos na margem direita do rio Negro, nas proximidades da comunidade Manacauaca, abrangendo ainda em seus limites as ilhas do Japó, Dolomito, Barroso, Caru-Caru, tem como limite, ao leste, a ilha da Castanha, encontrando ali a margem esquerda do Rio negro, como limite, ao sul, o igarapé do Xerui e a RESEX do Unini, e os limites, à oeste, as cabeceiras do rio Caurés.

Foram identificadas mais de 200 toponímias referentes ao espaço social de produção física e simbólico descritas pelos indígenas, como *poços*, *lagos*, *furos*, *praias*, *paragens* ou *praias mofadas*, *igarapés*, *ilhas* e *baía*. Estes espaços sociais são assim considerados a partir do processo de territorialização desses povos. As principais são:

No rio Negro:

As *ilhas*: Basto, Dolomino, Japó, Barroso, Pacacanga, Caru-caru, Arraia, Preto, Brito, Mana, Depósito, Bárbara, Peteca, Iaruna, Lúcio, Lucinho, Tenteruque, Castanha, Seraia, Papagaio, Folharal, Folharalzinho, Batista, Iauaruna, Umari, Fidélis, Mariana, Cubiu, Sapucaia, Bicho, Pato, Limão, Maruim, Alhaque, do Açaí, Menena, Japurá, Gaivota, Carrapatinho, do Preto.

Os *lagos*: Arapidá, dos 15, Bouiaçu, Grande, Japurá, Japurá 1, Samalaca, Pirarara, Limão, Passe e pare, Sapucaia,

As *praias*: Japó, Dolomito, Arapidá, Piranha, Trovão, Andorinha, Jararaca, Barca.

Os *igarapés*: Arapidá, Ubinzinho, D. Pedro II, Pontão, Anati, Laguinho, Uruá, Aliaque, Samalaca, Grande, Curirarrá, Urupiaú, Uixi, Epuqui e Xerui

Os *Paranãs*: Arapidá, Manacauaca, Curupira, Samalaca, Batista, Pampão, Borbulha, Carrapatinho e Menena.

*Poço*: do Arthur.

As *trilhas*: para o igarapé do Ubinzinho e para o igarapé do Curirarrá, esta liga a Comunidade Cauburis do rio Negro à comunidade São Roque no rio Caurés. É comum nos *igarapés* haver trilhas, especialmente para as ocasiões de caça e extrativismo na região.

*Canal de verão*: Este canal é uma rota conhecida pelos indígenas das comunidades durante a seca, é um caminho entre o *Paraná* do Surubim até a *ilha* do Japó, que eles sabem que não irão encalhar e por isso é muito utilizada.

No rio Caurés:

A *Baía*: do rio Caurés.

Os *lagos*: Zaruca, Macula, Manaquiri, Pausada, Inferno, Curiraha, Kuinhã, Muru-Muru, Joaquim, São Roque, Marabitana, Azul, Iara, Itaupal, Tracajá, Remo, Pirarucu, Lua, Cerca, Trovão, Pantaleão, Cauxi, Arraia, Tapagem, Tambor, Inajá, Volta velha, Itu, Perdido, Sorvina, Castanha, Pirara, Trumucu, Chapéu, Massarabi, Taracua, Miltinho, Campinho, Maribebe, Jutaizinho, Curtosifino, Dinho, Bacabinho, Samaúma, Tavares, Mucuí, do Repartimento, do Pretinho, Santo Alberto, Tapagem, Mangueira, Refugo, Jamanxim, Tonelada, Canela, Carrapato, Pacuti, São Salvador, Caximbo, dos vinte e dois, da Medalha, das Três pontas, do Fausto, das Onças, do Macaco, do Mandauçu, Sete Lagos, das Estrelas, da Bacaba, do Cajarizinho, Borboleta, Arretiro, do Dinho, do Mucuí.

Os *igarapés*: Maciano, Maribebe, Bacabinha, Plácido, Perdido, Algodal, Nuixi, Paca, Tracajá, Macuco, Muru-Muru, Curirarrá, Branco, Domingão, Dominginho, Santo Alberto, Ferrugem, do Pretinho, São Sebastião, Refugo, Tambor, Monterebe, Canela, Fofolega, Carrapato, Zelão, Preto, Desgraça, Cajari grande, Imbuiaçu, Escondido, dos Cornos, Caximbo, Bacia, Serafim, Seco, Jandiá, Água Boa, Capixu.

As *praias mofadas* ou *paragens*: Taquari, Chapéu, Santa Luzia, Santo Alberto, Rancho das flores, Tambor, Jacamim, Cata saco, Cuxima, dos Cornos, Belo Horizonte, do Dinho, do Macolo, das Três pontas, do Bolota, Sete Lagos.

Os *furos*: Coruja, Zaruca, Azul, Iara, Macuco, Panta, Hilário.

Os *poços*: Maracauçu, Sacado, Sorvina.

As *praias*: do Cavalo, Alta.

Essas toponímias foram nomeadas a partir da memória coletiva de eventos do passado, por incidência de flora e fauna específica, classificadas a partir dos conhecimentos tradicionais desses povos ou por nomes de pessoas antigas que habitavam essa região. Ao

longo do rio Caurés, por exemplo, os indígenas apontaram os *sítios* antigos com capoeiras maduras, que têm entre 30 e 50 anos e remetem à época em que as famílias da comunidade São Roque trabalhavam com a sorva, como o *sítio do igarapé do Carrapato*, nas cabeceiras do rio Caurés.

Neste sentido, algumas toponímias possuem um significado segundo a memória social do grupo. A *ilha da Barca*, por exemplo, se refere a um navio que afundou em algum momento do passado, assim como o *igarapé D. Pedro II* e a comunidade de mesmo nome, que assim foram designados por conta de um navio chamado “D. Pedro II” que afundou naquela localidade. A *ilha da Mariana* é assim conhecida porque ela é habitada por Mariana, um ser encantado muito respeitado pelos indígenas da região. A *ilha Dulomino* é apelidada como *ilha da desova* pelos indígenas de Manacauaca, já que os quelônios costumam desovar ali com maior frequência, da mesma forma uma localidade específica dessa ilha é conhecida como *sacaquarto* já que em um momento no passado, um pescador jogou a malhadeira e pegou, ao invés de peixes, metade de um corpo humano, especificamente a parte dos quadris e as pernas, conhecidas na região como *os quartos* de uma pessoa.

O antigo nome da comunidade São Roque era *arriga* devido à incidência da paxiúba barriguda naquela região. A *ilha do depósito* é assim conhecida porque no passado essa ilha era utilizada como depósito de lenhas dos navios comerciais que circulavam na região.

Outras toponímias foram denominadas a partir de palavras nas línguas indígenas como em *nheengatu*, é o caso, do *igarapé do Urupiaú* (=peixe de ouro), *lago do Taquari* (=pequena taquara, lasca de bambu que usavam como cachimbo), *lago do Maracauçu* (=chocalho grande).

Há também toponímias da região identificadas a partir da memória da presença de moradores antigos, conhecidos na região como *os antigos*, como lago do Fausto, lago do Dinho, ilha do Batista, ilha do Menena, lago do Milinho.

Das toponímias identificadas, pelo menos 84 (ver Tabela 16) são utilizadas como áreas essenciais à reprodução física e sociocultural no presente, seja de uso intenso ou não. As demais citadas acima e que não estão na tabela correspondem às áreas utilizadas ocasionalmente, conhecidas pelos indígenas da região tanto pelas narrativas do passado, quanto para preservação do presente e cuidados para as futuras gerações.

**Tabela 16 - Principais toponímias e atividades socioeconômicas**

Legendas: A: agricultura, EV: extrativismo vegetal, P: pesca, PE: guias na pesca esportiva, PO: pesca ornamental, Q: captura de quelônios, C: caça.

<b>Toponímia significativas</b>	<b>Atividades econômicas</b>	<b>Especificidades</b>	<b>Uso intenso</b>	<b>Região</b>
Ilha Seraia	EV	muita madeira	X	arquipélago do Mariuá
Lago Sapucaia	P			arquipélago do Mariuá
Paraná do Pampão	P, EV			arquipélago do Mariuá
Ilha do Japó	A, P, EV, Q	muita madeira, trecho do canal de verão	X	arquipélago do Mariuá
Ilha do Basto	Q, EV	madeira		arquipélago do Mariuá
Ilha Dolomino	Q	praia muito extensa, muitos ovos	X	arquipélago do Mariuá
Ilha do Barroso	P, EV	área mais funda, só faz praia quando seca bastante	X	arquipélago do Mariuá
Ilha Caru-Caru	EV, P	muita madeira. área de chavascal	X	arquipélago do Mariuá
Ilha do Açai	P, EV			arquipélago do Mariuá
Ilha do Preto	PE, EV, A, P	tucunarés grandes, muita madeira, capoeiras	X	arquipélago do Mariuá
Paraná do Curupira	A, EV	área de roças e capoeiras		arquipélago do Mariuá
Lago dos 15	P	muitos lagos, barcos geleiros	X	arquipélago do Mariuá
Ilha do Folharal	Q	desova de quelônios em damiçá		arquipélago do Mariuá
Paraná do Batista e Ilha do Batista	EV, P	arumã-membeca	X	arquipélago do Mariuá
Ilha e lago do Japurá	P, C			arquipélago do Mariuá

**Tabela 16 - Principais toponímias e atividades socioeconômicas**

Legendas: A: agricultura, EV: extrativismo vegetal, P: pesca, PE: guias na pesca esportiva, PO: pesca ornamental, Q: captura de quelônios, C: caça.

<b>Toponímia significativas</b>	<b>Atividades econômicas</b>	<b>Especificidades</b>	<b>Uso intenso</b>	<b>Região</b>
Ilha do Lúcio	P	trecho do canal de verão		arquipélago do Mariuá
Ilha Peteca	PE	pousada para turista		arquipélago do Mariuá
Ilha do Tenteruque	A, P, EV	roças e capoeiras em várzea		arquipélago do Mariuá
Paraná do Surubim	P	trecho do canal de verão		arquipélago do Mariuá
Ilha do Brito	A, P, EV	muitas roças		arquipélago do Mariuá
Ilha da Barba	Q			arquipélago do Mariuá
Ilha da Gaivota	Q			arquipélago do Mariuá
Ilha da Mariana	EV, Q	madeira, desova de quelônios. vegetação mais rala. Local de encantados.		arquipélago do Mariuá
Ilha do Bicho	Q, P	muito peixe de escama, desova de quelônios em damiçá		arquipélago do Mariuá
Paraná do Caprinha	P	pesca de filhote		arquipélago do Mariuá
Lago do Samalaca	P, C, EV	castanhais em ponta de terra		margem direita do rio Negro
Igarapé Cauburis Grande	EV, C	banhava área do sítio original Cauburis Velho		margem direita do rio Negro
Igarapé Curirarrá	Q, EV, C	desova de quelônios no damiçá na boca do igarapé com o rio Caurés. Palha de ubim, extração de madeira		margem direita do rio Negro

**Tabela 16 - Principais toponímias e atividades socioeconômicas**

Legendas: A: agricultura, EV: extrativismo vegetal, P: pesca, PE: guias na pesca esportiva, PO: pesca ornamental, Q: captura de quelônios, C: caça.

<b>Toponímia significativas</b>	<b>Atividades econômicas</b>	<b>Especificidades</b>	<b>Uso intenso</b>	<b>Região</b>
Igarapé Menena	P, C, EV	castanhais em ponta de terra	X	margem direita do rio Negro
Ilha do Carrapatinho	P, EV	forma poço		margem direita do rio Negro
Lago Arapidá	P, EV	capoeiras maduras, fartura de peixes	X	margem direita do rio Negro
Igarapé do Ubimzinho	C, EV	madeiras, paca. floresta virgem.		margem direita do rio Negro
Igarapé do Anati	A, C, EV	buritizais na enseada. roças nas pontas de terra		margem direita do rio Negro
Lago Grande	Q, P, A, EV	peixe-boi. desova de quelônios em torrões no Sítio Barro (GPS 204), poços no Lago Buiaçu (GPS 202). abundância de jacaré-açu e ariranhas. ocorrência de onça-parda.	X	margem direita do rio Negro
Igarapé Uruá	EV	castanhais na borda do Lago Grande		margem direita do rio Negro
Igarapé do Laguinho	A, P, C, EV	forma poços, capoeiras maduras na borda	X	margem direita do rio Negro
Ilha do Papagaio	P	poços na boca do Lago Grande		margem direita do rio Negro
Trilha para Igarapé do Ubimzinho	A, EV, C	capoeiras, castanheiras, tucumáí, abundância de madeiras e enviras: louro-alitu, umiri, tachi da terra firme		margem direita do rio Negro
Trilha para Igarapé Curirarrá	C, EV	patauzal, cipó-coroa, sorval, itaúba, abundância de madeiras	X	margem direita do rio Negro

**Tabela 16 - Principais toponímias e atividades socioeconômicas**

Legendas: A: agricultura, EV: extrativismo vegetal, P: pesca, PE: guias na pesca esportiva, PO: pesca ornamental, Q: captura de quelônios, C: caça.

<b>Toponímia significativas</b>	<b>Atividades econômicas</b>	<b>Especificidades</b>	<b>Uso intenso</b>	<b>Região</b>
Paraná do Manacauaca	A, EV, P	muitas roças	X	margem direita do rio Negro
Igarapé Pedro II	EV	fundos da comunidade Pedro II		margem direita do rio Negro
Igarapé Alitu	P, EV			margem direita do rio Negro
Igarapé do Pontão	EV	muita madeira		margem direita do rio Negro
Igarapé do Xeriuni	P, PE	tucunaré		margem direita do rio Negro
Igarapé Igarapiaú	P, EV	fatura de peixes		margem direita do rio Negro
Igarapé do Uixi	A, P, C, EV	ocorrência de onça parda, capoeiras maduras		margem direita do rio Negro
Igarapé do Miriti	A, P, C, EV	capoeiras maduras		margem direita do rio Negro
Igarapé do Utinga	A, P, C, EV	capoeiras maduras		margem direita do rio Negro
Igarapé do Cubaço	A, P, C, EV	capoeiras maduras		margem direita do rio Negro
Igarapé Urubianu	A, P, C, EV	capoeiras maduras		margem direita do rio Negro
Lago da Ramada	P	peixe-boi		margem direita do rio Negro, acima de Manacauaca, porém fora da área reivindicada como T.I.
Igarapé Animbá	Q	desova de quelônios em campinas		margem esquerda do rio Negro

**Tabela 16 - Principais toponímias e atividades socioeconômicas**

Legendas: A: agricultura, EV: extrativismo vegetal, P: pesca, PE: guias na pesca esportiva, PO: pesca ornamental, Q: captura de quelônios, C: caça.

<b>Toponímia significativas</b>	<b>Atividades econômicas</b>	<b>Especificidades</b>	<b>Uso intenso</b>	<b>Região</b>
Igarapé Curitibaú	Q	desova de quelônios em campinas		margem esquerda do rio Negro
Igarapé Uruaia	Q, P	desova de quelônios, campinas		margem esquerda do rio Negro
Igarapé Curitibaú	Q, P	desova de quelônios, campinas		margem esquerda do rio Negro
Baía do Caurés	P, PE, Q	barcos de turismo	X	rio Caurés
Ponta do Pequiá	PE	tucunaré na baía do Caurés	X	rio Caurés
Lago do Macucu	P, A, C			rio Caurés
Poço do Sorvinha	P, Q, C	pirarara. início das manchas de caranãs.		rio Caurés
Lago do Castanho	P, Q, C			rio Caurés
Poço do Maracauçu	P	pirarara, filhote, surubim		rio Caurés
Lago do Taracuaú	P, PE, C	próximo ao Estirão do Massarabi, pista de pouso de turistas. Tem campinas nas cabeceiras.		rio Caurés
Igarapé do Plácido	P, C	lagos, muito peixe, forma voltas velhas		rio Caurés
Igarapé do Hilário	P, C	forma voltas velhas		rio Caurés
Igarapé do Maribebe	P, C, EV	até este trecho uso muito frequente	X	rio Caurés
Lago do Taquari	P, C	taquari para peixes		rio Caurés
Lago do Tavares	A, P, C, EV	capoeiras maduras		rio Caurés
Igarapé do Marciano	A, P, PE, C	paca, anta em praia mofada, pista de pouso		rio Caurés

**Tabela 16 - Principais toponímias e atividades socioeconômicas**

Legendas: A: agricultura, EV: extrativismo vegetal, P: pesca, PE: guias na pesca esportiva, PO: pesca ornamental, Q: captura de quelônios, C: caça.

<b>Toponímia significativas</b>	<b>Atividades econômicas</b>	<b>Especificidades</b>	<b>Uso intenso</b>	<b>Região</b>
		de turistas, capoeiras maduras		
Igarapé Água Boa	A, P, PO, C, Q	desova de quelônios em praia mofada, peixe cardinal, capoeiras maduras		rio Caurés
Lago do Arretiro	A, P, C, EV	buritizais e capoeiras maduras	X	rio Caurés
Igarapé do Cajarzinho	C	paca, anta		rio Caurés
Igarapé Buiacu	P, C, PE, PO			rio Caurés
Praia Alta	P	forma poços, peixe liso		rio Caurés
Igarapé do Algodal	A, EV, C, P	forma várzeas, capoeiras maduras		rio Caurés
Igarapé do Preto	PO, EV	área de caatinga. peixe cardinal, madeira	X	rio Caurés
Igarapé Noixi	P	muito peixe		rio Caurés
Igarapé Tracajá	Q, C	muito tracajá, muita caça		rio Caurés
Igarapé Inajá	EV	capoeiras maduras		rio Caurés
Igarapé Jandiá	EV	capoeiras maduras		rio Caurés
Igarapé do Carrapato	EV	capoeiras maduras. colocação de sorva na década de 30		rio Caurés
Igarapé Adauaú	A, P	capoeiras maduras		rio Caurés
Lago do Ubim	PE	tucunarés	X	rio Caurés

<b>Tabela 16 - Principais toponímias e atividades socioeconômicas</b>				
Legendas: A: agricultura, EV: extrativismo vegetal, P: pesca, PE: guias na pesca esportiva, PO: pesca ornamental, Q: captura de quelônios, C: caça.				
<b>Toponímia significativas</b>	<b>Atividades econômicas</b>	<b>Especificidades</b>	<b>Uso intenso</b>	<b>Região</b>
Igarapé Apiaú	EV	cutelo de itaúba	X	rio Caurés
Lago da Pausada	P	pirarucu		rio Caurés
FONTE: Relatório ambiental, Moreira (2023).				

O território reivindicado é de uso coletivo, entretanto, cada comunidade possui sua territorialidade específica, e é de comum acordo e conhecimento entre eles, as áreas de uso de cada família.

**As formas de uso e ocupação do território estão diretamente condicionadas às características ambientais locais, especialmente à presença extensa de áreas sazonalmente alagáveis e à baixa fertilidade dos solos, fatores que limitam práticas produtivas intensivas e favorecem modelos de exploração mais extensiva.** Em ambientes como igapós e campinaranas, onde o pulso das águas e a oligotrofia do solo restringem a agricultura permanente, observa-se a adoção de estratégias de manejo baseadas na mobilidade territorial, no uso complementar de diferentes ecossistemas e na manutenção predominante da cobertura florestal. **Essas condições influenciam diretamente a dimensão espacial necessária para garantir a reprodução das atividades tradicionais, o que resulta em maior superfície total para fins de demarcação e titulação territorial.**

Como pode ser observado, as comunidades do rio Negro, Cauburis, Lago Grande, D. Pedro II e Manacauaca por possuírem faixas de *borocotozal* atrás das unidades domésticas, ficam com pouco espaço para estabelecer suas roças na terra firme da margem direita do rio Negro, por isso utilizam algumas ilhas do arquipélago de Mariuá para a roça da mandioca de seis meses e plantações de outras frutíferas.

A comunidade de Manacauaca, mais próxima da sede municipal de Barcelos, utiliza com frequência para suas práticas produtivas e sociais, como caça, pesca, agricultura no *igarapé e lago do Arapidá, igarapé do Ubimzinho, paranã do Manacauaca*, todos situados

na terra firme do rio Negro, em sua margem direita. São também muito frequentadas para pesca, agricultura e coleta as ilhas do Dulomino, ilha do Barroso, ilha da Ramada, ilha do Acaí, ilha do Seraia, ilha do Arraia, ilha Tenteruque, ilha do Batista, ilha do Japó, todas no arquipélago Mariuá. Além disso, os igarapés do rio Caurés são visitados em ocasiões de caça desses povos.

A comunidade de D. Pedro II pesca na ilha do Preto, Tenteruque, Batista, Cachimbo, Castanha, Jararaca, Tarrimbuça, Arraia, Japó, Papagaio, Surubim, Anajauzinho, Seraia, Açaí, Papacangas, Morcego, Irauaú, Caru-Caru, Curral, Malibuque, Curitibaú, Bucuaú, Uruaia, Arapixi, Animbá, Purixituba e Zamulu. Caçam principalmente nos igarapés de Buritiaú, Patinho, Curutiaú e Ubim. Utilizam também o Lago Grande que é compartilhado com os indígenas da comunidade de mesmo nome. Estabelecem suas roças, sobretudo, nas ilhas mencionadas acima, pois a terra firme, propícia para essa atividade (que não seja *borocotozal*), fica muito longe, cerca de três horas à remo. Uma família de D. Pedro II frequenta o sítio no igarapé do Quaru, em área de várzea, na margem esquerda do rio Negro, nas proximidades do rio Demeni. Além disso, os *igarapés do Pontão*, Anati e D. Pedro II são frequentados para caça e extrativismo vegetal.

Na comunidade Lago Grande, os *igarapés Uixi*, Uruá e Laguinho são frequentados para caça e extrativismo vegetal, a pesca é realizada nos lagos e ilhas nas proximidades da comunidade, como lago Boiuagu e lago Grande.

A comunidade de Cauburis costuma realizar suas atividades produtivas nas ilhas de sua proximidade, sobretudo no verão, onde extraem madeiras para reforma e construção de suas casas, caçam (cutia, paca, porquinho, antas e quelônios), pescam e fazem roça, principalmente na ilha da Mariana e Barca, consideradas encantadas, ilha Alhaque, ilha do Papagaio, ilha do Batista, ilha do Umari, ilha do Fidélis, Cubiu, Lago do Samalaca, ilha do Sapucuaia, ilha do Limão, do Marui, do Menena. Além disso, algumas famílias fazem roças, caçam e pesca nas ilhas que alcançam a margem esquerda do rio Negro, como pode ser visto nos mapas 05, 06, 07, 08, 9a e 9b. Uma família de Cauburis ocasionalmente faz roça em um sítio no igarapé do tucunaré, no rio Curuduri, margem esquerda do rio Negro. Além disso, os igarapés próximos dessa comunidade também são bastante frequentados para caça e extrativismo vegetal, como o *igarapé do Curirarrá e Menena*.

O Rio Caurés, onde fica localizada a Comunidade de São Roque, também é frequentado por todas as comunidades que trata este relatório, para atividades de caça, sobretudo em seus *igarapés*.

A comunidade São Roque utiliza toda a calha do rio Caurés frequentemente ou ocasionalmente e compartilha com as demais comunidades, além disso, foi possível perceber nas entrevistas as memórias dos usos das ilhas do rio Negro. Os indígenas dessa comunidade pescam, principalmente, *no lago do Macucu, poço do Sorvinha, lago do Castanho, poço do Maracauçu, lago do Taracuí, igarapé do Plácido, igarapé do Hilário, igarapé do Maribebe, lago do Taquari, lago do Tavares, igarapé do Marciano, igarapé Água Boa, lago do Arretiro, igarapé Buiçu, praia Alta, igarapé do Algodal, igarapé Noixi, igarapé Adauai e lago da Pausada*. Realizam suas atividades de coleta e extrativista, principalmente no *igarapé do Maribebe, lago do Tavares, lago do Arretiro, igarapé do Algodal, igarapé Inajá, igarapé Jandiá, igarapé do Carrapato e igarapé Apiaú*.

Para captura de quelônios, o *igarapé Tracajá, a baía do Caurés, o poço do Sorvinha, o lago do Castanho e o igarapé Água Boa* são os mais visitados e para caça, o *lago do Macucu, poço do Sorvinha, igarapé Água Boa, lago do Castanho, lago do Taracuí, igarapé do Plácido, igarapé do Hilário, lago do Taquari, lago do Tavares, igarapé do Marciano e lago do Arretiro* são os mais procurados, conforme pode ser visto nos mapas 05 e 06.

Moreira (2023) em seu relatório ambiental observou que as cabeceiras do rio Caurés são locais de difícil acesso, devido à abundância de chavascas e buritizais a partir do *Lago do Arretiro* nas imediações onde a Estrada do Caurés foi construída, essa é uma região do Caurés com caatingas, ambientes muito peculiares com espécies endêmicas (ver parte II do relatório ambiental). As cabeceiras do rio Caurés são visitadas com menos frequência pelos indígenas da região, entretanto são ambientes fundamentais para reprodução dos peixes nos chavascas, e, portanto, essenciais para a conservação dos recursos naturais e reprodução física e sociocultural do grupo em questão.

Durante o trabalho de campo e em especial, as oficinas de mapas, os indígenas das cinco comunidades apontaram as cabeceiras do Caurés como reservas de recursos naturais para os jovens das comunidades, pensando nas futuras gerações, eles indicaram em detalhes o conhecimento sobre a localização dos recursos nas cabeceiras.

É oportuno ressaltar que nas áreas indicadas acima, as atividades sociais/produativas das famílias indígenas que ocupam este território são, em várias ocorrências, realizadas a partir da construção de sítios, que pode haver casas (ou barracas de palha) onde as famílias dormem no período da realização de suas atividades, visto esses lugares são distantes das unidades domésticas das comunidades. Nos *sítios*, pode haver também as casas de forno/farinha, assim após a colheita da roça, a mandioca já pode ser beneficiada e a farinha transportada à comunidade ou cidade, se for para a venda. Identificamos algumas roças das famílias das cinco comunidades, conforme tabela abaixo:

<b>Tabela 17 – Alguns sítios das famílias indígenas no território reivindicado</b>					
	<b>identificação</b>	<b>aspecto florestal</b>	<b>comunidade</b>	<b>localização</b>	<b>área</b>
1	Sra. Dejanira	roça	Cauburis	próximo ao Igarapé Curirarrá	margem direita do rio Negro
2	sítio Visão de Águia e sítio Isabel, Sr. Francisco Ferreira Gomes.	roça	Lago Grande	boca do Lago Grande	margem direita do rio Negro
3	Sra. Eulália	roça	Lago Grande	Lago Grande	margem direita do rio Negro
4	Sr. Rosimar	roça	Manacauaca	paraná do Manacauaca	margem direita do rio Negro
5	cunhado do Sr. José	roça	Manacauaca	paraná do Manacauaca	margem direita do rio Negro
6	Sra. Jesuíta	capoeira jovem	Manacauaca	paraná do Manacauaca	margem direita do rio Negro
7	Sra. Maria Alberta Pantoja e Sr. Valter	roça	Manacauaca	paraná do Manacauaca	margem direita do rio Negro
8	Sr. Sullivan	roça	Manacauaca	paraná do Manacauaca	margem direita do rio Negro
9	Sr. Cleomar	roça	Manacauaca	paraná do Manacauaca	margem direita do rio Negro
10	Sr. Nivaldo	roça	Manacauaca	paraná do Manacauaca	margem direita do rio Negro
11	Sra. Jesuíta	roça	Manacauaca	paraná do Manacauaca	margem direita do rio Negro
12	Sr. Celso	roça	Manacauaca	paraná do Manacauaca	margem direita do rio Negro
13	Sr. Evaldo	roça	Manacauaca	paraná do Manacauaca	margem direita do rio Negro

14	Fazenda Santa Maria, Sr. Ezequias	fazenda com gados	Pedro II	barranco do Rio Negro	margem direita do rio Negro
15	Sr. Aldenilso	roça	Pedro II	ponta de terra no igarapé Anati	margem direita do rio Negro
16	Sr. Bilro	roça	Pedro II	ponta de terra no igarapé Anati	margem direita do rio Negro
17	Sr. Josué	roça	Pedro II	ponta de terra no igarapé Anati	margem direita do rio Negro
18	Sra. Barcelina	capoeira jovem	Pedro II	ponta de terra no igarapé Anati	margem direita do rio Negro
19	Sr. Maurício	roça	Pedro II	barranco do Rio Negro	margem direita do rio Negro
20	Sr. Cango	roça	Pedro II	barranco do Rio Negro	margem direita do rio Negro
21	Sr. Robertão Sales Rodrigues	capoeira jovem	Pedro II	barranco do Rio Negro	margem direita do rio Negro
22	Sr. Emerson	capoeira jovem	Pedro II	barranco do Rio Negro	margem direita do rio Negro
23	Sr. Buzina	capoeira jovem	Pedro II	barranco do Rio Negro	margem direita do rio Negro
24	sítio Bom Sucesso, Sr. Jonas	capoeira jovem	Pedro II	barranco do Rio Negro	margem direita do rio Negro
25	Sr. Isac	capoeira jovem	Pedro II	barranco do Rio Negro	margem direita do rio Negro
26	Sr. Emerson Rico	capoeira jovem	Pedro II	barranco do Rio Negro	margem direita do rio Negro
27	Sra. Raquel	capoeira jovem	Pedro II	barranco do Rio Negro	margem direita do rio Negro
28	sítio Monte Sinai, Sr. Juivaldo	capoeira jovem	Pedro II	barranco do Rio Negro	margem direita do rio Negro
29	Sr. Ló	capoeira jovem	Pedro II	barranco do Rio Negro	margem direita do rio Negro
30	sítio Quaru, Sra. Lucilene e Manuel dos Santos	roça	Pedro II	várzea na boca do rio Demeni	margem esquerda do rio Negro
31	sítio do Tambor	capoeira madura	São Roque	próximo ao igarapé Algodoal	rio Caurés
32	sítio Inajá	capoeira madura	São Roque	próximo ao igarapé Algodoal	rio Caurés
33	sítio Jacitara	capoeira madura	São Roque	igarapé Marciano	rio Caurés
34	sítio Najá	capoeira madura	São Roque	próximo ao igarapé Água Boa	rio Caurés

35	sítio São Paulo	capoeira madura	São Roque	próximo ao Lago do Arretiro	rio Caurés
36	sítio do Ubim	capoeira madura	São Roque	Lago do Ubim	baía do Caurés
37	sítio do Ceará	capoeira madura	São Roque	Baía do Caurés	baía do Caurés
38	sítio Adauá	capoeira madura	São Roque	Igarapé Adauá	baía do Caurés
39	sítio Apuluaca (já foi comunidade)	capoeira madura	São Roque	Baía do Caurés	baía do Caurés
40	sítio Urubianu, Sr. César Pereira	roça	São Roque	Igarapé Urubianu	baía do Caurés
41	Sr. Raimundo	roça	São Roque	rio Caurés	rio Caurés
42	Sr. Santana	roça	São Roque	rio Caurés	rio Caurés
43	Sr. Eli	roça	São Roque	rio Caurés	rio Caurés
44	Sra. Maria das Dores	roça	São Roque	rio Caurés	rio Caurés
FONTE: Relatório ambiental (Moreira, 2023).					

#### 4.5. Conflitos com não índios, impactos e ameaças ao território

Os conflitos, impactos e ameaças identificados no território reivindicado como Terra Indígena são de diferentes ordens desencadeadas desde o período colonial, o que vem acarretando uma série de prejuízos aos povos indígenas da região. Nas comunidades visitadas os principais conflitos estão associados às disputas de acesso à terra e uso dos recursos naturais. São eles:

a) Sítios dos herdeiros dos antigos patrões do século XX: Apesar dos antigos patrões que se intitulavam donos das terras que hoje estão estabelecidas as comunidades já terem falecido, os seus herdeiros reivindicam hoje a posse do território e proíbem o acesso e uso dos recursos naturais pelos indígenas. Salienta-se que tais herdeiros se estabeleceram em sítios próximos às comunidades e impuseram limites até onde as comunidades poderiam utilizar, causando um sentimento de que estes estão “imprensados” em suas terras tradicionalmente ocupadas.

Foi possível identificar essa situação, sobretudo em Cauburis, Lago Grande e Manacauaca. As famílias que se apresentam como herdeiros dos antigos patrões e grandes comerciantes das empresas aviadoras da região do século XX, são apontados pelos indígenas

como pessoas "sovinas", pois impedem o livre acesso da comunidade nos locais com fartura de peixe, caça, castanhas, frutas, madeira e terra adequada para agricultura, tais como os lagos e pontas de terra.

Nas proximidades da comunidade de Cauburis, a família que mora no sítio Guajará é descendente da Sra. Raimunda da Conceição Rodrigues, uma comerciante que veio do rio Guamá (PA) e se estabeleceu no rio Negro, ela negociava com grandes firmas comerciais da época, como J.G. Araújo e mantinha o domínio das áreas do médio rio Caurés e a baía deste mesmo rio, onde criavam gados e produziam farinha nas roças, os quais eram vendidos para os padres salesianos. Os produtos extrativistas comercializados pela Sra. Raimunda Rodrigues eram: castanha, borracha, sorva, caça e pesca ornamental.

A Sra. Domingas dividiu a área onde hoje corresponde às comunidades Cauburis e Lago Grande em três porções entre os familiares: igarapé do Laguinho, Lago Grande e sítio Guajará (próximo à Cauburis Velho). O corpo da Sra. Domingas foi sepultado no antigo cemitério de Cauburis Velho em 1945, onde hoje é atravessado por uma linha de transmissão de energia e tomada pela vegetação na beira do barranco.

Contam os indígenas de Cauburis que o bisneto da Sr. Raimunda, o Sr. Janio, não “implica” com a comunidade, porém seus genros começaram a se estabelecer ali no início da pandemia do COVID-19 e colocaram placas ofensivas delimitando a área e proibindo o acesso e uso dos recursos naturais dos indígenas da comunidade. No limite entre a comunidade de Cauburis e o *sítio* foi construída até uma cerca.

No século XX, houve acordos locais de divisão de terras estabelecidos entre as famílias das comunidades e as famílias dos patrões e isso se mantém na memória social das famílias indígenas até hoje. Porém, com os casamentos das famílias dos herdeiros com pessoas que não tem relação com o território, esses acordos começam a se distanciar da realidade vivida por eles e esses parentes recém-chegados através do casamento começaram a impor a prática do *sovinar*, ou seja, regradar, não compartilhar, proibir o acesso e o uso.

Um dos lagos que tradicionalmente a comunidade de Cauburis costuma utilizar para atividades produtivas, como pesca e coleta de castanha, é o Lago do Samalaca. Este lago é conhecido como propriedade do Sr. Amilton Ugarte, herdeiro dos patrões do século XX, todavia este não reside no lago e não tem conflito com os indígenas da comunidade, ocorre que durante a pandemia, um homem conhecido como “Mundico”, que é padrinho de um dos

indígenas de Cauburis, pediu autorização do Sr. Amilton Ugarte para residir no lago em um dos sítios estabelecidos ali e a partir daí este posseiro começou a proibir o acesso e uso dos recursos naturais (como extração de cipó, palha, madeira, coleta de castanha e pesca) dos indígenas de Cauburis do lago Samalaca até o igarapé Menena, acarretando um conflito.

Na outra extremidade da comunidade de Cauburis, há uma família formada a partir de casamento interétnico que também proíbe o acesso dos recursos naturais. Nesse caso, não se trata de um herdeiro dos antigos patrões, e sim uma pessoa que afirma ser o dono da terra, limite com a comunidade.

Os *sítios* dos herdeiros dos patrões do século XX e de posseiros não indígenas que causam conflitos com os indígenas são conhecidos como “sítios de quem sovina a terra”. O ato de sovinar se dá tanto no inverno, quanto no verão.

A comunidade Lago Grande passa por conflitos semelhante ao de Cauburis, pois uma família herdeira da Sra. Domingas também ocupa um sítio, nas proximidades da comunidade e pratica o ato de “sovinar” os acessos e recursos naturais. Trata-se do sítio Atibaia, cujo patriarca, o Sr. Altenor é primo do Sr. Jânio, patriarca da família do Sítio Guajará. A esposa do Sr. Altenor, a Sra. Nazaré, é prima do presidente da comunidade de Lago Grande, o Sr. Dilson, e ambos se reconhecem da etnia baré. Por isso, apesar do conflito interno, a comunidade reconhece que esse sítio faz parte da comunidade. Em uma visita a essa localidade, o filho do presidente da comunidade pede a “benção” do patriarca da família que ocupa o sítio, o chamando de “tio”.

Moreira (2023) observou que a área disputada por essas famílias é estratégica e fundamental para a subsistência pois ocupa um lago grande e profundo que concentra nas cabeceiras abundância de recursos para pesca, caça e extrativismo vegetal na época da seca. Como mostrado na segunda parte deste relatório, a comunidade de Lago Grande é formada por duas famílias: os herdeiros dos patrões e os herdeiros dos fregueses, desde o século XX. Desse modo, os herdeiros dos patrões afirmam que a comunidade vai acabar com os recursos naturais por isso eles “sovinam a área”, já os indígenas, herdeiros dos fregueses afirmam que são os herdeiros dos patrões que vão acabar com os recursos, já que eles pescam e caçam comercialmente.

Assim como Lago Grande, da qual o conflito decorre entre parentes, na comunidade Manacauaca ocorre uma situação semelhante: A família que originou a comunidade é da

etnia baré, porém dois de seus dez filhos não se reconhecem como indígenas (ver figura 4 da parte II deste relatório). Um desses filhos é o primogênito (Sr. Okmar) que recebeu de seu pai a missão de ser o responsável do território da comunidade, com isso ele se diz dono da área e afirma que tem documentação comprovando (ver parte VI). Ele restringe o acesso e uso dos recursos naturais dos demais e para uma nova família se estabelecer ali, é necessário um acordo com o devido respaldo do Sr. Okmar.

Contam na comunidade que o Sr. Okmar distribuiu o terreno da comunidade entre seus irmãos para que construíssem as casas e roças, inclusive para seus descendentes, mesmo assim quando se trata de acesso e uso dos recursos para além das unidades domésticas há a mediação do Sr. Okmar.

Podemos compreender esses conflitos internos causados pelas diferentes percepções do uso e abuso dos recursos naturais. Os verbos “sovinar” e “conservar” são utilizados pelos indígenas da região para indicar as diferentes visões sobre a melhor forma de uso dos recursos naturais.

O ato de *sovinar* denota a conduta de uma pessoa que não compartilha o que é proporcionado pela natureza. Ao *sovinar*, a pessoa age como se o território fosse uma reserva, indicando alerta de escassez, condição pela qual, o uso se restringe apenas para interesse próprio (tanto de subsistência quanto uso comercial). As famílias consideradas sovinas demonstraram receio quanto ao excesso de caça e pesca por grupos de *passageiros* na região e justificam que este comportamento é um modo de proteger a terra que pertencia aos seus familiares antigos. Uma senhora de um dos sítios que têm conflito com a comunidade Lago Grande, e que é vista como *sovina* pelo grupo, afirma que *sovina* para conservar o meio ambiente. Entretanto, seus filhos são pescadores comerciais e pescam em grande quantidade nos lagos usados pela comunidade.

Por outro lado, o uso comum dos recursos naturais dos indígenas é orientado por um código de conduta: quem não *sovina*. Este modo é associado ao compartilhamento do uso e dos recursos com os vizinhos, com a preferência da garantia da subsistência coletiva e cuidado para a floresta não acabar.

Apesar desse conflito interno entre quem *sovina* e quem *não sovina* é unânime entre eles que a presença destes *passageiros* não é favorável para a conservação ambiental. No

igarapé Curirarrá por exemplo, a derrubada de patauás para colheita dos cachos de frutos tem sido frequente e atribuída aos *passageiros* na região.

Moreira (2023) atenta que destes conflitos decorrem efeitos que ameaçam a integridade socioambiental do território indígena e a sua sustentabilidade. O impedimento de acesso aos castanhais e áreas agrícolas inviabiliza não só a subsistência dos moradores, como a alternância no uso do solo, uma regra importante para a regeneração das florestas. Dada esta pressão, as comunidades em frente ao rio Negro relatam o forte constrangimento de que estão *imprensadas* na terra firme, o que justifica a ocupação das ilhas para atividades agrícolas e extração de madeira.

Quando os indígenas das comunidades do rio Negro precisam coletar/extrair algum recurso que esteja na “área” de alguém que se intitula dono, eles precisam pagar para realizar essa atividade. Por exemplo, em Manacauaca uma pessoa não-indígena cobra R\$200,00 para os indígenas das comunidades cortarem uma árvore para construir uma canoa ou reformar a casa, outra família desta mesma comunidade apontou que “*é tipo um controle, o cara faz a casa, mas é controlado pelo ‘dono’ do terreno*” ao se referir que fez a sua casa e roça próximo de um igarapé que *tem dono*.

Os conflitos entre os herdeiros dos patrões com as comunidades se intensificaram a partir da pandemia do COVID-19 da qual essas famílias saíram da cidade de Barcelos que estava sofrendo um colapso na área da saúde, assim como Manaus e foram em busca do refúgio na natureza para evitarem o contato com o vírus.

a) Transeuntes ou passageiros: pessoas que residem na cidade de Barcelos e visitam a área das comunidades apenas com fins comerciais, estabelecendo casas de final de semana e roças, pesca e caça de forma predatória. Além de saquearem as roças das ilhas dos indígenas. Os transeuntes são conhecidos pelos indígenas da região como *passageiros* ou *contrabandistas*, ou seja, estão apenas de passagem.

Nem todos os *passageiros* são reconhecidos por uma relação conflituosa, em Manacauaca e D. Pedro II, por exemplo, há amigos e parentes que moram na cidade<sup>57</sup>, mas possuem casas na comunidade. Identificamos em D. Pedro II uma casa de pessoas que moram na cidade (casa do Bimo) e quatro sítios de pessoas que moram na cidade (sítio do Josué, do Emerson, do Emerson Rico, Sítio Maroa). O sítio Maroa foi uma antiga comunidade muito

---

<sup>57</sup> Esta equipe técnica não identificou se estes agentes se reconhecem como indígenas ou não.

povoada na região no século XX, da qual muitos indígenas de D. Pedro II e Manacauaca nasceram, possui um quilômetro de frente e os descendentes dos antigos donos não residem mais ali, mas frequentam ocasionalmente.

Os *passageiros* estão só de passagem pelo rio Negro ou rio Caurés e saem roubando as plantações das roças e frutíferas das quais as comunidades se dedicaram ao cuidado, considerados pelos indígenas como ação predatória. Essas situações são descritas como pessoas que *fazem o corre*. Neste sentido, os transeuntes podem ser entendidos como os madeireiros, caçadores, extrativistas que passam pela região e utilizam os recursos naturais sem a autorização das comunidades. Muitos deles já sabem os lugares de incidência de caça, madeira, peixes, quelônios e seus ovos, e vêm especificamente para esses locais para atividades produtivas comerciais, levando os recursos em grandes quantidades.

Os locais dos quais os *passageiros* atuam são considerados de fácil acesso e ricos em recursos naturais, o que promove a redução dos recursos florestais e pesqueiros, não só pela quantidade excessiva da extração, como pela frequência de uso dos mesmos locais, visto que a perspectiva desse uso é estritamente comercial. Moreira (2023) apontou que esses locais estão associados, sobretudo, às pontas de terra com lagos piscosos próximos às comunidades, às ilhas do arquipélago de Mariuá em frente às comunidades e à Estrada do Caurés, que liga o interflúvio do rio Caurés-Negro à cidade de Barcelos. Nas ilhas, embora não sejam estabelecidos sítios, e por isso sejam considerados locais sem intimidação por posseiros, são locais onde há com muita frequência de pessoas estranhas à comunidade, interessados tanto na pesca, extração de madeira e coleta de ovos de quelônio. São áreas que também se sobrepõem ao uso pelos barcos geleiros e empresas de turismo.

Na comunidade São Roque, no rio Caurés, os moradores reconhecem diversos sítios desocupados, como o sítio do Tambor, onde morou o Sr. Pedro (60 anos), extrativista e morador na região desde a juventude, e outros sítios da história de vida dos moradores: *Sítio Inajá*, *sítio Jacitara*, *sítio Najá*, *sítio São Paulo*. Alguns deles, no entorno da Estrada do Caurés, têm sido reocupados por famílias *passageiras* que moram em Barcelos. A ocupação, segundo os moradores de São Roque, é recente, desde 2004, período que coincide com o estabelecimento da Estrada do Caurés. Os moradores de São Roque se queixam da imposição de pagamento para acessar os castanhais dos sítios antigos (MOREIRA, 2023).

Outro prejuízo causado pelas ações dos *passageiros* é o descuido no uso do fogo. Isso porque alguns pescadores e caçadores *passageiros* fazem fogueiras para assar peixe na beira do igapó e ao saírem deixam as brasas acesas causando focos de incêndio. Vários dos pontos de pesca e de caça das comunidades apresentavam marcas de algum incêndio.

A pressão causada por *passageiros* se tornou ainda mais intensa durante a pandemia do Covid-19, com a procura das comunidades e sítios adjacentes por pessoas estabelecidas na cidade de Barcelos, como forma de isolamento para a proteção do vírus, já que havia um alto número de óbitos nas cidades. Por outro lado, as comunidades ficaram mais suscetíveis à contaminação do vírus, com essas famílias vindas das cidades.

Nas discussões sobre os limites do território reivindicado como T.I. os indígenas retiraram a estrada do Caurés da área reivindicada, pois há muitas famílias de agricultores naquela região e eles não querem viver em conflito. Salienta-se, porém, que a estrada do Caurés é um ramal aberto há 20 anos que liga Barcelos até o rio Caurés em seu médio curso e isso faz com que muitos *passageiros* adentrem o rio em busca de recursos naturais para comercialização.

Com esse acesso há a ocupação de sítios e trânsito de *passageiros*. Os indígenas se queixam da captura excessiva de ovos de quelônios desses transeuntes, que alcançam o rio Caurés pela estrada a partir de um varadouro com 8h de percurso e capturam centos de ovos de irapuca para venda (o cento de ovos está valendo R\$100 na região). Em 2010, o Boletim do Instituto Socioambiental já apontava a solicitação dos moradores do rio Caurés para criação de um posto de fiscalização ambiental na boca do rio Cajari, onde há um varadouro até a estrada que favorece a entrada constante de caçadores e pescadores que exploram o local de forma abusiva (ISA, 2010, p. 15 *apud* MOREIRA, 2023).

No ramal que chega até a borda do rio Caurés, a equipe técnica encontrou uma casa abandonada com restos de assados, esqueletos de paca, resto de garrafas de bebida alcóolica e plásticos. Esta forma de ocupação temporária nas adjacências da Estrada do Caurés também tem sido associada à promoção de focos de incêndio, uma vez que pescadores e caçadores *passageiros* acendem fogueiras para assar comida e partem sem apagar as brasas, como relatado pelos moradores entrevistados, mas também por outros pesquisadores na região (CABALZAR, 2017; FLORES, 2017 *apud* MOREIRA, 2023).

Foram registrados 9 focos de incêndios (ver relatório ambiental) no território reivindicado. As queimadas foram intensas, sobretudo, em pontos de pesca: nas partes mais altas das ilhas, que correspondem aos *damiçás* na seca, nas florestas de igapó na entrada de lagos próximo ao rio Negro, chavascais na baía do rio Caurés e no entorno da Estrada do Caurés. A Estrada atravessa uma área mais baixa de chavascais e buritizais, que dada a susceptibilidade ao fogo desta vegetação, foi a área mais atingida em extensão no verão intenso de 2015. A cidade de Barcelos e a Estrada ficaram enfumaçadas, muitas roças foram perdidas, ou ficaram debilitadas com ataque de gafanhotos no mesmo ano (CAMPOS, 2017, p. 100). Segundo os moradores de São Roque a área queimada de buritizais se estendeu por cerca de 10km e as observações em campo indicaram pelo menos 4km de buritizais secos que não resistiram ao fogo.

Os conflitos socioambientais no rio Negro e rio Caurés não são de hoje, em 1973 foi publicado a edição 21258 do Jornal do Comércio, caderno 2, com o título “Botânica denuncia devastação” na Amazônia. Trata-se de uma denúncia feita pela pesquisadora Margareth Mee, da Fundação Brasileira de Conservação da Natureza. Essa denúncia ocupou duas páginas do jornal e apontava que a região do médio rio Negro, incluindo o rio Caurés, estava sofrendo com ações de desmatamento e devastação por madeireiros, caçadores e demais pessoas que não moravam na região.

Muitos caçadores capturavam os animais para venderem suas peles, derrubavam madeiras e com isso ocorriam o aceleramento da queda dos barrancos, muitas ilhas estavam desaparecendo. A pesquisadora relata que viu uma ilha no rio Caurés desaparecer, já que a ilha em questão era estreita e com a derrubada das árvores, devastou toda a terra, deixando-a submersa.

O contrabando também foi descrito como uma das atividades de devastação, em que peles de animais e venda de aves, macacos, anta, porco do mato, onça, jaguatirica, maracajá, veados, dentre outros, eram vistas com frequência chegando no porto de Manaus. A pesquisadora citou nomes de empresários de Manaus como os comerciantes mandantes dessas ações, atuantes na década de 1960 e 1970, os quais inclusive possuíam escritórios no centro da cidade.

Dentre outras atividades citadas pela denúncia, estão a venda ilegal de madeiras sem restrições, o uso da força de trabalho escravo de povos indígenas que eram pagos com valores

ínfimos, como uma “cota” de farinha, e a presença de patrões que se dizem donos dos rios, lagos e igarapés. Nessa última relação, desenvolvida através do “sistema de aviamento”, aqueles indígenas que se recusavam a trabalhar nesse sistema eram coagidos com o uso de violência e incentivados a ingerir bebidas alcoólicas como forma de serem convencidos a trabalhar no âmbito desse sistema.

b) Pesca comercial: Trata-se do uso de barcos geleiros, embarcações de estoque de pescado para comercialização que pescam pela área das comunidades tanto no inverno, quanto no verão. O conflito social gerado pela presença de barcos geleiros se dá pela preocupação dos indígenas em terem os recursos pesqueiros diminuídos, já que os usos de apetrechos utilizados pelos pescadores comerciais são predatórios, como a *descaideira* (malhadeira grande). Na pesca comercial dos barcos geleiros cada viagem pesca em média 300 a 500 quilos em um período de 10 a 15 dias.

Os barcos geleiros são oriundos de diferentes locais, sobretudo do estado do Amazonas, e são chamados de *invasores* ou *os de fora*. Entretanto, há famílias de indígenas, dessas que vendem o pescado ou trabalham para os barcos geleiros. É o caso de famílias de D. Pedro II e os herdeiros dos antigos patrões do *sítio Guajará e Atibaia*.

Os indígenas que pescam comercialmente, em algum momento podem ter atritos com os demais das comunidades, pela percepção que estes grupos têm sobre a importância de garantir os recursos naturais e sua reprodução. Caso não haja essa percepção, haverá a crescente escassez do pescado (“fracasso da pesca”) e tem sido reportada em diferentes comunidades da região de Barcelos (SOBREIRO, 2007; LEME DA SILVA, 2011). A percepção de escassez é associada ao uso de malhadeiras, da *batição* (cercam os peixes no lago com malhadeira e batem com um pau n’água para empurrá-los para a rede) e de redes de arrasto, principalmente durante o verão, por *geladores* de maior poder aquisitivo (LEME DA SILVA, 2011).

Quando os recursos ficam escassos, esses barcos geleiros precisam ir para mais longe dos rios principais. Nas comunidades visitadas, o impacto da sobrepesca ameaça sobretudo os lagos de boca franca, que dependem do aporte de peixes disponíveis do rio Negro e que se refugiam nos lagos durante o verão, como é o caso do Lago Arapidá, Lago Grande e as cabeceiras do rio Caurés (MOREIRA, 2023).

Em 1986 o então prefeito de Barcelos, o Sr. Edson Mendes, esteve na Delegacia Regional do IBDF (atual IBAMA) para discutir a criação de uma reserva Ecológica em Barcelos, numa área que abrange o rio Caurés dentre outros afluentes do rio Negro. Essa medida seria uma maneira de conter a pesca indiscriminada pelos rios da região ocasionada pelos barcos conhecidos como *geleiros* ou *geladores*, famosos por praticar pesca de arrastão devastando os rios. Como publicado na edição 33917 do Jornal do Comércio em 8 de maio de 1986, o então prefeito disponibilizaria os recursos humanos da prefeitura para as ações de fiscalizações, caso a Reserva fosse criada. Além na pesca, o prefeito denunciava a caça ilegal de papagaios.

c) Pesca esportiva no Rio Negro: Atualmente a pesca esportiva é desenvolvida sob a égide do turismo na região. Empresas de outros municípios vem trazendo turistas de vários lugares do mundo, inclusive, Barcelos tem fama internacional como a cidade da pesca esportiva, que traz a imagem do exótico com o nome “Amazônia”.

Ao entrar em um fórum virtual de pescadores esportivos, encontrei a seguinte descrição do rio Caurés: “*Rio Caurés – AM - Selvagem, isolado, esquecido... quase pré-histórico!*”<sup>58</sup>. Estes pescadores/turistas negam a presença dos povos indígenas nesse rio, ao chamá-los de “ribeirinhos”<sup>59</sup> nas suas páginas da comunidade virtual como sites e blogs sobre o tema.

Pode-se dizer que essa modalidade da pesca esportiva é uma atividade econômica forte em Barcelos, de modo que assegurar a reprodução dos tucunarés também é garantir que esta prática esportiva se mantenha, em detrimento das demais modalidades de pesca.

Há mais de vinte anos as comunidades indígenas de Barcelos vêm denunciando práticas de abuso dos recursos naturais e falta de respeito para com os indígenas por parte das empresas de turismo que operam na região. Em 2002 a Associação Indígena de Barcelos protocolou uma denúncia à FUNAI elencando os seguintes prejuízos: perturbação da vida comunitária e invasão dos espaços privados, registrando fotografias sem consentimento por exemplo; cooptação de lideranças para obter permissões e benefícios sem consulta ao coletivo, causando atritos internos; lanchas passam em alta velocidade alagando canoas, derrubando roupas, alimentos e espalhando as mandiocas submergidas; desequilíbrio do

---

<sup>58</sup> <http://www.pescaeprosabh.com.br/produto/rio-caures-am/>

<sup>59</sup> <https://www.protucuna.com.br/os-16-principais-rios-de-barcelos/>

estoque dos recursos pesqueiros ao ferir os peixes levando-os à morte; o aumento de hotéis de selva no município causando desmatamento e devastação da área construída, além de utilizar força de trabalho indígena e não respeito às leis trabalhistas.

Hoje, há algumas alterações nesse cenário, entretanto é oportuno observar que o crescimento da pesca esportiva nas últimas duas décadas tem sido estimulado por políticas governamentais nacionais, estaduais e municipais no rio Negro (LEME DA SILVA, 2011). No nível federal e estadual, nesse período, dois programas de incentivo ao turismo visam fomentar a pesca esportiva na região. Um deles se refere ao convênio de cooperação técnica estabelecida entre a Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para o ordenamento da pesca esportiva. O outro é o Polo Ecotur, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)<sup>60</sup>. Fatores associados ao estímulo das atividades turísticas na região têm sido, ainda, as autorizações concedidas pelo Departamento de Aviação Civil para a construção de aeródromos nos rios Aracá e Quiuini (Barcelos), além de aeroportos nos rios Quiuini (Barcelos) e Jurubaxi, onde foi legalizada uma pista de pouso da mesma operadora que atua no alto rio Unini (MOREIRA, 2023).

No âmbito estadual, a pesca esportiva é regulamentada pelo Decreto Estadual 31.151/2011, como mencionado no tópico anterior, ao mesmo tempo que restringe a pesca comercial comestível do tucunaré apenas para abastecimento dos municípios na bacia do rio Negro, proíbe a venda em larga escala em Manaus.

Na esfera municipal, a lei n° 557/17 de Barcelos disciplina a utilização dos recursos aquáticos na Área de Proteção Ambiental (APA) Mariuá em Barcelos, permitindo apenas a modalidade pesque e solte para espécie *Cichla temensis*. Na instância municipal, a concessão de terras tem sido outro fator que tem estimulado a expansão dos hotéis no baixo rio Negro. Como exemplo, o Rio Negro Lodge instalou-se na região em meados da década de 1990,

---

<sup>60</sup> Cf. Moreira (2023) levantou, na primeira fase de pré-investimentos, o total de recursos para os governos estaduais do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Mato Grosso e Tocantins repassarem às prefeituras que compõem os polos ecoturísticos atingiram a cifra de US\$ 11.000.000,00 (onze milhões de dólares). Para Barcelos, foi destinada a quantia de US\$ 60.000,00 (sessenta mil dólares), aplicada em infraestrutura: um centro de atendimento ao turista, um porto fluvial e sinalização turística (MOURÃO, R. M. F. Análise da pesca esportiva no Médio Rio Negro. Brasília: Ministério do Turismo/Albratroz Planejamento, 2007 - Relatório não publicado).

amparado por uma concessão de terra (Lei nº. 359, de 02/12/1997), fornecida pela Câmara Municipal de Barcelos. Apesar de não cumprir as exigências legais de apresentação de licença ambiental para o referido empreendimento, outra unidade foi recentemente construída no rio Aracá (Rio Aracá Lodge) (MOREIRA, 2023).

A procura por novas ‘fronteiras’ de pesca tem estimulado a subida do rio Negro pelos barcos de pesca esportiva e o concomitante acirramento dos conflitos associados ao acesso aos recursos pesqueiros entre as populações locais e os empresários da pesca amadora (BARRA et al., 2010; LEME DA SILVA, 2011). Os rios despovoados pelo declínio do extrativismo no médio-alto rio Negro, em sua maioria, terras devolutas do Estado, tratadas como *terras de ninguém*, vêm sendo oportunisticamente ocupados pelo turismo de pesca esportiva. Os conflitos entre pescadores comerciais, empresários da pesca esportiva e as comunidades locais incluem comunidades na calha do rio Negro e nos seus afluentes (rios Padauri, Uneuixi, Aiuanã, entre outros) (MOREIRA, 2023).

Em 20 de outubro de 2009 a ASIBA enviou um abaixo assinado com 197 assinaturas à Procuradoria da República do Amazonas denunciando as atividades ligada ao *Rio Negro Lodge*<sup>61</sup>, hotel de selva localizado na margem direita do rio Negro (entre as comunidades Baturité e Cumaru) cujas atividades estavam impactando 89 assentamentos onde viviam ribeirinhos e indígenas Tukano, Baré, Baniwa, Piratapuí, Arapaso, entre outros.

O turismo de pesca também utiliza as áreas utilizadas pelos indígenas para a pesca de subsistência e as comunidades reclamam que o barulho das embarcações afugenta os peixes, obrigando-os a pescar em lugares cada vez mais distantes. As principais denúncias dos moradores locais incluíam os peixes que são capturados e soltos pelos turistas depois encontrados mortos; turistas jogam lixo nos rios e nas praias; conflitos decorrentes de acordos (em troca de combustível, equipamentos ou dinheiro) com algumas comunidades em detrimento de outras ou favorecendo indivíduos e famílias (contratando alguns moradores locais como prático, guias, etc.) em prejuízo dos interesses coletivos; proibição de acesso a determinadas áreas de pesca de tucunaré (com ameaças e coerções), entre outros (FUNAI, 2015).

---

<sup>61</sup> Na época, o americano Philippe Marsteller era proprietário do barco Amazon Queen e uma frota de 30 lanchas. O hotel era conhecido como “hotel do Filipe”, hoje está desativado e em ruínas.

Atualmente, os hotéis de selva não são mais atuantes na região, agora há os hotéis nas cidades e os barcos hotéis, que são lanchas com suítes com toda infraestrutura para receber os turistas, com serviços de um hotel em terra firme. Os barcos-hotéis pescam nos lagos de boca franca no verão, que são locais importantes para pesca de subsistência. Há relatos de que as empresas proíbem a comunidade de consumir tucunaré na estação do turismo, e de que são encontrados peixes mortos com currico na boca, peixes com boca rasgada, que não morrem e ficam doentes. Outra queixa comum é que a renda obtida no turismo é individual, não é compartilhada como benfeitoria na comunidade.

Alguns indígenas das comunidades elencadas neste relatório trabalham como guias da pesca esportiva no verão, como mencionado na parte III deste relatório. Estes defendem essa atividade, diferentemente dos demais que não trabalham nesta prática.

Quanto à partilha dos benefícios da renda obtida no turismo, Moreira (2023) atentou que os indígenas que atuam como guias da pesca esportiva argumentaram que circulam cerca de 1 milhão e trezentos turistas a cada estação de verão em Barcelos, sendo que cada turista já paga uma taxa de R\$170 à prefeitura<sup>62</sup>, o que deveria ser usado para a infraestrutura nas comunidades. Neste ponto, tanto os guias como os outros moradores consideram problemática a subordinação das comunidades à prefeitura.

A comunidade São Roque fez um acordo direto com uma empresa de turismo, em troca da tubulação com água encanada, instalação de uma caixa d' água e internet para uso de toda a comunidade. Além disso, eles estabeleceram um acordo com esta empresa para pagar uma taxa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por semana na temporada da pesca esportiva. Nesse acordo, ficou estabelecido que os guias devem ser da própria comunidade e levar os turistas somente às áreas permitidas pela comunidade. Nesse caso, o acordo com a empresa teve aval da comunidade e o recurso pago é revertido em benfeitorias à mesma.

No rio Negro, já existem experiências de pesca esportiva sustentável e de base comunitária que foi implementada no rio Marié em 2013, seguida das terras indígenas Jurubaxi-Téa e Uneuxi em 2018, com o apoio e participação de organizações indígenas e

---

<sup>62</sup> Em 2010 a lei municipal de Barcelos (Nº. 502) instituiu o pagamento de taxa pelos pescadores esportivos com vistas à compensação ambiental, o que desagradou tanto os turistas quanto os moradores, por não terem visto benefícios das taxas cobradas. A lei foi suspensa em 2011 a partir de uma ação da Associação de Barcos de Turismo (AOBT).

parceiras com acompanhamento do Ministério Público Federal (MPF). (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2018)

A temporada 2018-2019 desses projetos injetou no comércio local quase três milhões de reais em despesas operacionais e reverteu mais de um milhão de reais entre renda familiar e coletiva nas comunidades, da qual parte desses recursos foi utilizado para expedições de monitoramento e fiscalização e investimentos de infraestrutura nas comunidades (SOCIOAMBIENTAL, 2020).

A pesca esportiva em Barcelos é muito lucrativa, tanto para o Estado, sobretudo em sua esfera municipal, quanto para os empresários deste ramo. As comunidades indígenas, todavia, ficam relegadas a um espaço de fornecer força de trabalho como guias, com exceção de São Roque que tomou a iniciativa de negociar com as empresas visando o bem-estar da comunidade e dirimir quaisquer conflitos que essa atividade possa trazer.

Um dos efeitos da pesca esportiva é a retomada da criação de gado na região por uma família cujo filho trabalha como guia e vem acumulando recursos financeiros e comprando gados. Essa prática foi comum na região até o final dos anos 1970 durante a forte influência dos patrões e aldeamentos missionários (RAVENA & MARIN, 2013; PEREIRA, 2007; MEIRA, 2018 *apud* MOREIRA, 2023). A criação atual observada na comunidade Pedro II segue uma experiência anterior do pai, que relatou ter criado no passado 16 quadras de campo para bois (em torno de 24 hectares) na área do *sítio* onde vive às margens do rio Negro. Contudo, embora a iniciativa atual seja muito pontual e em baixa intensidade (15 gados), é uma atividade que favorece a abertura de campos, o que pode se tornar uma ameaça à integridade socioambiental e sustentabilidade das paisagens da região.

Os conflitos pelos recursos pesqueiros são visíveis em vários trabalhos, como Sobreiro (2007), Leme da Silva (2007; 2020), Socioambiental (2009; 2010), Barra e Dias (2012), Menezes (2014). Esta é uma reivindicação presente quando os povos indígenas em Barcelos conseguem denunciar.

A questão é que tanto os *barcos geleiros*, quanto a pesca esportiva não respeitam os territórios aquáticos desses povos, seus modos de fazer e de se referir com respeito aos seres que habitam as águas. Isso traz consequências ao mundo vivido no plano dos humanos, tem-se com isso a escassez, que implica na fome, impacta diretamente na segurança e soberania alimentar desses povos.

As inovações tecnológicas nos métodos de captura (malhadeira), transporte (barco motorizado) e conservação do pescado (gelo) têm promovido a intensificação da pesca comercial no rio Negro. A diminuição na oferta de pescado é associada à intensificação do esforço de pesca através do uso das redes sintéticas de *emalhar*<sup>63</sup> a partir dos anos 1990, presença dos *barcos geladores* na região, crescimento populacional, eventos ambientais (como períodos de estiagem intensa, queimadas,) e, mais recentemente, às atividades de pesca esportiva (LEME DA SILVA, 2020).

d) Imobilização da força de trabalho pelo sistema de aviamento: Como exposto na segunda parte deste relatório, as cinco comunidades indígenas elencadas aqui foram formadas a partir das relações extrativistas com os comerciantes conhecidos como “patrões” que mantinham um domínio dos seringais, castanhais, sorvais da região no século XX. Os trabalhadores nesse sistema arrendaram a terra que o patrão se dizia dono e a partir dos casamentos e reprodução física e social estabeleceram as comunidades ao longo do tempo. Muitas famílias chegaram ali na busca da saída da imobilização da força de trabalho, sobretudo, dos piaçabais da margem esquerda do rio Negro, ainda no processo de formação das comunidades. Hoje identificamos uma família em Cauburis que ainda trabalha neste sistema, porém na margem esquerda do rio Negro.

e) Garimpo em áreas próximas do território: O mapa de pressões ambientais na bacia do rio Caurés e rio Negro (ver mapa 22) aponta os principais vetores de ameaça o desmatamento nos trechos de maior aglomeração humana e a exploração de recursos minerais no entorno. Pelo menos, três operadoras de minerais utilizados na construção civil<sup>64</sup> se inserem ao sul da TI reivindicada, numa ampla região indicada como “potencial mineral”.

Em 2017 fui solicitada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) para proceder a uma diligência de duas situações: um conflito entre 694 famílias indígenas de Barcelos, residentes em bairros periféricos do município que estavam ameaçadas de despejo pela Aeronáutica, que na ocasião planejava a ampliação do aeródromo; e uma família da etnia Baré no rio Aracá, que denunciou que garimpeiros estavam invadindo seu território, realizando

---

<sup>63</sup> Cf. Leme da Silva (2020). O uso da malhadeira e da zagaia é predominante no verão, enquanto as tecnologias mais seletivas como as armadilhas fixas de pesca, linha comprida e o espinhel são mais frequentes no inverno, quando o rio está cheio.

<sup>64</sup> Cf. Leme da Silva (2020) as empresas são: Amazônia mineração Ltda, Em Bloco Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento Ltda, e Pedreira Pedra Negra Ltda.

prospecção à procura de “turmalina”. Ao chegarmos no local do garimpo ilegal na comunidade, encontramos as barracas, roupas e os furos no chão. Todos os moradores da comunidade estavam aterrorizados, principalmente as mulheres.

Leme da Silva (2020) levantou que os dados da Agência Nacional de Mineração – ANM indicam 129 processos ativos no município de Barcelos (Anexo 8 do relatório ambiental, tabela 9 nos anexos deste relatório). As principais substâncias minerais listadas incluem minério de tântalo (47), granito (35), minério de ouro (13), nióbio (11), tantalita (7) e cassiterita (6). Os tipos de uso incluem industrial (cassiterita, cromo, estanho, ouro, nióbio, tântalo, tantalita), minérios para brita e construção civil (areia, argila, cascalho granito e gnaïsse), e gemas (columbita, diamante, tantalita e topázio) e não informado (alumínio, prata, platina). Com relação à fase atual de licenciamento, os processos incluem requerimento de pesquisa (51), autorização de pesquisa (40), licenciamento (18), requerimento de lavra garimpeira (11), concessão de lavra (8), e requerimento de licenciamento (1). Os processos de licenciamento incluem areia, cascalho e granito para construção civil.

O último relatório do CIMI sobre conflitos no campo, publicado em 2021, acusa a presença de dragas de garimpo operando ilegalmente entre as TIs Médio Rio Negro I e II, nas margens do rio Negro, a montante da cidade de Barcelos (CIMI, 2021, p. 103), mas com efeitos que comprometem fortemente a saúde ambiental de toda a bacia do rio Negro.

Por isso, apesar de não haver áreas de mineração que incidem diretamente nas terras tradicionalmente ocupadas das comunidades indígenas objeto deste relatório, há uma forte preocupação da devastação causada por essa prática e das violências trazidas com elas, visto que os seus vizinhos Yanomami sofrem até hoje com os efeitos da mineração.

b) Possíveis loteamentos: Em 2020 a Associação Indígena de Barcelos e o CIMI denunciaram um loteamento promovido pelo INCRA ou pelo ITEAM sem consulta aos povos indígenas da região. Uma equipe chegou na comunidade de Manacauaca e começou a demarcar lotes, instalando marcos no chão sem qualquer informação. Os indígenas ficaram assustados, visto que não houve apresentação do que se tratava e esses marcos estão lá até hoje.

Os indígenas da margem direita do Rio Negro, de Manacauaca até Cauburis, mencionaram que há ilhas do Arquipélago de Mariuá que estão sendo vendidas ou concedidas a terceiros.

c) Questão política: Muitos comerciantes e vereadores, alavancaram uma campanha “anti-demarcação”, afirmando que se trata de uma iniciativa de organizações não-governamentais e não reivindicações dos próprios povos indígenas.

Essas pessoas difundiram a ideia de que caso a demarcação da terra indígena se concretize, os agentes sociais que não se reconhecem como indígenas, como ribeirinhos, madeireiros, agricultores e pescadores, não poderão entrar nos rios, ocasionando o que eles denominam de “fechamento dos rios”. Com isso esse movimento “anti-demarcação” se fortaleceu assim como um discurso de ódio contra os indígenas.

Apesar disso, os povos indígenas em Barcelos, como os Barés e Tukano, Baniwa, Tariano, dentre outros continuam suas reivindicações organizados em uma unidade de mobilização como a Associação Indígena de Barcelos.

Coadunando com a observação direta realizada em trabalho de campo por esta equipe técnica, foram levantadas denúncias de conflitos em Barcelos publicados nos relatórios do Conselho Missionário Indígena – CIMI em 2013, 2018 e 2020:

- Em 2013 foram relatados 4 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio no Amazonas, um deles em Barcelos. Essa denúncia se refere à pesca predatória e extração ilegal de madeira, evidenciados pelo tráfego de balsas com carregamento de madeira e barcos pesqueiros de todos os portes, o que é agravado pela ausência de fiscalização. A denunciante foi a Associação Indígena de Barcelos (ASIBA) a partir de reclamações de seus associados, povos indígenas do Médio Rio Negro (Baré, Desano, Piratapuya, Tariano, Tukano).

- Em 2018 novas denúncias foram feitas pelos povos indígenas de Barcelos (Baniwa, Baré e Tukano) sobre conflitos referentes à exploração ilegal de recursos naturais que ferem seus direitos territoriais. Tal situação os deixa num campo de vulnerabilidade. Como pode ser lido.

“... a não demarcação da TI Baixo Rio Negro 3 (desmembrada da TI Baixo Rio Negro 1), o que deixa as comunidades numa situação de vulnerabilidade, em que o usufruto exclusivo dos recursos naturais imprescindíveis para a sobrevivência física e cultural não é respeitado por empresas de turismo de pesca, pescadores comerciais, caçadores e pela mineração. A participação dos indígenas nos comitês gestores da APA Municipal de Mariuá é nula, e os limites das áreas de pesca das comunidades determinadas no ordenamento pesqueiro estadual não são respeitados. A inclusão desta APA no Sítio Ramsar Rio Negro não satisfaz as demandas dos povos indígenas, que estão incrédulos com a gestão da

APA, após 20 anos de decreto. Somente após a declaração do Sítio Ramsar é que as comunidades foram reconhecer sua existência. Elas reafirmam a luta pela demarcação de suas terras” (CONSELHO MISSIONÁRIO INDÍGENA - CIMI, 2018, P. 59–60).

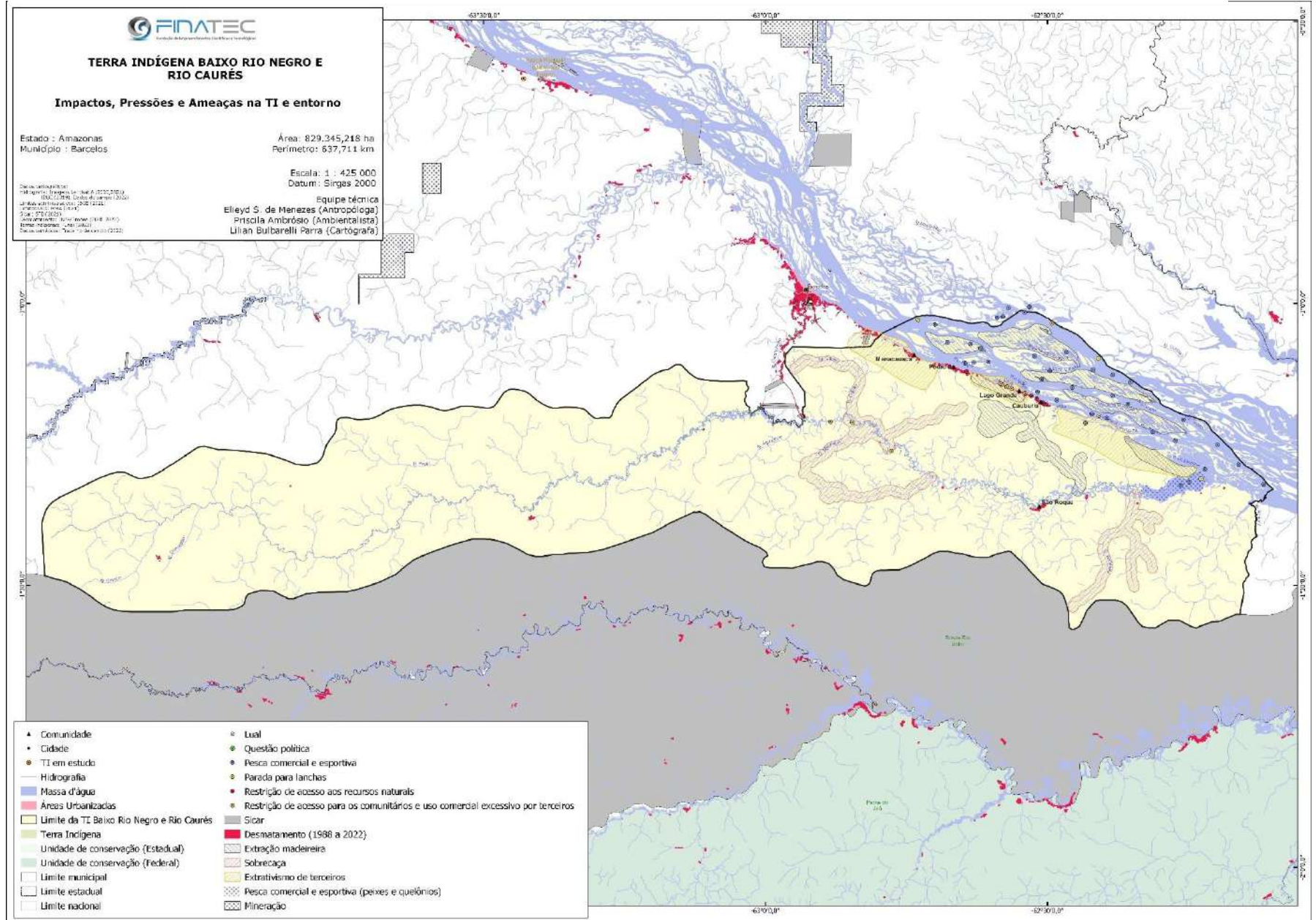
- Em 2018 foram feitas denúncias de racismo, do qual os povos indígenas do médio Rio Negro estão sendo vítimas em campanhas midiáticas orquestradas por políticos locais e empresários que são contra a demarcação das terras indígenas no município por terem interesses econômicos nessa região.

- No mesmo ano há relatos de diversos povos indígenas de Barcelos (como os Baré, os Baniwa e os Tukano) que denunciaram a falta de educação diferenciada. As comunidades indígenas encaminharam ao MPF um pedido de acompanhamento da situação educacional da região, pois a Secretaria Municipal de Educação “não reconhece o direito à educação específica e diferenciada dos povos indígenas, devido à não regularização de suas terras (CIMI, 2018, p. 110) o que gera prejuízo às comunidades.

- Em 2020, as invasões às terras indígenas subiram 135% em 2019 em relação a 2018, no primeiro ano do governo Jair Bolsonaro. Foram 256 episódios de invasões as TIs, quando comparado a 109 casos em 2018, resultado de uma “política nefasta e genocida”. O relatório aponta ainda a fragilização dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização e proteção ambiental, como IBAMA e ICMBio, e a submissão da FUNAI ao “controle dos ruralistas” (CIMI - CONSELHO MISSIONÁRIO INDÍGENA, 2019).

Como pode ser visto, os conflitos socioambientais e territoriais no médio Rio Negro são constantes e ameaçam a integridade física e cultural dos povos habitantes dessa região, ameaçam também a biodiversidade. A demarcação da terra indígena pressupõe a garantia de direitos às terras tradicionalmente ocupadas e à reprodução física e cultural desses povos como prevê a Constituição Federal de 1988.

Mapa 22 - Pressões e ameaças



## V – QUINTA PARTE

### Reprodução física e cultural

- a) **Dados sobre as taxas de natalidade e mortalidade do grupo nos últimos anos, com indicação das causas, na hipótese de identificação de fatores de desequilíbrio de tais taxas, e projeção relativa ao crescimento populacional do grupo;**
- b) **Descrição dos aspectos cosmológicos do grupo, das áreas de usos rituais, cemitérios, lugares sagrados, explicitando a relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação no caso concreto;**
- c) **Identificação e descrição das áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo indígena, explicitando as razões pelas quais são elas necessárias ao referido fim.**

#### 5.1. Reprodução física

O município de Barcelos, possui uma densidade demográfica de 0,21 hab/km<sup>2</sup>, conforme o censo do IBGE de 2010. Isso significa que é um município caracterizado por uma população dispersa em comunidades ou *sítios*, com baixa concentração de pessoas por km<sup>2</sup>. As áreas de baixa densidade demográfica podem apresentar infraestruturas insuficientes, com poucas estradas, hospitais, escolas e outros serviços considerados básicos para a população.

Já o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) deste município é 0.5, sendo considerado baixo. Criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDH é uma medida para avaliar o chamado progresso humano e desenvolvimento de um país, que é calculado com base em três componentes principais: a) expectativa de vida ao nascer, b) educação e c) renda per capita. A expectativa de vida mede a longevidade da população de um país. A educação é avaliada pela média de anos de escolaridade das pessoas com mais de 25 anos e pela taxa de alfabetização. A renda *per capita* é medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que representa a média da produção econômica por pessoa em um país.

Há uma relação direta entre a baixa densidade demográfica e o baixo índice de desenvolvimento humano (IDH). Em geral, as áreas com baixa densidade demográfica tendem a ter um IDH mais baixo do que as áreas urbanas e metropolitanas, com alta densidade populacional.

Isso ocorre porque, em áreas de baixa densidade demográfica, é comum que haja pouca infraestrutura, baixa disponibilidade de serviços básicos, falta de acesso à educação e saúde, além de menor oferta de oportunidades de emprego e renda. Além disso, em áreas com baixa densidade demográfica, é comum que a produção econômica seja baseada em atividades primárias, como a agricultura e extrativismo, que geralmente apresentam baixa produtividade e pouco valor agregado.

Neste sentido, as comunidades indígenas do baixo rio Negro em sua margem direita e rio Caurés possuem uma quantidade populacional condizente com as taxas oficiais do município, como a baixa densidade populacional caracterizada por dispersão geográfica. Entretanto, os Baré, Tukano, Baniwa, Arapaso, Piratapuaia, Macuxi e Tikuna dessas cinco comunidades continuam a crescer, mesmo após séculos de subordinação e violência que esses povos passaram, como visto na parte 1 deste relatório.

É oportuno observar que não se trata de povos em vias de extinção ou “aculturados” como pressupunha o antropólogo que coordenou o primeiro GT<sup>65</sup>, em 2007, do território reivindicado, e sim de povos indígenas que possuem um modo de vida distinto, uma história, um processo de territorialização e, assim, se autodefinem e são reconhecidos, conforme assevera a Convenção 169 da OIT.

Cardoso de Oliveira (1976) refere-se à identidade étnica como a maneira pela qual os indivíduos se identificam com um determinado grupo étnico, compartilhando com outros membros do grupo características culturais, históricas e sociais comuns. Tal identidade é formada a partir da construção social e histórica de um grupo e não apenas com base em características biológicas ou raciais, tampouco a partir de traços diacríticos. Segundo o autor, a identidade étnica pode ser vista como um processo dinâmico e multifacetado, que envolve tanto a afirmação da diferença cultural como o reconhecimento das semelhanças com outros grupos.

As famílias indígenas das comunidades Cauburis, Manacauaca, D. Pedro II, Lago Grande e São Roque se reproduzem físico e culturalmente conforme seu modo distinto de vida, sua cultura, sua cosmologia e suas práticas sociais.

Elencamos aqui as famílias identificadas durante o trabalho de campo, mas é oportuno observar que esses são dados situacionais, em virtude da dinâmica da “*multilocalidade*” da qual esses grupos estão inseridos. Optei em nomear as tabelas abaixo como “Registro de campo dos moradores das comunidades” visto que em muitas situações as famílias estavam trabalhando em

---

<sup>65</sup> Cf. Portaria nº 12, de 12 de janeiro de 2007.

suas unidades produtivas, distantes das unidades domésticas e as anotações, nesses casos, foram baseadas em informações de terceiros, como lideranças e vizinhos, entretanto, em Cauburis os dados foram cedidos pelo agente de saúde e em São Roque pelo presidente da associação comunitária, baseado nas anotações do agente de saúde.

Os dados disponibilizados abaixo pelo Sr. Cleuton Aguiar, agente de saúde de Cauburis, se referem ao ano de 2022, e mostra as famílias, suas etnias e quantidade de membros, dentre as quais: sete crianças de 0 a 4 anos, cinco crianças de 5 a 9 anos, quinze adolescentes de 10 a 19 anos, sete jovens de 20 a 29 anos, vinte e dois adultos de 30 a 59 anos e treze idosos acima de 60 anos. Neste mesmo ano de 2022 havia duas grávidas. Ao total são 71 pessoas, sendo 10 indígenas da etnia Tukano, 10 da etnia Baniwa, 49 da etnia Baré, 1 da etnia Piratapuia e 1 da etnia Arapaso.

<b>Tabela 18 - Registro de campo dos moradores da Comunidade Cauburis</b>			
N.	FAMÍLIA	ETNIA(S)	QUANT. MEMBROS
1	Geovane Araújo e Ingrid Serra	Baré e Baniwa	4
2	Benecio Mourão e Ivete Sucre	Tukano e Baré	3
3	Doralice Mourão	Piratapuia	1
4	Carlos Mourão	Tukano	2
5	Josimar Zulan e Maria Mourão	Baré e Tukano	7
6	Cláudio Lavaredo	Baré	1
7	Marcelino Batista e Virgilia Peres	Tukano e Baré	2
8	Simeão Peres	Baré	1
9	Ronald Tomás	Baré	1
10	Edimar Mourão e Cleuma Serafim	Tukano e Baniwa	5
11	Nazinha Aprígio	Arapaso	1
12	Cleuton Aguiar e Mirian	Baniwa	2
13	Donaldo Silva	Baré	1
14	Rodrigo Gomes e Taylane Silva	Baré	3
15	José Aprígio e Francilene	Baniwa e Baré	2
16	André Izel e Samara Silva	Baré	4
17	Marivalda Peinado e Ellen Peinado	Baré e Baniwa	2
18	Alberto Serra e Jorgina Sucre	Baré	2
19	Juscelino Sabino e Maria Fiana	Baré	6
20	José Jacinto e Glória Izel	Baré	2
21	Santiago Pinheiro e Cleide Serafim	Baniwa e Baré	4
22	Francisco Carpino e Francinete Aguiar	Baré	5
23	Dilza Tomás	Baré	2
24	Cipriano Araújo	Baniwa	1

25	Adalberto Bezerra	Baré	1
26	Evilásio Peinado e Dejarina Sucre	Baré	6
			<b>71</b>
FONTE: Cleuton Aguiar, agente de saúde de Cauburis.			

A tabela 19 abaixo mostra as famílias de São Roque referente ao ano de 2022. Não foi possível identificar com exatidão as idades de todos os membros da comunidade, pois o agente de saúde que tinha detalhadamente essas informações não se encontrava na comunidade durante o trabalho de campo, mas estima-se que há pelo menos sete idosos acima de 60 anos, trinta e cinco adultos entre 20 a 59 anos, dentre as quais, duas grávidas e trinta e três crianças, adolescentes e jovens entre 0 a 19 anos. Ao total são 75 pessoas, sendo 44 indígenas da etnia Baré, 29 da etnia Macuxi e 2 da etnia Baniwa.

<b>Tabela 19 - Registro de campo dos moradores da Comunidade São Roque</b>			
N.	FAMÍLIA	ETNIA(S)	QUANT. MEMBROS
1	Jorge Santana e Aldenora Serrão	Macuxi e Baré	6
2	Rufino Lima e Marclês Santana	Baré e Macuxi	4
3	Antonio Muniz e Alberta Tavares	Baré	2
4	Roberval Lima e Francisca Paraíso	Baré	3
5	Jamilson Melo e Rosiane Paraíso	Baré	3
6	Sebastião Ferreira e Maria Lopes	Baré	2
7	Pedro Raimundo Fernandes	Baré	1
8	Raimundo Martins	Baré	1
9	Manuel Santana e Zélia Silva	Macuxi e Baré	2
10	Claudino Oliveira e Suely Melo	Baré	2
11	Ely Gomes e Iranilda Santana	Baré e Macuxi	6
12	João Pereira e Jaine Melo	Baré	5
13	Eliziel Santana e Raimy Moraes	Macuxi e Baré	4
14	José Israel Moraes	Baré	2
15	João Oliveira e Maria Santana	Baré e Macuxi	3
16	Marcos Santana e Marilene Ugarte	Macuxi e Baniwa	6
17	Antonio Santana e Maria Tereza	Macuxi e Baré	6
18	Rui Tavares e Graciene Santana	Baré e Macuxi	3
19	Genilson Melo	Baré	1
20	Jhonatas Melo e Rosilene Ugarte	Baré e Baniwa	5
21	Ozana Santana e Ezequiel Pereira	Macuxi e Baré	6
22	Manoel Lopes e Raimunda Oliveira	Baré	2

			<b>75</b>
FONTE: Sr. Santana, presidente da comunidade.			

Diferentemente de Cauburis e São Roque, as comunidades Lago Grande, Manacauaca e D. Pedro II não possuem agentes de saúde que façam levantamentos periódicos e detalhado sobre os membros de suas comunidades, por isso os dados abaixo sobre as famílias indígenas dessas comunidades foram levantados durante o georreferenciamento das unidades domésticas desta equipe técnica, com as lideranças dessas comunidades indicando a família e quantidade de pessoas.

Em Manacauaca, uma das lideranças, o Sr. Teófilo Rodrigues, contabilizou 29 (vinte e nove) famílias distribuídas em 28 (vinte e oito) casas, totalizando 71 (setenta e um) pessoas, dentre as quais, 46 (quarenta e seis) adultos acima de dezoito anos, 8 (oito) adolescentes entre 12 a 17 anos e 17 (dezessete) crianças entre 0 a 11 anos. Das 71 pessoas registradas, 70 são da etnia Baré e 1 da etnia Baniwa.

<b>Tabela 20 - Registro de campo dos moradores da Comunidade Manacauaca</b>		
N.	FAMÍLIAS	ETNIA(S)
1	Ozimar	-
2	Maria Alberta Pantoja e Valter	Baré
3	Francisca	Baré
4	Sullivan	Baré
5	Cleumar	Baré
6	Nivaldo	-
7	Jesuíta	Baré
8	Okmar	-
9	Celso	Baré
10	José Teófilo Rodrigues e Diane	Baré
11	Valcenir	Baré
12	Maria Alberta do Nascimento e Valdir Souza	Baré
13	Marinete	Baniwa
14	Cleia e Rosenildo	Baré
15	Rosiely e Dionilson	Baré
16	Eudicelly	Baré
17	Valnice	Baré
18	Suliane	Baré
19	Valcicleide	Baré
20	Valdison	Baré

21	Valmir	Baré
22	Otoniel	Baré
23	Oziel	Baré
24	Família 24	Baré
25	Família 25	Baré
26	Família 26	Baré
27	Família 27	Baré
28	Família 28	Baré
29	Família 29	Baré
FONTE: Sr. Teófilo Rodrigues, morador da comunidade.		

Em D. Pedro II também não havia agente de saúde e o presidente da associação comunitária estava recém-empossado no cargo, por isso as informações da tabela abaixo são aproximadas. Percorremos todas as unidades domésticas da tabela 21 abaixo onde o presidente da associação, o Sr. Adevaldo Serrão, ia apontando quantas pessoas ali moravam.

<b>Tabela 21 - Registro de campo dos moradores da Comunidade D. Pedro II</b>			
N.	FAMÍLIA	ETNIA(S)	QUANT. MEMBROS APROXIMADAMENTE
1	Adevaldo e Liliane	Baré	5
2	Manoel e Lucilene	Baré	5
3	Eriane	Baré	2
4	Marluce	Baré	9
5	Julio e Reini	Baré	6
6	Maria Fernanda e Barão	Baré	2
7	Bari	Baré	3
8	Francinelma	Baré	5
9	Letícia	Baré	4
10	Carminha	Baré	4
11	Taís	Baré	3
12	Jojo	Baré	5
13	Rinco	Baré	2
14	Pedro	Baré	2
15	Cassiane	Baré	2
16	Angela	Baré	4
17	Gerlane	Baré	5
18	Sandra	Baré	8

19	Cosme	Baré	6
20	Ozeas	Baré	4
21	Jessé	Baré	4
22	Geane	Baré	4
23	Raimundo	Baré	3
24	Raimundão	Baré	5
25	Jonilson	Baré	5
26	Nice	Baré	4
27	Aldenilson	Baré	2
28	Adilson	Baré	1
29	Nonato e Barcelicia	Baré e Baniwa	3
30	José	Baré	3
31	Jonas	Baré	1
32	Marília	Baré	1
33	Roberto	Tikuna	2
34	Raquel	Tikuna	2
35	Julivaldo	Tikuna	3
36	Ló	Tikuna	4
			<b>133</b>
FONTE: Sr. Adevaldo Serrão, presidente da comunidade.			

Em D. Pedro II foram registradas 133 pessoas durante o trabalho de campo, dentre os quais: 129 da etnia Baré, 3 da etnia Tikuna e 1 da etnia Baniwa.

Nota-se que os nomes elencados na coluna “família” são assim designados no âmbito das relações informais, como apelidos ou somente o primeiro nome. A quantidade de membros se deu a partir da memória da liderança, pois muitas famílias estavam em unidades produtivas, como roça ou pesca durante o levantamento desta equipe técnica.

Já a comunidade Lago Grande possui 14 (quatorze) famílias a contar com os sítios mais afastados do conjunto das unidades domésticas, destas 14 visitamos 09 (nove) que são as seguintes:

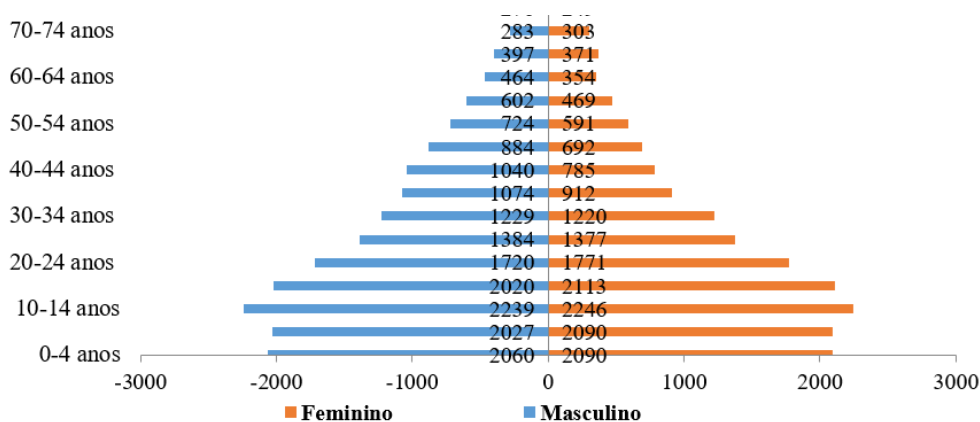
Em Lago Grande há seis crianças entre 04 (quatro) e 11 (onze) anos de idade estudando na escola da comunidade. O único idoso identificado no conjunto das unidades

<b>Tabela 22 - Registro de campo dos moradores da Comunidade Lago Grande</b>			
N.	FAMÍLIA	ETNIA(S)	QUANT. MEMBROS
1	Eudilália	Baré	1
2	Francisco Pereira	Baré	1
3	Elizangela e Evandro	Baré	3
4	Professora da comunidade	-	4
5	Auxiliar da Professora	-	4
6	Dilson e Maria	Baré e Baniwa	5
7	Ivanilson (sítio)	-	6
8	Aldenor e Nazaré	Baré	6
9	Francisco (sítio)	Baré	4
			<b>34</b>
FONTE: Sr. Dilson, presidente da comunidade			

domésticas foi o Sr. Francisco Pereira, com 66 (sessenta e seis) anos. Já no sítio Atibaia, outro idoso foi registrado, o Sr. Aldenor com 70 (setenta) anos. Os demais são jovens e adultos entre 19 e 59 anos. Ao total são 34 pessoas, dentre as quais 19 da etnia Baré, 1 da etnia Baniwa e 14 não indígenas afins.

Trata-se de comunidades indígenas cujos membros em sua maioria são jovens adultos, com filhos pequenos. Os dados do DSEI polo alto rio Negro, constata o mesmo sobre a população atendida por esse distrito, conforme é possível visualizar no gráfico abaixo.

*Gráfico 1- Pirâmide etária do DSEI-ARN.*



Fonte: SIASI/DSEI ARN 2020

Muitos idosos vão à cidade para buscar tratamento de saúde e ficam meses por lá na casa de parentes ou constituem casas, através de aluguéis ou construídas com a ajuda de familiares. Essas casas podem servir de base para receber os parentes quando precisam ir à cidade resolver questões burocráticas como recebimentos de auxílios sociais, emitir documentação, participar de reuniões da associação indígena de Barcelos, procurar assistência médica, dentre outros.

Quanto às lideranças, são quatro adultos entre 38 a 58 anos e uma idosa de 68 anos de idade. Estes desempenham um papel importante na organização social do grupo, pois não só representam a comunidade politicamente no âmbito das fronteiras étnicas e sociais na defesa dos interesses da comunidade, mas também lutam na linha de frente nas questões relacionadas à proteção de suas terras tradicionalmente ocupadas, na manutenção da cultura e dos costumes tradicionais e na busca por melhores condições de vida para o grupo.

Os presidentes das associações comunitárias indígenas do rio Negro são escolhidos por eleição democrática, pela própria comunidade, com base em critérios como a sabedoria, a experiência, o compromisso com a causa indígena e a capacidade de articulação com outras lideranças e instituições. Dentre as atribuições da liderança indígena estão: liderar as assembleias e reuniões da comunidade, representar a comunidade em eventos e negociações com autoridades governamentais e outras entidades, tomar decisões em conjunto com a comunidade, mediar conflitos internos, e promover a educação e a formação política da comunidade. Além disso, os

eventos culturais e de socialização, como os festejos e jogos podem ter a colaboração da liderança, mas isso pode ser delegado a outro membro do grupo.

Em Cauburis, por exemplo, as atividades políticas ficam a cargo da presidente da associação comunitária, a organização dos bingos semanais é intercalada entre a liderança política e o agente de saúde, que também fica responsável pela organização dos campeonatos indígenas de futebol, as rezas e os benzimentos ficam sob responsabilidade da rezadeira/parteira e do pajé.

Em Manacauaca, a liderança participa das reuniões com outras lideranças, mas frequentemente envia outro membro do grupo para representar o coletivo, sobretudo, quando sua família está em atividades produtivas, como a pesca ou roça.

Em São Roque, o presidente da associação comunitária costuma levar os jovens para as reuniões com outras associações ou organizações a que são convidados, de modo a ensinar e permitir que esses jovens tenham experiência na participação desses eventos, os preparando para quando forem lideranças.

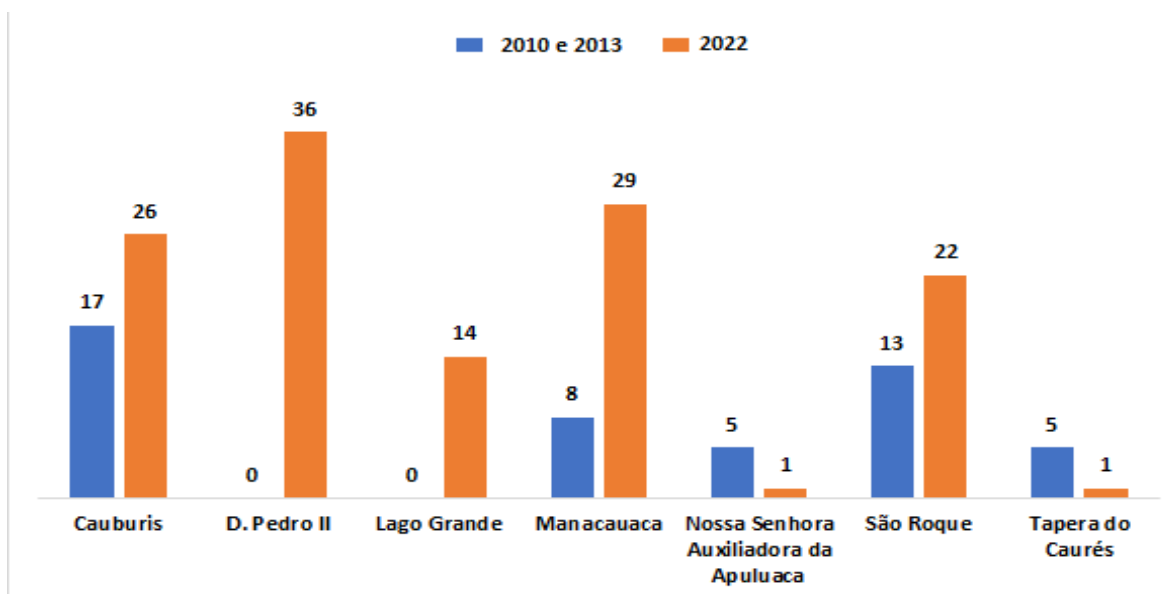
É importante ressaltar que a liderança indígena não é uma posição de poder individual, mas sim uma responsabilidade coletiva, exercida em nome e em benefício da comunidade como um todo. Cabe ao grupo elegê-lo ou não, mantê-lo ou não.

### **5.1.1. Natalidade e mortalidade**

Ao compararmos os dados apontados na tabela 03 (População do baixo rio Negro e rio Caurés entre 2010 e 2013), tabela 04 (População do baixo rio Negro e rio Caurés em 2022), e as tabelas 18, 19, 20, 21, 22 fica claro que houve um crescimento populacional em pelo menos três das cinco comunidades indígenas elencadas neste relatório.

O gráfico abaixo é resultado dessa comparação, nele é possível verificar que, Cauburis, Manacauaca e São Roque apresentaram uma maior quantidade de famílias em uma década. A coluna azul indica os dados referentes à 2010 e 2013 e a coluna laranja são dos dados do trabalho de campo desta equipe técnica em 2022.

**Gráfico 2 – Quantidade de famílias na última década**



Fonte: Sistematização Elieyd S. Menezes

Por outro lado, Nossa Senhora da Apuluaca e Tapera do Caurés passaram por um movimento inverso, tendo um decréscimo populacional, chegando à categoria de *sítio*, com apenas uma família cuidando do que um dia foi a comunidade.

Lago Grande e D. Pedro II não apareceram nos levantamentos bibliográficos referentes à 2010 e 2013 e por isso, não temos parâmetros para mensurar crescimento ou diminuição populacional.

Nesse sentido, os dados do trabalho de campo indicam que a taxa de natalidade é maior do que a de mortalidade. Os dados do DSEI também reafirmam este argumento, conforme tabelas abaixo:

DSEI	POLO BASE	ALDEIA	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Alto Rio Negro	Cauburis	Manacauaca	1	1	1	2	0	1	0	1
		Dom Pedro II	3	1	3	0	1	0	0	1
		Cauburis	2	3	1	3	2	1	4	2
		Lago Grande	0	0	0	0	0	0	0	0
		São Roque	4	5	0	4	4	0	2	1
FONTE: Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) - Alto Rio Negro.										

É possível observar que as comunidades Manacauaca, D. Pedro II, Cauburis e São Roque possuem uma taxa estável de natalidade, com uma faixa de 1 a 5 nascimentos por ano, nos últimos oito anos. Lago Grande é a única comunidade que nesse período não houve nascimentos, apesar de haver crianças abaixo de oito anos. Tal fato pode ser justificado por essas crianças terem nascido na cidade e suas famílias se mudaram posteriormente para o Lago.

Três fatores foram identificados para justificar o crescimento populacional na última década: 1) diversas famílias jovens se formaram; 2) reconhecimento por autodefinição da identidade étnica; 3) multilocalidade.

A primeira se refere às novas famílias formadas pelos casamentos entre os membros desses grupos, como visto na parte II, tais casamentos podem ser interétnicos ou não, mas sempre exogâmicos. As cinco comunidades possuem, em sua maioria, membros jovens e adultos em idade reprodutiva, o que justifica as taxas de natalidade dessa população e o seu crescimento populacional.

O segundo trata-se de alguns membros dessas unidades domésticas que passaram a se reconhecer como indígenas tendo o parentesco por consanguinidade o elemento legitimador dessa relação, começaram a se associar na ASIBA, a participar das mobilizações étnicas e políticas no município, como alguns membros de D. Pedro II e Manacauaca.

O terceiro é sobre a multilocalidade, discutida na parte II, da qual famílias indígenas parentes por consanguinidade ou afinidade estabeleceram moradia e roçados neste território, em busca de melhores condições de vida nas últimas décadas, alguns saindo da imobilização da força de trabalho nos piaçabais da margem esquerda do rio Negro ou dessa mesma relação, porém, na pesca ornamental.

Quanto à mortalidade, verifica-se que há um número muito baixo nos últimos oito anos, conforme os dados do DSEI na tabela 2. Verificamos que as duas últimas mortes registradas foram de idosos em decorrência de Covid-19.

DSEI	POLO BASE	ALDEIA	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Alto Rio Negro	Cauburis	Manacauaca	0	0	0	0	0	0	1	0
		Dom Pedro II	0	0	0	0	0	1	0	0
		Cauburis	0	0	0	0	0	0	0	0

Lago Grande	0	0	0	0	0	0	0	0
São Roque	0	0	1	0	0	0	0	0

FONTE: Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) - Alto Rio Negro.

O perfil epidemiológico dos povos indígenas atendidos pelo distrito sanitário especial indígena - alto rio Negro (DSEI- ARN) é caracterizado pelas principais morbidades:

- Sintomas e sinais gerais;
- Transtornos de tecido mole;
- Doenças infecciosas intestinais;
- Influenza (gripe) e pneumonia;
- Exposição a força mecânicas animadas;
- Helmitiases (parasitoses);
- Sintomas e sinais relativos ao aparelho circulatório e respiratório;
- Outras dorsopatias;
- Infecções agudas de vias aéreas superiores;
- Dermatite e eczema;

Há pelo menos 4 morbidades acima relacionadas a problemas respiratórios, por isso, durante a pandemia do Covid-19 houve a presença do DSEI realizando monitoramentos com testes para essa população.

Em 2018, as morbidades com maior prevalência em crianças de 1 a 4 anos das comunidades indígenas do rio Negro foram a influenza [gripe] e a pneumonia (BRASIL, 2020).

Durante o trabalho de campo, observamos que as demais causas de mortalidade identificadas além da Covid-19, foram acidente vascular cerebral (AVC) e velhice. Em D. Pedro II, faleceu o Sr. Raimundo, um dos fundadores da comunidade, aos 98 anos de idade, por motivo de velhice e em Cauburis faleceu o Sr. Benedito Batista em decorrência de um AVC em 2013.

Entre as crianças, identificamos o que os indígenas chamam de *ramudiá*, como mencionado na parte II. Em Cauburis dois bebês faleceram há pouco mais de dez anos de *ramudiá*. Em São Roque, outra criança faleceu pelo mesmo motivo, segundo os indígenas da região.

O *ramudiá* é uma enfermidade do plano sobrenatural e também é conhecido na região como “doença de criança” ou *taina macissa*, em nheengatu. A criança é acometida por essa doença

quando um desafeto de seus pais lança sobre ela um feitiço, que pode levar ao óbito. Geralmente os bebês são os mais afetados, pois ainda são muito novos para se protegerem.

Conta-nos a Sra. Doralice, da etnia piratapuaia, que é rezadeira e parteira em Cauburis que os pais da criança precisam levá-la ao benzedor para que este feitiço seja quebrado, este é o único remédio, já que é uma ação no plano sobrenatural.

Uma palavra com inveja, frases em tons de ameaça, palavras lançadas ao vento podem ser o fio condutor do *ramudiá*, não é necessário nenhum ritual ou ação mais elaborada para lançar esse feitiço. Os efeitos do *ramudiá* em uma criança, segundo a Sra. Doralice, é definhar, enfraquecer e ficar torta. Os indígenas associam o *ramudiá* a uma espécie de derrame.

A partir das entrevistas, foi relatado que durante a pandemia de Covid-19 faleceram três pessoas que moravam nos *sítios* nas proximidades de Manacauaca e duas pessoas de D. Pedro II, dentre adultos e idosos. Esses *sítios* não fazem parte das comunidades e por isso não foram contabilizados nos dados do DSEI.

Quanto às doenças nessas comunidades, as mais registradas foram hipertensão arterial e diabetes. Isso pode ter relação com o consumo de comidas industrializadas. Observamos a ingestão de refrigerantes e comidas enlatadas de algumas famílias, esses itens são comprados na cidade e revendidos/distribuídos nas comunidades pelos próprios agentes sociais.

Na época da cheia, a caça e pesca são mais escassas e, além disso, existe o fato de que em algumas situações eles são proibidos de realizarem suas atividades produtivas por alguém que se intitula dono ou herdeiro, como visto na parte IV, e essas famílias precisam recorrer a esses recursos para a alimentação.

As comidas salgadas também são outro fator que pode contribuir para o aumento da hipertensão arterial dos indígenas acometidos por essa doença, visto que a energia elétrica chegou somente em 2020 nessas localidades, e tanto o pescado, quanto as caças que não eram consumidas no momento, eram salgadas para armazenamento.

Durante o trabalho de campo, a equipe técnica presenciou uma situação da qual um homem jovem, morador de um *sítio* no rio Caurés e não-indígena, morreu afogado em virtude de alto grau de alcoolização. Tal fato é comum na região, porém não encontramos situação semelhante entre os indígenas das cinco comunidades elencadas neste relatório.

## **5.2. Territorialidade e aspectos cosmológicos dos povos indígenas do baixo rio Negro e rio Caurés**

Vimos no tópico anterior que os indígenas de Cauburis, São Roque, Lago Grande, Manacauaca e D. Pedro II constituem comunidades cujos membros em sua maioria são jovens e adultos com alta taxa de natalidade e baixa taxa de mortalidade. Vimos também que na última década houve um crescimento populacional devido à formação de novas famílias, reconhecimento por autodefinição da identidade étnica e multilocalidade, este último é um fator que tanto pode contribuir para o aumento, quanto para a diminuição populacional.

Vejamos agora os aspectos cosmológicos desses grupos étnicos e como se configura a relação do território com os seus modos de vida distintos.

### **5.2.1 Os sonhos ensinam e avisam**

Os povos indígenas do rio Negro têm uma relação forte e significativa com os sonhos, que são entendidos como uma fonte de conhecimento, sabedoria e orientação. Eles acreditam que os sonhos são um meio de comunicação com o mundo espiritual e os antepassados, e que através dos sonhos é possível obter informações e orientações importantes sobre questões como saúde, caça, pesca, plantio e outras atividades cotidianas.

Os sonhos são valorizados como uma forma de conexão com a natureza e com os espíritos dos animais, plantas e outros seres encantados. As visões e imagens que aparecem nos sonhos são símbolos que representam o mundo natural e espiritual, e que podem ser interpretados por meio de rituais e práticas tradicionais. Por isso, os sonhos são considerados uma parte importante da vida e da cultura dos povos indígenas do rio Negro.

Hugh-Jones (1980) aponta a importância dos sonhos na formação e prática xamânica dos povos indígenas do noroeste amazônico. Os sonhos, segundo o autor, são uma das principais formas pelas quais os jovens iniciados em práticas xamânicas são introduzidos às habilidades e conhecimentos. As visões e imagens dos sonhos são usadas para identificar os espíritos e entidades que serão os companheiros de viagem do xamã durante as práticas rituais, por isso, o xamã é conhecido por ser um mediador entre esses mundos, físico e espiritual.

Além disso, os sonhos também são vistos como uma fonte de orientação e proteção para os xamãs em suas atividades cotidianas, como caçar, pescar e coletar alimentos. Por isso, aqueles que sonham precisam aprender a interpretar os sinais e símbolos para obter informações sobre onde encontrar animais ou plantas e como se comportar em diferentes situações.

Os sonhos, segundo Hugh-Jones (1980), desempenham um papel importante na manutenção da coesão social e do equilíbrio ecológico nas comunidades indígenas do noroeste amazônico, pois ajudam a reforçar a relação entre os seres humanos e a natureza, através dessa conexão, que se caracteriza por ser um canal de comunicação entre os humanos e não-humanos.

Em Cauburis tanto a parteira, quanto o pajé (associado à figura do xamã) descobriram essa relação metafísica através dos sonhos. Aliás, em todas as cinco comunidades, os sonhos apareceram com frequência como um elemento norteador de algumas práticas, isso foi percebido principalmente com os Tukano Oriental. Frequentemente os indígenas mencionavam sobre seus sonhos e o que aquilo poderia indicar. Interpretar os sonhos é um sinal de sabedoria e respeito para com aqueles que sabem o que fazer com tais informações.

### **5.2.2 As práticas tradicionais de partejar**

A Sra. Doralice Mourão, 67 anos, da etnia Piratapuia, falante de tukano, nheengatu e português, rezadeira e parteira, possui uma relação próxima com os encantados do rio Negro. Para a saúde indígena essa relação é importante, pois é uma das formas de adquirir os conhecimentos das plantas medicinais, as rezas apropriadas para cada ocasião de cura e o manejo das plantas para a confecção de xaropes e pomadas.

Ela aprendeu a partejar nos sonhos através de seu “dom” aos dezoito anos, quando a chamaram para ajudar uma mulher que estava com dificuldades de parir. Ao tomar um chá com plantas medicinais feito pela Sra. Doralice, a mulher teve a criança sem complicações e desde então ela foi solicitada por diversas famílias, de várias partes do rio Negro, Caurés e Unini, para ajudar em partos.

As atividades de uma parteira constituem no acompanhamento durante o parto, no caso da Sra. Doralice, ela prepara chás e banhos, aprendidos em sonhos, que possam auxiliar na dor da gestante, assim como orientar as posições e movimentos do corpo da mulher, não há uma reza explícita, apenas silenciosa da própria parteira durante a atividade para proteção da mãe e da criança que vai nascer, sempre acionando os seres espirituais que lhe conferiram o “dom”.

No mundo físico, ela contou aproximadamente 100 (cem) partos realizados, e no mundo espiritual (como ela chama de “outro mundo”) já realizou a mesma quantidade, em todas as situações não houve complicações.

Atualmente, ela tem realizado poucos partos, pois as mulheres indígenas estão sendo encaminhadas às maternidades na cidade. Com exceção de situações em que as famílias não conseguem viajar a tempo, a Sra. Doralice é chamada pelos agentes de saúde para ajudar naquele momento.

A filha da Sra. Doralice, Maria, de 38 anos, da etnia Tukano, está sendo treinada pela mãe para ser a próxima parteira. Por esse motivo ela tem a acompanhado em alguns partos e em reuniões com outras parteiras do rio Negro para trocar experiências. Ela enumerou 4 (quatro) parteiras indígenas de Barcelos, Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira que vem atuando hoje nesta atividade.

Conta-nos a Sra. Doralice que quando sonha, viaja para muitos lugares acompanhada “deles” que vêm buscá-la quando precisam dela, sobretudo, em ocasiões de parto. Ela viajou à São Gabriel da Cachoeira sem sair de sua casa em Cauburis, para ajudar em um parto, levada por esses “guias espirituais”.

Além dos partos, ela é procurada pelas mulheres grávidas para “ajeitar a barriga”, ou seja, virar o bebê na barriga preparando-o para o parto normal.

Nos sonhos, ela aprendeu o uso de chás e banhos com ervas medicinais. A forma de preparo, de espera e de aplicação também faz parte do conjunto de conhecimentos aprendidos no mundo sobrenatural. Além disso, o conhecimento onde encontrar tais plantas são indicados nos sonhos e encontrados no mundo físico, tal como indicado no “outro mundo”.

### **5.2.3 Trabalhar em reza**

O Sr. Marcelino, 72 anos, da etnia Tukano, “trabalha em reza” como pajé da comunidade, como afirma sua esposa, a Sra. Virgília. O casal nos contou que os mestres encantados visitam o Sr. Marcelino, ocupando o seu corpo, para ensinar os remédios e outras práticas medicinais.

Desde criança o Sr. Marcelino tem contato com estes mestres, mas antes eles apareciam somente em sonhos e o ensinavam as rezas e o manejo com as plantas medicinais, contudo, o Sr. Marcelino não dava muita atenção para o que os sonhos queriam dizer. Nesses sonhos, alguns seres espirituais ensinavam como fazer remédios para se curar de determinadas enfermidades.

Quando o Sr. Marcelino casou com a Sra. Virgília, ele sonhava constantemente com esses ensinamentos e começou a prestar atenção. Hoje tanto aparecem em sonhos, quanto se apoderam do corpo do Sr. Marcelino que fica em uma espécie de transe. É nesse estado que ele se cura quando está doente ou cura os outros quando é procurado.

Nesse sentido, este pajé só toma algum remédio se foi feito e indicado pelos seus “mestres”, como chás, infusões e banhos feitos com plantas medicinais que tem na comunidade.

Durante o trabalho de campo, observamos filas se formando na porta da casa do Sr. Marcelino, eram pessoas em busca de benzimento e rezas. A Sra. Virgília afirma que vem gente procurando orientações e curas de várias localidades como, rio Branco, rio Caurés, rio Unini e rio Negro.

Os “mestres” a que o Sr. Marcelino se refere são seres espirituais indígenas e não indígenas. Inclusive dois indígenas (Sr. Marcelo e Sr. João) que já faleceram, mas que vem auxiliar o Sr. Marcelino em momentos oportunos, como a solicitação de curas.

Os “mestres” espirituais Sr. Marcelo e Sr. João, segundo a Sra. Virgília, foram pajés nesse mundo físico antigamente. Enquanto pajés, eles faziam e desfaziam ações, curavam as pessoas, descobriam doenças e eram um canal de conexão com o mundo espiritual. Quando eles faleceram em épocas diferentes, foram habitar um espaço cosmológico e a partir dali continuaram o trabalho de auxiliar os pajés que se manifestavam no mundo físico.

O Sr. João (mestre espiritual do Sr. Marcelino) foi tio-avô da Sra. Virgília. Conta-nos ela que ele faleceu em um momento que não era dele. Visto que entrou em um transe de três dias para viajar pelo mundo espiritual e descobrir mais informações de curas para o mundo físico, porém, sua esposa não o esperou retornar do transe e mandou enterrá-lo.

À noite ele a procura em sonho e pergunta o porquê de tê-lo enterrado, comunica que voltou ao seu corpo, mas que já estava debaixo da terra e não teve como sair, precisando retornar ao mundo espiritual para sempre.

O Sr. Marcelino conta que quando está em transe trabalhando em cura, um mestre espiritual fica em seu corpo, e ele vai para este lugar cosmológico da qual a Sra. Virgília denomina de *espaço*, e lá ele aprende muitas rezas para cura, proteção, combinações de plantas para chás e infusões, dentre outros conhecimentos específicos desse papel social que é o pajé/xamã.

Há casos em que feitiços são lançados e somente o pajé tem o conhecimento de retirar, como é o caso do *ramudiá*, a doença que afeta as crianças. Certa vez, uma vizinha da comunidade

adoeceu e foi parar no hospital, lá ela foi submetida a uma cirurgia e poucos meses depois a doença tinha piorado. Ao procurar o Sr. Marcelino, foi informada que sua doença era espiritual lançada por feitiço e que a cirurgia só tinha complicado sua enfermidade. Após algumas rezas, o feitiço foi quebrado e a saúde da mulher, restaurada.

Os “mestres” espirituais não aceitam cobrar pela cura e por isso o Sr. Marcelino recebe as pessoas sem cobrar nada em troca, assim como a Sra. Doralice com a prática de partejar, pois esse “dom” recebido é uma dádiva que merece ser compartilhada.

Atualmente, o Sr. Marcelino está treinando um menino da comunidade para ser um pajé. A escolha dessa criança se deu porque ele se diferenciava das demais no que tange ao comportamento. Sua mãe o levou até o Sr. Marcelino que descobriu a mediunidade do menino.

Tal mediunidade é caracterizada pelos indígenas a partir dos sonhos, a criança sonhava sendo perseguida e acordava sem forças e com agressividades. Após algumas rezas, o pajé conseguiu ajudar a criança a entender o seu processo espiritual e agora ele se comunica também com os “mestres”, reza, vê e prevê alguns acontecimentos, tal como Hugh-Jones (1980) asseverou sobre o papel dos pajés entre os indígenas do noroeste amazônico.

Em Cauburis, tanto o Sr. Marcelino, quanto a criança que está aprendendo as atividades de um pajé, são conhecidos como *aparelhos*, uma espécie de antena receptora ou um canal de comunicação dos “mestres” espirituais, da natureza para com os indígenas, ajudando na cura e no conhecimento para o bem-estar desses povos.

### **5.3 A dança do *mawaco* como resgate e resistência**

No período colonial, os povos indígenas eram proibidos de praticarem suas práticas culturais, do mesmo modo, no âmbito dos internatos salesianos do rio Negro. Já no século XX, as crianças eram proibidas de falarem suas línguas e praticarem suas danças, ritos e músicas.

O Sr. Marcelino comenta sobre a proibição de algumas práticas culturais de seu povo, como o *dabucuri* e o *caxiri*. Antes, lembra o pajé, as comunidades dançavam o *dabucuri* e *mawaco* em ocasiões de festividades, mas isso foi proibido pelos padres no século XX e agora esses grupos étnicos estão nesse movimento de acionar a memória social e ensinar as crianças as danças e ritmos culturais.

Movimento semelhante é descrito pela antropóloga da etnia Piratapuia Pereira (2016) que faz uma reflexão sobre a importância do *dabucuri* como patrimônio imaterial dos povos do alto rio Negro. O *dabucuri* consiste em uma cerimônia milenar onde acontecem “trocas de saberes e conhecimentos que envolve cantos, música, dança, bebida, alimentos, histórias, ornamentos, ritos de passagens, momentos de aliança política social e arranjos matrimoniais” (PEREIRA, 2016, p. 4-5) entre os clãs desses grupos étnicos, que funciona como uma festa de oferecimento e recebimento de dádivas, na qual são reafirmadas suas posições étnicas.

A autora menciona que durante o ritual do *dabucuri* são acionados um rol de conhecimentos que envolve as relações de hierarquia entre clãs. As danças tradicionais como o *kapí-waya*, *carriçú*, *japurutu* e *mawaco* eram realizadas entre os membros dos clãs. Todavia, desde o período colonial esses povos vêm sofrendo perdas, já que foram proibidos de realizar tais cerimônias. No rio Negro 23 (vinte e três) grupos étnicos praticam a festa do *dabucuri* nos centros comunitários, mas são eventos pontuais. (PEREIRA, 2016).

A festa do *dabucuri* era realizada nas *casas tradicionais*, que se configuravam enquanto moradias coletivas, casas sagradas, conhecidas também como *malocas* (ver parte I). Estas, por sua vez, eram constituídas de elementos simbólicos centrais das narrativas míticas e na concepção de mundo desses povos. Todavia, as missões religiosas começaram a criminalizar as cerimônias indígenas, apontando-as como demoníacas. Pereira elenca que tal fato “levou às distorções dos diversos símbolos sagrados incluindo as casas tradicionais, as caixas de ornamentos, as bebidas como o *kaapi*<sup>66</sup> e *caxiri*<sup>67</sup> e dos aspectos rituais das cerimônias” (PEREIRA, 2016, p. 5).

Durante os anos 90, houve uma reorganização política das comunidades em associações indígenas, as quais revitalizaram as *casas tradicionais*. Com a criação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e outras associações indígenas, as *casas tradicionais* foram restauradas e transformadas em centros culturais. Elas agora são utilizadas para eventos, reuniões, assembleias e recepção de líderes das comunidades e representantes governamentais e não-governamentais em ocasiões especiais. As reconstruções das *casas tradicionais* fortalecem os rituais e cerimônias, como o *dabucuri*. (PEREIRA, 2016).

Nesse movimento de revitalização e reconstrução de algumas práticas rituais está a dança do *mawaco* em Cauburis. O Sr. Marcelino participou de alguns *dabucuris* na sua infância e

---

<sup>66</sup> Cf. Pereira (2016) o *kaapi* é uma bebida feita a partir dos talos da planta-cipó.

<sup>67</sup> O *caxiri* é uma bebida fermentada feita à base de mandioca.

juventude e tem realizado esse movimento de resgatar essa dança e ensinar os mais jovens da comunidade.

O *mawaco* é um instrumento de sopro com um buraco (flauta-apito) feito de madeira, usado nos *dabucuris* por aqueles que oferecem as frutas. Em Cauburis, eles improvisaram um *mawaco* com um cano de PVC (ver foto 26). Esse instrumento é frequentemente utilizado em cerimônias rituais, para acompanhar cantos e danças, e seu som tem a capacidade de se comunicar com os espíritos ou com a natureza.



Foto 26 Sra. Virgília mostrando o *mawaco* de PVC. Foto: Priscila Moreira, 2022.

A apresentação da dança do *mawaco* em Cauburis foi executada por um grupo de jovens (10 no total), homens que vestiam cocares ornamentados com penas de aves, sementes e fibras de palmeiras e mulheres que usavam colares de sementes e pinturas faciais. Dois dos homens tinham em suas pernas um chocalho de sementes e fibras de tucum, que ajudava a compor a melodia.

A música é tocada por um conjunto de *mawacos* e chocalhos e tem um ritmo médio e vibrante. Os dançarinos se movem em círculos, andando e girando ao som da música, enquanto batem seus pés direito em ritmo sincronizado. Não há voz humana, somente os instrumentos. As crianças assistem atentamente de fora da roda, apesar de que todos podem dançar, para isso é preciso de disposição física e de um par.

Para começar a dança, os homens se separaram das mulheres e se posicionaram em lados opostos a elas. O *mawaco* era soprado somente pelos dançantes masculinos, que começaram a se movimentar dando voltas na frente das mulheres.

Na terceira volta, as mulheres entraram na roda ao lado dos homens e ambos se abraçaram enunciando um casal, caso fossem solteiros, ali seria um casal em potencial. Todos pisam forte com o pé direito e seguem o ritmo do *mawaco*.

Os casais se aproximam formando um círculo menor, e de um por um vão entrando na roda, dançando no meio do círculo ainda abraçados, em um mesmo ritmo, com os mesmos passos. Após todos terem entrado na roda, eles desfazem o círculo até formarem uma fila. O primeiro casal perpassa por essa fila em um movimento de zigue-zague, quando eles chegam ao final, o segundo casal procede ao mesmo movimento e assim sucessivamente até todos retornarem aos seus lugares iniciais.

Ao final, os casais se movimentam por todo o salão do centro comunitário e caminham para se despedir do público, mas antes voltam a fazer um pequeno círculo e gritam juntos com as mãos para o alto para indicar o final da dança.

A dança do *mawaco* é considerada uma das manifestações culturais dos indígenas do rio Negro, representando a conexão entre o mundo humano e o mundo espiritual, esta é patrimônio cultural que simboliza a identidade e a resistência desses povos diante das mudanças sociais e ambientais que enfrentam.

Além da dança, uma das formas de passar algumas narrativas míticas é teatralizando-as. No centro comunitário, que corresponde às *casas tradicionais* dos povos indígenas do rio Negro, os mais velhos ensinam os mais novos organizando pequenas encenações com os adolescentes da comunidade.

Na ocasião do trabalho de campo, assistimos junto à comunidade a narrativa da formação da ilha de Adana, no alto rio Negro. Adana era a filha de um Tuxaua Baré que a prometeu em casamento ao guerreiro Buburi. Mas Adana cresceu e conheceu um guerreiro de um outro grupo, chamado Curucui. Os dois disputaram o amor de Adana, porém ela se encantou por Curucui, o casal fugiu, mas foram alcançados por Buburi. Os dois guerreiros se enfrentaram e na briga, todos acabaram afogados. Os corpos dos guerreiros se transformaram nas corredeiras Buburi e Curucui, enquanto o corpo de Adana, que se afogou no meio dos pretendentes, se transformou na ilha que

recebeu seu nome. Até hoje a ilha está situada no meio de duas correntezas fortes e assim é conhecida na região do alto rio Negro.



*Foto 28 Jovens de Cauburis encenando a narrativa mítica da formação da ilha Adana do alto rio Negro. Fonte: Eliëyd S. Menezes, 2022.*



*Foto 27 Dança do mawaco. Fonte: Eliëyd S. Menezes, 2022.*

## 5.4 Festejos religiosos e outras formas de sociabilidades

A influência das missões religiosas no rio Negro é vista nos dias atuais, não só pelas proibições das práticas tradicionais desses povos, mas também pela inserção de práticas de ritos e crenças religiosas, principalmente católicas, como as festas de santo.

Essas festas funcionam como mecanismo de constituição e fortalecimento de alianças de relações econômicas e manutenção do sistema de compadrio, já que é uma ocasião em que ocorrem batismos aos moldes católicos. Os pais escolhem os padrinhos para seus filhos que irão se batizar na ocasião.

Lago Grande, Manacauaca e D. Pedro II são comunidades evangélicas, Cauburis e São Roque são católicas. Mas nas festas de santo em Cauburis, São Roque e em Carvoeiro, é comum que haja a participação de membros de todas essas comunidades.

O maior festejo de santo do rio Negro ocorre na comunidade de Carvoeiro, destinado à Santo Alberto, padroeiro dos navegantes que viajam pelo rio Negro. Carvoeiro é vizinha de Cauburis, ambas situadas na margem direita do rio Negro. A prefeitura de Barcelos, inclusive, costuma decretar feriado nos dias do festejo, que ocorre durante uma semana no mês de agosto. Famílias do alto e médio rio Negro viajam para o baixo rio, onde está localizado este povoado, inclusive das cinco comunidades elencadas neste relatório.

O padre da igreja católica da cidade de Barcelos viaja para esse povoado e lá realiza novenas, missas e batismos. Há também o levantamento do Mastro de Santo Alberto e uma verdadeira procissão fluvial. Contam na região que um pescador no século XIX encontrou o santo em meio aos cravos brancos da região, levou o santo até sua casa e este sempre voltava para o mesmo lugar, após isso, o pescador entendeu que ali deveria ser construído um altar para o santo. Desde então, o festejo é realizado com a participação de vários moradores da região.

Além dos ritos religiosos, há na festa de Carvoeiro outras sociabilidades, como leilões de bebidas e animais (pato, galinha, porco, boi). As pessoas que querem pagar alguma promessa, doam para o leilão e quem leva dinheiro arremata. Os valores arrecadados vão para a capela de santo Alberto.

Embora as festas de santo sigam o calendário da igreja católica, já que as datas dos festejos são as datas dos santos, as comunidades incorporam uma série de elementos que refletem a cultura

local, como a procissão fluvial (muitas canoas seguem o barco da qual o santo viaja), as dívidas com o santo, as comidas locais, os enfeites do mastro, as urnas flutuantes, dentre outros.

Cauburis também organiza um festejo de santo, porém no mês de outubro, destinado à Nossa Senhora Aparecida. Lá construíram capela, centro comunitário e cozinha específica para a festa. Eles recebem visitantes de outras comunidades vizinhas para a ocasião, que também é vista como um momento de trocas e sociabilidades. Quem organiza o festejo é a Sra. Virgília, atual presidente da associação comunitária, mas conta com a ajuda de outros membros da comunidade.

Em São Roque, os indígenas promovem o festejo de natal, em homenagem ao nascimento de Jesus e também como pagamento de uma promessa a santo Alberto. Essa festa acontece nos meses de dezembro e a organização social desse festejo segue o mesmo padrão das demais.

O Sr. Manoel, ao ser atendido por santo Alberto em uma promessa, começou a promover o festejo nos natais com levantamento de um mastro em sua comunidade, tal tradição se espalhou entre os demais e até hoje é realizada.

O mastro é preparado alguns dias antes do festejo e a família do pagador da promessa ajuda a construí-lo, amarrando frutas e enfeitando com flores e folhas. O levantamento do mastro é frequentemente acompanhado por uma cerimônia religiosa, que pode incluir cânticos, danças, orações e discursos. Nesse caso, há a reza e depois eles vão tomar um café, beber alguma bebida, comer alguma comida oferecida pelo pagador da promessa.

Após esse momento de sociabilidade com as comidas, há um leilão. Os participantes se reúnem para arrematarem alguns prêmios doados pelo pagador da promessa ou por sua família, em São Roque os leilões são realizados com pequenos objetos, como litros de refrigerantes, frutas e outras comidas. O dinheiro arrecadado vai para o santo da festa, no caso, Jesus.

Os indígenas assumem papéis sociais específicos na festa, confirmando seu compromisso com a comunidade e principalmente com o santo. O *dono da festa* é conhecido como *juiz* ou *juíza*, seu papel é comandar e manter a ordem do evento, além de receber os convidados. O pagador da promessa é denominado por eles como “noitário”, sua função é organizar e doar as comidas para a noite e rezar nesse período. Há também o chamado *mordomo*, que é a pessoa responsável por servir o café aos convidados durante a festa. E o *juiz do mastro* é responsável pelo mastro.

Com o mastro erguido, a festa continua com uma série de atividades culturais e religiosas, como apresentações musicais, danças, exposição de artesanato, jogos e competições esportivas. Essas festas duram 2 (dois) ou 3 (três) dias. Essa prática do festejo, conta o Sr. Manoel, um dos

fundadores de São Roque, foi aprendida com “os antigos” no baixo rio Negro. Hoje é a sua filha mais velha que é a responsável pelo festejo.

Nesses festejos, tanto em Carvoeiro, Cauburis e São Roque muitos convidados de outras localidades chegam e compartilham além das rezas, as comidas e bebidas, é um momento também que o consumo de bebidas fermentadas e alcoólicas são consumidas em demasia.

Nesse momento, é preciso ter cuidado tanto para não cair na água, quanto para não ser ludibriado por algum encantado que esteja em forma humana. O Sr. Cleuton de Cauburis adverte que “nem tudo na festa é gente, a maioria pode ser encantado”. Quando aparece alguém desconhecido, nunca visto pela região, os indígenas desconfiam, mas socializam mesmo assim, com estranheza.

Em uma dessas festas, contou o Sr. Cleuton, que um rapaz caiu em um buraco, armadilha de caça em uma comunidade acima de Barcelos, quando foram resgatá-lo o rapaz havia sumido e havia um boto no lugar. Chamaram o presidente da comunidade que solicitou aos homens que levassem o boto ao rio, pois ainda estava vivo. Com isso, as famílias sempre advertem aos jovens, sobretudo, as moças que tomem cuidado com quem conversam nas festas.

Os festejos de santo são eventos sociais importantes para as comunidades, já que essa sociabilidade pressupõe uma dinâmica, incentiva a mobilidade espacial, e conduz à regulação de normas, visto que

(...) quando as pessoas festejam e respeitam as condutas, elas acreditam que estão aptas para receber a colaboração dos santos, podem amenizar os problemas da vida diária, assim como pode orientar no cotidiano de trabalho e pode propiciar o bem viver nos rios, igarapés, lagoas, nas matas e outros ambientes (PERES, 2015, p. 283).

Além dos festejos religiosos, há outras formas de sociabilidades entre as comunidades indígenas da margem direita do rio Negro e rio Caurés. O Sr. Francisco, de Lago Grande, lembrava do *tempo das fogueiras* quando no meio do ano, as festas juninas eram realizadas. Conta este agente social que essas festas mobilizavam todos da comunidade e pela noite as fogueiras eram acesas, havendo muita música, danças e comidas.

Em Cauburis, atualmente, eles realizam semanalmente os bingos, que são vendidos aos membros da comunidade e realizados na sede da associação comunitária. O valor arrecadado é destinado a alguma ação em prol da comunidade, seja para a igreja, para o time de futebol, grupo de jovens, dentre outros. Aos domingos, após o almoço ou início da noite, os bingos são realizados.

As famílias doam os prêmios, como cachos de banana, de patauí, bolos, aves assadas, jarras de açaí, patauí, sucos de frutas da região, dentre outros.

Uma pessoa fica responsável de conduzir o bingo e, após algumas pedras sorteadas, o condutor pergunta em nheengatu: *téatampa?* (cartela cheia?) e os jogadores respondem *poranga tê* (sim) [com animação] em caso positivo, ou *neawá* (nada) [com frustração] e *neawá pé* (nenhuma [pedra sorteada]) [com indignação].

Ao final, os vencedores do bingo levavam para sua casa o prêmio e voltavam para continuar as conversas e brincadeiras no centro social com os seus vizinhos.

Os jogos de futebol são outras formas importantes de sociabilidades. Cada time representa uma comunidade e juntos organizam campeonatos. Nos foi relatado que os jogos são itinerantes, cada comunidade recebe uma partida e assim todos conhecem não somente os jogadores, mas também as famílias locais anfitriãs dos jogos. D. Pedro II e Manacauaca, por exemplo, revezavam em cada final de semana os jogos de lazer, ou seja, sem envolvimento de campeonatos.

Após o pico da pandemia do Covid-19 cada comunidade começou a jogar entre si em seus próprios campos, visto que uma das medidas de segurança era o isolamento, ou o não contato com pessoas de fora do grupo. Na ocasião do trabalho de campo, havia um movimento de voltar com os campeonatos entre as comunidades. Essa é uma atividade que mobiliza, sobretudo, os jovens.

## 5.5 Comidas tradicionais

As comidas consumidas por esses grupos étnicos são baseadas em produtos advindos das roças, pesca e caça. Na parte III elencamos algumas como: farinha, beiju, tapioca, tucupi, pimentas, vinho do açaí, patauí e uma variedade de frutas. No verão há mais fartura desses alimentos, no inverno maior escassez, potencializados pelos conflitos de acesso aos recursos naturais, o levando a consumir produtos industrializados.

Contudo, há as comidas rituais, consumidas em ocasiões especiais, como festejos, reuniões e outros momentos de sociabilidades. Observamos diretamente o consumo da *quinhapira* que foi ingerida após a reunião coletiva com as lideranças das cinco comunidades.

A *quinhapira* é preparada com peixe, pimenta e tucupi. O peixe é cozido no tucupi, sendo adicionada pimentas e sal para tempero (ver foto 29). A depender das variedades do peixe e do tucupi, seu modo de preparo também varia.



Foto 29 Quinhapira. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022.

Caso seja uma *quinhapira* de tucupi doce, este deve ser fervido em uma panela por uma hora, no fogo à lenha. As pimentas deverão ser separadas inteiras, o peixe deve ser tratado, cortado em pedaços e separados. Após a fervura do tucupi, os pedaços de peixe devem ser colocados na panela.

A *quinhapira* de aracu com taioba é preparada de uma forma diferente, o peixe aracu é tratado, temperado com sal e reservado. A taioba é lavada, cortada e escaldada. O tucupi é fervido e nele é acrescentado pimentas de diversos tipos juntamente com as folhas da taioba já preparadas anteriormente, quando as folhas estiverem macias, o peixe é acrescentado, o ponto estará bom quando as pimentas se desmancharem. Essa é a *quinhapira* bem ardosa.

A *quinhapira* pode ser acompanhada de beiju seco, beiju de goma, farinha de mandioca ou *chibé*. É um prato feito pelas mulheres e consumidos por todos das comunidades, seus acompanhamentos são imersos no caldo e consumidos em seguida. Não há horário para consumir a *quinhapira*, que pode ser ingerida tanto no café da manhã, quanto no almoço e janta.

Há também as caldeiradas de peixes. O peixe é cozido com água ao invés de tucupi, as pimentas são opcionais, mas é comum que os caldos sejam apimentados, tendo em vista as variedades de pimentas cultivadas por esses povos.

Outra alimentação tradicional desses povos é o *chibé*, consumido, sobretudo, pelos homens em ocasiões de atividades produtivas, como caça, pesca ou roça. Entretanto, o *chibé* não é uma alimentação exclusiva masculina. Consiste na farinha de mandioca mergulhada em água que forma um mingau frio. Nas situações que demandam mais tempo longe de casa, como caça, pesca ou roça, os homens levam algumas porções de farinha e, quando ficam com fome, acrescentam essa em uma vasilha com água, que por sua vez, vem de algum *igarapé* ou mesmo do rio. A farinha incha e, assim, já pode ser consumida.

Conservas de caça: era comum os indígenas cozinharem as caças e guardarem suas carnes nas gorduras desses próprios animais, antes da energia elétrica chegar há quase três anos em suas comunidades. Em São Roque foi mencionada essa alimentação como algo que faz parte do repertório alimentar dos indígenas dessa localidade.

## **5.6 Os lugares sagrados e a comunicação da natureza**

Como apontado na parte IV deste relatório, as comunidades do rio Negro (Cauburis, Lago Grande, Manacauaca e D. Pedro II) apontam as *ilhas da Mariana* e *praia da barca* como lugares sagrados que são moradias de seres encantados. Já São Roque aponta os *poços* ao longo do rio Caurés como lugares encantados, moradia de seres míticos, como a *cobra grande*.

Os indígenas afirmam que debaixo da *ilha da Mariana* existe uma cidade encantada muito bonita. A Sra. Doralice já viajou para lá acompanhada dos seres espirituais que a levaram em sonho, ela descreveu a cidade debaixo da ilha como um lugar com muitos moradores, cheia de campos e animais. É um lugar festivo e alegre, à noite, é cheio de luzes e encantados de outros lugares vêm festejar lá também.

Mariana é um espírito encantado que mora na ilha, alguns a descrevem como uma cobra encantada, outros como uma senhora grande e gorda, mas todos apontam que ela gosta de festa, dança com a garrafa na cabeça e protege a ilha contra madeireiros e pescadores comerciais. Essa ilha é utilizada pelos indígenas da região para atividades produtivas, como visto na parte IV, porém tais atividades são realizadas com muito respeito e cuidado, tirando somente o necessário, para não ofender Mariana.

Já a *praia da Barca* fica situada em uma ilha sem nome, nas proximidades de Lago Grande e Cauburis. Afirmam os indígenas que algumas pessoas já viram o ser encantado que mora nessa ilha, sobretudo, os pescadores que vão pescar à noite. Eles a descrevem como uma mulher loira e bonita que aparece nadando.

A *ilha da Barca* é assim conhecida porque em algum momento do passado um pequeno navio ou barca, encalhou e afundou nesta localidade. Não sabemos se houve sobreviventes, mas contam os indígenas que em épocas de secas extremas, com o nível fluvial muito baixo, é possível visualizar o casco dessa barca.

O Sr. Marcelino afirma que os seus “mestres” indicavam que a mulher encantada da *ilha da Barca*, quer se desencantar para o mundo físico, por isso frequentemente ela aparece para alguém. Contudo, para desencantar um ser encantado é preciso que haja uma pessoa preparada nos dois mundos, visível e invisível, tal como um pajé, caso contrário, *a pessoa endoia*. Por esse motivo, ninguém das comunidades tem coragem de realizar tal ação.

O agente de saúde de Cauburis, o Sr. Cleuton (Baniwa) apontou que a *praia da Barca* é um local que dá muitos ovos de irapuca (quelônio) e em 2015 um rapaz da comunidade foi até essa ilha para coletar ovos. Na volta para a sua casa, ele entrou na canoa, viu umas toras de madeira e sentou em cima, quando repentinamente teve uma dor de cabeça, e então percebeu que não eram toras e sim uma cobra. Ele chegou na comunidade muito atordoado contando o ocorrido.

O Sr. Evilásio (Baré) foi pescar e passou pela *praia da Barca*, quando viu duas pessoas tomando banho, mas após um piscar de olhos, essas pessoas sumiram. Contam os indígenas que já foram vistos muitos animais que não são frequentes nessa praia, como veados e cobras, em horários considerados interditos.

Aliás, tanto na *ilha da Mariana*, quanto na *praia da Barca* há horários proibidos para frequentá-las, como às 6h, 12h e 18h. Caso haja alguma necessidade de passar por elas nesses horários, que não seja em seu interior, ou eles passam por fora ou por baixo dessa praia e ilha.

O Sr. Cleuton e sua mãe, a Sra. Mirian (Baniwa), afirmam que este território pode ser perigoso para quem não respeita os seres encantados. Devido à cidade abaixo da ilha da Mariana, há muitos seres encantados que circulam por essa região, como botos e cobras que ora se transformam em gente, ora aparecem sob a roupagem de objetos.

Por esse motivo, o agente de saúde de Cauburis advertiu uma jovem que estava com dor no ouvido e tinha pesadelos ao dormir que ela precisava ter cuidado ao andar pela comunidade, pediu

pra ela não tomar banho no rio nos horários interditos, pois há muitos botos nas redondezas da comunidade que reconhecem quando uma mulher está menstruada. A dor no ouvido e pesadelos estavam sendo associados a esse período da mulher. Nesse caso, ela foi procurar se benzer com o Sr. Marcelino, pajé da comunidade.

Quando as meninas estão menstruadas há uma interdição de ir à beira do rio, elas só podem tomar banho em terra firme, em água encanada para evitar quaisquer contatos com os encantados. Afirmam os indígenas que a água pode ser perigosa, é de lá que vem muitos encantados, por isso é preciso respeitar e evitar situações que esses seres. Até os homens precisam ter cuidado, caso ele pise “no rastro” da mulher que esteja menstruada, ele pode pegar a “flecha”, doença da água e cair adoecido.

Quanto aos poços, considerados sagrados, no rio Caurés foram citados os seguintes: Maracauçu, Sacado, Sorvina. Já no rio Negro, o poço do Arthur e do Lago Grande. Tais poços, como indicados na parte IV, são cavidades naturais que se formam no leito do rio e que constituem habitat para os peixes em época de seca. Lá são moradas de seres sagrados, como a cobra-grande, figura importante das narrativas míticas de origem dos povos do rio Negro.

Além dessas toponímias, outro lugar de memória coletiva que reúnem informações importantes sobre a história das comunidades, tradições, valores e práticas funerárias são os cemitérios.

Os poucos indígenas dessas comunidades que faleceram após os anos 2000, foram enterrados na cidade, como descrito na parte II, todavia, há os cemitérios dos *mais antigos* e o *das crianças* que se localizam no território da terra indígena reivindicada.

Em Cauburis Velho e em D. Pedro II os moradores mais antigos foram enterrados nas comunidades, porém, em ambos os casos, com o passar do tempo, a terra firme da qual estavam localizadas as sepulturas foi cedendo com a força da água e parte dessa unidade social caiu no rio com barranco.

Localizamos parte do cemitério de Cauburis velho e encontramos quatro sepulturas, a única que estava identificada era a da Sra. Raimunda Rodrigues, falecida em 1945, como descrito na parte IV. As demais ou caíram com o barranco, ou estava debaixo da mata, visto que a capoeira estava bem alta. Para acessar esta unidade, abrimos caminho com um terçado.

Em todas as comunidades há o cemitério *das crianças*. Quando ocorre um falecimento, elas são enterradas atrás da casa dos pais e nem sempre há identificação que ali jaz um corpo, a única

que há uma cruz com o nome e data de nascimento e falecimento foi a da neta da liderança de São Roque.

Em Lago Grande, a Sra. Eudilália voltou a morar nessa comunidade porque ali está enterrada sua filha caçula e se emociona toda vez que precisa rememorar o fato. Há uma relação muito forte dessas famílias com os entes que ali estão enterrados.

Em D. Pedro II havia o cemitério antigo que o barranco levou e há o cemitério das crianças localizado na frente da antiga escola, do mesmo modo o Sr. Raimundo, fundador da comunidade, está enterrado bem no meio de um quintal de sua família. Nos dois casos, não há lápide ou qualquer identificação, porém os indígenas reconhecem pela diferença da terra que ali está seu ente querido. O formato do corpo fica evidente no chão e a família costuma limpar com frequência, para não nascer plantas indicadoras de solo, conhecidas como mato.

Atualmente, quando alguém passa mal, o agente de saúde chama o resgate pelo DSEI via radiofonia e o doente vai para Barcelos. Caso aconteça algum acidente, o mesmo vai para um hospital em Barcelos e por esse motivo, em caso de óbito, este é enterrado na cidade.

Além dos lugares sagrados indicados acima, a comunicação com a natureza também é um fato que eles consideram sagrado. Ademais da interpretação dos sonhos, os indígenas interpretam a presença e ação de alguns animais que vêm para comunicar algo que está por vir.

Certa vez, a professora de Cauburis abriu a porta de sua casa e entrou um morcego, o animal parou na sua frente e caiu morto. Ao contar o ocorrido aos seus parentes, logo foi advertida que aquilo não era um bom sinal e que aguardasse notícias ruins. No mesmo dia, recebeu uma mensagem pela radiofonia sobre o falecimento de seu sogro.

Quanto às mensagens de mau agouro, os indígenas apontam que o macaco-da-noite vem avisar que alguém da família vai falecer ou já faleceu, cantando próximo à casa de quem recebe a mensagem.

Além dessa comunicação com a natureza e os sinais que são interpretados conforme sua cosmovisão, as explicações dos motivos de certos animais cantarem ou se comportarem têm narrativas próprias. Por exemplo, o canto no mutum é um pedido de devolução de sua canoa. Certa vez, o mutum estava caçando e o pato roubou sua canoa. O mutum pediu a canoa de volta, mas não teve sucesso. Então, ele foi procurar o pica-pau para que construísse uma nova, este foi procurar uma madeira boa para a construção, narram os indígenas que até agora o pica-pau não encontrou

tal madeira e por isso ele fica bicando as árvores. Então, quando o mutum canta, ele está xingando o pato pedindo sua canoa de volta.

Outro pássaro conhecido nas narrativas locais é o japiim, famoso por imitar os demais pássaros, com exceção do pássaro bico de brasa. Isso porque o bico de brasa brigou com o japiim para que esse não o imitasse, ameaçando-lhe. Desde então, o japiim toma cuidado para não repetir os sons daquele que lhe confrontou.

Além disso, o japiim anuncia quando uma comunidade vai acabar ou vai prosperar. Esses grupos étnicos interpretam que quando o japiim faz a sua casa na frente ou no meio da comunidade, esta vai prosperar, entretanto, quando ele faz sua casa atrás das unidades domésticas, é indicativo que a comunidade vai acabar. Isso aconteceu, segundo os agentes sociais, nos *sítios* que já foram comunidade.

As narrativas elencadas aqui fazem parte do estabelecimento de normas e valores destes grupos que orientam o comportamento de seus membros. Tais narrativas ensinam sobre a importância do respeito ao território, aos seres encantados que ali habitam, reforçam a identidade do grupo, pois transmitem conhecimentos tradicionais e direcionam as atividades cotidianas, como caça, pesca, e roça, por exemplo.

## 5.7 A cura pelas plantas e conhecimentos tradicionais

Os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade são importantes na reprodução física e cultural dos povos indígenas referidos neste relatório. O saber sobre as plantas medicinais, por exemplo, desempenha um papel fundamental na saúde dos indígenas.



Foto 30 Plantas medicinais selecionadas pelas mulheres de Cauburis. Fonte: Eliyd S. Menezes, 2022.

As plantas medicinais são utilizadas para tratar uma ampla variedade de doenças, desde enfermidades físicas até problemas emocionais e espirituais. Essas comunidades utilizam uma combinação de plantas, raízes, flores e cascas para criar medicamentos naturais e tratar diversas condições de saúde. Muitas dessas combinações foram aprendidas em sonhos e repassadas por gerações através de práticas e narrativas.

Há um circuito de trocas de plantas como dádiva, da qual em ocasiões de visitas, um indígena leva uma planta e recebe outra, ambas medicinais. É comum eles visitarem os parentes em outras comunidades e levarem plantas de presentes, do mesmo modo, há uma reciprocidade e com isso recebem plantas também.

Quando um vizinho precisa fazer um remédio e este não tem a planta necessária, ele pode ir até seu vizinho pedir algumas folhas para a ocasião. Por isso, as plantas circulam pelos lugares.

Há regras e proibições quanto ao tratar com as plantas. Caso uma pessoa elogie algum vegetal e este morre, os indígenas associam a morte da planta a um mal agouro da pessoa que elogiou, ficando ela com um *status* de pessoa que não é bem-vinda ou invejosa. Por esse motivo, lidar com as plantas é algo sério.

Durante a pandemia, o DSEI realizou muitas visitas nas comunidades, fazendo testes de Covid-19 em idosos, alguns detectaram positivos, entretanto, eles preferiram não ir à cidade, mas sim, se cuidar na comunidade com chás tradicionais de ervas medicinais. O Sr. Cipriano, da etnia Baniwa, 94 anos, de Cauburis, é um exemplo deles, que positivou para covid-19 e ficou curado com chás de limão e outras ervas feitos pela sua família com repouso absoluto em sua rede. Algumas rezas também foram realizadas.

Em Cauburis há um polo base do DSEI que é procurado por muitas pessoas de outras comunidades para tratamento de saúde, principalmente pessoas com sintomas de doenças respiratórias. O agente de saúde dessa comunidade, acredita que a transmissão de covid aos membros de sua comunidade se deu por esse motivo.

Essas comunidades também ficaram expostas ao vírus quando algumas famílias vieram da cidade de Barcelos para morar em *sítios* ou em casas nas comunidades, como é o caso dos herdeiros dos padrões do século XX, descritos na parte IV.

Realizamos uma oficina com as mulheres de Cauburis e, posteriormente, outras reuniões com as mulheres das demais comunidades e registramos os seguintes conhecimentos quanto à

diversidade de vegetais utilizados como remédios através de chás, infusões, pomadas, dentre outros.

<b>Tabela 25 - Diversidade de vegetais utilizados como remédios em diferentes ambientes nas cinco comunidades estudadas.</b>		
VEGETAL	AMBIENTE	TRATAMENTO
Abacate	quintal	anemia, apetite
Açaí	quintal, mata virgem, várzea	raiz para anemia
Algodão roxo	quintal	inflamação
Amapá	mata virgem	trata pulmão
Amor crescido	quintal	para cabelo, ferida
Andiroba	quintal	gripe, ferida
Apuí	várzea	quando está rendido
Araticum	quintal	banho
Arruda	quintal	derrame
Azeitona	quintal	diarreia, dores no corpo, dores nos rins
Boldo (folha pequena/folha grande)	quintal	dor de barriga, cólica, mata ressaca, rins
Caapitiú	mata virgem, capoeira	banho e limpeza de casa
Caçari	várzea	vitamina C
Caju	quintal	casca p/ diarreia, ferida
Camomila	quintal	dor de estômago
Capim limão	quintal	emagrecimento
Capim santo	quintal	queda de cabelo, calmante
Carapanaúba	mata virgem, igapó nas ilhas	malária, anemia, febre
Cebolinha	quintal	mãe do corpo
Chicória	quintal	parto
Cidreira	quintal	dá sono, trata febre
Cipó abota	mata virgem	inflamação

**Tabela 25 - Diversidade de vegetais utilizados como remédios em diferentes ambientes nas cinco comunidades estudadas.**

VEGETAL	AMBIENTE	TRATAMENTO
Cipó fogo	mata virgem	remédio
Cipó traíra	ilhas	diarreia, inflamação
Cipó tuíra (cipó doido)	capoeira	malária
Corama (língua de pirarucu)	quintal	dor de garganta
Crajiru	quintal	c/ raiz de açáí: anemia e apetite
Escada de jabuti	mata virgem, capoeira	diarreia
Fava	várzea	coceira
Folha de alho	quintal	banho
Goiaba	quintal	diarreia
Jambu	quintal	coronavírus
Jatobá	mata virgem	casca para gripe
Laranja	quintal	dor de estômago
Limão	quintal	gripe
Mangarataia	quintal	gripe, coronavírus
Manjerição	quintal	banho para criança
Marupáí	quintal	disenteria com sangue
Mastruz	quintal	gripe
Mucuracaá	quintal	banho para criança
Mutuquinha	quintal	mãe do corpo
Paracetamol	quintal	gripe, coronavírus, dor de cabeça
Patauá	mata virgem, quintal	indeterminado
Pau de saracura	mata virgem	inflamação, cura tudo
Pipirioca	quintal	banho bebê, não pega pitiú
Piradabi	igapó nas ilhas	diarreia
Pupunha	quintal	raiz p/ aborto
Puxuri	mata virgem, igapó nas ilhas	dor de estômago
Sacaca	quintal	banho p/ febre, laxante

**Tabela 25 - Diversidade de vegetais utilizados como remédios em diferentes ambientes nas cinco comunidades estudadas.**

VEGETAL	AMBIENTE	TRATAMENTO
Sálvia de marajó	quintal	dor de estômago
Samambaia	mata virgem	mãe do corpo
Sororoca	mata virgem	picada de cobra
Tabaco de veado	capoeira	ferida, coceira
Tachi	várzea	diarreia
Tamaquaré	mata virgem, igapó nas ilhas	coceira, mata ferida, trata coruba
Taperebá	quintal	casca p/ rasgadura, inflamação
Uixi	mata virgem	inflamação
Viki	quintal	gripe
Vindicá	quintal	calmante, palpitação do coração

FONTE: Relatório ambiental. MOREIRA (2023).

Identificamos pelo menos 59 (cinquenta e nove) vegetais, dentre folhas, caules, cascas e raízes de plantas e árvores que são utilizadas para diversas doenças. Esses vegetais são encontrados na terra firme, na várzea, nas matas virgens, nos igapós, nos quintais, nas capoeiras e nas ilhas ao longo do território reivindicado.

Embora os homens possuam conhecimento sobre o uso de plantas medicinais, é geralmente responsabilidade das mulheres a tarefa de preparar remédios e administrá-los, especialmente para crianças e idosos.

A conservação e preservação da diversidade de plantas medicinais e do conhecimento tradicional desses povos é, portanto, uma necessidade urgente para manter a saúde dessas comunidades e para preservar esse patrimônio imaterial que são os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

## 5.8. Aspectos arqueológicos do território

Ao longo do rio Negro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) já identificou 454 sítios arqueológicos, como pode ser visto no anexo 04. Muitos desses sítios são lugares sagrados dos povos indígenas Arawak e Tukano Oriental, como mencionado no início desta parte IV, e correspondem aos locais onde os seres míticos ancestrais desses povos constituíram morada.

Moreira (2023) observa que na região reivindicada pelos indígenas há a predominância de espécies com algum grau de domesticação formando florestas ancestrais. Além disso, a equipe técnica verificou que há registros arqueológicos com cerâmicas indígenas no interflúvio entre o rio Negro e Caurés.

No baixo rio Negro, na área do rio Unini, fronteira com o território reivindicado, as cerâmicas encontradas até o momento são registros mais recentes do que observado no alto rio Negro (por volta do século IX D.C.), e são associadas provavelmente a uma ocupação de povos Arawak, caracterizada pela ausência de guerras internas, vida sedentária, formas de habitar em aldeias, elegendo uma praça central como lugar de reunião comunitária (LIMA, 2014 *apud* MOREIRA, 2023).

Na região do rio Caurés, em uma área que se estende por mais de 150 km, Simões & Kalkmann (1987) recolheram cerâmicas de idades semelhantes ao rio Unini (880±70 D.C.). Estes cacos (com engobo vermelho e motivos gráficos) também foram observados em abundância na área da comunidade São Roque, no interior da baía do rio Caurés e na entrada da baía, no *sítio Apuluaca* (GUIX, 2005 *apud* MOREIRA, 2023).

Em todas as cinco comunidades indígenas percorridas foram encontrados vestígios arqueológicos, especialmente cerâmicas com grafismos, não era necessário escavar para encontrá-los já que estavam na superfície de modo aparente, tanto nas roças, na beira do rio e nas proximidades das casas. Tais vestígios fazem parte da vida cotidiana dos grupos e são conhecidos como *cerâmica dos antigos*.



*Foto 32 Artefatos de cerâmicas em Cauburis. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022.*



*Foto 31 Artefatos de cerâmicas em São Roque. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022.*



*Foto 33 Garrafa de cerâmica encontrada no rio, de embarcações que naufragaram no passado. Fonte: Elieyd S. Menezes, 2022.*

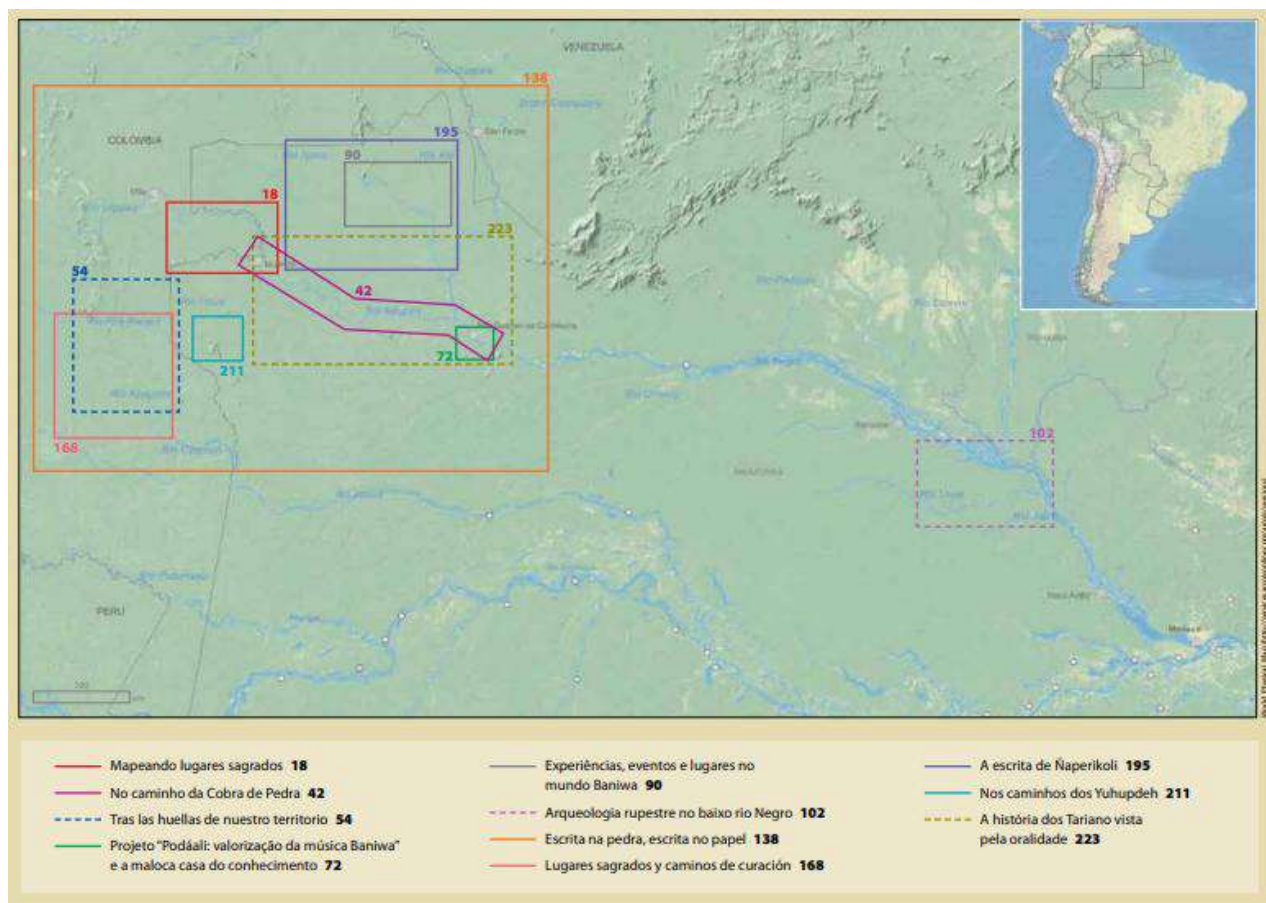
No mapa da experiências de Criação e FOIRN e ISA (2012) é possível arqueológicos das lugares sagrados e povos indígenas do



localização das relatadas no livro “Rotas Transformação” da organizado por Andrello identificar os sítios quais se tem registros de arqueologia rupestre dos rio Negro. O território

reivindicado pelas cinco comunidades elencadas neste relatório incide diretamente das áreas apontadas como “arqueologia rupestre no baixo rio Negro – 102”.

Figura 9 - Mapeamento da arqueologia rupestre no baixo rio Negro. Fonte: Andrello (2012).



Apesar de haver registros de que há artefatos arqueológicos no território reivindicado e haver pesquisas arqueológicas no rio Negro e seus afluentes, como os rios Uaupés, Tiquié, Içana, Unini, Jaú e distrito de Iauaretê (ANDRELLO, 2012) não encontramos pesquisas diretamente no rio Caurés e ilhas do arquipélago de Mariuá. Do mesmo modo, o IPHAN não tombou nenhum sítio arqueológico no território reivindicado.

## **VI – SEXTA PARTE**

### **Levantamento fundiário**

- a) **Identificação e censo de eventuais ocupantes não índios;**
- b) **Descrição da(s) áreas(s) por eles(s) ocupadas, com a respectiva extensão, a(s) data(s) dessa(s) ocupação(ões) e a descrição da(s) benfeitoria(s) realizada(s);**
- c) **Informações sobre a natureza dessa ocupação, com a identificação dos títulos de posse e/ou domínio eventualmente existentes, descrevendo sua qualificação e origem;**
- d) **Informações, na hipótese de algum ocupante dispor de documento oriundo de órgão público, sobre a forma e fundamentos relativos à expedição do documento que deverão ser obtidas junto ao órgão expedidor.**

### **6.1 Identificação e censo de eventuais ocupantes não indígenas**

O levantamento fundiário da TI Baixo Rio Negro e Rio Caurés teve como objetivo identificar, mapear e caracterizar as ocupações não indígenas incidentes na área da TI. O trabalho envolveu pesquisa de aspectos dominiais, jurídicos, socioeconômicos e territoriais a partir da consolidação de dados de bases fundiárias oficiais e de informações coletadas em campo pelo Grupo Técnico (GT) instituído pela Portaria de Pessoal Funai n.º 435, de 20 de maio de 2025, alterada pelas Portarias n.º 539, de 12 de junho de 2025, n.º 596, de 02 de julho e n.º 641, de 15 de julho de 2025.

### **6.2 Metodologia**

Os estudos seguiram as diretrizes estabelecidas pela legislação indigenista vigente, em especial às inovações da lei n.º 14.701/2023, que juntamente com o Decreto n.º 1.775/1996 e a Portaria n.º 2498/2011, assegura o contraditório e a ampla defesa aos ocupantes não indígenas.

Os dados a seguir foram consolidados a partir de reuniões técnicas com servidores da Funai e indicados dos entes federados, bem como por consulta e análise de gabinete de dados oficiais do governo brasileiro sobre imóveis e registros fundiários incidentes na proposta de limites da TI. As bases de dados consultadas foram SIPRA (Incra), que reúne os cadastros de assentamentos rurais da reforma agrária; bases da Funai e Incra, respectivamente quanto aos limites oficiais de terras indígenas já reconhecidas e de territórios quilombola; CAR/SICAR, banco de dados do MGI onde constam registros ambientais dos imóveis rurais; CNFP, cadastro do Serviço Florestal Brasileiro de florestas públicas; CNUC/SNUC, do MMA, em que estão disponíveis os limites oficiais de

unidades de conservação e SIGEF e SNCI, bases do Incra que reúnem os registros de imóveis rurais certificados.

No âmbito desses estudos, foi verificada a existência de matrículas, registros e cadeias dominiais eventualmente relacionadas às ocupações incidentes na área em estudo. Ademais, foi realizado levantamento dos ocupantes não indígenas em campo, momento em que foram coletados os dados dos ocupantes não indígenas, a localização geográfica de suas ocupações, bem como as formas de uso, a existência de benfeitorias e o tempo de ocupação. Houve esforço da equipe técnica para que todos os ocupantes não indígenas identificados fossem notificados sobre a possibilidade de incidência dos estudos na área da ocupação, nos termos da lei n.º 14.701/2023.

A sistematização desses dados coletados em campo e nas bases governamentais resultou no Relatório Circunstanciado de Levantamento Fundiário – RCLF, em um mapa cadastral da representação espacial das ocupações não indígenas e em um quadro síntese dos ocupantes posseiros ou proprietários de imóveis nos limites da TI. Esse quadro subsidiou a publicação do Edital n.º 01/2026/PRES-FUNAI no Diário Oficial da União em 06/01/2026 e no Jornal regional Classitempo, em 13/01/2026. O Relatório Circunstanciado de Levantamento Fundiário foi elaborado a partir de uma análise integrada dos dados qualitativos e quantitativos, contemplando os aspectos socioeconômicos das ocupações, e serviu de subsídio para a elaboração desse RCID.

### **6.3 Breve histórico do processo de colonização na região do baixo rio Negro e rio Caurés**

Como está vastamente registrado na historiografia, o rio Negro foi a partir do século XVII percorrido por expedicionários europeus encarregados primeiramente de garantir o domínio territorial e depois de explorar os recursos naturais. Essa ocupação europeia ao longo do rio Negro, contou com a implantação de missões religiosas e da administração colonial, por um processo histórico violento de escravização, etnocídio e proibição de línguas indígenas e práticas culturais dos povos indígenas de línguas arawak, tukano oriental e karib. Além disso, o êxito desse projeto de colonização dependeu da arregimentação de mão-de-obra e, nesse contexto a mobilização de indígenas em torno do extrativismo impactou negativamente diversos povos indígenas na região. Até meados do século XVIII, a extração e coleta das drogas do sertão foram coordenadas pelas missões religiosas, por meio da força de trabalho compulsória de povos indígenas, passando posteriormente à administração colonial.

Nos séculos XVII e XVIII, os povos foram deslocados por práticas como as "tropas de resgate" (expedições para capturar escravos) e os "descimentos" (deslocamento para núcleos coloniais e missões), o que gerou novas configurações sociais e culturais. Antes da década de 1820, contavam-se mais de 50 etnias diferentes.

Após o período colonial, aos poucos foi sendo construído, com o uso frequente de violência, um amplo e duradouro sistema conhecido como *aviamento*, que ainda se mantém em algumas regiões, baseado na imobilização da força de trabalho dos povos indígenas através da servidão pela dívida. Não indígenas também foram empregados no extrativismo, famílias vindas das imediações e de outras partes do Rio Negro trabalharam no extrativismo vegetal da castanha, seringa e sorva para os patrões.

Com a desagregação das firmas comerciais no século XX, tais famílias permaneceram nessa localidade e continuaram suas práticas produtivas, agora sem os antigos laços de imobilização da força de trabalho pela servidão pela dívida. A violência iniciada no período colonial e imperial, no entanto, não teve fim, pois até hoje esses povos enfrentam desafios da expropriação de seus territórios tradicionais e ameaças pelo uso dos recursos naturais.

#### 6.4 Levantamento fundiário nas bases de dados oficiais

O levantamento em bases públicas identificou a sobreposição de imóveis em dois bancos de dados: CNFP e SICAR. Não foram identificadas sobreposições com imóveis particulares ou públicos registrados nos sistemas SIGEF, nem SNCI, nem nas bases de áreas quilombolas e assentamento da reforma agrária.

Tabela 26 - Categorias fundiárias incidentes sobre a proposta da TI Baixo Rio Negro e Rio Caurés

Fonte	Categoria fundiária	Nome	Proteção	Quantidade de unidades	Área (ha) sobreposta à TI	% da área sobreposta à TI
CNFP	Gleba arrecadada	Gleba estadual Aliança (TIPO B)	Sem destinação	1	244.378	30%
CNFP	Gleba arrecadada	Gleba estadual Santa Inez (TIPO B)	Sem destinação	1	481.106	58%
CNFP	Gleba arrecadada	Gleba estadual Sucuruá (TIPO B)	Sem destinação	1	19.498	2%
SICAR	CAR	SISCAR		10	199.333,294	24%



- Aliança: Matrícula: 145; Livro: 2; Folha: 152 Data de registro: 4/02/1983; Cartório: 1º Ofício; Comarca: Barcelos.
- Sucuruá: Matrícula: 187; Livro: 2-A; Folha: 194 Data de registro: 30/7/1984; Cartório: 1º Ofício; Comarca: Barcelos.

Ainda que a maior parte da área da terra indígena esteja sobrepostas a terras públicas sem destinação, as ilhas do arquipélago de Mariuá são uma exceção. Essas ilhas incidem na área de proteção ambiental (APA) de mesmo nome, além de reconhecido Sítio Ramsar. Esta APA foi instituída em 1996 pelo Decreto municipal n.º 23 - 20/03/1996, abrangendo uma área de 545.396 ha. O Decreto não foi encontrado nos bancos de dados do diário oficial de Barcelos, nem do diário oficial do estado do Amazonas.

Em consulta aos bancos de dados cartográficos governamentais, não foi possível ter acesso a informações sobre o memorial descritivo, as coordenadas geográficas do perímetro nem a arquivos vetoriais em formato shapefile para verificação de possíveis sobreposições. A solicitação de informação feita à Secretaria de Meio Ambiente não teve resposta.

#### 6.4.2 Cadastro Ambiental Rural - CAR

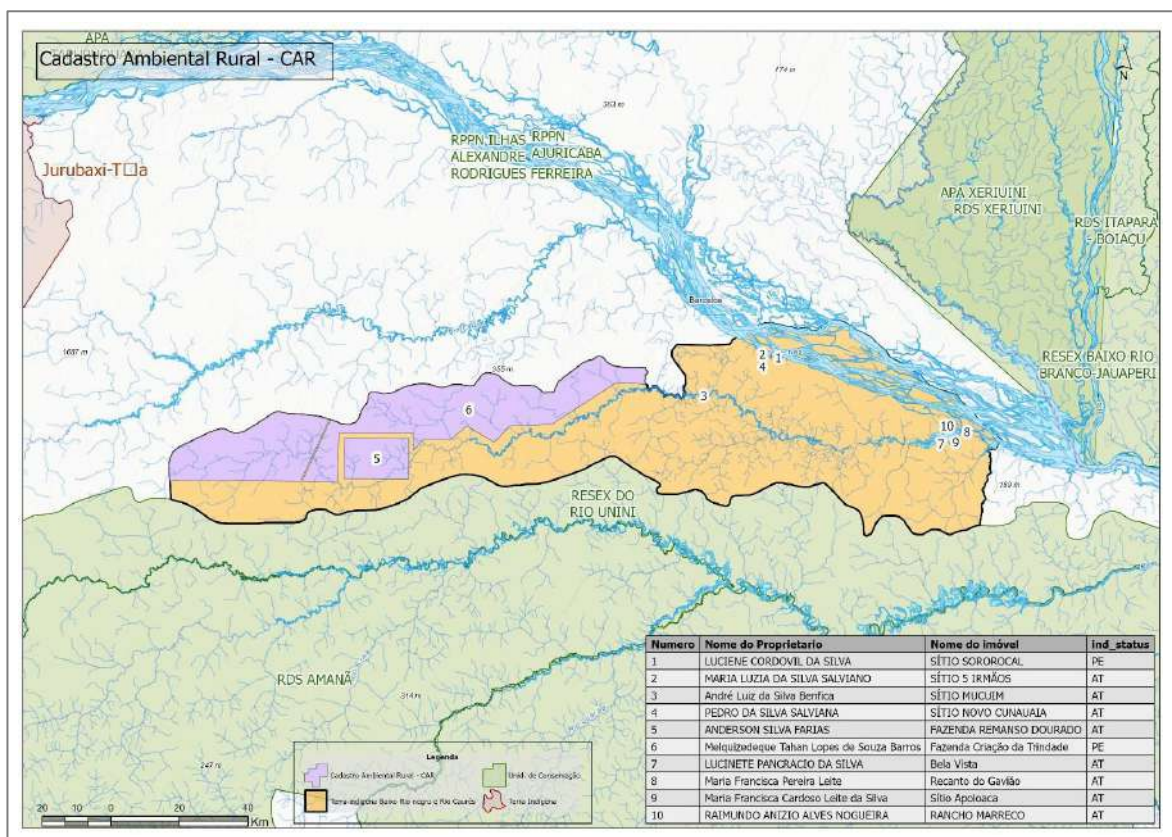
Na área em estudo, foram identificados 10 (dez) registros no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Na tabela a seguir estão identificados os imóveis cadastrados e suas principais características. O mapa abaixo da tabela ilustra a distribuição espacial desses cadastros na área analisada.

*Tabela 27- Relação de imóveis rurais (CAR) sobrepostos à proposta de delimitação da TI em estudo Baixo Rio Negro e Rio Caurés*

<b>N</b>	<b>Nome do Proprietário</b>	<b>CPF</b>	<b>Nome do imóvel</b>	<b>Modulo fiscal</b>	<b>Área (ha)CAR</b>	<b>Tipo</b>	<b>Município</b>
1	Luciene Cordovil da Silva	738.***.***-00	Sítio Sororocal	0,1786	17,869	IRU	Barcelos

2	Maria Luízia da Silva Salviano	738.***.***-00	Sítio 5 Irmãos	0,1169	11,701	IRU	Barcelos
3	André Luiz da Silva Benfica	013.***.***-81	Sítio Mucuim	0,5224	52,281	IRU	Barcelos
4	Pedro da Silva Salviana	564.***.***-15	Sítio Novo Cunauaia	0,463	46,333	IRU	Barcelos
5	Anderson Silva Farias	704.***.***-90	Fazenda Remanso Dourado	221,4192	22.155,92	IRU	Barcelos
6	Melquizedeque Tahan Lopes de Souza Barros	076.***.***-92	Fazenda Criação da Trindade	21.737,9862	176.738,354	IRU	Barcelos
7	Lucinete Pancrácio da Silva	869.***.***-34	Bela Vista	1,5898	159,082	IRU	Barcelos
8	Maria Francisca Pereira Leite	010.***.***-23	Recanto do Gavião	0,8059	80,638	IRU	Barcelos
9	Maria Francisca Cardoso Leite da Silva	814.***.***-00	Sítio Apoloaca	0,389	38,929	IRU	Barcelos
10	Raimundo Anízio Alves Nogueira	472.***.***-87	Rancho Marreco	0,3217	32,187	IRU	Barcelos

Mapa 24 - Imóvel rural (CAR) incidente na proposta da TI Baixo Rio Negro e Rio Caures



Dos dez imóveis analisados, um está classificado como grande propriedade rural, conforme os critérios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 8.629/1993 (acima de 15 módulos fiscais). Os demais nove imóveis são classificados como minifúndios, com menos de um módulo fiscal. A tabela a seguir apresenta os dados declaratórios dos imóveis com sobreposição à área em estudo, conforme o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Município	Tipo de imóvel	Quantidade de imóveis	Área total (ha)
Barcelos	Minifúndio	9	22.594,94
Barcelos	Grande propriedade	1	176.738,354

Tabela 28 – Tipo de imóveis e área total declarada no registro CAR

Destaca-se, nesse conjunto, a expressiva área declarada no CAR de número 6 no mapa, sob domínio de Melquizedeque Tahan Lopes de Souza Barros. De acordo com os critérios estabelecidos na legislação fundiária (Lei nº 8.629/1993), trata-se de uma grande propriedade particular, com mais de 21 mil módulos fiscais declarados. Essa área corresponde a uma porção significativa da região norte da Terra Indígena em estudo Baixo Rio Negro e Rio Caures.

Importante registrar que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um sistema declaratório, no qual os próprios responsáveis inserem informações relativas aos imóveis rurais, incluindo dados georreferenciados e ambientais e que o CAR não constitui prova de posse ou de propriedade, tampouco substitui documentos legais de domínio. Para este relatório, no entanto, os dados do CAR ajudam a identificar potenciais interessados no processo administrativo de identificação e delimitação.

### **6.4.3 Sobreposição com Unidade de Conservação**

A maior parte da área da terra indígena coincide com glebas públicas sem destinação, com exceção das ilhas do arquipélago de Mariuá que incidem na área de proteção ambiental (APA) de mesmo nome, além do Sítio Ramsar.

Esta APA foi instituída em 1996 pelo Decreto municipal n.º 23 - 20/03/1996, abrangendo uma área de 545.396ha. O decreto não foi localizado nos bancos de dados do diário oficial municipal de Barcelos, nem estadual do Amazonas. As únicas informações do decreto disponíveis são acerca de acordos de pesca do município.

O sítio Ramsar Rio Negro não abrange a calha do rio Caurés, mas abrange as ilhas do arquipélago de Mariuá. Moreira (2023) pondera que, apesar da importância para sustentabilidade e territorialidade na região, tanto o rio Caurés, quanto as ilhas no arquipélago de Mariuá estão em situação de vulnerabilidade. A calha do rio Caurés não consta no mosaico de áreas protegidas do rio Negro e as ilhas que compõem a APA Mariuá não constam nos bancos de dados cartográficos oficiais de áreas protegidas.

### **6.5 Levantamento fundiário em campo**

O levantamento em campo teve como objetivo identificar ocupações não indígenas na área do limite proposto da terra indígena por meio de busca ativa e visita às ocupações de pessoas não indígenas. Aqueles encontrados em área foram notificados, nos termos da lei n.º 14.701/2023, e tiveram seus dados coletados e registrados em formulários de levantamento fundiário (LF). Registros de ocorrência foram lavrados para casos de ausência dos ocupantes no imóvel ou intercorrências na obtenção de dados sobre os ocupantes e/ou a ocupação.

O levantamento de campo identificou 15 ocupações não indígenas, distribuídas em localidades como Comunidade Pedro II, Lago Grande, Lago do Ubim, entre outras. Ao todo, essas ocupações abrigam acerca de 40 pessoas, organizadas em 16 famílias, com maior concentração na região da cabeceira do Rio Caurés. A situação fundiária predominante é de posse, sem documentação formal de propriedade. As principais atividades econômicas desenvolvidas concentram-se na agricultura, no extrativismo e na pesca. As benfeitorias identificadas são, em sua maioria, edificações destinadas a usos residenciais, produtivos e de apoio, abrangendo moradias (casas), instalações para criação de animais (como galinheiros, chiqueiros e canis), unidades de processamento (casas de farinha), depósitos e estruturas para abrigo de motor gerador de energia.

### **6.5.1 Breve descrição das ocupações identificadas em campo**

Formulário de Levantamento Fundiário 01. Diogo de Castro Gadelha, residente na localidade Comunidade Pedro II, ocupa o imóvel denominado Sítio Sábina, no município de Barcelos/AM. Sua ocupação é classificada como posse, com residência no local há cerca de 10 anos. A unidade familiar é composta por 1 família e 2 pessoas.

Formulário de Levantamento Fundiário 02. Paulo Rodrigues Peinado, também na Comunidade Pedro II, ocupa área sem denominação registrada. É posseiro residente há aproximadamente 1 ano. A unidade familiar conta com 1 família e 1 pessoa.

Formulário de Levantamento Fundiário 03. Franklin Antônio de Araújo Furtado ocupa área sem denominação e não reside no local. Sua ocupação tem cerca de 2 anos. A unidade é ocupada por 1 família e 1 pessoa. Registro de Ocorrência n.º 1. O ocupante foi encontrado, mas se recusou a prestar informações sobre sua identificação, bem como se negou a assinar a citação. Seu nome completo foi obtido em Barcelos por informantes que afirmaram que o ocupante trabalha para a Prefeitura de Barcelos.

Formulário de Levantamento Fundiário 04. Terezinha Ugart possui uma ocupação não residencial na localidade Lago Grande, em área sem denominação. Terezinha identificou-se como companheira do ocupante. Segundo moradores mais antigos de Cauburis, o ocupante é herdeiro de antigos patrões do século XX. Não residem permanentemente na ocupação em virtude de sua idade avançada. A área corresponde à ponta de terra no lago do Samalaca até o igarapé do Menena, pela margem direita do rio Negro, onde há presença de capoeira madura e um pequeno barraco de

madeira, possivelmente usado como moradia na ocasião em que o *sítio* está ocupado. Informações sobre tempo e composição familiar não foram obtidas. Registro de Ocorrência n.º 2. A ocupação aparenta estar abandonada. Terezinha Ugart foi encontrada na cidade, acompanhada por seu neto, mas não quis prestar informações.

Formulário de Levantamento Fundiário 05. Laura Maria de Souza Santos dos Santos, residente no Lago do Ubim, ocupa área sem denominação formal. É posseira e vive no local com 1 família e 4 pessoas.

Formulário de Levantamento Fundiário 06. Raimundo Anízio Alves Nogueira, na localidade Paraná no Menena, ocupa o imóvel Rancho Marecão, sem residir no local. A posse tem 3 anos de existência, com 2 famílias e 2 pessoas.

Formulário de Levantamento Fundiário 07. Janderlei ocupa área sem denominação registrada. É posseiro residente em uma casa de madeira com roçados. Não há dados sobre tempo de ocupação ou composição familiar. Registro de Ocorrência n.º 3. O ocupante não foi localizado, as informações foram coletadas com vizinhos.

Formulário de Levantamento Fundiário 08. João Nobre, não residente, ocupa área sem denominação, na localidade Tambor. Não há informações sobre composição familiar. Registro de Ocorrência n.º 4. Identificou-se uma área recém-desmatada, sem benfeitorias, cujo ocupante foi identificado por outros na região como João Nobre. Essas mesmas pessoas informaram que o ocupante teria intenção de construir uma pousada, próxima ao local onde pousam hidroaviões com turistas.

Formulário de Levantamento Fundiário 09. Manoel Ramos de Brito, residente na Comunidade São Luiz, ocupa área sem denominação, sob posse, há 30 anos. A unidade é composta por 1 família e 1 pessoa.

Formulário de Levantamento Fundiário 10. Valdevino Nunes Benfica, residente na Cabeceira do Rio Caurés, ocupa área sem denominação há 47 anos. Possui 1 família com 13 pessoas.

Formulário de Levantamento Fundiário 11. Florêncio de Araujo Soares residente na localidade São Paulo e ocupa o Sítio de mesmo nome, São Paulo. O ocupante está na posse da área há 16 anos. A unidade é composta por 1 família e 2 pessoas.

Formulário de Levantamento Fundiário 12. Edvaldo (Serpão) ocupa área na localidade Capoeiro, sem residência no local. Não há dados sobre composição familiar. Registro de

Ocorrência n.º 5. O local foi identificado como ocupado por Edvaldo, conhecido pelo apelido de Serpão, mas não havia ninguém na ocupação.

Formulário de Levantamento Fundiário 13. André Luiz da Silva Benfica ocupa o Sítio Mucum, sem residir no local. A posse tem 3 anos e a unidade conta com 1 família e 4 pessoas.

Formulário de Levantamento Fundiário 14. Raimundo Nonato Paz de Souza, residente na Estrada de chão do Rio Caurés, ocupa o Sítio São José há 30 anos. A unidade familiar é composta por 1 família e 1 pessoa.

Formulário de Levantamento Fundiário 15. Gomercindo Marques Fernandes, residente no Ramal dos Cabocos, ocupa o Sítio Santa Fé há 24 anos. A unidade é composta por 1 família com 4 pessoas.

De forma geral, a caracterização das ocupações verificadas em campo revela um quadro fundiário marcado pela predominância de posseiros, com ocupações que variam entre 1 ano e mais de 40 anos, a maioria voltada para atividades de subsistência. Foram identificadas benfeitorias compatíveis com esse perfil, tais como casas de moradia, casas de farinha, galinheiros, chiqueiros, canis, depósitos e casas de motor de luz, que reforçam o uso doméstico e produtivo de pequena escala nas áreas ocupadas.

O mapa a seguir apresenta a distribuição espacial das ocupações não indígenas cadastradas pela equipe de campo. Em seguida a tabela sintetiza os dados apresentados acima.

Mapa 25 -- Mapa de ocupantes não indígenas identificados em campo

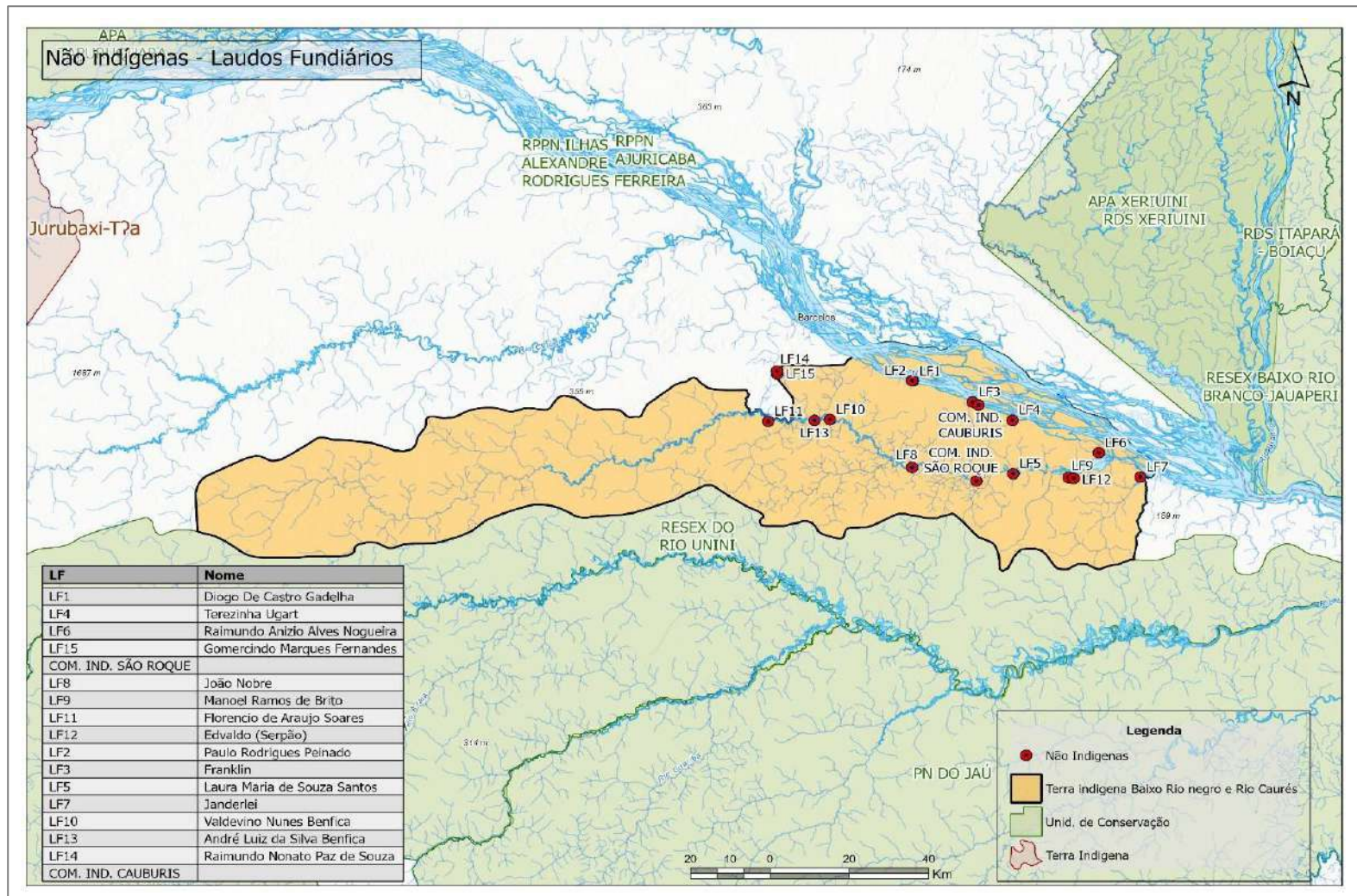


Tabela 29 – Informações de não indígenas levantadas em campo

N.º Ord.	N.º do Formulário	N.º do Registro de Ocorrência	Nome do Ocupante (titulares da ocupação)	CPF	Localidade	Nome do Imóvel	Município	Situação da Ocupação	Reside no Imóvel	Tempo de Existência da Ocup.	Tempo de Ocup. (Anos)	Área do Imóvel na TI (ha)	N.º Família	N.º Pessoa
01	01	-----	Diogo de Castro Gadelha	073.***.***-68	Comun. Pedro II	Sítio Sábia	Barcelos	Posseiro	Sim	-----	10	-----	01	02
02	02	-----	Paulo Rodrigues Peinado	022.***.***-72	Comun. Pedro II	<i>Sem Denominação</i>	Barcelos	Posseiro	Sim	-----	1	-----	01	01
03	03	01	Franklin	<i>Sem Informação</i>	-----	<i>Sem Denominação</i>	Barcelos	Posseiro	Não	-----	2	-----	01	01
04	04	02	Terezinha Ugart	<i>Sem Informação</i>	Lago Grande	<i>Sem Denominação</i>	Barcelos	Posseiro	Não	-----	-----	-----	01	02
05	05	-----	Laura Maria de Souza Santos dos Santos	015.***.***-04	Lago do Ubim	<i>Sem Denominação</i>	Barcelos	Posseiro	Sim	-----	1	-----	01	04
06	06	-----	Raimundo Anizio Alves Nogueira	472.***.***-87	Paraná no Menena	Rancho Marecão	Barcelos	Posseiro	Não	3	3	-----	02	02
07	07	03	Janderlei	<i>Sem Informação</i>	-----	<i>Sem Denominação</i>	Barcelos	Posseiro	Sim	-----	-----	-----	01	01
08	08	04	João Nobre	<i>Sem Informação</i>	Tambor	<i>Sem Denominação</i>	Barcelos	Posseiro	Não	-----	-----	-----	01	01
09	09	-----	Manoel Ramos de Brito	<i>Sem Informação</i>	São Luiz	<i>Sem Denominação</i>	Barcelos	Posseiro	Sim	-----	30	-----	01	01
10	10	-----	Valdevino Nunes Benfica	<i>Sem Informação</i>	Cabeceira do Rio Caurés	<i>Sem Denominação</i>	Barcelos	Posseiro	Sim	47	47	-----	01	13
11	11	-----	Florêncio de Araujo Soares	<i>Sem Informação</i>	São Paulo	Sítio São Paulo	Barcelos	Posseiro	Sim	16	16	-----	01	02
12	12	05	Edvaldo (Serpão)	<i>Sem Informação</i>	Capoeiro	<i>Sem Denominação</i>	Barcelos	Posseiro	Não	-----	-----	-----	01	01
13	13	-----	André Luiz da Silva Benfica	013.***.***-81	-----	Sítio Mucuím	Barcelos	Posseiro	Não	03	03	52,23	01	04
14	14	-----	Raimundo Nonato Paz de Souza	<i>Sem Informação</i>	Estrada de Chão do Rio Caurés	Sítio São José	Barcelos	Posseiro	Sim	30	15	-----	01	01
15	15	-----	Gomercindo Marques Fernandes	114.***.***-72	Ramal dos Cabocos	Sítio Santa Fé	Barcelos	Posseiro	Sim	24	24	-----	01	04

## **6.6 Pesquisa Cartorial**

A pesquisa cartorial realizada no contexto do levantamento fundiário tem como objetivo identificar a existência de registros formais de posse e/ou domínio incidentes sobre a área em estudo, além de qualificar sua natureza, origem e situação atual. Essa etapa permite verificar se há títulos formalizados e avaliar sua regularidade jurídica.

Para esta etapa, foram utilizados como referência os dados dos ocupantes não indígenas levantados em campo, bem como os registros de imóveis sobrepostos identificados nas bases públicas, especialmente no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Esses levantamentos não identificaram documentos, títulos ou contratos de compra e venda, por exemplo, de propriedade de imóveis particulares, nem registros nos sistemas SIGEF e SNCI.

Para viabilizar a correta identificação dos títulos imobiliários incidentes sobre os limites da terra indígena, foi solicitado ao Cartório de Registro de Imóveis de Barcelos o envio de certidões de inteiro teor de imóveis eventualmente registrados em nome dos proprietários e posseiros identificados nos levantamentos de campo e nas bases governamentais. No entanto, até a conclusão deste Relatório, o Cartório não havia se manifestado.

## **6.7 Entes Federados**

Em conformidade com o disposto na Lei nº 14.701/2023 e na Portaria MJ nº 2.498/2011, foi assegurada a participação dos entes federados no procedimento de identificação e delimitação. A Funai encaminhou comunicação oficial ao Governo do Estado do Amazonas e ao município de Barcelos. Ambos indicaram representantes, que foram devidamente portariados e convidados a participar de reunião, uma que ocorreu online com a presença apenas do representante do Governo do Estado do Amazonas e outra, realizada em 10/06/2025 na Prefeitura Municipal de Barcelos, com a presença dos indicados da prefeitura.

## **6.8 Notificação dos ocupantes não indígenas**

A notificação dos ocupantes não indígenas tem como objetivo garantir a ampla defesa e o direito ao contraditório, informando da sobreposição das ocupações com os limites da terra

indígena, em cumprimento à Lei nº 14.701/2023 e ao Decreto nº 1.775/1996, que regulamentam o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas. A notificação dos ocupantes não indígenas assim que identificados pelo grupo técnico assegura o direito à informação, permite que os ocupantes se manifestem e contribui para a transparência e segurança jurídica do processo de demarcação.

No âmbito deste levantamento fundiário, foram adotadas todas as medidas cabíveis para efetivar as notificações, por meio de entregas presenciais (*in loco*) de citações durante as atividades de campo e também por meio da publicação de Edital de Notificação no Diário Oficial da União (DOU) e em jornal regional de grande circulação, visando chegar até os interessados não localizados nos levantamentos de campo e de gabinete. No entanto, registra-se que dois ocupantes identificados em campo, não foram localizados, as informações obtidas sobre eles foram oferecidas por vizinhos. Como não foram localizados pela equipe do grupo técnico, não foram notificados em campo. Diante da ausência de informações mais qualificadas sobre esses ocupantes, a notificação nominal via edital também não foi possível. De todo modo, o Edital visa dar conhecimento amplo sobre o procedimento demarcatório em curso a qualquer interessado, proprietário ou não. Considerando os esforços feitos para notificação e, assim, tendo os estudos assegurado o direito de participação e manifestação dos interessados, até a conclusão dos estudos, não houve formalização de nenhuma manifestação no prazo para consideração nesse relatório, restando ainda aberto o prazo para contestações administrativas até 90 dias após eventual aprovação destes estudos pela presidência da Funai.

As informações detalhadas constam na tabela a seguir, que indica, para cada ocupante identificado em campo, o êxito em notificar e/ou registro de ocorrência, sua data e a forma utilizada (*in loco* ou edital). Importa salientar que o Edital, publicado em imprensa oficial e em jornal de grande circulação, visa alcançar todo e qualquer interessado, listado ou não.

Nº do Formulário	Nome do ocupante	Notificação realizada (sim/não)	Registro de ocorrência	Data de ocorrência	Forma de notificação
1	Diogo de Castro Gadelha	Sim	Não		In loco e Edital
2	Paulo Rodrigues Peinado	Sim	Não		In loco e Edital
3	Franklin	Sim	n.º 01	09/06/2025	In loco
4	Terezinha Ugart	Sim	n.º 02	01/06/2025	In loco e Edital

5	Laura Maria de Souza Santos dos Santos	Sim	Não		In loco e Edital
6	Raimundo Anizio Alves Nogueira	Sim	Não		In loco e Edital
7	Janderlei (identificado por informações de vizinhos)	Não	n.º 03	10/06/2025	<i>Não foi encontrado para notificação, sem dados suficientes para notificar por edital.</i>
8	João Nobre (não localizado, identificado por informações do presidente da comunidade São Roque)	Sim	n.º 04	02/06/2025	Edital
9	Manoel Ramos de Brito	Sim	Não		In loco e Edital
10	Valdevino Nunes Benfica	Sim	Não		In loco e Edital
11	Florêncio de Araújo Soares	Sim	Não		In loco e Edital
12	Edvaldo (Serpão)	Não	n.º 05	06/06/2025	<i>Não foi encontrado para notificação, sem dados suficientes para notificar por edital.</i>
13	André Luiz da Silva Benfica	Sim	Não		In loco e Edital
14	Raimundo Nonato Paz de Souza	Sim	Não		In loco e Edital
15	Gomercindo Marques Fernandes	Sim	Não		In loco e Edital

*Tabela 30 – Ocupantes não indígenas identificados em campo notificados*

## 6.9 Síntese dos estudos fundiários na área da TI

A Terra Indígena Baixo Rio Negro e Rio Caurés, em seu limite sul, faz fronteira com uma única unidade de conservação: a Reserva Extrativista Rio Unini e é sobreposta parcialmente pela APA Mariuá. À área da TI se sobrepõem três glebas estaduais do tipo B: Santa Inez, Aliança e Sucuruá, que abrangem, respectivamente, 58%, 30% e 2% da superfície da TI, isto é, 90% da superfície total. Trata-se de glebas públicas ainda não destinadas, com matrículas individualizadas

no 1º Ofício da Comarca de Barcelos, que consolidam a dominialidade pública e a formalidade da arrecadação realizada pelo Estado do Amazonas nos anos de 1980 e 1983.

Visando consolidar o diagnóstico fundiário, a Funai requisitou à Secretaria de Estado das Cidades e Territórios informações detalhadas sobre eventuais incidências e titulações estaduais sobrepostas às áreas em processo de identificação e delimitação no Amazonas. As propostas de delimitação de terras indígenas em trâmite no estado foram encaminhadas para conhecimento e análise do ente federado, mas não houve resposta por parte do órgão estadual.

Ao todos, em levantamentos de campo e de gabinete, somados, foram identificadas 23 ocupações não indígenas, sendo que a informação sobre o número de famílias e pessoas é limitada às ocupações identificadas em campo. A partir de levantamentos de gabinete, foram identificados dez registros de Cadastro Ambiental Rural (CAR/SICAR) ativos no interior da terra indígena, dos quais um está classificado como grande propriedade rural, os demais nove imóveis são classificados como minifúndios, com área entre 11 e 80 hectares aproximadamente. Dois desses registros apresentam correspondência nominal com os Levantamentos Fundiários (LFs) realizados em campo.

Durante as atividades de campo, foram identificadas 15 ocupações não indígenas dentro da área da Terra Indígena Baixo Rio Negro e Caurés, totalizando cerca de 40 pessoas, com maior concentração na região da cabeceira do Rio Caurés. Das 15 ocupações identificadas em campo, 9 contam com presença de residências fixas, as demais não servem como residência. A situação fundiária predominante é a posse, seguida por arrendamento e, em menor número, usufruto. As formas de uso da terra estão majoritariamente voltadas à subsistência, com base na agricultura, extrativismo e pesca.

O mapa a seguir reúne os elementos que compõem o panorama fundiário da terra indígena, com destaque para as sobreposições e a distribuição das ocupações não indígenas.

Mapa 26 - Panorama Fundiário

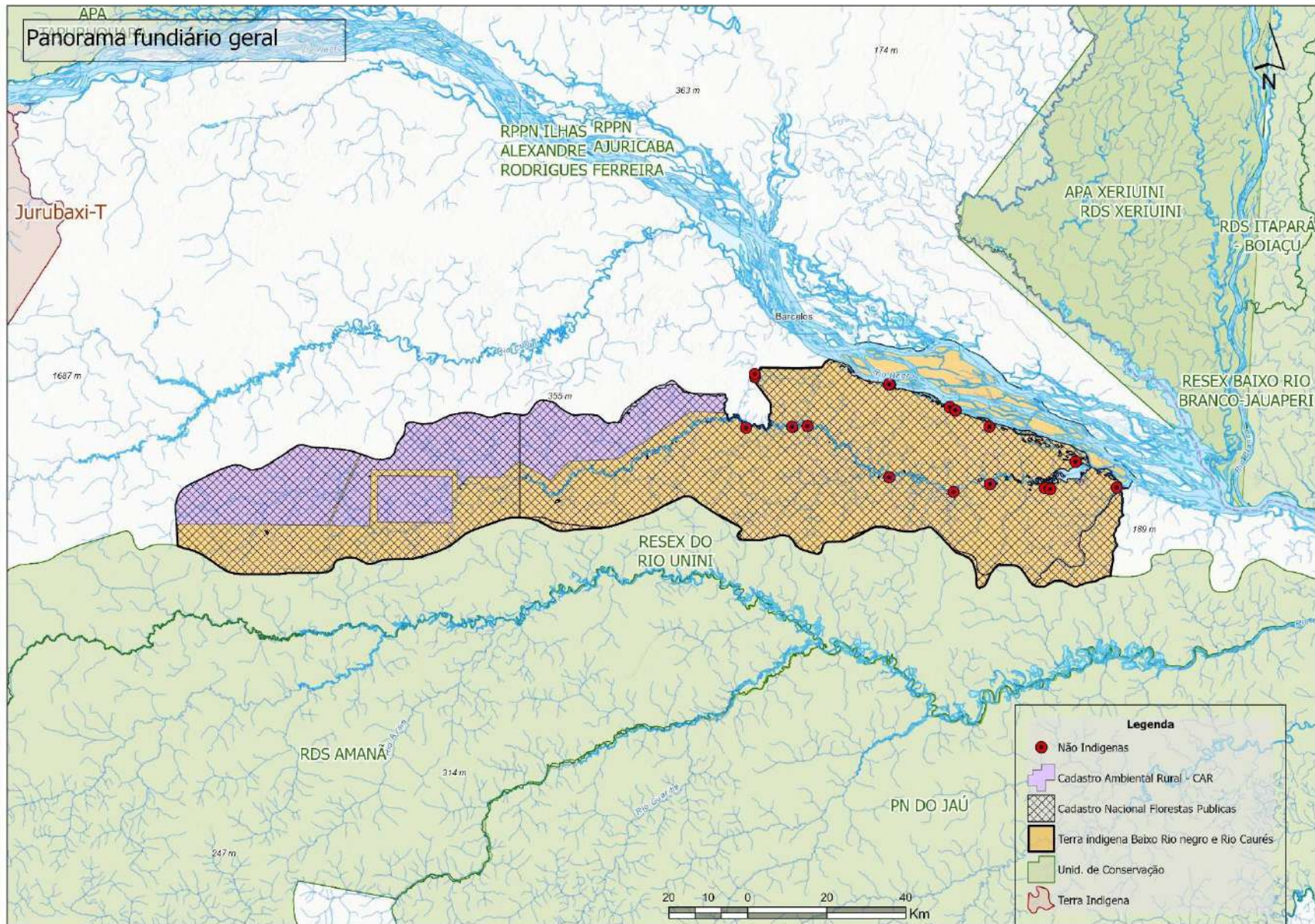


Tabela 31 - Quadro total de ocupantes não indígenas

N.º Ord.	Fonte*	N.º do Registro de Ocorrência em campo	Registro CAR	Nome do Ocupante (titulares da ocupação)	CPF	Localidade	Nome do Imóvel	Situação da Ocupação	Reside no Imóvel	Tempo de Existência da Ocup.	Tempo de Ocup. (Anos)	Área do Imóvel na TI (ha)	N.º Família	N.º de pessoas	Notificação nominal
01	LF 01	-----	-----	Diogo de Castro Gadelha	073.***.***-68	Comun. Pedro II	Sítio Sábina	Posseiro	Sim	-----	10	-----	01	02	In loco + Edital
02	LF 02	-----	-----	Paulo Rodrigues Peinado	022.***.***-72	Comun. Pedro II	Sem Denominação	Posseiro	Sim	-----	1	-----	01	01	In loco + Edital
03	LF 03	01	-----	Franklin	Sem Informação	-----	Sem Denominação	Posseiro	Não	-----	2	-----	01	01	In loco
04	LF 04	02	-----	Terezinha Ugart	Sem Informação	Lago Grande	Sem Denominação	Posseiro	Não	-----	-----	-----	01	02	In loco + Edital
05	LF 05	-----	-----	Laura Maria de Souza Santos dos Santos	015.***.***-04	Lago do Ubim	Sem Denominação	Posseiro	Sim	-----	1	-----	01	04	In loco + Edital
06	LF 06 + CAR	-----	-----	Raimundo Anizio Alves Nogueira	472.***.***-87	Paraná no Menena	Rancho Marecão	Posseiro	Não	3	3	-----	02	02	In loco + Edital
07	LF 07	03	-----	Janderlei	Sem Informação	-----	Sem Denominação	Posseiro	Sim	-----	-----	-----	01	01	Não houve
08	LF 08	04	-----	João Nobre	Sem Informação	Tambor	Sem Denominação	Posseiro	Não	-----	-----	-----	01	01	In loco + Edital
09	LF 09	-----	-----	Manoel Ramos de Brito	Sem Informação	São Luiz	Sem Denominação	Posseiro	Sim	-----	30	-----	01	01	In loco + Edital
10	LF 10	-----	-----	Valdevino Nunes Benfica	Sem Informação	Cabeceira do Rio Caurés	Sem Denominação	Posseiro	Sim	47	47	-----	01	13	In loco + Edital
11	LF 11	-----	-----	Florêncio de Araujo Soares	Sem Informação	São Paulo	Sítio São Paulo	Posseiro	Sim	16	16	-----	01	02	In loco + Edital
12	LF 12	05	-----	Edvaldo (Serpão)	Sem Informação	Capoeiro	Sem Denominação	Posseiro	Não	-----	-----	-----	01	01	Não houve
13	LF 13 + CAR	-----	-----	André Luiz da Silva Benfica	013.***.***-81	-----	Sítio Mucuí	Posseiro	Não	03	3	52,23	01	04	In loco + Edital
14	LF 14	-----	-----	Raimundo Nonato Paz de Souza	Sem Informação	Estrada de Chão do Rio Caurés	Sítio São José	Posseiro	Sim	30	15	-----	01	01	In loco + Edital
15	LF 15	-----	-----	Gomercindo Marques Fernandes	114.***.***-72	Ramal dos Cabocos	Sítio Santa Fé	Posseiro	Sim	24	24	-----	01	04	In loco + Edital
16	-----	-----	CAR	Luciene Cordovil da Silva	738.***.***-00	-----	Sítio Sororocal	Declarante CAR	-----	-----	-----	17,869	-----	-----	Edital
17	-----	-----	CAR	Maria Luízia da Silva Salviano	738.***.***-00	-----	Sítio 5 Irmãos	Declarante CAR	-----	-----	-----	11,701	-----	-----	Edital

18	-----	-----	CAR	Pedro da Silva Salviana	564.***.***-15	-----	Sítio Novo Cunauaia	Declarante CAR	-----	-----	-----	46,333	-----	-----	Edital
19	-----	-----	CAR	Anderson Silva Farias	704.***.***-90	-----	Fazenda Remanso Dourado	Declarante CAR	-----	-----	-----	22.155,92	-----	-----	Edital
20	-----	-----	CAR	Melquizedeque Tahan Lopes de Souza Barros	076.***.***-92	-----	Fazenda Criação da Trindade	Declarante CAR	-----	-----	-----	176.738,354	-----	-----	Edital
21	-----	-----	CAR	Lucinete Pancrácio da Silva	869.***.***-34	-----	Bela Vista	Declarante CAR	-----	-----	-----	159,082	-----	-----	Edital
22	-----	-----	CAR	Maria Francisca Pereira Leite	010.***.***-23	-----	Recanto do Gavião	Declarante CAR	-----	-----	-----	80,638	-----	-----	Edital
23	-----	-----	CAR	Maria Francisca Cardoso Leite da Silva	814.***.***-00	-----	Sítio Apoloaca	Declarante CAR	-----	-----	-----	38,929	-----	-----	Edital

\* Fonte – LF: Formulário de Levantamento Fundiário preenchido em campo; CAR: Registros ambientais de imóveis rurais da base de dados do SICAR/MGI.

## VII – SÉTIMA PARTE

### Conclusão e delimitação

#### 7.1 Conclusão

A ocupação e expansão europeia ao longo do rio Negro, que incluiu a implantação de missões religiosas e administração colonial, foi um processo histórico violento que culminou em escravidão, etnocídio e na proibição das línguas, cultos religiosos, pinturas corporais, bebidas tradicionais, dentre outras práticas culturais dos povos indígenas Arawak, Tukano Oriental e Karib. Além disso, com a presença de comerciantes e firmas comerciais na região, que dominavam o mercado dos produtos extrativistas no século XIX e XX, esses povos ficaram alocados em um lugar de subordinação, sendo escravizados, embriagados, suas mulheres e filhas estupradas e suas crianças sequestradas. Lastimavelmente, a violência não acabou no período colonial e imperial, até hoje, esses povos enfrentam desafios como a imobilização da força de trabalho pela dívida, a expropriação de seus territórios tradicionais e ameaças da integridade física pelo uso dos recursos naturais.

O processo de territorialização da terra indígena reivindicada pelos Baré, Tukano, Baniwa, Arapaso, Piratapuia, Macuxi e Tikuna do baixo rio Negro em sua margem direita e rio Caurés remonta desde o final do século XIX e início do XX da qual essas famílias advindas dali e de outras partes do rio Negro foram trabalhar no extrativismo vegetal, como castanha, seringa e sorva para os antigos patrões. Com a desagregação das firmas comerciais já no século XX, as famílias permaneceram nessa localidade e continuaram suas práticas produtivas, mas agora trabalhando sem a mediação de algum comerciante. Numa perspectiva de rompimento com os laços da imobilização, as famílias indígenas começaram a trabalhar na própria roça, fazendo farinha e outros produtos derivados da mandioca, extraindo os recursos naturais e vendendo/trocando com quem quisesse.

Mesmo com séculos de dominação e subordinação, essas famílias se reproduziram cultural e fisicamente neste território. Hoje são organizados em unidades sociais denominadas *comunidades*. A *comunidade* não se trata somente do espaço físico onde as unidades domésticas estão localizadas, mas também às relações sociais que são orientadas por vínculos de afinidade e consanguinidade, construídos socialmente. São famílias exogâmicas, que se formam a partir de

casamentos interétnicos e embora as regras de filiação sejam patrilineares, há algumas unidades domésticas cujos filhos se identificam com o grupo étnico da mãe, trazendo uma perspectiva matrilinear para as relações de parentesco do grupo.

Dentre as atividades produtivas, estão a agricultura, caça, pesca, extrativismo vegetal e produção de artesanatos. Vale ressaltar que a agricultura é uma atividade significativa para os povos da região. O Sistema Agrícola no Rio Negro (SAT) foi oficialmente reconhecido como patrimônio em 2010 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pois essa prática envolve conhecimentos tradicionais, cultura material (incluindo artesanatos e ferramentas de trabalho) e imaterial (como narrativas míticas) e elenca uma série de redes sociais entre os agentes. Identificamos ao longo do relatório pelo menos de 40 (quarenta) espécies de plantas cultivadas em roças e quintais, 85 (oitenta e cinco) tipos de produtos vegetais extrativistas que crescem espontaneamente e são utilizados em diversas maneiras, de artesanatos à remédios, 22 (vinte e duas) categorias de artesanatos, 18 espécies de animais terrestres caçados para consumo doméstico (9 aves e 9 mamíferos), tendo a totalidade das variedades em torno de 49 (quarenta e nove) tipos de caças e aproximadamente 130 (cento e trinta) tipos de pescados, dentre peixes e quelônios. Todas essas atividades produtivas são realizadas a partir de um manejo orientado pelos conhecimentos tradicionais desses povos indígenas que garantem a reprodução e manutenção dos recursos naturais.

O manejo tradicional do território por essas famílias tem permitido a conservação de uma diversidade de fauna e flora, tanto que esta foi considerada área de “prioridade extremamente alta” para conservação, em 2018, no âmbito do Sítio Ramsar Regional do rio Negro. Os indígenas das cinco comunidades elencadas classificam o território em três regiões ambientais: a) Terra firme do rio Negro, b) Ilhas do rio Negro e c) Calha do rio Caurés, que por sua vez são subclassificadas em 18 (dezoito) ambientes: *restinga, damiça, várzea, praia, campinas, igapó, chavascal, ponta de terra, barranco, botocotozal, mata virgem, lagos centrais, lagos de boca franca, poços, igapós, praia mofada, caatinga alagadiça e caatinga enxuta*. Essa região tem sido objeto de muitas discussões nas últimas três décadas quanto ao ordenamento territorial. Devido à sua rica diversidade biológica e cultural trata-se de uma região de grande importância para a conservação ambiental, conforme apontado na parte IV. No âmbito dessas discussões, a demarcação da terra indígena é uma das fortes indicações para o ordenamento territorial da região, que comporia um mosaico de áreas protegidas.

Esse território é reconhecido não só pela sua diversidade biológica, mas também pelos locais sagrados desses povos, que remetem à época de seus ancestrais que vieram na Cobra Canoa da Transformação. Por isso, trata-se de uma terra tradicionalmente ocupada com grande importância simbólica, histórica, política e religiosa para o grupo. A ilha da Mariana e praia da Barca são moradias de seres encantados que atuam na regulação do uso dos recursos naturais, sobretudo, daqueles que querem desmatar/devastar a área. Os poços são sagrados, pois são moradia da *cobra grande*, o ser mítico de suas narrativas de origem. Além disso, a natureza se comunica com os indígenas, ela avisa através de algum animal os bons e maus presságios, e assim eles podem se preparar para as adversidades futuras. Os sonhos são canais de comunicação entre o mundo tangível e o intangível, é nele que os pajés, as parteiras, rezadores e benzedores aprendem suas práticas de cura, além do manejo com as plantas medicinais.

Essa relação tem sido ameaçada em virtude dos conflitos sociais, ambientais e territoriais que esses povos enfrentam. Identificamos ao longo do relatório os seguintes conflitos: imobilização da força de trabalho pelo sistema de aviamento; cerceamento do direito de ir e vir pelos herdeiros dos antigos patrões do século XX que constituíram *sítios* nessas localidades e reivindicam a posse; transeuntes que passam pela região roubando os frutos das roças, estabelecendo *sítios* temporários e proibindo os indígenas de acessar os recursos; pesca comercial que utiliza grandes malhadeiras devastando os rios; pesca esportiva no rio Negro, com exceção de São Roque, os indígenas que trabalham nessa atividade ficam subordinados apenas para oferecer força de trabalho em seu próprio território; ameaças de loteamentos – em Manacauaca marcos foram estabelecidos por agentes não identificados para lotear e vender a área; ilhas do arquipélago de Mariuá sendo vendidas ou concedidas a terceiros – os indígenas alegam que ouviram rumores da venda de ilhas, fato esse que merece ser apurado; Ameaças de garimpo na região - há 129 processos ativos em Barcelos na Agência Nacional de Mineração, conforme mencionado na parte IV. Há também os conflitos políticos com uma campanha antidemarcação dos patrões da região que deslegitimam a identidade étnica desses grupos.

Os indígenas de Cauburis, São Roque, Lago Grande, Manacauaca e D. Pedro II constituem grupos étnicos que se reconhecem como indígenas das etnias Baré, Tukano, Baniwa, Arapaso, Piratapuia, Macuxi e Tikuna e assim são reconhecidos por seus pares, conforme assevera a Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais. Possuem um modo de vida distinto da sociedade nacional e uma cosmologia própria, os mais velhos falam duas ou mais línguas

indígenas, principalmente nheengatu, Tukano e Baniwa, e tem tido um esforço para ensinar as crianças nos últimos tempos.

O estigma que os povos do baixo e médio rio Negro sofrem por serem considerados menos indígenas pelos não indígenas se refere ao senso comum da imagem dos povos indígenas no ano de 1500, período das grandes navegações, em que esses grupos eram narrados como animais com forma humana, sem alma, sem roupas, com língua ininteligível, sem moral e sem Deus. Pensar os povos indígenas como se estivessem ainda em 1500 é uma abordagem que deve ser criticada por: ignorar a complexidade e diversidade dos povos indígenas; perpetuar estereótipos prejudiciais tal como a ideia de "primitivos" ou "selvagens"; desconsiderar a história e a luta dos povos indígenas, sobretudo, no que tange à luta contra a colonização, violências e invisibilização; subestimar o conhecimento e a sabedoria desses povos; excluir a contribuição desses povos para a sociedade nacional e não levar em conta as mudanças culturais e sociais que todas as culturas e sociedades do mundo passam.

Atualmente, os membros de Cauburis, São Roque, Lago Grande, Manacauaca e D. Pedro II, em sua maioria, são jovens e adultos com alta taxa de natalidade e baixa taxa de mortalidade. Na última década, houve um crescimento populacional devido à formação de novas famílias, reconhecimento por autodefinição da identidade étnica e “multilocalidade”. No censo feito por esta equipe técnica, constatamos um total de 387 pessoas (trezentos e oitenta e sete) distribuídas em 129 (cento e vinte nove) famílias organizadas em 07 (sete) grupos étnicos.

O reconhecimento de seu território é fundamental para garantir o acesso às políticas de redistribuição e direitos na sociedade. Trata-se não apenas de uma reparação histórica por povos que foram subjugados desde o período colonial, mas uma perspectiva futura para as novas gerações e com isso garantir os direitos à vida plena dos povos indígenas, conforme previsto em dispositivos jurídico-formais, como a Constituição de 1988 em seu artigo 231, a Convenção 169 da OIT e o Decreto 6.040 de 2007.

## **7.2 Delimitação**

Os limites da Terra indígena baixo rio Negro e rio Caurés, território imprescindível à reprodução física e cultural desses povos, possuem uma área 777.120,00 ha (Setecentos e setenta e sete mil, cento e vinte hectares aproximadamente) em um perímetro 1.429.735,00 m (Um milhão, quatrocentos e vinte e nove mil, setecentos e trinta e cinco metros

aproximadamente) e confrontam ao sul com a Resex do rio Unini, conforme mapa 27 e memorial descritivo, em que podemos verificar que:

A margem direita do rio Negro é o principal ponto de localização onde estão situadas as unidades domésticas. O **extremo Norte** do território situa-se o **Ponto 01**, localizado na foz do Igarapé Arapidá, constituindo área chave para circulação fluvial, pesca de subsistência, tanto de peixes com escamas, quanto de peixes lisos, além coleta de ovos de quelônios. Ainda seguindo ao **Norte**, alcança-se o **Ponto 02**, subindo o divisor de águas até cabeceiras de pequenos tributários utilizados pelas famílias como passagem para caça, acesso terrestre e deslocamento interfluvial. Na mesma direção situa-se o **Ponto 03**, em ambiente de mata fechada, com registro de trilhas antigas, presença de animais de médio porte e sítios de caça tradicional. O **Ponto 04**, assim como os **pontos 05, 06 e 07**, também ao **Norte**, coincide com cabeceiras do Igarapé Capixu, local com histórico de acampamentos sazonais e pesca. Mantendo o curso setentrional, o **Ponto 08** alcança a cabeceira do Igarapé Maciano, área com abundância de quelônios, pesca e coleta de seringa, arumã, pequiá, bacaba, castanha, tulia, sorva. Em continuidade, o **Ponto 09** avança sobre linha de serra e floresta primária pouco alterada, compondo trecho de preservação e passagem de animais (aves e mamíferos).

O **Ponto 10**, ainda ao **Norte**, desemboca no rio Caurés, considerado ponto estratégico para a navegação e importante foco de captura de quelônios. Os **Ponto 11 e 12** mantêm a direção setentrional, onde há pesca frequente e coleta de ovos em períodos de praia. O **Ponto 13**, seguindo mais ao norte, corresponde a zona rica em quelônios, frutos silvestres e caça menor.

A partir do **Ponto 14**, observa-se mudança direcional para **Oeste/Sudoeste**, em porção de encosta firme com uso esporádico para caça de pequeno porte. Este é um ponto divisa com a RESEX do Unini, zona de conservação ambiental estratégica. Na sequência, o **Ponto 15** desloca-se em direção ao **Sul**, onde se localizam lugares sagrados, ou mais respeitados, como a mofada do tambor e também divisa com a RESEX do Unini.

O território então se projeta para **leste**, compreendendo os **Pontos 16 a 22**. O **Ponto 16** inicia essa virada sobre floresta madura com grande ocorrência de castanheiras, divisa com a RESEX do Unini. O **Ponto 17**, também a leste, marca as cabeceiras do igarapé Urubianu, e limite com o igarapé Xerui. Em continuidade, o **Ponto 18** situa-se na cabeceira do Igarapé Escondido, uso produtivo ocasional. O **Ponto 19** continua a leste, ainda nas

cabeceiras do Igarapé Urubianu, reconhecido como rota de pesca e passagem tradicional, porém mantido como área de interesse de proteção ambiental dos indígenas. Na mesma direção, o **Ponto 20** na foz do igarapé Urubianu em área de quelônios e peixes migratórios; o **Ponto 21** avança a nordeste, com uso voltado para caça e coleta de sementes; e o **Ponto 22** registrando áreas de ilhas produtivas, como a ilha da Iara, voltado a pesca e extrativismo.

O percurso então caminha para **Nordeste**, abrangendo os **Pontos 23 a 34**. O **Ponto 23** situa-se na baía do Igarapé Urubianu, constituindo área pesqueira central, lá os indígenas realizam pesca de peixe com escama e peixe liso, com técnicas que variam conforme a sazonalidade. As atividades incluem pesca nos lagos e pesca no inverno. Também ocorre a coleta de ovos de quelônios e a captura de quelônios nas proximidades da ilha da Curaça. No **Ponto 24**, já está no Rio Negro, nas proximidades da ilha da Traíra; o **Ponto 25**, na altura da ilha do Menena acompanha o curso do rio com pesca contínua. O **Ponto 26** adentra o arquipélago de Mariuá, onde ocorrem roças de seis meses; além de pesca e captura de quelônio; o **Ponto 27** segue para ilhas destinadas à coleta e captura de quelônios, como as ilhas Calango do Meio e Menena; o **Ponto 28** mantém o uso insular com praias para coleta de ovos, como praias da ilha Mauaizinho. No **Ponto 29** registram-se áreas de caça e conflitos com madeireiros passageiros; o **Ponto 30** segue ao Norte em ilha rica em alimentos sazonais, como a ilha do Forno; o **Ponto 31** é caracterizado também por ambientes de praias, damiças, lagos e poços que sustentam atividades essenciais, como pesca, coleta de ovos e captura de quelônios, além da caça, que complementa a segurança alimentar local; o **Ponto 32** mantém há a presença de quelônios e peixes migratórios em ilhas como a do Marrecão. O **Ponto 33** marca roçados esporádicos e campos de coleta; o **Ponto 34** compreende mata densa com caça abundante; os **Pontos 35 e 36** mantém-se como área de uso sustentável, sobretudo na caça e pesca. No **Ponto 37** há registro de conflitos com pesca comercial, mas também é um lugar de uso sustentável das comunidades indígenas, de uso múltiplo — pesca, caça e extrativismo vegetal — próximo à ilha da Castanha.

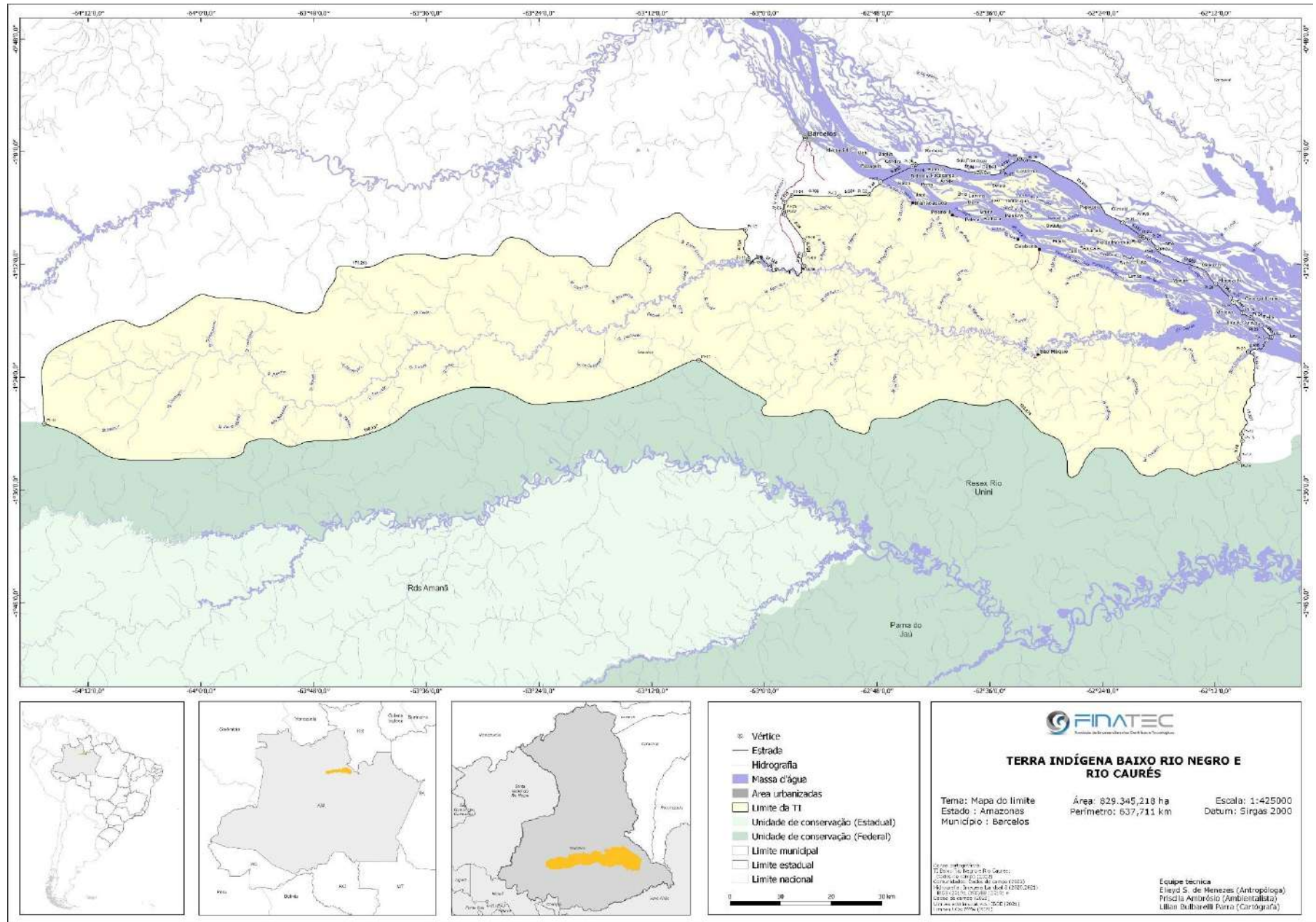
Os **Ponto 38 e 39** retornam à faixa Norte, próximo à Ilha Remada e à descida para o Arapidá. O trecho final **39** → **01** fecha o perímetro territorial mantendo a continuidade setentrional da linha demarcatória. Oportuno observar que todas as cabeceiras dos cursos d'água dos pontos 01 a 39 são consideradas áreas de preservação ambiental pelos indígenas das cinco comunidades.

A partir da descrição dos pontos que compõem o perímetro territorial, observa-se que o conjunto formado pelos Pontos 01 a 39 revela um território contínuo, diversificado e profundamente manejado pelas comunidades indígenas da TI, integrando áreas de pesca, caça, extrativismo, roçados, circulação fluvial e proteção ambiental. Cada segmento do percurso — seja nas cabeceiras, nas ilhas, nas margens do rio Negro ou na interface com a RESEX do Unini — evidencia usos específicos associados aos ciclos sazonais, à disponibilidade de recursos e às práticas culturais que estruturam a vida local.

As condições ambientais — marcadas por extensas áreas alagáveis e solos pobres — limitam atividades produtivas intensivas e favorecem formas de uso mais extensivas, baseadas na mobilidade e no aproveitamento complementar de diferentes ecossistemas. Em igapós e campinaranas, onde a agricultura permanente é restrita, as comunidades adotam estratégias que mantêm a cobertura florestal e exigem amplas áreas para garantir a continuidade de seus modos de vida, como as ilhas, incidindo na demanda territorial reivindicada.

Por fim, este relatório demonstra que o território da TI Baixo Rio Negro e Rio Caurés não é apenas um espaço físico, mas um sistema socioecológico complexo cuja integridade depende da preservação das áreas de nascente, da continuidade das rotas tradicionais e da proteção das zonas de uso múltiplo, reafirmando esse território para a reprodução social, cultural e ambiental das cinco comunidades indígenas.

Mapa 27 - Delimitação





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo. *Conhecimentos tradicionais: Uma nova agenda de temas e problemas. Conflitos entre o poder das normas e a força das mobilizações pelos direitos territoriais*. In: ALMEIDA, A. W. (Org.) *Conhecimentos tradicionais e territórios na Pan-Amazônia*. Manaus: UEA Edições, 2010.

\_\_\_\_\_. *Terras tradicionalmente ocupadas: Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”*. Manaus, PPGSCA-UFAM, 2007.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRELLO, Geraldo. *Nossa história está escrita nas pedras: conversando sobre cultura e patrimônio com os Índios do Uaupés*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 32:130- 151, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: 2002: Informação e documentação: Citações em documentos: Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

\_\_\_\_\_. NBR 6023: 2002: Informação e documentação: Referências: Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

BARRA, Camila Sobral *et al.* *Peixes, pescarias e os modos de viver no médio Rio Negro* / [organização Camila Sobral Barra e Carla Dias]. -- São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012. - (Série pescarias no Rio Negro; v. 3)

BARRA, Camila Sobral; DIAS, Carla. *Barcelos indígena e ribeirinha – Um perfil socioambiental*. Associação Indígena de Barcelos, Federação das organizações indígenas do rio Negro, Instituto Socioambiental, 2013.

BARRETO, João Paulo Lima. *Wai-Mahsã: peixes e humanos. Um ensaio de Antropologia Indígena*. 2013. 93 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

BEKSTA, Kasys Jurgis. *A maloca tukano-dessana e seu simbolismo*. Manaus: Secretaria de Educação e Cultura, 1984.

BENCHIMOL, S. *O Banco do Brasil na economia do Amazonas*. Rio de Janeiro: SPVEA, 1958. p. 1-16. (Coleção Araújo Lima).

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Organização de Renato Ortiz. São Paulo, Ática, 1983.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Saúde Indígena, Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro. *Plano de Contingência para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) em Povos Indígenas – DSEI Alto Rio Negro*. São Gabriel da Cachoeira/AM, março, 2020.

BUCHILLET, Dominique. *Os Baré do Alto Rio Negro*. Povos Indígenas no Brasil - [https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina\\_principal](https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal). Editado em 2018.

CABALZAR, A. *Os impactos do último grande verão na região de Barcelos*. ARU Revista de Pesquisa intercultural da bacia do rio Negro, Amazônia. no1, p. 113-115, 2017.

CAMPOS, C. *Entrevista com Clarindo Campos*. ARU Revista de Pesquisa intercultural da bacia do rio Negro, Amazônia. no1, p. 99-105, 2017.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade étnica, reconhecimento e o mundo moral*. Revista Antropológicas, ano 9, volume 16(2): 9-40, 2005.

\_\_\_\_\_. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira. 1976.

CHAMBOULEYRON, Rafael; BOMBARDI, Fernanda Aires. *Descimentos privados de índios na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)*. Varia hist. vol.27 n°.46 Belo Horizonte, July/Dec. 2011.

CIMI - CONSELHO MISSIONÁRIO INDÍGENA. *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - Dados de 2021*.

\_\_\_\_\_. *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - Dados de 2019*.

\_\_\_\_\_. *Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil - Dados de 2018*.

COSTA, Frederico. *Carta Pastoral de Frederico Costa – Bispo do Amazonas*. Ceará: Typ. Minerva, 1909.

CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido*. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/Editora da Universidade Federal do Amazonas. Série Poranduba, (2003 [1909]).

CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da. *Relatório apresentando à Assembleia legislativa da província do Amazonas pelo Exm<sup>o</sup> Senhor Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha presidente da mesma província na sessão ordinária de 3 de maio de 1862*. Pará publicação e data: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862. In: **Relatórios da Presidência da Província do Amazonas**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comercio, 1906. v. II, p.669-849.

D'ALMADA, Manoel da Gama Lobo. Descrição relativa ao Rio Branco e seu território. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, tomo XXIV, nº 4, Rio de Janeiro, 1861.

DIAS, Antônio Gonçalves. *Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias (1840-1864)*. In: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, vol. 84, 1964.

DINIZ, Edson Soares. *Os índios macuxis de Roraima: sua instalação na sociedade nacional*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1972.

DRUMMOND, Lee. *The Serpent's Children: Semiotics of Cultural Genesis in Arawak and Trobriand Myth*. American Ethnologist, Vol. 8, No. 3, Symbolism and Cognition, 1981.

EMPERAIRE, Laure; ELOY, Ludivine. *A cidade, um foco de diversidade agrícola no Rio Negro (Amazonas, Brasil)*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum., Belém, v. 3, n. 2, p. 195-211, Aug. 2008.

EMPERAIRE, Laure; VAN VELTHEM, Lúcia; OLIVEIRA, Ana Gita de. *Patrimônio Cultural Imaterial e Sistema Agrícola: O Manejo da Diversidade Agrícola no Médio Rio Negro Amazonas*. Anais da 26<sup>a</sup>. Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, Bahia, Brasil, 2008.

ESTERCI, Neide. *Imobilização por dívida e formas de dominação no Brasil de hoje*. Lusotopie 1996, pp. 123-137.

FARABEE, William Curtis. *The central Caribs. Anthropological Publications*. Volume IX, Philadelphia. The University Museum, University of Pennsylvania, 1924.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Dissertação de mestrado. IFCH/UNICAMP, 1986.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

FRANÇA, Bráz. *Nós não éramos índios*. Povos Indígenas no Brasil - [https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina\\_principal](https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal). 1999.

FRASER, Nancy. *Reconhecimento sem ética?* Revista Lua Nova, São Paulo: 70, págs. 101–138, 2007.

FUNAI, Fundação Nacional dos povos indígenas. *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de terra indígena – Aracá/Padauri Médio Rio Negro – Barcelos/santa Isabel – AM*. Fundação Nacional do Índio, Brasília, 2015.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e Visagens: Um estudo da vida religiosa de Itá*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

GENTIL, Gabriel. *Bahsariwii – A Casa de Danças*. Apresentação de Ana Carla Bruno. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.213-255, dez. 2007.

GOUREVITCH, Aparecida. *Os Baré da Venezuela e do Brasil da área indígena e da cidade-ontem e hoje*. Cadernos Ceru, série 2, v. 22, n. 1, junho de 2011.

GUIX, J. C. *Evidence of old anthropic effects in forests at the confluence of the Caurés and Negro Rivers, NW Amazonia: the role of indians and caboclos*. Grupo de Estudos Ecológicos, v. 8, p. 1-27, 2005.

GUMILLA, José. *Historia natural, civil y geografica de las naciones situadas em las riveras del rio Orinoco*. Editora Nabu Press, Barcelona, 1791.

GURJÃO, Hilário Maximiano Antunes. *Descrição da viagem feita desde a cidade da Barra do Rio Negro, pelo rio do mesmo nome, até a Serra do Cucuí, indo em comissão como engenheiro, por ordem do Exmo. Snr. Conselheiro Herculano Ferreira pena, presidente da Província, no anno de 1854*. In: Relatório de Presidente de Província, 1855, Rio Negro: Typ. De M.S. Ramos, 1855.

GUSFIELD, Joseph R. *Community – a critical response*. New York: Harper & Row Publisher, 1975.

HUGH-JONES, Christine. *From The Milk River: Spatial And Temporal Processes In Northwest Amazonia*. New York: Cambridge University Press, 1979.

HUGH-JONES, Stephen. “Clear Descent or Ambiguous Houses? A Re-Examination of Tukanoan Social Organisation.” *L’Homme*, vol. 33, no. 126/128, 1993, pp. 95–120.

\_\_\_\_\_. *The Palm and the Pleiades: Initiation and cosmology in Northwest Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

HUGH-JONES, Stephen; CABALZAR Aloisio. *Tukano*. In: Povos indígenas do Brasil. 2002. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tukano>.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Dossiê de registro: o sistema agrícola tradicional do Rio Negro*. Brasília, 2010.

JACKSON, Jean E. *The Fish People: Linguistic Exogamy and Tukanoan Identity in Northwest Amazonia*. Cambridge University Press, 1983.

JOBIM, Anísio. *Três municípios amazonenses*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *A distribuição dos povos entre o Rio Branco, Orinoco, Rio Negro e Yapurá*. Tradução de Erwin Frank. Manaus: Editora INPA/EDUA, 2006.

\_\_\_\_\_. *Dois anos entre os indígenas. Viagens no noroeste do Brasil (1903-1905)*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas/Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2005.

LA CONDAMINE, C-M. *Viagem pelo Amazonas 1735-1745*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.

LASMAR, Cristiane. *De volta ao Lago do Leite: gênero e transformação no alto rio Negro*. São Paulo: Ed.Unesp; ISA. 2005

LATRUBESSE, E. M.; STEVAUX, J. C. *The Anavilhanas and Mariuá Archipelagos: Fluvial wonders from the Negro river, Amazon Basin*. In: Landscapes and Landforms of Brazil, World Geomorphological Landscapes. (eds.) B.C. Vieira et al. Dordrecht: Springer Science+Business Media, p. 157- 169, 2015.

LEME DA SILVA, Andrea. *Estudo Etnoterritorial da Região do Rio Caurés Município de Barcelos – Amazonas – Brasil - Relatório Ambiental*. Fundação Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC. Brasília: 2020.

\_\_\_\_\_. *Comida de gente: preferências e tabus alimentares entre os ribeirinhos do Médio Rio Negro (Amazonas, Brasil)*. Rev. Antropol., São Paulo, v. 50, n. 1, p. 125-179, 2007.

\_\_\_\_\_. *Entre tradições e modernidade: conhecimento ecológico local, conflitos de pesca e manejo pesqueiro no rio Negro, Brasil*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum., Belém, v. 6, n. 1, p. 141-163, Apr. 2011.

LEVIS, C. Et al. *Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition*. SCIENCE 03 MAR 2017: 925-931.

LEVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LIMA, M. do Nascimento. *O rio Unini na Arqueologia do baixo rio Negro, Amazonas*. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo. 2014.

LOUREIRO, Antonio José Souto. *O Amazonas na época Imperial*. Manaus: Editora Valer, 2007.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *A ethnografia da América, especialmente do Brazil. O passado e o futuro do homem americano*. Tradução. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, IX, 1904.

MEIRA, Márcio. “Índios e Brancos nas águas pretas”. In FORLINE, L.; MURRIETA, R.; VIEIRA, I. (eds.), *Amazônia, além dos 500 anos*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, pp. 183-226, 2006.

\_\_\_\_\_. *O tempo dos padrões: extrativismo da piaçava entre os índios do Rio Xié (alto Rio negro)*, 127 páginas (Dissertação de Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP. 1993.

MENEZES, Elieyd Sousa. *As práticas no extrativismo vegetal no rio Negro: políticas exíguas, imobilização da força de trabalho de povos indígenas e seu enfrentamento*. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 26, n. 58, p. 191-218, Sept. 2020.

\_\_\_\_\_. *Os piaçabeiros no médio rio Negro: identidade étnica e conflitos territoriais*. Brasília: Paralelo 15, 2014.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *A capitania de São José do Rio Negro*. Manaus: Editora Valer, 2002.

MOREIRA, Priscila Ambrósio. *Estudo Enoterritorial da Região do Rio Caurés Município de Barcelos – Amazonas – Brasil - Relatório Ambiental*. Fundação Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC. Brasília: 2023.

NABUCO, Joaquim. *O direito do Brasil*. São Paulo/ Rio de Janeiro. Ed. Nacional/ Civilização Brasileira, 1941.

NEVES, Eduardo Goés. *Arqueologia, história indígena e o registro etnográfico: exemplos do alto rio Negro*. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, Sao Paulo, Suplemento 3: 319-330, 1999.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Excursões pela Amazônia*. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2001, V. 44 n° 1.

OLIVEIRA, A. G.; PERES, S. *Relatório sobre a identificação da população indígena e ribeirinha do Baixo Rio Negro, município de Barcelos/AM*. Brasília: 2000.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *A viagem de volta: etnicidade, política e re-elaboração cultural no nordeste indígena*. UFRJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro: 1999. Série Territórios Sociais.

PEREIRA, Rosilene F. *Cerimônia do Dabucuri: uma reflexão sobre patrimônio imaterial do alto rio Negro*. Cadernos NAUI Vol. 5, n. 9, jul-dez 2016.

PERES, Sidnei. *Antropologia, ciência e política: situação de perícia e etnologia na Amazônia e no Nordeste*. Anais da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro, 2020.

\_\_\_\_\_. *Associativismo, etnicidade indígena e transformações sociais: a manufatura política de direitos territoriais em Barcelos*. In: ALMEIDA, A. W. B. de; FARIAS JÚNIOR, E. de A. F. (org.). *Mobilizações étnicas e transformações sociais no rio Negro*. Manaus: UEA Edições, 2010. p. 213-232.

\_\_\_\_\_. *Cultura, política e identidade na Amazônia: o associativismo indígena no Baixo Rio Negro*. 457 páginas. (Tese de doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2003.

PEREZ, A. *Los Bale (Bare)*. In: LIZOT, Jacques (Ed.): *Los aborígenes de Venezuela*. Volume III, *Etnologia Contemporanea II*, Caracas, Fundación La Salle de Ciencias Naturales, Instituto Caribe de Antropología y Sociología, Monte Avila, C.A., 1988, p. 413-478.

REIS, Arthur C. Ferreira. *O processo histórico da economia amazonense*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

\_\_\_\_\_. *Preambulo*. In: BENCHIMOL, Samuel. *O banco do Brasil na economia do Amazonas*. Coleção Araújo Lima, Rio de Janeiro: SPVEA, 1958.

RIVIÈRE, Peter. *Individual and Society in Guiana*. Cambridge University Press, 1984.

\_\_\_\_\_. *The forgotten Frontier: Ranches of North Brazil*. London, Holt, Rinehart and Winston, 1972.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Diário da Inspeção de Fronteiras*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

ROTH, Walter Edmund. *An inquiry into the animism and folk-lore of the Guiana Indians*. Washington D.C, U.S. Govt. Print. Off, 1915.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro. *Relação geographica-historica do Rio Branco da America Portuguesa*. Revista trimestral de História e Geografia. Volume XIII, [1777] 1872.

SANTA-ANNA NERY. Frederico José, Barão de Santa-anna Nery. *O País das Amazonas*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1979.

SANTOS-GRANERO, Fernando. *The Arawakan Matrix: Ethos, Language, and History in Native South America*. In: Jonathan D. Hill y Fernando Santos-Granero (Org.). *Comparative Arawakan Histories: Rethinking Language Family and Culture Area in Amazonia*. Urbana: University ofIllinois Press, 2002. pp. 25-50.

SARMENTO, F. *O Alto Rio Negro indígena em mais de dois mil anos de história*. Revista Brasileira de Linguística Antropológica, v. 11, n. 02, p. 32, 29 dez. 2019.

SCHOMBURGK, Richard. *Travels in British Guiana*, vol. 2. George Town – British Guiana: Smithsonian Libraries, 1922.

SCOLFARO, A. et al. *Cartografia dos sítios sagrados: iniciativa binacional Brasil-Colômbia*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013

SIMÕES, M. F.; KALKMANN, A. *Pesquisas arqueológicas no Médio Rio Negro (Amazonas)*. Revista de Arqueologia, v. 4, n. 1, p. 83-116, 1987.

SOBREIRO, Thaissa. *Territórios e Conflitos nas Pescarias do Médio Rio Negro (Barcelos, Amazonas, Brasil)*, 154 págs. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Biologia de Água Doce e Pesca Interior, Instituto nacional de pesquisas da Amazônia, Manaus, 2007.

SOCIOAMBIENTAL, *Boletim de notícias sobre a região do Rio Negro (AM)*. Instituto Socioambiental, n. 1/fev, 2009.

SPI, Serviço de proteção aos índios. *Relatório da inspetoria referente ao ano de 1924*. Manaus, Arquivos SPI: Museu do índio/Sedoc, filme 33, 1925.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817 – 1820*, Volume 3. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

SPVEA, Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. *Perspectiva do primeiro plano quinquenal e concepção preliminar da valorização econômica da Amazônia*. Belém, 1954.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Servidão Humana na Selva – O aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia*. Manaus: Editora Valer/EDUA, 2009.

TENÓRIO, Higino Pimentel; SCOLFARO, Aline. *Casa fria de transformação*. Aru – Revista de pesquisa intercultural da bacia do rio negro, Amazônia. Ano 1, nº 1, outubro, 2017.

VALLE, Dalton. *Estudo Enoterritorial da Região do Rio Caurés Município de Barcelos – Amazonas – Brasil - Relatório parcial cartográfico*. Fundação Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC. Brasília: 2020.

VAN VELTHEM, Lucia Hussak. *Cestos, Peneiras e Outras Coisas: a Expressão Material do Sistema Agrícola no rio Negro*. Revista De Antropologia, vol. 55, no. 1, 2012, pp.4011-437.

VIDAL, Silvia M; ZUCCHI, Alberta. *Efectos de las expansiones coloniales en las poblaciones indigenas del Noroeste Amazonico (1798-1830)*. Colonial Latin American Review, 8:1, 113-132. 1999.

WALLACE, A. R. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

WRIGHT, Robin M.; HILL, Jonathan D. *History, Ritual, and Myth: Nineteenth Century Millenarian Movements in the Northwest Amazon*. Ethnohistory, vol. 33, no. 1, 1986, p. 31–54.

WRIGHT, Robin. *Indian Slavery in the Northwest Amazon*. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Antropologia, 7 (2): 149-179. 1991.

## REFERÊNCIAS DE MECANISMOS JURÍDICO-FORMAIS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm).

BRASIL. Ministério da Justiça/ Fundação Nacional do Índio. *Portaria Nº 12 de 12 de janeiro de 2007*. Constitui Grupo Técnico com a finalidade de realizar estudos de identificação e delimitação das áreas indígenas denominadas Baixo Rio Negro, Rio Araçá e Rio Padauri, localizadas, respectivamente, nos municípios de Manaus, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e Novo Airão, no Estado do Amazonas e outras providências. **Diário Oficial da União**, publicado em: 19/01/2007. Edição: 14, Seção: 2, Página: 22.

BRASIL. Ministério da Justiça/ Fundação Nacional do Índio. *Portaria nº 476, de 29 de maio de 2007*. Constitui Grupo Técnico com a finalidade de realizar estudos de Identificação e Delimitação das áreas denominadas Rio Jurubaxi, Tapuruguara, Rio Preto, Foz do Rio Uneuixi abrangendo o município de Santa Isabel do Rio Negro, Estado do Amazonas e outras providências. **Diário Oficial da União**, publicado em: 04/06/2007. Edição 106, Seção: 2, Página: 22.

BRASIL. Ministério da Justiça/ Fundação Nacional do Índio. *Portaria nº 783, de 6 de setembro de 2017*. Declarar de posse permanente dos povos indígenas Arapaso, Baniwa, Baré, Desana, Nadöb, Kuripaco, Pira-Tapuya, Tariana, Tikuna e Tukano a Terra Indígena JURUBAXI-TÉA e outras providências. **Diário Oficial da União**, publicado em: 11/09/2017. Edição: 174, Seção: 1, Página: 22.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/. Fundação Nacional do Índio. *Portaria nº 1.032, de 1º de agosto de 2019*. Constituir Grupo Técnico (GT) com o objetivo de realizar estudos de natureza fundiária e cartorial da Terra Indígena Aracá-Padauri (Baixo Rio Negro), dos Povos Baré, Makuráp e Tukano, localizada nos Municípios de Barcelos e de Santa Isabel do Rio Negro, no Estado do Amazonas, e outras providências. **Diário Oficial da União**, Publicado em: 02/08/2019. Edição: 148, Seção: 2, Página: 51.

BRASIL. Ministério da Justiça/ Fundação Nacional do Índio. *Portaria nº 419, de 26 de março de 2010*. Constituir Grupo Técnico com o objetivo de realizar os estudos complementares de natureza etno-histórica, antropológica e ambiental necessários à identificação e delimitação de áreas de ocupação tradicional indígena, na margem direita do rio Negro e nas regiões de abrangência dos rios Caurés, Quiuini, Aracá, Demeni, Preto e Padauri, nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro/AM e outras providências. **Diário Oficial da União**, Publicado em: 29/03/2010. Seção: 2, Página: 27.

BRASIL. Ministério da Justiça/ Fundação Nacional do Índio. *Portaria N 1.309, de 30 de outubro de 2009*. Constituir Grupo Técnico com o objetivo de realizar os estudos de natureza antropológica necessários à identificação e delimitação de áreas de ocupação tradicional indígena, na margem direita do rio Negro e nas regiões de abrangência dos rios Caurés, Quiuini, Aracá, Demeni, Preto e Padauri, nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro/AM e outras providências. **Diário Oficial da União**, Publicado em: 03/11/2009. Seção: 2, Página: 27.

BRASIL. Ministério da Justiça/ Fundação Nacional do Índio. *Portaria Nº 1.045, de 27 de julho de 2010*. Constituir Grupo Técnico com o objetivo de realizar mais uma etapa dos estudos complementares de natureza etno-histórica, antropológica e ambiental necessários à identificação e delimitação de áreas de ocupação tradicional indígena, na margem direita do rio Negro e nas regiões de abrangência dos rios Caurés, Quiuini, Aracá, Demeni, Preto

e Padauri, nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro/AM e outras providências. **Diário Oficial da União**, Publicado em: 29/07/2010. Seção: 2, Página: 33.

TRF-1, Tribunal Regional Federal da 1ª Região - APELAÇÃO CIVEL (AC): AC 0002662-81.2014.4.01.3200. Data de Julgamento: 27/03/2019, QUINTA TURMA, Data de Publicação: 06/05/2019.

## **SITES CONSULTADOS**

POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, Línguas. Pib.Socioambiental. Disponível em:  
<https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas>.

<http://www.pram.mpf.mp.br/news/mpf-am-requer-conclusao-de-demarcacao-de-terras-indigenas-do-medio-e-baixo-rio-negro>

[https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina\\_principal](https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal).

## ANEXOS

### Anexo 1 - Anuências das comunidades indígenas da Terra indígena reivindicada Baixo rio Negro e rio Caurés

As comunidades indígenas de Caurés, D. Pedro II, Mamatawara, Lago Grande e São Roque, localizadas na margem direita do rio Negro e rio Caurés informam que não há acordo com os limites da Terra Indígena Baixo rio Negro e rio Caurés conforme descrição da oficina de mapas da equipe do Projeto Estudos Etnohistóricos em Comunidades Indígenas da Amazônia feita composta pelo antropólogo Félix de Sousa de Moraes, pela ambientalista Priscila Ambrosio Moreira e pela cartógrafa Guiliana Bulharrelli Barua, pela Fundação de Amparo à Pesquisa em Ciências e Tecnológicas em parceria com Associação Indígena de Baenitos (ASSBA) através de sua presidente Rosilene Maia da Silva.

Nós somos povos indígenas das etnias Bari, Pira-Tapuia, Maruá, Banúto, Tikano, Marapo, Tikano, que vivemos da caça, pesca, da coleta, artesanatos de modo tradicional e nos unimos e nos unimos para a nossa sobrevivência física e cultural.

Solicitamos que as autoridades competentes reanalisem o estudo mais rápido possível a Terra Indígena Baixo rio Negro e rio Caurés Terra tradicionalmente ocupada por nós indígenas.

NOME	Origem	Comunidade
Chetão Aguiar das Cortes	Baniwa	Cauburis
A Ueto Antão do n.º	Baniwa	Cauburis
Eudilalide Rodrigues Gonçalves	Baniwa	Saço grande
Devaldo S. de Almeida	Baniwa	Dom. P. II
Dilson Wilhato Garcia	Baniwa	C. Saço Grande
Simão Fereq Tomás	Baniwa	Cauburis
Edimar Moreira Batista	Tucano	Calibres
José Teófilo Araújo R.	Baniwa	Manacouca
Alon Albino Mendes Monteiro	Baniwa	Saço Grande
Cláudio Oliveira dos Santos	Baniwa	São Rogério
Fernando Melo de Santos	BANIWA	São Rogério
Okuma Rosendo Serafim	Baniwa	Cauburis
Carlos Maurício Batista	Tucano	Cauburis
Dilson Tomás de Melo	Baniwa	Cauburis
Antônio Santana	Makuxé	São Rogério
Ivete Suze Peinado	Baniwa	Cauburis
José Apuzio Saá	Baniwa	Cauburis
Virgília Thomas	Baniwa	Cauburis
Marcelino V. Batista	Tucano	Calibres
Edirley Serafim Batista	Tucano	Cauburis
Renold de Souza Tomó	Baniwa	Cauburis
Maria Maurício Batista	Tucano	Cauburis
Doralice Alda de Souza Maurício	Parapiú	Cauburis

Anexo 2 – Tabela 28: Relação de documentos elaborados pelas comunidades indígenas do baixo rio Negro quanto às suas reivindicações pela demarcação da Terra indígena e outras violências.

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ELABORADOS PELAS COMUNIDADES DO  
BAIXO RIO NEGRO E SUAS REPRESENTAÇÕES**

Fonte: <https://barcelosindigenista.wordpress.com/documentacao/>

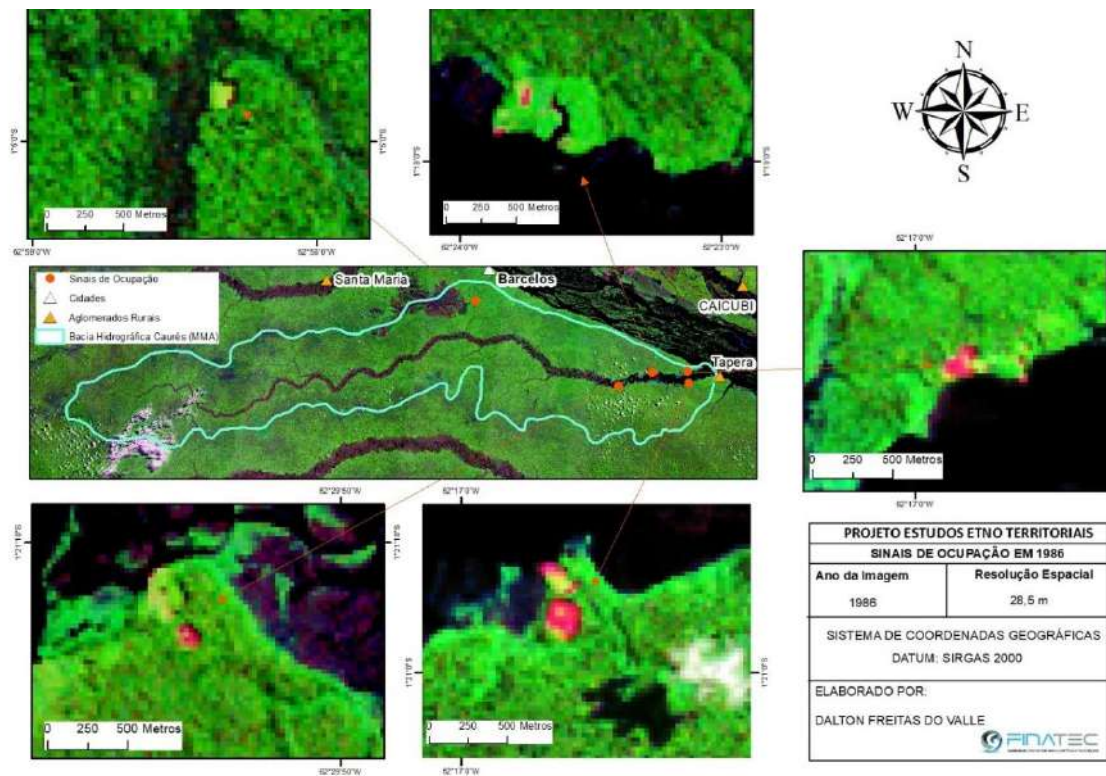
DATA	OBJETO	DETALHES
28 outubro do 2000:	Jornal “A Crítica”: Os índios de Barcelos criticam empresas	
28 outubro de 2001:	CARTA ASIBA AO MINISTRO DA JUSTIÇA E PRESIDENTE DA FUNAI	<a href="https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/documentos/carta-funai-denunciando-prejuizos-sofridos-com-atividades-abusivas-de-turismo-de">https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/documentos/carta-funai-denunciando-prejuizos-sofridos-com-atividades-abusivas-de-turismo-de</a>
22 MARÇO DE 2002:	CARTA ASIBA AO PRESIDENTE DA FUNAI	
16 ABRIL DE 2002	RECEBIDO DO PRESIDENTE DA FUNAI;	
26 AGOSTO DE 2008	representação da FOIRN à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF	onde solicita o apoio em razão das dificuldades de acesso às informações e delimitações propostas nos relatórios circunstanciados referentes aos estudos de identificação
2009	publicações do SEMINÁRIO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL	
JULHO DE 2009	Moção de reivindicação dos Povos Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro sobre Educação Escolar Indígena	
02 dezembro de 2011	No Diário Oficial da União por meio da Ata da 381ª reunião realizada em 29 de novembro de 2011, no expediente 15 do procedimento administrativo nº 1.13.000.000630/2009-17, apura:	1. Apurar denuncia feita pela Associação Indígena de Barcelos – ASIBA, sobre possível redução de terras indígenas da região do Médio e Baixo Rio Negro pela FUNAI.
8-12 dezembro 2013	“MPF NA COMUNIDADE” edição BARCELOS/AM	
2014	OPERAÇÃO MPF E EXERCÍCIO LIBERADO TRABALHADORES INDÍGENAS ESCRAVOS	
04/mai/14	Posicionamento asiba	
30 JULHO DE 2015	Memoria de reunião nuM. 17 CGID/2015 na funai Brasilia	“As lideranças indígenas destacaram que, além das TIs Aracá-Padauri e Jurubaxi-Téa, deverão ser demarcadas ainda as terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades dos rios Darahá, Quiuini e Caurés. De acordo com o entendimento estabelecido,

		essas unidades deverão ser objeto de estudo dos GTs já constituídos”
30-31 MAIO 2015	<a href="#">Encontro povos do Amazonas em luta pela terra :</a>	<a href="#">Participação de 02 lideranças de Barcelos, Aprigio Baniwa Cauburis e Regivaldo Tukano Cumaru em encontro promovido pelo Cimi junto os povos indígenas no Xare, (Manaus) nos dias 30 e 31 de maio de 2015. No encontro é reiterada a demanda pela terra da margem direita do município de Barcelos na participação de jovem indígena da comunidade de Cumaru, na margem direita de Barcelos, Acima Barcelos, Gleba Ajuricaba[1]</a>
	I ENCONTRO DOS POVOS INDIGENAS DE AMAZONAS EM LUTA PELA TERRA em Manaus	Inclusão dos dados de localização das comunidades indígenas de Barcelos com demanda de terra não reconhecida pelo Estado junto aos dados de outras comunidades sem terras demarcadas. Fruto do encontro do Xare foi produzido o mapa de demanda de terras pelas comunidades indígenas do Amazonas, com a inclusão das comunidades da TI BRN 3 (margem direita da TI BRN1)
02 dezembro de 2015	<b>Carta de Dom Pedro II:</b>	Nas datas do 02 dezembro de 2015 foi realizado um encontro de comunidades em Dom Pedro II que culminaram com a redação de uma carta protocolada ao MPF pelas comunidades de São Roque, Cauburis, Dom Pedro II e Manacauaca. , refirmando a demanda pelo reconhecimento de suas terras de ocupação tradicional da margem direta do rio negro no município de Barcelos TI BRN3
02 dezembro de 2015	<b>Mapa de Dom Pedro II</b>	
fev/16	CARTA PROTOCOLADA AO MPF EM FEVEREIRO DE 2016 (PROTOCOLO PR-AM-40030428/2016):	
ABRIL DE 2017	PARTICIPAÇÃO POVOS INDIGENAS DE BARCELOS EM ACAMPAMNETO TERRA LIVRE 2017	
05 JUNHO DE 2017	CARTA A FUNAI EM BACABAL 2017:	carta com data de recebido de 05/06/2017 por Nina Paiva Almeida (CODAN/CGID/DPT da Funai Sede. Na ocasião, na carta as comunidades reivindicam a criação de um GT para a margem esquerda de Barcelos (sendo a também chamada TI BRN3), no Baixo (Gleba Cauburis-Caurés) e no Médio (Gleba Ajuricaba)
06 JUNHO DE 2017	PROPOSTA DE MAPA	
05 JUNHO DE 2017	VIDEO DA DEMANDA	Com motivo do encontro com a Funai, as lideranças comunitárias da margem direita entregaram um vídeo de 15 minutos com as reivindicações de vários comunitários das comunidades de Manacauaca, Dom Pedro II, Cauburis, São Roque, Ponta da Terra, Bolixú, São Luís, Santa Inês do Bolixú que de certa forma também quiseram levar sua voz na reunião com a FUNAI
	I ENCONTRO POVOS BARCELOS EM LUTA PELA TERRA – comunidade de MANACAUACA 2017	I ENCONTRO POVOS BARCELOS EM LUTA PELA TERRA – comunidade de MANACAUACA 2017 Realizado na comunidade de Manacauaca com a participação de lideranças comunitárias da margem direta d rio negro com a colaboração do Cimi Norte I por meio de sua equipe local, e com intercambio de experiências com 02 lideranças indígenas do povo Munduruku e 02 lideranças indígenas da Terra indígena Raposa-

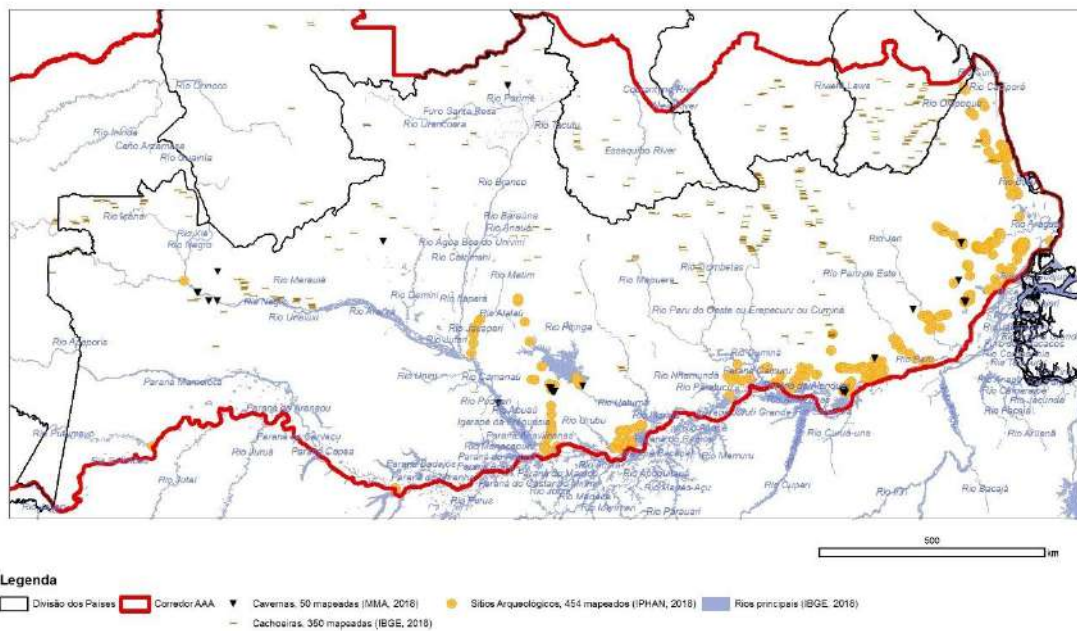
		Serra do Sol, Joao Batista Wapichana e Augusto Macuxi para as comunidades d
MARÇO DE 2017	participação povos indígenas de Barcelos no II ENCONTRO de POVOS INDIGENAS DO AMAZONAS EM LUTA PELA TERRA	NO XARE à ESTUDOS PRELIMINARES TI BRN3
24/ago/17	carta repudio comunidades Barcelos presentes em ofciina juridica interrompida por grupo de vereadores e empresarios de turismo	
SETEMBRO DE 2017	CARTA DO CIMI NA AUDEINCIA PUBLICA	
NOVEMBRO DE 2017	CARTA ENCONTRO POVOS INDIGENAS DO AMAZONAS EM LUTA PELA TERRA	carta de demanda de novembro de 2017 de criação de GT de estudos das terras indígenas da margem direita do Baixo Rio Negro TI BRN 3 junto delegação de povos indígenas do Amazonas em Luta pela Terra e entrega de relatórios preliminares de estudo da TI BRN3 realizado pelo Cimi e comunidades
NOVEMBRO DE 2017	reuniao 02 lideranças TI BRN 3 na 6a camara de coordenação e revisão	
MAIO DE 2018	II ENCONTRO POVOS BARCELOS EM LUTA PELA TERRA – comunidade de CAUBURIS	Realizado na comunidade de Cauburis em 6 de maio com carta final pela demarcação da margem direita e conclusão da margem esquerda com a participação de lideranças comunitárias de comunidades indígenas da margem direita com a participação de delegação de 01 liderança do povo mura, 01 liderança do povo Maraguá, 01 missionaria da equipe Borba-Autazes do Cimi n1, Joao Batista Wapichana. Durante o encontro foi elaborada carta das comunidades da margem direito de 06 de maio de 2018, reivindicando a demarcação de suas terras de ocupação tradicional
MAIO DE 2018	OFICIO 001 de MAIO 2018 das COMUNIDADES Indígenas DE BARCELOS AO MPF:	Em Encontro de articulação de comunidade de 06 de maio de 2018, na comunidade de Cauburis, lideranças das comunidades de Manacauaca, de Dom Pedro II, Cauburis, São Luís, e Cumaru, Sumaúma e Barcelos,
MAIO DE 2018	• OFICIO 002/MAIO 2018 COMUNIDADES INDÍGENAS DE BARCELOS A PRESIDENCIA FUNAI:	Em Encontro de articulação de comunidade de 06 de maio de 2018, na comunidade de Cauburis, lideranças das comunidades de Manacauaca, de Dom Pedro II, Cauburis, São Luís, e Cumaru, Samauma e Barcelos, fazem documento de reivindicação de pedido da demarcação por meio do GT de estudos de terras da margem direita do rio Negro de Barcelos e pela conclusão dos estudos da TI BRN 1 (margem esquerda município Barcelos)
MAIO DE 2018		

ABRIL DE 2018	participação povos Barcelos no ATL 2018	
17 AGOSTO DE 2018	CARTA CAIMBRN	
	OFICIO NUM 38: ENTREGA DO RELATORIOI PROL DEMARCAÇÃO TI BRN3 PELO CIMI N1 AO MPF:	Em Ofício N° 38/2018 do CIMI NORTE 1, de 30 de abril de 2018 em Manaus, o Cimi Norte I entrega ao MPF relatórios em Prol da Demarcação das Terras Indígenas não demarcadas nos municípios de Coari, Barcelos e Canutama Ao Exmo. Sr. Dr. Fernando Merloto Soave Procurador da República Procuradoria da República no Estado do Amazonas, relatório que tinha sido entregue em novembro de 2017 na FUNAI e PGR Brasília, mas não tinha sido ainda apresentado ao MPF/AM
	III ENCONTRO POVOS BARCELOS EM LUTA PELA TERRA – CUMARÚ (MARÇO 2019)	Realizado na comunidade de Cumaru com a participação de lideranças das comunidades da margem ireta do rio negro no município de Barcelos realizaram um encontro onde mais uma vez a demarcação de terras, seu processo e caminhos foi o assunto pautado e refirmaram sua luta pela demanda pelo reconhecimento de suas terras. Participação de lideranças das comunidades de Cauburis, cumaru e São Luis pela demanda da TI BRN3 e a comunidade de Bacabal da terra BRN1 em processo de estudo. Os lemas do encontro foram UNIAO e JUVENTUDE.
	ASSEMBLEIA CAIMBRN	Assembleia da coordenação das associações indígenas de Barcelos, realizado na comunidade de Campinas de rio preto, com convite ao equipe local do Cimi, onde as lideranças comunitárias se reuniam para tratarem da demarcação das terras indígenas dos municípios de Barcelos (TI BRN 1 e 2), da estruturação das associações e a saúde indígena em reunião com o Presidente do Condisi.
JUNHO DE 2019	CARTAS DAS COMUNIDADES EM JUNHO 2019:	Assim como com motivo de visita de Funai em 2016 onde comunidades protocolaram carta junto a CGID reivindicando o inicio do estudo da margem direita, em junho de 2019 as comunidades reivindicaram mais uma vez o GT para a TI BRN3, mediante elaboração de cartas protocoladas com motivo da vindo do GT de levantamento fundiário da TI BRN1
	NOTA FOIRN	
	NOTA FOIRN	
FEVEREIO DE 2020	PARTICIPAÇÃO DE 3 REPRESENTANTES DOS POVOS INDIGENAS DE BARCELOS	
FEVEREIO DE 2020	NOTA ASSEMBLEIA CIMI	
09 MARÇO DE 2020	MOÇÃO STF REPERCUSSÃO GERAL	CARTA DA ASIBA PELA MANUTENÇÃO DOS DIREITOS INDIGENAS ORIGINARIOS E CONTRA A ATUAÇÃO DE EDUARD LUZ

Anexo 3 – Mapa 19: Sinais de ocupação em 1986.



Anexo 4 – “Mapeamento de cavernas, cachoeiras e sítios arqueológicos no rio Negro, Amazonas”. Fonte: Instituto Socioambiental.





ECONTEP - Comercio, Serviços e Representações	Cassiterita	1	Requerimento de Pesquisa
Edimilson Uayamare Barbosa	Minério de tântalo	1	Requerimento de Pesquisa
Elane Saraiva de S. Bandeira	Minério de tântalo	1	Autorização de Pesquisa
Eliezer Camilo	Minério de tântalo	1	Autorização de Pesquisa
Embloco Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento e Concreto Ltda	Minério de estanho	2	Autorização de Pesquisa
Francisco Antônio S. Bonfim	Argila	4	Requerimento de Pesquisa
Francisco Delcinei A.Evaristo	Minério de ouro	1	Autorização de Pesquisa
Gean Balieiro de Souza	Minério de tântalo	1	Autorização de Pesquisa
Geonorte Geologia do N Ltda	Granito	1	Licenciamento
Geonorte Geologia do N Ltda	Granito	1	Concessão de Lavra
Geonorte Geologia do NLtda	Granito	1	Requerimento de Lavra
Gilberto Cantu	Minério de tântalo	1	Autorização de Pesquisa
Iara Azevedo Lembí de Carvalho Barbosa	Minério de tântalo	2	Autorização de Pesquisa
Iguape Sociedade de Mineração Iguape Ltda	Ouro	3	Requerimento de Pesquisa
Industria Comercio e Mineração Campos Novos Ltda	Minério de tântalo	3	Requerimento de Pesquisa
Ingerlane Clayton Oliveira da Silva	Tantalita, minério de ouro, topázio, diamante	1	Requerimento de Lavra Garimpeira
Ita Mineração Ltda.	Granito	11	Licenciamento
Itacal Itacoatiara Cacários Ltda	Areia, cascalho	1	Licenciamento
J dos S Gomes Me	Areia, cascalho	1	Licenciamento
Joao Luis Alves dos Santos	Minério de tântalo	2	Autorização de Pesquisa
Joaquim Jose de O. Filho	Cassiterita	1	Requerimento de Pesquisa
Jorge Orlando Cantu	Minério de tântalo	2	Autorização de Pesquisa
Jose Aroudo R. Bandeira	Minério de tântalo	1	Autorização de Pesquisa
José Domingos R. Lourenço	Columbita	2	Requerimento de Lavra Garimpeira
José Maria de O. Sirotheau	Minério de tântalo	1	Autorização de Pesquisa
JOSÉ NASSER	Granito	1	Autorização de Pesquisa
José Sousa dos Santos	Areia, cascalho	1	Licenciamento
Jws Comércio de Areia Ltda	Minério de tântalo	2	Requerimento de Pesquisa
L. C Materiais de Construção	Minério de ouro	1	Requerimento de Pesquisa
LEONARDO LEITE RAPOSO E SILVA	Minério de tântalo	1	Requerimento de Pesquisa
LEONTECH CONSTRUÇÕES LTDA.	Granito	1	Requerimento de Pesquisa
LINO PINHEIRO DA PAIXÃO BADER	Areia, cascalho	1	Requerimento de Licenciamento
Luzia Carolina Biazin	Columbita, tantalita, topázio	3	Requerimento de Lavra Garimpeira
Luzia Carolina Biazin	Minério de tântalo	1	Requerimento de Pesquisa
Marcelo de Godoy Cintra	Minério de ouro	2	Autorização de Pesquisa, Requerimento de Pesquisa
Márcio Dantas Teixeira	Minério de tântalo, minério de ouro	2	Requerimento de Pesquisa
Marcos Jose Dantas	Minério de tântalo	1	Requerimento de Pesquisa

Mg da Amazonia Ltda	Minério de nióbio, minério de tântalo, minério de ouro	1	Requerimento de Pesquisa
Michele Cozzolino Junior	Cassiterita, tantalita	1	Requerimento de Lavra Garimpeira
Mineração Itacua Ltda	Platina	3	Requerimento de Pesquisa
Mineração Montes R. Ltda	Alumínio	2	Requerimento de Pesquisa
Navegação Ana Carolina	Granito	1	Licenciamento
Osvaldo Lopes	Minério de tântalo	1	Requerimento de Pesquisa
Paulo Henrique Cantu	Minério de tântalo	1	Autorização de Pesquisa
Paulo Roberto Viegas da Costa	Minério de tântalo	1	Autorização de Pesquisa
Pedreira Pedra Negra Ltda.	Argila, gnaiss	1	Autorização de Pesquisa
Pedro Sinval R. da Silva	Cassiterita, minério de ouro	2	Autorização de Pesquisa
Pioneira da Vila - Mineração Indústria e Comércio Ltda.	Nióbio	2	Requerimento de Pesquisa
PMB Projetos Minerários do Brasil Ltda	Minério de estanho, minério de cromo	2	Requerimento de Pesquisa
Raimundo Araujo de Lima	Minério de nióbio, minério de tântalo	2	Autorização de Pesquisa
Rodolfo Antonio de Melo Benigno Junior	Granito	1	Autorização de Pesquisa
S O DE ARAUJO	Minério de tântalo	1	Requerimento de Pesquisa
Santa Fé Comércio e Extração de Pedras Em Bloco Ltda Me	Granito	5	Autorização de Pesquisa
So Terra Emp. Serviços Ltda	Minério de nióbio, minério de tântalo	1	Autorização de Pesquisa
TSF - COMERCIO ATACADISTA DE ELETROELETRONICOS LTDA	Minério de tântalo	3	Autorização de Pesquisa, Requerimento de Pesquisa

Fonte: <https://sistemas.anm.gov.br/scm/extra/site/admin/pesquisarprocessos.aspx> IN: LEME DA SILVA (2020)

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**

Publicado em: 19/01/2007 | Edição: 14 | Seção: 2 | Página: 22

**Órgão: Ministério da Justiça/FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
PORTARIA Nº 12, DE 12 DE JANEIRO DE 2007**

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO- FUNAI, no uso das atribuições, conferidas pelo art. 23 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.645, de 25 de março de 2003, de conformidade com o art. 19 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e com o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo Técnico com a finalidade de realizar estudos de identificação e delimitação das áreas indígenas denominadas Baixo Rio Negro, Rio Araçá e Rio Padauri, localizadas, respectivamente, nos municípios de Manaus, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e Novo Airão, no Estado do Amazonas, composto por:

- a) Edward Mantonelli Luz - antropólogo
- b) Andréa Leme da Silva - ambientalista
- c) Zenildo de Souza Castro - técnico em agrimensura

Art. 2º Determinar o deslocamento dos técnicos aos municípios supracitados, e a Brasília, com o objetivo de realizar reunião e pesquisa documental, concedendo o período de 70 dias para a realização dos trabalhos de campo do antropólogo e da ambientalista.

Art.3º Estabelecer os seguintes prazos para a entrega dos produtos:

- a) Para a ambientalista fica estabelecido o prazo de 100 dias para entrega do relatório preliminar ambiental e mais 30 dias para entrega do relatório final após análise pelo antropólogo-coordenador.
- b) Para o antropólogo-coordenador fica estabelecido o prazo de 150 dias para entrega do relatório preliminar de identificação e delimitação, e mais 60 dias, a contar da análise pela Coordenação Geral de Identificação e Delimitação, para a entrega do relatório final.

Art. 4º As despesas com o Grupo Técnico e seus deslocamentos correrão à conta do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal - PPTAL.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

MÉRCIO PEREIRA GOMES

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**

Publicado em: 04/06/2007 | Edição: 106 | Seção: 2 | Página: 22

**Órgão: Ministério da Justiça/FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
PORTARIA Nº 476, DE 29 DE MAIO DE 2007**

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO- FUNAI, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.645, de 25 de março de 2003, de conformidade com o art. 19 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e com o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo Técnico com a finalidade de realizar estudos de Identificação e Delimitação das áreas denominadas Rio Jurubaxi, Tapuruguará, Rio Preto, Foz do Rio Uneuxi abrangendo o município de Santa Isabel do Rio Negro, Estado do Amazonas, composto por:

- 1 - José Maria Trajano Vieira - antropólogo consultor coordenador
- 2- Alexandra Coraça de Freitas - ambientalista consultora PPTAL
- 3- Sebastião Carlos Baptista - engenheiro agrimensor – ERA Manaus
- 4 - Abrahão de Oliveira França - índio Baré - Diretor da FOIRN
- 5 - José Augusto Fonseca - índio Arapassa - Diretor da ACIMRN

Art. 2º Determinar o deslocamento do antropólogo (trinta e cinco dias) as cidades de Brasília (dois dias), Manaus (cinco dias) e Santa Isabel do Rio Negro (vinte e oito dias); da ambientalista a Manaus (três dias) e Santa Isabel do Rio Negro (vinte e oito dias) e para os demais membros vinte e oito dias para a cidade de Santa Isabel do Rio Negro, a contar dos deslocamentos.

Art. 3º Estabelecer o prazo de cento e cinquenta dias para a entrega do relatório antropológico, noventa dias para o relatório ambiental e trinta dias para o relatório cartográfico, a contar do retorno de campo.

Art. 4º As despesas com o Grupo Técnico e seus deslocamentos correrão à conta do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal - PPTAL.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA

**FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO**

**PORTARIA N 1.309, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009**

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições, conferidas pelo art [23](#) do Estatuto aprovado pelo Decreto nº [4645](#), de 25 de março de 2003, de conformidade com o art. [19](#) da Lei nº [6.001](#), de 19 de dezembro de 1973, e com o Decreto nº [1.775](#), de 8 de janeiro de 1996, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo Técnico com o objetivo de realizar os estudos de natureza antropológica necessários à identificação e delimitação de áreas de ocupação tradicional indígena, na margem direita do rio Negro e nas regiões de abrangência dos rios Caurés, Quiuini, Aracá, Demeni, Preto e Padauri, nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro/AM, composto por:

01 Sidnei Clemente Peres - Antropólogo-coordenador, colaborador UFF

02 Luciene Pohl- Antropóloga, colaboradora

03 Luiz Augusto Nascimento - Antropólogo, colaborador 04 Elói dos Santos Magalhães - Antropólogo, colaborador Art. 2º Determinar o deslocamento do Grupo Técnico à cidade de Manaus e aos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro/AM, para realizar os estudos de campo acima referidos, concedendo o prazo de 10 dias para o antropólogo-coordenador, 25 dias para a antropóloga Luciene Pohl, 26 dias para o antropólogo Luiz Augusto Nascimento e 31 dias para o antropólogo Elói dos Santos Magalhães, a contar dos seus respectivos deslocamentos.

Art. 3º Estabelecer o prazo 120 dias para a entrega da versão preliminar dos relatórios antropológicos em questão, a partir do retorno de campo.

Art. 4º Revogar as Portarias nº 12/PRES, publicada no DOU de 19.01.2007, Seção 2, pág. 22, e nº 476/PRES, publicada no DOU em 04.06.2007, Seção 2, pág. 22 e 23, destituindo os GTs Baixo Rio Negro I e II.

Art. 5º As despesas com o Grupo Técnico e seus deslocamentos correrão à conta do Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas, Ação Demarcação e Regularização de Terras Indígenas.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA

Anexo 10 - Portaria 419 de 26 de março de 2010.

**PORTARIA DE 26 DE MARÇO DE 2010**

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições, conferidas pelo Decreto nº [7.056](#), de 28 de dezembro de 2009, de conformidade com o art. [19](#) da Lei nº [6.001](#), de 19 de dezembro de 1973, e com o Decreto nº [1.775](#), de 8 de janeiro de 1996, resolve:

**N 419** - Art. 1º Constituir Grupo Técnico com o objetivo de realizar os estudos complementares de natureza etno-histórica, antropológica e ambiental necessários à identificação e delimitação de áreas de ocupação tradicional indígena, na margem direita do rio Negro e nas regiões de abrangência dos rios Caurés, Quiuini, Aracá, Demeni, Preto e Padauri, nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro/AM, composto por:

01-Sidnei Clemente Peres - Antropólogo-coordenador, colaborador UFF

02-Luiz Augusto Souza do Nascimento - Antropólogo, colaborador

03-Mariana Porto Motta - Antropóloga, colaboradora UFRJ 04-Thais Danton Coelho - Antropóloga, colaboradora

05-Carlos Durigan - Geógrafo, colaborador Fundação Vitória Amazônica

06-Sarita de Moura - Geógrafa, colaboradora Instituto de Pesquisas Ecológicas

07-Marcelino Soyinka Santos Dantas - Biólogo, colaborador Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Art. 2º Determinar o deslocamento do Grupo Técnico à cidade de Manaus e aos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro/AM, para realizar os estudos de campo acima referidos, concedendo o prazo de 17 dias para o antropólogo-coordenador e 24 dias para os demais membros do GT, a contar dos seus respectivos deslocamentos.

Art. 3º Alterar o Art. 3º da Portaria nº 1309/PRES, publicada do DOU de 03.11.2009, Seção 2, pág. 27, prorrogando por mais 120 dias o prazo para a entrega da versão preliminar do relatório antropológico e estabelecendo o prazo de 90 dias para entrega da versão preliminar do relatório ambiental dos estudos acima referidos, a partir do retorno de campo.

Art. 4º As despesas com o Grupo Técnico e seus deslocamentos correrão à conta do Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas, Ação Demarcação e Regularização de Terras Indígenas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA



Anexo 11 - Portaria nº 1.045, de 27 de julho de 2010.

**PORTARIA Nº 1.045, DE 27 DE JULHO DE 2010**

A PRESIDENTE, SUBSTITUTA, DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições, conferidas pelo Decreto nº [7.056](#), de 28 de dezembro de 2009, de conformidade com o art. [19](#) da Lei nº [6.001](#), de 19 de dezembro de 1973, e com o Decreto nº [1.775](#), de 8 de janeiro de 1996, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo Técnico com o objetivo de realizar mais uma etapa dos estudos complementares de natureza etno-histórica, antropológica e ambiental necessários à identificação e delimitação de áreas de ocupação tradicional indígena, na margem direita do rio Negro e nas regiões de abrangência dos rios Caurés, Quiuini, Aracá, Demeni, Preto e Padauri, nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro/AM, composto por:

- 01 Sidnei Clemente Peres - Antropólogo-coordenador, colaborador UFF
- 02 Luiz Augusto Souza do Nascimento - Antropólogo, colaborador
- 03 Priscila Ambrósio Moreira - Bióloga, colaboradora
- 04 André Braga Junqueira - Biólogo, colaborador
- 05 Marivelton Rodrigues Barroso - Membro do Conselho Fiscal da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro -FOIRN
- 06 Maria Aparecida Duque Dias - Presidente da Associação Indígena de Barcelos - ASIBA
- 07 Antonio de Jesus Dias Campos - Secretário Executivo da Associação Indígena de Barcelos - ASIBA

Art. 2º Determinar o deslocamento do Grupo Técnico à cidade de Manaus e aos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro/AM, concedendo o prazo de 28 dias para realizar os estudos de campo acima referidos, a contar dos seus respectivos deslocamentos.

Art. 3º Manter os prazos estabelecidos na Portaria nº. 419/PRES, publicada no DOU de 29.03.2010, Seção 2, pág. 27.

Art. 4º As despesas com o Grupo Técnico e seus deslocamentos correrão à conta do Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas, Ação Demarcação e Regularização de Terras Indígenas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

MARIA AUXILIADORA CRUZ DE SÁ LEÃO

## Anexo 12 – Portaria nº 530 de 2010

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições, conferidas pelo Decreto nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009, de conformidade com o art. 19 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e com o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, resolve:

**Nº 530 - Art.1º** Constituir Grupo Técnico com o objetivo de realizar os estudos de natureza etno-histórica, antropológica e ambiental necessários à identificação e delimitação de áreas de ocupação tradicional indígena, nas margens dos rios Negro, Jurubaxí, Uneiuxí e Téa, no município de Santa Isabel do Rio Negro/AM (Baixo Rio Negro II), composto por:

01 Lúcia Hussak Van Velthen - antropóloga-coordenadora, Ministério da Ciência e Tecnologia

02 Laure Emperaire - botânica-colaboradora, Institut de Recherche pour le Développement

03 Carlos Alberto Teixeira Nery - representação indígena, Presidente ACIMIRN

04 Sandra Gomes Castro - representação indígena, Vice-Presidente ACIMIRN

05 Joaquim Rodrigues Costa - representação indígena, Segundo Secretário ACIMIRN

06 Renê Coimbra - técnico agrícola, FUNAI/São Gabriel da Cachoeira

**Art.2º** Determinar o deslocamento do Grupo Técnico à cidade de Manaus e ao município de Santa Isabel do Rio Negro/AM, para realizar os estudos de campo acima referidos, concedendo o prazo de 16 dias a botânica colaboradora e 23 dias para os demais membros do GT, a contar dos seus respectivos deslocamentos.

**Art.3º** Determinar o prazo de 60 dias para entrega da versão preliminar do relatório ambiental e 90 dias para a entrega da versão preliminar do relatório antropológico dos estudos de identificação e delimitação acima referidos, a contar do retorno de campo dos membros do GT.

**Art.4º** As despesas com o Grupo Técnico e seus deslocamentos correrão à conta do Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas, Ação Demarcação e Regularização de Terras Indígenas.

**Art.5º** Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

## Anexo 13 – Portaria nº 1387 de 22 de janeiro de 2010.

PORTARIA Nº 1.387 DE 22 DE SETEMBRO DE 2010

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições, conferidas pelo Decreto nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009, de conformidade com o art. 19 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e com o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, resolve:

**Nº 1.387 - Art.1º** Alterar o art. 3º da Portaria nº. 530/PRES, publicada no DOU de 15.04.10, Seção 2, pág. 26, prorrogando até 30 de novembro de 2010 o prazo para a entrega da versão preliminar do relatório antropológico de identificação e delimitação de áreas de ocupação tradicional indígena, nas margens dos rios Negro, Jurubaxí, Uneiuxí e Téa, no município de Santa Isabel do Rio Negro/AM (Baixo Rio Negro II).

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

## Anexo 14 – Portaria nº 14 de 08 de janeiro de 2013

PORTARIAS DE 7 DE JANEIRO DE 2013 A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº. 7.778, de 27 de julho de 2012, em conformidade com o art. 19 da Lei nº. 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e com os Decretos nº. 1.775, de 8 de janeiro de 1996, e nº. 7.689, de 02 de março de 2012, resolve:

Nº 14 - Art.1º Constituir Grupo Técnico com o objetivo de realizar estudos complementares de natureza etnohistórica, antropológica, ambiental e cartográfica, necessários à identificação e delimitação das áreas tradicionalmente ocupadas pelos povos Baré, Baniwa, Tikuna, Piratapuaia, Tukano, Desana, Kuripako nas regiões das margens dos rios Negro, Jurubaxí, Uneiuxi e Téa, localizadas no município de Santa Isabel do Rio Negro (anteriormente denominado Baixo Rio Negro II), no estado do Amazonas, com a seguinte composição: 01 Lúcia Hussak Van Velthem - antropóloga-coordenadora, Ministério da Ciência e Tecnologia; 02 Laure Emperaire - botânica-colaboradora, Institut de Recherche pour le Développement (França); 03 Carlos Alberto Teixeira Nery - representação indígena, Presidente ACIMIRN; 04 Emerson Rodrigues - engenheiro agrimensor, CGGeo/FUNAI/Brasília.

Art.2º Determinar o deslocamento dos componentes do GT ao município de Santa Isabel do Rio Negro, para realizar os estudos referidos acima, concedendo o prazo de 23 (vinte e três) dias, a partir dos respectivos deslocamentos, para cumprimento da missão.

Art.3º Justificar que a presente missão é de impossível interrupção, cuja suspensão será danosa ao cumprimento da missão institucional desta Fundação, consubstanciada no PPA 2012-2015.

Art.4º As despesas com o Grupo Técnico e seus deslocamentos correrão à conta do Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, Plano Operacional Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Anexo 15 – Portaria nº 48 de 21 de janeiro de 2013.

PORTARIA N. 48, DE 21 DE JANEIRO DE 2013

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº. 7.778, de 27 de julho de 2012, em conformidade com o art. 19 da Lei nº. 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e com os Decretos nº. 1.775, de 8 de janeiro de 1996, e nº. 7.689, de 02 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Incluir o Chefe da CTL Massarabi GUILHERME COSTA VELOSO, na qualidade de acompanhante, no Grupo Técnico que realizará os estudos complementares de natureza etnohistórica, antropológica, ambiental e cartográfica, necessários à identificação e delimitação das áreas tradicionalmente ocupadas pelos povos Baré, Baniwa, Tikuna, Piratapuaia, Tukano, Desana, Kuripako nas regiões das margens dos rios Negro, Jurubaxí, Uneiuixi e Téa, localizadas no município de Santa Isabel do Rio Negro (anteriormente denominado Baixo Rio Negro II), no estado do Amazonas, conforme Portaria da Presidência da FUNAI nº.14, publicada no DOU de 08.01.2013, Seção 2, pág. 28.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Anexo 16 – Portaria 142 de 17 de fevereiro de 2016.

D.O.U, quarta-feira, 17 de fevereiro de 2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº. 7.778, de 27 de julho de 2012, combinado com o disposto no Decreto 7.689/MPOG/2012 e com a Portaria nº 1018/Casa Civil/PR, de 16/06/2015, resolve:

**Nº 142** - Art. 1º Autorizar Grupo Técnico a realizar os estudos de natureza fundiária e cartorial necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena Jurubaxi-Téa, situada nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro (majoritariamente) e Barcelos, em continuidade ao disposto nas Portarias nº 530, de 14 de abril de 2010, e nº 14, de 07 de janeiro de 2013, com a seguinte composição: 1. Josemar Araújo Andrade, Técnico em Agricultura e Pecuária, lotado na Coordenação Regional de Manaus, Matrícula nº 0445204, CPF 240.941.612-87 coordenador do GT; 2. Túlio Caio Binotti, Indigenista Especializado, lotado na Coordenação Regional do Rio Negro, Matrícula nº 1928667, CPF 329.239.268-38; 3. Estefânia Souza da Silva, Geógrafa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA-Manaus, Matrícula nº 1501228, CPF 404.843.782-87.

Art. 2º Determinar o deslocamento dos servidores aos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, para realizar os estudos supramencionados, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a partir do respectivo deslocamento.

Art.3º Estabelecer o prazo de 15 dias para entrega do relatório fundiário, a contar do retorno dos técnicos.

Art. 4º As despesas e os deslocamentos do Grupo Técnico correrão à conta do Plano Operacional Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas, da Diretoria de Proteção Territorial, Plano de Trabalho Resumido (PTRES) 089642 - Plano Interno FI 999069 IDE.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação

Anexo 17 – Portaria nº 30 de 18 de abril de 2016.

Em 18 de abril de 2016

**Nº 30 - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI**, em conformidade com o § 7º do art. 2º do Decreto 1775/96, tendo em vista o Processo FUNAI/BSB nº 08620.001973/2008-36, e considerando o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação elaborado pela antropóloga Lúcia Hussak Van Velthem, que acolhe, face às razões e justificativas apresentadas, decide: Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para, afinal, reconhecer os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Jurubaxi-Téa, de ocupação dos povos indígenas Baré, Tukano, Baniwa, Nadób, Pira-Tapuya, Arapaso, Tariana, Tikuna, Coripaco e Desana, localizada nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, Estado do Amazonas.

JOÃO PEDRO GONÇALVES DA COSTA

Anexo 18 - Portaria nº 783, de 6 de setembro de 2017.

Publicado em: 11/09/2017 | Edição: 174 | Seção: 1 | Página: 22

**Órgão: Ministério da Justiça e Segurança Pública/GABINETE DO MINISTRO**  
**PORTARIA Nº 783, DE 6 DE SETEMBRO DE 2017**

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, e diante da proposta apresentada pela Fundação Nacional do Índio, objetivando a definição de limites da Terra Indígena JURUBAXI-TÉA, constante do Processo nº 08620.001973/2008-36, CONSIDERANDO que a Terra Indígena localizada nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, Estado do Amazonas, ficou identificada nos termos do §1º do art. 231 da Constituição Federal e inciso I do art. 17 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, como sendo tradicionalmente ocupada pelos povos indígenas Arapaso, Baniwa, Baré, Desana, Nadöb, Kuripaco, Pira-Tapuya, Tariana, Tikuna e Tukano;

CONSIDERANDO os termos do Despacho nº 30/Pres, de 18 de abril de 2016, do Presidente da FUNAI, publicado no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2016, e no Diário Oficial do Estado do Amazonas de 26 de agosto de 2016;

CONSIDERANDO que transcorridos os noventa dias de quetura o §8º do art. 2º do Decreto nº 1775/96 não foram apresentadas contestações ao relatório de identificação e delimitação da terra indígena, resolve:

Art. 1º Declarar de posse permanente dos povos indígenas Arapaso, Baniwa, Baré, Desana, Nadöb, Kuripaco, Pira-Tapuya, Tariana, Tikuna e Tukano a Terra Indígena JURUBAXI-TÉA com superfície aproximada de 1.208.155 ha (um milhão duzentos e oito mil cento e cinquenta e cinco hectares) e perímetro também aproximado de 701 km (setecentos e um quilômetros), assim delimitada: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P-01 de coordenadas geográficas aproximadas 00°28'53,8" S e 64°36'53,2" WGr., localizado na foz do igarapé Mabará no Rio Negro, em sua margem esquerda; deste, segue pelo referido igarapé, a montante, até o Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas até o ponto P-02, de coordenadas geográficas aproximadas 00°48'04,9" S e 64°32'54,7" WGr, localizado em uma das suas cabeceiras formadoras; daí, segue por linha seca até o ponto P-03, de coordenadas geográficas aproximadas 01°03'25,1" S e 64°42'54,6" WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, afluente do igarapé Kiuinizinho; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-04, de coordenadas geográficas aproximadas 01°06'52,9" S e 64°41'56,1" WGr, localizado na sua confluência com o igarapé Kiuinizinho; daí, segue pelo referido igarapé, a montante, pela margem esquerda, até o ponto P-05, de coordenadas geográficas aproximadas 01°09'49,7" S e 64°46'02,8" WGr, localizado no encontro de dois braços afluentes formadores do referido igarapé; daí, segue por linha seca até o ponto P-06, de coordenadas geográficas aproximadas 01°21'31,7" S e 64°56'13,8" WGr, localizado na cabeceira do igarapé Sucurijú; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-07, de coordenadas geográficas aproximadas 01°20'53,9" S e 65°04'09,6" WGr; localizado na confluência com o rio Jurubaxi; daí, segue pela margem esquerda do referido rio, a montante, até o ponto P-08, de coordenadas geográficas aproximadas 01°30'28,6" S e 65°17'54,7" WGr, localizado na foz do igarapé Bafuanã; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé e limite norte da Terra Indígena Maraã Urubaxi, a montante, até o ponto digitalizado P-03 (Terra Indígena Maraã Urubaxi), de coordenadas geográficas 01°29'31,72" S e 65°20'59,02" WGr, localizado na foz do igarapé Arara ou Repartimento; daí, segue pelo referido igarapé e limite norte da Terra Indígena Maraã Urubaxi, a montante, pela margem esquerda, até o ponto digitalizado P-02 (Terra Indígena Maraã Urubaxi), de coordenadas geográficas 01°30'31,29" S e 65°27'37,19" WGr, localizado na margem do igarapé Arara ou Repartimento; daí, segue por linha seca e limite norte da Terra Indígena Maraã Urubaxi passando pelos seguintes marcos com suas respectivas coordenadas geográficas: SAT-02, 01°30'51,55" S e 65°32'45,93" WGr; M-27, 01°30'53,81" S e 65°33'24,83" WGr; M-



26, 01°30'55,61" S e 65°33'56,24" WGr; M-25, 01°30'57,40" S e 65°34'28,07" WGr; M- 24,01°30'59,39" S e 65°35'03,08" WGr; M-23, 01°31'01,09" S e 65°35'32,97" WGr); M-22, 01°31'03,20" S e 27/08/2020 65°36'10,20" WGr; SAT-01,01°31'04,41" S e 65°36'40,90" WGr, situado no limite da Terra Indígena Maraã Urubaxi; daí, segue por linha seca, até o ponto P-09, de coordenadas geográficas aproximadas 01°31'11,1" S e 65°39'30,9" WGr, localizado na divisa entre os municípios de Santa Isabel do Rio Negro - AM e Maraã - AM; daí, segue por linha reta até o ponto P-10, de coordenadas geográficas aproximadas 01°28'49,7" S e 65°39'53,5" WGr, localizado na confluência de dois braços afluentes, formadores de um igarapé sem denominação afluente do igarapé Bafuanã; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-11, de coordenadas geográficas aproximadas 01°26'30,6" S e 65°35'53,8" WGr, localizado na sua confluência como igarapé Bafuanã; daí, segue pela margem esquerda do igarapé Bafuanã, a montante, até a confluência de dois braços afluentes, no ponto P-12, de coordenadas geográficas aproximadas 01°25'20,1" S e 65°47'44,0" WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-13, de coordenadas geográficas aproximadas 01°20'18,2" S e 65°51'20,1" WGr, localizado na confluência de dois braços formadores do igarapé do Taxi; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-14, de coordenadas geográficas aproximadas 01°11'35,8" S e 65°48'47,4" WGr, localizado na confluência com o rio Aiuanã; daí, segue pela margem direita do referido rio, a jusante, até o ponto P-15, de coordenadas geográficas aproximadas 01°03'56,2" S e 65°37'32,9" WGr, localizado na confluência de um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé, a montante, até a sua cabeceira, no ponto P-16, de coordenadas geográficas aproximadas 01°00'14,4" S e 65°40'09,6" WGr; daí, segue por linha seca até o ponto P-17, de coordenadas geográficas aproximadas 00°59'52,9" S e 65°41'24,1" WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a jusante, até o ponto P-18, de coordenadas geográficas aproximadas 00°55'50,9" S e 65°43'38,3" WGr, localizado na sua confluência com o rio Uneiuxi; daí, segue pela margem direita do referido rio, a jusante, até o ponto P-19, de coordenadas geográficas aproximadas 00°52'15,3" S e 65°39'45,6" WGr, localizado na referida margem; daí, segue por linha reta atravessando o referido rio, até o ponto P-20, de coordenadas geográficas aproximadas 00°52'13,1" S e 65°39'42,1" WGr, localizado na sua margem esquerda e na confluência do igarapé Pesqueiro; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé, a montante, até a confluência com um igarapé sem denominação, no ponto P-21, de coordenadas geográficas aproximadas 00°45'32,8" S e 65°47'31,7" WGr; daí, segue pela margem esquerda do referido igarapé sem denominação, a montante, até o ponto P-22, de coordenadas geográficas aproximadas 00°42'54,3" S e 65°46'22,3" WGr, localizado em uma de suas cabeceiras; daí, segue por linha seca até o ponto P- 23, de coordenadas geográficas aproximadas 00°42'20,5" S e 65°45'28,6" WGr, localizado na cabeceira do igarapé Aroeira; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a jusante, até a sua confluência no rio Téa, no ponto P-24, de coordenadas geográficas aproximadas 00°32'26,4" S e 65°42'06,9" WGr, daí, segue pela margem direita do referido rio, a jusante, até a sua confluência com o paraná do Eneiuxi, no ponto P-25, de coordenadas geográficas aproximadas 00°30'38,2" S e 65°08'31,5" WGr; daí, segue pelo referido paraná, a jusante, até a confluência com o paraná da ilha Tamaquaré, no ponto P-26, de coordenadas geográficas aproximadas 00°29'32,1" S e 64°59'27,2" WGr, daí, segue pelo referido paraná, a jusante, até a confluência do rio Jurubaxi com o rio Negro, no ponto P-27 de coordenadas geográficas aproximadas 00°30'54,0" S e 64°49'50,0" WGr; daí, segue pelo rio Negro, margem direita, a jusante, até o ponto P-01, início da descrição deste perímetro.

Obs.: 1) Base cartográfica utilizada para elaboração deste memorial descritivo MI-0257, MI-0258, MI-0259, MI-0301, MI-0302, MI-0303, MI-0349, MI-0350, MI-0351, MI-0400, MI-0401, MI-0402 - Escala 1:100.000 - Banco de Dados Geográficos do Exército. 2) As Coordenadas geográficas citadas neste memorial descritivo são referenciadas ao Datum Geocêntrico SIRGAS 2000.

Art. 2º A FUNAI promoverá a demarcação administrativa da Terra Indígena ora declarada, para posterior homologação pelo Presidente da República, nos termos do art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001/73e do art. 5º do Decreto nº 1.775/96.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**TORQUATO JARDIM**

Anexo 19 - Portaria nº 1.032, de 1º de agosto de 2019

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**

Publicado em: 02/08/2019 | Edição: 148 | Seção: 2 | Página: 51

**Órgão: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/Fundação Nacional do Índio**  
**PORTARIA Nº 1.032, DE 1º DE AGOSTO DE 2019**

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº. 9.010, de 23/03/2017, combinado com o Decreto nº. 7.689, de 02/03/2012, e com a Portaria CC-PR nº 2.061, de 19 de julho 2019; e considerando a decisão da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado do Amazonas - 3ª Vara, de 26 de março de 2014, no âmbito da Ação Civil Pública nº 2662-81.2014.4.01.3200, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo Técnico (GT) com o objetivo de realizar estudos de natureza fundiária e cartorial da Terra Indígena Aracá-Padauri (Baixo Rio Negro), dos Povos Baré, Makuráp e Tukano, localizada nos Municípios de Barcelos e de Santa Isabel do Rio Negro, no Estado do Amazonas, com a seguinte composição:

1. Dalva Furtado Saunders - Coordenadora do GT, Técnica em Agricultura e Pecuária, lotada na Coordenação de Regularização Fundiária (CORT/CGAF/DPT);
2. Raimundo Catarino Campos Serejo - Economista, lotado na Coordenação Regional de Manaus;
3. Josemar Araújo Andrade - Técnico em Agricultura e Pecuária, lotado na Coordenação Regional de Manaus;
4. Cleidinaldo dos Santos Soares - Colaborador indígena (Guia), Presidente da Associação Indígena de Barcelos (ASIBA);
5. Moisés da Gama Pessoa - Assessor II, lotado na Secretaria de Política Fundiária, representante do Governo do Estado do Amazonas.

Art. 2º Determinar o deslocamento dos componentes acima citados aos Municípios de Barcelos e de Santa Isabel do Rio Negro, no Estado do Amazonas, concedendo o prazo de 31 dias para os trabalhos de campo, a contar dos seus respectivos deslocamentos.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para entrega do relatório fundiário e cartorial, a contar do retorno do coordenador dos estudos.

Art. 4º As despesas com os servidores da Funai e seus deslocamentos serão custeadas por meio do Plano Operacional Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas, da Diretoria de Proteção Territorial, Plano de Trabalho Resumido (PTRES) 160114 - Plano Interno 71IDE, ao tempo que as despesas decorrentes da participação dos técnicos indicados pelos Entes Federados serão custeadas pelo respectivo Governo Estadual e pela Prefeitura Municipal.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Anexo 20 - Resumo da apelação cível (ac): 00026628120144013200

RESUMO DA APELAÇÃO CIVEL (AC): 00026628120144013200

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMUNIDADES INDÍGENAS. IDENTIFICAÇÃO E DEMARCAÇÃO DAS TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS. PELOS POVOS INDÍGENAS DO MÉDIO E BAIXO RIO NEGRO/AM. INOBSERVÂNCIA DOS PRAZOS PREVISTOS NO ART. 67 DO ADCT, NO ART. 65 DA LEI Nº 6.001/1973 (ESTATUTO DO ÍNDIO) E NO DECRETO 1.775/96. AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA MORALIDADE, DA EFICIÊNCIA E DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO. NULIDADE DA SENTENÇA. MOTIVAÇÃO POR REFERÊNCIA. VALIDADE DO JULGADO. PREJUDICIAL REJEITADA. I - Não há que se falar em nulidade da sentença em virtude de ter reproduzido os argumentos apresentados por ocasião do deferimento da medida liminar, uma vez que "é pacífico no âmbito do STF e do STJ o entendimento de ser possível a fundamentação per relationem ou por referência ou por remissão, não se cogitando nulidade ou ofensa ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, desde que os fundamentos existentes aliunde sejam reproduzidos no julgado definitivo (principal)" (REsp 1426406/MT, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 11/05/2017), o que ocorreu, na espécie. II - A Constituição Federal 1988, em seu art. 231, dispõe que "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". III - Visando assegurar aos indígenas os direitos previstos na Constituição Federal 1988, o art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73, art. 65) estipulam o prazo de 05 (cinco) anos, para que se conclua a demarcação das terras indígenas, tendo o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, estabelecido os prazos pertinentes a todo o procedimento administrativo de demarcação. IV - Na hipótese dos autos, caracterizada a manifesta inércia da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, revelada pela ausência de apresentação de relatório conclusivo, após mais de 10 (dez) anos da criação dos Grupos Técnicos, para fins de identificação e demarcação das terras ocupadas pelos Povos Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro, afigura-se manifesta a violação aos dispositivos legais e constitucionais em referência, bem assim, aos princípios da moralidade, da eficiência e da razoável duração do processo (CF, arts. 5º, LXXVIII e 37, caput). V - Apelações da União Federal e da FUNAI desprovidas. Sentença confirmada.

(TRF-1 - AC: 00026628120144013200, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE, Data de Julgamento: 27/03/2019, QUINTA TURMA, Data de Publicação: 06/05/2019)

Anexo 21 - Decisão da apelação cível (ac): 00026628120144013200

DECISÃO DA APELAÇÃO CÍVEL (AC): 00026628120144013200

APELAÇÃO CÍVEL N. 0002662 -81.2014.4.01.3200/AM APELANTE : UNIAO FEDERAL  
PROCURADOR : MA00003699 - NIOMAR DE SOUSA NOGUEIRA APELANTE : FUNDACAO  
NACIONAL DO INDIO - FUNAI PROCURADOR : PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 1A  
REGIAO APELADO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL PROCURADOR : FERNANDO MERLOTO  
SOAVE

DECISÃO

Cuida -se de recurso extraordinário interposto pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, com fundamento no art. 102, III, “a”, da Constituição Federal, em face de acórdão deste Tribunal Regional Federal, que, negando provimentos às apelações, manteve a sentença que declarou a mora do Poder Público na demarcação de terras objeto dos autos e determinou o prosseguimento do processo demarcatório, com observância dos prazos legais para a sua conclusão. Houve aplicação de multa diária.

Sustenta a Fundação, em síntese, a ocorrência de violação do acórdão impugnado aos arts. 2º, 84, 166, 167 e 231 da CF/1988 e do art. 67 do ADCT, dada a natureza programática dos prazos previstos na conclusão do procedimento de demarcação das terras indígenas. Sustenta que não se tratariam de prazos peremptórios, não havendo, assim, segundo sua perspectiva, falar em morosidade no procedimento.

É o relatório. Decido.

A matéria em discussão, como se vê, é exclusivamente de direito (violação aos arts. 2º, 84, 166, 167 e 231 da CF/1988 e ao art. 67 do ADCT) e foi objeto de claro prequestionamento (fls. 840/850 e 912/935), sendo certo que a análise do recurso não encontra qualquer óbice sumular.

Em face do exposto, atendidos os pressupostos de admissibilidade, admito o recurso extraordinário da FUNAI.

Publique -se.

Intime -se.


Brasília, 12 de novembro de 2019.

Desembargador Federal KASSIO MARQUES Vice -Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região

APELAÇÃO CÍVEL N. 0002662 -81.2014.4.01.3200/AM APELANTE : UNIAO FEDERAL  
PROCURADOR : MA00003699 - NIOMAR DE SOUSA NOGUEIRA APELANTE : FUNDACAO  
NACIONAL DO INDIO - FUNAI PROCURADOR : PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 1A  
REGIAO APELADO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

FONTE: página 16939 do Caderno Judicial – TRF1 do Tribunal Regional da 1ª Região (TRF-1) de 22 de Janeiro de 2020.

Declaro, para os devidos fins, que as informações apresentadas neste relatório antropológico são verídicas e resultam de investigação sistemática conduzida com rigor metodológico.

Documento assinado digitalmente  
 **ELIEYD SOUSA DE MENEZES**  
Data: 07/04/2026 15:49:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>